UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

ANDRÉA LACOTIZ

**Flexão de Gênero: estudo historiográfico sobre a genealogia dos
conceitos e abordagem semiótica da morfologia no português.**

SÃO PAULO

2020

ANDRÉA LACOTIZ

**Flexão de Gênero: estudo historiográfico sobre a genealogia dos
conceitos e abordagem semiótica da morfologia no português.**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro

SÃO PAULO

2020

ANDRÉA LACOTIZ

**Flexão de Gênero: estudo historiográfico sobre a genealogia dos conceitos e
abordagem semiótica da morfologia no português.**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Titulares

Suplentes

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L142f Lacotiz, Andréa
Flexão de Gênero: estudo historiográfico sobre a
genealogia dos conceitos e abordagem semiótica da
morfologia no português. / Andréa Lacotiz ;
orientador Mário Eduardo Viaro. - São Paulo, 2020.
523 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. flexão de gênero. 2. conceito de flexão. 3.
conceito de gênero linguístico. 4. signo linguístico.
5. signo semiótico. I. Viaro, Mário Eduardo, orient.
II. Título.

A meu amor maior do mundo,

Guilherme Lacotiz Pereira

AGRADECIMENTOS

Durante os cinco anos dedicados a esta pesquisa, fui lançada a uma condição de extrema solidão, em inúmeras madrugadas silenciosas e propícias à leitura e ao pensamento. Nos intervalos dessa solidão, encontrei pessoas que, talvez nem saibam, fizeram toda a diferença.

O amigo e orientador, Mário Eduardo Viaro, com quem muito aprendi e certamente continuarei aprendendo. Espero que este trabalho celebre à altura a comemoração, neste ano, de um quarto de século de amizade, confiança e apoio. Agradeço imensamente a você pelas aulas, oficiais e invadidas, pelas conversas e até pelas duras broncas, que me fizeram ler textos em alemão e traduzir grego sem nunca ter frequentado uma única aula dessas línguas. É sério! Eu agradeço!

As incansáveis e guerreiras amigas, Nilsa Aréan-Garcia e Érica Santos Soares de Freitas, que tanto fizeram pelo GMHP e pelo NEHiLP. Gostaria de dizer que foi muito importante ter a honra de trabalhar ao lado de pessoas íntegras, dedicadas e constantemente solícitas. Tive ainda o privilégio de ter, em minha banca de exame de qualificação, a presença da Érica, que me deu valorosos conselhos.

As professoras da área de Filologia e Língua Portuguesa, Dra. Vanessa Martins do Monte, pela participação da banca no exame de qualificação com leitura atenta e sugestões pontuais, e Dra. Maria Clara Paixão de Sousa, pelas apaixonantes e inesquecíveis aulas na disciplina da pós, por toda ajuda e pelo apoio nos momentos difíceis.

O Prof. Dr. Zwinglio Oliveira Guimarães-Filho, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, pela ajuda imprescindível na elaboração de planilhas, para compilação de dados do latim e do português, fundamentais para esta pesquisa.

A minha chefe de departamento, Profa. Me. Maria do Carmo Ferreira Lima, pela condescendência com minhas ausências, com minhas recusas, sempre agindo com muita compreensão.

Os funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes e do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, pelo valioso trabalho desempenhado.

Meu filho Guilherme, que, de tão pequeno, certamente sentiu minha falta em muitos momentos, mas soube entender, de maneira surpreendente, minhas ausências.

Meu companheiro de jornada, Carlos Eduardo Pereira, por ter me substituído em todas as minhas ausências, em todas as instâncias.

Macha fêmea

Arnaldo Antunes / Paulo Tatit / Marcelo Fromer

macha
fêmeo
macha
fêmeo
fêmeo
macha

cérebro caralha baga saca pescoça prepúcia ossa
nádego boceto têto côxo vagino cabeça boco

corpa moço dentra foro moça
orgama coita palavro sexa goza

liberal gerou

macha
fêmeo
macha
fêmeo
fêmeo
macha

fígada barrigo umbiga perno braça unho mucoso
axilo nerva pela veio cabelo narino porro

corpa moço dentra foro moça
orgasma coita palavro sexa goza

liberal gerou

calço téna saio camiseto vestida cueco bluso
meio sandálio calcinho cinta sapata casaca luvo

corpa moço dentra foro moça
orgasma coita palavro sexa goza

liberal gerou

Álbum “O Silêncio”, Arnaldo Antunes, BMG, 1995.

RESUMO

A abordagem da *flexão de gênero* pressupõe um conceito de *flexão* e o reconhecimento, em unidades linguísticas, de propriedades cuja presença seja determinante de sua classificação, uma vez que o *gênero linguístico* é uma categoria dos nomes. A *flexão* tem sido concebida como um processo morfológico que não gera palavras, isto é, serve a um princípio gramatical; e o gênero linguístico tem sido abordado como um reflexo da designação dos sexos ou de outras distinções semânticas em pares lexicalmente opostos, ou seja, serve a um princípio lexical. A controvérsia encontra-se na junção de ambas as noções, pois, se a *flexão* não gera palavras, não há meio de saber como, nesses pares opostos, uma das unidades lexicais foi criada. De fato, a *flexão de gênero* está no cerne da problemática distinção entre *flexão* e *derivação*. Assim, o objetivo principal desta pesquisa é compreender a gênese e aplicação da *flexão de gênero* no português. Como a problemática que envolve a *flexão de gênero* não é um fenômeno isolado, a investigação subdividiu-se em dois outros objetivos: buscar definições mais precisas dos termos *gênero linguístico* e *flexão* como operações conceituais e estabelecer os paradigmas morfológicos da *flexão de gênero* no português. Em nível conceitual, examinou-se o conceito de *gênero linguístico*, na Antiguidade Clássica, origem das discussões sobre o tema, na Filosofia da Linguagem e na Gramática; o conceito de *flexão* foi investigado em três períodos, a saber, a Antiguidade Clássica, o século XIX e o século XX, ou seja, buscaram-se as primeiras menções do termo para, em seguida, investigar possíveis continuidades e descontinuidades na metalinguagem. O tratamento conceitual fundamentou-se na Historiografia Linguística, especialmente nos parâmetros estabelecidos em Swiggers (2004; 2010), nas bases propostas para Definições Lógicas de Hegenberg (1974) e na Conceitografia de Frege (1892a; 1892b; 1895), por meio de *corpora* textuais, analisados em perspectiva interna e longitudinal. Em nível morfológico, propôs-se inicialmente uma abordagem semiótica da morfologia, fundamentada em Peirce (1839-1914), problematizando o conceito de *signo linguístico* e de *morfema* e incorporando o conceito de *signo semiótico* a fim de consolidar um modelo morfológico de descrição e análise do *gênero linguístico* e da *flexão de gênero* no português; a partir do modelo proposto, por meio de um *corpus* linguístico, verificou-se, em unidades lexicais, especialmente os chamados substantivos, a relação entre *terminação*, *tonicidade*, *sufixo* e *gênero linguístico*. A análise dos conceitos evidenciou que não há um conceito de *gênero linguístico* aplicado aos nomes, mas sim um conceito de *Gênero*, advindo da teoria aristotélica, que categorizou todos os seres, dentre estes, a linguagem; quanto à *flexão*, a investigação permitiu constatar uma série de camadas de significado, oriundas das diversas concepções teóricas, embora tenham restado traços conceituais herdados da tradição canônica. Por fim, demonstrou-se que *flexão* e *derivação* não são conceitos dicotômicos. A análise das unidades

lexicais evidenciou haver, no português, uma relação entre *terminação* ou *sufixo* e *gênero linguístico* e uma relação entre distinções semânticas e *gênero linguístico*, ou seja, a *flexão de gênero* pertence concomitantemente a princípios gramaticais e lexicais da língua.

Palavras-chave: flexão de gênero, conceito de flexão, conceito de gênero linguístico, signo linguístico, signo semiótico.

ABSTRACT

The approach to *gender inflection* presupposes a concept of *inflection* and the recognition, in linguistic units, of properties whose presence determines their classification, because *linguistic gender* is a category of names. *Inflection* has been conceived as a morphological process that does not generate words: its function is a grammatical principle; whereas *linguistic gender* has been approached as a reflection of the designation of the sexes or other semantic distinctions in lexically opposed pairs, i.e., its function is directed to a lexical principle. Thus, there is controversy for a combination of both notions, because if the inflection does not generate words, there is no way of knowing how, in these opposite pairs, one of the lexical units was created. In fact, as *gender inflection* is at the center of the problematic distinction between *inflection* and *derivation*, the main objective of this research is to understand the genesis and application of *gender inflection* in Portuguese. Since the issue of *gender inflection* is not an isolated phenomenon, the investigation was divided into two other objectives: to seek more precise definitions of the terms *linguistic gender* and *inflection* as conceptual operations, and to establish the morphological paradigms of *gender inflection* in Portuguese. At the theoretical level, the concept of *linguistic gender* was examined in Classical Antiquity, the origin of discussions on the theme, in Philosophy of Language and Grammar; and the concept of *inflection* in three periods: Classical Antiquity, the 19th century and the 20th century. In this way, the first mentions of the term were sought to subsidize the investigation of possible continuities and discontinuities in metalanguage. The theoretical treatment was based on Linguistic Historiography, especially on the parameters established by Swiggers (2004; 2010), on the bases proposed for Hegenberg's Logical Definitions (1974), and on Frege's Conceptual Notation (1892a; 1892b; 1895), through *corpora* textual, analyzed from an internal and longitudinal perspective. At the morphological level, a semiotic approach to morphology was initially proposed, based on Peirce (1839-1914), problematizing the concept of *linguistic sign* and *morpheme* and incorporation of the concept of *semiotic sign*, in order to consolidate a morphological model of description and analysis of *linguistic gender* and *gender inflection* in Portuguese; from the proposed model, through a linguistic corpus, it was verified, in lexical units, especially the so-called nouns, the relationship between *termination*, *tonicity*, *suffix* and *grammatical gender*. This analysis showed that there is no concept of *linguistic gender* applied to names, but a concept of *Gender*, arising from Aristotelian theory, which categorized all beings, among which, language; in relation to *inflection*, the investigation showed that there are still conceptual traces inherited from the canonical tradition. Finally, it was demonstrated that *inflection* and *derivation* are not dichotomous concepts: the observation of lexical units emphasized that there is, in Portuguese, a relationship between *termination* or *suffix* and *linguistic gender*, and a relationship

between semantic distinctions and *linguistic gender*, i.e., *gender inflection* belongs to both grammatical and lexical principles of the language.

Keywords: gender inflection, concept of inflection, concept of linguistic gender, linguistic sign, semiotic sign.

LISTA DE QUADROS

Cap. 1. Introdução

Número	Título	Seção
1.1	Flexão de gênero no português (reproduzido de CUNHA e CINTRA; 1985, p. 184)	1.2
1.2	Formação do feminino dos substantivos (adaptado de NEVES, 2011, p. 145-157).	1.2
1.3	Critérios de distinção entre flexão e derivação (adaptado de SCALISE, 1988; GONÇALVES, 2011)	1.3
1.4	Conceituação de Flexão (adaptado de SCALISE, 1988; GONÇALVES, 2011)	1.3
1.5	Conceituação de Derivação (adaptado de SCALISE, 1988; GONÇALVES, 2011)	1.3

Cap. 2. Estrutura teórico-metodológica

Número	Título	Seção
2.1	Tipos de definição (adaptado de HEGENBERG, 1974)	2.1.2
2.2	Quadro síntese da tese	2.3.1

Cap. 3. Filogênese do Gênero Linguístico

Número	Título	Seção
3.1	Definições de termos atrelados a Gênero Linguístico (Filosofia da Linguagem).	3.3
3.2	Definições de termos atrelados a Gênero Linguístico (Gramática).	3.3

Cap. 4. A Flexão na Antiguidade Clássica

Número	Título	Seção
4.1	Conceitos varronianos	4.4
4.2	Conceitos de Flexão e de Derivação (autores latinos)	4.4

Cap. 5. A Flexão no século XIX

Número	Título	Seção
5.1	Definições de Língua e da Tipologia Linguística de Schlegel, Bopp e Schleicher	5.3
5.2	Conceitos de raiz de Schlegel, de Bopp e de Schleicher	5.3
5.3	Conceitos schleicherianos de áreas disciplinares	5.3
5.4	Conceituação de Flexão em Schlegel, Bopp e Schleicher	5.3
5.5	Conceitos de Língua estabelecidos por Hermann Paul	5.3
5.6	Conceitos de Hermann Paul relativos à Língua	5.3
5.7	Conceitos de Hermann Paul relativos à Morfologia	5.3

Cap. 6. A Flexão no século XX

Número	Título	Seção
6.1	Conceito saussuriano de língua e conceitos relacionados	6.3
6.2	Conceito saussuriano de signo e conceitos relacionados	6.3
6.3	As funções saussurianas	6.3
6.4	Conceitos saussurianos relativos à Flexão	6.3
6.5	Conceito bloomfieldiano inicial de Morfema e conceitos relacionados	6.3
6.6	Conceito bloomfieldiano posterior de Morfema e conceitos relacionados	6.3
6.7	Conceito de Câmara Jr. de gramática descritiva e conceitos relacionados	6.3
6.8	Conceito de Câmara Jr. de gênero linguístico e conceitos relacionados	6.3
6.9	Conceitos de Halle e Jackendoff relativos à Morfologia	6.3
6.10	Conceitos aronoffianos relativos ao Léxico	6.3
6.11	Conceitos aronoffianos relativos à Sintaxe	6.3
6.12	Conceitos de Basilio relativos à Morfologia Derivacional	6.3

Cap. 7. As continuidades e descontinuidades do conceito de Flexão

Número	Título	Seção
7.1	As funções e as propriedades do conceito de Flexão na Antiguidade Clássica	7
7.2	A função e as propriedades do conceito de Flexão em Schlegel, Schleicher e Bopp	7
7.3	As funções e as propriedades do conceito de Flexão em Paul e Saussure	7
7.4	As funções e as propriedades do conceito de Flexão em Bloomfield e Câmara Jr.	7
7.5	A função e as propriedades do conceito de Flexão em Halle, Jackendoff, Aronoff e Basilio	7

Cap. 8. Os princípios lexicais e gramaticais

Número	Título	Seção
8.1	1ª declinação dos nomes latinos.	8.1
8.2	Distribuição da flexão -a entre os casos e declinações do latim.	8.1
8.3	Transformação vocálica do latim (adaptado de Tarallo, 1994, p. 95)	8.1.1

Cap. 9. Os princípios ontológicos e semióticos

Número	Título	Seção
9.1	Conceitos relativos à Língua e à Morfologia	9.2.1

LISTA DE TABELAS

Cap. 8. Os princípios lexicais e gramaticais

Número	Título	Seção
8.1	Flexões exclusivas de casos latinos	8.1.1
8.2	Flexões exclusivas de declinações latinas	8.1.1
8.3	Flexões latinas polivalentes	8.1.1

Cap. 10. A Flexão de Gênero no português

Número	Título	Seção
10.1	Oxítonas e suas categorias	10.1.1
10.2	Monossílabos tônicos e suas categorias	10.1.1
10.3	Terminações em <i>-á, -ã</i> e suas categorias	10.1.1
10.4	Terminações em <i>-é, -ê</i> e suas categorias	10.1.1
10.5	Terminações em <i>-ó, -ô</i> e suas categorias	10.1.1
10.6	Estruturas silábicas e ou sufixos paradigmáticos em <i>-o</i> (nível 1)	10.2.1
10.7	Estruturas silábicas e ou sufixos paradigmáticos em <i>consoante</i> (nível 1)	10.2.1
10.8	Estruturas silábicas e ou sufixos paradigmáticos em <i>-a</i> (nível 1)	10.2.1
10.9	Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos em <i>-o</i> (nível 2)	10.2.1
10.10	Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos em <i>-a</i> (nível 2)	10.2.1
10.11	Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos em <i>consoante</i> (nível 2)	10.2.1
10.12	Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em <i>-e</i> (CAT 2 - itens exclusivos)	10.2.2
10.13	Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em <i>-e</i> (CAT 2 - itens majoritários)	10.2.2
10.14	Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em <i>-e</i> (CAT 1 - itens majoritários)	10.2.2
10.15	Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em <i>-e</i> (CAT 3 - itens majoritários)	10.2.2
10.16	Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em <i>consoante</i> (CAT 2 - itens majoritários)	10.2.2
10.17	Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em <i>-o</i> (CAT 2 - itens majoritários)	10.2.2
10.18	Sufixos multicategoriais	10.2.3
10.19	Sufixos homógrafos	10.2.3
10.20	Sufixos extrapolissêmicos	10.2.3
10.21	Cômputo de cada estrutura silábica e/ou sufixo complexo relativo ao conjunto genérico	10.2.3
10.22	Sufixos paradigmático-morfológicos do português	10.3
10.23	Sufixos paradigmático-morfolexicais do português (<i>-e</i> e <i>consoantes</i>)	10.3
10.24	Sufixos paradigmático-morfolexicais do português (<i>consoantes</i>)	10.3
10.25	Sufixos paradigmático-lexicais do português	10.3

LISTA DE GRÁFICOS

Cap. 8. Os princípios lexicais e gramaticais

Número	Título	Seção
8.1	Relação entre gênero linguístico e declinações latinas	8.1.2
8.2	Panorama do gênero linguístico no latim	8.1.2

Cap. 10. A Flexão de Gênero no português

Número	Título	Seção
10.1	Panorama da constituição morfológica do português	10
10.2	Distribuição das Categorias de Gênero Linguístico no português	10
10.3	Paradigmas morfológicos do português	10.1
10.4	Paradigmas morfológicos conectados ao gênero linguístico no português	10.1
10.5	Paradigmas lexicais do português	10.1
10.6	Panorama geral do gênero linguístico no português	10.1
10.7	Distribuição da Análise Morfológica	10.2
10.8	Quantidade de sufixos	10.2
10.9	Quantidade palavras	10.2
10.10	Estruturas silábicas e/ou Sufixos em <i>-a</i>	10.2
10.11	Estruturas silábicas e/ou Sufixos em <i>-o</i>	10.2
10.12	Estruturas silábicas e/ou Sufixos em <i>-e</i>	10.2
10.13	Estruturas silábicas e/ou Sufixos em <i>cons.</i>	10.2

LISTA DE FIGURAS

Cap. 1. Introdução

Número	Título	Seção
1.1	Representação dos níveis de análise da Flexão de Gênero	1.3

Cap. 2. Estrutura teórico-metodológica

Número	Título	Seção
2.1	Representação da semiose de Peirce	2.2.2
2.2	Amostra da compilação de nomes do latim.	2.2.3
2.3	Amostra da compilação de nomes do português.	2.2.3
2.4	Categoria 1 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001)	2.2.3
2.5	Categoria 2 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001)	2.2.3
2.6	Categoria 3 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001)	2.2.3
2.7	Categoria 4 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001).	2.2.3

Cap. 4. A Flexão na Antiguidade Clássica

Número	Título	Seção
4.1	Representação do sentido de Flexão e de Derivação	4.4

Cap. 5. A Flexão no século XIX

Número	Título	Seção
5.1	Representação do plano cartesiano de Schleicher	5.2.3
5.2	Intersecção entre Flexão e Derivação	5.3

Cap. 6. A Flexão no século XX

Número	Título	Seção
6.1	Representação do Sistema saussuriano	6.2.1
6.2	Simultaneidade das relações associativa e sintagmática (reproduzido de CLG, p. 178)	6.2.1
6.3	Constelação saussuriana (reproduzido de CLG. p. 175)	6.2.1
6.4	Modelo morfológico de Halle (reproduzido de HALLE, 1973, p. 8)	6.2.4

Cap. 8. Os princípios lexicais e gramaticais

Número	Título	Seção
8.1	Esquematização do modelo linguístico gerativista	8
8.2	Subsunção da flexão	8
8.3	Subsunção da derivação	8
8.4	Subsunção das línguas naturais e de suas subordinações	8

Cap. 9. Os princípios ontológicos e semióticos

Número	Título	Seção
9.1	Conjunto de imagens de traço esférico	9.1
9.2	As representações do signo linguístico	9.1
9.3	Tríade do signo linguístico	9.2

SUMÁRIO

Lista de quadros.....12

Lista de tabelas.....14

Lista de gráficos.....15

Lista de figuras.....16

Cap. 1 Introdução.....22

1.1. O gênero linguístico.....22

1.2. A flexão de gênero.....24

1.3. A flexão.....27

1.4. Objetivos e hipóteses.....39

Cap. 2 Estrutura teórico-metodológica.....42

2.1. Nível conceitual.....42

2.1.1. Matriz de uma meta-metalinguagem.....43

2.1.2. Fundamentos para uma meta-metalinguagem.....46

2.1.3. Fundamentos para uma meta-meta-metalinguagem.....53

2.1.4. Perspectivas de abordagem, seleção de textos e métodos.....61

2.2. Nível morfológico.....79

2.2.1. Matriz de uma abordagem morfológica.....79

2.2.2. Fundamentos para uma abordagem semiótica.....81

2.2.3. Perspectivas de abordagem, constituição de *corpora* e métodos.....91

2.3. Organização da tese.....101

2.3.1. Quadro síntese da tese.....103

PRIMEIRA PARTE

O Gênero Linguístico na Antiguidade Clássica

Cap. 3 Filogênese do Gênero Linguístico.....106

3.1. O *Gênero Linguístico* na Filosofia da Linguagem.....106

3.1.1. Contextualização.....106

3.1.1.1. Relatos doxográficos sobre os sofistas.....107

3.1.2. Análises e definições.....	110
3.1.2.1. Termo compartilhado: o λόγος.....	110
3.1.2.2. Termo sofístico: a retórica.....	113
3.1.2.3. Termo sofístico: a correção da linguagem.....	118
3.1.2.4. Platão.....	121
3.1.2.5. Aristóteles.....	130
3.1.3. Aristóteles sobre Protágoras.....	139
3.2. O <i>Gênero Linguístico</i> na origem da Gramática Ocidental.....	147
3.2.1. Contextualização.....	147
3.2.1.1. Os conceitos de <i>analogia</i> e de <i>anomalía</i>	148
3.2.1.2. Os conceitos de <i>disíveis</i> e de <i>asseríveis</i> na filosofia estoica.....	152
3.2.2. Análises e definições.....	157
3.2.2.1. Dionísio Trácio.....	157
3.2.2.2. Apolônio Díscolo.....	158
3.2.2.3. Sexto Empírico.....	162
3.2.2.4. Varrão.....	164
3.2.2.5. Quintiliano.....	167
3.2.2.6. Donato.....	169
3.2.2.7. Prisciano.....	171
3.3. O <i>Gênero Linguístico</i> na Antiguidade Clássica.....	172

SEGUNDA PARTE

Uma genealogia do conceito de Flexão

Cap. 4 A Flexão na Antiguidade Clássica.....	182
4.1. Contextualização.....	182
4.2. Análises e definições.....	183
4.2.1. Cícero.....	183
4.2.2. Quintiliano.....	185
4.2.3. Rufiniano.....	187
4.2.4. Prisciano.....	189
4.3. Varrão.....	190
4.3.1. Os conceitos de <i>Declinatio naturalis</i> e <i>Declinatio voluntaria</i>	192
4.4. O conceito de <i>Flexão</i> na Antiguidade Clássica.....	200

Cap. 5 A Flexão no século XIX.....	206
5.1. Contextualização.....	206
5.2. Análises e definições.....	212
5.2.1. Schlegel.....	212
5.2.2. Bopp.....	219
5.2.3. Schleicher.....	228
5.2.4. Paul.....	245
5.3. O conceito de <i>Flexão</i> no século XIX.....	261
 Cap. 6 A Flexão no século XX.....	 279
6.1. Contextualização.....	279
6.2. Análises e definições.....	285
6.2.1. Saussure.....	285
6.2.2. Bloomfield.....	305
6.2.3. Câmara Jr.	311
6.2.4. Halle.....	319
6.2.5. Jackendoff.....	322
6.2.6. Aronoff.....	325
6.2.7. Basilio.....	330
6.3. O conceito de <i>Flexão</i> no século XX.....	331
 Cap. 7 As continuidades e discontinuidades do conceito de Flexão.....	 352

TERCEIRA PARTE

Uma abordagem semiótica da Flexão de Gênero no português

Preâmbulo.....	361
 Cap. 8 Os princípios Lexicais e Gramaticais.....	 365
8.1. A herança latina morfossintática.....	370
8.1.1. Os casos latinos em número.....	376
8.1.2. Os gêneros em número no latim.....	383

Cap. 9 Os Princípios Ontológicos e Semióticos.....	390
9.1. Os objetos, os conceitos e os signos.....	391
9.2. O significado morfológico composicional.....	402
9.2.1. As raízes, os radicais e os afixos como signos.....	410
9.2.2. Entre a morfofonologia, a morfologia e o sintagma.....	422
 Cap. 10 A Flexão de Gênero no português.....	431
10.1. Os paradigmas morfológicos e o gênero linguístico.....	435
10.1.1. A tonicidade e o gênero linguístico.....	442
10.2. Os sufixos e o gênero linguístico.....	446
10.2.1. Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos.....	451
10.2.2. Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados.....	458
10.2.3. Estruturas silábicas e/ou sufixos complexos.....	462
10.3. A significação, a lexicalidade e o gênero linguístico.....	480
 Considerações finais.....	491
 Referências bibliográficas.....	500
 Apêndice A.....	515
 Apêndice B.....	517
 Índice remissivo das definições.....	519

Capítulo 1

Introdução

1.1. O gênero linguístico

O *gênero linguístico*, uma das categorias dos nomes, sempre foi motivo de discussão, mesmo entre aqueles que não se ocupavam de fatos gramaticais. Na atualidade, como se verá, ainda existem tentativas, malogradas, de elucidar seu papel na estrutura linguística, sobretudo face às irregularidades nocionais e morfológicas apresentadas por essa classificação. Na Linguística, áreas dedicadas aos estudos morfológicos dividem-se em Morfologia Flexional e Morfologia Lexical, muito embora a distinção entre processos morfológicos flexionais e derivacionais envolva-se em certas controvérsias. Essas discussões acirram-se pela falta de definição de *flexão*, termo contraposto à *derivação*, e de *gênero linguístico*. A epistemologia da linguística tem-se servido do termo *derivação*, para indicar processos pelos quais palavras são criadas, e do termo *flexão*, para indicar processos pelos quais não se criam palavras, mas indicam-se apenas *variações da mesma palavra*, isto é, interpreta-se que a alteração morfológica serve apenas para inserir a palavra na sentença. A controvérsia encontra-se na categorização de determinados elementos constituintes de unidades lexicais – se flexionais, se derivacionais, especialmente nos substantivos, uma vez que existe o entendimento de que o adjetivo se flexiona, na sentença, em consonância com o substantivo.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (BRASIL. Ministério da Educação, 1959) regulamenta uma terminologia única para as gramáticas. Assim, estabelece, dentre outras medidas, que a Morfologia trata as palavras: "a) quanto a sua estrutura e formação; b) quanto a suas flexões; e c) quanto a sua classificação". Quanto à relação entre substantivos e *gênero linguístico*, entende-se que, em português:

1) cada substantivo pertence a um determinado *gênero*, masculino ou feminino; dessa forma, são do *gênero* feminino *mesa, cadeira, porta, tribo, ponte* etc., e do *gênero* masculino, *livro, caderno, computador, ovo, arroz* etc.;

2) existe uma subcategoria de substantivos designadores de animais, chamada de substantivos *epícenos*, que apresentam um único *gênero*; ao ser necessária a distinção de sexo, pospõe-se ao substantivo o adjetivo macho ou fêmea, como em *cobra macho/cobra fêmea*;

3) existe uma subcategoria de substantivos que apresentam uma única forma, chamados de substantivos *comuns de dois gêneros*, cuja *flexão de gênero* é marcada pelos determinantes que os acompanham, ao ser necessária a distinção de sexo, como em *o colega/a colega, o estudante/a estudante, o personagem/a personagem*;

4) existe uma categoria de substantivos de único *gênero*, chamados de substantivos *sobrecomuns*, utilizados para designar tanto o sexo masculino quanto o feminino, como em *criança, pessoa, cônjuge*;

5) existe uma categoria de substantivos que, *a priori*, sofrem *flexão de gênero* na sua função designativa de seres animados de sexo masculino ou feminino, como em *o gato/a gata, o menino/a menina*.

A descrição acima, pautada na tradição gramatical, evidencia que os itens linguísticos são observados a partir de duas perspectivas. Uma delas ocupa-se da forma das palavras, já que se deve observar sua estrutura e sua formação, que pode ou não sofrer alteração em relação ao *gênero linguístico*; a outra focaliza o conteúdo das palavras, também em relação ao *gênero linguístico*, considerando aquilo que elas designam. Em ambos os modos, considera-se o *gênero linguístico* como um dos elementos da descrição:

- em (1), o *gênero linguístico* atua como classificação **sumária**¹, isto é, parece haver apenas duas categorias a que pode pertencer um substantivo, ou masculino ou feminino, sem que se considere forma ou conteúdo;

- em (2), a suposta classificação sumária é confrontada a um campo semântico - substantivos designadores de animais -, e o *gênero linguístico* é visto como um significado que poderia acompanhar o sexo biológico dos seres, mas isso não ocorre; daí advém o esclarecimento, reforçado pela criação da própria classificação, de que o *gênero* masculino não designa o sexo masculino, e o *gênero* feminino não designa o sexo feminino, pois é preciso acrescentar os adjetivos *macho* ou *fêmea* para expressar os sexos;

- em (3), a suposta classificação sumária também é contraposta a um campo semântico - os seres humanos -, e o *gênero linguístico* novamente é entendido como um significado que poderia designar o sexo biológico, mas não o faz; assim, é necessário antepor o artigo, masculino ou feminino, para marcar os sexos;

¹ Adota-se esse termo para se referir às categorias de *gênero linguístico*, isto é, ou masculino, ou feminino.

- em (4), a suposta classificação sumária é novamente comparada ao conteúdo semântico de certos substantivos, pois há aqueles que são de um único *gênero*, não representam o sexo do ser designado e não existe qualquer outro expediente linguístico (como ocorre nas classes 2 e 3) que expresse o sexo;

- em (5), tanto a classificação sumária quanto a forma morfológica são elementos que expressam o sexo biológico.

Das cinco classificações, quatro delas norteiam-se pela relação entre *gênero linguístico* e sexo biológico; sobre uma delas, a sumária, não se oferece nenhuma explicação, ou seja, parece inexistir qualquer propriedade nesses itens linguísticos que os faça pertencer ou ao *gênero* masculino ou ao feminino. Essa classificação sumária, se aplicada a um significante, ainda que sem alteração de forma, também é controversa, pois as demais classificações evidenciam que um mesmo substantivo pode pertencer a mais de um *gênero*, de acordo com o significado que assume (em 3). Ainda, os manuais de gramática trazem informações que contradizem essa classificação: certos elementos, sumariamente pertencentes a um *gênero*, passam a outro para expressar novos significados, sem que sua forma seja alterada, como em *o capital/a capital*, *o cura/a cura*, *o grama/a grama*, *o moral/a moral*, *o cabeça/a cabeça*. Há também aqueles que, por meio da mudança de *gênero linguístico*, com alteração de forma, expressam significados distintos, como em *jarro/jarra*, *barco/barca*, *linho/linha*; em todos esses elementos, a alteração do *gênero linguístico* não está relacionada a sexo biológico.

1.2. A flexão de gênero

Além da problemática classificação, existem abordagens bastante controversas a respeito da *flexão de gênero*. É comum encontrarem-se, em manuais de gramática, como em Cunha e Cintra (1985, p. 184), tais explicações: "Os substantivos que designam pessoas e animais costumam flexionar-se em *gênero*, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do sexo masculino e outra para indicar os do sexo feminino". Assim:

MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
homem	mulher	bode	cabra
aluno	aluna	galo	galinha
cidadão	cidadã	leitão	leitoa
cantor	cantora	barão	baronesa
profeta	profetisa	lebrão	lebre

Quadro 1.1: *Flexão de gênero* no português (reproduzido de CUNHA e CINTRA; 1985, p. 184)

Acrescentam os autores que a "forma do feminino" pode ser totalmente diferente da do masculino, caso em que masculino e feminino são designados por radicais distintos, como em *bode/cabra; homem/mulher*. Do mesmo modo, os autores afirmam que a "forma do feminino" pode derivar-se do radical masculino, por meio da substituição ou do acréscimo de desinências, como em *aluno/aluna; cantor/cantora* (1985, p. 185).

Das proposições acima, infere-se que os autores objetivam tratar não do *gênero linguístico*, nem das possíveis *flexões de gênero*, mas das representações linguísticas dos sexos, fato extralinguístico. No quadro, encontram-se palavras heteronímicas que, em comum, designam seres da mesma espécie distintos pelo sexo, além de outras que representam, por meio de alterações morfológicas, seres sexualmente distintos. A subcategorização dos substantivos em *epícenos*, *comuns de dois gêneros* e *sobrecomuns* denuncia a mesma perspectiva de abordagem, ou seja, a criação dessas subcategorias pressupõe a relação entre *gênero linguístico* e sexo biológico, caso contrário sua elaboração seria nula. Na classificação *comum de dois gêneros*, a palavra *gênero* assume claramente o significado de sexo, já que a categoria exprime um substantivo que, sem qualquer alteração, designa seres masculinos e femininos. Infere-se que esse tipo de abordagem é, predominantemente, semântica; além disso, leva-se em consideração o significado da unidade lexical, mas não dos itens morfológicos.

Essa não é uma abordagem exclusiva da tradição gramatical. Em *Gramática de usos do português*, Neves (2011, p. 145-157), no subcapítulo dedicado à análise da classe dos substantivos, tratou, em uma subseção, da “Formação do feminino dos substantivos”. O título evidencia que a autora parte do pressuposto de que as palavras de *gênero* feminino são formadas a partir de outras do *gênero* masculino. Cabe uma exposição sucinta, com alguns exemplos, que servirão à discussão:

FORMAÇÃO DO FEMININO DOS SUBSTANTIVOS

1 - Com mudança ou acréscimo na terminação	
Nomes terminados em -o mudam para -a:	menino – menina etc.
Nomes em -ão mudam para -ã, -oa ou -ona:	anão - anã, leão - leoa, folião - foliona etc.
Nomes em -or têm acréscimo -a ou -eira:	doutor - doutora, falador – faladeira etc.
Nomes em -e não variam ou mudam para -a:	amante - amante, governante - governanta, presidente – presidenta etc.
Nomes em -ês, -l, -z têm acréscimo de -a:	freguês - freguesa - coronel - coronela - juiz – juíza etc.
Nomes que indicam o sexo feminino por meio de -esa, -essa, -isa:	barão - baronesa, conde - condessa, profeta – profetisa etc.
Nomes que não se enquadram nos casos precedentes:	ator - atriz, avô - avó, confrade - confradeira, czar - czarina, europeu - europeia, galo - galinha, guri - guria etc.
2 - Palavras diferentes (heterônimos)	
Nomes de pessoas:	cavaleiro - amazona, compadre - comadre, genro - nora, homem - mulher, padrinho - madrinha, pai – mãe etc.
Nomes de animais:	bode - cabra, boi - vaca, cão - cadela, carneiro – ovelha etc.

3 - Com o auxílio de outra palavra (substantivos comuns de dois)	
"Há substantivos relativos a pessoas que têm uma só forma para os dois sexos e, por isso, são chamados comuns de (ou a) dois. Tais substantivos distinguem o sexo pela anteposição de O (para o masculino) e A (para o feminino)":	o estudante- a estudante, o camarada - a camarada, o dentista - a dentista, o doente - a doente etc.
4 - Substantivos com um <i>gênero</i> determinado, designando indiferentemente elemento do sexo masculino ou do sexo feminino (substantivos sobrecomuns)	
Nomes de pessoas:	algoz (masculino), criatura (feminino), pessoa (feminino), ser (masculino) etc.
Nomes de animais (epícenos):	aranha, araponga, baleia, cobra etc.
5 - Substantivos com significados diferentes conforme o <i>gênero</i>	
	o caixa - a caixa, o lotação - a lotação, o estepe - a estepe etc.
6 - Substantivo cujo <i>gênero</i> pode oferecer dúvida	
São masculinos:	clã, champanha, dó, eclipse etc.
São femininos:	aguardente, alface, alcunha, bacanal etc.
São masculinos ou femininos:	aluvião, avestruz, diabete, hélice, ordenança, sentinela, sabiá etc.
7 - Particularidades de construção	
"Tanto a forma masculina como a feminina dos nomes de animais podem ser usadas com outro significado, geralmente depreciativo, em referência a seres humanos":	bode, cabra, vaca, burro, besta, cadela, ovelha, égua, perua etc.

Quadro 1.2: Formação do feminino dos substantivos (adaptado de NEVES, 2011, p. 145-157).

Na abordagem da autora, mesclam-se aspectos morfológicos, gramaticais, lexicais e semânticos. De acordo com sua visão, a “formação do feminino” ocorre: por meio de alterações morfológicas, como no item (1); por meio de vocábulos presentes no léxico que designam os seres do sexo feminino, como no item (2); por meio de composições sintagmáticas, como no item (3). Ainda que seu objetivo seja abordar a “formação do feminino”, o item (4) não traz nenhuma formação, pois nessa categoria encontram-se palavras de *gênero* único, que não participam de qualquer alteração para referir seres masculinos ou femininos. No item (5), encontram-se palavras cuja alternância de *gênero* ocorre em concomitância com a mudança de significado. O item (6) revela situações em que o uso difere da norma. Finalmente, no item (7), as palavras são empregadas em sentido metafórico e pejorativo, mas o significado que assumem não tem qualquer relação com o *gênero linguístico*. Em essência, os níveis de descrição e de análise não contemplam a morfologia, algo que se espera de uma seção que trate dos substantivos e do *gênero linguístico*. Há, ainda, um evidente

amalgama entre *gênero linguístico* e sexo biológico² não pertinente em uma análise morfológica, uma vez que se parte não da forma, mas do significado.

1.3. A flexão

Um dos autores a abordar o tema de maneira distinta foi Câmara Jr. O assunto é discutido em *Problemas de Linguística Descritiva* (1969), no capítulo intitulado “O mecanismo da flexão nominal”; em *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970), no capítulo “O nome e suas flexões”; em *Dispersos* (1972), no capítulo “Considerações sobre o gênero em português”; e, finalmente, em *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975), no capítulo “Morfologia nominal”.

Em síntese, esse autor postula³: a) a imanência do *gênero* no substantivo, isto é, o caráter masculino ou feminino da palavra é de natureza lexical e não flexional, pois em muitos substantivos masculinos não se encontra um correspondente de *gênero* feminino; b) nos casos em que há um substantivo masculino e outro feminino, este último seria “uma particularização mórfico-semântica

² Muito recentemente, respondendo a reivindicações de setores feministas da sociedade, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 12.605, de 3 de abril de 2012, que obriga instituições públicas e privadas a expedirem diplomas com a *flexão de gênero* correspondente ao sexo biológico da pessoa diplomada. Em contrapartida, outros setores sociais defendem o uso de uma “linguagem inclusiva”, na qual não existam marcas de *gênero* que, segundo esses setores, excluem pela linguagem pessoas que não se identificam com nenhum dos dois *gêneros*, o masculino e o feminino. Os argumentos e exemplos de língua podem ser conferidos no “Manual de uso não sexista da linguagem”, de autoria de Paki Venegas Franco e Julia Pérez Cervera. O manual, escrito originalmente em espanhol, foi traduzido para o português por Beatriz Cannabrava e distribuído via internet para o Brasil e países africanos de língua portuguesa. O “Observatório Brasil da Igualdade de *Gênero*”, instituição criada por iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL, disponibiliza em seu *site* (governamental) o material (disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/search?SearchableText=uso+sexista+da+linguagem>; acesso em 20 set. 2019). A existência desses debates, na sociedade, mostra haver, por parte do senso comum, uma ideia de *gênero linguístico* associada a sexo biológico e à identidade de *gênero*, que são noções distintas. Enquanto sexo biológico é uma dotação natural, a identidade de *gênero* é entendida como uma construção psicossocial. O *gênero linguístico* é, nesses debates, uma expressão ou do sexo biológico, ou da identidade de *gênero*, ou de ambos, mas nunca é visto como uma característica da língua portuguesa, plenamente presente em nomes e em outras categorias da língua. Pesquisas que têm por objetivo estudar o caráter ideológico das marcas de *gênero*, evidentemente presente nesses discursos, constantemente mesclam as abordagens, pois não dissociam o que é morfológico e o que está além da morfologia. Vejam-se, por exemplo, MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. *Masculino genérico e sexismo gramatical*. Orientador: Tarcísio de Arantes Leite. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina; e LEÃO, Daniel de Almeida. *Gênero gramatical e biológico de substantivos do português: uma análise baseada em corpus*. Orientador: Antônio Paulo Berber Sardinha. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Uma discussão de maior relevância e adequação vê-se em CARVALHO, Wallace Bezerra de. *Sobre pipocos e dicionários: Uma abordagem construcionista e relativista da flexão de gênero*. Orientador: Carlos Alexandre Victorio Gonçalves. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.; pois o autor investiga, entre usuários da língua, as percepções sobre *gênero linguístico* vinculadas a sexo biológico e *gênero* social a partir da Hipótese Sapir-Worf e do Relativismo Linguístico.

³ As discussões empreendidas por Câmara Jr., especialmente vinculadas à noção de *morfema*, serão retomadas e mais bem explicitadas no capítulo 6.2.3.

do masculino, uma forma marcada pela adjunção da desinência /a/”, em oposição à forma masculina "não-marcada" ou de desinência Ø (zero) (1972, p.119).

Embora Câmara Jr. postule em relação ao *gênero* dos substantivos o chamado caráter imanente, refere-se ainda ao fenômeno abordado como *flexão*. Segundo o autor, a noção de *gênero* do substantivo reside na *flexão* do artigo que o acompanha, ocorrendo ou não a "marca redundante de *gênero*". Assim, o *gênero* seria uma propriedade da classe gramatical dos substantivos, enquanto a *flexão* seria atributo apenas de parte dos vocábulos dessa classe. Contudo, no mesmo texto e em outros já citados, atesta o caráter obrigatório, fechado e sistemático da *flexão*, orientado pelas regras de concordância de número e de *gênero* entre um substantivo e seus adjetivos, e de pessoa e número entre o sujeito e o verbo: "É a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito" (2002 [1970], p. 49).

Em uma análise preliminar, percebe-se que o autor interpreta o *gênero linguístico* como uma propriedade dos nomes expressa no artigo, sem que haja qualquer relação com a forma morfológica, embora possa haver uma “marca redundante de gênero”. A *flexão* ocorreria em uma parte dos substantivos para designar seres femininos ou qualquer outra distinção semântica. O caráter sintático seria predominante, tanto no uso do artigo para expressar o *gênero* dos substantivos quanto na *flexão* dos adjetivos.

Parcialmente em oposição a Câmara Jr., Rocha (1983) desenvolveu um estudo sobre a *flexão de gênero* dos substantivos, com o objetivo de resolver a questão do “conceito de gênero linguístico” e sua caracterização no quadro geral da gramática portuguesa. Segundo esse autor, o *gênero* masculino ou feminino de um substantivo seria indicado por meio de determinantes flexionados em um dos dois *gêneros* e, nesse expediente, o substantivo poderia ou não receber uma marca distintiva morfológica. Por meio de um *corpus* composto de 4000 substantivos, o autor verificou que apenas 4,5 % dos substantivos se referiam a seres sexuados, mas que grande parte deles, apesar disso, não recebiam marca morfológica de *gênero*, como em *criança, cônjuge, homem, jacaré* etc. Ainda, afirmou que o *gênero* de um substantivo seria pré-estabelecido, portanto não seria a natureza da frase que o nortearia. Do mesmo modo, afirmou que, no caso de substantivos cujo *gênero* é marcado morfológicamente e que denotam seres sexuados, não seria a natureza da frase que nortearia o seu *gênero*, mas a circunstância, ou melhor, o elemento extralinguístico, fato que culminaria na chamada concordância ideológica. Nesse sentido, opõe-se a Câmara Jr.

Rocha ainda argumentou que a *flexão* de um substantivo não se trataria de um fenômeno isolado, condizente apenas à Morfologia, mas também à Sintaxe. Dessa maneira, concluiu que a

regra morfológica aplicada em vocábulos como *menino/menina* seria regra de *derivação*. Acrescentou que não haveria diferença entre *derivação* e o que a gramática tradicional chama de *flexão*, pois não existiria diferença constitutiva entre *menino/meninos/menina/meninada*, seriam todos vocábulos formados por processos de *derivação* que, no caso do número, é bastante regular, mas, no do *gênero*, é extremamente irregular na produção de itens lexicais.

Ainda que Rocha se respalde em *corpora* e apresente uma nova interpretação do fenômeno, suas conclusões baseiam-se em itens lexicais que designam seres sexuados. Segundo o próprio autor, em seu *corpus* esses itens representavam 4,5% do total de substantivos inventariados, mas parece que o fato de neles haver o significado de *sexo* foi determinante para que Rocha afirmasse que a alteração do *gênero linguístico*, quando marcada no substantivo, seria produto de *derivação*.

Dois autores distintos examinam o mesmo tipo de fenômeno. Rocha concorda com Câmara Jr. quanto à imanência do *gênero* no substantivo e quanto à expressão do *gênero* por meio do artigo ou de outro determinante. Discorda dele, porém, sobre a classificação do fenômeno em substantivos marcados morfológicamente, afirmando que, nesses casos, existe um processo de *derivação*. Expostos os dois pontos de vista, examina-se a questão por meio de uma lista de supostos pares femininos e masculinos, criada aleatoriamente, e extraem-se algumas informações de cada palavra encontradas no Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009):

A) *barco* / *barca*

B) *linbo* / *linha*

C) *embaixador* / *embaixadora* ou *embaixatriz*

Em (A), pode-se supor que *barca* deriva de *barco*, ou é apenas *flexão de gênero*. Segundo a datação do Dic. Houaiss, a palavra *barca* é pouco mais antiga, de 911, enquanto *barco* é de 919, o que não é motivo suficiente para apontar a derivação *barca* → *barco*, embora seja uma hipótese plausível. Isso porque é possível que ambas existissem concomitantemente, dado o curto período de atestação entre ambas. No entanto, o latim clássico já registrava *barca*, etimologia dada pelo dicionário, que também informa ser *barco* derivado de *barca*; isso contraria a afirmação de que o masculino é sempre o derivante do feminino. Além disso, caso se considerem as acepções dadas pelo mesmo dicionário para ambas as palavras, o *gênero* marca uma diferença semântica em relação ao tamanho e à forma da embarcação, isto é, o *gênero* da palavra não é uma distinção semântica que diz respeito ao sexo biológico. Toda a argumentação deveria ser revista se fossem encontrados registros mais antigos da palavra *barco*.

Em (B), *linbo*, que designa uma planta, tem sua possível origem no grego λινον, que passou ao latim *linum*. O latim é o provável étimo da palavra no português (datada de 1257 pelo Dic. Houaiss), por ser a língua comumente usada na botânica. A palavra também se presta a designar o tecido produzido a partir dessa planta. Já *linha* provém do latim *linea* e designa, dentre inúmeras acepções, também um fio, de constituição diversa, usado em costuras. É possível que *linea* tenha se derivado de *linum*, visto que ambas as palavras pertencem ao mesmo campo semântico, mas a *derivação* ocorreu em outro sistema linguístico. Inclusive, muitas das extensões de sentido da palavra *linha*, no português, já existiam no latim.

Em (C), a palavra *embaixador* (datada no séc. XV) é um empréstimo do francês *ambassadeur*. Vale ressaltar que o Dic. Houaiss registra acepções diferentes para *embaixadora* (datada de 1664), cuja acepção é "mulher que ocupa o cargo de embaixador", e *embaixatriz* (datada de 1713), empréstimo do francês *ambassatrice*, cuja acepção é "mulher de embaixador". Se considerados dados extralinguísticos e as datações no português, é possível afirmar que, durante certo período, *embaixadora* e *embaixatriz* eram formas concorrentes de mesma acepção, já que, na história, a primeira mulher a ocupar tal cargo diplomático foi a russa Aleksandra Kollontai⁴ (1872-1952). Assim, *embaixadora* seria ou uma formação do português, que recebeu marca de *flexão de gênero*, caso não se ateste equivalente estrangeiro da palavra em línguas que, comprovadamente, tiveram influência sobre o português.

O que se pretende com a exposição acima é mostrar os métodos empregados pela Morfologia Histórica, que considera dados etimológicos para discernir heranças latinas, empréstimos e formações vernáculas, dentre elas, a *derivação*. É possível divisar como a trajetória histórica de uma palavra pode ser distinta antes de sua adoção em uma língua, mesmo que, aparentemente ou formalmente, pareça um processo de criação vernácula. Não obstante, certos autores que até então trataram do assunto admitiram haver inúmeras irregularidades na tentativa de ordenação do *gênero linguístico* representado no português. Sobre a questão, Viaro (2011, p. 243) adverte:

Em estudos históricos e etimológicos, não se devem seguir alguns dogmas presentes nas gramáticas. Um deles é que a forma masculina vem sempre antes da feminina. É comum, do ponto de vista histórico, palavras femininas surgirem antes das masculinas. Se isso, de fato, é óbvio em alguns casos, do ponto de vista referencial (como: menstruada → menstruado, grávida → grávido, fêmea → fêmeo), na maior parte das vezes, não é

⁴ Ocupou diversos postos diplomáticos, a partir de 1923, no exterior, e tornou-se embaixadora na Suécia entre 1930 e 1945, cf. INGEMANSON, B. **The Political Function of Domestic Objects in the Fiction of Aleksandra Kollontai**. *Slavic Review*, 48(1), p. 71-82. Disponível em: doi:10.2307/2498686. Acesso em: 25 jul. 2015.

possível saber qual é a original e qual a modificada senão pela pesquisa histórica. Para tal, a datação dos étimos é imprescindível.

Os esforços aplicados às pesquisas calcadas em diacronia têm mostrado que estudar, entender e explicar os processos de *derivação* pressupõe investigar o que veio antes e o que veio depois. Antes de se afirmar que uma palavra se trata de uma criação vernácula, é preciso buscar, metódica e conscientemente, especialmente em outras línguas, dados que comprovem não se tratar de empréstimo. A busca desses dados envolve a investigação de sincronias pretéritas de uma dada língua. Em suma, de um lado, foi preciso a inclusão do elemento histórico para definir, com clareza, o que se entende por *derivação*. Por outro lado, o *gênero linguístico* aplica-se a todos os nomes do português, portanto, a busca etimológica de pares comutáveis, como os apresentados acima, ainda que amplamente feita, não é suficiente para explicar o fenômeno.

O *gênero linguístico* segue como uma categoria que ora é morfológica, seja marcada ou não marcada, ora é semântica, seja para designar os sexos ou outras distinções de significado, ora é sintática, uma vez que se considera uma obrigatoriedade no adjetivo e em outros acompanhantes do substantivo. O caráter imanente do *gênero linguístico* em substantivos não é explicado nem mesmo em perspectiva histórica, uma vez que essa categoria atinge todos os nomes, na atual e nas demais etapas pretéritas do português, e no latim, também em todas as suas vertentes. Há, em português, uma categoria, *gênero*, e suas subcategorias, *masculino* e *feminino*, que ocorrem em nomes, substantivos ou adjetivos, e em palavras de outras classes, artigos ou pronomes, mas essa categoria não encontra um denominador comum, pois é descrita e analisada a partir de dois conceitos, *flexão* e *derivação*.

A *flexão* e a *derivação* como operações morfológicas distintas é parte da tradição dos estudos gramaticais e linguísticos. Na Linguística, há duas áreas direcionadas aos estudos morfológicos: a Morfologia Lexical e a Morfologia Flexional. Em Trask (2015, p. 200), diz-se existir uma convenção que determina a divisão da morfologia em “flexão – isto é, a variação na forma para fins gramaticais de uma única palavra, (...) e a formação de palavras – a construção de palavras novas com base nas já existentes (...)”. A *derivação* é, segundo o autor, um tipo de formação de palavras que alimenta o léxico de uma língua. Ambas as áreas incluem a noção de *morfema*, isto é, unidades linguísticas menores do que a palavra. Muito embora haja dois campos tão bem delimitados, os critérios que distingam processos morfológicos flexionais e derivacionais, quando se considera a noção de *morfema*, não foram encontrados.

Rodrigues e Alves (2015, p. 7) afirmam que essas áreas da morfologia “não estão isoladas entre si; ao contrário, estabelecem uma relação de continuidade e de frequentes superposições”, o que parece evidenciar uma suposta harmonia. No entanto, Câmara Jr. (2002 [1970], p. 81) informa

que, em português, a *flexão* ocorre sob a forma de “segmentos fônicos pospostos ao radical”, que são “sufixos flexionais, ou desinências, que não se devem confundir com sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos”. Na verdade, a visão exposta por Câmara Jr. ainda é atual. Além de haver uma divisão de áreas, uma vez que foram descobertas unidades menores que a palavra, cada uma dessas áreas deveria tratar de elementos formativos que lhes são exclusivos, ou seja, investigar a estrutura das palavras em termos de constituintes que servem ou à sintaxe ou ao léxico.

Dessa forma, o conceito de *flexão* torna-se polêmico face ao conceito de *derivação*, já que a distinção de categorias flexionais e categorias derivacionais, nas línguas, nem sempre é possível. Bybee (1985, p. 81) afirma que esses seriam conceitos dos mais indefinidos, em morfologia. Quando a análise se pretende universal, a distinção torna-se ainda mais complicada. Anderson (1985, p. 189) diz que, em diferentes línguas, as expressões de modo, tempo, pessoa e número dos verbos são expressas por meio da derivação; em contrapartida, a categoria diminutivo, presente nas línguas românicas por meio de operações derivacionais, em *fula*⁵, manifesta-se por meio de processos flexionais. Geert Booij (2000, p. 361) questiona se haveria clara demarcação entre processos flexionais e derivacionais. Gonçalves (2011, p. 11) afirma que a demarcação de fronteiras entre processos flexionais e derivacionais é um dos problemas centrais da morfologia contemporânea.

Embora a dupla função de certos constituintes, atrelada a fatores semânticos complexos e arbitrários, tenha dificultado uma nítida distinção entre *flexão* e *derivação*, essa distinção é consensualmente assumida por linguistas no Brasil e no exterior. Em outras palavras, assume-se que existem diferenças entre os dois tipos de operações morfológicas, mesmo que a classificação de certos itens linguísticos em um ou em outro tipo seja constantemente problematizada. As dificuldades encontradas resumem-se na ausência de critérios incontestavelmente claros, suficientes e fidedignos para comprovar a distinção, isto é, os quais evidenciem a demarcação de fronteiras morfológicas nas operações flexionais e derivacionais.

Borges Neto vê nesses pressupostos uma certa contradição, pois “os autores já sabem, de início, o que é *flexão* e o que é *derivação* e sua tarefa é achar o critério que recubra a oposição” (2012, p. 311). Acrescenta-se que, apesar de aparentarem o conhecimento do que seja *flexão* e do

⁵ Língua falada por povos islamizados, espalhados pela África ocidental, mais especificamente no Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, em certas regiões do Mali e Alto Volta, ao norte do Togo e do Benin e, ainda, em alguns pontos de Níger, Nigéria, Camarões e Tchad. Essa língua foi escrita em caracteres árabes, mas atualmente é escrita em caracteres latinos.

que seja *derivação*, a ausência do critério determinante soma-se à omissão de definições claras e objetivas desses termos.

Na *Hipótese Lexicalista Fraca*, Scalise (1984; 1988) considerou que a morfologia não seria um módulo autônomo. O autor, em dois textos distintos, procurou investigar os critérios que poderiam estabelecer as diferenças entre *flexão* e *derivação*. Nesse sentido, a *flexão* seria um processo absolutamente regido pela sintaxe, e a *derivação*, um processo lexical. Gonçalves (2011), que apostou na *Hipótese Lexicalista Forte*, aplicou cada um dos critérios estabelecidos ao exame do português como constam no quadro abaixo:

	SCALISE (1988)	GONÇALVES (2011)
1	Ao contrário da flexão, a derivação alteraria a categoria gramatical da base.	A flexão não altera a classe da palavra; a derivação pode fazer isso.
2	O sufixo derivacional seria a <i>cabeça</i> da palavra, isto é, a interpretação semântica partiria do sufixo para a base.	Na derivação, o sufixo é a <i>cabeça</i> da palavra e a interpretação parte deste para a base; na flexão, a base é o principal constituinte.
3	As atuações da derivação e da flexão seriam diferentes. A derivação teria uma atuação mais poderosa, pois poderia alterar cada traço de informação atrelado a sua representação; enquanto a flexão alteraria apenas um conjunto de informações linguísticas, como gênero, número etc.	A flexão é semanticamente mais regular do que a derivação. A derivação serve para expressar juízos de valor; a flexão não se presta a isso.
4	A derivação apresenta uma quantidade (restrita) de recursividade no sentido de que pode ser reaplicada; já os afixos de flexão seriam mutuamente excludentes.	Os afixos de flexão de mesmo valor são mutuamente excludentes. Uma regra de formação de palavras pode ser reaplicada, o que não acontece com uma regra flexional.
5	As regras de reajustamento aplicadas à derivação seriam diferentes daquelas aplicadas à flexão.	Arbitrariedades formais e semânticas são constantes nos afixos derivacionais e pouco prováveis nos flexionais.
6	A flexão seria totalmente produtiva, o que não ocorreria com a derivação.	A flexão é mais aplicável do que a derivação, pois apresenta maior regularidade e sistematização.
7	A derivação e a flexão comportar-se-iam de maneira diferente em relação à condição de adjacência.	Os afixos derivacionais localizam-se mais próximos da base e sempre precedem os flexionais.
8	A flexão seria obrigatória, enquanto a derivação seria opcional. A flexão seria sensível à sintaxe, ao contrário da derivação.	A flexão é requerida pela sintaxe; há obrigatoriedade.
9	A derivação poderia sofrer restrição de bloqueio, mas a flexão não poderia.	O afixo é flexional se for o único meio de expressar o conteúdo semântico; se houver concorrência com outros recursos, é derivacional.
10	A derivação delimita-se por questões pragmáticas, e a flexão não.	O número de afixos derivacionais é superior ao de flexionais; a chance de expansão de elementos derivacionais é remota, mas possível; já a de flexionais é mínima. Sufixos derivacionais servem como sinalização social, geográfica e etária.
11	Estruturas flexionais seriam diferentes das estruturas de derivação.	Os elementos da flexão são cumulativos; os da derivação não o são.
12	A derivação mudaria o significado da base, e a flexão alteraria o significado gramatical da base.	A derivação cria vocabulário novo; a flexão apresenta variações de uma mesma palavra.

13	A derivação ocorreria antes da flexão. Esse ponto parte de uma reformulação de um dos universais linguísticos propostos por Greenberg (1963), segundo o qual os afixos flexionais seriam sempre periféricos quando comparados aos afixos derivacionais.	Somente a derivação é processada no léxico, sendo a flexão operada na sintaxe.
14	A partir de duas formas ligadas YX, na derivação, a ordem das formas poderia ser invertida, o que não ocorre flexão.	Uma regra fonológica pode aplicar-se da mesma forma entre afixos flexionais e derivacionais.

Quadro 1.3: Critérios de distinção entre flexão e derivação (adaptado de SCALISE, 1988; GONÇALVES, 2011).

No quadro acima, apresentam-se comparativamente os argumentos estabelecidos em Scalise (1988) e Gonçalves (2011). Como os argumentos apresentados se prestam a estabelecer as diferenças entre *flexão* e *derivação*, pressupõe-se: a) que cada um deles seja reflexo dos princípios teóricos que norteiam o modelo de análise morfológica; b) que seu conjunto opere com vias a estabelecer uma terminologia.

De um lado, no item 14, os critérios estabelecidos por Scalise e Gonçalves são conflitantes entre si e envolvem um dos conceitos mais caros ao gerativismo: a concatenação de elementos vistos em uma cadeia linear. Gonçalves (2011), após ter investigado se a *flexão*, como fenômeno sintático, ocorreria após a *derivação*, chegou à conclusão de que os afixos flexionais nem sempre ocupam posições periféricas. No entanto, todos os demais critérios são utilizados por ambos os autores, como se pode ver nos itens de 1 a 13, muito embora isso não signifique que Gonçalves os tenha abonado. Ao contrário, cada item foi por ele testado na análise do português contemporâneo e nenhum foi aprovado.

Essas noções serão levadas a cabo até muito recentemente no exame das línguas. Com base no que foi apresentado por Scalise e Gonçalves, essas definições podem ser categorizadas em três níveis de análise operacional, denominados *semântico*, *morfológico* e *sintático*. Examina-se, a seguir, cada termo após a categorização:

FLEXÃO	
NÍVEL SEMÂNTICO	<ol style="list-style-type: none"> 1. altera o significado gramatical da base; 2. é semanticamente mais regular; 3. não expressa juízos de valor.
NÍVEL MORFOLÓGICO	<ol style="list-style-type: none"> 4. não altera a classe da palavra; 5. não forma novas palavras; 6. apresenta alta aplicabilidade e, portanto, grande produtividade, devido a maior regularidade e sistematização; 7. caracteriza-se por poucas arbitrariedades formais e semânticas, o que muda a aplicação das regras de ajustamento; 8. compõe-se de afixos que são mutuamente excludentes; 9. não se presta a questões pragmáticas, por isso as flexões se apresentam em menor número e a chance de expansão é remota; 10. apresenta uma estrutura formada que demonstra poder haver cumulação; 11. constitui-se principalmente da base.

NÍVEL SINTÁTICO	12. é obrigatória, pois sua presença é requerida pela sintaxe; 13. é operada na sintaxe e, por isso, seus afixos são periféricos.
------------------------	--

Quadro 1.4: Conceituação de *Flexão* (adaptado de SCALISE, 1988; GONÇALVES, 2011).

No quadro, reúnem-se todas as propriedades que um determinado morfema deve apresentar para ser categorizado na *flexão*. Destacam-se as propriedades pertinentes ao nível morfológico, embora a *flexão* seja, nesses modelos, um processo sintático. Contudo, todas as propriedades foram testadas no português contemporâneo e recusadas por Gonçalves. As propriedades da *flexão*, tal como expostas, são dadas *a priori*, porque baseadas nos itens previamente classificados como *flexão: modo, tempo pessoa e número*, nos verbos; *caso, grau, gênero e número*, nos nomes. Comparem-se, a seguir, as propriedades atribuídas à derivação:

DERIVAÇÃO	
NÍVEL SEMÂNTICO	1. altera o significado da base, criando vocabulário novo; 2. constitui-se de sufixo que orienta a interpretação semântica da palavra; 3. promove alterações semânticas de maior nível, possibilitando, às vezes, a expressão de juízos de valor.
NÍVEL MORFOLÓGICO	4. altera/pode alterar a classe da palavra; 5. forma novas palavras; 6. apresenta menor produtividade (em comparação à flexão); 7. requer maior regra de ajustamento por apresentar mais arbitrariedades formais e semânticas; 8. constitui-se de afixos que não se apresentam cumulativamente; 9. ocorre antes da flexão; 10. apresenta possibilidade, ainda que restrita, da recursividade; 11. pode sofrer restrição de bloqueio; 12. é processada no léxico, é opcional e não é requerida pela sintaxe; 13. constitui-se de afixos que se localizam nas adjacências da base.

Quadro 1.5: Conceituação de *Derivação* (adaptado de SCALISE, 1988; GONÇALVES, 2011).

As propriedades expostas nessa análise são, igualmente, uma tentativa de definição. No entanto, caso se observem os itens mencionados, percebe-se que cada um deles, na *derivação*, é concebido por oposição a um certo item, na *flexão*. Por exemplo, no nível semântico:

- ✓ Na *flexão*, altera-se o significado gramatical; na *derivação*, altera-se o significado da base.
- ✓ Na *flexão*, não se expressam juízos de valor; na *derivação*, promovem-se alterações semânticas, podendo expressar juízos de valor.

As propriedades, em oposição, são evidências de uma concepção que pressupõe operações absolutamente distintas. Partem, ainda, de noções pretéritas, formuladas na tradição canônica, que subjazem ao sentido. Dessa maneira, caso a propriedade não se aplique, o morfema não pode ser classificado em uma das operações. Essa relação opositiva/condicionante ocorre nos itens de 4 a 8 e de 12 a 13 entre as propriedades de *flexão* e de *derivação*; apenas os itens de 9 a 11 de ambos os

termos significam propriedades advindas da teoria gerativa. Como se pode notar, parte-se de uma distinção abstrata prévia, arrolam-se as propriedades, antes mesmo de verificar o léxico. São propriedades dadas por dedução, não por indução.

O estabelecimento de categorias linguísticas requer um conjunto de propriedades classificatórias, comumente oriundas da descrição linguística. A descrição linguística deve, então, fornecer os elementos que serão definidos como prototípicos para, ao final, distribuir os itens linguísticos em suas diversas categorias. Os níveis de descrição e análise consensualmente envolvem os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Contudo, dificuldades de descrição e análise devem ser superadas antes de qualquer tentativa de categorização.

O exame morfológico não pode prescindir de uma terminologia de cunho científico, transparente e inequívoca. Para isso, delimita-se, então, o campo de aplicação do termo. Quanto à sistematização terminológica, cerne da problemática aqui exposta, Viaro diz:

as teorias conflitantes em qualquer ciência necessitam de termos bem definidos e essas definições deveriam ser sistematizadas. Em nenhuma área do conhecimento, a polissemia terminológica é mais indesejável do que na Ciência de Linguagem. (...) A falta de uma sistematização terminológica acaba transformando muitas considerações pertinentes em demérito. O que conta, na prática, é a corrente em voga, normalmente esquecida por outra, mais influente, que surge a seguir. (2011, p. 21)

A metalinguagem aplicada às línguas é consequência de uma rede terminológica que envolve a precisão dos conceitos nela presentes. Dessa forma, ainda que os autores não expressem objetivamente o que entendem por *flexão*, o conceito pode ser inferido da análise que fazem das línguas. Isso quer dizer que as teorias podem ser revistas com o objetivo de esclarecer os conceitos face à doutrina que apresentam as diversas linhas teóricas adotadas em certa área do conhecimento.

Considerando a complexidade e as controvérsias dos processos que envolvem o *gênero linguístico*, a *flexão* e a *flexão de gênero*, parte-se do princípio de que a problemática, em nível conceitual, se desdobra em três perspectivas distintas: que significa *gênero linguístico*, que significa *flexão* e, finalmente, que significa *flexão de gênero*. Quando se pergunta “que significa”, na verdade, objetiva-se saber como esses termos foram/são empregados na descrição e análise linguísticas e qual é a conexão entre o seu emprego e as diversas redes teóricas que o assumiram. Há, portanto, uma problemática de ordem conceitual, envolvendo o uso e a definição de três termos frequentemente presentes no exame das línguas. A Morfologia Histórica, como Ciência da Linguagem, faz uso desses termos, portanto necessita de uma sistematização terminológica.

Há, ainda, um outro problema a ser enfrentado: os pressupostos e os métodos da Morfologia Histórica não dão conta de descrever e analisar o *gênero linguístico* - e a *flexão de gênero* -

quanto a seu papel na constituição do léxico. Uma busca, em perspectiva diacrônica, de itens linguísticos do português com vias a examinar a relação entre aspectos morfológicos e semânticos correlacionados ao *gênero linguístico* resulta um mesmo quadro: todo e qualquer nome apresenta, no mínimo, um *gênero*, mas não se sabe como esse fato se relaciona a aspectos morfológicos e semânticos, ou seja, a descrição e a análise ficam comprometidas pela ausência, na teoria, de conceitos que possibilitem um modo de apresentação suficientemente abstrato e universal. Uma vez que termos e perspectivas de abordagem linguística são compartilhados por diversas correntes teóricas da Linguística⁶, a Morfologia Histórica se depara com o mesmo problema enfrentado em estudos sincrônicos: não há consenso na interpretação do *gênero linguístico* - mas também da *flexão de gênero* - como uma propriedade gramatical ou como uma propriedade lexical.

Se gramatical, ou uma propriedade morfológica, ou uma propriedade sintática. Se morfológica, a análise e descrição linguísticas devem explicar a presença do *gênero linguístico* – e da *flexão de gênero* - em itens tão distintos como, dentre outros: *vassoura*, palavra feminina terminada em *-a*; *mapa*, palavra masculina terminada em *-a*; *menina*, palavra feminina terminada em *-a*, face a *menino*, palavra masculina terminada em *-o*; *amor*, palavra masculina terminada em consoante; *dentista*, palavra de *dois gêneros*, terminada em *-a*. Se sintática, a descrição e a análise linguísticas devem explicar processos aparentemente distintos em: *feio* face a *feia*, em que o *gênero linguístico* se altera em concordância com o substantivo; *lobo* face a *loba*, em que o *gênero linguístico* se altera em consonância com a designação.

Se lexical, a descrição e a análise linguísticas devem explicar o papel do *gênero linguístico* face à diversidade dos itens lexicais e sua formação, apontando os sufixos derivativos: *menina* deriva de *menino* por meio do sufixo derivativo *-a*, ou *menino* deriva de *menina* por meio do sufixo derivativo *-o*, ou *menino* e *menina* são formações derivadas a partir da raiz *menin-* e a inserção dos sufixos *-a* e *-o*.

Em perspectiva lexical, o percurso de certas formações é bastante evidente, como é o caso da palavra *dicionária*. Recentemente, foi publicada a obra *Aurélia: a Dicionária da Língua Afiada*⁷, que se trata de um dicionário composto por palavras e expressões utilizadas no universo de gays, lésbicas e simpatizantes. Ainda que seja incontestável *dicionária* ter sido criada a partir de *dicionário*, a análise e a descrição linguísticas carecem de precisar o papel de *-a* e de *-o* nessas formações. As

⁶ Tem-se, em mente, os termos já citados, ou seja, *gênero linguístico*, *flexão* e *flexão de gênero*. Quanto às perspectivas de abordagem compartilhadas, fala-se de segmentação de palavras, levantamento e classificação de afixos ou de morfemas e seus significados, aspectos relativos à formação de palavras, dentre outros.

⁷ VIP, Angelo; LIBI, Fred. *Aurélia: a Dicionária da língua afiada*. São Paulo: Editora do Bispo e dos Bispos, 2006.

palavras derivam-se umas das outras, mas os sufixos empregados nesse processo de derivação são *flexionais* ou *derivacionais*?

A perspectiva extensiva serve como reflexão inicial para se entender o certame em que se encontra qualquer proposta de pesquisa que vise uma interpretação do *gênero linguístico* ou da *flexão de gênero* no português. É preciso notar, ainda, que, na demonstração, fala-se concomitantemente de *gênero linguístico* e de *flexão de gênero*: assim, todo e qualquer nome apresenta, ao menos, um *gênero*, mas, se não se sabe exatamente que significa *flexão*, não se sabe quando se tem *flexão de gênero*; por essa razão, a polêmica se situa na perspectiva gramatical e lexical, concomitantemente, morfológica, sintática e semântica. Tem-se, portanto, o seguinte quadro, que pode assim ser representado:

Figura 1.1: Representação dos níveis de análise da *Flexão de Gênero*.

A proposta desta tese assume dois níveis de análise: o nível conceitual e o nível morfológico. O tratamento conceitual constrói-se a partir de um estudo sistemático e crítico, em perspectiva interna e longitudinal, dos termos *gênero linguístico* e *flexão*, fundamentado em certos parâmetros da Historiografia Linguística, estabelecidos por Swiggers (2004; 2010) com vias a encontrar definições para os termos, conforme as elencadas por Hegenberg (1974), e analisá-las sob a ótica da Conceitografia de Frege (1891; 1892a; 1892b; 1895). O tratamento morfológico engendra-se por meio da descrição e análise quali-quantitativa de *corpus* linguístico formado de substantivos a partir do Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2001), em considerando a herança latina morfossintática, fundamentado na concepção de signo semiótico de Charles Sanders Peirce (1839-1914) e nas discussões iniciadas por Viaro (2019) a respeito do significado morfológico composicional. Na próxima seção, serão explicitados os objetivos e as hipóteses que viabilizam a pesquisa.

1.4. Objetivos e hipóteses

O objetivo principal desta pesquisa é compreender o papel desempenhado pela *flexão de gênero* em nomes, ou seja, investigar sua gênese e aplicação. Argumenta-se que a problemática que envolve a descrição e a análise da *flexão de gênero* assenta-se em aspectos teóricos, essencialmente conceituais, quanto aos conceitos de *gênero linguístico* e de *flexão*. Dessa maneira, esta tese desdobra-se em duas perspectivas de investigação:

1. Em nível conceitual, objetiva-se:

1.1. Investigar o conceito de *gênero linguístico* na Filosofia da Linguagem e na Gramática da Antiguidade Clássica, procurando compreender como foi concebido em outra área disciplinar e como foi recebido pela gramática canônica;

1.2. Reconstituir uma genealogia do termo *flexão*, observando as continuidades e descontinuidades na metalinguagem aplicada à descrição e à análise de línguas naturais;

1.3. Buscar definições mais precisas dos conceitos, em perspectiva intensiva e extensiva, cotejadas com as redes terminológicas a que pertencem e com a elaboração intrateórica;

1.4. Avaliar o impacto desses usos na epistemologia linguística.

As etapas de investigação têm o propósito de resgatar a aplicabilidade desses termos como operações conceituais. Quanto ao *gênero linguístico*, observa-se certa unicidade conceitual: as descrições linguísticas, mesmo as contemporâneas, envolvem continuamente uma relação entre *gênero* e sexo, embora, no léxico, pequena parte dos itens apresentem essa correlação. Sobre a *flexão*, as descrições remetem a certos elementos linguísticos entendidos como traços herdados do latim e mantidos no português, ou seja, *gênero* e *número*, nos nomes, e *modo*, *tempo*, *pessoa* e *número*, nos verbos. Parte-se da hipótese de que o uso desses termos, não obstante o quadro teórico no qual se inserem, resguarde traços conceituais oriundos de outras épocas e transmitidos por herança. Ainda, o conceito de *flexão* pode apresentar camadas de significados diversos por conectar-se a outros conceitos pertencentes às redes terminológicas com as quais foi associado.

Salienta-se que, embora a Historiografia Linguística não seja uma ciência exercida com a finalidade de correção de rumos, apresenta princípios e parâmetros de abordagem necessários à compreensão e sistematização da metalinguagem aplicada à análise e à descrição de línguas. Além disso, não se conhece nenhum estudo que tenha investigado esses conceitos como ora proposto. Dessa maneira, antes de assumir ou de recusar esses conceitos como modos de apreensão

pertinentes, fidedignos e suficientes para descrever e analisar o gênero linguístico, é preciso conhecê-los.

2. Em nível morfológico, objetiva-se:

2.1. Problematicar a definição de *signo linguístico* que, segundo concepção saussuriana, exclui o referente;

2.2. Propor uma teoria de análise morfológica que, na descrição e análise, contemple o *signo semiótico*, especialmente com os conceitos de *índice* e de *símbolo*, e incorpore o conceito de *referência*;

2.3. Investigar uma possível correlação entre *gênero linguístico* e *paradigmas morfológicos* no português:

2.3.1. Considerar a herança latina morfossintática quanto à relação existente entre *gênero linguístico* e *declinação* e quanto ao desaparecimento dos *casos*, na passagem do latim ao português;

2.3.2. Inventariar e explicar a classificação dos nomes quanto ao *gênero* em português, em considerando seu estatuto de *signo linguístico*, a partir de *corpus* do português;

2.3.3. Verificar a relação entre *estrutura silábica final*, *tonicidade* e *gênero linguístico* e analisar uma possível influência do *sufixo* no pertencimento a um dado *gênero*.

Os estágios de investigação têm por objetivo testar as seguintes hipóteses:

- (A) O *índice* ou *morfema -a* é forma marcada do *gênero feminino*.
- (B) O *índice* ou *morfema -o* é forma marcada do *gênero masculino*.
- (C) O *índice* ou *morfema -e* é forma **latente**⁸ do *gênero masculino* ou do *feminino*.
- (D) As consoantes são formas **latentes** do *gênero masculino* ou do *feminino*.

As hipóteses serão testadas com base em dois pressupostos relacionados aos signos:

- (1) O pertencimento a um único *gênero*, cuja forma seja marcada ou não marcada por índices de *gênero*, expressa uma ou várias *referências*.

⁸ Por *latente*, entende-se que, num quadro hipotético em que as terminações sejam índices de *gênero*, o *índice latente* poderia ser ambíguo.

(2) A alternância de *gênero* pode ocorrer com ou sem a alteração do significante para expressão de outra *referência*.

Consideradas as estruturas silábicas finais das palavras, ter-se-iam:

- a) um grupo de palavras em que *-a* e *-o* são *morfemas* e *índices* de *gênero*;
- b) um grupo de palavras em que *-e* é *morfema* de *gênero* e *índice latente* de *gênero*;
- c) um grupo de palavras em que *-i*, *-u* ou uma dada consoante são *morfemas* e *índices* de *gênero*;
- d) grupos de palavras em que *sufixos* são *morfemas* e *índices* de *gênero*;
- e) um grupo de palavras cuja estrutura silábica final, ainda que apresente uma das formas previstas nos grupos anteriores, não seja nem *morfema* nem *índice* de *gênero*, embora pertençam a uma ou a mais de uma categoria de *gênero*.

Hipoteticamente, as palavras do grupo (e) podem ou não ser interpretadas pelo senso comum como pertencentes a uma das categorias. Isso também pode ocorrer com as palavras terminadas em *-e*, em que o *índice* seria **latente**, mas não explícito. Por isso, faz-se necessária a interpretação da significação composicional, pois o *sufixo* como *paradigma morfológico* pode desempenhar um papel de *índice* de *gênero*. Essa probabilidade fundamenta-se no fato de que é frequente haver, por parte dos falantes, variação do *gênero* no uso de palavras terminadas em *-e*, como *alface*, *champanhe*, *beliche*, mas não haver vestígios dessa variação em palavras formadas pelo sufixo *-dade*, como *felicidade*, *igualdade*, *representatividade*.

Ainda, uma palavra como *cabeça* apresentaria *-a* como *índice* de *gênero feminino*. Mas esse *paradigma morfológico* poderia ser substituído por outro, atuante no sistema, de acordo com as necessidades comunicativas. Isso ocorreria quando *cabeça* se verte ao *gênero masculino* para representar um líder do sexo masculino, acepção registrada pela lexicografia. Nesse caso, a motivação da alternância de *gênero* estaria prevista no pressuposto referido em (2), isto é, a alternância de *gênero* sem alteração de significante para expressão de outra *referência*, analisável em nível lexical.

Capítulo 2

Estrutura teórico-metodológica

2.1. Nível conceitual

Nesta tese, em um dos desdobramentos, abordam-se os termos *gênero linguístico* e *flexão* com o propósito de resgatar sua aplicabilidade como operações conceituais. Modelos de análise linguística servem-se de conceitos para representar os fenômenos que investigam, por isso as definições terminológicas são de fundamental importância para a teorização. Sabe-se que, na Linguística, existe um incontestável legado da tradição gramatical, que se articula por meio de termos e de um mapeamento cognitivo orientador da apreensão de fatos de língua. A intenção é, portanto, resgatar, desde o seu início, o uso desses termos aplicados à análise das línguas, tendo por inspiração as palavras de Altmann (2013, p. 21):

Uma das questões que costumam motivar os historiógrafos de uma disciplina científica a revisitar os mitos edificadas pela comunidade de seus praticantes é a possibilidade de restaurar os conceitos fundadores do paradigma que os uniu em uma especialidade, ou de surpreender algo que passou despercebido da geração que com ele conviveu, ou, ainda, de (re)capturar, da perspectiva privilegiada do presente, o prenúncio do que seria considerado genial anos depois.

A *metahistoriografia* pressupõe que o historiador conceba seu domínio científico, marcado pela delimitação do objeto, ou campo de estudo. O presente objeto de estudo situa-se no campo terminológico, que apresenta uma complexidade problemática, de acordo com Swiggers (2010, p. 9-10): há uma metalinguagem construída, cuja investigação pressupõe uma *meta-metalinguagem*; uma vez que o objetivo de análise se cerca de aspectos avaliativos, é preciso dispor de uma *meta-meta-metalinguagem*.

As camadas de investigação e de análise são decorrentes, segundo o autor, de propriedades essenciais do campo das ciências humanas e, mais especificamente, das ciências da linguagem, caracterizadas: "por certa 'imprecisão material', por uma historicidade sedimentar e inegavelmente incrustada, enfim pela existência de latitudes interpretativas (que justificam tomadas de posição radicalmente opostas face aos 'mesmos dados')"⁹ (SWIGGERS, 2010, p. 10). Assim, a análise de

⁹ *par certain «flou matériel», par une historicité sédimentaire et inégalement incrustée, enfin par l'existence de latitudes interprétatives (justifiant des prises de position radicalement opposées en face des «mêmes données»)* (tradução nossa).

uma obra, de um autor, de uma escola, de uma época, seja investigada a metalinguagem, em geral, ou, especificamente, a terminologia, requer a adoção de certos parâmetros, desde uma matriz de abordagem, passando pela seleção de uma tipologia historiográfica ou modelo, até o método de investigação, que também envolve critérios de seleção de obras e de autores.

2.1.1. Matriz de uma meta-metalinguagem

Os termos¹⁰ ora investigados fazem parte da tradição gramatical e linguística, em diversas correntes teóricas. Cercam-se, por isso, de dimensões que envolvem compartilhamento, sobreposições de conteúdo e intersecções disciplinares. Dessa maneira, é preciso enfrentar a problemática por meio de uma matriz de abordagem que leve em consideração a antiguidade desses termos.

Swiggers (2010) aponta que uma dada terminologia pode resultar de uma evolução “espontânea”, ou porque seus itens foram transpostos de um campo disciplinar a outro e, em seguida, especializados, ou porque são oriundos de um processo (ou de uma série de) de interferência. Tem-se, nesse sentido, um conjunto de termos, que ele chama de *terminologia de empréstimo unilateral*, como aqueles advindos da tradição gramatical latina, calcados na terminologia grega, ou aqueles transferidos da tradição latina à descrição das línguas vernáculas europeias. Em muitos casos, as transferências iniciaram-se na terminologia grega, chegaram à latina e, depois, alcançaram as descrições das línguas europeias. Em certos casos, os chamados de *terminologia por sobreposição*, a terminologia origina-se de um *empréstimo unilateral*, mas também passa por sobreposições de conteúdo, advindos de criações autônomas: seu conteúdo apresenta uma intersecção com a língua de empréstimo, sobreposta pelas novas nuances.

Como se parte do pressuposto de que esses termos resguardam traços significativos da tradição canônica, sua análise, sob essa perspectiva, enquadra-se nas condições estabelecidas por Swiggers para que essa tipologia seja utilizada, uma vez que sua operação só pode ocorrer em uma configuração dinâmica:

as terminologias gramaticais são entidades que diferem pela sua data de nascimento, pelo seu ritmo de elaboração, de revisão e de difusão, pela transmissão de camadas

¹⁰ Na Terminologia, área da Linguística, o vocábulo *termo* refere-se, comumente, a palavras que pertençam a um certo campo da linguagem de especialidade, cujo emprego se distinga do uso na linguagem comum. Mais adiante, o vocábulo surgirá em doutrinas da filosofia da linguagem e da lógica, que muitas vezes não lida com essas diferenças de emprego.

terminológicas subtraídas de seu 'território de nascimento e de elaboração', e por sua aplicação/aplicabilidade (em domínios linguísticos e em diversas línguas)¹¹. (2010, p. 14)

Por essa razão, uma análise que objetive esclarecer traços significativos herdados, traços significativos construídos e propriedades intensivas e extensivas, próprias de operações lógicas, deve, para além da seleção de textos, investigar a conexão entre o modelo teórico e a terminologia. Para Swiggers (2010, p. 15), existem parâmetros essenciais a serem considerados na observação da aplicabilidade ou manuseio dos itens terminológicos:

- *um problema de gestão*, que trata do modo como se opera a diversidade terminológica, oriunda de diversas tradições geográficas/nacionais;
- *um problema de tradução*, que diz respeito ao tratamento de termos presentes em diversas épocas e correlacionados a línguas diferentes;
- *um problema de ajustamento*, que lida com a tradução ou transposição de termos, por meio de modelos diferentes, a volta de entidades teóricas tipificadas e libertas de seu grupo intrateórico.

A Historiografia Linguística aborda, como atividade científica, um conjunto de ideias – as teorias, que contêm atitudes científicas ou não científicas, atitudes linguísticas e técnicas descritivas (SWIGGERS, 2004). Do mesmo modo, essa atividade pressupõe uma intenção por parte do historiador, que norteia o modo como se dará a exposição desse conjunto de ideias correlacionada a parâmetros de análise. Swiggers (2004), dentre outros tipos, expõe que um estudo historiográfico pode constituir-se: a) de uma historiografia do tipo antológico e panorâmico; b) de uma historiografia metodologicamente consciente, que apresente o passado linguístico, cujos princípios, muitas vezes, rivalizam com os parâmetros da ciência no que diz respeito a método e rigor de aplicação.

A ideia central de uma historiografia antológica e panorâmica também foi exposta por Koerner (1999). Segundo esse autor, a concepção de tal tipologia tem por objetivo traçar o desenvolvimento das ideias linguísticas, no Ocidente, desde as primeiras discussões, entre os gregos, sobre a natureza da linguagem até chegar ao trabalho linguístico contemporâneo. Por meio desses trabalhos, é possível “indicar não apenas que nossa disciplina percorreu um longo caminho para conquistar aquilo que agora apreciamos e os métodos que desenvolvemos, mas também que todos construímos, conscientemente ou não, sobre os resultados das gerações anteriores de

¹¹ “*les terminologies grammaticales sont des entités qui diffèrent par leur date de naissance, par leur rythme d’élaboration, de révision et de diffusion, par le dégagement de couches terminologiques en dehors de leur «territoire de naissance et d’élaboration», et par leur application/applicabilité (à des domaines linguistiques et à diverses langues)*”. (tradução nossa)

linguistas”¹² (1999, p. 12). Koerner refere-se a obras antológicas, cronológicas, que partem de certas relações entre o homem, sua época e o objeto linguístico. Contudo, não se pode deixar de considerar que também seja antológico e panorâmico um estudo que procure, a respeito de termos - por meio de um conjunto de textos e de seus autores, escolhidos a partir de certos parâmetros, delinear o seu desenvolvimento, desde seu início e em certos períodos - divisar os *conteúdos significativos* (SWIGGERS, 2004) relativos à sua aplicabilidade, alcançando traços herdados e traços construídos.

Ainda que a periodização e as obras que lhe são pertencentes não abarquem a totalidade, a estruturação concernente ao eixo cronológico dos termos investigados assenta-se em uma perspectiva longitudinal, na qual exista:

uma periodização entrelaçada, que faça justiça à complexidade da experiência humana do tempo: a experiência ‘linear’ do tempo combina-se com uma experiência não linear: a de processos ‘laterais’ e ‘compartilhados’, a de processos cíclicos, a de antecipações e de ‘recaídas’ e de ‘recordações’ [...] a experiência linear do tempo é uma experiência de níveis (lineares) sobrepostos: ao tempo da experiência individual sobrepõe-se o tempo de nosso grupo e ambiente, e sobre este o tempo global da evolução das sociedades e da evolução do gênero humano. Temos que ter em conta essa ‘multiplicidade’ da experiência humana quando atuamos enquanto historiadores e quando estudamos períodos do passado”¹³. (SWIGGERS, 2004, p. 120)

Dessa maneira, à perspectiva longitudinal atrela-se outra, entrelaçada, marcada por experiências individuais e por experiências compartilhadas. Esses parâmetros servem à condução das exposições e das análises, que versam preponderantemente sobre o conteúdo interno das obras, visando à estrutura das teorias e à estrutura de um campo de investigação: as ideias linguísticas e sua respectiva terminologia no trato com a linguagem, sua correção, sua estrutura, as partes das palavras, seus significados, e as relações destes com o *gênero linguístico* e com a *flexão*.

Para isso, nas seções analíticas desta tese, optou-se por uma exposição pormenorizada das teorias em análise, na qual sejam considerados certos conceitos para uma descrição e interpretação historiográficas, advindos de Swiggers (2004, p. 124-125): a) as *redes intelectuais*; b) as *configurações*, ou as convergências de abordagem, de análise e de procedimentos descritivos, que podem figurar

¹² “to indicating not only that our discipline has come a long way to gain those in sights we now cherish and the methods we have developed, but also that we all have built, knowingly or not, on the findings of previous generations of linguists” (tradução nossa)

¹³ “una periodización “entrelazada”, que hace justicia a la complejidad de la experiencia humana del tiempo: la experiencia “linear” del tiempo se combina con una experiencia no linear: la de procesos “laterales” y “compartidos”, la de procesos cíclicos, la de anticipaciones y de “recaídas” y recuerdos [...] la experiencia linear del tiempo es una experiencia de niveles (lineares) superpuestos: al tiempo de la experiencia individual se superpone el tiempo de nuestro grupo y ambiente, y sobre éste el tiempo global de la evolución de sociedades y de la evolución del género humano. Tenemos que tomar en cuenta esta “multiplicidad” de la experiencia humana cuando actuamos en cuanto historiadores y cuando estudiamos ‘periodos del pasado’” (tradução nossa)

paralelamente no mesmo período; c) a *conversão de perspectivas*, que designa as rupturas na concepção do objeto de estudo ou dos métodos da disciplina; d) as *estratégias adaptadoras*, que surgem nas adaptações do modelo tradicional de análise e descrição da gramática greco-latina para a abordagem de línguas vernáculas europeias.

2.1.2. Fundamentos para uma meta-metalinguagem

O nível de interpretação, ancorado em uma historiografia metodologicamente consciente, requer o estudo das terminologias. Nesse caso, dois termos constituem o objeto de estudo e estão conectados a diferentes épocas e autores. É preciso considerar duas exigências nesse tratamento:

a que diz respeito ao sentido original e à inserção contextual dos termos encontrados nas fontes e a da necessidade de propor uma reconstrução sistematizada e dirigida aos leitores modernos e aos que praticam hoje em dia a disciplina¹⁴. (SWIGGERS, 2004, p. 125)

A problemática terminológica implica haver definições de seus termos. A definição que se tem em mente relaciona-se à concretização sob a forma linguisticamente escrita. Mas, para isso, parte-se do princípio de que, na metalinguagem, ocorrem termos empregados nos procedimentos de análise, de definições e de perspectivas que representam um quadro teórico; o conjunto desses termos é chamado de *vocabulário* (SWIGGERS, 2010). A terminologia requer a divisão do conjunto de termos que constituem um quadro teórico, ou seja, há dois termos em análise, porém é necessário: a) investigar se esses termos pertencem a um quadro teórico; b) identificar outros termos que, com esses, formam um conjunto terminológico. Na busca por definições, existem aspectos, segundo Swiggers (2010), que devem ser considerados para um adequado tratamento terminológico:

1. Uma *opção de base*, que envolve ou uma adequação máxima dos termos ao objeto da descrição ou uma validade universal dos termos descritivos e de suas operações;
2. Uma *determinação ôntico-epistêmica*, que trata dos casos envolvendo termos transpostos, em cuja origem ou são encontrados em contextos factuais ou em uma área disciplinar distinta.

Quanto à *opção de base*, essas escolhas, de acordo com Swiggers (2010), relacionam-se, respectivamente, a descrições e estudos linguísticos designados pelos conceitos de *êmico* e de *ético*. *Êmico* refere-se a análises internas em que a descrição é determinada ou controlada pelas características da língua em exame, isto é, os termos empregados adequam-se a essas características.

¹⁴ “la del respeto del sentido originario y de la inserción contextual de los términos encontrados en las fuentes y la de la necesidad de proponer una reconstrucción sistematizada y dirigida hacia los lectores modernos, hacia los que practican hoy en día la disciplina” (tradução nossa)

Ético designa procedimentos por meio dos quais os termos apresentam um conteúdo sobreposto às características linguísticas.

Quanto à *determinação ôntico-epistêmica*, os objetos de estudo desta pesquisa, como visto, encontram-se em ambientes passados e presentes diversos. A análise desses ambientes pressupõe o reconhecimento, *a priori*, do peso da *herança* e do *grau de univocidade* (SWIGGERS, 2010), quer dizer, pode-se pressupor que esses termos, oriundos de outras épocas, apresentem certos sentidos que, a despeito do quadro teórico, foram, em certa medida, mantidos graças à *herança* e à *univocidade*. A confirmação ou a refutação dessa hipótese conduz, necessariamente, a outra avaliação.

As propriedades lógicas das definições assentam-se em seu caráter intensivo e extensivo. Há, nesses graus de aplicabilidade, uma relação inversa entre conceitos, intensivos e intrateóricos, e sua aplicação, extensiva e prática (SWIGGERS, 2010). Pode-se dizer que os elementos extensivos constituem o resultado dessa operação conceitual.

As definições, nos textos que descrevem e analisam as línguas, podem ocorrer por meios diversos, isto é: podem partir da coisa; podem partir da palavra ou de suas partes e de sua inserção no sistema; podem partir do procedimento, no qual os termos são explicitamente expostos por meio de sentenças. Como se parte da hipótese de que os termos em análise possam ter um caráter marcado pelo peso da herança, é preciso considerar que, nas análises internas pretendidas, as definições pressuponham uma *meta-metalinguagem* que ancore as análises.

Nesse sentido, Hegenberg (1974) apresenta os procedimentos empregados nas definições por meio de uma tipologia, neste caso, alicerce da hermenêutica. Compreender um termo equivale a compreender as sentenças nas quais ele surge. A compreensão de um termo está, por essa razão, envolta em uma situação paradoxal: a compreensão da sentença também depende da compreensão dos termos que a compõem. Assim, pode-se dizer que um termo é compreendido quando se conhecem os significados que ele pode ter em consequência dos usos que dele se pode fazer. Uma primeira observação feita pelo autor diz respeito à necessidade de discernir *definiendum* e *definiens*, *termos observacionais* e *termos teóricos*, *termo* e *conceito*.

Definiendum é aquilo que se pode definir ou se busca definir. *Definiens* é a expressão por meio da qual se define o *definiendum*.

Termos observacionais, segundo sua concepção, são palavras não lógicas, ou seja, servem para descrever ou referir ou, em suma, designar as coisas. Os *termos observacionais* designam as coisas supostamente observáveis, surgem no uso comum da língua e representam também uma visão comum sobre a realidade. *Termos teóricos* são palavras lógicas, que servem para fixar a estrutura das

frases nas explicações científicas e não apresentam significado especializado quando tomadas isoladamente. Os *termos teóricos* são imprescindíveis para a formulação de generalizações e são empregados como meio de se afastar da experiência cotidiana encontrada na relação entre o homem e as coisas.

Conceito é vocábulo ambíguo, de acordo com Hegenberg, porque designa uma classe de palavras cujo objetivo é fixar as características dos seres. Trata-se do conteúdo de um ato mental ou de uma percepção que se tem desse ser¹⁵. *Termo* é o meio pelo qual o conceito e sua referência são designados. O termo *nove* e o termo *raiz quadrada de 81* possuem a mesma referência, mas apresentam conceitos diferentes.

A hermenêutica das obras selecionadas para análise necessita da extração, da materialização e da sistematização de definições pertinentes aos termos que são objeto de estudo e àqueles que com estes formam uma terminologia. A compilação dessas definições constitui uma terminografia, que, segundo Swiggers (2010), é o conjunto de atividades e sua concretização sob a forma linguisticamente escrita. Para isso, os parâmetros ora expostos e os tipos de definição seguintes, elencados por Hegenberg (1974), consolidam a *meta-metalinguagem*:

Tipos de definição	Meios de apreensão
analítica	é a análise do significado do <i>definiendum</i> .
condicional	é a definição apresentada por meio de sentenças redutoras.
contextual	é a definição obtida por meio da interpretação das sentenças em que ocorre o <i>definiendum</i> ; essas sentenças, na análise, tornam-se sinônimas.
explícita	é a definição na qual a permuta entre <i>definiendum</i> e <i>definiens</i> seja possível em qualquer sentença sem que esta seja alterada.
extensiva	é a definição em que são referidos elementos pertencentes à classe de todos os objetos aos quais se pode aplicar corretamente um determinado termo.
implícita	é a definição que resulta de um conjunto de postulados de uma teoria; essa definição é apreendida de modo implícito por meio da análise do conjunto desses postulados.
intensiva	é a definição em que são consideradas as propriedades que um dado objeto precisa ter para pertencer à extensão de um determinado termo.
operativa	é a definição obtida em operações experimentais nas quais se investiga a aplicabilidade de um <i>definiendum</i> em um dado caso.
ostensiva	é a definição em que o significado do termo é explicado por meio de exibição ou exemplificação.
real	é a definição em que há equivalência entre o <i>definiens</i> e o <i>definiendum</i> , porque o <i>definiens</i> depreende a essência do objeto definido.

Quadro 2.1: Tipos de definição (adaptado de HEGENBERG, 1974).

¹⁵ Como se verá, na perspectiva fregiana, *conceito* é um termo indefinível.

Cabem, ainda, algumas observações. De acordo com Hegenberg, alguns princípios são fundamentais para uma definição:

1. uma definição deve aludir à essência daquilo que se procura definir.
2. uma definição não deve ser circular.
3. uma definição deve ser colocada, sempre que possível, em forma afirmativa.
4. uma definição não deve ser formulada em linguagem obscura e metafórica.

Em uma *definição explícita*, também chamada de *definição nominal*, é comum o uso de uma notação alternativa no lugar de uma expressão linguística previamente dada. Uma expressão linguística específica, o *definiendum*, é tomada como sinônimo de uma expressão mais breve, o *definiens*. O *definiendum* exprime a classe ou a propriedade do termo definido:

Antibiótico: =_{df} agente químico bactericida, produzido por organismos vivos.

Na sentença acima, o sinal $\text{<=<=}_{df}>>$ deve ser lido como “igual, por definição, a”; “é o mesmo que”; “tem, por definição, o mesmo significado de”. O termo *antibiótico* é uma notação.

Ainda nas *definições explícitas*, uma definição, como operação conceitual, estabelece-se na relação signo a signo. Nesse sentido, a operação conceitual tem a finalidade de inserir um termo novo na cadeia de signos previamente existentes e especificar seu significado em consonância com essa cadeia. Dessa forma, o termo é novo, mas seus *definientes* preexistem nessa cadeia.

Em uma *definição contextual*, a definição pode ser dada por meio de um *definiendum* que explicita uma relação ou uma função do termo definido:

x é irmão de y =_{df} x é do sexo masculino e tem os mesmos pais que y .

Hegenberg afirma que a lógica se preocupa com a forma ou a estrutura, por isso os vocábulos lógicos recebem definições contextuais:

As palavras lógicas a nada se referem. Palavras como “se”, “a menos que”, “somente”, “é”, “não”, e assim por diante, não admitem extensão nem intensão, isto é, não têm significado quando isoladamente consideradas. Têm uma função gramatical, e os seus significados derivam da função que desempenham como elementos que fixam a “estrutura” das sentenças em que ocorrem. [...] Esse método de fixar significados é o que se chama “definição contextual”. (1974, p. 72)

Por essa razão, na lógica, existe equivalência entre:

Todos os A são B.

Apenas os B são A.

Sobre a *definição real*, Hegenberg diz que, na Antiguidade e na Idade Média, a palavra *definição* era usada e entendida como meio de se falar do objeto real, não do termo utilizado para designá-lo. Nesse sentido, quem define está expressando o resultado de uma investigação realizada a respeito de um objeto; por sua vez, a palavra que designa esse objeto seria apenas a sua representação linguística.

Nas *definições intensivas*, que são próprias das operações lógicas, Hegenberg diz ser preciso haver algumas categorias semânticas que permitam estabelecer uma conexão indelével entre o objeto e seu termo. O autor discute, então, *o que é necessário* e *o que é suficiente* para definir termos como meios conceituais de expressão.

Assim, diz-se que uma propriedade é necessária para que o objeto seja X caso a ausência dessa propriedade faça com que o objeto não seja X. De um lado, a ausência da propriedade determina a asserção: o objeto não é X. Por outro lado, diz-se que uma propriedade P é suficiente para determinar que o objeto seja X, ou seja, que um dado objeto possa ser classificado como X caso possua a propriedade P. Assim, a presença de P determina a asserção: o objeto é X.

A condição necessária para que um objeto seja X também pode vir de uma disjunção de propriedades, isto é, um tipo de proposição em que aparecem alternativas por meio de "ou", "e/ou". Nesse modo de apreensão, um objeto não é X se lhe faltam todas as propriedades da disjunção.

Certas propriedades podem ser classificadas como relevantes se forem determinantes para caracterizar um objeto como sendo ou não sendo X. A distinção de propriedades relevantes depende do quadro teórico aceito em determinados períodos históricos. Por essa razão, não é fácil distinguir propriedades semanticamente relevantes das não relevantes. Tome-se, por exemplo, a seguinte notação:

Definição: Tal como o termo X é usado, os itens são corretamente classificados como sendo X se, e somente se, possuem cada uma das propriedades P1, ..., Pn.

As propriedades de P1 a Pn são as que se caracterizam por serem necessárias e suficientes. Essa descrição perfeita, no entanto, nem sempre é possível pelas razões já expostas e porque um certo item classificado como sendo X não apresenta todas as propriedades. O fato sugere que certas propriedades são mais centrais do que outras. Sobre a questão, Hegenberg diz que “Questões de centralidade são difíceis de julgar. Muitas vezes, o problema é resolvido examinando a maneira como certas classes de pessoas utilizam os termos (como, por exemplo, os químicos tendem a classificar substâncias e que propriedades são salientadas)” (1974, p. 45)

Dessa maneira, a única possibilidade é uma descrição mais atenuada:

D': tal como o termo X é usualmente empregado, itens são corretamente classificados como X se, e somente se, possuem muitas das (ou quase todas as) propriedades P1, ..., Pn – a par de outras.

A necessidade, a suficiência, a relevância e a centralidade devem ser consideradas na pergunta que se faz. Nesse sentido, é diferente perguntar: “que significa X?” e “que é um X?”. Há diferença entre **ter significado** e **ter um significado**. Ter um significado é associar uma palavra a um conjunto de condições. Cada uma dessas condições deve ser necessária e a suficiência se dá pela reunião delas. Hegenberg (1974) distingue o uso em três aspectos: a) o *uso gramatical*, que significa saber empregar determinada palavra em um contexto de sentença; b) o *uso em ato*, que significa os vários sentidos que uma determinada sentença possa adquirir em inúmeros contextos; c) o *uso semântico*, que significa conhecer aquilo que é designado pela palavra. Dessa maneira, conhece-se o aspecto semântico do uso do termo X se se sabe:

1. distinguir X de outros objetos;
2. reconhecer casos paradigmáticos de X;
3. aplicar o termo X aos itens apropriados, notados em 1 e 2.

(HEGENBERG, 1974, p. 47)

O conhecimento semântico do uso implica saber as propriedades semânticas relevantes. Pode-se afirmar que as propriedades semânticas de X são conhecidas se: a) for possível determinar que as propriedades relevantes não se acham presentes nos demais objetos; b) for possível verificar que essas propriedades estão presentes no caso do objeto em pausa; c) for possível aplicar o termo X, pois o item tem as propriedades requeridas.

Por fim, quando as propriedades semânticas relevantes não são conhecidas a ponto de não saber distinguir X de não X, pode-se dizer que não há conhecimento suficiente para aplicar corretamente o termo X a itens apropriados.

Com o objetivo de ilustrar a proposta de análise, na presente tese, toma-se uma discussão feita por Gonçalves (2011) sobre a *flexão de gênero*.

Na obra “Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português”, o autor dedica-se a esclarecer a distinção entre a *flexão* e a *derivação*. Para isso, reúne as propriedades identificadas nas propostas de análise morfológica de base gerativa, apontando, na primeira parte da obra, as diferenças entre os processos flexionais e derivacionais; na segunda parte, as semelhanças entre esses processos; e, por fim, estabelece que ambos os processos participam de

um *continuum*, em que a *flexão* e a *derivação* seriam dois polos de uma gradação. Vale observar que a obra de Gonçalves não é uma das examinadas nesta tese porque, embora traga discussões pertinentes e agrupe todos os argumentos em favor das diferenças e das semelhanças, não se trata, propriamente, de uma proposta teórica, mas sim operacional. Gonçalves examina cada um dos argumentos advindos dos modelos morfológicos por meio da análise e da descrição do português; uma vez refutados, assume a perspectiva de análise proposta por Bybee (1985) e procura, por meio de exemplos de língua, mostrar a viabilidade de adoção do modelo teórica da autora.

O que interessa, no momento, é avaliar como o autor apresenta, descreve e analisa um dos critérios que supostamente diferenciam a *flexão* e a *derivação*. O critério apresentado e discutido pelo autor é o seguinte:

A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito “obrigatoriedade sintática”. (GONÇALVES, 2011, p. 12)

A análise integral do texto permite saber quais são as *categorias flexionais* para Gonçalves. Embora não haja aqui uma definição do termo *flexão*, ou seja, não existem explicitamente as propriedades intensivas relativas ao conceito, as extensões referidas pelo autor ao longo de sua exposição são o *gênero*, o *número* e o *grau*, dos nomes, e o *modo*, *tempo*, *pessoa* e *números* dos verbos. Assim, qualquer análise de qualquer um desses itens linguísticos são extensões de um provável conceito de *flexão*.

Ao examinar o *gênero*, por exemplo, Gonçalves avaliou o critério “relevância sintática” (quadro 1.3, item 13, seção 1.3), exposto acima, segundo o qual a *flexão* seria exigida pela sintaxe. A sentença examinada pelo autor foi a seguinte:

Reconhecida blogueira brasileira é presa em Nova York. (2011, p. 14)

O autor interpretou que, na sentença, *reconhecida*, *brasileira* e *presa* são formas cuja *flexão* foi determinada pelo *gênero* do substantivo *blogueira*, com o qual concordam todos os seus determinantes. No entanto, Gonçalves aparentemente ignorou o fato de que nada na cadeia sintática determina o *gênero* de *blogueira*.

Na metalinguagem de Gonçalves, tem-se uma *definição operativa*. Segundo Hegenberg (1974), esse tipo de definição é dado em experimentos por meios dos quais se testa a viabilidade de um *definiendum*, no caso, aquele revelado na apresentação do critério “relevância sintática”. Por meio dessa operação, na descrição e análise da língua, é possível inferir uma *definição explícita*, em que *definiendum* e *definiens* são permutáveis:

✓ *Flexão é a expressão de categorias flexionais requeridas pela sintaxe.*

A composição da definição, então, não é mais dedutível, mas foi devidamente escrita com base no que foi apresentado pelo autor em exame. Pretende-se, dessa forma, compilar um conjunto de definições relacionadas ao termo em análise e aos termos que, junto com ele, compõem uma terminologia.

Caso a obra de Gonçalves fosse uma das selecionadas para a análise, o conjunto terminológico extraído de sua apresentação seria cotejado aos conjuntos terminológicos pertinentes aos outros autores. O cotejamento desses conjuntos, a partir de uma terminografia, permite avaliar convergências e divergências. Cabe aqui observar que Gonçalves serve-se de parâmetros da teoria de base gerativa, cujos autores fazem parte de um mesmo *programa*, conforme previsto por Swiggers (2004). Desse modo, as definições extraídas de sua apresentação, assim como as demais extraídas de outros autores, podem ser vistas sob outra perspectiva, a da conceitografia.

2.1.3. Fundamentos para uma meta-meta-metalinguagem

A Conceitografia de Frege (1848-1925) é um compilado de textos produzidos ao longo de décadas que reúnem um objetivo comum: a elaboração de uma linguagem formalizada capaz de expressar, com exatidão, as demonstrações da ciência, em especial, as da matemática. Em “Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia” (1882), propôs que as linguagens naturais, empregadas nas formulações teóricas, fossem substituídas por uma linguagem que apresentasse propriedades logicamente perfeitas, exatas, isto é, uma conceitografia, uma vez que a linguagem ordinária, em sua visão, apresentava *erros e mal entendidos*. Frege concebeu essa linguagem a ser elaborada como um meio de refletir, de modo não ambíguo, o conteúdo conceitual das proposições e uma maneira de expor os símbolos de uma notação lógica.

Para o tratamento terminológico, interessa as obras fregianas (1892a, 1892b e 1895) que aprofundaram os atributos semânticos relativos às noções de *conceito*, de *objeto*, de *sentido* e de *referência* e as relações existentes entre esses elementos; além disso, há alhures outras distinções importantes para o pleno entendimento dessas noções. Nesses trabalhos, Frege examina questões de significado oriundas das expressões predicativas e conceituais. Na exposição de suas discussões, certas noções são condições prévias para se compreender o núcleo de sua ontologia. Pressupõe-se que tal configuração teórica, que tem o objetivo de construir uma linguagem formalizada, forneça os princípios de análise conceitual.

Frege (1892a) faz a distinção entre duas noções fundamentais: *conceito* e *objeto*. Sustenta, porém, que nem *conceito* nem *objeto* podem ser definidos, mas tão somente explicados ou descritos. Argumenta que *conceito* é indefinível porque é, ele próprio, a definição de algo dado o seu caráter predicativo. Sobre o *objeto*, diz que se trata de algo logicamente simples, por isso não pode receber uma definição, pode apenas receber uma denominação, ainda que provisória. Para fazer, então, a distinção entre ambos, discute os sentidos de ‘é’, presente nas proposições.

Em obra anterior, Frege (1891) apresentou uma proposta de análise da proposição constituída por dois elementos plenamente distintos: o *argumento* e a *função*. Segundo o autor, era comum entender-se *função de x* como uma expressão do cálculo que contivesse *x*. Uma *função* seria, nesse sentido, frequentemente expressa por meio de variáveis, como *x*, em que *x* representa o lugar a ser ocupado. Contudo, afirma não serem necessárias variáveis para que haja *argumento* e *função*, é preciso que haja composição lógica. Frege exemplifica sua afirmação por meio da comparação a partir da expressão “ $2.x^3 + x$ ” e acrescenta:

Denomina-se *x* o argumento da função, e em

‘ $2.1^3 + 1$ ’

‘ $2.4^3 + 4$ ’

‘ $2.5^3 + 5$ ’

reconhece-se novamente a mesma função, apenas com diferentes argumentos, a saber, 1, 4 e 5. Donde se depreende que o essencial a uma função se encontra no que há de comum a essas expressões (...). (2009 [1891], p. 83)

Assim, percebe-se que o *argumento* é substituível, e a *função* é invariante. O *argumento* é aquilo que ocupa o lugar vago marcado na proposição, mas o fato de ser representado por ‘*x*’ significa que se trata não de um elemento variável, mas de um elemento substituível. Há, contudo, outras ordens de *funções*. Assim, a partir de uma proposição como *João matou João*, têm-se as seguintes *funções*:

- (1) X matou João.
- (2) João matou X.
- (3) X matou X.

Em (1), a *função* é “matou João”; em (2), a *função* é “ser morto por João”; em (3) a *função* é “matar-se a si próprio”. Desse modo, algo pode ocorrer como *argumento* ou ocorrer em um lugar da *função* onde não seja substituível. Frege argumenta que “uma expressão científica só aparece com sua mais nítida referência quando se faz necessária para enunciação de leis” (2009 [1891], p. 82).

O exame de sentenças assertivas da linguagem natural apresenta outras noções importantes. Tome-se o exemplo dado por Frege: em uma sentença “César conquistou as Gálias”, tem-se a decomposição em duas partes, uma *saturada* (completa), “César”, e a outra *insaturada* (incompleta), “conquistou as Gálias” (2009 [1891], p. 95). A *insaturação* representa o lugar vazio, que deve ser ocupado por um *nome próprio* ou por uma expressão que represente um *nome próprio*, pois, só assim, haverá sentido completo. O *nome próprio* é, segundo sua concepção, uma palavra comum, que designa um *objeto*.

Dentre os *objetos*, Frege insere os mais diversos elementos, tais como números, pessoas, coisas sensorialmente perceptíveis etc. Os objetos são saturados e completos. Essa magnitude possibilita estender o valor de uma *função*. Um outro exemplo dado por Frege (2009 [1891], p. 96) permite entender essa extensão. Na expressão “a capital do império alemão”, a decomposição em duas partes evidencia que “império alemão” é a parte *saturada* da expressão, enquanto que “capital de” é a parte *insaturada*, portanto, pode ser representada por “a capital de x”. Se se toma “império alemão” como *argumento*, o *valor da função* é *Berlim*. Embora Frege tenha dito que *objetos* são indefiníveis, nota-se que, para ele, um objeto é tudo aquilo que não é *função*, mas que pode ocorrer como *argumento* e como *valor de função*. Essas discussões têm o objetivo de discernir *função* de *expressão funcional* e, conseqüentemente, *objeto* e *conceito*.

A noção de *função* tem por objetivo esclarecer e apresentar diferentes modos de predicação e diferentes tipos de propriedades. Assim, em uma expressão, a letra latina A pode designar um argumento e uma letra grega Ψ pode designar uma propriedade. Porém, se na mesma expressão estiverem combinados ao menos dois argumentos, a letra grega passa a designar relações ou procedimentos, sejam lógicos, temporais, espaciais, sociais. Dessa forma, uma expressão “ Ψ (A, B)” pode ser lida como “B está em relação Ψ com A”. Afora a linguagem notacional, esse mesmo entendimento se aplica à linguagem natural. Nesse sentido, o “é” apresenta uma relação a depender dos *argumentos* e *funções* presentes na predicação, isto é, Frege reconhece em “é”, ao menos, duas *funções*, sendo uma *função de igualdade* e uma *função predicativa*, porém quatro sentidos distintos (2009 [1892a], p. 112-114):

1. *Igualdade ou Identidade*, quando se têm *argumentos* que designam *objetos* cujos *nomes próprios* sejam intercambiáveis entre si nas proposições;
2. *Subsunção*, quando um dos *argumentos* designa um *objeto* e o outro *argumento* designa um *conceito*, a *função* é “o objeto cai sob um conceito”;

3. *Subordinação, Inclusão ou Implicação Genérica*, quando se têm (ao menos) dois *argumentos* preenchidos com *termos conceituais*, ou a *função* é “um conceito está subordinado a outro conceito” ou “um conceito cai sob um conceito superior”;
4. *Existência*, quando há um único *argumento*.

Uma proposição como em (1), por ex., tem-se a sentença “Vênus é a estrela matutina”, em que *Vênus* e *estrela matutina* são dois *nomes próprios* para o mesmo objeto. O *nome próprio Vênus* não constitui, por si só, a totalidade do predicado, portanto “é” constitui sua parte essencial, apresentando o sentido de *igualdade*, em que os nomes são reversíveis, sem alteração de sentido: “A estrela matutina é Vênus”.

Em uma proposição como (2), a sentença “A estrela matutina é um planeta” apresenta dois *argumentos*, sendo que um dos *argumentos* é um *nome próprio*, *estrela matutina*, e o outro é um *termo conceitual*, *planeta*. Existe aqui uma relação atributiva, em que a *função* é “cair um objeto sob um conceito”. Nesse caso, a reversibilidade é impossível, pois um dado *objeto* passa a ser interpretado por meio das propriedades do *conceito* sob o qual passa a ser predicado.

Uma proposição como em (3), tem-se a sentença (a) “Um cavalo é um animal”, em que os *argumentos* são preenchidos por dois *conceitos*, *cavalo* e *animal*, e a *função* é “um conceito está subordinado a outro conceito”. Nesse sentido, Frege distingue *objeto* e *conceito* por meio do artigo, definido ou indefinido, dizendo que “o artigo definido singular sempre indica um objeto, enquanto o artigo indefinido acompanha um termo conceitual” (2009 [1892a] p. 115). Compare-se, então, a sentença (b) “O homem é vertebrado”, na qual existem dois *argumentos* preenchidos por *termos conceituais*, *homem* e *vertebrado*, em que “é” apresenta a *função* “um conceito cai sob um conceito superior”. O *argumento* preenchido por *homem*, embora seja precedido de artigo definido, refere-se à espécie humana¹⁶. Fala-se de *conceito superior* porque as propriedades contidas em *vertebrado* são altamente aplicáveis. Assim, um *conceito* passa a estar *subordinado* ou *incluído* a um conjunto de propriedades presente no *conceito* que o subsume.

Quanto ao sentido expresso em (4), em uma sentença como “Deus é”, Frege considera-a um equívoco, uma vez que só há um *argumento* e o predicado forma-se por “é”, que não expressa nem *igualdade* nem *função predicativa*, ou seja, nada se asseve sobre o *objeto*.

Em relação às funções representadas em (2) e (3), há ainda uma distinção importante entre *nota* e *propriedade*. *Nota*, na concepção fregiana, é atributo dos *objetos*, e *propriedade* é atributo dos

¹⁶ Frege afirma que o artigo definido que acompanha um *conceito* só é logicamente viável se não existir mais do que um do que é designado por ele.

conceitos. Na concepção fregiana, “algo pode ser simultaneamente propriedade e nota, mas não da mesma coisa” (2009 [1892a] p. 122); assim, se um objeto “cai sob um conceito”, este conceito passa a ser propriedade desse objeto:

(A) Homem é animal.

(B) Platão é homem.

(C) Platão é animal.

Em (A), *animal* é nota do conceito *homem*. Em (B) e (C), *homem* e *animal* são propriedades de Platão, que é, no caso, o *objeto*. Desse modo, entende-se que:

Se o objeto Γ tem as propriedades ϕ, χ, ψ , então posso reuni-las em Ω , de modo que seja a mesma coisa dizer que Γ tem a propriedade Ω , ou dizer que Γ tem as propriedades ϕ, χ, ψ . Chamo pois ϕ, χ, ψ de notas do conceito Ω e, simultaneamente, de propriedades de Γ . É claro que as relações de ϕ com Γ e as relações de ϕ com Ω são totalmente diferentes, e por este motivo emprega-se uma denominação distinta. Γ cai sob o conceito ϕ , mas Ω , que também é um conceito, não pode cair sob o conceito de primeiro nível ϕ , só com um conceito de segundo nível poderia Ω ter uma relação similar. Por outro lado, Ω está subordinado a ϕ . Consideremos um exemplo. Em vez de dizer:

“2 é um número positivo” e

“2 é um número inteiro” e

“2 é menor que 10”

também podemos dizer

“2 é um número inteiro positivo menor que 10”

Aqui

ser um número positivo

ser um número inteiro

ser menor que 10

são propriedades do objeto 2, e simultaneamente notas do conceito

número inteiro positivo menor que 10

(2009 [1892a] p. 122-123)

Um *conceito* pode trazer um conjunto de *propriedades*; uma *nota* é um componente desse conjunto de *propriedades*. Assim, as *notas* constitutivas de um *conceito* sob o qual *cai um objeto* são, ao mesmo tempo, *propriedade* do *objeto*. Se algo pode ser simultaneamente *nota* e *propriedade*, mas não da mesma coisa (*objeto* e *conceito*), então *par* é *propriedade* do *objeto* 2 e *nota* do *conceito* *inteiro positivo par*. Finalmente, as *notas* do *conceito* subordinante são *notas* do *conceito* subordinado.

Uma última distinção faz-se necessária para a compreensão de *objeto* e de *conceito* na obra fregiana. Um *nome próprio*, uma *expressão*, uma *sentença*, um *termo conceitual* apresentam um conteúdo.

Frege (1892b), contudo, subdividiu essa constituição semântica em *sentido* e *referência*. Nessa divisão, existem diferenças quando se lida com *nomes próprios* e com *termos conceituais*.

Anteriormente, viu-se que um dos sentidos de “é”, nas sentenças, era o de *igualdade*. Frege questiona se uma *igualdade* entre dois *argumentos* seria uma *relação*, como ocorre com os *argumentos*, em que “é” tem *função predicativa*. É importante notar que, na metalinguagem, Frege passa a adotar os termos *nome* e *senal*, como meios de expressar que as constatações são válidas para quaisquer elementos que preencham o lugar do *argumento* nas sentenças.

Dados os nomes *a* e *b*, em uma *relação* entre *objetos*, então $a = b$ não difere de $a = a$. Nesse sentido, se a *igualdade* é uma *relação*, a *função* é invariante e expressa, no caso, uma *relação* de *identidade* ou de *coincidência* entre dois *objetos*, mas não entre dois *sinais*. Contudo, caso assim se considere, é preciso admitir que a sentença $a = b$ não mais se referiria à coisa em si, mas ao modo como é designada. A diferença entre *sinais* para expressar um mesmo objeto pode assim ser representada:

Figura x: Modos de apresentação de um objeto

Não há aqui uma diferença entre *objetos*, mas uma diferença no modo de apresentar os *objetos*: ponto de intersecção entre “*a* e *b*” e ponto de intersecção entre “*b* e *c*” representam diferentes designações. Assim têm-se diferentes designações para o mesmo ponto, as quais também indicam os modos como esse ponto é apresentado. Dessa maneira, unido a um *senal*, há um *sentido*, que exprime o modo de apresentar o *objeto*; há também o que é designado, sua *referência*. Uma *referência* pode ser apresentada de dois modos diferentes, que constituem dois *sentidos* diferentes para o mesmo *objeto*.

Em uma sentença assertiva completa, há um pensamento¹⁷. Frege questiona se esse pensamento seria o *sentido* ou a *referência* dessa expressão. Diz que, se o pensamento fosse a *referência* de uma dada sentença, a substituição de uma palavra que a compõe por outra de mesma *referência*, mas de *sentido* diverso, não poderia exercer qualquer influência sobre a *referência* da sentença. Exemplifica com a comparação entre “A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol”, que difere de “A estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol”. Assim, conclui Frege (2009 [1892b] p. 137), quem não sabe que as expressões “estrela da manhã” e “estrela da tarde” têm a mesma *referência* poderia sustentar que um pensamento é falso e o outro é verdadeiro; logo, o pensamento é o *sentido* da sentença, e não sua *referência*.

No entanto, Frege reconhece que “Todo aquele que não admite que um nome tenha uma referência não lhe pode atribuir nem negar um predicado” (2009 [1892b] p. 137-137). A busca da verdade conduz do *sentido* para a *referência*. A *referência* de uma sentença é seu *valor de verdade*, ou seja, a circunstância de ser verdadeira ou falsa. Uma *referência*, expressa por um *nome próprio*, por um *termo conceitual* ou por uma *sentença*, não se confunde com um referente, pois, no domínio da ficção, um *nome próprio* remete a um ser inventado, e, no domínio científico, um *termo conceitual* remete a um *conceito*. Assim, segundo Frege, reconhecer que o *valor de verdade* de uma expressão é sua *referência* implica admitir que a substituição de uma expressão por outra de mesma *referência* não altera o *valor de verdade*.

Segundo Frege, uma associação entre *sentido* e *conceito* e entre *objeto* e *referência* suscita mal-entendidos. Cada *termo conceitual* e cada *nome próprio* possuem um *sentido* e uma *referência*. Distinguem-se na medida em que um *nome próprio* tem como sentido o modo de apresentação de um *objeto* e como *referência* o *objeto*, ao passo que um *termo conceitual* tem como *sentido* o modo de apresentação desse *conceito* e como *referência* um *conceito*:

¹⁷ Frege distingue *pensamento* e *ideia*. Em sua concepção, a expressão de um *pensamento* é o *sentido* dessa expressão, que pode ser captado por todos; já a *ideia* seria inteiramente subjetiva, porque emersa de lembranças, de sensações e de percepções passadas (2009 [1892b] p. 134).

É preciso ainda considerar que, em uma *função*, um *objeto cai sob um conceito*, segundo a terminologia fregiana. Os *objetos* constituem o domínio de investigação científica, por isso, avaliar se são analisados sob uma perspectiva conceitual significa precisar, nas definições de termos, o *sentido* e a *referência* a que remetem. Nessa circunstância, cabe uma última observação de Frege:

em toda sentença, sem prejuízo da verdade, um termo conceitual pode substituir um outro termo conceitual, casos eles tenham a mesma extensão conceitual; e também em relação à inferência e às leis lógicas, os conceitos só procedem de maneira diferente na medida em que forem distintas suas extensões. A relação lógica fundamental é a de um objeto cair sob um conceito: a ela podem-se reduzir todas as relações entre conceitos. Ao cair um objeto sob um conceito, ele cai sob todos os outros conceitos de mesma extensão, e isto acarreta o que acima se disse. E assim como nomes próprios do mesmo objeto podem substituir uns aos outros, sem prejuízo da verdade, o mesmo também é válido para os termos conceituais, se suas extensões forem as mesmas. Naturalmente que com tais substituições alterar-se-á o pensamento; mas este é o sentido da sentença, não sua referência. A referência, que é o valor da verdade, permanece inalterada. (2009 [1895], p. 160)

As considerações fregianas a respeito de *conceito*, de *objeto*, de *sentido* e de *referência*, especialmente vinculadas aos *argumentos* e ao *valor da função* presentes nas sentenças permitem avaliar as definições. Nesse sentido, as definições em exame são as especificamente voltadas aos termos discutidos. Assim, retoma-se a ilustração, iniciada na seção anterior (cf. § 2.1.2).

A análise do texto de Gonçalves (2011) possibilitou a extração da seguinte definição:

✓ *Flexão é a expressão de categorias flexionais requeridas pela sintaxe.*

A sentença permite avaliar que os argumentos “flexão”, “categorias flexionais” e “sintaxe” preenchem as lacunas da *função*. Na seção anterior, viu-se que as *categorias flexionais* citadas por Gonçalves se trata daquelas comumente mencionadas em manuais de gramática. No caso dos substantivos e dos adjetivos, fala-se do *gênero*, do *número* e do *grau*. Existe, portanto, nesse *argumento* uma *referência* ao objeto, uma vez que se diz “expressão”, ou seja, a forma linguística que designa o *gênero* de uma certa unidade. Contudo, o outro argumento presente na sentença é “sintaxe”, cuja *referência* é um conceito. Na teoria gerativa, *léxico* e *sintaxe* são concebidos como dois módulos independentes de estruturação da linguagem verbal. Desse modo, caso se considere tão-somente a definição acima, pode-se dizer que a *flexão caiu sob um conceito*, isto é, deve ser considerada dentro dos parâmetros do que vem a ser Sintaxe no gerativismo. As *notas* da Sintaxe, nessa teoria, constituem as propriedades da *flexão* e, portanto, um modo de apresentação do conceito.

É preciso notar, além disso, que existe uma sobreposição de traços significativos nessa operação conceitual. As *categorias flexionais* são ditadas pela tradição herdada, mas ficam subordinadas a um conceito elaborado dentro de um quadro teórico, a *Sintaxe*, no gerativismo. Isso

significa uma sobreposição de camadas que reúnem traços herdados e traços construídos do ponto de vista conceitual.

2.1.4. Perspectivas de abordagem, seleção de textos e métodos

Pesquisas preliminares apontaram que o termo *gênero linguístico* conduzia à Filosofia da Linguagem, conforme a menção de Neves (2005, p. 43); o termo *flexão*, inicialmente, levava à Gramática Comparada, de acordo com Câmara Jr. (2002 [1970], p. 81). Assim, houve um redirecionamento na pesquisa e propôs-se uma investigação genealógica que restaurasse a trajetória desses termos, não em todas as obras e autores que o empregaram, investigação difícil para um único pesquisador limitado a um tempo, mas sim em perspectiva longitudinal.

Por perspectiva longitudinal entende-se a delimitação de um ponto a outro, em um espaço de tempo, em meio ao qual examinam-se certos autores, selecionados a partir de determinados critérios considerados adequados à investigação. Tem-se, ao final, uma visão antológica e panorâmica que permite, por intermédio do cotejamento das definições encontradas, um estudo das continuidades e discontinuidades no emprego dos termos. Para isso, delimitaram-se, em princípio, três períodos:

1 – Na Antiguidade Clássica, investigar-se-ia a concepção de *gênero linguístico*, desde sua primeira conhecida menção até o último gramático, no séc. V d.C.

2 – No século XIX, buscar-se-iam as definições de *flexão*, desde sua suposta criação até os neogramáticos, após os quais a Linguística tomou novos rumos.

3 – No século XX, as definições de *flexão* seriam investigadas em autores do Estruturalismo e do Gerativismo, em modelos de base lexicalista.

Quanto ao *gênero linguístico*, a primeira menção documentada, no mundo ocidental, foi feita por Aristóteles, na *Retórica*. Ao comentar a *correção da linguagem*, tão cara à persuasão, sugeriu que era preciso distinguir o *gênero* tal como fazia Protágoras (III, 1407 b). A referência ao sofista permite pressupor que a classificação nominal denominada *gênero* já era conhecida não apenas por pensadores ou filósofos, mas também era matéria de ensino aos educandos, ao menos àqueles que buscavam os serviços oferecidos pelos sofistas. Isso equivale a dizer que Protágoras examinou a linguagem, e, entre suas abordagens, ocupou-se do *gênero linguístico*, possuía uma visão de sua função e tornou-a conhecida àqueles de sua época.

A genealogia do termo coloca, logo de início, três dificuldades. A primeira tem relação com o fato de o *gênero linguístico* ter sido mencionado em uma área que não é propriamente a da Linguística, mas a área da Filosofia da Linguagem. Sabe-se, porém, que as ideias de Aristóteles tiveram peso sobre a teoria gramatical e que estudos envolvendo as formulações aristotélicas não se restringem à Antiguidade Clássica, mas conectam-se a muitos outros períodos posteriores. A segunda dificuldade diz respeito à figura citada por Aristóteles, quando se descobre que as obras de Protágoras não sobreviveram. Soma-se a isso o fato de o exame da linguagem, no cerne da filosofia, ter-se construído sob a ótica de Platão e de Aristóteles em oposição aos sofistas. Em relação aos sofistas, surge a terceira dificuldade, pois, como posteriormente desenvolvido em § 3.1.1.1, a reconstrução do pensamento sofístico depende de relatos doxográficos que, em grande medida, se pautam em opiniões, não em textos ou excertos próprios dos autores. Desse modo, faz-se necessário adotar um percurso de investigação que se debruce sobre os diálogos platônicos, eminentemente os que citavam os sofistas, especialmente Protágoras, e as obras aristotélicas que trataram da linguagem.

A pesquisa exploratória inicial e a adoção dos critérios acima permitiram reunir um conjunto de textos, os *corpora* de análise, constituindo-se assim as fontes primárias:

Platão (428 – 347 a.C.)

1. Crátilo

Cratylus. In: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 12. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg005.perseus-eng1:383a>. Acesso em: 22 abr. 2015.

Cratyle. In: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome V - 2e partie). Trad. Louis Méridier. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Crátilo. In: PLATÓN. **Diálogos I**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1985. v.1. Trad. J. L. Calvo.

2. Eutídemo

Euthydemus. In: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 3. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg021.perseus-eng1:271a>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Euthydème. In: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome V - 1e partie). Trad. Louis Méridier. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Eutidemo. In: PLATÓN. **Diálogos II**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1983. v.2. Trad. F. L. Olivieri.

3. Laques

Laches. *In*: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 8. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg019.perseus-eng1:178a>. Acesso em: 10 out. 2015.

Lachès. *In*: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome II). Trad. Alfred Croiset. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Laques. *In*: PLATÓN. **Diálogos I**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1985. v.1. Trad. G. Garcia Gual.

4. Protágoras

Protagoras. *In*: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 8. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg022.perseus-eng1:309a>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Protagoras. *In*: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome III - 1e partie). Trad. Alfred Croiset e Louis Bodin. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Protágoras. *In*: PLATÓN. **Diálogos I**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1985. v.1. Trad. G. Garcia Gual.

5. Teeteto

Theatetus. *In*: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. p. 383-440. v. 12. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg006.perseus-eng1:142a>. Acesso em: 06 ago. 2015.

Théétète. *In*: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1924. (Tome VI - 2e partie). Trad. Auguste Diès. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Teeteto. *In*: PLATÓN. **Diálogos V**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1988. v.5. Trad. Fernando García Romero.

Aristóteles (384 – 322 a.C.)

1. Categorías

Κατηγορίαι (Categorías). *In*: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlin: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 1.

Categorías. *In*: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica: Órganon I**. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 29, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. José Montoya.

Categories. *In*: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle: the revised Oxford translation**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 25, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. J. L. Ackrill.

2. Da Interpretação

Περὶ Ἑρμηνείας (Da Interpretação). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 16.

Sobre la Interpretación. In: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica: Órganon II**. Madrid: Editorial Gredos, 1995. p. 35, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. Quintín Racionero.

De Interpretatione. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised Oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 72, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. J. L. Ackrill.

3. Metafísica

Τὰ Μετὰ τὰ Φυσικά (Metafísica). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.2. p. 980.

Metafísica. Madrid: Editorial Gredos, 1994. (Biblioteca Clásica Gredos). Trad. Tomás Calvo Martínez, Rev. Paloma Ortiz.

Metaphysics. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised Oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 3343, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. D. Ross.

4. Poética

Περὶ Ποιητικῆς (Poética). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.2. p. 1447.

Poetics. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised Oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 4618, 2 vol. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. I. Bywater.

Poética de Aristóteles: Edición Trilingüe. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca Románica Hispánica). Trad. Vicente García Yebra, Rev. Carlos García Gual.

5. Retórica

Ῥητορική (Retórica). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.2. p. 1420.

Rhetoric. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised Oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 4618, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. Rhys Roberts.

Retórica. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca Clásica Gredos). Trad. Quintín Racionero, Rev. Carlos García Gual.

6. Elencos Sofísticos

Σοφιστικοὶ Ἑλεγχοί (Elencos Sofísticos). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 164.

Sobre las Refutaciones Sofísticas. In: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica: Órganon I**. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 309, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. José Montoya.

Sophistical Refutations. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised Oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 619, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. A. Pickard.

7. Tópicos

Τοπικά (Tópicos). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 100.

Tópicos. In: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica**: Órganon I. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 89, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. José Montoya.

Topics. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised Oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 381, 2 vol. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. A. Pickard.

Buscou-se o acesso aos textos escritos em língua original, ou seja, o grego antigo. Esse acesso, no caso das obras platônicas, deu-se por meio da edição bilingue grego/francês; no caso das obras aristotélicas, recorreu-se às edições de Immanuel Bekker, de quem procede a numeração padronizada, referida nas edições e traduções das obras de Aristóteles. Desse modo, excertos citados em grego provêm das edições acima mencionadas.

Vale dizer que outras obras de Aristóteles, principalmente aquelas organizadas sob o título *Órganon*, foram consultadas quando necessário. Além disso, fontes secundárias históricas e exegéticas serviram, especialmente, para estabelecer os conceitos sofisticos de *linguagem*, de *correção da linguagem* e de *retórica*, com os quais, segundo a análise proposta, o *gênero linguístico* tem relação.

Quanto à *flexão*, Câmara Jr. (2002 [1970], p. 81) informa que o termo, aplicado à metalinguagem, foi usado pela primeira vez por Friedrich Schlegel (1772-1829). *Flexão*, segundo Câmara Jr., seria a tradução do termo alemão *Biegung*, que significa “dobra, curvatura”, empregado na clássica obra do filólogo “para indicar que um dado vocábulo ‘se dobra’ a novos empregos”. De fato, Schlegel usou o termo *Biegung*, em *Über die Sprache und Weisheit der Indier* (1808), traduzido para *flexion*, em publicação francesa datada de 1837. Entretanto, durante a leitura preliminar da obra de Schlegel, a consulta à obra lexicográfica alemã, com informação etimológica, revelou que *Biegung*, na língua alemã, origina-se por decalque do latim *flexio*. Obras lexicográficas de outras línguas, como o inglês, o francês, o espanhol e o italiano, trazem a mesma informação, isto é, restituem o latim como origem do termo nessas línguas. Essa informação não poderia ser ignorada, já que o objetivo da pesquisa é reconstituir a genealogia do termo.

Há, portanto, duas questões a serem consideradas, pois fundamentam o estabelecimento de duas hipóteses a serem investigadas nesta tese. Considera-se que a menção ao *gênero linguístico*, de fato, conduzia à Filosofia da Linguagem, mas o sentido concebido nessa área poderia não ter

sido absorvido pelos gramáticos da Antiguidade Clássica. Sobre *flexão*, seria preciso descobrir o sentido do termo empregado na Antiguidade Clássica, antes de analisá-lo nos *corpora* aventados, pertinentes aos séculos XIX e XX.

Sendo assim, em um primeiro momento, com o objetivo de descobrir quais autores poderiam ter usado os termos em análise, aplicados à descrição linguística¹⁸, procedeu-se uma investigação de seu uso em dicionários etimológicos e históricos, devidamente citados em momento pertinente. De antemão, vale dizer que o emprego desses termos ocorre em diversos autores, ao menos desde o século I a.C. até os dias atuais, de acordo com os resultados obtidos. Como se trata da investigação de termos, e não de palavras da linguagem comum, a análise de seus significados deveria atrelar-se a um conjunto de opiniões que os circundava naquele período, mas isso fugiria do escopo desta tese, uma vez que implicaria a compilação de *corpora* específicos e o estudo das ideias linguísticas de cada um dos diversos autores relacionados ao período. Sendo assim, alguns cuidados foram adotados com o auxílio de ferramentas disponíveis para tal investigação.

Um dos cuidados diz respeito à escolha da edição da principal obra lexicográfica consultada para o latim clássico. O dicionário de Gaffiot (1923), *Dictionnaire Latin-Français*, foi recentemente disponibilizado em uma nova edição (2016), revista e ampliada, acurada por um trabalho que envolveu inúmeros pesquisadores de diversas instituições acadêmicas. A revisão da obra consistiu basicamente na checagem e na padronização das abonações das acepções referidas por Gaffiot, corrigidas com o auxílio de softwares de varredura textual e por *corpora* eletronicamente compilados.

A consulta ao dicionário Gaffiot serviu de guia para elencar os autores e as obras de pesquisa. No entanto, a consulta trouxe resultados relevantes para o termo *genus* (*gênero*), mas não para o termo *flexio* (*flexão*). Além disso, o termo *gênero* remonta ao grego, o que implica a inclusão da busca do termo γένος. Assim, procedeu-se à pesquisa dos termos em *corpora*, disponibilizados na *Web*, que permitem a verificação em contextos textuais. Os *corpora* consultados foram: *Perseus Digital Library*¹⁹, compilados e mantidos pela Universidade Tufts, mas também espelhados pela Universidade de Chicago, que criou diversos mecanismos de busca nos *corpora*. Além disso, utilizou-se a versão digitalizada pela Cambridge University Press da obra de Prisciano (séc. VI), *Institutione Grammatica*, e a versão digitalizada pela *Internet Archive*²⁰, em parceria com a Universidade de

¹⁸ Tanto *gênero* quanto *flexão* são termos aplicáveis, naquele período, a outras áreas disciplinares.

¹⁹ Disponível em: <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/>.

²⁰ Disponível em: <https://archive.org/>.

Toronto, da obra de Rufiniano (c. 105 a.C.), *De schematis lexeos*, pois esses autores são citados por Gaffiot, no verbete *derivatio*, o que proporcionaria a possibilidade de comparação dos significados. A escolha das versões digitalizadas permitiu a busca de palavras no *software Adobe Acrobat Reader DC*, a fim de extrair os contextos textuais.

O *corpus* de análise para a investigação do termo *gênero linguístico* constitui-se das seguintes obras:

Dionísio Trácio (c. 170 - 90 a.C.)

Τέχνη γραμματική (Tékhnē grammatikē). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Anecdota Graeca**. Berlim: Impensis GE. Reimeri, 1817, v.2.

Tékhnē grammatikē. In: CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da Tékhnē grammatikē, de Dionísio Trácio, para o português**. Orientador: José Borges Neto. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/24818>. Acesso em: 12 maio 2017.

Apolônio Díscolo (séc. II)

Περὶ συντάξεως (Syntaxe). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Apollonii Alexandrini**: De constructione orationis. Berlim: Impensis GE. Reimeri, 1817, v.4.

Sintaxis. Madrid: Editorial Gredos, 1987. (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Vicente Becares Botas. Rev. Rosa Pedrero Sacho e Carlos García Gual.

De la construction (syntaxe). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997, 2 v. Trad. Jean Lallot.

Sexto Empírico (180 - 200 d. C.)

Πρὸς γραμματικούς (Contra os gramáticos). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Sextus Empiricus**. Berlim: Impensis GE. Reimeri, 1842.

Against the Grammarians (Adversus Mathematicos I). New York: Clarendon Press, 1998, Trad. David L. Blank.

Contra os gramáticos. In: PREZOTTO, Joseane. **Sexto Empírico**: Contra os gramáticos: introdução, tradução e notas. Orientador: José Borges Neto. 2015. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/43360>. Acesso em: 28 junho 2017.

Marco Terêncio Varrão (116 - 27 a.C.)

De Lingua Latina – Livros VIII, IX e X. In: KENT, Roland. G. **Varro** : on the Latin Language. London/ Massachusetts: William Heinemann LTD/ Harvard university Press, 1951. 2. vol.

De Lingua Latina. In: VALENZA, Giovanna Mazzaro. **DE LINGVA LATINA, de Marco Terêncio Varrão**: Tradução dos livros VIII, IX e X. Orientador: José Borges Neto. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/26349>. Acesso em: 13 setembro 2016.

Marco Fábio Quintiliano (35 - 95 d.C.)

Institutio oratoria. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Instituição oratória**. Campinas: Editora Unicamp, 2015. 4 v. Trad. Bruno Fregni Bassetto.

Hélio Donato (c. 350 d.C.)

DONATO. *Ars minors*. In: KEIL, Heinrich (ed.) **Grammatici Latini**: ex recensione. Leipzig: Teubner, 1855. v. IV.

Prisciano Cesariense (séc. V)

PRISCIANO. *Institutiones grammaticae*. In: KEIL, Heinrich; HERTZ, Martin (ed.). **Grammatici latini**: Prisciani Institutionum Grammaticarum Libri I-XII. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2009 [1855]. v. 2.

Afora as fontes primárias, por meio de fontes secundárias, procurou-se relacionar às análises os conceitos de *analogia* e de *anomalia*, embate em que eram analisadas as propriedades regulares e irregulares da linguagem, e os conceitos estoicos de *dizíveis* e de *asseríveis*, que influenciaram estritamente Apolônio Díscolo na interpretação do *gênero linguístico*.

O *corpus* de análise do termo *flexão* formou-se a partir das seguintes obras:

Marco Túlio Cícero (106 - 43 a.C.)

De Oratore. In: WARMINGTON, E. H (ed.). **Cícero: De oratore** in Two Volumes, I, Books I, II. New York: Cambridge University Press, 1967. Trad. E. W. Sutton.

Júlio Rufiniano (c. 105 a.C.)

De Schematis Lexeos. In: RUHNKENTIUS, David. **P. Rutilii Lupi de Figuris Setentiarum et Elocutionis**. Lugduni Batavorum : Apud Samuelem et Joannem Luchtmans, Academiae Typographos, 1768. Disponível em: <https://archive.org/details/defigurissentent00rufi>. Acesso em 03 março 2018.

Marco Fábio Quintiliano (35 - 95 d.C.)

Institutio oratoria. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Instituição oratória**. Campinas: Editora Unicamp, 2015. 4 v. Trad. Bruno Fregni Bassetto.

Prisciano Cesariense (séc. V)

PRISCIANO. *Institutiones grammaticae*. In: KEIL, Heinrich; HERTZ, Martin (ed.). **Grammatici latini**: Prisciani Institutionum Grammaticarum Libri I-XII. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2009 [1855]. v. 2. Disponível em: www.cambridge.org/9781108006378. Acesso em: 21 fevereiro 2018.

O propósito dessas buscas foi o de averiguar o significado contextual dos termos. No caso de *flexio*, havia, nas acepções dadas por Gaffiot, a menção genérica à *flexão*, cujo significado se desejava precisar.

Há, ainda, outra menção feita por Câmara Jr. que norteou a seleção de textos. Câmara Jr. (2002 [1970], p. 81) diz que Varrão, já “distinguiu entre o processo de **derivatio voluntaria**, que cria novas palavras, e **derivatio naturalis**, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra” (grifos nossos). Essa informação, assim como a referência a *Biegung*, abre o capítulo

intitulado “O mecanismo da flexão portuguesa” e serve como noções introdutórias e definitórias das discussões empreendidas ali a respeito de processos morfológicos lexicais e gramaticais.

No entanto, Varrão jamais utilizou o termo *derivatio*, como quer Câmara Jr. Na obra *De Lingua Latina*, Varrão trata da *declinatio voluntaria* e *declinatio naturalis* para se referir ao que atualmente se entende por *declinação*, *conjugação*, *flexão* e *derivação*²¹. Nessa obra, livros VIII, IX e X, Varrão examina a língua latina, abordando-a sob a ótica do embate entre a *analogia* e a *anomalía*. No livro VIII, o autor critica os adeptos à concepção anomalista da linguagem, contrários aos princípios de regularidade (*analogia*) na língua. No livro IX, combate os argumentos dos analogistas, contrários aos princípios de irregularidade (*anomalía*). Em ambos os livros, pela primeira vez são reunidos e expostos os argumentos das duas visões a respeito da língua. Finalmente, no livro X, Varrão acaba por reconhecer a validade e a importância das duas visões, dizendo que ambas devem ser consideradas no exame da língua. Cria os termos *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria* e afirma que, no primeiro caso, há mais *analogia* e, no segundo, mais *anomalía*. De qualquer modo, fica patente que Varrão usa a palavra *declinatio* para se referir a variações ocorridas pelas palavras, seja qual for a motivação dessa variação. A troca do termo *declinatio* para *derivatio* subverte a perspectiva varroniana de análise da língua.

O equívoco de Câmara Jr. é cometido por diversos outros autores que mencionam o autor latino²², os quais relacionam a “*derivatio voluntaria*” à *derivação* e a “*derivatio naturalis*” à *flexão*. Entretanto, o fato de o autor não ter empregado *derivativo* não significa afirmar que os conceitos em questão não existissem, pois poderiam ser designados por outros termos. Do mesmo modo, os termos poderiam existir, mas apresentar outro significado. Sendo assim, em um primeiro momento, a obra varroniana foi examinada com o objetivo de investigar os sentidos apresentados pelos termos *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria*.

²¹ A afirmação é de Valenza (2010), que traduziu a obra para o português. A autora partiu do texto latino utilizado por KENT (1938, edição revisada em 1951; *On the latin language: books VIII-X*. Harvard University Press: London). Por sua vez, Kent serviu-se do manuscrito intitulado *Codex Laurentianus* (séc. XI), que se encontra na Biblioteca Medicea Laurenziana, em Florença. Kent (1951, p. xii-xv) menciona treze outros manuscritos dos quais se serviu, já que o *Codex Laurentianus* se encontra corrompido em diversas seções. O texto utilizado por Valenza e por Kent encontra-se também disponível em www.thelatinlibrary.com (acesso em 10 out. 2017), embora haja diferenças de pontuação, de marcação de parágrafos e não exista indicação das alterações feitas por copistas ao longo do tempo. Essas alterações são devidamente registradas por Kent.

²² A busca pela expressão “*derivatio voluntaria*” no *Scholar Google* (ou Google Acadêmico), em 28 de fevereiro de 2019, apresentou 47 resultados. Uma rápida verificação denuncia que todas as produções acadêmicas mencionavam Varrão. No *Google Books*, a busca apresenta 83 resultados, incluindo pesquisadores renomados. A obra mais antiga que registra a expressão equivocada é de 1672: *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomata proponitur*, de Bento Pereira.

Nesta pesquisa, tem-se, portanto, um estudo dos termos *gênero linguístico* e *flexão* na Antiguidade Clássica, conforme o recorte apresentado, com vias a tratar duas das hipóteses levantadas nesta tese. A investigação possibilitou, do mesmo modo, a extração de definições e, como se verá, contribuiu sobremaneira para o estabelecimento das *continuidades* e *descontinuidades* do uso dos termos.

A genealogia do termo *gênero linguístico* encerra-se na Antiguidade Clássica. No capítulo anterior, viu-se o modo como o assunto tem sido examinado no português. Esse modo de apreensão é cotejado, no capítulo 10 com aquele resultante da investigação.

Quanto à *flexão*, a investigação percorre os séculos XIX e XX. A análise preliminar de obras desses períodos orientou a seleção dos textos, mantendo-se a perspectiva longitudinal, ou seja, não se realizou um estudo exaustivo das obras de cada período, mas a seleção foi orientada pela composição de duas dimensões já apontadas em outros trabalhos de Historiografia Linguística: **diálogo** e **ruptura**, a partir de uma abordagem direta sobre o tema *flexão*. Por meio dessas dimensões, as quais logo abaixo são explicadas, objetiva-se avaliar, mais precisamente, as possíveis *continuidades* e *descontinuidades* no uso do termo.

Friedrich Schlegel (1772-1829) foi quem empregou o termo *Biegung*, que, em uma tradução, seria interpretado por meio do termo *flexão*. Em *Über die Sprache und Weisheit der Indier* (1808), obra na qual se dedicou ao estudo do sânscrito, comparando-o ao grego, ao latim, ao germânico e ao persa, seu objetivo foi investigar se o sânscrito seria a língua mais antiga ou se seria um amálgama das demais por conservar com elas traços de afinidade. Para ele, o resultado só poderia ser encontrado caso a estrutura interna dessas línguas fosse examinada, isto é, sua gramática em termos comparativos. O autor propôs uma divisão das línguas, e uma das divisões abrigava a classe das línguas *flexivas*.

Franz Bopp (1791-1867) estabeleceu um diálogo direto com Schlegel a respeito da divisão das línguas e dos critérios que a fundamentariam, dentre eles, a *flexão*. Fez isso por meio de duas obras: *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages, shewing the original identity of their grammatical structure*, publicada em inglês, em 1820; e *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Gothischen und Deutschen*, publicada em 1833.

A obra de 1833 passou por várias edições (a última publicada após sua morte), nas quais foi ampliando o número de línguas comparadas. Essa edição será aqui examinada por duas razões: nela, Bopp trouxe pela primeira vez, segundo Bréal (1866, Introd., p. xxi), uma explicação sobre *flexões*; além disso, examinou a visão de Schlegel a respeito da classificação das línguas. A principal

motivação de Bopp, já mencionada na edição de 1816, era abordar as línguas sob um ponto de vista científico e, para isso, serviu-se de vasta terminologia da História Natural, como “flexões orgânicas”, ou *organische Flexionen* (VIARO, 2011). Há, portanto, entre Schlegel e Bopp um diálogo travado especialmente sobre a *flexão*.

A concepção de língua de August Schleicher (1821-1868) envolvia a passagem, desde o nascimento, por estágios evolutivos durante os quais as línguas cresceriam, ou se desenvolveriam, e morreriam. A língua *flexiva* foi concebida como uma tipologia. Sua visão de língua é fundamental para compreender sua teoria morfológica, que até hoje suscita controvérsias quanto a seu papel no pensamento linguístico do século XIX, mas que consensualmente apresenta uma importante etapa da compreensão das línguas nesse período. Por essa razão, não há consenso, na Historiografia Linguística, se o pensamento de Schleicher deve ser interpretado como um *continuum* de Franz Bopp, ou se deve ser considerado o precursor dos neogramáticos.

Schleicher procurou identificar as formas do protoindo-europeu e as relações de parentesco entre as línguas oriundas desse tronco linguístico e, assim, elaborou uma teoria evolucionista da língua como organismo e da linguística como ciência natural. Dessa forma, procurou tecer uma teoria morfológica aplicável a todo tipo de língua. Morpurgo Davies (1998) interpreta a obra de Schleicher sob a perspectiva de seus antecessores, colocando-o como um dos fundadores da gramática comparativa e, conseqüentemente, da gramática indo-europeia. A autora apenas entende que Schleicher tenha representado a metáfora do “organismo” de um modo mais literal. Já Koerner (1989) afirma que Schleicher estabeleceu a “matriz disciplinar” dos neogramáticos, ou seja, que sua teoria linguística representa uma formulação metodológica sem a qual não haveria renovação nos estudos de gramática comparativa. A obra de Schleicher é avaliada, de um lado, na perspectiva de diálogo e, de outro, na de ruptura.

As mudanças de som foram objeto de investigação dos neogramáticos, embora seus adeptos tenham se dedicado a outras áreas dos estudos linguísticos. Dentre outros, Berthold Delbrück (1842-1922) é coautor de *Grundriß der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, em parceria com Karl Brugmann (1849-1919), obra escrita em três volumes nos quais trataram de fonética, morfologia e sintaxe. Brugmann também deu início, juntamente com Hermann Osthoff (1847-1909), a uma nova revista intitulada *Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen*. O primeiro volume, publicado em 1878, tornou-se conhecido como o *manifesto neogramático* pelo conteúdo desenvolvido em seu prefácio.

Nesse chamado *manifesto*, Osthoff e Brugmann opunham-se deliberadamente à concepção naturalista da língua. A reação contra Schleicher se deu principalmente por meio do novo conceito de *língua*, entendida como um produto humano, isto é, resultado da ação do falante. A *Stammbaum* schleicheriana, ainda que tenha feito a divisão das línguas em ramos ou troncos, até chegar a uma única língua, não levava em conta as diferenças linguísticas impressas em uma mesma língua ou a influência das línguas umas sobre as outras. Os autores progressos também eram criticados por estabelecer uma regularidade da mudança a despeito de quaisquer irregularidades, isto é, as ocorrências que não se encaixavam nas mudanças previstas. Essa concepção, na visão de Osthoff e Brugmann, significaria admitir que as línguas não seriam passíveis de estudo científico. Na Historiografia Linguística, há consenso em afirmar a hegemonia de Hermann Paul (1846-1921), especialmente de sua *Prinzipien der Sprachgeschichte*, sobre os demais neogramáticos no que diz respeito à influência exercida em autores posteriores. A obra de Paul é examinada, portanto, quanto à ruptura, especificamente dada por uma mudança na concepção de *língua*.

Pelas razões apresentadas, quatro autores, e suas respectivas obras, nas quais tratam da *flexão*, publicadas no séc. XIX, foram elencados para o estudo:

Friedrich Schlegel (1772 - 1829)

1. Über die Sprache

Über die Sprache und Weisheit der Indier. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1808. Disponível em: http://www.deutschestextarchiv.de/schlegel_indier_1808/4. Acesso em: 04 janeiro 2016.

Essai sur la langue et la philosophie des indiens. Paris, Parent-Desbarres, 1837 [1808]. Trad. M. A. Mazure. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63074g.r=fRIEDRICH%20SCHLEGEL?rk=42918;4>. Acesso em 02 fevereiro 2016.

Franz Bopp (1791 - 1867)

1. Analytical Comparison

Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages, shewing the original identity of their grammatical, 1820. In: Koerner, Konrad (org.) **Series I – Amsterdam Classics in Linguistics**, 1800-1925, v. 3. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

2. Vergleichende Grammatik

Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Gothischen und Deutschen. Berlin: Königl. Akademie der Wissenschaften, 1833.

Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand. Paris: Imprimerie Impériale, 1866, Tomo I. Trad. Michel Bréal. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86090v/f3.image>. Acesso em: 21 setembro 2017.

Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand. Paris: Imprimerie Impériale, 1868, Tomo II. Trad. Michel Bréal. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k860947?rk=21459;2>. Acesso em: 21 setembro 2017.

Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand. Paris: Imprimerie Impériale, 1869, Tomo III. Trad. Michel Bréal. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k860916?rk=85837;2>. Acesso em: 21 setembro 2017.

Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand. Paris: Imprimerie Impériale, 1872, Tomo IV. Trad. Michel Bréal. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86092j?rk=64378;0>. Acesso em: 21 setembro 2017.

Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand. Paris: Imprimerie Impériale, 1874, Tomo V. Trad. Michel Bréal. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86093w?rk=42918;4>. Acesso em: 21 setembro 2017.

August Schleicher (1821 - 1868)

1. Die Sprachen Europas

Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht. Amsterdam/philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1983 [1850]. (Series I - AMSTERDAM CLASSICS IN LINGUISTICS, 1800-1925). Konrad Koerner (ed.).

Les Langues de L'Europe Moderne. Paris : Ladrangue/Garnier, 1852 [1850]. Trad. Hermann Ewerbeck.

2. Zur Morphologie der Sprache

Zur Morphologie der Sprache. St. Petersburg: Eggers Und Comp. in St. Petersburg, 1859. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Zur_Morphologie_der_Sprache_von_August_S.html?id=kfh3QwAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 19 fev. 2018.

3. Compendium der vergleichenden Grammatik

Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen. Weimar: Hermann Böhlau, 1861.

A Compendium of the Comparative Grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin Languages. London: Trübner & Co., 1874 [1861], Part I. Trad. Herbert Bendall.

A Compendium of the Comparative Grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin Languages. London: Trübner & Co., 1877 [1861], Part II. Trad. Herbert Bendall.

4. Die Darwinsche Theorie

Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft. Weimar: Hermann Böhlau, 1863.

Darwinism Tested by the Science of Language. In: KOERNER, Konrad (ed.). **Linguistics and Evolutionary Theory**: three essays by august schleicher, ernst haeckel and wilhelm bleek. Amsterdam/philadelphia: John Benjamins, 1983 [1863]. p. 1. Trad. Alex V. W. Bickers.

5. Über die Bedeutung der Sprache

Über die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen. Weimar: Hermann Böhlau, 1865.

On the significance of language for the natural history of man. In: KOERNER, Konrad (ed.). **Linguistics and Evolutionary Theory**: three essays by August Schleicher, Ernst Haeckel and Wilhelm Bleek. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983 [1865]. p. 73. Trad. Peter Maher.

Hermann Paul (1846 - 1921)

1. Prinzipien der Sprachgeschichte

Prinzipien der Sprachgeschichte. Halle: Verlag vom Max Niemeyer, 1920 [1880].

Princípios Fundamentais da História da Língua. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966. Trad. Maria Luisa Schemann.

No séc. XX, vem a público a obra fruto de uma compilação de notas de aula, especialmente de Albert Riedlinger (1883-1978), o *Cours de linguistique générale* (1916), escrito por Charles Bally (1865-1947) e Albert Sechehaye (1870-1946), alunos de Ferdinand de Saussure, e publicado após a morte do linguista suíço, ocorrida em 1913. Embora a obra tenha sido acolhida com sucesso, por várias décadas seguintes, as descobertas das correspondências, de escritos inéditos e de cadernos de outros alunos de Saussure ensejaram uma série de publicações que procuravam, e ainda procuram, reconstruir o que poderia ter sido o ‘verdadeiro’ pensamento de Saussure a respeito do que é tratado no *Cours*. É notório, no entanto, que sua consagração como fundador da Linguística Geral se faz por referência ao *Cours*, obra que ele não escreveu, mas que o tornou conhecido e reverenciado.

As chamadas “dicotomias” saussurianas, assim denominadas, fazem crer, à primeira vista, que os termos nelas envolvidos sejam antônimos. A denominação “dicotomia” pode ser empregada e entendida como relação de mútua exclusão ou de antagonismo. Assim, entendeu-se que a *sincronia* seria oposta à *diacronia*, logo a adoção de uma implicaria a exclusão da outra.

O termo *sincronia* foi interpretado como um estado de língua independente de sua trajetória histórica. A *diacronia* seria a própria evolução de uma língua ao longo da história. Essa divisão foi reforçada, sobretudo, pela concepção diversa entre *língua* e *fala* e pela noção de *sistema* saussurianas, ou seja, o *sistema* visto como uma abstração da linguagem em oposição a uma linguagem historicamente realizada. A opção pelos estudos sincrônicos significaria, nessa interpretação, a exclusão da perspectiva diacrônica das línguas.

Entretanto, não bastasse o *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1879) ser uma reconstrução do sistema vocálico do protoindo-europeu, o *Cours* está

repleto de exemplos de língua advindos de etapas pretéritas os quais sustentam sua teoria linguística. Muito se discute se haveria duas vertentes do mesmo autor, uma voltada à gramática comparada, às mudanças fonéticas, logo, à historicidade das línguas e outra fundadora da Linguística Geral, ocupada em analisar a linguagem humana para encontrar os princípios de sua capacidade de representação, verificáveis apenas na atual sincronia. Por isso, além da reconhecida importância dessa obra, pela qual Saussure se consagrou, lida-se, de um lado, com um diálogo travado com a escola de formação, por outro, com uma suposta ruptura, mesmo que não pretendida.

Desse modo, as gerações posteriores adotaram deliberadamente a perspectiva sincrônica de descrição e análise das línguas. Dentro dessa perspectiva, muitos quadros do Estruturalismo se formaram e de desenvolveram. A seleção de um autor, ou mesmo de um conjunto de autores, jamais faria jus à enorme quantidade de trabalhos, bastante diferentes entre si, fundamentados na noção de *estrutura*. Contudo, em considerando a polêmica em torno do termo *flexão*, face ao de *derivação*, a problemática se situa na morfologia de base gerativista, que se opôs especialmente aos estruturalistas americanos. O contraste entre gerativistas e estruturalistas americanos ocorre justamente porque aqueles consideram que o estruturalismo, nesse quadro, havia realizado exaustivos trabalhos de descrição sem que se alcançasse uma teoria universal.

Dentre os autores americanos, o Estruturalismo conheceu Leonard Bloomfield (1887-1949), que defendia o método indutivo como único meio legítimo de se fazer generalizações sobre as línguas e sobre cada uma delas, em particular. Além disso, Bloomfield resgata o termo *morfema*²³, cujo sentido atual foi instaurado por ele, na década de 1930 (TRASK, 2015, p. 199). Interessam, portanto, a noção bloomfieldiana de *morfema* e sua concepção de *flexão* face a essa proposta.

No Brasil, o Estruturalismo ganhou particular atenção. Dentre os brasileiros, Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) conhecia profundamente tanto o estruturalismo europeu quanto o norte-americano. Seus trabalhos de fonologia decorrem da linha da Escola Linguística de Praga, mas suas ideias também se associam ao estruturalismo americano. Nesse sentido, estudos centrados na concepção estruturalista norte-americana, que tinham em Bloomfield seu predecessor, por meio do modelo de análise morfológica denominado item-e-arranjo (IA), seguido por Câmara Jr., afirmavam que as unidades mínimas de significado seriam encadeadas e se ajustariam a um padrão, ou seja, enfatizavam a segmentação dos *morfemas*. A identificação dos *morfemas* era obtida por meio

²³ O termo foi criado pelo linguista polonês Jan Baudouin de Courtenay (1845-1929), no fim do século XIX, de acordo com Trask (2015).

da *substituição* ou *teste da comutação* (ROSA, 2011, p. 47-48). Tem-se aqui, pois, uma linha de diálogo, desde Saussure, passando por Bloomfield, com sua concepção de *morfema*, até Câmara Jr, que tratou, como se viu no capítulo 1, da *flexão de gênero* no português.

Na década de 1950, o arcabouço teórico gerativista contestou os estruturalistas, pois além das críticas às análises supostamente exaustivas, adotaram métodos dedutivos de análise linguística. Tratam-se, portanto, de dois pontos explícitos de ruptura, uma vez que os gerativistas, conduzidos pelas ideias de Noam Chomsky (1928), objetivam formular uma teoria universal da linguagem. Em *Syntactic Structures*, Chomsky disse:

Em termos mais gerais, os linguistas devem se preocupar com o problema de determinar as propriedades subjacentes fundamentais das gramáticas bem-sucedidas. O resultado dessas investigações deve ser uma teoria da estrutura linguística na qual os procedimentos descritivos utilizados em gramáticas particulares sejam apresentados e estudados abstratamente, sem nenhuma referência específica a línguas específicas. Uma função dessa teoria é fornecer um método geral para selecionar uma gramática para cada língua, dado um corpus de sentenças dessa linguagem²⁴. (1957, p. 11)

Na perspectiva gerativista, destacam-se as seguintes fases, nas quais foram propostos distintos modelos de análise linguística: a Gramática Gerativo-Transformacional (Chomsky, 1957); a Gramática Gerativa Padrão (Chomsky, 1965), sucedida pela ampliação teórica chamada de Teoria Padrão Estendida (*Extended Standard Theory*); a Teoria da Regência e Ligação (Chomsky, 1981), com o desenvolvimento da Teoria de Princípios e Parâmetros; o Programa Minimalista (Chomsky, 1992, 1995, 1999). Iniciou-se, então, um estudo das sentenças e, nesse quadro, a morfologia foi excluída ao longo de quase 20 anos.

Especificamente, Chomsky propôs a *Hipótese Lexical*, segundo a qual a formação de palavras deveria ser tratada no léxico. Segundo a concepção de Aronoff (1976, p. 5-6), a proposta surgiu, de fato, em Chomsky (1970), mas as dúvidas sobre o produto do componente sintático já tinham sido apontadas em Chomsky e Halle (1968). Chomsky (1970) havia proposto que os itens correspondentes aos verbos e aos nomes seriam adequadamente tratados caso se pudesse estabelecer uma *entrada lexical* neutra. Uma *entrada lexical* neutra seria uma forma sem marcas de traços categoriais. Esses traços seriam, na estrutura sintática, inseridos pelos componentes fonológicos relacionando a entrada à determinada categoria.

²⁴ More generally, linguists must be concerned with the problem of determining the fundamental underlying properties of successful grammars. The ultimate outcome of these investigations should be a theory of linguistic structure in which the descriptive devices utilized in particular grammars are presented and studied abstractly, with no specific reference to particular languages. One function of this theory is to provide a general method for selecting a grammar for each language, given a corpus of sentences of this language. (tradução nossa)

As propostas dividiam-se em representantes da *Hipótese Lexicalista Forte*, que viam distinções entre *flexão* e *derivação*, mas consideravam que ambos os processos eram igualmente atuantes no léxico, e da *Hipótese Lexicalista Fraca*, que consideravam os processos *flexionais* motivados pela sintaxe, portanto excluídos da alçada do léxico. São esses os modelos cujos textos interessam, especialmente porque, além de lidarem com *flexão* e *derivação*, são lexicalistas.

Além das divergências apresentadas nas propostas, há um *continuum*. Esses modelos morfológicos de base gerativista adotaram a perspectiva de estabelecer *Regras de Formação de Palavras*. Para isso, discutiram as possíveis diferenças entre *flexão* e *derivação* aplicáveis à análise linguística, inclusive propondo alterações nos modelos que os precederam. A investigação, nesse ponto, segue esse fio, observando as mudanças de perspectivas e as abordagens.

Diante das motivações expostas, os seguintes autores e suas respectivas obras serão abordados:

Ferdinand de Saussure (1857 - 1913)

1. Cours

Cours de linguistique générale. Paris: Payot & Rivages, 1995 [1916]. Charles Bailly, Albert Séchehaye e Albert Riedlinger (org.).

Corso di linguistica generale. 19ª ed. Roma: Editori Laterza, 2005 [1967]. Trad. Tullio de Mauro.

Leonard Bloomfield (1887 - 1949)

1. A set of postulates

A set of postulates for the science of language. *Language* 2, 153-164. In: M. Joos, (org). **Readings in linguistics** I. Chicago: University of Chicago Press, 1957 [1926].

2. Language

Language. Londres: Cox & Wyman, 1973 [1933].

Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904 - 1970)

1. Problemas de Linguística Descritiva

Problemas de Linguística Descritiva. 6ª ed. Editora Vozes Ltda, 1973 [1969].

2. Estrutura da Língua Portuguesa

Estrutura da Língua Portuguesa. 35ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2002 [1970].

Morris Halle (1923 - 2018)

1. Prolegomena

Prolegomena to a Theory of Word Formation. Linguistic Inquiry, vol. 4, no. 1, 1973, pp. 3–16. JSTOR, Disponível em: www.jstor.org/stable/4177749. Acesso em: 28 julho 2018.

Ray Jackendoff

1. Morphological

Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. Language, vol. 51, no. 3, 1975, pp. 639–671. JSTOR, Disponível em: www.jstor.org/stable/412891. Acesso em 28 julho 2018.

Mark Aronoff

1. Word Formation

Word Formation in Generative Grammar. Massachusetts: The Mit Press, 1976. (Linguistic Inquiry Monographs).

Margarida Basilio

1. Estruturas Lexicais

Estruturas Lexicais do português. Petrópolis. Vozes, 1980.

2. Teoria Lexical

Teoria Lexical. São Paulo: Ática, 1987.

Em se tratando de todos os autores estudados, o uso de várias edições, em mais de uma língua, permitiu, por meio do confronto das traduções propostas e da consulta a obras lexicográficas da língua original, propor transposições mais literais para o português, com o objetivo de evitar anacronismos e de lidar com a conceituação de uma maneira mais precisa. No momento adequado, são citadas as obras lexicográficas consultadas.

Apresentadas as obras, e seus respectivos autores, que servem à análise proposta, cabe uma última observação. Swiggers (2004), ao falar das aproximações conceituais que pode haver entre os autores, cita o que ele denomina de *programa*. A noção de *programa* permite, por meio de três critérios de categorização, divisar as visões teóricas compartilhadas entre autores daquelas que vinculam interesses específicos. Os critérios previstos por Swiggers são *visão*, *incidência* e *técnica*. Os autores selecionados para a pesquisa de ambos os termos se situam em dois *programas* assim descritos por Swiggers (2004, p. 129-130, notas 62 e 63):

(1) *Programa de correspondência:*

Adeptos: Platão, Aristóteles, Noam Chomsky e seus discípulos.

Visão: correlação entre língua, pensamento e realidade.

Incidência: relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais.

Técnica: abordagem semântica de estruturas gramaticais e correlações dessas estruturas a processos mentais.

(2) *Programa descritivista:*

Adeptos: gramáticos alexandrinos, gramáticos romanos, os comparatistas e os estruturalistas.

Visão: descrição de línguas como objetos.

Incidência: análise por meio de segmentação, arranjo ou comparação de formas observadas; comparação de línguas diversas e reconstrução de formas pretéritas.

Técnica: determinação de contextos, segmentação, comutação e relação de proporcionalidade entre os elementos linguísticos; estabelecimento de relações entre formas linguísticas e funções comunicativas.

Ainda que se privilegie uma abordagem interna, um texto jamais se desvincula totalmente de seu meio. Por essa razão, certas informações pertencentes ao contexto de produção, especialmente aquelas consideradas nas análises, foram esclarecidas oportunamente, em seções específicas denominadas “contextualização”.

Por fim, o estudo historiográfico possibilitou a elaboração de 113 definições relativas a 177 termos. As definições são identificadas, no *corpo de texto*, por uma sequência numérica, em que são indicados o número do capítulo e o número da definição, cada uma marcada, desse modo, por DEF.X.Y. Ao final, os termos foram dispostos em um índice remissivo das definições, organizados em ordem alfabética e identificados pela mesma numeração, possibilitando, assim, futuras consultas.

2.2. Nível morfológico

2.2.1. Matriz de uma abordagem morfológica

A Morfologia apresenta, na atualidade, duas perspectivas de abordagem delimitadas quanto ao tempo: estudos diacrônicos e estudos sincrônicos. De um lado, a morfologia diacrônica tem trazido evidências empíricas das relações entre linguagem e seu tempo. A diacronia atrela-se justamente à importância de se considerar recortes sincrônicos sucessivos, somados a inúmeros

dados linguísticos advindos de diversas línguas naturais. Por outro lado, a morfologia centrada em estudos sincrônicos reduz seu campo de investigação ao estado de língua coetâneo ao do pesquisador, porém tem apresentado discussões relevantes a respeito da delimitação das unidades lexicais, do tratamento a ser dado quanto às unidades mínimas de significado, o que as orienta e qual seria a função ou processo a que se prestariam, se objeto de estudo da morfologia, como disciplina autônoma, se objeto da sintaxe, concebida por alguns como o único norte de abordagem das línguas naturais. A problematização se torna ainda mais complexa quando se considera a fonologia: a principal dificuldade de demarcação precisa advém da análise do material fônico, que serve à fonologia, à morfologia, à sintaxe e à semântica, ou seja, a grande questão compreende categorizar propriedades linguísticas, em âmbito geral, e o objeto da Morfologia, em particular.

A Morfologia lida com os elementos constitutivos das palavras, seja em sincronia ou em diacronia. No séc. XIX, a Morfologia foi o componente hegemônico do estudo gramatical. No séc. XX, surgiram controvérsias. Uma das controvérsias diz respeito aos elementos constitutivos: Bloomfield (1933), por ex., defendia que as palavras são formadas por *morfemas* linearmente ordenados e, sobre as irregularidades formais e semânticas, criou o conceito de *alomorfe*. Ainda, Basílio (1987) fala de uma relação entre *base* e *afixo* e corrobora uma morfologia derivacional, de base lexicalista, centrada em *regras de formação de palavras*. De qualquer maneira, a delimitação de unidades lexicais, abordadas na perspectiva morfológica, pressupõe uma teoria que abarque a palavra como uma unidade composta de unidades menores com significado.

Segundo Viaro (2019), a perspectiva acima é fundamental. O autor se opõe à visão morfofonológica, que concebe o fonema como signo a partir de um modelo transformacional; ao mesmo tempo, argumenta que uma unidade fonológica sem significado não está ao alcance da Morfologia. Assim, a partir do significante, diz que “a Morfologia estuda fenômenos na fronteira da Fonologia, mas com a presença do significado para além de questões como pares mínimos, enquanto na fronteira da Lexicologia, estuda fenômenos que garantam a composicionabilidade morfemática e não um significado lexical derivado pela história” (2019, p. 14). Por essa razão, adotam-se, como pressupostos teóricos, certas considerações feitas pelo autor, a saber:

1. A Morfologia estuda os morfemas em seus paradigmas mentais, no limite da junção dos morfemas e da soma de seus significados, na composição da unidade lexical;
2. Um morfema não é uma abstração de um conjunto de alomorfes, e as dificuldades de delimitar uma unidade morfemática, em uma unidade lexical justificam a busca de dados diacrônicos ou de dados estatísticos;

3. A adoção de paradigmas morfológicos implica uma abstração calcada na relação entre a forma de expressão e o significado, seja em paradigmas semânticos conectados a sintagmas de fonemas, seja em elementos de formação tal como os preconizados pela Linguística e pela gramática tradicional, isto é, raiz, radical, afixos, frequentemente alcançados em perspectiva histórica.

A Linguística do séc. XX, concebida como ciência autônoma, reconheceu a concepção de signo linguístico tal como apresentada no *Cours de Linguistique Générale* (1916), obra atribuída a Ferdinand de Saussure. O signo linguístico é apresentado, nessa obra, primeiramente como a junção entre uma imagem acústica e um conceito e, depois, como a consubstanciação do significante e do significado, que possuem entre si uma relação arbitrária, ou seja, o signo linguístico é entendido como símbolo.

A noção de signo linguístico, juntamente com sua divisão bipartida, foi amplamente aceita e difundida por boa parte das escolas posteriores. Nessa concepção bipartida de signo, contudo, dois âmbitos de perquirição são excluídos, mas, ao mesmo tempo, legados à discussão: os *morfemas*, como discutido acima, e a *referência*. De acordo com Viaro (2019), a *referência* não é o significado, mas sim:

o modo como a realidade é vista pelo falante, dentro das suas limitações cognitivas como indivíduo representante da espécie biológica *Homo sapiens* e dentro das limitações epistemológicas derivadas dos inúmeros segmentos sociais a que pertence ou pertenceu durante sua trajetória ontológica, no melhor exercício de sua capacidade de percepção e reflexão. (2019, p. 19)

A concepção saussuriana de signo considera apenas a semântica compartilhada nos atos de fala e socialmente interpretada. Rediscutir o conceito de signo linguístico é primordial à Morfologia, especialmente quanto ao significado e à referência, pois o estatuto morfológico de um item linguístico centra-se em seu caráter de signo. A discussão proposta permeia a inserção do signo semiótico como fundamento de análise.

2.2.2. Fundamentos para uma abordagem semiótica

Tudo são signos: assim se pode sintetizar o axioma do qual Charles Sanders Peirce (1839-1914) parte para desenvolver sua teoria semiótica, que considera todas as coisas, os fenômenos, as cognições, as manifestações, linguísticas ou não linguísticas, até mesmo o próprio homem, como signos. Se tudo são signos, signos convertem-se em outros signos, em um sistema de representações universal. Têm-se, aqui, dois conceitos fundamentais: *signo* e *representação*.

Na terminologia peirciana, existe uma relação indelével entre *signo*, ou *representamen*, *objeto* e *representante*. Assim Peirce definiu:

Um signo, ou representamen, é aquilo que para alguém está no lugar de algo, em certo aspecto ou qualidade. Dirige-se a alguém, ou seja, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Chamo esse signo criado de interpretante do primeiro signo. O signo está no lugar de algo, seu objeto. Está no lugar desse objeto não em todos os aspectos, mas em referência a uma espécie de ideia, que eventualmente chamei de base do representamen²⁵. (CP 2.228²⁶)

O *signo*, ou *representamen*, está no lugar de algo, uma representação de um *objeto* – para alguém, não em todos os aspectos, em referência a uma espécie de ideia, um *representante*. Esses elementos, *signo*, *objeto* e *representante*, são essenciais à *semiose*, que pode assim ser apresentada:

Figura 2.1: Representação da *semiose* de Peirce

Em um sistema de representações universal, a *semiose* ocorre em meio a um processo que envolve três categorias universais²⁷. Peirce denominou-as de categorias de *Primeiridade* (*Firstness*), de *Secundidade* (*Secondness*) e de *Terceiridade* (*Thirdness*).

Primeiridade é a categoria dos fenômenos observados em si mesmos, isto é, sem relação com nenhum outro. Nessa categoria, estão presentes fenômenos não conscientes, não racionais e não

²⁵ *A sign, or representamen, is something which stands to somebody for something in some respect or capacity. It addresses somebody, that is, creates in the mind of that person an equivalent sign, or perhaps a more developed sign. That sign which it creates I call the interpretant of the first sign. The sign stands for something, its object. It stands for that object, not in all respects, but in reference to a sort of idea, which I have sometimes called the ground of the representamen.* (tradução nossa)

²⁶ Nas citações, os números referem-se aos volumes e aos parágrafos, conforme organização do *Collected Papers of Charles Peirce*.

²⁷ Aristóteles também elaborou as categorias universais, em sua doutrina, embora haja controvérsias quanto ao número de categorias estabelecidas. Zingano (2013, p. 227), diz que o “número é por certo determinado (cf. *An. Post.* I 22 83b15), mas há flutuação sobre qual é exatamente este número. Nas Categorias e nos Tópicos, Aristóteles apresentou a lista mais abrangente, contendo dez categorias, mas, nos Segundos Analíticos I 22, somente oito são listadas (as categorias de ἔχειν e κεῖσθαι não estão listadas); na Metafísica Δ 7, a lista sofre ainda outra redução, tendo agora sete membros (...).” A lógica peirciana reduz as categorias a três, conforme demonstrado.

reflexivos, como aspectos fenomenais puramente qualitativos, as abstrações puras, os sentimentos puros, as sensações, o indizível, o intangível, ou tudo aquilo que Peirce chama de concepção primeira (CP 1. 302-303; 1.328). Peirce assim sucintamente define:

Primeiridade é o modo de ser daquilo que é como é, de maneira positiva e sem referência a nenhuma outra coisa²⁸. (CP 8.328)

Secundidade é a categoria dos fenômenos que decorrem da relação com um outro. A categoria abriga ou os aspectos fenomenais que se conectaram aos elementos de primeira concepção, ou os fenômenos de *Primeiridade* contrastados uns aos outros. Esses fenômenos ocorrem quando as qualidades são atribuídas a um outro, quando os sentimentos, as emoções são registrados, quando se toma consciência do tempo passado, ou nas experiências, na ação, na relação, na dependência, na negação etc. (CP 1. 356-359). Peirce diz sobre a categoria:

Secundidade é o modo de ser daquilo que é como é, em relação a um segundo, mas indiferentemente de qualquer terceiro²⁹. (CP 8.328)

Terceiridade é a categoria dos fenômenos que correspondem à interação entre um elemento de primeira concepção e um segundo, formando a tríade, necessária à interpretação e à apreensão dos fenômenos pertinentes ao conhecimento. Nessa categoria, encontram-se o hábito, a memória, a síntese, a comunicação, a representação e a semiose dos signos etc. (CP 1.337 ss). Peirce assim a define:

Terceiridade é o modo de ser daquilo que é como é, ao relacionar um segundo e um terceiro³⁰. (CP 8.328)

As cores, por exemplo, são elementos de primeira concepção, ou de *Primeiridade*. Assim, tem-se o verde, qualidade pura, perceptível; o verde de uma paisagem é um elemento de *Secundidade*; a relação percebida entre o verde e a paisagem constitui-se um elemento de *Terceiridade*. A *semiose* peirciana diz respeito aos fenômenos e os meios pelos quais esses fenômenos são apreendidos pela cognição. Um *signo* é, por suas propriedades, um elemento de *Terceiridade*, uma vez que envolve um *representamen*, um *objeto* e o *interpretante*. Por envolver os fenômenos e a cognição, um *signo* é a própria *semiose*. O que se estuda na teoria de Peirce não são os *signos*, mas as *semioses*.

²⁸ *Firstness is the mode of being of that which is such as it is, positively and without reference to anything else.* (tradução nossa)

²⁹ *Secondness is the mode of being of that which is such as it is, with respect to a second but regardless of any third.* (tradução nossa)

³⁰ *Thirdness is the mode of being of that which is such as it is, in bringing a second and third into relation to each other.* (tradução nossa)

Peirce emprega, do mesmo modo, *signo* para “denotar um Objeto perceptível³¹” (CP 2.230). Há aqui, contudo, dois sentidos: a *semiose*, como dito acima, e o sinal ou nome com o qual se designa o *objeto*. O *objeto*, por sua vez, pode ser “o universo das coisas materiais³²” (CP 1.329), ou algo “da natureza de um signo ou pensamento³³” (CP 1.538), ou algo que é “inimaginável em um certo sentido³⁴”, como o signo *estrela*, cuja representação capta apenas uma parte de sua significação (CP 2.230). Já o *interpretante* é a significação, ou ‘efeito significativo³⁵’ (CP 5.475).

O sistema de representações inclui uma “série de interpretantes sucessivos”³⁶ (CP 2.303), ou seja, concebe-se uma semiose ilimitada, em que um processo de apreensão e de interpretação de um signo pode se tornar o início de um outro processo, em uma cadeia sucessiva.

Peirce dividiu os signos em três tricotomias³⁷, correlacionou-as a cada um dos elementos da semiose e às categorias de fenômenos. Na primeira tricotomia, dividiu os signos em *qualissigno*, *sinsigno* e *legissigno*, tipologia relacionada ao *representamen*; na segunda, dividiu-os em *ícone*, *índice* e *símbolo*, tricotomia relacionada ao *objeto*; na terceira, em *rema*, *dicente* e *argumento*, signos relacionados ao *interpretante*.

A primeira relação ocorre entre as categorias de fenômenos, o *representamen* e a primeira tricotomia:

	<i>Representamen</i>
<i>Primeiridade</i>	<i>qualissigno</i>
<i>Secundidade</i>	<i>sinsigno</i>
<i>Terceiridade</i>	<i>legissigno</i>

Um *qualissigno* representa uma qualidade e pertence à categoria de *Primeiridade*. Os *qualissignos* concernem aos aspectos menos singulares dos signos, como cores, linhas, formas. Por essa razão, não atuam como signos exceto quando se conectam a outro(s) signo(s):

³¹ “to denote an Object perceptible” (tradução nossa)

³² “the universe of material things” (tradução nossa)

³³ “of the nature of a sign or thought” (tradução nossa)

³⁴ “unimaginable in one sense” (tradução nossa)

³⁵ “significate effect” (tradução nossa)

³⁶ “series of successive interpretants” (tradução nossa)

³⁷ Na obra peirciana, o significado de *tricotomia* é divisão em três partes ou três elementos.

Um *Qualissigno* é uma qualidade que é um Signo. Não pode realmente atuar como signo até que se corporifique; mas essa corporificação não tem nada a ver com seu caráter como signo³⁸. (CP 2.244)

Um *sinsigno* adquire seu caráter de singularidade por meio da conexão com *qualissignos*, por isso passa a pertencer à categoria de *Secundidade*:

Um *Sinsigno* (onde a sílaba *sin* é entendida como ‘sendo uma única vez’, como em *singular*, *simples*, no Latim, *semel* etc.) é uma coisa ou evento existente e real que é um signo. Só pode ser assim através de suas qualidades, de tal modo que envolve um Qualissigno ou, melhor, vários qualissignos. Mas esses qualissignos são de um tipo peculiar e só formam um signo quando realmente são corporificados³⁹. (CP 2.245)

Um *legissigno* é uma representação de uma convenção, de uma regra, de padrões, de leis gerais.

Um *Legissigno* é uma lei que é um Signo. Geralmente, essa lei é estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um Legissigno (mas não o contrário). Não é um objeto único, porém um tipo geral que, tem-se concordado, deve ser significante. Todo Legissigno significa através de uma instância de sua aplicação, que pode ser denominada *Réplica*. Assim, a palavra “o” normalmente aparecerá de quinze a vinte e cinco vezes numa página. Em todas essas ocorrências, é uma e a mesma palavra, o mesmo legissigno. Cada instância única é uma Réplica. A Réplica é um Sinsigno. Assim, todo Legissigno requer Sinsignos. Mas estes não são signos comuns, como são ocorrências peculiares que são consideradas significantes. A Réplica também não o seria se não fosse pela lei que a transforma em significante⁴⁰. (CP 2.246)

A segunda relação ocorre entre as categorias de fenômenos, o *objeto* e a segunda tricotomia, formada por *ícone*, *índice* e *símbolo*. Essas relações são combinadas às outras, já estabelecidas:

	<i>Representamen</i>	<i>Objeto</i>
<i>Primeiridade</i>	<i>qualissigno</i>	<i>ícone</i>
<i>Secundidade</i>	<i>sinsigno</i>	<i>índice</i>
<i>Terceiridade</i>	<i>legissigno</i>	<i>símbolo</i>

O *ícone* é um signo que representa por similaridade e participa das qualidades simples:

³⁸ *A Qualisign is a quality which is a Sign. It cannot actually act as a sign until it is embodied; but the embodiment has nothing to do with its character as a sign.* (tradução nossa)

³⁹ *A Sinsign (where the syllable sin is taken as meaning "being only once," as in single, simple, Latin semel, etc.) is an actual existent thing or event which is a sign. It can only be so through its qualities; so that it involves a qualisign, or rather, several qualisigns. But these qualisigns are of a peculiar kind and only form a sign through being actually embodied.* (tradução nossa)

⁴⁰ *A Legisign is a law that is a Sign. This law is usually established by men. Every conventional sign is a legisign [but not conversehly]. It is not a single object, but a general type which, it has been agreed, shall be significant. Every legisign signifies through an instance of its application, which may be termed a Replica of it. Thus, the word "the" will usually occur from fifteen to twenty-five times on a page. It is in all these occurrences one and the same word, the same legisign. Each single instance of it is a Replica. The Replica is a Sinsign. Thus, every Legisign requires Sinsigns. But these are not ordinary Sinsigns, such as are peculiar occurrences that are regarded as significant. Nor would the Replica be significant if it were not for the law which renders it so.* (tradução nossa)

Um Ícone é um signo que se refere ao Objeto que denota meramente em virtude de seus caracteres próprios, os quais possui da mesma forma, quer esse Objeto exista quer não. É verdade que, a menos que exista realmente esse Objeto, o Ícone não atua como um signo; mas isso não tem nada a ver com seu caráter como signo. Qualquer coisa, seja qualidade, existente singular ou lei, é um Ícone de qualquer coisa, na medida em que é como essa coisa e dela é signo⁴¹. (CP 2.247)

Peirce classifica, dentre os *ícones*, as imagens, as pinturas, as gravuras, as fotografias, os mapas, os diagramas, as metáforas, pois estas ocorrem, segundo ele, por meio do paralelismo entre duas coisas (CP 2.275). Vale observar que, nesse sentido, um *ícone* está no lugar de um objeto que denota. Por essa razão, não se trata de uma relação qualquer entre dois fenômenos no mundo, mas sim de uma relação estabelecida a partir do ponto de vista do *interpretante*: uma semelhança pode ser mais relevante que outra; uma vez reunidas, duas semelhanças passam a compor uma só noção (CP 1.365).

Os *índices* têm a propriedade de indicar o que denota por meio de associações (CP 2.285). Um *índice* apresenta uma relação cujo caráter representativo depende da existência do ser a que se conecta; além disso, uma vez que a relação diádica é sua condição inerente, o *índice* pertence à categoria de *Secundidade*:

Um Índice é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto. Portanto, não pode ser um Qualissigno, porque as qualidades são o que são independentemente de qualquer outra coisa. Na medida em que o Índice é afetado pelo Objeto, ele necessariamente tem alguma Qualidade em comum com o Objeto, e é com relação a essas qualidades que ele se refere ao Objeto. Envolve, portanto, uma espécie de Ícone, embora um Ícone de um tipo peculiar; e não é a mera semelhança de seu Objeto, mesmo nesses aspectos, que o torna um signo, mas é sua modificação real pelo Objeto⁴². (CP 2.248)

Na relação entre o *índice* e o *objeto* que denota, não existe singularização ou particularização, exceto quando o *índice* for associado a outro signo. Peirce fala, por exemplo, dos pronomes “quem”, “o que”, que exigem uma observação quanto às palavras antecedentes; caso contrário, não é possível encontrar a referência. Outros pronomes, preposições, artigos e os nomes próprios⁴³ são

⁴¹ *An Icon is a sign which refers to the Object that it denotes merely by virtue of characters of its own, and which it possesses, just the same, whether any such Object actually exists or not. It is true that unless there really is such an Object, the Icon does not act as a sign; but this has nothing to do with its character as a sign. Anything whatever, be it quality, existent individual, or law, is an Icon of anything, in so far as it is like that thing and used as a sign of it.* (tradução nossa)

⁴² *An Index is a sign which refers to the Object that it denotes by virtue of being really affected by that Object. It cannot, therefore, be a Qualisign, because qualities are whatever they are independently of anything else. In so far as the Index is affected by the Object, it necessarily has some Quality in common with the Object, and it is in respect to these that it refers to the Object. It does, therefore, involve a sort of Icon, although an Icon of a peculiar kind; and it is not the mere resemblance of its Object, even in these respects which makes it a sign, but it is the actual modification of it by the Object.* (tradução nossa)

⁴³ O significado de ‘nomes próprios’, nesse sentido, equivale ao de ‘substantivos próprios’.

índices, porque se conectam a *objetos*. Uma comparação entre os *índices* com outros signos esclarece suas características:

Os índices podem ser distintos de outros signos ou representações por três marcas características: primeiro, não têm nenhuma semelhança significativa com seus objetos; segundo, referem-se a seres individuais, unidades singulares, coleções singulares de unidades ou contínuos singulares; terceiro, direcionam a atenção para seus objetos por compulsão cega. Mas seria difícil, se não impossível, criar um índice absolutamente puro ou encontrar qualquer signo absolutamente desprovido da qualidade indicial. Psicologicamente, a ação dos índices depende de uma associação por contiguidade, e não da associação por semelhança ou por operações intelectuais⁴⁴. (CP 2.306)

Um símbolo participa da categoria de *Terceiridade*, uma vez que a relação entre *representamen* e *objeto* é atribuída, ou seja, depende de convenções sociais:

Um Símbolo é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de uma lei, geralmente uma associação de ideias gerais, que opera para fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto. É, portanto, um tipo ou lei geral, isto é, é um Legissigno. Como tal, atua através de uma Réplica. Não é apenas o próprio geral, mas o Objeto a que se refere é de natureza geral. Agora, o que é geral existe nos casos que determina. Portanto, deve haver instâncias existentes do que o símbolo denota, embora devamos aqui entender por "existente" como existente no universo possivelmente imaginário ao qual o Símbolo se refere. O símbolo, através da associação ou de uma outra lei, indiretamente será afetado por essas instâncias; e assim o símbolo envolverá uma espécie de Índice, embora um Índice de um tipo peculiar. Contudo, não será de modo algum verdade que o leve efeito dessas instâncias sobre o Símbolo seja responsável pelo caráter significativo do Símbolo⁴⁵. (CP 2.249)

As explicações trazidas por Peirce já demonstram as combinações que, posteriormente, serão feitas. A terceira tricotomia estabelece que um signo pode ser *rema*, *discente* e *argumento* e considera os signos na relação entre *representamen* e *interpretante*. De acordo com Peirce, essa divisão baseia-se, respectivamente, na antiga divisão da lógica entre *termo*, *proposição* e *argumento*, alterada para abarcar todos os signos (CP 8. 337).

⁴⁴ *Indices may be distinguished from other signs, or representations, by three characteristic marks: first, that they have no significant resemblance to their objects; second, that they refer to individuals, single units, single collections of units, or single continua; third, that they direct the attention to their objects by blind compulsion. But it would be difficult if not impossible, to instance an absolutely pure index, or to find any sign absolutely devoid of the indexical quality. Psychologically, the action of indices depends upon association by contiguity, and not upon association by resemblance or upon intellectual operations.* (tradução nossa)

⁴⁵ *A Symbol is a sign which refers to the Object that it denotes by virtue of a law, usually an association of general ideas, which operates to cause the Symbol to be interpreted as referring to that Object. It is thus itself a general type or law, that is, is a Legisign. As such it acts through a Replica. Not only is it general itself, but the Object to which it refers is of a general nature. Now that which is general has its being in the instances which it will determine. There must, therefore, be existent instances of what the Symbol denotes, although we must here understand by "existent," existent in the possibly imaginary universe to which the Symbol refers. The Symbol will indirectly, through the association or other law, be affected by those instances; and thus the Symbol will involve a sort of Index, although an Index of a peculiar kind. It will not, however, be by any means true that the slight effect upon the Symbol of those instances accounts for the significant character of the Symbol.* (tradução nossa)

O *rema* (ou dicissigno), para o *interpretante*, representa o *objeto* e pode, a respeito dele, apresentar alguma qualidade:

Um Rema é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de Possibilidade qualitativa, ou seja, entendido como representando este ou aquele tipo de Objeto possível. Qualquer Rema, talvez, fornecerá algumas informações, mas não é interpretado nesse sentido⁴⁶. (CP 2.250)

O *discente* é a unidade mínima para exprimir uma informação a respeito do *objeto*:

Um Signo Dicente é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de existência real. Não pode, portanto, ser um Ícone, que não oferece base para interpretá-lo como se referindo à existência real. Um Dicissigno envolve necessariamente, como parte dele, um Rema para descrever o fato que é interpretado como indicativo. Mas este é um tipo peculiar de Rema, e, embora seja essencial para o Dicissigno, de modo algum o constitui⁴⁷. (CP 2.251)

O *argumento*, por estar acima da proposição, permeia o processo do raciocínio, partindo das premissas às conclusões, que precisam ser verdadeiras:

Um Argumento é um Signo que, para seu Interpretante, é um signo de lei. Podemos dizer que um Rema é um signo entendido por representar apenas seu objeto em seus caracteres; que um Dicissigno é um signo entendido como representante de seu objeto em relação à existência real; e que um Argumento é um signo entendido por representar seu objeto em seu caráter de signo⁴⁸. (CP 2.252)

Conclui-se, dessa forma, a relação entre as categorias de fenômenos e as três tricotomias. Em conjunto, essa combinação forma 10 classes de signos, a partir das divisões do *representamen* (CP 2.254-263):

	<i>Representamen</i>	<i>Objeto</i>	<i>Interpretante</i>
<i>Primeiridade</i>	<i>qualissigno</i>	<i>ícone</i>	<i>rema</i>
<i>Secundidade</i>	<i>sinsigno</i>	<i>índice</i>	<i>dicente</i>
<i>Terceiridade</i>	<i>legissigno</i>	<i>símbolo</i>	<i>argumento</i>

⁴⁶ *A Rheme is a Sign which, for its Interpretant, is a Sign of qualitative Possibility, that is, is understood as representing such and such a kind of possible Object. Any Rheme, perhaps, will afford some information; but it is not interpreted as doing so.* (tradução nossa)

⁴⁷ *A Dicent Sign is a Sign, which, for its Interpretant, is a Sign of actual existence. It cannot, therefore, be an Icon, which affords no ground for an interpretation of it as referring to actual existence. A Dicisign necessarily involves, as a part of it, a Rheme, to describe the fact which it is interpreted as indicating. But this is a peculiar kind of Rheme; and while it is essential to the Dicisign, it by no means constitutes it.* (tradução nossa)

⁴⁸ *An Argument is a Sign which, for its Interpretant, is a Sign of law. Or we may say that a Rheme is a sign which is understood to represent its object in its characters merely; that a Dicisign is a sign which is understood to represent its object in respect to actual existence; and that an Argument is a Sign which is understood to represent its Object in its character as Sign.* (tradução nossa)

1. <i>Um qualissigno</i>	6. <i>Um legissigno indicial remático</i>
2. <i>Um sinsigno icônico</i>	7. <i>Um legissigno indicial dicente</i>
3. <i>Um sinsigno indicial remático</i>	8. <i>Um símbolo remático ou rema simbólico</i>
4. <i>Um sinsigno dicente</i>	9. <i>Um símbolo dicente</i>
5. <i>Um legissigno icônico</i>	10. <i>Um argumento</i>

Em nível descritivo das classes, tem-se que:

1. Um qualissigno é uma qualidade que é um signo;
2. Um sinsigno icônico é um signo singular e real que, pelas suas qualidades, representa outro objeto;
3. Um sinsigno indicial remático é um signo que indica outro objeto determinado pela sua própria presença;
4. Um sinsigno dicente é um signo afetado pelo objeto, mas capaz de dar informações sobre ele;
5. Um legissigno icônico é um ícone convencionado ou imposto pela lei;
6. Um legissigno indicial remático é um signo sobre o qual recai uma lei geral qualquer, a qual impõe que cada uma de suas réplicas seja afetada pelo objeto;
7. Um legissigno indicial dicente é um signo sobre o qual recai uma lei geral qualquer, afetada por um objeto real, de modo que forneça informação definida a respeito desse objeto;
8. Um símbolo remático ou rema simbólico é um signo convencional que ainda não tem o caráter de uma proposição;
9. Um símbolo dicente é um signo que combina símbolos remáticos em uma proposição;
10. Um argumento é um signo discursivo, racional.

A classificação peirciana não pressupõe que cada signo pertença a uma única classe, pois as classes apresentam as características de aspectos de signos. Desse modo, um mesmo signo pode ser considerado sob várias perspectivas, em diversos aspectos, correlacionados a um conjunto de outros signos e, por tudo isso, ser submetido a diversas classificações. Quanto aos *signos linguísticos*, são essencialmente *símbolos*, mas, em certos casos, como dos pronomes, são *índices*, e Peirce os classifica como *legissignos indiciais remáticos* (CP 2.259), uma vez que cada pronome, embora seja uma

réplica, é afetado pelo *objeto* que denota, não quanto à ontologia, mas quanto à conexão estabelecida com outro *signo* na cadeia linguística.

O *signo linguístico* é, por seu caráter arbitrário, um sistema simbólico. A arbitrariedade, contudo, tem ao menos dois aspectos a serem considerados. O primeiro trata-se de definir um sistema de *símbolos* como uma representação não motivada, isto é, não há semelhança entre os sons e os significados e, muito menos, semelhança entre os sons e os objetos denotados. O segundo diz respeito ao fato de que, como sistema, a representação feita por meio de sons transforma o código em *signos verbais* que se conectam a outros *signos verbais* e, concomitantemente, à significação que deles emana. Existe, pois, uma conexão *signo a signo*, inserida em uma sistema verbal de códigos, que tem a função de representar. Saussure excluiu o referente desse sistema de representação como um meio de desvincular da língua uma noção de representação icônica, pertinente apenas no caso das onomatopeias.

Um sistema linguístico é herdado, embora seja possível nele inserir novos itens e novas configurações. Herdam-se itens e processos e, nesse ínterim, os signos linguísticos, necessariamente, vinculam-se a todos os demais signos presentes nas contingências relativas à comunidade a que se pertence, um conjunto de hábitos, comportamentos, crenças, valores, conhecimentos diversos. Em outras palavras, seu caráter de herança pressupõe que, além de uma relação indelével entre signos verbais, exista uma relação entre signos verbais e signos contingenciais, presentes nas mais diversas circunstâncias da experiência humana.

Nesse sentido, a teoria peirciana serve de fundamento para rediscutir o *signo linguístico* na sua interface com o *signo semiótico*. Essa interface constitui aquilo a que se chama de *referência*, que não se confunde com o referente, concernente à ontologia. A *referência*, como se pretende argumentar, relaciona-se à unidade lexical, mas também à significação, resultante da composição das unidades mínimas que compõem a unidade. Pretende-se, portanto, discutir uma classificação de unidades mínimas significativas componentes das unidades lexicais face à classificação peirciana acima apresentada.

Parte-se da elaboração de uma teoria geral, que abarque processos de formação de palavras, especialmente quanto à composição de raízes e afixos, ou os chamados morfemas. Nessa elaboração, insere-se uma discussão sobre a *flexão* e a *flexão de gênero*, resgatando os sentidos obtidos na análise em nível terminológico, cotejada à análise dos paradigmas morfológicos a ser desenvolvida.

2.2.3. Perspectivas de abordagem, constituição de *corpora* e métodos

Apesar de o *gênero linguístico* ser uma categoria dos nomes, em português, o seu papel na morfologia ainda não foi elucidado. Propõe-se, por meio de uma análise quali-quantitativa, estabelecer os paradigmas morfológicos associados ao *gênero linguístico*, captando, inclusive, as alternâncias de *gênero*, se *flexão*, e suas motivações.

Para isso, discutem-se aspectos da herança latina morfossintática por meio de considerações sobre o desaparecimento dos casos latinos cotejadas às relações entre *gênero linguístico* e declinações. Quando se fala de “perda” dos casos latinos, é como se o português, como língua derivada, tivesse também perdido parte de seu princípio gramatical: a ausência de marcação de caso, na morfologia, teria deixado apenas uma herança lexical. A *flexão de gênero* seria, portanto, atributo sintático. Contudo, é possível uma outra interpretação, como se pretende demonstrar.

O interesse por avaliar o *gênero linguístico* em uma língua estruturada em *casos* assenta-se na confusão feita entre essa categoria e o sexo biológico. Em autores que estudaram o latim e as línguas românicas, observa-se a seguinte convergência: o *gênero linguístico* só é um fenômeno observável se, e somente se, conduzir a uma mudança semântica, sobretudo, ligada a seres sexuados. A relação feita entre fenômenos linguísticos e a designação de seres sexuados fica clara nas palavras de Maurer Jr.:

A principal inovação da língua vulgar foi a distribuição mais regular do gênero gramatical segundo a terminação da palavra. Perdida, exceto no caso de seres sexuados, a distinção herdada de tempos pré-históricos, mesmo a distinção entre nomes masculinos e femininos ficava ligada mais ou menos exclusivamente à terminação da palavra. (1959, p. 81-82)

O autor trata por “inovação” a relação entre *gênero* e terminação da palavra, o que leva a pressupor que, no latim clássico, essa relação, embora fosse existente, não seria preponderante. Ainda, Maurer Jr. evoca a “distinção herdada de tempos pré-históricos”, em que o *gênero* seria atribuído de acordo com a natureza das coisas representadas pelas palavras. De acordo com sua interpretação, a “inovação”, no latim vulgar, seria o total abandono desse princípio e a adoção de um *gênero linguístico* vinculado à forma.

Quanto à relação entre *gênero linguístico* e sexo biológico, o autor a entende como uma conservação do indo-europeu. Em sua concepção, o latim não só manteve como estendeu a oposição entre masculino e feminino em nomes de parentesco e de animais. Por isso, os exemplos nesse sentido são abundantes: refere-se à “distinção do feminino pela mudança de *-us* para *-a*, que o latim herdara do indo-europeu e mesmo estendera: conf. *lupus*, fem. *lupa* [...] *amicus/amica*,

bonus/bona, etc” (1959, p. 83). Outros revelam, por parte dele, uma total confusão entre gênero e sexo, como em:

As línguas românicas apresentam aqui freqüentes inovações, mas em alguns casos a uniformidade perfeita entre elas revela a origem latina da oposição. Note-se especialmente, *caballus-equa* (rum. *cal-iapă*, fr. *cheval-ive* (arc.), port. *cavalo-égua*). Mais antigos no latim são: *pater-mater*, *frater-soror*, *gener-nurus* (lat. vulgar *nora*), *taurus-vacca* (bos fica só no masculino na língua vulgar, opondo-se também a *vacca*), *verres* (às vezes **verro*) – *porca*. (1959, p. 83)

Como se vê, os exemplos são heteronímicos, mas tratados como *flexão de gênero*. Essas abordagens são feitas pelo autor em capítulo intitulado “A Formação do Feminino (Distinção de Gênero)”, cujo objetivo, como sugere o título, é falar de formas representativas do feminino surgidas nas línguas românicas. Cita, por essa razão, certos sufixos que designam seres femininos, em oposição a sufixos que designam seres masculinos, como nos pares: *actor/actrix*, *gallus/gallina* ou nos nomes femininos formados por sufixos de origem grega, como *abatissa*, *diaconissa* etc. (1959, p. 84). O que Maurer Jr. faz, de fato, é uma abordagem onomasiológica.

Em detrimento de uma visão que privilegie a semântica, propõe-se uma investigação por meio de *corpus* linguístico obtido da obra de Gaffiot (2016 [1923]) com o objetivo de observar a relação entre *gênero linguístico* e *declinação*. Da obra, extraíram-se 8.034 nomes, restritos às letras de A a D, em cujos verbetes se observaram as classificações quanto à *declinação* e ao *gênero*, sistematizando-as em uma tabela assim disposta:

	A	B	C	D	E	F	G
1	verbetes	classe					
2	ābactōr	(nom masc. III décl.)					
3	ābactūs	(nom masc. IV décl.)					
4	ābācūlus	(nom masc. II décl.)					
5	ābācus	(nom masc. II décl.)					
6	ābālīenātio	(nom fém. III décl.)					
7	ābāmīta	(nom fém. I décl.)					
8	Ābantiādēs	(nom masc. I décl.)					
9	Ābantiās	(nom fém. III décl.)					
10	Ābāris	(nom masc. III décl.)					
11	Ābās	(nom masc. III décl.)					
12	Ābātōs	(nom fém. II décl.)					
13	ābāvīa	(nom fém. I décl.)					
14	ābāvuncūlus	(nom masc. II décl.)					
15	ābāvus	(nom masc. II décl.)					
16	abbā	(nom masc. III décl.)					
17	abbās	(nom masc. III décl.)					

Figura 2.2: Amostra da compilação de nomes do latim.

A compilação de dados do latim e sua apreciação quanto à relação entre *gênero* e *declinação* assenta-se na mesma perspectiva de abordagem de dados no português. Algumas diferenças, no entanto, foram observadas: se, no latim, observaram-se as *declinações*, no português, foram analisadas as relações entre a estrutura silábica final dos nomes, assim como de sufixos componentes dos nomes, e o *gênero linguístico*.

Said Ali (1923) tratou em sua obra do *gênero* dos substantivos. Conquanto tenha iniciado sua análise pela já conhecida relação entre *gênero linguístico* e sexo, por meio de palavras designativas de pessoas, tanto heteronímicas quanto as aliadas a certos sufixos, inovou ao reunir traços do significante, como tonicidade e terminação, ao *gênero* das palavras. Na seção intitulada *Nome de cousas*, apresentou sua classificação, que ora segue exposta.

Sua primeira classificação aponta que são masculinos os nomes terminados em *-o*, femininos os terminados em *-a*, com exceção de nomes que designam as letras do alfabeto (*alpha*, *jota*), as palavras *dia* e *tapa* e os nomes originários do grego, quer herdados por via latina, quer vindos diretamente dessa língua, na qual eram neutros, como *drama*, *tema*, *teorema*, *problema*, etc. (1923, p. 57-58).

Além dessa classificação mais geral, Said Ali (1923, p. 58-61) estende sua análise a outras terminações, como consoantes, sílabas e sufixos. Sua intenção foi provavelmente elaborar uma análise bastante abrangente, já que, em certos casos, mencionou as exceções a certo padrão. Não se pretende, entretanto, reproduzir todos seus apontamentos, mas principalmente aqueles que se referem a um dado padrão morfológico observado, embora algumas classificações semânticas tenham sido aqui citadas. Respeita-se o modo como os padrões foram dispostos e mencionam-se alguns dos exemplos. No entanto, atualizou-se a ortografia e os apontamentos foram divididos em masculinos e femininos para uma melhor organização:

São masculinos:

- a) nomes concretos em *-ão* (exceto *mão*): *chão*, *grão*, *algodão*, *melão* etc.
- b) aumentativos em *-ão*, *-arão*, *-eirão*, mesmo os procedentes de palavras femininas: *garração*, *casarão*, *caldeirão*, *salão* etc.
- c) algumas exceções de *-ez*, *-ude*: *peç*, *revez*, *açude*, *alaúde* etc.
- d) nomes oxítonos: *chá*, *tafetá*, *pé*, *dó*, *nó*, *cipó*, *café*, *fubá*, *maracujá*, *mal*, *sal*, *anel*, *ar*, *altar*, *cén*, *sarau*, *pau*, *jardim*, *sol*, *lençol*, *funil*, *buril*, *barril*, *armazém*, *nariz*, *matiz* etc.
- e) nomes em *-ote*, com exceção apenas de *glote* e *epiglote*.
- f) nomes em *-arte*, com exceção apenas de *arte* e *parte*.

- g) nomes designativos de coisas, paroxítonos e proparoxítonos, desde que não terminem em *-a*.

São femininos:

- a) nomes em *-gem*: *imagem, viagem, ferrugem* etc.
- b) nomes abstratos em *-ião*: *legião, opinião, ocasião região* etc.
- c) nomes abstratos em *-ção, -são, -ção*, de origem latina ou criados no português por analogia: *condição, fusão, razão* etc.
- d) nomes de formação latina em *-tudo* (*multitudo, solitudo*): *fortidão, multidão, solidão* etc.
- e) nomes abstratos em *-ade, -ice, -ez* e *-ude*: *amizade, verdade, meninice, macaquice, altivez, solidez, saúde, virtude*; ou concretos, como *grade, cidade, feze, torquês* (antes, *torqueze*), etc.
- f) algumas exceções de nomes oxítonos em *-á, -é, -ó, -al, -er, -or, -ã (-an), -au, -iz, -oz, -uz, -az, -em*: *pá, fé, sé, maré, enxó, ilbó, cal, bacanal, pastoral, credencial, colher, cor, dor, flor, nau, cerviz, cicatriz, matiz, foze, noze, voze, cruze, luze, paze, tenaze, aguarrás (agua-raze), cecém* etc.
- g) nomes em *-e*, nas seguintes terminações: *-ede, -ide* (exceto *cabide, parede, lide*), *-ave* (exceto *conclave, chave*), *-ase, -asse, -ace* (exceto *desenlace, passe* e seus compostos), *-ese, -ece, -esse* (exceto *interesse, prece, análise*), *-ose*.
- h) nomes compostos de *-pole*: *metrópole, necrópole* etc.
- i) nomes em *-ente*: *aguardente, nascente, semente* etc.
- j) nomes em *-ite* (em que se designam doenças, rochas, plantas): *bronquite, clematite* etc.
- k) nomes em *-orte*: *morte, sorte, corte* (\\ô\\), etc.
- l) nomes em *-ie*: *série, espécie* etc.
- m) a palavra *praxe* e compostos em *-taxe*: *sintaxe, parataxe, hipotaxe*.

Outra menção de relevância diz respeito aos nomes de animais:

Na determinação do genero grammatical não ha differença entre os nomes dos animaes e os demais substantivos quando se trate de entes em que a distinção do sexo, ou por difficil ou por desnecessária, não costuma ser feita na vida real. Assim são femininos, simplesmente por terminarem em *-a*, baleia, aguia, formiga, pulga, onça, cobra, tartaruga; e masculinos, por analogia de outros vocábulos, badejo rouxinol, gavião, salmão, sapo, tatu, rinoceronte, hippopotamo, rato, tamanduá. Os nomes perdiz, codorniz, serpente, rez, são femininos á semelhança de certos nomes de cousas com a mesma terminação. (1923, p. 61)

Embora haja certo diálogo com a corrente concepção sobre a relação entre *gênero* e sexo, Said Ali mantém sua análise centrada na forma linguística. Para ele, o *gênero linguístico* apresenta significado de masculino e de feminino, fato apreensível em certas formações, mas sua principal característica conecta-o à forma das palavras. Há também menções quanto à mudança de *gênero* de

certas palavras, em comparação entre o uso então atual e o de épocas pretéritas, mas sempre em relação à forma, não ao significado.

De fato, quando são cotejadas diferentes etapas sincrônicas do português, observa-se a mudança de *gênero* de certas palavras ou mesmo de um grupo de palavras. Com o objetivo de buscar paradigmas morfológicos conectados ao gênero linguístico, inventariou-se um *corpus* constituído de 104.492 substantivos extraídos do Dic. Houaiss da Língua Portuguesa (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2001). Para o inventário, alguns pressupostos, com o objetivo de avaliar as relações entre a estrutura silábica final dos nomes, assim como de sufixos componentes dos nomes, e o *gênero linguístico*. Os resultados foram, por fim, cotejados com o escopo teórico previamente elaborado quanto ao *gênero linguístico*, à *flexão* e o *signo linguístico*.

A classe dos nomes subdivide-se em substantivos e adjetivos, os quais, muitas vezes, apresentam apenas distinção semântica (cf. § 1.1). Isso quer dizer que muitos nomes têm dupla atuação, mas as obras lexicográficas adotam certos critérios para o registro de seus verbetes.

A lexicografia tem tratado de maneira tenuemente distinta nomes e verbos. Não registra *entradas* para as formas conjugadas dos verbos, mas registra os participípios, que atuam como adjetivos; não registra adjetivos no feminino e no plural (ao menos, os considerados como exclusivos dessa classe de palavras). Como a obra escolhida para extração do *corpus* foi o Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2001), foi necessário verificar, em relação aos nomes, as convenções determinantes do registro de verbetes.

Para definir a *entrada* na *nominata*, conforme informação presente no capítulo intitulado “Detalhamento dos verbetes e outras informações técnicas”, seção 1.6, elencam-se, para tal procedimento, certos critérios que determinam como se darão essas *entradas*:

- se um vocábulo, no feminino, tiver “sentido(s) diferentes(s) do uso no masculino”, ambos integram a mesma *entrada*, porém uma *subentrada* é marcada por um símbolo dentro do verbete, acrescida a abreviatura *s.f.* (substantivo feminino), situação que ocorre, por exemplo, em *o rádio, a rádio* (1.6.1);
- quando as formas masculina e feminina apresentam etimologias diferentes, caso de *o grama, a grama*, as *entradas* são separadas (1.6.2);
- quando os substantivos têm uma forma para o masculino, terminada em *-o*, outra para o feminino, terminada em *-a*, e sentidos diferentes, como em *banheiro, banheira*, há duas *entradas* (1.6.3);

- se as formas femininas de nomes de animais, de profissões, de parentesco, etc. apresentarem acepções ou locuções não presentes na forma masculina, como *gata*, que, além de “fêmea do gato” (1), é “antiga máquina de guerra, semelhante à catapulta” (2); ou “mulher jovem muito atraente” (3); ou mesmo que “cação-lixo” (4); ou mesmo que “cação-pinto” (5), as *entradas* são distintas (1.6.4);
- quando as formas femininas relacionadas a *-ão* (*-oa*, *-ã*, *-ona*) apresentarem acepções diferentes das respectivas formas masculinas, as *entradas* são separadas (1.6.5).

Como se vê, os critérios elencados para determinar as *entradas* dizem respeito a *gênero linguístico*, variação da forma e significado da unidade lexical. O conjunto formado por variação da forma e alteração de significado é o fator determinante do registro, ou seja, têm de ocorrer simultaneamente, por isso há entradas separadas para *gato/gata*, mas não o há para *o rádio/a rádio*. No entanto, a referência ao sexo biológico não é considerada critério que determine nova *entrada*, ainda que haja alteração da forma da palavra, portanto, não é um “sentido distinto”. Por essa razão, é relevante conferir, nessa obra, o tratamento dado ao significado, afora aquele circunscrito ao *gênero linguístico*.

Quanto às acepções, o Dic. Houaiss também estabelece critérios, apresentados na seção 5, que trata do “Campo do conteúdo ou das definições”. Em 5.3, informa que as abonações não provêm de textos literários, mas de livros, jornais, revistas etc., que serviram de inspiração na elaboração de exemplos para o uso de palavras, locuções e regências registradas. Em 5.4, trata da “ordem de sucessão das acepções”, referindo a sequência cronológica como primeiro critério para estabelecer a ordem das acepções; no entanto, esclarece que a “a regra da preferência pela derivação imediata ou a derivação semântica possam alterar tal disposição”. Diz também que a ordem das acepções nem sempre segue o registro mais antigo da palavra, pois há também uma disposição quanto à ordem alfabética das rubricas (5.4). Logo em seguida (5.4.1), diz que existem dois níveis de sentido das unidades lexicais: o nível “neutro”, ou as acepções da língua geral, culta ou literária; e o rubricado (5.4.2), ou as acepções exclusivas de um campo ou fazer do saber humano. Em outras palavras, as acepções subdividem-se em língua geral e língua de especialidade. Vale observar que a língua literária não é entendida como língua de especialidade, o que notoriamente vincula esse critério à tradição greco-romana.

Existem outras informações nessa seção e em outras que renderiam muita discussão, mas que fogem ao escopo desta tese. Por ora, cabe observar que as acepções estão envoltas por uma série de conceitos, desde o que se considera acepção primária à extensão de sentido ou derivação semântica, até os conceitos de língua geral, língua de especialidade e derivação semântica, que são,

a propósito, muito bem delineados no campo da lexicologia e da lexicografia. Todas essas acepções dos verbetes são registradas na mesma entrada quando relacionadas a uma única forma. Assim, de um lado, os valores nocionais e morfológicos pertinentes ao sexo biológico e presentes em certos substantivos não configuram uma derivação semântica, no entendimento lexicográfico. Por outro lado, consideram-se distintas palavras como *cesto*, *cesta* ou *jarro*, *jarra*, que ganharam *entradas* separadas, embora tenham acepções muito próximas, fato que pode ser constatado na consulta ao Dic. Houaiss.

Diante dessas convenções, a escolha de cada palavra que compôs o *corpus* obedeceu às seguintes diretrizes:

- Extrair verbetes em que havia menção à classe *substantivo*, uma vez que a terminação das palavras pode ser a mesma para substantivos e adjetivos. A menção à classe significa que a palavra atua como substantivo, ainda que tradicionalmente a classificação seja outra.
- Considerar as informações do verbete quanto ao *gênero* em relação à acepção ou às acepções da palavra. Desse modo, foi possível observar um padrão adotado na obra: quando a palavra pertence a um único *gênero* e quando varia em *gênero*, com o qual uma dada acepção ou um conjunto de acepções se relaciona.

Os dados sobre as categorias observadas foram registrados e organizados em uma planilha do programa *Microsoft Office Excel*, que possibilita a análise por meio de *filtros*. Assim, elaborou-se o seguinte conjunto de informações:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	terminação			categoria única			combinação de categorias				tonicidade	Número de
2	verbo	última letra	últimas letras	somente masc	somente fem	somente 2 gê	masc + fem	masc + fem + 2	fem + 2	masc + fem + 2	1-Ox; 2-Par; 3-Pr	Sílabas
260	abastança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
707	abonança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
1756	achegança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
2108	acordança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
2981	adivinhaça	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	5
3034	administraça	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	5
4674	alabança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
5418	alembança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
5809	aliança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
5948	aliviança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	5
6019	almança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	3
6764	amança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	3
7229	amigança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
7308	amistança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
7322	amiudança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
7456	amostrança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4
8025	andança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	3
13202	autoconfiança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	6
13415	avança	a	ça	1	0	0	0	0	0	0	2	3
13492	aventurança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	5
13563	avisança	a	ça	0	1	0	0	0	0	0	2	4

Personalizar AutoFiltro

Mostrar linhas onde:

verbo

termina com

ança

☒ E ☐ Ou

Use ? para representar um único caractere

Use * para representar uma série de caracteres

OK

Cancelar

Pronto

177 de 104492 registros localizados.

Figura 2.3: Amostra da compilação de nomes do português.

Os *filtros* do *software* permitem localizar e agrupar os dados por meio de um conjunto de caracteres⁴⁹. Na coluna (A), encontram-se as palavras que compõem o *corpus*. Nas colunas (B) e (C), as palavras foram classificadas pela terminação, ou seja, o último grafema e os dois últimos grafemas; o filtro possibilitou analisar todas as palavras terminadas por um dado grafema ou pelos dois grafemas finais. Nas colunas entre (D) e (F), as palavras foram classificadas quanto à conexão entre uma *referência* ou conjunto de *referências* a um único *gênero*, ou uma única categoria. Nas colunas entre (G) e (J), as palavras foram classificadas pela combinação de categorias, isto é, aquelas que apresentam mais de um *gênero*, cada um conexo, ao menos, a uma *referência* distinta. A filtragem referente às colunas entre (D) e (J) foi realizada por meio de um código binário, ou (0) ou (1), que significam, respectivamente, "não apresentar" e "apresentar" a categoria ou a combinação mencionada na respectiva coluna. Na coluna (K), as palavras foram classificadas quanto à tonicidade, se oxítonas, se paroxítonas, se proparoxítonas, e a filtragem foi feita por meio de número relacionado a cada classificação. Na coluna (L), apresenta-se o número de sílabas de cada palavra, o que permite, por exemplo, filtrar os monossílabos.

As colunas foram criadas com base nas informações contidas nos verbetes. Assim, se a obra registra, para o mesmo símbolo, alteração de *gênero* sem alteração de significante, e se cria *subentradas* distintas para acepções diferentes, parte representativa do léxico, em relação à categoria de *gênero*, está contemplada nos dados. Existe, ainda, uma expressiva possibilidade de alternância de *gênero* prevista no sistema, mas não registrada pela lexicografia, uma vez que o sexo biológico não é um sentido considerado para promover as diferentes *entradas*.

Outra filtragem disponível no *software* permite que se extraiam as palavras formadas por determinado sufixo. Na coluna (A), em que constam os verbetes, o *link* de filtragem contém um campo onde se lê "termina com". O recurso não apenas filtra as palavras pelo conjunto de caracteres solicitado, mas também fornece, na *barra de status*, o número de itens com as características demandadas. Na figura acima, a filtragem forneceu 177 palavras do total de 104.492. As palavras resultantes da filtragem são, *a priori*, formadas por um sufixo, embora a confirmação desse resultado dependa da análise qualitativa de cada item. Uma palavra pode ter semelhança formal com um conjunto de palavras formadas por um sufixo, mas não ser uma derivada por esse sufixo. O número de itens fornecido será, portanto, sempre aproximado, mas não absoluto. A

⁴⁹ As fórmulas de preenchimento automático da planilha e de *filtragem* de dados foram elaboradas pelo Prof. Dr. Zwinglio de Oliveira Guimarães Filho do Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

verificação é importante para se estabelecer como os paradigmas morfológicos se relacionam com o *gênero linguístico*.

Os dados extraídos da obra lexicográfica evidenciam que a distribuição do léxico, no português, não se dá apenas pela divisão entre palavras masculinas e femininas. Assim, com o objetivo de tornar clara a apresentação, a descrição dos dados pautar-se-á nas seguintes nomenclaturas:

Categoria 1: substantivos masculinos

▶ **abacateiro** Datação: 1881 cf. CA¹

Acepções |

- substantivo masculino

Rubrica: angiospermas.

árvore de até 20 m (*Persea americana*) da fam. das lauráceas, de folhas lanceoladas, pequenas flores ger. esverdeadas, e bagas ovóides ou piriformes, com semente esférica, envolta por polpa verde e amarelada; abacado, abacate, loiro-abacate, louro-abacate [Nativa da América Central, tem várias propriedades medicinais e os frutos são pequenos em estado silvestre, mas as variedades cultivadas têm frutos grandes, com polpa nutritiva, esp. us. em saladas e em sobremesas.]

Figura 2.4: Categoria 1 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001).

Categoria 2: substantivos femininos

▶ **abelheira** Datação: 1553 cf. FCastH

Acepções |

- substantivo feminino

- 1 Rubrica: apicultura.
colmeia ou ninho de abelhas
- 2 (1875) Derivação: por analogia.
m.q. *A.BELHEIRO* ('buraco')
Obs.: tb. us. no pl.
- 3 Rubrica: angiospermas.
m.q. *A.BELHA-FLOR* ('designação comum')

Figura 2.5: Categoria 2 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001).

Categoria 3: substantivos de dois gêneros (coluna B)

Figura 2.6: Categoria 3 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001).

Categoria 4: substantivos que apresentam uma das seguintes combinações: a) substantivos masculinos e femininos; b) substantivos masculinos e de dois *gêneros*; c) substantivos femininos e de dois *gêneros*; d) substantivos masculinos, femininos e de dois *gêneros*

Figura 2.7: Categoria 4 de gênero linguístico (reprodução de verbete do Dic. Houaiss, 2001).

Na descrição e análise dos paradigmas morfológicos, usar-se-á a menção a essas categorias, isto é: Categoria 1 (CAT 1) para substantivos masculinos; Categoria 2 (CAT 2) para substantivos femininos; Categoria 3 (CAT 3) para substantivos de dois gêneros; e Categoria 4 (CAT 4) para substantivos que apresentarem combinações.

Por ora, vale observar que, embora o alvo fosse a *flexão de gênero*, estudada a partir de duas perspectivas já citadas, avaliou-se não ser possível abordar o assunto sem que se discutisse, de maneira mais geral, o papel da Morfologia Histórica, entendida como uma morfologia geral, isto é, um campo de pesquisa que aborda uma certa etapa sincrônica de uma língua (ou de várias), servindo-se de elementos diacrônicos e estatísticos quando necessário, ou investiga uma sucessão de sincronias de uma dada língua, ou compara línguas em suas sucessivas etapas. Fala-se de morfologia geral porque se parte do pressuposto, estabelecido por Viaro (2019), de que a morfologia tem um “lugar” a ocupar no estudo do signo linguístico. Certas noções preliminares foram mencionadas em § 2.2.1, mas serão aprofundadas oportunamente.

2.3. Organização da tese

Após a apresentação dos fundamentos teóricos, das abordagens e dos métodos, a seguir, expõe-se a síntese da constituição da organização desta tese, que se divide em três partes, cada qual expondo as análises necessárias para o cumprimento dos objetivos e a validação das hipóteses anteriormente mencionados.

A primeira parte da tese, em que se aborda o conceito de *gênero linguístico*, compõe-se do Capítulo 3 – *Filogênese do Gênero Linguístico*, subdividido em três seções. Na primeira seção (§ 3.1 ss), são abordados os autores da Filosofia da Linguagem; na segunda (§ 3.2 ss), os gramáticos da Antiguidade Clássica; e, na terceira (§ 3.3), expõem-se os resultados das análises. Os resultados constituem-se de um conjunto de definições extraídas das obras analisadas e da avaliação desse conjunto terminográfico na interpretação do conceito de *gênero linguístico*.

Na segunda parte, o conceito de *flexão* é investigado em três momentos, previamente estabelecidos, após uma breve contextualização relativa a cada período. No Capítulo 4 – *A Flexão na Antiguidade Clássica*, apresentam-se as análises feitas do uso do termo pelos gramáticos latinos (§ 4.2 ss) e, em seguida, um estudo dos conceitos varronianos (§ 4.3); por fim, apresentam-se os resultados relativos ao período (§ 4.4). Nos Capítulos 5 e 6, respectivamente, *A Flexão no séc. XIX* e *A Flexão no séc. XX*, estuda-se a rede terminológica, elaborada pelos autores de cada período (§ 5.2 ss e § 6.2 ss), analisando sua relação com o conceito de *flexão*; cada capítulo se encerra com

uma discussão sobre as mudanças epistemológicas ocorridas e as influências exercidas na interpretação do termo (§ 5.3 e § 6.3). No Capítulo 7 – *As continuidades e descontinuidades do conceito de Flexão*, apresentam-se os resultados do estudo, em perspectiva longitudinal, avaliando o impacto das mudanças epistemológicas sobre o conceito e sua relação com a rede terminológica.

Na terceira parte, estudam-se o *gênero linguístico* e a *flexão de gênero* no português, a partir de três quadros. No Capítulo 8 – *Os princípios lexicais e gramaticais*, discutem-se questões epistemológicas que culminaram em uma divisão entre léxico e gramática, abordando, para isso, características do latim clássico vistas sob perspectiva diversa da até então consagrada (§ 8.1 ss). No capítulo 9 – *Os princípios ontológicos e semióticos*, argumenta-se a favor de uma abordagem morfológica calcada na conexão entre signo linguístico e signo semiótico (§ 9.1), tecendo uma classificação de base peirciana dos elementos mínimos da morfologia (§ 9.2). Por fim, no Capítulo 10 – *A Flexão de Gênero no português*, a morfologia de unidades da língua é descrita e analisada (§ 10.1 ss e § 10.2 ss); a última seção (§ 10.3) traz uma discussão dos resultados face à elaboração teórica proposta, bem como propõe uma conceituação a respeito do *gênero linguístico* e da *flexão de gênero*.

Finalmente, nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos resultados, reunindo as investigações realizadas em nível conceitual e em nível morfológico. Apontam-se, também, outras perspectivas de abordagem, não apenas do gênero linguístico, mas também da morfologia.

2.3.1. Quadro síntese da tese

ETAPA 1: NÍVEL CONCEITUAL			
OBJETIVOS			
GÊNERO	FLEXÃO	GÊNERO E FLEXÃO	
1.1. Investigar o conceito de gênero linguístico na Filosofia da Linguagem e na Gramática da Antiguidade Clássica, procurando compreender como foi concebido em outra área disciplinar e como foi recebido pela gramática canônica.	1.2. Reconstituir uma genealogia do termo flexão, observando as continuidades e descontinuidades na metalinguagem aplicada à descrição e à análise de línguas naturais.	1.3. Buscar definições mais precisas dos termos, em perspectiva intensiva e extensiva, cotejadas com as redes terminológicas a que pertencem e com a elaboração intrateórica.	1.4. Avaliar o impacto desses usos na epistemologia linguística
HIPÓTESES			
1. O uso dos termos, não obstante o quadro teórico a que se vinculam, podem resguardar traços conceituais oriundos de outras épocas.		2. O conceito de flexão pode apresentar camadas de significados diversos por conectar-se a outros conceitos pertencentes às redes terminológicas com as quais foi associado.	
DOMÍNIOS DA METALINGUAGEM		FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
<i>Área do saber</i> <i>Corpora</i> Gênero Filosofia da Linguagem Protágoras e os sofistas Platão Aristóteles Gramática ocidental (instauração) Dionísio Trácio Apolônio Díscolo Sexto Empírico Varrão Quintiliano Donato Prisciano	<i>Período</i> <i>Corpora</i> Flexão Antiguidade latina Varrão Cícero Quintiliano Rufiniano Prisciano Séc. XIX Schlegel Bopp Schleicher Paul Séc. XX Saussure Bloomfield Câmara Jr. Halle Jackendoff Aronoff Basilio	Meta-metalinguagem <i>Historiografia Linguística</i> Swiggers (2004) Swiggers (2010) <i>Terminografia</i> Hegenberg (1974) Meta-meta-metalinguagem <i>Conceitografia</i> Frege (1891; 1892a; 1892b; 1895)	

ETAPA 2: NÍVEL MORFOLÓGICO			
OBJETIVOS			
1. Problematizar a definição de <i>signo linguístico</i> que, segundo concepção saussuriana, exclui o referente.	2. Propor uma teoria de análise morfológica que, na descrição e análise, contemple o signo semiótico, especialmente com os conceitos de índice e de símbolo, e incorpore o conceito de referência.	3. Investigar uma possível correlação entre <i>gênero linguístico</i> e paradigmas morfológicos no português. 3.1. Considerar a herança latina morfossintática quanto à relação existente entre <i>gênero linguístico</i> e <i>declinação</i> e quanto ao desaparecimento dos <i>casos</i> , na passagem do latim ao português; 3.2. Inventariar e explicar a classificação dos nomes quanto ao <i>gênero</i> em português, em considerando seu estatuto de <i>signo linguístico</i> , a partir de <i>corpus</i> do português; 3.3. Verificar a relação entre terminação, tonicidade e <i>gênero linguístico</i> e analisar uma possível influência do sufixo no pertencimento a um dado <i>gênero</i> .	
HIPÓTESES			
1. O pertencimento a um único <i>gênero</i> , cuja forma seja marcada ou não marcada por índices de <i>gênero</i> , expressa uma ou várias referências.		2. A alteração de <i>gênero</i> pode ocorrer com ou sem a alteração do significante para expressão de outra referência.	
a. O índice ou morfema <i>-a</i> é forma marcada do gênero feminino.	b. O índice ou morfema <i>-o</i> é forma marcada do gênero masculino.	c. O índice ou morfema <i>-e</i> é forma latente do gênero masculino ou do feminino.	d. As consoantes são formas latentes do gênero masculino ou do feminino.
DOMÍNIOS DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA		CORPORA	
<div><div><i>Latim</i></div><div>Maurer Jr. (1959) Tarallo (1994) Bassetto (2001) Ilari (2018)</div></div> <div><div><i>Português</i></div><div>Said Alli (1923)</div></div>		<div><div><i>Latim</i></div><div>Dicionário Gaffiot (2016 [1923]) 8.034 nomes</div></div> <div><div><i>Português</i></div><div>Dicionário Houaiss (2001) 104.492 nomes</div></div>	
		FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
		<div>Viaro (2019) Peirce (1839-1914)</div>	

Quadro 2.2: Quadro síntese da tese.

Primeira Parte

O Gênero Linguístico na Antiguidade Clássica

Capítulo 3

Filogênese do Gênero Linguístico

3.1. O Gênero Linguístico na Filosofia da Linguagem

3.1.1. Contextualização

Discussões a respeito da adequação da linguagem surgiram na Antiguidade Clássica. Nesse período, ainda não se encontrava uma abordagem sistematizada da gramática da língua voltada a princípios exclusivamente linguísticos, pois toda e qualquer matéria de língua era concebida num sistema conceitual de cunho filosófico. Pensar a língua significava pensar a realidade que circundava o homem – ou o seu oposto – pensar a realidade significava pensar a língua; desse paradoxo partiram Platão e Aristóteles para o desenvolvimento de suas doutrinas. Existiu um momento em que língua e realidade se confundiram, mas gradualmente se distinguiram e essa gradação marcou, sobremaneira, a evolução das doutrinas de ambos os filósofos no tocante à linguagem.

O exame dos fatos de língua é feito por Platão e Aristóteles em contraposição às ideias dos sofistas e, especialmente, às de Protágoras. Platão examinou a língua no intuito de responder se seria por meio dela que se buscava a Verdade. Aristóteles concebeu o conceito de linguagem como característica estritamente humana e por meio da qual são expressos o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto. Nesse ínterim, delinearam-se os parâmetros de *correção da linguagem* em oposição ao que os sofistas defendiam. Protágoras, por sua vez, sugeriu que o *gênero linguístico* seria um item a ser corrigido, portanto, do mesmo modo, pautava-se em parâmetros de *correção da linguagem*.

Interessa aqui investigar como o *gênero linguístico* foi interpretado pelos sofistas, mais especificamente Protágoras, por Platão e por Aristóteles. As menções diretas ao tema ocorrem apenas em textos de Aristóteles. Considera-se, porém, que o exame das discussões sobre a linguagem, tanto das obras platônicas, escritas sobretudo em oposição aos sofistas, quanto de Aristóteles pode fornecer indícios a respeito do modo como o *gênero linguístico* foi interpretado.

Além da análise de fontes primárias (cf. § 2.1.4), fontes secundárias foram consultadas e são citadas ao longo da apresentação. As fontes primárias, em língua estrangeira, são traduzidas no *corpo do texto*; as fontes secundárias, em *rodapé*.

3.1.1.1. Relatos doxográficos sobre os sofistas

Na Grécia antiga, por meio do método retórico, os sofistas, transitando de cidade a cidade, ensinavam conhecimentos gerais. De acordo com Platão, Xenofonte, Isócrates e Aristóteles, essa atividade era remunerada. A palavra σοφιστής, em sua origem, significava *sábio* e foi utilizada, em princípio, para designar *poeta*, como atestam os textos de Píndaro; em seguida, passou a significar *escritor em prosa* para, ao final, significar *mestre* e *professor* (GUTHRIE, 1995, p. 31-34). No entanto, em *As Nuvens*, de Aristófanes, a profissão possui sentido pejorativo, equivalente a *charlatão*. Para Aristófanes, os sofistas não eram capazes de ensinar e, ainda, cobravam por esse serviço, o que os tornaria farsantes. Todas as referências de Aristófanes a eles são depreciativas.

Os sofistas, dentre outros, Protágoras, Górgias, Hípias, Pródico e Antífon (séc. V a.C), são posteriores aos pré-socráticos (séculos VII, VI a. C.), contudo há menos fragmentos e testemunhos de suas obras do que de seus predecessores. Kerferd (1999, p.9) diz a respeito dos sofistas:

(...) temos de depender de fragmentos insignificantes e muitas vezes obscuros, ou discutíveis, de suas doutrinas. Pior ainda, dependemos, para grande parte da nossa informação, de Platão, que os tratou de maneira profundamente hostil, com todo o poder de seu gênio literário, acertando-os em cheio com um impacto filosófico quase arrasador.

Protágoras de Abdera (c. 492 - 422 a.C.)⁵⁰ é considerado, pela tradição acadêmica ocidental, o primeiro e o mais importante sofista grego. Diz-se que foi o primeiro a exercer profissionalmente a atividade de sofista. Parece ser o precursor das discussões gramaticais, dentre elas estaria a menção à categoria do *gênero linguístico*, por isso sua doutrina interessa ao desenvolvimento desta pesquisa. As discussões a respeito da linguagem empreendidas por Protágoras e pelos demais sofistas encontram-se, no entanto, amalgamadas à filosofia da linguagem e à prática retórica. Por ora é preciso esclarecer como se desenvolveu a busca pelo seu pensamento.

Não restou muito dos escritos de Protágoras, já que, segundo se crê, suas obras foram queimadas em praça pública sob a acusação de ser seu autor um agnóstico. Diógenes Laércio (VII, 55), historiador grego do séc. III d.C., menciona, de acordo com seu próprio testemunho, que em sua época ainda sobreviviam muitas obras de Protágoras. Supostamente, a lista de livros existentes na época de Diógenes Laércio viria de um catálogo de uma biblioteca, talvez a de Alexandria (KERFERD, 1999, p. 64).

⁵⁰ As informações a respeito da vida, da obra e do pensamento de Protágoras não são muito nítidas, o que se verifica até mesmo na data de nascimento e morte. As datas ora mencionadas baseiam-se em informações segundo as quais ele teria vivido por 70 anos.

No caso de Protágoras, a perda das obras teria ocorrido por razões ideológicas. Diz Cicero (séc I d.C.), em *De natura deorum*, (1.63), que:

Protágoras de Abdera, o maior sofista de todos os tempos, iniciou seu livro da seguinte maneira: "Não posso dizer que os deuses existem ou que não existem", foi expulso pelos atenienses e seus livros foram queimados em praça pública⁵¹ (...).

Gomperz (1928, p. 483-484) é mais detalhista em sua explanação, esclarecendo que tal fato teria culminado em sua morte:

Protágoras atreveu-se a dar as suas ideias mais ousadas uma expressão franca, embora comedida. Conta-se que, na casa de Eurípides, ele fez a primeira leitura do seu livro *Sobre os deuses*, que era o antigo costume de tornar público um livro. Então, um intransigente oficial de cavalaria, político descontente que estava prestes a tomar parte na conspiração dos Quatrocentos contra a Constituição existente, o rico Pythodorus, sentiu a necessidade de salvar a sociedade. Ele trouxe contra Protágoras uma acusação de impiedade, o livro foi condenado; as cópias que já haviam sido distribuídas foram procuradas e queimadas por ordem do tribunal. O próprio filósofo deixou Atenas, provavelmente, antes da sentença, para viajar a Sicília; ele naufragou no caminho e encontrou a morte nas inundações.⁵²

Segundo informações constantes em *Fragmente der Vorsokratiker*, de Diels e Kranz (1903), uma obra de Protágoras constaria no Catálogo de Lamprias⁵³, de Plutarco. No séc. III d.C., Porfírio teria encontrado, casualmente, uma cópia de uma obra de Protágoras e dela teria feito um resumo de seus argumentos (DIELS; KRANZ, 1903 80B2). Dentre os manuscritos que compõem os conhecidos papiros de *Oxyrhynchus*, encontrou-se uma crítica literária de Protágoras a Homero (DIELS; KRANZ, 1903 80A30). Ainda, em 1968, publicou-se um novo fragmento de Protágoras, atestado por Dídimos o cego⁵⁴ em um comentário bíblico.

Apesar da fama que conquistaram em sua época, é sabido que os sofistas não eram vistos como filósofos, sobretudo por Platão e Aristóteles, e que por isso foram excluídos por muitos séculos da tradição filosófica. Kerferd (1999, p. 63-67) diz que, por muito tempo, se argumentou

⁵¹ Nam Abderites quidem Protagoras, cuius a te modo mentio facta est, sophistes temporibus illis vel maximus, cum in principio libri sic posuisset "De divis, neque ut sint neque ut non sint, habeo dicere", Atheniensium inssu urbe atque agro est exterminatus librique eius in contione combusti [...]. (tradução nossa)

⁵² Protagoras avait osé donner à ses idées les plus hardies une expression franche, quoique pleine de mesure. C'est, à ce que l'on raconte, dans la maison d'Euripide qu'il fit faire la première lecture de son livre *Sur les Dieux*, ce qui était l'usage antique de livrer un ouvrage à la publicité. Alors un intransigent officier de cavalerie, politicien mécontent qui devait bientôt prendre part à la conjuration des Quatre-Cents contre la constitution existante, le riche Pythodore, éprouva le besoin de sauver la société. Il porta contre Protagoras une accusation d'impiété; le livre fut condamné; les exemplaires qui en avaient déjà été répandus furent recherchés et brûlés par ordre du tribunal. Le philosophe lui-même quitta Athènes, probablement avant la condamnation, pour se rendre en Sicile; il fit naufrage en route et trouva la mort dans les flots. (tradução nossa)

⁵³ Atribui-se a Plutarco (46 d.C. - c. 119) 227 trabalhos que foram catalogados por seu filho Lamprias.

⁵⁴ Foi dirigente da escola catequética pertencente à Igreja Copta de Alexandria, no séc. IV d.C.

que os sofistas eram predominantemente preocupados com uma única área de estudo e de ensino, a retórica, vista como um procedimento enfático e magnificante, cujo único propósito seria a persuasão em detrimento da verdade.

A importância do legado deixado por Platão e Aristóteles é inegável. Contudo, esses dois pensadores, como se pode observar, têm sido vistos com certo comedimento no que diz respeito às informações sobre Protágoras e os demais sofistas. Gutiérrez (1980, p. 14) diz haver grande dificuldade na exposição do pensamento sofístico, seja porque os testemunhos são breves e descontextualizados, seja porque, em muitos casos, são mal interpretados, como ocorreu com Diógenes de Enoanda (II a. C.) e, posteriormente, com Santo Epifânio (séc. IV), que acusaram Protágoras de ateísmo. Sobre Platão e Aristóteles, afirma Gutiérrez:

(...) os dados mais abrangentes sobre o pensamento de Protágoras são encontrados em Aristóteles e sobretudo em Platão, mas tanto um como outro autor não podem ser credores sobre esse assunto pela manifesta hostilidade que, em todos os momentos, manifestam aos sofistas, e isso significa que, em alguns casos, pode-se comprovar a interpretação equivocada que deram às doutrinas do pensador de Abdera. Motivo suficiente para serem recebidas com certa prevenção as afirmações restantes sobre o sofista.⁵⁵ (1980, p. 14)

Sobre isso, Kerferd (1999, p. 65-66) informa que, além da hostilidade com a qual Platão os tratou, é visível a ausência de relatos doxográficos a respeito dos sofistas e a principal razão disso seria o fato de Aristóteles tê-los rejeitado como pensadores. Acrescenta que não havia encomenda de sínteses das obras dos sofistas à escola de Aristóteles, fator importante de preservação e divulgação à posteridade, no entanto é abundante a citação sobre os sofistas nas sínteses sobre retórica, o que, conforme o autor, deve ter sido uma das razões pelas quais suas obras foram vistas mormente sob esse aspecto. Daí, Kerferd deduz:

A geral omissão deles na tradição doxográfica, unida à opinião platônica e aristotélica de que seu pensamento e seu ensino eram falsos, explica por que foram, de fato, virtualmente ignorados pela cultura helênica, e por que mesmo essas suas obras que sobreviveram não eram lidas. (1999, p. 66)

Apesar das dificuldades expostas, Platão e Aristóteles são incluídos na doxografia sobre Protágoras tanto na obra de Diels e Kranz (1903), como na de Mario Untersteiner, *Sofisti - Testimonianze e Frammenti* (1949), esta acrescida de fragmentos e testemunhos ausentes naquela.

⁵⁵ (...) los datos más extensos sobre el pensamiento de Protágoras los encontramos en Aristóteles y aún más en Platón; pero, tanto uno como otro autor, no pueden ser acreedores a que se les conceda en este tema, por la manifiesta animadversión que en todo momento manifiestan a los sofistas y que hace que en algunos casos se pueda comprobar lo desacertado de la interpretación que dieron a las doctrinas del pensador de Abdera. Motivo suficiente para que se reciban con cierta prevención las restantes afirmaciones sobre el sofista. (tradução nossa)

Cabe acrescentar que a epistemologia considera os testemunhos como informações de segunda ordem; logo, são relativizáveis para um adequado e fidedigno tratamento terminológico. Por sua vez, a doxografia, *a priori*, deveria ser composta de citações textuais ou de uma antologia das obras de um determinado autor. No entanto, tem sido entendida e praticada como conjunto de opiniões acerca do pensamento ou da doutrina de um autor. Como quase nada restou das obras de Protágoras, com exceção de alguns fragmentos e de certas referências a sua doutrina, é preciso procurar entender, interpretar e avaliar esses retalhos de pensamento, dispostos, muitas vezes, sem qualquer unidade ou organização prévia.

Desse modo, a busca de possíveis termos pertencentes à *rede intelectual* em torno do *gênero linguístico* foi realizada por meio da doxografia sobre os sofistas, em geral, e sobre Protágoras, em particular. O exame dos textos permitiu o levantamento de três conceitos importantes para a compreensão das razões que podem ter motivado a observação de Protágoras quanto ao *gênero linguístico*: o *λόγος*, a *retórica* e a *correção da linguagem*. Vale observar que o conceito de *λόγος* é compartilhado entre os sofistas, Platão e Aristóteles. Já os conceitos de *retórica* e de *correção da linguagem* são diferentes em considerando as perspectivas de cada um desses autores, isto é, os sofistas, de modo geral, Platão e Aristóteles.

3.1.2. Análises e definições

3.1.2.1. Termo compartilhado: o *λόγος*

A metalinguagem aplicada à linguística encontra seu início na Grécia, no séc. V a.C, não como uma ciência autônoma, mas sim vinculada à filosofia. Nesse período, a indagação geral sobre a natureza do mundo e de suas instituições sociais cedem espaço à perscrutação da linguagem. Parece não haver distinção clara entre linguagem e realidade, assim como não há percepção de que a linguagem utilizada para descrever outra linguagem deve ser isenta, ou seja, a metalinguagem não passa de uma ocupação de fatos linguísticos amalgamados à reflexão do que viria a ser a realidade objetiva.

O primeiro desafio encontrado por quem se debruça sobre o assunto é saber que, nesse período, aqueles que se ocupavam dos fatos linguísticos não possuíam um termo para se referir

estritamente à linguagem. O termo λόγος comodamente tem sido traduzido por *linguagem*⁵⁶; é, no entanto, polissêmico⁵⁷, pois possui uma série de atribuições relacionadas entre si. Desse modo, com o objetivo de esclarecer o significado do termo, tomou-se a formulação de Kerferd (1999). Para Kerferd (1999, p. 143-144), o emprego do termo é o mesmo tanto em Heráclito, como nos sofistas, ou em Platão e Aristóteles. Por essa razão, na concepção do autor, deve-se dizer aplicações ou uso, e não acepções ou sentido e, para isso, existem, ao menos, três áreas de aplicação do termo:

São elas, em primeiro lugar, a área da linguagem e da formulação lingüística, portanto fala, discurso, descrição, declaração, afirmação, prova (quando expressa em palavras) e assim por diante; em segundo lugar, a área do pensamento e dos processos mentais, portanto reflexão, raciocínio, justificação, explicação etc.; em terceiro lugar, a área do mundo, aquilo sobre o que somos capazes de falar e pensar, portanto princípios estruturais, fórmulas, leis naturais e assim por diante, desde que, em cada caso, sejam considerados realmente presentes e exibidos no processo do mundo. (1999, p. 144)

Desde os pré-socráticos, a apreciação do λόγος é o que une os pensadores a serem abordados e todas essas aplicações do termo relacionam-se às mais variadas matérias inerentes à linguagem, entre elas, a lógica, a dialética, a retórica, a poética e a gramática. Dessas relações, vislumbram-se as análises lingüísticas, no cerne das investigações filosóficas, e delas se extraem os paradigmas teóricos sobre os quais se assenta o pensamento sobre a linguagem.

Para Heráclito (c. 540-470 a.C.), a realidade poderia ser elucidada pelo λόγος, que traria uma explicação sobre estados de coisas que são contraditórias⁵⁸. Heráclito acreditava num estado de fluxo universal, em que as coisas da realidade estariam em constante mudança. Já Parmênides (c. 530-460 a.C.) não aceitava essa visão, acreditava no ser uno, imóvel, assim como cria em um mundo de contradições, repleto de negações, portanto, um não-mundo. Mas essa concepção está totalmente fora de questão e, por essa razão, Parmênides termina por separar o mundo real do mundo das aparências.

Tanto para Heráclito quanto para Parmênides, o fato de haver um desajuste entre o dizer e o fazer significava haver um λόγος que se sobrepunha à ação. Assim, se a palavra não correspondia

⁵⁶ Ildefonse (1997, p. 42) fala em comodismo na medida em que, nos textos em que o termo foi empregado, por diversos autores, “parecem falar, implicitamente, daquilo que nós entendemos por linguagem, pois reconhecemos a menção a seus constituintes” (*semblent bien parler, implicitement, de ce que nous entendons par ‘langage’, puisque nous y reconnaissons la mention de ses constituants*) (tradução nossa).

⁵⁷ Cf. Bailly (1935 [1895]); Chantraine (1968).

⁵⁸ Neves (2005, p. 27-28) esclarece que o conceito de λόγος para Heráclito é interpretado de diversas maneiras pelos seus comentadores: apresenta valores ontológicos, “razão, inteligência universal, norma universal do Espírito”; valores cosmológicos, “lei cósmica, forma do devir”; e lógicos, “lei do pensamento, lei lógica”; outras vezes, ainda, entende-se uma conexão entre esses aspectos.

à ação, existiria um sentido que dela emanava, que não era nem realidade nem palavra. Esse sentido distinto, captado pela percepção e pela interpretação da realidade, possibilita inferir que a linguagem poderia ser compreendida como entidade autônoma em relação à realidade que representa.

De acordo com Neves (2005, p. 21-22), a linguagem não é sentida "como uma força cósmica", mas entendida como uma realidade sonora, em que se destacam os problemas de expressão linguística. A autora também comenta que já nos poemas homéricos existe uma conexão entre o falar e o agir: a palavra é um meio utilizado para enganar e persuadir, pois "o engano aparece como um dos elementos essenciais da atividade da palavra, não porém, explicitamente, o que já representaria uma separação de planos, o do engano e o da verdade..." (NEVES, 2005, p. 23). Inicia-se, então, uma pré-consciência da distinção entre realidade, pensamento e linguagem, que ainda não se consolida, mas se prenuncia pelo uso do termo λόγος.

Estabelecidos os parâmetros pelos quais se julgam relativizáveis os testemunhos sobre os sofistas, dentre eles, especificamente, sobre Protágoras, buscam-se *definições implícitas* (HEGENBERG, 1974; § 2.1.2) a respeito de conceitos que subjazem ao *gênero linguístico*.

Para o conceito de λόγος, adotam-se as definições propostas por Kerferd (1999), segundo este autor, válidas tanto para os sofistas quanto para Platão e Aristóteles:

DEF. 3.1: Λόγος é a área da linguagem e da formulação linguística, portanto fala, discurso, descrição, declaração, afirmação, prova.

DEF. 3.2: Λόγος é a área do pensamento e dos processos mentais, portanto reflexão, raciocínio, justificação, explicação etc.

DEF. 3.3: Λόγος é a área do mundo, aquilo de que somos capazes de falar e pensar, portanto princípios estruturais, fórmulas, leis naturais.

Conforme os tipos de definição previstos em Hegenberg (1974), as três definições elaboradas por Kerferd são *definições implícitas*, pois o entendimento de seu conteúdo só é possível a partir da síntese de um conjunto de postulados. As definições acima são concomitantemente *extensivas*, segundo os parâmetros do autor, uma vez que são elencados os objetos aos quais se aplica o termo. As definições estabelecem relações entre o termo e outros conceitos, que podem assim ser sintetizadas: o termo λόγος era empregado para se referir ora à *ontologia*, ora ao *pensamento*, ora à *linguagem*.

3.1.2.2. Termo sofisticado: a retórica

Os sofistas fortaleceram a noção de que linguagem e realidade são planos distintos. O percurso que permitiu essa distinção compreendeu desde a reflexão do que seria a realidade até a concepção de linguagem; a reunião de ambas possibilitou a elaboração de uma metalinguagem. A concepção sofisticada da linguagem, como pode parecer, não envolvia apenas a elaboração de um discurso tão-somente voltado à eloquência, arte da retórica, mas se relacionava à reflexão a respeito da capacidade linguística de expressar as coisas do mundo. Nesse sentido, surge uma metalinguagem oriunda dessas relações e que tem por objetivo estabelecer critérios de correção da linguagem.

Nesse contexto, a retórica é entendida como a "arte do λόγος", que se serve de aparência e crença, em oposição a ἔργον (fato), com o único objetivo de persuadir, isto é, em detrimento da verdade. Assim, instituem-se o discurso da probabilidade, a disposição de regras para seu emprego e, conseqüentemente, a elaboração de manuais escritos. A concepção do conceito de retórica, de acordo com os sofistas, também pressupõe a ideia de que o verossímil seja superior ao verdadeiro. Nesse sentido, a eloquência exige rigor da linguagem que, caso não sirva a esse propósito, deve ser corrigida.

Os sofistas achavam que apreender verdade e conhecimento seria ilusão, o que justificaria a arte da plausibilidade ou λόγος. Guthrie (1995, p. 171) comenta que a Górgias se atribui a afirmação segundo a qual "se fosse possível por meio de palavras (λόγοι) tornar a verdade sobre a realidade (ἔργα) pura e clara aos ouvintes, o julgamento seria fácil como simplesmente seguindo do que foi dito; mas uma vez que não é assim ...". E a Protágoras: "O que parece a cada um é na medida que lhe interessa" (GUTHRIE, 1995, p. 171). Essas afirmações traduzem o pensamento segundo o qual o discurso é absoluto e a verdade será sempre relativa, pois esta estará subordinada àquele. Platão não admitia isso.

Para Kerferd (1999, p. 135-136), a relação entre discurso e realidade compreende, além da representação do fato por meio de palavras, um alto grau de organização. Esse processo foi chamado de autoconsciência retórica e representa um hiato entre retórica e realidade, o que levou Platão a discernir ambas e criticar a primeira. Se, por um lado, os sofistas se esforçavam na construção de um discurso persuasivo e, por outro, os filósofos tinham a finalidade de descobrir a essência das coisas, aquilo que têm em comum é a linguagem como um meio para isso. É importante observar como, na confluência desses posicionamentos, o tema das relações entre a linguagem e o seu objeto se tornou o cerne das discussões filosóficas.

As visões opostas de Heráclito e de Parmênides forneceram matéria para discussões sofistas sobre a linguagem. Heráclito acreditava que, se o *λόγος* expressava contradições, é porque essas contradições constituíam a realidade. Parmênides cria que um mundo contraditório, se não poderia ser pensado, não existiria. Esse contraste forneceu os subsídios para que os sofistas acreditassem em um mundo fenomenal, que constituiria a própria realidade, sendo, por isso, único meio possível de apreensão da realidade (KERFERD, 1999, p. 125-126). Não haveria, portanto, uma realidade absoluta, haveria somente uma realidade apreensível. O mundo estaria sujeito a mudanças, ou seja, como Protágoras teria afirmado (DIELS; KRANZ, 1903 80A14), em estado de fluxo, em que o que tinha sido perdido era recuperado por meio de emanações. Assim, as coisas não teriam um ser fixo próprio e nunca permaneceriam em repouso. Em certas passagens dos textos de Platão, Protágoras é associado a Heráclito e a sua teoria do fluxo universal, com o qual compartilharia também a noção de adequação dos nomes⁵⁹. Se o mundo está em constante mudança e a linguagem e a realidade são coisas distintas, é preciso entender como os sofistas concebiam a relação entre linguagem e realidade.

Do tratado *Sobre o não-ser ou da natureza*, escrito por Górgias, restaram duas versões que, de acordo com Cassin (2005, p. 269), são entre si bastante convergentes. A mais aceita, por ser filologicamente menos problemática, segundo a autora, foi-nos transmitida por Sexto Empírico e sobre essa versão debruçaram-se historiadores e filósofos que trataram do sofista. Procedem, dos escritos de Górgias, as teses segundas as quais: a) nada existe, pois, se existisse, teria uma origem e seria eterno; b) mesmo se houvesse o ser, seria desconhecido, já que, para conhecê-lo, é preciso pensar nele, mas o pensamento não é a realidade; c) se houvesse conhecimento do ser, não seria possível comunicá-lo, pois o que é dito é distinto do que é.

Neves (2005, p. 40) comenta que, para Górgias, o discurso é uma realidade sensível, mas incomunicável, pois só adquire sentido por meio da percepção do ouvinte. Nesse ínterim, o discurso possui valor absoluto e a verdade, relativo. Acrescenta:

A base do último argumento [de Górgias] é a incomunicabilidade dos sentidos. As coisas, exteriores a nós, são objeto dos diversos sentidos, e, assim, o discurso não pode exprimi-las. Ora, o meio pelo qual indicamos é o discurso, e o discurso não são as coisas reais e existentes. Assim, não são os seres que comunicamos ao interlocutor, mas um discurso que difere das coisas existentes. Do mesmo modo que o visível não pode tornar-se audível, assim os objetos, sendo exteriores a nós, não podem tornar-se discurso que seja nosso. E, se não discurso, eles não podem manifestar-se a outra pessoa. (2005, p.40)

⁵⁹ Respectivamente, em *Teeteto* (152 c) e em *Crátilo* (391 b-c).

Não havia, portanto, por parte dos sofistas, o objetivo de adequar a linguagem apenas para fins de persuasão. Existia, sim, uma junção entre sofística e retórica, mas essa junção encontrava-se amalgamada a uma noção de λόγος, que compreendia desde questões gramaticais a outras, lógicas e ontológicas. É preciso, então, compreender o fio que une essa sucessão de ideias com o intuito de aprofundar o entendimento dos sofistas da relação entre linguagem e realidade. A tradição filosófica o interpreta de duas maneiras.

Para Kerferd (1999, p. 124) há um paradoxo fundamental na maneira de ver o discurso como uma realidade sensível, pois o que não é não pode receber um nome; logo, não haveria sentido uma "declaração manifestamente negativa". O autor comenta ser preciso considerar que muitas declarações negativas são incontestavelmente verdadeiras, o que denota a falha concepção de significado apresentada. Assim, acrescenta que, para resolver o problema, foram propostas duas soluções, mutuamente excludentes, conforme a visão de uns, ou complementares, segundo a visão de outros. A primeira consistia em corrigir a linguagem eliminando as sentenças negativas; daí surgiriam as ideias sobre ser impossível contradizer ou falar falso. Ora, continua Kerferd (1999, p. 124), se a linguagem ficasse restrita a declarações positivas a respeito do mundo fenomenal, todas as afirmações teriam igual valor e, portanto, ninguém poderia reivindicar sabedoria superior. Esse entrave deu origem à segunda solução, segundo a qual, em um confronto entre dois λόγοι, um deles representaria mais corretamente a estrutura das coisas e seria, por isso, o ὀρθὸς λόγος.

Bellido (1996, p. 22) vê, do mesmo modo, na exposição da doutrina sofística, uma confusão entre os planos lógico e ontológico. Argumenta que, se para os sofistas a linguagem era um fenômeno natural, os parâmetros de identificação entre linguagem e realidade apresentavam certos obstáculos: a) se a língua é igual à realidade, toda predicação negativa não faz sentido, o que poderia ter levado os sofistas a sustentarem a afirmação de que é impossível falar falso; b) do ponto de vista lógico, dizer que “algo não é” não faz o menor sentido, mas, se for reconhecido o valor existencial de “ser”, a proposição pode ser falsa ou verdadeira

Seja qual for a interpretação correta, essas discussões fundamentaram o tratamento sofístico dado à linguagem. Conforme Bellido (1996, p. 22), seria essa a razão do envolvimento dos sofistas nas discussões acerca da origem φύσις ou νόμος⁶⁰ da linguagem. Já Kerferd (1999, p. 124) acredita que essas discussões explicam os caminhos percorridos, posteriormente, pelos sofistas: a) a linguagem precisa dar conta da realidade que expressa e sua estrutura deve exibir a estrutura das

⁶⁰ Esses conceitos serão abordados na seção 3.1.2.4.

coisas da realidade; b) se as coisas são e não são ao mesmo tempo, a linguagem também deve servir a isso. Fundamentam-se, portanto, nessas duas premissas, os critérios de *correção da linguagem*.

Vale lembrar que as ideias fundamentais dos sofistas, conforme discussão anterior, além de não apresentarem consenso, são resgatadas por meio da doxografia, constituída, sobretudo, a partir de Platão e de Aristóteles, que os rejeitaram como pensadores, assim como de comentadores posteriores e, logo, cientes do pensamento desses dois filósofos. Entretanto, seja por refutação de sua doutrina, seja por uma espécie de negociação argumentativa, em algumas ocasiões demonstrada por Aristóteles, as perspectivas dos sofistas sobre as relações entre linguagem e realidade são tomadas como ponto de partida para o entendimento da realidade, a formulação de ideias, a elaboração de juízos e, por fim, a concepção da linguagem, tudo isso concebido e disseminado primeiramente por Platão e, na sequência, por Aristóteles. Sobre isso, é fundamental o que diz Kerferd (1999, p. 128):

A importância dessa tentativa na história da filosofia é considerável - representa o primeiro passo na busca daquilo que, nos tempos modernos, tende a se denominar linguagem única, a chamada linguagem filosófica, a linguagem primordial ou atômica, a linguagem 'corrigida' do lógico, o ideal que a inspirou, entre outros, o primeiro Wittgenstein nas suas tentativas de restringir e delimitar o uso da linguagem significativa à que descreve o mundo, e a qual, na sua própria estrutura, refletirá a estrutura da realidade. Mas as tentativas modernas visam principalmente a reformar a estrutura da linguagem em relação à suposta estrutura (lógica) da realidade. O pensamento, no séc. V a.C., não estava interessado, em primeiro lugar, na estrutura lógica, mas em buscar uma relação uma-a-uma entre coisas e nomes, tendo por base que o sentido de qualquer nome deve ser sempre a coisa ou coisas a que se refere.

Na *Metafísica* (1024 b), Aristóteles ocupa-se do conceito de "falso". Para ele, falar falso pode significar falar de coisas inexistentes (em amplo sentido), como pode significar um falso λόγος, que é dizer o que não é. Em outras palavras, um λόγος falso ocorre quando se diz sobre uma coisa aquilo que se aplica a outra. Guthrie (1995, p.197) diz que, em certo sentido, existe apenas um λόγος de cada coisa, que é a sua essência; no entanto, há muitos outros λόγοι possíveis, "uma vez que a própria coisa e a coisa mais certos atributos não-essenciais são de certa forma o mesmo, por exemplo Sócrates e o Sócrates educado (...)". No entanto, para os sofistas, não existiria verdade absoluta, portanto, não haveria um único λόγος de cada coisa, o que significa não ser possível contradizer nem falar falso.

Aristóteles conferiu a Antístenes as duas assertivas, a de não ser possível contradizer nem falar falso (*Metafísica*, 1024b; *Tópicos*, 104b). Contudo, há testemunhos que realçam sua origem a Protágoras. Em *Entidemo* (286 c), em seguida ao comentário de não ser possível contradizer, Platão, por meio de Sócrates, relata que esse argumento é lugar-comum, porque Protágoras e os que a ele

se uniram usam-no frequentemente. Já em *Crátilo* (429 c-d), Platão faz referência àqueles que dizem ser impossível falar falso, afirmando que muitos pensam assim. Kerferd (1999, p. 153) sustenta que um comentário sobre o *Eclesiastes*, de Dídimos o Cego (séc. IV d.C.), traz uma passagem em que se fala sobre a afirmação dogmática, vinda de Pródico, sobre a impossibilidade da contradição; acrescenta que Pródico foi aluno de Protágoras e, por isso, é justificável atribuir a afirmação aos sofistas, de modo geral, e a Protágoras, em particular.

Encontra-se em Diógenes Laércio (VII, 51) a menção segundo a qual foi Protágoras quem propôs que há dois λόγοι: seria possível, segundo sua doutrina, que um único orador debatesse, com sucesso, lados opostos de uma mesma questão. Kerferd (1999, p. 145), no entanto, afirma que essa doutrina era bastante divulgada no séc. V a.C. e que não se resumia a Protágoras. O autor cita uma passagem da peça *Antíope*, de Eurípedes, em que a inteligência é associada à capacidade de estabelecer um debate usando argumentos duplos. Cita também *As nuvens*, de Aristófanes, na qual há um debate entre o Argumento Justo e o Argumento Injusto, personificados. Acrescenta que, na época, circulava um tratado, de autoria desconhecida, mas possivelmente de um sofista, conhecido como Δισσοὶ Λόγοι (Argumentos Duplos), no qual se discutem o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso. Ainda, comenta que em *Vida de Péricles*, de Plutarco, Zenão, mestre de Péricles, é identificado como aquele que calava seus adversários graças à sua habilidade de mostrar-lhes como seus posicionamentos eram, ao mesmo tempo, afirmação e negação. Portanto, Kerferd mostra como Protágoras não estaria isolado.

O ὁρθὸς λόγος é o caminho para exprimir a realidade: se a verdade não é absoluta, cada expressão pode ter maior ou menor grau de admissibilidade, de acordo com o parâmetro da verossimilhança, estabelecido pela percepção do ouvinte. É nesse sentido que Protágoras desenvolve sua doutrina do argumento mais forte e que Pródico procura veementemente a correção dos nomes, já que a linguagem deveria ser corrigida de modo a exprimir a estrutura da realidade percebida.

Com base no contexto ora apresentado, pode-se depreender, atribuída aos sofistas, a seguinte definição:

DEF. 3.4: A *retórica sofística* é uma ‘arte do λόγος’, que se serve de aparência e crença, em oposição a ἔργον (fato).

Propõe-se uma *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; § 2.1.2), ou seja, obtida a partir do exame do conjunto dos argumentos. A retórica, para os sofistas, “é uma ‘arte do λόγος’”, pois se

serve da arte de relacionar a linguagem, o pensamento e a ontologia; como arte, é representação, cujo ofício pode ser ensinado e aprendido, na visão dos sofistas. Ainda, na relação entre linguagem, pensamento e ontologia, a *retórica* existe se, e somente se, fundamentar-se apenas na aparência e na crença, e não na realidade em si, e se, e somente se, sua elaboração tiver o objetivo de persuadir.

A linguagem e a realidade foram concebidas pelos sofistas como planos distintos. Por meio da linguagem, poder-se-ia expressar a realidade, que não era absoluta, mas apenas captável. Nesse confronto, caso houvesse dois λόγοι, Δισσοὶ Λόγοι, ou Argumentos Duplos, um deles seria o ὀρθὸς λόγος (o λόγος correto). Duas condições são requeridas para o ὀρθὸς λόγος: a estrutura da linguagem deve expressar a estrutura das coisas da realidade, em uma representação calcada na *verossimilhança*; a linguagem deve exprimir as coisas que são e as que não são. São essas as propriedades da *retórica* sofisticada. Essas concepções permitiriam, com base na *verossimilhança*, persuadir, tornando convincentes os discursos, que aos olhos do interlocutor pareceriam verdadeiros – a linguagem refletiria o estado das coisas, ampliando o grau de admissibilidade dos argumentos.

Nesse contexto, o *gênero linguístico*, subdividido em *masculino*, *feminino* e *neutro*, deveria corresponder à estrutura das coisas – não no que elas são, mas no que aparentam ser. Resta saber se são levados em conta aspectos formais, aspectos semânticos ou ambos.

3.1.2.3. Termo sofisticado: a correção da linguagem

Gomperz (1928, p. 64) acredita que Protágoras foi o primeiro mestre a introduzir tópicos de gramática no ensino, quando, na verdade, no início do séc. V, o estudante que frequentasse a escola primária, na Grécia, já possuía em seu currículo a γραμματιστής, que incluía a leitura, a escrita e a gramática. A doxografia sobre Protágoras revela, de fato, diversos comentários seus sobre gramática e reflexões acerca da linguagem e da necessidade de se buscar precisão no emprego de nomes e de verbos.

Sendo assim, diz Kerferd (1999) que, segundo certos autores, Protágoras teria dividido o discurso em quatro partes: *pedido (ou prece)*, *pergunta*, *resposta*, *ordem*; segundo outros, em sete: *narração*, *pergunta*, *resposta*, *ordem*, *relato*, *pedido*, *intimação*. A maior parte dos autores duvida dessa segunda lista, mas não há nenhum outro testemunho contemporâneo ao sofista que esclareça a questão. Aristóteles, na *Poética*, faz menção à crítica de Protágoras dirigida a Homero, quando este escreveu "Canta, ó deusa, a cólera" (1456b), cujo sentido era uma ordem quando deveria ser uma prece. Daí pode-se deduzir que ele, realmente, tivesse feito tal divisão.

Protágoras parece ser o precursor das discussões gramaticais, mas essas discussões encontram-se, como se viu, amalgamadas à filosofia da linguagem e à prática retórica. Cabe investigar, em meio à difícil tarefa de reconstruir sua doutrina, se havia pretensões de instaurar uma terminologia ou de se proceder a uma análise mais sistematizada da língua.

Pródico, aluno de Protágoras, era conhecido pelo seu estudo dos sinônimos, assunto que deveria estar presente na sua obra, perdida, *Sobre a correção dos nomes*. Em uma passagem de *Protágoras* (337, a-c), de Platão, há evidências de que o objetivo de Pródico seria o de relacionar cada nome, ou ὄνομα, a uma determinada coisa, e a nenhuma outra, já que acreditava ser importante e imperioso usar sempre o nome certo em cada caso. Por outro lado, segundo Kerferd (1999, p. 122), os exemplos que ocorrem no diálogo permitem considerar que a palavra grega ὄνομα era utilizada não apenas para designar o que atualmente se chama de *nome*, pois há nesses exemplos substantivos, adjetivos e verbos, inclusive, o termo não se refere apenas às palavras que compõem as sentenças, mas a sentença em si era tratada por ὄνομα.

A *correção dos nomes* será perseguida por Pródico na tentativa de buscar um emprego mais efetivo e preciso das palavras e seus significados. Em *Protágoras* (337 a-c.), Platão reproduz caricaturalmente um ensino de Pródico, em que se procura distinguir o significado entre *discussão* e *disputa*, *estima* e *louvor* e, ainda, entre *prazer* e *gozo*. Em *Laques* (197 d), diálogo platônico no qual se discute a diferença entre *coragem* e *falta de medo*, Pródico é tido como o melhor dos sofistas em traçar distinções desse tipo. De qualquer modo, as discussões de Pródico a respeito da distinção e da precisão de significado de certas palavras tornou-se terreno fértil para Sócrates, que delas se serviu para perscrutar a realidade.

Pródico estava preocupado em distinguir os nomes. Para isso, colocava dois nomes em confronto a fim de extrair o que tinham em comum e aquilo que os diferenciava. Emergia, então, a pergunta “em que aspecto x é diferente de y?”. Nesse sentido, seu método é diferente do de Sócrates, que pergunta apenas “o que é x?”. Métodos distintos provêm de finalidades também diferentes: enquanto Pródico se interessava pelo sentido das palavras, Sócrates se ocupava da coisa real. Por isso, Pródico perscrutava o sentido de uma única palavra, contudo Sócrates investigava o ὄνομα, que se traduzia por uma série de palavras, um λόγος ou uma definição. Por influência de Sócrates, Platão usou a expressão “aquilo que é” para designar a realidade objetiva.

As distinções de método e de finalidade são importantes para Platão porque a realidade objetiva se contrapõe, segundo sua visão, à cara *verossimilhança* empreendida pelos sofistas. Como mencionado na seção anterior, para os sofistas, a linguagem deveria ser corrigida com o objetivo

de exprimir a estrutura das coisas, daquilo que é e daquilo que não é. No entanto, o modo como a realidade é apreendida pelos sofistas insere-se no conceito de *verossimilhança* e constitui-se o ponto chave da oposição à noção platônica. Além disso, Protágoras, o eminente sofista, trilhou seus próprios caminhos; assim, sua concepção de linguagem e os paradigmas segundo os quais empreendeu sua correção não podem ser afastados de sua doutrina.

A célebre frase atribuída a Protágoras "O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, quanto a como são, e das coisas que não são, quanto a como não são" apresenta, a respeito do sofista, a visão de verdade relativa, tão combatida por Platão. No *Teeteto* (161 c), Platão diz que Protágoras teria afirmado isso em uma obra intitulada *Sobre a verdade*; já Sexto Empírico (DIELS; KRANZ, 1903 80A1) disse que a obra se chamaria *Escritos demolidores*; por fim, não se sabe o título real. Kerferd (1999, p. 147) aponta que a polêmica se situa além do lugar em que estaria encontrada, já que a frase tem sido motivo de discussão, desde Platão.

É preciso considerar, antes de tudo, que a palavra *homem*, na sentença, tem sido interpretada de três maneiras distintas ao longo da história do pensamento filosófico⁶¹. O homem-espécie, o conjunto dos seres humanos que apresentam características naturalmente comuns e que os distinguem das demais espécies. O homem-social, pertencente a um grupo com o qual compartilha critérios, preceitos e padrões de natureza coletiva. O homem-indivíduo, possuidor de características exclusivas que o distinguem dos outros indivíduos da mesma espécie. Cada possibilidade de interpretação suscita um sentido peculiar à sentença em meio à doutrina protagórica. Não se tem a finalidade de resolver as dificuldades hermenêuticas, mesmo porque já foram citados os obstáculos encontrados na reconstrução do pensamento do sofista. No entanto, é sabido como Platão entendeu a proposição de Protágoras.

No *Teeteto* (152 a), a doutrina protagórica é comentada por Platão, que salienta “tal como as coisas me aparecem, tal elas são para mim, tal como elas te aparecem, tal elas são para ti”⁶². Um pouco mais adiante (158 e), Platão esclarece como a interpretou, por meio do personagem Sócrates, dizendo que todas as coisas são verdadeiras para aqueles que nelas acredita, isto é, o conceito de verdade estaria subordinado à percepção de cada indivíduo. Ainda no *Teeteto* (152 b-c), Platão diz que, se parecer é o mesmo que ser percebido, e é infalível, já que a natureza das coisas é tal como cada um a concebe, para Protágoras, percepção é conhecimento.

⁶¹ Os três sentidos da palavra *homem*, comentados na sequência, estão conforme Gutierrez (1980, p. 18-19).

⁶² Em *Crátilo* (386 a-d), Platão irá dizer que, segundo Protágoras, a *οὐσία* dos seres “é uma coisa particular para cada um”, já que o sofista ensina que “o homem é a medida de todas as coisas”.

No âmbito da filosofia, Platão ocupava-se da teoria do conhecimento e do desvelamento da verdade absoluta. Ao contrário da tese de Protágoras, defendia que as coisas seriam estáveis e fixas e possuiriam existência autônoma, independentemente da concepção humana. A investigação platônica centrava-se nos seres que são objetos desse conhecimento a fim de perscrutar as condições ontológicas como meio de se chegar ao saber verdadeiro e superior. Por sua vez, Protágoras, conforme Platão, valorizava a aparência dos seres e superestimava a δόξα, oriunda da percepção.

Assim, o contexto permite pressupor a seguinte definição:

DEF. 3.5: A *correção da linguagem* é um meio de conciliar o discurso, a percepção, a opinião e a verossimilhança.

A *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) baseia-se em um conjunto de relatos e de opiniões a respeito da prática sofística. Além disso, opõe-se à concepção platônica das relações entre linguagem, conhecimento e verdade, como se verá.

Protágoras e Platão possuíam métodos distintos de investigação. Platão preocupava-se com os seres que são objetos do conhecimento, procurava desvelar sua essência, entendida como algo fixo e estável, a fim de revelar a verdade absoluta. Protágoras concentrava-se na capacidade cognitiva humana, pois não cria na estabilidade das coisas do mundo, mas na maneira como o homem seria capaz de percebê-las e de concebê-las.

3.1.2.4. Platão

Guthrie (1995, p. 168) expõe que, como a concebeu Platão, a retórica era conhecida como a "arte dos λόγος", palavra grega cuja polissemia, como se viu, lhe permitia concomitantemente referir-se a discurso, a argumento, à razão e ao pensamento e, por vezes, à própria realidade. Em *Fedro* (278 d), Platão concede à retórica o estatuto de caminho do conhecimento e da verdade, pois, se bem aplicada, proporcionaria ao homem a perspicácia de reconhecer o que é falso, sem que ele acreditasse em tudo que lhe é dito. Mas, para isso, deveria haver nexos entre ser, pensar e dizer. Para Platão, o verdadeiro mestre dessa arte era Sócrates.

Platão se opõe à autoridade conferida ao discurso, que camufla a verdade. Assim, se contestada a relação φύσις/ νόμος, a autoridade de quem fala e o próprio discurso, caberia a Platão examinar a linguagem e apresentar o que ela oferece, ou não, para recuperar a verdade. Para isso, exige um discurso que não esteja contaminado pelas leis da retórica: há verdades além do discurso,

por meio da dialética, em detrimento da retórica. A correção da linguagem deve, portanto, eximir-se da eloquência e, para isso, os argumentos daqueles que se aventuraram na idealização de teorias que respaldassem suas propostas devem, do mesmo modo, ser refutados.

Segundo o testemunho de Platão, o ὀρθὸς λόγος dos sofistas centrava-se na eficiência prática da linguagem, relacionada à retórica, cuja finalidade seria a de persuadir. O centro da discussão era, acima de tudo, o problema da *correção dos nomes* (ὀρθότης ὀνομάτων). Nesse sentido, Platão se refere mais especificamente a Protágoras e a Pródico, mas também aos sofistas em geral⁶³. Por outro lado, Platão inseriu na discussão a respeito da *correção dos nomes* a controvérsia φύσις/νόμος que, segundo a tradição, dominava o pensamento científico de sua época.

A controvérsia φύσις e νόμος significava, *a priori* e respectivamente, o contraste entre ordem natural, ou leis naturais, inexoráveis e inalteráveis pela vontade humana; e ordem humana, ou leis humanas, as próprias leis, escritas ou orais, os costumes, as regras de conduta, isto é, tudo o que do homem proveio e dele depende. Relacionada à linguagem, as indagações pretendiam responder se a relação entre linguagem e realidade seria natural, φύσις, ou imposta pela convenção, νόμος. Sobre a questão, diz Blank (1998, p. 176):

Os nomes são interpretáveis como sendo corretos ou adequados às coisas que eles nomeiam e, portanto, é possível interpretar como verdadeiras as afirmações feitas sobre essas coisas, ou são simplesmente signos arbitrários para as coisas que eles nomeiam?⁶⁴

O tema central de *Crátilo*, apesar de Platão não usar os termos φύσις e νόμος, envolve a discussão a respeito da *correção dos nomes* relacionada a esses conceitos. Por outro lado, Platão inicia o diálogo com a declaração de que, para entender a adequação dos nomes, seria preciso recorrer aos sofistas, pois são eles os que sabem o assunto. Ao se referir aos sofistas e, ao mesmo tempo, à controvérsia em questão, Platão sugere que Protágoras compartilharia com os heraclitianos não apenas a teoria do fluxo universal, mas também a *correção da linguagem* por natureza (*Crátilo*, 391 b-c). Paradoxalmente, Protágoras também é associado à teoria convencionalista da linguagem, porque este concede ao homem o poder de ser a medida de todas as coisas (*Crátilo*, 386 a-d), conforme uma das frases que lhes são atribuídas. Há, portanto, referência a três teses distintas sobre a linguagem: a) a concepção natural; b) a concepção convencional; c) o uso e a correção que os

⁶³ Refere-se a Protágoras em *Crátilo*. 391c; a Pródico em *Crátilo*. 384b, *Eutidemo*. 277e; aos sofistas em *Crátilo*. 391b.

⁶⁴ *Are names somehow to be understood as being correct or appropriate to the things they name, and hence even interpretable as making true statements about these things, or are names simply arbitrary signs for the things they name, telling us nothing about them?* (tradução nossa)

sofistas fazem da linguagem. Nesse sentido, Platão se refere à *correção da linguagem*, ou ὀρθὸς λόγος, fundamentada nas premissas sofísticas segundo as quais a estrutura linguística deve refletir a estrutura das coisas e, ainda, à impossibilidade de contradizer e de falar falso, embasada no conhecimento como percepção.

Em *Crátilo*, apresentam-se os modos opostos de se ver a questão da *correção dos nomes*. O posicionamento representado pelo personagem Crátilo defende que um nome deve expressar a natureza da coisa e, caso assim não seja, não é seu nome absoluto; há alguém capaz de dar nomes genuínos às coisas e esse alguém é o *legislador de nomes*, que capta suas características ou qualidades inerentes. O personagem Crátilo representa, no diálogo, a tese heraclitiana de adequação dos nomes. Já Hermógenes acredita que os nomes são absolutamente arbitrários em relação às coisas que exprimem, pois são fruto da convenção humana e do acordo de determinados povos, ou seja, diferem para povos diferentes. Hermógenes representa, por sua vez, a tese de Demócrito. Desse modo, Platão representa literariamente a controvérsia φύσις/ νόμος.

A terceira posição a ser combatida por Platão diz respeito ao relativismo protagórico, desenvolvido a partir da tese segundo a qual o conhecimento é percepção. O exemplo dado por Sócrates concerne ao ato de nomear: se alguém resolver chamar *cavalo* aquele a que se chama *homem*, o nome desse ser será para esse alguém, em particular, *cavalo* e para todas as outras pessoas, *homem* (385, a-b). Platão, por meio do diálogo entre Sócrates e Hermógenes, critica o relativismo protagórico, que privilegia a percepção e a δόξα. Levada ao extremo, a tese de Protágoras permitiria ao indivíduo nomear as coisas do mundo de acordo com sua percepção. Vale notar que, nesse momento, Platão escolhe Hermógenes, não Crátilo, como interlocutor de Sócrates. Hermógenes acredita nas teses de Protágoras e nelas se apoia para justificar o caráter convencionalista da linguagem.

Em seguida, Sócrates se refere à impossibilidade de falar falso, outra premissa cuja concepção foi atribuída a Protágoras. Diante da aprovação de Hermógenes quanto à possibilidade de escolha dos nomes conforme a percepção de cada um, Sócrates replica que, se admitida a dupla possibilidade de dizer verdades ou dizer falsidades, com a qual concorda Hermógenes, aquele que diz as coisas como são diz verdades, enquanto que aquele que diz as coisas como não são diz falsidades. Portanto, prossegue, o discurso pode ser falso ou verdadeiro e, não havendo condições de o discurso ser apenas parcialmente verdadeiro, há, do mesmo modo, nomes falsos e nomes verdadeiros. Hermógenes ainda procura contestá-lo, lembrando-lhe que existem nomes

particulares e distintos atribuídos às mesmas coisas, assim como uma mesma coisa é chamada de maneira diferente por gregos e por bárbaros.

Platão então diz, por meio de Sócrates, que as coisas têm essência própria, fixa e estável, isto é, que não dependem de quem as concebe ou da opinião de quem as analisa. Cita Protágoras e sua teoria do homem-medida⁶⁵, emendando-a à teoria da percepção e à crença no fluxo universal, que contrariam a essência e a estabilidade das coisas. Com isso, consegue suscitar a dúvida em Hermógenes: outrora credor da doutrina de Protágoras, passa a considerar que um homem não pode em nada ser mais razoável do que outro caso se acredite que a opinião de cada um é a verdade. Sócrates argumenta que nomear e falar são atos e, como tais, existem por si mesmos. Fazem parte, portanto, da natureza das coisas, acrescenta ele, como o são todas as ações; não dependem, por isso, da vontade de cada um.

Em princípio, Sócrates apoia Crátilo, pois crer na arbitrariedade dos nomes o levaria a aceitar as teorias de Protágoras sobre não haver realidade objetiva e o real se resumir às percepções e crenças particulares, válidas tão-somente a quem lhes concebe. Refuta, concomitantemente, a teoria convencionalista por meio de dois argumentos:

ὅτι αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν ἐστι τὰ πράγματα, οὐ πρὸς ἡμᾶς οὐδὲ ὑφ' ἡμῶν ἐλκόμενα ἄνω καὶ κάτω τῇ ἡμετέρῳ φαντάσματι, ἀλλὰ καθ' αὐτὰ πρὸς τὴν αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντα ἥπερ πέφυκεν. (386 e)

(...) se nem tudo é da mesma maneira para todos, ao mesmo tempo e para sempre, nem cada coisa é distinta para cada um em particular, é evidente que as coisas têm um ser estável, que não tem relação conosco nem é por nós; que não é arrastado para cima nem para baixo por nossa imaginação; mas são em si e em seu próprio ser conforme sua natureza. (tradução nossa)

κατὰ τὴν αὐτῶν ἄρα φύσιν καὶ αἱ πράξεις πράττονται, οὐ κατὰ τὴν ἡμετέραν δόξαν. (387 a)

Então as ações não são realizadas de acordo com sua própria natureza, e não com a nossa opinião? (tradução nossa)

Desse modo, após argumentar em favor de suas supostas convicções, Sócrates é provocado a dizer em que consistiria a *correção dos nomes*. Sócrates argumenta que um nome seria a expressão vocal da natureza das coisas, seja composto ou simples, mas sobretudo os simples e, mais ainda, as sílabas e letras⁶⁶ que o compõem possuiriam a faculdade de exprimi-las. Nessa passagem, o que se discute, sobretudo, é que, se os nomes têm uma correção por natureza e se cabe ao legislador

⁶⁵ Na seção anterior, comentou-se que o termo *homem*, na frase de Protágoras, é interpretado por Platão como *homem individual*. No exemplo dado por meio do personagem Sócrates, esse posicionamento platônico fica evidente.

⁶⁶ Considera-se, nesse argumento, que o termo *letras* não se referia apenas a sinal gráfico, mas também a som.

(νομοθέτης) pôr o nome adequado às coisas, é preciso investigar em que consiste essa correção. Essa arte do uso (νόμος) só poderia ser desempenhada pelo criador de nomes (ὀνοματοργός). Em sua defesa inicial do naturalismo, procurou discutir que o legislador de nomes, a quem cabe moldar as letras e sílabas visando à natureza das coisas, passaria pelo crivo do dialético. Apesar da dificuldade encontrada em definir o uso do termo *dialética* em Platão (KERFERD, 1999), o dialético seria aquele capaz de julgar se um nome é ou não adequado à coisa, porque saberia interrogar e responder. Em seguida, Platão discute o conceito de adequar-se naturalmente às coisas. Perguntado por Hermógenes, Sócrates diz (391, b-c):

Σωκράτης

ὀρθοτάτη μὲν τῆς σκέψεως, ὃ ἑταῖρε, μετὰ τῶν ἐπισταμένων, χρήματα ἐκείνοις τελοῦντα καὶ χάριτας κατατιθέμενον. εἰσὶ δὲ οὗτοι οἱ σοφισταί, οἷσπερ καὶ ὁ ἀδελφός [391ξ] σου Καλλίας πολλὰ τελέσας χρήματα σοφὸς δοκεῖ εἶναι. ἐπειδὴ δὲ οὐκ ἐγκρατὴς εἶ τῶν πατρώων, λιπαρεῖν χρὴ τὸν ἀδελφὸν καὶ δεῖσθαι αὐτοῦ διδάξαι σε τὴν ὀρθότητα περὶ τῶν τοιούτων ἣν ἔμαθεν παρὰ Πρωταγόρου.

Ἑρμογένης

ἄτοπος μεντὰν εἶη μου, ὃ Σώκρατες, ἡ δέησις, εἰ τὴν μὲν ἀλήθειαν τὴν Πρωταγόρου ὅλως οὐκ ἀποδέχομαι, τὰ δὲ τῇ τοιαύτῃ ἀληθείᾳ ῥηθέντα ἀγαπῶν ὥς του ἄξια.

Sócrates – A mais correta investigação, meu caro, faz-se com aqueles que sabem, pagando-lhes e dando-lhes recompensas. Estes são os sofistas, a quem teu irmão Cálías pagou muito dinheiro, pensando tornar-se sábio. Mas, como não és o recebedor da tua herança paterna, tens de rogar a teu irmão com insistência e pedir que te ensine o que é a correção nesses tais assuntos, porque ele aprendeu com Protágoras. (tradução nossa)

Hermógenes – O meu pedido seria estranho, Sócrates, se, tendo rejeitado completamente a verdade de Protágoras, mostrasse interesse por essas afirmações dessa mesma Verdade, como se fossem valessem algo. (tradução nossa)

Nessa passagem, evidencia-se a relação entre a ὀρθότης e as considerações de Protágoras sobre *ortoepeia* (ὀρθοέπεια). Platão cita no diálogo que seria preciso recorrer aos sofistas, pois são eles os que sabem o assunto. Daí é possível deduzir que o tema era recorrente nas discussões dos sofistas. Kerferd (1999, p. 119) cita que há um tratado sobre ὀρθοέπεια, "dicção correta", que consta da lista das obras de Demócrito, assim como o tema teria sido discutido por Protágoras (DIELS; KRANZ, 1903 86A12), seu suposto discípulo (KERFERD, 1999). Como é sabido, o termo *ortoepeia* é utilizado para se referir à pronúncia normatizada das palavras. No entanto, no grego antigo, de acordo com Bailly (1935 [1895]), o sentido não se refere apenas à pronúncia, mas sim à linguagem e ao estilo correto. Esse posicionamento frente à linguagem era comum para os sofistas, que procuravam moldar a linguagem de modo a torná-la mais adequada à retórica. Assim, se, por um lado, Platão nos impede de reduzir o posicionamento de Protágoras ao convencionalismo de Hermógenes, por outro, permite relacioná-lo à ἀλήθεια. É possível pressupor que Protágoras, ao verificar a correspondência entre nome e realidade, com o objetivo de propor a *correção da linguagem*,

tinha como um meio para isso a análise da capacidade de letras e sílabas de indicar ou de imitar (pela concepção platônica) a realidade.

Concomitantemente, Platão sugere que Protágoras considera ser impossível falar falso porque não tem um conceito de *verdade*. Não pode, portanto, ter noção de erro, imprescindível à correção. O dialético, porque sabe perguntar e responder, perscruta a verdade das coisas, o que lhe possibilita chegar ao conhecimento. Essa menção ao dialético já insinua, previamente, que, caso se deseje chegar à verdade, deve-se inquirir as coisas da realidade e que, talvez, o caminho para isso não deva ser trilhado por meio da linguagem. Para expor esse argumento, Platão testará o poder da linguagem. No exame das etimologias, tendo refutado a teoria convencionalista, Sócrates procura uma confirmação para a teoria naturalista, já que quer investigar em que consiste a *correção da linguagem*. Para isso, ilustra seu pensamento com uma série de etimologias: nomes próprios (homéricos), noções intelectuais e morais e, por fim, nomes primitivos.

No entanto, não encontra estabilidade (princípio das coisas que são) e sim movimento. A grande maioria das etimologias são fantasiosas, além de sua exposição ser intercalada por inúmeras observações irônicas, mas, ao mesmo tempo, são por demais numerosas para se pensar que a intenção de Platão seria apenas a de ridicularizar alguém. Ainda, o exame das etimologias que seria, em princípio, a defesa do naturalismo, converte-se em sua inconsistência. A análise dos nomes primitivos é seu ponto de chegada; as letras e sílabas que os compõem devem resguardar a noção de *mimese*, isto é, sendo o nome uma imagem, deve possuir um traço de semelhança com a coisa que denota. O que ocorre, no entanto, é que, por meio da análise dos étimos, Sócrates extrai os dois argumentos com que refuta o naturalismo de Crátilo – isso ocorre porque não se pode analisar os nomes primitivos pelo mesmo processo com que foram analisados os outros nomes; ainda, não são encontrados os princípios de semelhança pressupostos para que o nome represente naturalmente os seres designados, o que denota a arbitrariedade da linguagem. Talvez seja por isso que, em dado momento do diálogo, Sócrates confirma sua atitude cética ao se referir ao próprio exercício etimológico como presunçoso e ridículo (426 b).

Se os nomes não são arbitrários, diz Sócrates, são uma forma de imitação das coisas. Assim sendo, continua ele, há que se considerar que uns imitadores são melhores do que outros. Crátilo aprova os argumentos de Sócrates, segundo os quais a adequação dos nomes reflete a natureza das coisas e os nomes servem à instrução, mas se opõe a Sócrates quanto a haver nomes mal estabelecidos, pois não acredita existirem bons e maus legisladores. Por não haver nomes mal estabelecidos, argumenta ser impossível falar falsamente. Sócrates, no entanto, exemplifica uma

série de falsidades enunciadas e objeta que uma imitação jamais será idêntica ao original, senão seria o original.

Nesse momento, o nome é concebido como imitação do objeto ou, como na pintura, uma imagem. Sendo imagem, não é a coisa em si, mas sim a sua representação. Um nome, como imagem, não é uma duplicata exata do objeto e, como tal, pode conter imprecisões. Mesmo com imprecisões, se apresentar o essencial, será bem estabelecido. Se um nome contém todos os traços apropriados, é bem estabelecido. Por outro lado, se apresentar poucos traços apropriados, será mal estabelecido.

Na relação estabelecida entre nomear e imitar, outras questões são cogitadas no diálogo, pois é preciso elucidar o processo pelo qual se descobre a intenção que está por trás do ato de nomear. Como alguém, com ou sem intervenção da língua, pode chegar a dizer alguma coisa a outro alguém? Comunicar imitando a própria natureza da coisa é o problema em foco. Em que reside a natureza do processo imitativo no caso específico da fala? Platão diz, então, que não são as propriedades físicas (cor, som, forma) que se procuram imitar, mas as próprias entidades em si. O nome será a imitação da entidade de cada coisa por meio das letras e sílabas.

No entanto, o percurso de regresso dos nomes derivados aos nomes primitivos, chegando-se às sílabas e às letras, revela que nada se sabe a respeito dos nomes primitivos, se foram obra de algum deus ou dos bárbaros e, ainda, não há nenhuma garantia de que aquele que primeiro estabeleceu os nomes tinha, de fato, uma ideia adequada das coisas. Assim, se não há garantias quanto aos nomes primitivos também não haverá quanto aos nomes derivados, pois, mesmo que tenha havido conhecimento das coisas no ato de estabelecer os nomes primitivos, não foi em outros nomes que o nomeador se baseou, mas também não foi sobre as coisas, já que elas se tornam conhecidas por meio dos nomes. Portanto, não existe validade no conhecimento por meio da linguagem. Deve-se pautar diretamente nas coisas e no parentesco que há entre elas.

Depreende-se dessa investigação etimológica promovida por Platão que sua intenção era aniquilar a concepção e a correção sofisticadas da linguagem, principalmente, aquelas oriundas de Protágoras. O teste por que passa a linguagem é feito com base no exame etimológico dos nomes. Isso se dá, no diálogo, logo em seguida ao questionamento do que seria a verdade de Protágoras, como foi demonstrado na passagem acima transcrita. O objetivo dos sofistas, como foi visto, era o de que a estrutura da linguagem exprimisse a estrutura da realidade e, por essa razão, a correção da linguagem seria feita com base na relação entre nome e realidade, sobretudo a verossímil, porque oriunda da percepção humana. Essa relação seria marcada, então, pela capacidade de letras e sílabas

de exprimirem essa realidade, tal como concebida pelos sofistas. Desse modo, essa capacidade foi testada por Platão como um meio de recusar tanto o poder da linguagem de exprimir a verdade absoluta quanto a própria verdade de Protágoras. Corradi (2011) acredita que Protágoras teria se servido do método etimológico como meio de procurar uma correspondência entre linguagem e realidade, o que explicaria a extensa seção de análise no *Crátilo*. Talvez isso não passe de conjectura, no entanto, é possível desenvolver a hipótese de que o abdérita, ao procurar que os nomes exprimissem a estrutura das coisas, teria proposto certas correções nesse sentido e, dentre elas, certamente estaria a correção do *gênero* das palavras, já que essa observação a respeito dos *gêneros* é mencionada por Aristóteles, que a atribui a Protágoras.

Para Platão, a preocupação é o estabelecimento de uma via de acesso ao saber. Se a tentativa de definição desse poder contido nas letras não revela nada de seguro sobre as entidades, a imitação passa das coisas para os nomes e destes para a mente do falante. Logo, o erro ocorre porque o nome não é exatamente idêntico à coisa que designa; porque, subjetivamente, ao comunicar a outros o que se tem em mente, isso pode não ser a verdade; se alguém for capaz de conhecer o engano, é porque percebe o saber.

Já Kerferd (1999, p. 132) analisa a questão sob outro ângulo. O autor acredita haver uma inconsistência nesse modo de pensar, que é, de fato, uma lacuna de Platão: "as coisas que encontramos em nossa experiência são, do ponto de vista cognitivo, inconsistentes, porque são e não são ao mesmo tempo. Isso as torna incapazes de corresponder plenamente aos nomes que usamos...". Para Platão, todos os nomes significam e referem aquilo mesmo que significam, mas o problema será o de fazer coincidir sempre significação e referência⁶⁷. Ainda para Kerferd (1999, p. 133-134), Platão concebia que os nomes, mesmo havendo uma espécie de acordo, só poderiam ser corretamente dados por aqueles que são capazes de conhecer a realidade imutável das coisas, ou seja, o mundo das *Formas*. Dessa maneira, Platão resolveu o impasse da linguagem correta, alterando a realidade para se ajustar às necessidades da linguagem, em vez de fazer o inverso. Assim, diz que as *Formas* foram engendradas para serem significado e objetos de referência ao mesmo tempo:

As Formas platônicas foram assim destinadas a servir de referentes fundamentais para os nomes. Objetos perceptíveis, em relação aos quais esses mesmos nomes tendem a ser usados na fala cotidiana sobre o mundo, constituem uma espécie de esfera de referência derivada ou secundária. A introdução dessa distinção entre referentes primários e

⁶⁷ A distinção entre *significação* e *referência* é o ponto chave desta pesquisa sobre o *gênero linguístico*. Por essa razão, as discussões filosóficas a respeito da linguagem são relevantes e, mais à frente, interessa saber como essas noções chegaram à gramática tradicional.

secundários tem sido corretamente vista como um primeiro passo na direção de uma distinção entre significação e referência. (1999, p. 134)

Platão busca a verdade no mundo das *Ideias*, ou das *Formas*, presentes no mundo inteligível e distinto do mundo sensível. A realidade sensível era, para Platão, uma reprodução infiel da suprema realidade, esta encontrada somente no mundo inteligível. O interesse de Platão na concepção de um mundo inteligível é o meio pelo qual ele refuta o mundo eternamente mutável e contraditório, em que a verdade absoluta é subjugada pela verossimilhança – o mundo dos sofistas. Por possibilitar dizer verdades e falsidades e por não possuírem em sua configuração todos os traços apropriados, os nomes seriam uma representação, ou *mimese*, de seus referentes. Essa representação desempenhada pelos nomes estaria relacionada ao mundo sensível, por isso admitiriam certo grau de natureza e certo grau de convenção e não seriam, em razão disso, universais. A ausência de universalidade da linguagem seria a prova da incapacidade humana de estabelecer os nomes às coisas, especialmente a oriunda da percepção individual do homem-medida, bem como denunciaria a imperfeição da obra do legislador (νομοθέτης). Esse legislador seria Protágoras? Ou Protágoras teria a pretensão de ser um legislador? Encontrar ou não uma resposta a essas questões não muda o fato de que, para Platão, a linguagem, por si mesma, não alcançaria a realidade. A linguagem não passou no teste empreendido pelo *dialético*, no caso, o próprio Platão. O *dialético* seria aquele que, tendo perscrutado a realidade no mundo inteligível, saberia conectar a realidade, a razão e o dizer.

Platão, com base na suposta tese protagórica do homem-medida, sustenta que Protágoras conceberia a percepção humana sobreposta à realidade. Para Platão, a noção de linguagem como elemento do mundo natural e, portanto, inalterável pela vontade humana, é primordial para apontar as contradições da teoria de Protágoras. Contudo, a análise platônica das etimologias evidencia uma concepção de linguagem não apenas natural, mas amalgamada de tal forma à realidade que com ela, muitas vezes, se confunde. Portanto, a definição de λόγος pertinente à teoria platônica é a área do mundo, aquilo de que somos capazes de falar e pensar, portanto princípios estruturais, fórmulas, leis naturais (cf. § 3.1.2.1).

Em consonância à aplicação do termo λόγος, na teoria platônica, é possível compor as seguintes definições:

DEF. 3.6: A *retórica* é o caminho do conhecimento e da verdade.

DEF. 3.7: A *correção da linguagem* é o meio de restituir seu caráter *mimético* de representação do conhecimento e da verdade.

As *definições implícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) foram elaboradas com fundamento nas fontes primárias e secundárias. Contudo, é possível um entendimento do que pode ter sido a visão protagórica a respeito da *correção dos nomes*. Se o pensamento de Protágoras, de fato, foi representado na figura de Hermógenes, no *Crátilo*, significa que o sofista acreditava haver arbitrariedade na atribuição dos nomes. Sendo arbitrários, os nomes poderiam não refletir a estrutura das coisas; mas deveriam ser corrigidos quando conviesse. É possível imaginar, nesse cenário criado por Platão, Protágoras corrigindo todas as faltas de correspondência do *gênero linguístico* em nomes que não refletissem o estado natural daquilo que designavam, já que a vontade humana poderia subverter a natureza da linguagem. No entanto, não se sabe, ainda, os aspectos considerados nessa correção: se formais, se semânticos, se ambos.

A concepção platônica de dois mundos, o sensível e o inteligível, foi rejeitada por Aristóteles, seu discípulo. Essa rejeição possibilitou a Aristóteles rediscutir não apenas as condições de alcançar o conhecimento, como também o papel da linguagem como um meio de conhecer e expressar a realidade. Aristóteles, enigmaticamente, concordou com a distinção feita por Protágoras quanto aos *gêneros linguísticos*.

3.1.2.5. Aristóteles

Aristóteles buscou estabelecer os meios pelos quais poderia ser alcançado o conhecimento verdadeiro. Recusou, no entanto, a teoria platônica das *Ideias* (ou *Formas*) e, conseqüentemente, a divisão entre o mundo das aparências sensíveis e o mundo das ideias inteligíveis, nos quais haveria, respectivamente, existências contingentes e essências absolutas e imutáveis – Aristóteles procurou o que há de essencialmente inteligível na realidade circundante. Cabe abordar de que maneira Aristóteles concebeu sua *teoria da significação*.

A linguagem seria essencial ao conhecimento humano, pois seria expressão de tudo o que existe. Assim, Aristóteles construiu a própria visão da relação entre as palavras e as coisas. No *Da Interpretação*, há importantes declarações sobre o assunto:

Ἔστι μὲν οὖν τὰ ἐν τῇ φωνῇ τῶν ἐν τῇ ψυχῇ παθημάτων σύμβολα, καὶ τὰ γραφόμενα τῶν ἐν τῇ φωνῇ. καὶ ὥσπερ οὐδὲ γράμματα πᾶσι τὰ αὐτά, οὐδὲ φωναὶ αἱ αὐταί· ὧν μέντοι ταῦτα σημεῖα πρώτων, ταῦτα πᾶσι παθήματα τῆς ψυχῆς, καὶ ὧν ταῦτα ὁμοιώματα πράγματα ἤδη ταῦτά. (I 16 a 3-8)

Há vozes pronunciadas que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos das vozes pronunciadas. E, para comparar, nem a letra é a mesma para todos, nem as vozes são as mesmas, embora sejam as afecções da alma -

das quais são os sinais primeiros - idênticas para todos, e são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são as imagens. (tradução nossa⁶⁸)

Conforme Hegenberg (1974; cf. § 2.1.2), têm-se uma *definição explícita*:

DEF. 3.8: As *vozes* são símbolos das afecções da alma.

Por *voz*, podem-se entender nomes, verbos, o discurso e as formas que este assume, pois os elementos de significação, sob essa ótica, estão separados e a linguagem pode ser examinada quanto à revelação da verdade. A palavra *πάθημα*, ‘afecção’, refere-se a um conjunto de acepções: de acordo com Liddell e Scott (1940), significa ‘emoção, sentimento, acontecimento, propriedade, acidente’, isto é, há, na série, termos pertinentes à teoria aristotélica, como se verá.

Para Aristóteles, as palavras não possuem um caráter natural; essa natureza é manifestada apenas na capacidade humana da *voz*, enquanto essa *voz* assume determinadas formas que a convergem em símbolo. Um símbolo é a significação de tudo aquilo que não é ele próprio. Nesse sentido, ao conceber o que viria a ser chamado de significante, Aristóteles mostrou-se consciente da existência da diversidade das línguas, já que *vozes* e *letras* “não são as mesmas para todos”. Assim como a *voz* é símbolo das “afecções da alma”, a escrita é símbolo dessa *voz*. A negação ou a afirmação são manifestações das quais a voz é o símbolo (XIV 24 b 1-3): em si mesmos, os nomes nada têm de verdadeiros ou de falsos, pois somente na composição de um conceito com outro está a verdade ou o erro. Desse modo, entende-se que a relação entre a palavra e o ser designado não é imediata.

Quanto ao discurso, Aristóteles, ainda no *Da Interpretação* (II 16 a 26-28), disse que este possuiria um significado, não por natureza, mas por convenção. Uma forma sonora só ocorreria em forma de símbolo pela imposição de sentido efetuada pelo espírito. Essa convenção não contrariaria a φύσις (natureza) das coisas, mas estaria relacionada à natureza do próprio nome e de sua forma convencionada, que não possuiria qualquer relação de semelhança com as coisas. A verdade ou a falsidade não estão nos nomes, essa é a constatação de Aristóteles. Podem ser encontradas em estruturas mais complexas da linguagem:

περὶ μὲν οὖν τούτων εἴρηται ἐν τοῖς περὶ ψυχῆς, — ἄλλης γὰρ πραγματείας. — ἔστι δέ, ὥσπερ ἐν τῇ ψυχῇ ὅτε μὲν νόημα ἄνευ τοῦ ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι ὅτε δὲ ἤδη ὁ ἀνάγκη τούτων ὑπάρχειν θάτερον, οὕτω καὶ ἐν τῇ φωνῇ. περὶ γὰρ σύνθεσιν καὶ διαίρεσιν ἔστι τὸ ψεῦδος τε καὶ τὸ ἀληθές. (I 16 a 8-13)

⁶⁸ As traduções dos excertos dessa obra foram adaptadas de Da Mata (2013), em ARISTÓTELES, *Da Interpretação*. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

Assim como, na alma, tanto o pensamento se dá sem se pretender dizer algo verdadeiro ou falso, quanto se dá um pensamento ao qual é necessário que suceda um desses dois casos, do mesmo modo ocorre também na elocução, pois o falso e o verdadeiro envolvem composição e separação. (tradução nossa)

Sua concepção de λόγος vincula-se à área do pensamento e dos processos mentais, portanto reflexão, raciocínio, justificação, explicação etc. A expressão linguística não mais se confunde com a realidade. Por outro lado, a verdade passa a ser buscada por meio daquilo que posteriormente foi chamado de *lógica*. Se a verdade não está na linguagem, é preciso buscar compreender como as entidades se articulam e se apresentam à experiência humana.

Na *Metafísica*, Aristóteles procurou investigar o ser. Para isso, procurou compreender o que faz as coisas ser como elas são. Nesse sentido, as propriedades das coisas expressam seu estado, mas não o seu ser. Assim, é preciso buscar aquilo que faz as coisas existirem, as condições que determinam como elas são: a substância das coisas, ou o ser, é a sua própria individualidade; e os acidentes são suas propriedades que mostram apenas como as coisas estão e não como elas são.

Dentre as condições necessárias à existência do ser, Aristóteles falou sobre os primeiros princípios, que seriam lógicos e que sustentariam a realidade. O princípio da identidade afirmaria que uma coisa sempre seria igual a ela mesma, ou seja, uma proposição *A* seria igual a uma proposição *A*. O princípio da não contradição determinava que uma proposição não poderia ser concomitantemente falsa e verdadeira. E, por fim, o princípio do terceiro excluído definia que uma proposição ou é falsa ou é verdadeira e que não haveria uma terceira possibilidade, isto é, não seria possível uma coisa ser parcialmente falsa ou ser parcialmente verdadeira.

Na teoria aristotélica, além dos conceitos de *linguagem* e de *voz*, há outros diretamente relacionados aos termos investigados, que serão expostos e analisados a seguir.

O termo γένος, no contexto da produção aristotélica, apresenta uma conceituação específica, pois é um dos princípios estabelecidos para a distinção entre o ser e suas propriedades. Isso significa dizer que, quando o termo foi abonado por Aristóteles para se referir à divisão das palavras, poderia ter um sentido relacionado à lógica. A polissemia de γένος refere-se, dentre inúmeros outros sentidos, à *origem*, *descendência*, mas também à *raça*, *família*, *espécie*, *tipo*, *classe*. Conforme Bailly (1935 [1895]), nenhuma das acepções se atrela especialmente a sexo ou à classificação gramatical de nomes, tais como são interpretadas. Em Chantraine (1968), ao consultar-se γένος, aponta-se para γίγνομαι, cujo sentido é *nascimento*, *raça*. Esse autor, no entanto, acrescenta que o significado, no caso genitivo e relacionado às acepções de *raça*, *família*, *posteridade*, é *sexo*. Já Liddell e Scott (1940) informam que o sentido de *sexo* consta na obra de Epicarmo, comediógrafo

contemporâneo de Protágoras, e o sentido de *gênero*, relacionado à classe gramatical, surgirá apenas em Aristóteles. Contudo, a palavra γένος é interpretada pelos lexicógrafos, nesse sentido, por estar em um contexto no qual é associada às já conhecidas classificações dos nomes em *gênero linguístico*. Antes de examinar a definição aristotélica, faz-se necessária a análise de outros termos, presentes em outros textos.

Categorias (Κατηγορίαι) é o texto introdutório do *Organon* (ὄργανον) e de todo *corpus* aristotélico, conforme organização feita por Andrônico de Rhodes (Ἀνδρόνικος Ρόδιος, c. 60 a.C.), discípulo da escola peripatética. No entanto, não se deve confundir a doutrina das *categorias* com o tratado intitulado *Categorias*, pois o assunto abordado nesse tratado depende de outros conceitos abordados em outros textos da lógica aristotélica e, especialmente, na *Metafísica*. Em uma circunstância na qual se investigam a realidade e a linguagem, é preciso um exame sintético daquilo que propõe o pensamento aristotélico, uma vez que as *categorias* foram conceitos estabelecidos por meio da linguagem. Ainda, a categoria do *gênero linguístico* parece relacionar-se diretamente com esses conceitos. Pretende-se, portanto, apontar essas relações que explicariam o fato de Aristóteles ter abonado a *correção da linguagem* proposta por Protágoras.

Antes de tudo, cabe observar que o título sob qual se organizou o tratado aristotélico foi, segundo Zingano (2013, p. 226), objeto de controvérsia. O autor explica que, já na Antiguidade, mas com maiores proporções no séc. XIX, discutiu-se que *predicação* seria o melhor sentido de κατηγορία, uma vez que, na expressão usada por Aristóteles, σχήματα τῆς κατηγορίας (*Metafísica*, Δ 6 1016b34⁶⁹), o termo *categoria* alia-se semanticamente a σχῆμα ‘figura’. Assim, a expressão seria mais bem traduzida por *figuras de predicação*. De fato, o verbo κατηγορεῖν, em grego, significava ‘acusar, imputar, afirmar contra’ (BAILLY, 1935 [1895]; LIDDELL e SCOTT, 1940); desses significados, é possível ter havido uma generalização, isto é, os significados foram reunidos sob o conceito de *predicar*.

A noção de *categoria*, ou *figuras de predicação*, imprescindível para o entendimento do que se deseja expor, é compreendida quando se consideram as quatro *figuras* elencadas. Em *Tópicos* (I, 4, 101 b 17-18), Aristóteles disse que:

⁶⁹ A expressão referida ocorre na *Metafísica*, em que Aristóteles desenvolve outros conceitos importantes para entender o que se denominam *figuras de predicação*, nos seguintes trechos: 7 1017a23, 28 1024b13, E 2 1026a36, Θ 10 1051a35, I 3 1054b29-30. Além da *Metafísica*, a doutrina das categorias foi abordada em outras obras da lógica aristotélica, organizadas sob o título *Organon* (ὄργανον). É preciso ainda considerar que o tratado das *Categorias* teve sua autenticidade questionada, porque apresenta uma série de anormalidades, tendo em vista os demais textos aristotélicos. Dentre muitos autores, para maiores detalhes e referências, veja-se Zingano (2013, p. 228).

Πᾶσα δὲ πρότασις καὶ πᾶν πρόβλημα ἢ γένος ἢ ἴδιον ἢ συμβεβηκὸς δηλοῖ· καὶ γὰρ τὴν διαφορὰν ὥς οὗσαν γενικὴν ὁμοῦ τῷ γένει τακτέον. Ἐπεὶ δὲ τοῦ ἰδίου τὸ μὲν τὸ τί ἦν εἶναι σημαίνει, τὸ δ' οὐ σημαίνει, διηρήσθω τὸ ἴδιον εἰς ἄμφω τὰ προειρημένα μέρη, καὶ καλείσθω τὸ μὲν τὸ τί ἦν εἶναι σημαῖνον ὅρος, τὸ δὲ λοιπὸν κατὰ τὴν κοινὴν περὶ αὐτῶν ἀποδοθεῖσαν ὀνομασίαν προσαγορευέσθω ἴδιον. Δῆλον οὖν ἐκ τῶν εἰρημένων ὅτι κατὰ τὴν νῦν διαίρεσιν τέτταρα τὰ πάντα συμβαίνει γίνεσθαι, ἢ ἴδιον ἢ ὅρον ἢ γένος ἢ συμβεβηκός. (I, 4, 101 b 17-25)

Toda proposição e todo problema indicam ou um *gênero* ou um *próprio* ou um *acidente*. Também a diferença, sendo genérica, deve ser colocada no mesmo lugar em que o *gênero*. Pois, entre os *próprios*, há o que é essencial e há o que não é essencial, então o *próprio* será dividido em duas partes, uma será chamada de *definição*, que significa 'o que é', e a outra será chamada de acordo com a significação comum a ambas, um *próprio*. Assim, fica claro que, de acordo com essa divisão, os elementos acabam sendo quatro, ou *próprio* ou *definição* ou *gênero* ou *acidente*. (tradução nossa)

Por meio de uma *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), obtém-se o sentido de predicação:

DEF. 3.9: A *predicação* é uma proposição.

A palavra *πρότασις*, traduzida por 'proposição', está em consonância com a concepção de poder ser verdadeiro ou falso o que se afirma do sujeito. O significado de cada uma das quatro *figuras de predicação* foi assim exposto:

Ἔστι δ' ὅρος μὲν λόγος ὃ τὸ τί ἦν εἶναι σημαίων (Τόpicos, I, 5, 102 a1).

“*Definição* é o *logos* [linguagem] pelo qual [se diz] a essência⁷⁰ do ser.” (tradução nossa)

Ἰδιον δ' ἐστὶν ὃ μὴ δηλοῖ μὲν τὸ τί ἦν εἶναι, μόνῳ δ' ὑπάρχει καὶ ἀντικατηγορεῖται τοῦ πράγματος ((Τόpicos, I, 5, 102a 18-20).

“*Próprio* é outro que não é a essência, sozinho não existe, mas [pode nele] converter-se.” (tradução nossa)

Γένος δ' ἐστὶ τὸ κατὰ πλειόνων καὶ διαφερόντων τῷ εἶδει ἐν τῷ τί ἐστι κατηγορούμενον (Τόpicos, I, 5, 102a 32-33).

“*Gênero* é aquilo que, na predicação, pertence a muitos que se diferem pela espécie.” (tradução nossa)

Συμβεβηκὸς δὲ ἐστὶν ὃ μὴδὲν μὲν τούτων ἐστὶ, μήτε ὅρος μήτε ἴδιον μήτε γένος, ὑπάρχει δὲ τῷ πράγματι, καὶ ὃ ἐνδέχεται ὑπάρχειν ὁποῦν ἐνὶ καὶ τῷ αὐτῷ καὶ μὴ ὑπάρχειν· οἷον τὸ καθῆσθαι ἐνδέχεται ὑπάρχειν τινὶ τῷ αὐτῷ καὶ μὴ ὑπάρχειν· ὁμοίως δὲ καὶ τὸ λευκόν· τὸ γὰρ αὐτὸ οὐθὲν κωλύει ὅτε μὲν λευκὸν ὅτε δὲ μὴ λευκὸν εἶναι (Τόpicos, I, 5, 102b 3-9).

“*Acidente*, embora não seja nenhum dos anteriores, isto é, nem definição, nem próprio, nem gênero, pode pertencer a um ser; é o que pode pertencer e não pertencer a um mesmo ser, por exemplo, o estar sentado pode pertencer e não pertencer a um mesmo

⁷⁰ No grego, σημαίων significa 'signo, sinal'. No latim eclesiástico, a palavra foi traduzida para o latim *quiddita*, *-atis* (STELTEN, 1995), em português *quiddidade*, termo usado por Zingano (2013).

ser; de maneira semelhante também o branco: pois nada impede que a mesma coisa seja umas vezes branca e outras vezes não.” (tradução nossa)

Das quatro *figuras* expostas acima, interessam a *Definição* e o *Gênero*⁷¹. Ao contrário de Platão (e possivelmente de Protágoras), Aristóteles concebeu que os nomes nada tinham de falsos ou verdadeiros, pois a *voz* (nomes, verbos e suas combinações no discurso) não era a mesma para todos nem possuiria semelhança com as coisas por ela simbolizadas; o valor de verdade não estava na *voz*, que era apenas símbolo. Sua reflexão centra-se no *ser*, por isso o conceito de *gênero linguístico* deve ser buscado em suas relações com o *ser*, o *λόγος* e as *categorias*, ou *figuras de predicação*. Nessas relações, muitos outros conceitos estão presentes, a começar pelo próprio conceito de *Definição*:

DEF. 3.10: *Definição* é o *λόγος* [linguagem] pelo qual [se diz] a essência do ser.

Conforme Hegenberg (1974; cf. § 2.1.2) as definições, naquele período, tratavam dos seres reais, não dos termos pelos quais os seres eram designados. A sentença “é a linguagem pela qual se diz a essência do ser” é uma *definição real*, pois traz como referência uma sentença ou símbolo; na terminologia aristotélica, uma *predicação*. No enunciado, vale observar que se está diante de outro conceito de *λόγος*, conforme **DEF. 3.1**, na seção 3.1.2.1, ou seja, a área da linguagem e da formulação linguística. O *Gênero* é uma das *figuras de predicação*, assim definido:

DEF. 3.11: *Gênero* é aquilo que, na predicação, pertence a muitos que se diferem pela espécie.

De um lado, a definição do termo *gênero* não é diferente da anterior: por meio dela se diz do próprio objeto a que o termo se refere, o que confere ao tipo uma *definição real* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2). Por outro lado, à *definição real* soma-se uma *definição condicional* “pertence a muitos que se diferem pela espécie”, por meio da qual se pode deduzir que a *espécie* é uma subcategoria de *gênero*, que, por sua vez, reúne um conjunto de seres da mesma *espécie*.

Essa primeira classificação implica reconhecer o que seria, então, o *ser* a que se referem as proposições. Na *Metafísica* (Γ 2 1003 a31-b19), Aristóteles disse que muitas coisas recebem o nome de *ser* em sentidos diferentes, mas sempre por referência a um único princípio, a *οὐσία*. Esse termo, traduzido por *substantia*, no latim, ou *substância*, no português, é o princípio presente em toda e qualquer significação de *ser*. A *οὐσία* poderia predicar-se por meio dos quatro elementos acima expostos e, em cada elemento, estaria evocada na *predicação*, embora não fosse ela mesma nem a *Definição*, nem o *Próprio*, nem o *Gênero*, nem o *Acidente*.

⁷¹ Grafam-se em letra maiúscula todas as ocorrências, nesse sentido.

Na *Metafísica*, o livro dedicado às múltiplas acepções (Z 1 1028a11), Aristóteles discerniu o que seria o *ser per si* (τό ὄν καθ' αὐτό), assim definido:

καθ' αὐτὰ δὲ εἶναι λέγεται ὅσα περ σημαίνει τὰ σχήματα τῆς κατηγορίας· ὅσα γὰρ λέγεται, τοσανταχῶς τὸ εἶναι σημαίνει. ἐπεὶ οὖν τῶν κατηγορουμένων τὰ μὲν τί ἐστι σημαίνει, τὰ δὲ ποιόν, τὰ δὲ ποσόν, τὰ δὲ πρὸς τι, τὰ δὲ ποιεῖν ἢ πάσχειν, τὰ δὲ πού, τὰ δὲ ποτέ, ἐκάστῳ τούτων τὸ εἶναι ταὐτὸ σημαίνει (Δ 7 1017 a 22-27).

O *ser per si* diz-se que são todas as coisas significadas pelas figuras de predicação, tantos são os modos em que se diz, quantos são os significados do ser. Porque, dos predicados, alguns significam *essência*, outros *qualidade*, outros *quantidade*, outros *relação*, outros *agir* ou *sofrer*, outros *lugar*, outros *tempo*⁷²; o ser significa o mesmo em cada um desses. (tradução nossa)

Segundo Aristóteles, o termo *per si* (καθ' αὐτό) poderia ser aplicado a todas as coisas, uma vez que seria sua essência (Δ 18 1022 a 26-28). Por outro lado, “o ser se diz de muitos modos” (τό ὄν δὲ λέγεται πολλαχῶς) (Z 1 1028 a 10). Da convergência de ambas as proposições, deduz-se que a οὐσία está presente em cada *dizer*, ou seja, cada *dizer* é uma significação da οὐσία, embora não seja ela *per si*. Por sua vez, cada dizer contém um elemento que também é *per si*:

DEF. 3.12: O *ser per si* diz-se que são todas as coisas significadas pelas figuras de predicação, tantos são os modos em que se diz.

A sentença “são todas as coisas significadas” traz outra *definição real* (HEGENBERG, 1974), uma vez que a referência dessa sentença é o *ser per si*, que seria evocado em cada significação presente nas *figuras de predicação*. O *ser per si* é o que se pode predicar; trata-se, portanto, das ontologias.

As *figuras de predicação*, por sua vez, são aquelas constantes nas proposições. Para ser afirmado, o *ser per si* necessita materializar-se no *sujeito* e isso ocorre nas proposições. No entanto, a materialização do *sujeito* também se dá por meio das *figuras de predicação*, que são as afirmações do *ser per si*, uma vez que o evocam. Nas afirmações, encontram-se os valores de verdade ou de falsidade. O dizer de muitos modos são as proposições ou as *figuras de predicação*, ditas *categorias*. Infere-se que cada *categoria* contém, na proposição, a οὐσία a que se faz referência. Nas palavras de

⁷² As categorias são mencionadas em *Analíticos Posteriores* I 22 83 b 15; *Segundos Analíticos* I 22; *Metafísica* Δ 7 1017 a 26, K 12 1068 a 8-9, Z 4 1029 b 24-25. Em cada um desses lugares, a lista sofre variações quanto ao número e quanto à categoria em si, havendo diferenças também nos agrupamentos. Inclusive, como se pode notar, as diferenças existem na mesma obra, *Metafísica*, quando considerados os livros distintos. Segundo Zingano (2013, p. 226-227), o fato tem gerado inúmeras discussões, dentre elas, se as estruturas sintáticas da língua estariam realmente calcadas nas categorias aristotélicas.

Zingano (2013, p. 245-246), “a linguagem é onde se deve buscar a ‘fórmula’ pela qual todas as categorias podem se reunir em torno “de uma mesma categoria, a categoria da substância”.

Como se viu acima, um dos elementos fundamentais da lógica, mencionados em *Tópicos*, é o *Gênero*. Contudo, na *Metafísica*, Aristóteles definiu o termo por meio de outros conceitos:

Γένος λέγεται τὸ μὲν ἂν ἢ ἡ γένεσις συνεχῆς τῶν τὸ εἶδος ἐχόντων τὸ αὐτό, οἷον λέγεται ἕως ἂν ἀνθρώπων γένος ἢ, ὅτι ἕως ἂν ἢ ἡ γένεσις συνεχῆς αὐτῶν· τὸ δὲ ἄφ' οὗ ἂν ὅσι πρῶτον κινήσαντος εἰς τὸ εἶναι· οὕτω γὰρ λέγονται Ἕλληνες τὸ γένος οἱ δὲ Ἴωνες, τῷ οἱ μὲν ἀπὸ Ἑλληνος οἱ δὲ ἀπὸ Ἴωνος εἶναι πρῶτον γεννήσαντος· καὶ μᾶλλον οἱ ἀπὸ τοῦ γεννήσαντος ἢ τῆς ὕλης (λέγονται γὰρ καὶ ἀπὸ τοῦ θήλεος τὸ γένος, οἷον οἱ ἀπὸ Πύρρας). ἔτι δὲ ὡς τὸ ἐπίπεδον τῶν σχημάτων γένος τῶν ἐπιπέδων καὶ τὸ στερεὸν τῶν στερεῶν· ἕκαστον γὰρ τῶν σχημάτων τὸ μὲν ἐπίπεδον τοιονδί τὸ δὲ στερεόν ἐστι τοιονδί· τοῦτο δ' ἐστὶ τὸ ὑποκείμενον ταῖς διαφοραῖς. ἔτι ὡς ἐν τοῖς λόγοις τὸ πρῶτον ἐνυπάρχον, ὃ λέγεται ἐν τῷ τί ἐστι, τοῦτο γένος, οὗ διαφοραὶ λέγονται αἱ ποιότητες. τὸ μὲν οὖν γένος τοσαυταχῶς λέγεται, τὸ μὲν κατὰ γένεσιν συνεχῇ τοῦ αὐτοῦ εἶδους, τὸ δὲ κατὰ τὸ πρῶτον κινήσαν ὁμοειδές, τὸ δ' ὡς ὕλη· οὗ γὰρ ἡ διαφορὰ καὶ ἡ ποιότης ἐστὶ, τοῦτ' ἐστὶ τὸ ὑποκείμενον, ὃ λέγομεν ὕλην. ἕτερα δὲ τῷ γένει λέγεται ὧν ἕτερον τὸ πρῶτον ὑποκείμενον καὶ μὴ ἀναλύεται θάτερον εἰς θάτερον μηδ' ἄμφω εἰς ταυτόν, οἷον τὸ εἶδος καὶ ἡ ὕλη ἕτερον τῷ γένει, καὶ ὅσα καθ' ἕτερον σχῆμα κατηγορίας τοῦ ὄντος λέγεται (τὰ μὲν γὰρ τί ἐστι σημαίνει τῶν ὄντων τὰ δὲ ποιόν τι τὰ δ' ὡς διήρηται πρότερον)· οὐδὲ γὰρ ταῦτα ἀναλύεται οὐτ' εἰς ἄλληλα οὐτ' εἰς ἑν τι. (Δ 28 1024 a 29-36 1024b 1-16)

Gênero se diz, em um sentido, a geração contínua de seres da mesma espécie; por exemplo, “enquanto existir o gênero humano”, quer dizer, “enquanto seja contínua a geração dos homens”. Gênero significa aquele de que todos os homens procedem; assim, por seu gênero, uns são helenos e outros jônios porque uns procedem de Heleno e outros de Jon. Isso se aplica mais aos genitores que à matéria, mas pode ser denominado a partir da mulher, assim se diz “os descendentes de Pirra”. Em outro sentido, entende-se o gênero como a superfície das figuras planas e como o sólido das figuras sólidas, pois cada uma das figuras ou é uma superfície determinada ou um sólido determinado. Superfície e sólido são o que subjaz às diferenças. Ainda, o gênero se diz que é o primeiro elemento que se enuncia, o primeiro conteúdo da essência, dos quais se diz que são diferenças as qualidades. O gênero se diz em todos estes sentidos: um significa a geração contínua da mesma espécie; outro significa o primeiro de sua espécie; outro significa ainda a matéria; é aquele a que pertencem a diferença e a qualidade, o sujeito a que denominamos matéria. Distintas pelo gênero se dizem as coisas cujo sujeito primeiro é distinto e que não se podem resolver nem uma, nem outra, nem ambas nele mesmo; por exemplo, a forma e a matéria são distintas pelo gênero; e todas as coisas que pertencem à figura de predicação do ser, pois uns significam a essência do ser, outros a qualidade e outro, como se explicou anteriormente. Essas coisas também não se resolvem nem umas em outras, nem em alguma coisa única. (tradução nossa)

O *Gênero* é uma condição da proposição, portanto, uma condição *lógica*. É possível inferir, na doutrina aristotélica, as seguintes definições:

DEF. 3.13: *Gênero* é origem, a que se subordinam as ideias de raça, de comunidade e de família;

DEF. 3.14: *Gênero* é estado da matéria, a que se subordinam as ideias de espécie e de forma, nas quais, por sua vez, estão contidas as diferenças;

DEF. 3.15: *Gênero* é a propriedade dos seres como uma das condições exigidas pela taxonomia;

DEF. 3.16: *Gênero* é a propriedade do pensamento como uma das condições exigidas pela categoria.

As definições contêm em si as noções de φύσις e νόμος, sem qualquer contradição, uma vez que o *Gênero* pode significar propriedades naturais ou convencionais, sendo aplicado à natureza e às criações humanas. Cabe, então, analisar como essas definições serviram para análise metalinguística. Em todas as sentenças, há *definições explícitas* seguidas de *definições condicionais* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2). Nas *definições explícitas*, o *Gênero* pode ser permutado por qualquer outro conceito: *origem, estado da matéria, propriedade dos seres, propriedade do pensamento*. Nas *definições condicionais*, estão as sentenças redutoras que trazem, do mesmo modo, outros inúmeros conceitos interligados a *Gênero*: *raça, comunidade, família, espécie, forma, taxonomia, figuras de predicação*. Todos esses conceitos não apenas são expressos, mas também se atrelam em uma espécie de mapa conceitual sustentado pelas relações entre realidade, pensamento e linguagem.

Na visão aristotélica, a linguagem é um ser cuja matéria é o som e cuja forma é definida por natureza. A linguagem é símbolo das coisas significadas. Os significados são atribuídos, embora, com isso, não se afete a natureza da linguagem. Os nomes, que são símbolos, não podem se confundir com as coisas. A crença nessa confusão permitiria falar falso.

Se todas as coisas têm uma origem, a linguagem está entre todas as coisas. Desse modo, é possível inferir uma *definição intensiva* (HEGENBERG, 1974):

DEF. 3.17: A linguagem (λόγος) é um símbolo cujo *gênero* se materializa na forma (*voz*) como meio de expressar as diferenças de espécie.

O *Gênero* da *voz*, um *ser per se*, conecta-se à **DEF. 3.14**. As subdivisões *masculino, feminino e neutro* são materializadas na língua e constituem as diferenças de espécie e de forma. Desse conceito advêm as propostas aristotélicas de *correção da linguagem*: nesse sentido, a linguagem é uma entidade cujas propriedades lhe permitem estabelecer as diferenças, materializar o raciocínio, expressar a verdade lógica e imitar a natureza, os acontecimentos, as ações e as emoções humanas por meio da arte. Apenas nos contextos lógico e artístico a linguagem poderia apresentar simbolização absoluta do *Gênero* dos seres. O que norteia essa simbolização são os significados das coisas, atribuíveis nas *figuras de predicação*.

3.1.3. Aristóteles sobre Protágoras

Os escritos aristotélicos a respeito do *gênero* na linguagem dizem muito mais sobre o estagirita do que sobre Protágoras. Aristóteles abordou o *gênero* da língua grega em três obras, a saber, *Retórica*, *Elencos sofisticos* e *Poética*, mas apenas nas duas primeiras Protágoras foi citado. As referências a Protágoras são dúbias, mas procurar-se-á traçar hipóteses de análise nesta seção.

Protágoras, que viveu um século antes de Aristóteles, ficou conhecido como o mestre da arte do λόγος. Era o pioneiro do ensino pago, teria afirmado ser possível falar falso, ou seja, acreditava no poder da persuasão em detrimento da verdade. Aliando-se a uma visão naturalista (φύσις), segundo Platão, compartilharia com Heráclito a teoria do fluxo universal. Por outro lado, paradoxalmente, na mesma obra (*Crátilo*, 386 a-d; 391 b-c), Protágoras foi apontado como aquele que teria dito “O homem é a medida de todas as coisas”, o que o tornaria um adepto da concepção convencionalista (νόμος). A *correção da linguagem*, para Protágoras, partiria não da relação entre linguagem e verdade, mas sim do contraste entre linguagem e verossimilhança sustentado pela δόξα (opinião). Sua teoria do homem-medida refutaria o conceito de *verdade universal* ou *essencial*, concebido por Platão, que tornou Protágoras o principal representante do movimento dos sofistas e o responsável por toda a elaboração e sustentação de um discurso vazio e enfático, em oposição aos reais propósitos da filosofia. Assim Protágoras foi apresentado a Aristóteles e à tradição ocidental.

Em *Elencos sofisticos* (Σοφιστικοὶ Ἐλεγχοί), Aristóteles opôs-se aos sofistas, aqueles que, alheios à verdade, pretendiam vencer um discurso. Para isso, em um discurso, empregariam falso raciocínio (παραλογισμός), que apenas pareceria verdadeiro. Ἐλεγχοί tem sido traduzido por *Refutações*, o que é verdadeiro em certos contextos textuais, mas no título da obra também diz respeito a um inventário de estratégias usadas pelos sofistas. Cada uma dessas estratégias foi exposta e, em seguida, desmontada por Aristóteles, que não deixou de fazer prevalecer o que seria o real συλλογισμός ‘silogismo’.

Ἐλεγχοί ‘refutação’ seria um raciocínio cuja conclusão contradissesse a proposição do oponente (165 a 3-4). Os sofistas pareceriam refutar certos argumentos, mas não o fariam por muitas causas. Uma dessas causas ocorreria por meio dos nomes, que são símbolos (συμβόλοις), mas não são as coisas, já que, em uma discussão, não se podem trazer à presença os objetos; a semelhança entre nomes e coisas não existiria, mas a crença nessa semelhança permitiria o falar falso (165 a 8-10).

Aristóteles expôs que existiriam quatro tipos distintos de argumento (τῶ διαλέγεσθαι λόγων): os *didáticos* (διδασκαλικοί), que provariam por meio de princípios do conhecimento, e não por meio das próprias opiniões; os *dialéticos* (διαλεκτικοί), aqueles construídos em premissas plausíveis para chegar ao contraditório; os *tentativos* (πειραστικοί), que seriam construídos com base em premissas aceitas pelo respondente e que não poderiam ser ignoradas por quem presumisse ter conhecimento do assunto; os *erísticos* (εριστικοί), que se construiriam a partir de ideias aparentemente plausíveis, mas que não o seriam, para provar o que, de fato, não provariam (165 b 1-10).

Com base nos excertos, pode-se afirmar que:

DEF. 3.18: A *retórica* é um λόγος que pode ser verdadeiro ou falso, pois se vale da capacidade de representar não o *ser per se*, mas o que se afirma dele.

A *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) fundamenta-se no fato de que, para Aristóteles, a linguagem é apenas símbolo das coisas. No discurso, as palavras evocam, mas não trazem à presença as coisas, por isso é possível, por meio dela, revelar tanto a verdade quanto a falsidade.

Em *Elencos Sofísticos*, Aristóteles desenvolveu os *erísticos*, justamente os que seriam empregados pelos sofistas, que teriam cinco propósitos: a *refutação* (ἔλεγχος), a *falsidade* (ψεῦδος), o *paradoxo* (παράδοξον), o *solecismo* (σολοικισμός) e, por fim, saber reduzir o outro a dizer o mesmo (πέμpton). Dentre esses propósitos, o *solecismo*⁷³ seria o meio pelo qual o orador cometeria *barbarismos*⁷⁴ (τῇ λέξει βαρβαρίζειν) (165 b 11-22). Mais adiante, Aristóteles disse ser plenamente possível: a) cometer um erro; b) aparentar cometê-lo sem tê-lo feito; c) cometê-lo sem aparentar. Acrescenta:

ὁ Πρωταγόρας ἔλεγεν, εἰ ὁ μῆνις καὶ ὁ πῆληξ ἄρρενά ἐστιν. ὁ μὲν γὰρ λέγων οὐλομένην σολοικίζει μὲν κατ' ἐκεῖνον, οὐ φαίνεται δὲ τοῖς ἄλλοις, ὁ δὲ οὐλόμενον φαίνεται μὲν, ἀλλ' οὐ σολοικίζει. δῆλον οὖν ὅτι κἂν τέχνη τις τοῦτο δύναιτο ποιεῖν. διό πολλοὶ τῶν λόγων οὐ συλλογιζόμενοι σολοικισμόν φαίνονται συλλογίζεσθαι, καθάπερ ἐν τοῖς ἐλέγχοις. (*Elencos sofísticos*, 14 173 b 16-25)

⁷³ Conforme Chantraine (1968), o termo σολοικισμός teria sido formado a partir de Σόλοι, vila onde se falava mal o grego. Essa informação foi obtida pelo lexicógrafo na obra de Diógenes Laércio, que realmente fez essa observação, ao afirmar que os poucos atenienses que lá viviam “corromperam a pureza do dialeto ático, e por isso dizia-se que cometiam ‘solecismos’” (DIÓGENES LAÉRCIO, I 51).

⁷⁴ Palavras ou termos derivados de βάρβαρος ‘bárbaro’, aplicados à língua ou à cultura gregas, significam hábitos e modo de falar de estrangeiros. O sentido dessas palavras ou termos entende-se, na metalinguagem, a designação de falares que não seguem o helenismo.

Se, como Protágoras costumava dizer, cólera e elmo são masculinos, de acordo com ele, aquele que chama cólera de "destruidora" cometeu um solecismo, embora ele não aparente para quem quer que seja, mas aquele que chama de "destruidor" parece cometer um solecismo, mas não o faz. É óbvio, portanto, que alguém possa produzir esse efeito também pela arte; portanto, muitos argumentos parecem inferir um solecismo, quando eles realmente não o fazem, como acontece também com as refutações. (tradução nossa)

Muitos têm interpretado essa passagem como uma tentativa de Protágoras de corrigir o *gênero* dos nomes, seja com base em aspectos formais, já que *μῆνιν* e *πῆληξ* têm terminação de gênero masculino, seja por supostos aspectos semânticos centrados na crença de que os objetos designados pertenceriam a um universo masculino⁷⁵.

Uma outra interpretação vai na contramão do que até então foi dito. Lougovaya e Ast (2004, p. 275) mencionam que, no tempo de Protágoras, *Μῆνιν* era um nome próprio masculino e *Πῆληξ* era um nome comum dado aos habitantes de uma das subdivisões da Ática. De acordo com esses autores, Protágoras teria se referido à possível ambiguidade decorrente do emprego de um nome feminino no lugar de um nome masculino, ou seja, alguém querer se referir a uma pessoa específica ou a um habitante de uma cidade, mas empregar as palavras em *gênero* destoante. Ainda conforme os autores, essa interpretação seria explicada por meio de uma confusão na leitura do texto original aristotélico: “A confusão em torno da passagem em Aristóteles também pode ter sido agravada pelo fato de que nomes próprios geralmente não eram distinguidos dos nomes comuns em papiros e manuscritos⁷⁶ (2004, p. 275, nota 3).

De fato, Chantraine (1968) aponta a existência, no séc. VI a.C., de um *demo* (*δῆμος*) de nome *Πῆληξ*. Além disso, Fraser e Matthews (2000) catalogam *Μῆνιν* e *Πῆληξ* (respectivamente, p. 283 e p. 345), na obra *A Lexicon of Greek Personal Names*, ambos no *gênero masculino*⁷⁷. Se, por um lado, esses dados podem contribuir para a compreensão do *gênero*, na língua grega, por outro, o exemplo atribuído a Protágoras por Aristóteles apresenta o adjetivo *οὐλομένην*

⁷⁵ Cf. Gomperz (1928); Wackernagel (1922); Kerferd (1999); Blank (1998); Diógenes Laércio (IX, 52).

⁷⁶ Confusion surrounding the passage in Aristotle may also have been compounded by the fact that proper names were generally not distinguished from common nouns in papyri and manuscripts. (tradução nossa)

⁷⁷ Essa obra, dentre outras, é mencionada por Lougovaya e Ast (2004).

(acusativo, feminino), que alude aos versos da *Iliada*, apresentando-se como um impasse de difícil solução⁷⁸.

Uma terceira interpretação possível teria fundamento na guerra travada contra os sofistas. O erro em questão, nessa passagem, é o *solecismo*, que se associa, segundo Aristóteles, a uma das finalidades dos sofistas. Para vencer um discurso, seria possível enganar o outro de várias formas, mas o exemplo dado pelo estagirita refere-se ao gênero de οὐλομένην ‘destruidora’, palavra associada a μῆνιν ‘cólera’, na *Iliada* (I,1); já πῆληξ ‘elmo’ aparece com o adjetivo φαινή ‘brilhante’ (XIII, 805), embora este não mencionado no trecho. A pista para essa interpretação decorre do adjetivo mencionado, presente no primeiro verso da *Iliada*. De acordo com Aristóteles, Protágoras teria sugerido corrigir o gênero de μῆνιν e πῆληξ, uma vez que, na *Iliada*, os nomes apareceriam combinados a adjetivos no feminino.

Nesse sentido, do comentário de Aristóteles, pode-se inferir que, para vencer o discurso, assim como uma *refutação* poderia ser forjada a partir de um argumento, de fato, inexistente, uma *correção da linguagem* poderia ser artificialmente produzida para o mesmo fim: dentre outros erros, é possível cometer o erro quanto ao *gênero linguístico*, aparentar cometê-lo sem tê-lo feito ou, ainda, cometê-lo sem aparentar. Esse malabarismo linguístico, calcado no mundo das aparências, seria um modo persuasivo de adequar a linguagem como meio de vencer um discurso. Nesse malabarismo não haveria qualquer lógica, mas apenas um engano. O aparentar cometer ou o cometer sem aparentar estaria sujeito à capacidade de percepção do interlocutor. Por outro lado, à arte, parece ser lícito criar esse efeito.

Deve-se considerar também que esses comentários foram feitos em obra na qual o principal objetivo de Aristóteles era destruir os argumentos sofísticos. Um dos princípios fundamentais de Aristóteles, o princípio da não-contradição, era contrariado pelos sofistas que afirmavam ser possível falar falso. O assunto foi discutido tanto em *Elencos sofísticos* quanto no Livro Γ da *Metafísica*. Cabe salientar, também, que tudo o que se sabe de Protágoras vem da doxografia, uma vez que os textos originais protagóricos foram destruídos.

⁷⁸ As interpretações também servem para a reflexão: como não se sabe, ao certo, quais seriam as reais intenções de Protágoras, na correção do *gênero*, por tudo o que foi exposto, o assunto passa a ser discutido, mais tarde, a partir das ideias de Aristóteles. Ver-se-ão, em obras de gramática, comentários a respeito do *gênero linguístico* tanto no que se refere ao aspecto semântico quanto ao aspecto formal. No entanto, prevalece a relação entre *gênero* e sexo, justamente pelo exemplo dado por Aristóteles, na *Retórica* (III 1407b), assim como é hegemônico o estado da arte, ao qual é lícito corrigir o *gênero linguístico* ou o usar de forma expressiva, como se vê na *Poética* (XXI 1458a).

Platão e Aristóteles, embora tenham sido incluídos nos testemunhos sobre Protágoras, eram filósofos, não doxógrafos. Isso significa dizer que, em suas obras, a alusão a Protágoras, e aos sofistas de modo geral, não é feita por meio de citações textuais, tampouco ofereceu-se uma antologia. Há fragmentos teóricos de Protágoras tanto em Platão quanto em Aristóteles, mas esses fragmentos são expostos para serem refutados e, com isso, serem elaboradas suas próprias doutrinas. Isso significa dizer que a reconstrução do pensamento do sofista quanto ao gênero e à correção da linguagem, em rigor, é, por tudo o que foi apresentado, inconclusiva.

Protágoras também é mencionado como aquele que teria dividido os nomes em *masculino* (ἄρρενα), *feminino* (θήλεα) e *objeto* (σκεύη), conforme Aristóteles (*Retórica* III 1407 b). Aristóteles propôs que, em vez de σκεύη, se usasse μεταξύ ‘intermediário’⁷⁹ (*Elencos sofísticos*, 173 b 26 – 174 a 2). A proposta de mudança do termo decorreu da seguinte explicação: Aristóteles se refere à possibilidade existente, na língua, de referência a *masculino*, a *feminino* e a *neutro*. Disse que se alguém perguntasse Τί τοῦτο ‘O que é isto?’, poderia obter como resposta Καλλιόπη, ξύλον, Κορίσκος ‘Calíope, uma madeira, Corisco’, ou seja, o uso do pronome τοῦτο na pergunta estaria adequado, uma vez que o *gênero neutro* do pronome estaria devidamente associado ao *gênero neutro* de ξύλον. Por outro lado, terminações (τελευτᾶ) também eram inapropriadas ao que designavam, como na palavra masculina ἄσκόζ, "odre", e na feminina κλίνη, "cama", que eram objetos e tinham terminações típicas de nomes *masculinos* e *femininos*, respectivamente. Haveria inconsistência também em certos *casos* do neutro, idênticos ou ao *masculino* ou ao *feminino*. Em outras palavras, a língua, na visão aristotélica, apresentava diferentes formas necessárias para fiel designação dos seres, como era o caso dos nomes neutros ξύλον ‘madeira’ e σχοινίον ‘cordão’, apropriados ao que designavam, isto é, objetos. Por outro lado, o uso dessas formas nem sempre era adequado, e o *neutro*, por sua vez, apresentava *casos* iguais ou aos do *masculino* ou aos do *feminino*, por isso Aristóteles propõe o termo μεταξύ, um *intermediário* entre o masculino e o feminino.

Esse parece ser o ponto de partida para que Aristóteles discutisse propriedades formais e lógicas. Para ele, o uso adequado do *gênero* na língua seria um dos requisitos de *correção da linguagem*. No entanto, vale salientar que, de acordo com o que se sabe do sofista, Protágoras não era tomado como um exemplo a ser seguido; ao contrário, mesmo que o *gênero* devesse ser corrigido, o propósito da correção não seria o *solecismo*. Na *Retórica* (III 1407 b), expôs um exemplo desse uso:

⁷⁹ Οὐδέτερον, "nenhum dos dois", foi proposto pelos alexandrinos e adotado por Dionísio Trácio. Do termo alexandrino, calcou-se *neuter*, termo latino usado por Varrão (VIARO, 2011).

τέταρτον, ὥς Πρωταγόρας τὰ γένη τῶν ὀνομάτων διήρει ἄρρενα καὶ θήλεα καὶ σκεύη: δεῖ γὰρ ἀποδιδόναι καὶ ταῦτα ὀρθῶς: “ἢ δ’ ἐλθοῦσα καὶ διαλεχθεῖσα ὄχγετο.

O quarto [aspecto] consiste em distinguir o gênero das palavras, tal como Protágoras: masculino, feminino e objeto, pois, de fato, também isto é necessário aplicar corretamente. 'Tendo ela chegado e tendo ela terminado o seu discurso, foi-se'

A primeira teorização *lógica*, no mundo ocidental, foi elaborada por Aristóteles. Justamente por meio da lógica procurou não apenas se contrapor ao *paralogismo* (παραλογισμός) dos sofistas, mas também propor novas reflexões sobre a relação entre linguagem e realidade, então mediadas pelo pensamento. No trecho acima, sabe-se que se fala de uma mulher porque ἐλθοῦσα está no aoristo participio ativo feminino nominativo singular de ἔρχομαι, isto é, a forma verbal marca o gênero feminino.

Ademais, em *Elencos sofisticos* (166 b), Aristóteles, ao falar dos argumentos do discurso, sugere que o significado dependente das "formas de expressão" (σχῆμα τῆς λέξεως) pode ser impreciso quando um conceito é tomado por outro:

Οἱ δὲ παρὰ τὸ σχῆμα τῆς λέξεως συμβαίνουσιν ὅταν τὸ μὴ ταυτό ὡσαύτως ἐρμηνεύηται, οἷον τὸ ἄρρεν θῆλυ ἢ τὸ θῆλυ ἄρρεν ἢ τὸ μεταξύ θάτερον τούτων, ἢ πάλιν τὸ ποιόν ποσόν ἢ τὸ ποσόν ποιόν, ἢ τὸ ποιοῦν πάσχον ἢ τὸ διακείμενον ποιοῦν, καὶ τᾶλλα δ’ ὥς διήρηται πρότερον. ἔστι γὰρ τὸ μὴ τῶν ποιεῖν ὄν ὡς τῶν ποιεῖν τι τῇ λέξει σημαίνειν. οἷον τὸ ὑγιαίνειν ὁμοίως τῷ σχήματι τῆς λέξεως λέγεται τῷ τέμνειν ἢ οἰκοδομεῖν. καίτοι τὸ μὲν ποιόν τι καὶ διακείμενόν πως δηλοῖ, τὸ δὲ ποιεῖν τι. τὸν αὐτόν δὲ τρόπον καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων.

As refutações que dependem da forma de expressão ocorrem quando o que não é o mesmo é expresso na mesma forma; por exemplo, quando um masculino é expresso pelo feminino ou vice-versa, ou um neutro pelo masculino ou pelo feminino; ou novamente quando uma qualidade é expressa por uma quantidade ou vice-versa, ou um ativo por um passivo ou um estado por um ativo, e assim por diante de acordo com as distinções feitas anteriormente. Pois é possível que algo que não seja da natureza de uma ação signifique, por meio da linguagem, algo que seja da natureza de uma ação; por exemplo, "florescer" é uma forma de expressão como "cortar" ou "construir"; no entanto, o primeiro denota uma qualidade e uma certa disposição, a última uma ação. Assim também ocorre com os outros exemplos possíveis. (tradução nossa)

O princípio aplicado aos seres é o mesmo aplicado às formas de expressão. A οὐσία dos seres é a categoria primeira e a ela todas as outras se subordinam. As categorias subordinadas são as *figuras de predicação* e não podem ser tomadas uma pelas outras, ou seja, cada categoria tem em si sua essência e a língua deve expressá-la. Se o ser ontológico é feminino, a forma deve exprimir esse gênero, uma vez que aqui se pressupõe o estado da matéria, em que estão contidas as diferenças. Do mesmo modo, se a forma (língua) deve expressar o feminino, para isso recebe a terminação de feminino; nisso reside também a ideia de que a forma da língua apresenta um determinado estado

da matéria, sujeito à expressão das diferenças. O *gênero* é uma das predicções da οὐσία e se materializa, na língua, pelas formas de expressão.

Na *Poética* (XXI, 1458a), obra na qual Aristóteles procurou sistematizar o formato e a estética dos gêneros literários gregos, embora não seja um dos seus textos sobre lógica, o conceito de *Gênero* se aplica tanto às formas da arte quanto à linguagem empregada na arte. O conceito de *Mimese* (Μίμησις) é fundamental nessa obra: a arte seria o meio pelo qual a natureza, os acontecimentos, as ações e emoções humanas são imitados. A linguagem é um meio de imitação, por isso pode adquirir formas que representem os seres. Ao se referir ao gênero linguístico neutro (μεταξύ), Aristóteles organizou os nomes de acordo com suas terminações:

Αὐτῶν δὲ τῶν ὀνομάτων τὰ μὲν ἄρρενα τὰ δὲ θήλεα τὰ δὲ μεταξύ, ἄρρενα μὲν ὅσα τελευτᾷ εἰς τὸ Ν καὶ Ρ καὶ Σ καὶ ὅσα ἐκ τούτου σύγκειται (ταῦτα δ' ἐστὶν δύο, Ψ καὶ Ξ), θήλεα δὲ ὅσα ἐκ τῶν φωνηέντων εἰς τε τὰ ἀεὶ μακρά, οἷον εἰς Η καὶ Ω, καὶ τῶν ἐπεκτεινομένων εἰς Α· ὥστε ἴσα συμβαίνει πλήθει εἰς ὅσα τὰ ἄρρενα καὶ τὰ θήλεα· τὸ γὰρ Ψ καὶ τὸ Ξ σύνθετά ἐστιν. Εἰς δὲ ἄφωνον οὐδὲν ὄνομα τελευτᾷ, οὐδὲ εἰς φωνὴν βραχύ. Εἰς δὲ τὸ Ι τρία μόνον, 'μέλι', 'κόμμι', 'πέπερι'. Εἰς δὲ τὸ Υ πέντε, ***. Τὰ δὲ μεταξύ εἰς ταῦτα καὶ Ν καὶ Σ.

Dos nomes, alguns são masculinos, alguns femininos, alguns intermediários: masculinos são aqueles que terminam em Ν, Ρ, Σ e nas letras compostas por sigma (e são duas: Ψ e Ξ); femininos são os que terminam naquelas vogais que são sempre longas como Η e Ω ou em Α (das vogais que podem ser alongadas). Portanto, o número de terminações para os masculinos e os femininos é igual, já que Ψ e Ξ são compostos. Nenhum nome termina em vogal muda ou curta. Só três nomes terminam em Ι [I]: 'μέλι', 'κόμμι', 'πέπερι'. Em Υ, cinco *** Os nomes intermediários têm essas terminações, bem como Ν e Σ. (tradução nossa)

A classificação aristotélica negligencia outras tipologias de terminação atestadas no grego antigo: nomes neutros em -α ou em -ρ; femininos de mesma terminação dos masculinos, como -ν, -ρ e -ς; e consoantes duplas compostas de -ς (TEJERA, 1981). Ainda, de acordo com essa classificação, μῆνιν e πῆληξ seriam palavras de gênero masculino, o que corroboraria a correção feita por Protágoras. Essa constatação é mais uma evidência de que a discussão proposta por Aristóteles não se baseia na correção em si, mas principalmente nos motivos que levam à sua aceitação. A *correção da linguagem* deveria pautar-se: nas proposições, em que a linguagem representaria fielmente as propriedades do ser; ou na arte, em que a linguagem imitaria essas propriedades.

Logo, tem-se a seguinte *definição contextual* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.1):

DEF. 3.19: A *correção da linguagem* deve estar em consonância com a οὐσία, para expressão lógica, ou nas formas, por meio das quais a arte imita as propriedades dos seres.

No entanto, há evidências de que a língua grega real estava longe da lógica aristotélica. Uma delas encontra-se na obra *As Nuvens* (Νεφέλαι), de Aristófanes (Ἀριστοφάνης, c. 446-386 a.C.). Na comédia, o velho Estrepsíades encontrava-se endividado e culpava seu filho Fidípedes, cuja mãe era uma dama da aristocracia. Para resolver seus problemas sem nada gastar, resolveu procurar Sócrates a fim de que este lhe ensinasse o argumento mais justo. O personagem Sócrates de Aristófanes é ridicularizado, caricatural e apresenta as características dos sofistas. Em dado momento do diálogo, os ensinamentos dos sofistas vêm à tona e discutem-se os reflexos da divisão das palavras em *gênero*.

Em um certo momento do diálogo, Estrepsíades recebe uma censura, quando este procura Sócrates a fim de aprender a tornar mais forte o argumento mais fraco, em uma clara referência a Protágoras. Sócrates lhe diz que, inicialmente, ele deve aprender os nomes. Um dos exemplos de Sócrates envolve o substantivo ἄλεκτρον, usado para designar galo e galinha (660-671). No lugar desse substantivo, Sócrates propõe que seja usada a palavra ἀλεκτρύαινα, juntamente com a forma masculina existente ἄλεκτωρ, que se restringiu à linguagem poética. Como ambos os substantivos possuem terminações típicas dos dois gêneros, essa mudança estabelece uma correspondência não só entre sexo e gênero linguístico, mas também entre o significado, a morfologia e a sintaxe, com os dois substantivos usados com finais distintos e formas concordantes, como em ὁ ἄλεκτωρ, "o galo", e ἡ ἀλεκτρύαινα, "a galinha".

Na sequência do diálogo (680-693), Sócrates estabeleceu outra relação que tornou ainda mais confuso o que ele propunha ao seu interlocutor. Diz a Estrepsíades que ele deve distinguir, entre os nomes próprios, quais são os masculinos e quais são os femininos. Estrepsíades cita, então, uma sequência de nomes próprios de pessoas do sexo feminino: Λύσιλλα, Φίλινα, Κλειταγόρα, Δημητρία (Lisila, Filina, Clitagora, Demétria). As perguntas de Sócrates têm por objetivo levar Estrepsíades ao erro. Depois de perguntado quais seriam os nomes masculinos, Estrepsíades menciona outra sequência de nomes próprios de pessoas do sexo masculino: Φιλόξενος, Μελησίας, Ἀμυνίας (Filóxeno, Melesias, Aminias). No vocativo, os nomes Μελησίας e Ἀμεινιάς perdem o -ς e são pronunciados do mesmo modo que palavras de *gênero feminino* terminadas em -α. Por essa razão Sócrates afirma não serem nomes masculinos. Contudo, Estrepsíades novamente aparenta ignorar a suposta relação formal com o *gênero linguístico*, pois a correção de Sócrates o leva a questionar a masculinidade de um certo Aminias.

O diálogo é pilhérico, mas revela, sobretudo, a já apontada falta de correspondência entre *gênero linguístico* e a morfologia, em certos casos, e a associação entre *gênero linguístico* e sexo biológico.

Estrepsíades novamente aparenta ignorar a suposta relação formal com o gênero linguístico, pois não pensa na forma das palavras, mas naquilo que elas significam. Em sua visão, ele sabe quais são os nomes masculinos e femininos, não tem o que aprender.

Aristófanes desejava tripudiar do Sócrates real, então elaborou dele uma caricatura. Tal caricatura, conforme relato na *Apologia* (19 a-d), de Platão, teria levado Sócrates à má fama e embasado a acusação de Meleto (Μέλητος). Sócrates encarna Protágoras, pois é aquele capaz de ensinar o argumento mais forte e o mais fraco. Talvez, nessa representação, haja algum indício do que, de fato, pensava Protágoras a respeito dos *gêneros linguísticos*, além de trazer elementos da língua grega antiga.

Além disso, a maneira pela qual Estrepsíades reage às correções propostas por Sócrates evidencia o senso comum de um falante do grego, naquela época: primeiramente, parece não entender o que Sócrates propõe nas correções; ainda, se entende, parece não se importar de maneira alguma com o fato de não haver correspondência entre as formas das palavras e o sexo do referente.

A cena sugere que nem as correlações entre *gênero linguístico* e noções de *masculino*, de *feminino* e de *neutro*, propostas por Protágoras, nem aquelas divisões morfológicas elaboradas por Aristóteles aplicavam-se plenamente à língua grega. As discussões parecem evidenciar mais uma idealização de linguagem do que uma análise da língua propriamente dita. Ainda, não é possível apontar que Protágoras tenha sido aquele quem criou os termos para se referir ao *gênero linguístico* e às suas subdivisões.

3.2. O Gênero Linguístico na origem da Gramática Ocidental

3.2.1. Contextualização

O conjunto de obras que compõe a gênese da gramática ocidental é numeroso. Examina-se aqui, estritamente, como as análises de língua relacionadas ao *gênero linguístico* foram elaboradas por alguns autores (cf. § 2.1.4) com o intuito de apreender a conceituação, seja por meio de sentenças, seja por exemplos de língua. Para isso, devido à presença de certas discussões à época, como é o caso da polêmica entre a *analogia* e a *anomalia*, e da reconhecida influência da filosofia estoica, trata-se, primeiramente, da conceituação de termos oriundos desse cenário e necessários à compreensão do tratamento dado ao assunto.

3.2.1.1. Os conceitos de analogia e de anomalia

Na Antiguidade clássica, viu-se que a metalinguagem, de base filosófica, se ocupava de investigar a relação entre a linguagem e a realidade. Os pensadores dividiam-se entre os naturalistas, a quem as categorias linguísticas refletiriam as qualidades dos objetos, e os convencionalistas, que, face a *irregularidades* da linguagem, viam a correlação como convencional. A controvérsia envolveu duas questões interligadas: uma semântica, concernente à relação dos nomes com as coisas denotadas, e uma histórica, concernente à origem dos nomes, quer pela sua natureza, quer pela sua imposição.

Para Robins (1983, p. 14-15), as discussões oriundas dessa controvérsia foram relevantes para a fundamentação da teoria linguística e o exame mais atento da língua grega, cujos elementos linguísticos foram, pela primeira vez, decompostos e a estrutura, os significados e padrões formais das palavras foram vistos mais de perto. Ainda, para esse autor, o exame minucioso dos fatos linguísticos suscitou outro embate, que teria ocorrido entre filósofos estoicos e filólogos alexandrinos: de um lado havia os analogistas, que consideravam a linguagem como convencional, estruturada em paradigmas regulares; do outro, os *anomalistas*, atentos às inúmeras exceções e à multiplicidade de *irregularidades* que afetavam a natureza da linguagem, criação perfeita e superior.

Ao contrário do que ocorreu com a visão *naturalista* ou *convencionalista* da linguagem, que envolveu vários pensadores e deu origem a diversas obras em que se discutiam tais questões, essas ideias, em seu auge, não encontraram explanações teóricas por parte de quem as defendeu ou, se encontraram, as obras não sobreviveram. Apesar disso, Robins (1986, p.14) acredita que essa tenha sido a maior controvérsia da linguagem na Antiguidade. Para esse autor, a continuidade dessa disputa acirrou-se com Aristóteles, visto por ele como *analogista* (convencionalista), em oposição aos estoicos, vistos como *anomalistas* (naturalistas). O autor afirma:

Se analogia representa aristotelismo na teoria linguística e é consoante com a visão aristotélica da linguagem como convencional [...]; convenções ordenadas e sistematizadas vão servir de forma mais eficiente a seu propósito. Assim *analogia* está relacionada a *θέσις* e *anomalia* a *φύσις*, dois termos opostos em outra polémica linguística dos primórdios [...] Os estoicos afirmavam que a língua era um produto natural; isso estava em harmonia com a ênfase geral sobre a natureza [...] Se a fala é natural e não convencional em sua essência e em sua origem, então suas irregularidades, desarmonias e 'anomalias' não são menos uma parte apropriada da linguagem do que regularidades e 'analogias'.⁸⁰ (1986, p. 14)

⁸⁰ If analogy represents Aristotelianism in linguistic theory, it is consonant with the Aristotelian view of language as conventional (...); conventions that are orderly and systematic will more efficiently serve their purpose. Thus *ἀναλογία* is linked with *θέσις* and *ἀνωμαλία* with *φύσις*, two opposing terms in another early linguistic controversy (...) The Stoics asserted that language was a natural product; this

De acordo com esse entendimento, os estoicos serviram-se de uma explicação própria, segundo a qual a linguagem não seria o resultado de uma construção racional, mas haveria, na relação entre a palavra e a coisa, uma correspondência natural, entre regularidade e semelhança do objeto e regularidade e semelhança de sua expressão (NEVES, 2005, p. 106). Em contrapartida, os analogistas buscavam as regularidades formais nos componentes das palavras, que permitiam a sistematização da língua, assim como a relação entre forma e significado. Segundo Robins (1983, p. 16), “essas espécies de analogia constituem parte central da morfologia, e sem elas os paradigmas de diferentes classes e subclasses de palavras (declinações e conjugações em latim e grego) aos quais se reduzem os padrões regulares não poderiam ser descobertos”.

Alguns autores postulam que essa controvérsia nunca existiu. Blank e Atherton (2006, p. 352-354) acreditam que a tese estoica foi mal compreendida por estudiosos do século XIX. Segundos os autores, nessa época, empreenderam-se investigações com a finalidade de se chegar às origens do desenvolvimento gramatical e dos estudos literários, centrados nos alexandrinos, iniciando por Zenódoto e Aristófanes de Bizâncio, no séc. III, até o ápice representado por Aristarco da Samotrácia e seus discípulos, no séc. II; e os críticos textuais iniciados por Crates de Malos, contemporâneo de Aristarco. No *De Lingua Latina*, Crates e Crisipo são citados por Varrão, que argumenta contra Aristarco e a analogia. Crates havia estudado com Diógenes da Babilônia, que havia sido aluno de Crisipo. Por sua vez, Crisipo é conhecido por ter falado em *anomalias* na relação entre os nomes e as coisas denotadas. Essas relações, para os autores, fundamentaram o posicionamento dos estudiosos do século XIX, os quais “assumiram que a escola de Crates sustentava doutrinas ‘anomalistas’ derivadas dos estoicos” (BLANK e ATHERTON, 2006, p. 354).

Contudo, conforme os autores, esse posicionamento não se sustenta. Primeiramente, porque Varrão (*De Lingua Latina*, IX, 3) cita que não era a intenção de Aristarco promover a utilização de formas análogas que contrariassem o uso comum. Além disso, dizem, uma visão potencialmente *anomalista*, segundo a qual a linguagem não possuía *regularidades*, seria incoerente se partisse de um estoico, que via na linguagem uma manifestação da razão divina. Isso posto, acrescentam que não há nenhum testemunho em que se afirme que os estoicos, à semelhança de sua concepção semântica, tenham observado irregularidades formais na linguagem (BLANK e ATHERTON, 2006, p. 352-354)

was in harmony with their general emphasis on nature. (...) If speech is natural rather than conventional in essence and in origin then it follows that its irregularities, disharmonies and 'anomalies' are no less a proper part of language than the regularities and 'analogies'.
(tradução nossa)

Com efeito, testemunhos dão conta de que Crisipo tenha se referido à falta de correspondência entre forma e significado. Ele teria afirmado que a forma privativa da palavra ἄθνατος “imortal”, representada por ἄ-, não designa algo na realidade, pois, de fato, ninguém está privado de morrer e, mesmo quando se refira a deuses, estes nunca morrem, portanto não se pode dizer que estejam privados da morte⁸¹. Para haver negação, é preciso que haja possibilidade de afirmação, caso contrário, negar não faz sentido. Além disso, Crisipo teria questionado o fato de os nomes utilizados para se referir à divindade *lua* (Μήν, Σελήνη) possuírem gênero, pois uma divindade, como ser imanente, não possui sexo⁸². Crisipo também se tornou conhecido por se referir à homonímia, em que palavras de mesma forma possuem significados distintos, e a circunstâncias em que coisas parecidas são designadas por palavras diferentes⁸³. Diógenes Laércio (VII, 190-193) compila extensa bibliografia de Crisipo, cujos títulos apontam para discussões gramaticais, dentre os quais quatro se referem nitidamente a anomalias linguísticas: *Da Anomalia nas Expressões*, *a Díon* (quatro livros), *Dos Solecismos* (um livro), *Das Frases Solecizantes*, *a Dionísios* (um livro), *Das Expressões Insólitas* (um livro).

O embate entre *analogia* e *anomalia* ganha maiores proporções na obra de Varrão. No livro VIII, *De Lingua Latina*, o autor critica os adeptos à concepção *anomalista* da linguagem, contrários aos princípios de *regularidade* (*analogia*) na língua. No livro IX, combate os argumentos dos analogistas, contrários aos princípios de *irregularidade* (*anomalia*) na língua. Em ambos os livros, pela primeira vez são reunidos e expostos os argumentos das duas visões a respeito da língua. Finalmente, no livro X, Varrão acaba por reconhecer a validade e a importância das duas visões, dizendo que ambas devem ser consideradas no exame da língua.

O fato de haver, na obra de Varrão, inúmeros exemplos do que seriam as abordagens *analógica/anômala* da língua corrobora a interpretação segundo a qual tal dicotomia tenha existido. Contudo, qualquer argumentação que pretenda associar a *anomalia* aos estoicos encontrará

⁸¹ Simplicius. *In Aristotelis Categorias Commentarium*. K. Kalbfleisch, Berlim: Reimer, 1907 (apud. BLANK e ATHERTON, 2006). A obra original não se encontra no Brasil.

⁸² Philodemus. *On Piety*, pt. I. Oxford: Oxford University Press, 1996. Na passagem, Philodemus critica os princípios estoicos em relação aos deuses, especialmente os representados por Crisipo, a quem atribui a afirmação: "there are no male or female gods, (...) but being the same they are merely named in masculine or feminine fashion, like Selene or Men.". Não existem deuses masculinos ou femininos, (...) mas é o mesmo que eles sejam nomeados de um modo masculino ou feminino, como *Selene* ou *Mén*.

⁸³ C.f. Varrão (De Ling. Lat. IX, 1, 1), "*Chrysippo, homine acutissimo (...) reliquit peri ἄνωμαλία III libros (...) Chrysippus de inaequalitate cum scribit sermonis, propositum habet ostendere similes res dissimilibus verbis et dissimiles similibus esse vocabulis notatas*". Crisipo, homem perspicaz (...) deixou três livros "Sobre anomalia" (...) quando Crisipo escreve sobre a desigualdade do discurso, tem o propósito de manifestar que coisas semelhantes são denotadas com palavras dessemelhantes e que coisas dessemelhantes o são com palavras semelhantes. (tradução nossa)

obstáculos, isso porque a maior parte do que se sabe sobre suas doutrinas provém da doxografia, produzida de maneira muito mais interpretativa do que informativa. Além disso, a escassez da produção original se soma ao período compreendido pela filosofia estoica, desde o séc. II a.C., na Grécia, até Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio, no Império Romano, o que dificulta encontrar bases de pensamento consensuais entre seus seguidores.

Pretende-se, sobretudo, rediscutir os conceitos de *regularidade* e de *irregularidade*, fundamentais para a visão de língua naquele período. Por isso, nesta discussão, serão investigadas as possíveis influências da filosofia estoica e, sobejamente, a contribuição dada à visão do *gênero linguístico*.

Dois dos primeiros princípios de análise linguística, a *analogia* e a *anomalía*, estão implicados na controvérsia a respeito do modo de apreensão da linguagem humana, isto é, se a linguagem seria um fenômeno pertencente a φύσις (*natureza*) ou a νόμος (*convenção*). Embora não haja, entre os especialistas, um consenso sobre quais personagens históricos teriam adotado uma ou outra perspectiva, em relação ao *gênero*, é possível avaliar se existe, a rigor, uma implicação entre dois conceitos, como, por exemplo, entre *natureza* e *analogia*. Para isso, examinam-se, primeiramente, os termos *analogia* e *anomalía*.

DEF. 3.20: *Analogia* é um princípio de ordem e de regularidade da linguagem.

DEF. 3.21: *Anomalía* é um desvio em relação ao princípio de ordem e de regularidade da linguagem.

As definições aqui propostas são extraídas de uma *definição contextual* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2). Ambas as definições giram em torno de um conceito que se tem sobre a linguagem, “um princípio de ordem e de regularidade da linguagem”; um dos termos, *analogia*, é sua afirmação; o outro, sua negação. Está-se, portanto, diante de um impasse lógico: algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Por essa razão, pode-se dizer que não haveria possibilidade de elaboração de uma síntese das duas visões essencialmente opostas.

Essas visões opostas, quando combinadas à controvérsia *natureza* vs. *convenção*, podem, realmente, originar diferentes perspectivas de abordagem linguística:

A proporcionalidade obtida por meio desses cruzamentos revela não duas, mas quatro perspectivas de análise linguística. Pode-se ainda imaginar que houvesse aqueles que compartilhavam de uma visão concomitantemente *natural* e *convencional* da linguagem. Ou aqueles que não viam nem *analogia* nem *anomalía* na linguagem, embora apresentassem uma concepção *natural*, *convencional* ou ambas. Os estudos das civilizações evidenciam a coocorrência de inúmeras visões de mundo em um mesmo período.

Sabe-se que tanto gregos quanto romanos buscaram ou manter ou legitimar um modelo de identidade cultural e linguística calcado em valores e tradições. Nesse sentido, a análise linguística necessita do estabelecimento de parâmetros ideais, muitas vezes buscados na restituição de textos literários e em sua constante valorização e fixação. Esses parâmetros ideais podem muito bem ser advindos de uma visão segundo a qual uma certa forma de expressão apresentava estatuto de língua real, talvez também entendida como *natural*. Isso significa dizer que não haveria apenas dois grupos opostos, mas a oposição poderia ser bem mais acirrada do que se imagina. Recorrer a ideias de outras áreas do conhecimento poderia indicar um norte de reflexão.

3.2.1.2. Os conceitos de *dizíveis* e de *asseríveis* na filosofia estoica

O pensamento estoico influenciou a visão de língua na relação entre a expressão e o significado. Nesse sentido, Diógenes, o babilônico (c. 240-152 a.C.) teria dito que a função do artigo seria a de distinguir o *gênero* e o número dos nomes (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 58). Como não havia correspondência absoluta entre sexo e *gênero linguístico*, os estoicos teriam apontado o *gênero* como uma das *anomalías* da língua.

A filosofia estoica é dividida em três partes, a saber, a *física*, a *ética* e a *lógica*, que se inter-relacionam (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 39-40). Nenhuma dessas partes é considerada de maior importância em relação à outra, exceto por alguns. No entanto, os estoicos afirmavam que apenas o sábio é o dialético legítimo e que ele deve se servir da *lógica* para conhecer e saber empregar

plenamente a *física* e a *ética* (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 83). A dialética é, portanto, parte da lógica.

A dialética estoica pressupunha a *verdade* da palavra (ἔτυμον). De acordo com Diógenes Laércio (VII, 43), compreende dois campos de atuação:

(...) o campo das coisas significadas compreende de um lado a doutrina de sua apresentação e do outro a doutrina de seus elementos constituintes, as proposições enunciadas (independentes ou simples predicados), e termos similares ativos ou passivos, gêneros e espécies e também palavras, tópicos, silogismos e sofismas determinados pela linguagem ou pelo assunto.

As relações entre as palavras e as coisas continuavam sendo motivo de discussão. Palavras são formas e as coisas significam. A teoria estoica das *coisas significadas* era um caminho de compreensão da linguagem. Tem-se assim uma definição:

DEF. 3.22: A dialética subdivide-se em campo das coisas significadas, doutrina de sua apresentação e doutrina de seus elementos constituintes.

As *definições explícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “a doutrina de sua apresentação” e “a doutrina de seus elementos constituintes” foram elaboradas por meio de dois outros conceitos, um deles subdividido, os quais precisam ser analisados por meio de *definições contextuais*.

Quanto às apresentações, Diógenes Laércio (VII, 51) informa que algumas são apreendidas por sensações, ou por meio dos órgãos sensoriais, as quais se formam “com base no existente e têm nossa aprovação e nosso consenso”. Já outras, segundo ele, são captadas pelo pensamento e pela razão; no entanto, dentre estas, há “as aparências que se nos mostram como se proviessem do existente”. Ainda, segundo o historiador, a apreensão da realidade, seja por meio dos órgãos sensoriais, seja por meio da razão, permite a aquisição de “noções gerais por meio de circunstâncias acidentais, ou por meio de semelhança, ou por meio de analogias, ou por meio de transposição, ou por meio de composição, ou por meio de oposição” (VII, 52). Têm-se, portanto, as seguintes definições:

DEF. 3.23: A *apresentação* é uma apreensão por meio de sensações ou dos órgãos sensoriais, que se formam com base na aprovação e no consenso.

DEF. 3.24: A *apresentação* é uma apreensão por meio do pensamento e da razão.

DEF. 3.25: Os *elementos constituintes* são as proposições enunciadas, os termos similares ativos ou passivos, os gêneros, as espécies, as palavras, os tópicos, os silogismos, os sofismas determinados pela linguagem ou pelo assunto.

Há, nas definições (DEF. 3.24) e (DEF. 3.25), duas formas de apreender *as coisas significadas*: por meio dos sentidos sensoriais, influenciados pela aprovação e pelo consenso, e por meio da razão e do pensamento. Ambas as definições, que são *condicionais* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), evocam a percepção e o pensamento como meio de captar as coisas. Já em (DEF. 3.25), a definição é *extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), reunindo os elementos pertencentes às proposições. Assim, decorre que uma *coisa significada* é uma junção dos meios de captação e de expressão.

A busca etimológica, de cunho filosófico, leva os estoicos a efetuarem, na prática, um estudo da língua. A prática adotada versava sobre a busca de *analogias* na língua, base em que se apoiaria, posteriormente, a gramática. Blank e Atherton (2006, p. 350), apesar de contrários a uma tese *anomalista* advinda da doutrina estoica, consideram que as pesquisas etimológicas empreendidas pelos estoicos se relacionavam à busca das origens da linguagem como parte de uma caracterização filosófica geral, mas também e especialmente, na confluência entre significante e significado. Ademais, para os autores, é possível verificar a aplicabilidade desses princípios à gramática prescritiva, aquela a serviço do helenismo, entre os gregos, e da *latinitas*, entre os romanos.

A lógica estoica é uma lógica proposicional⁸⁴, da qual se inferem as relações entre itens que possuem a estrutura de proposições, os *asseríveis* (ἄξιόματα), portadores primários de valor de verdade. Divide-se em duas partes, a *teoria dos argumentos* e a *teoria dos asseríveis*, a partir dos quais constroem-se os argumentos (BOBZIEN, 2006, p. 95). Os estoicos concebem os seguintes termos: os *disjáveis* (λέκτα), dentre os quais, os *disjáveis completos* e os *incompletos*: os *disjáveis* se situam entre os sons vocálicos e o próprio mundo, são os significados subjacentes ao pensamento racional, os quais subsistem mesmo quando não são ditos nem pensados (BOBZIEN, p. 95-96); os *disjáveis completos* em si mesmos são os enunciados completos, tais como “Sócrates escreve”; os *disjáveis incompletos* são expressões inacabadas, como “escreve”, em que há imprecisão de conteúdo (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 63; BOBZIEN, 2006, p. 96).

Os *disjáveis completos* permitem a distinção entre um objeto físico e suas propriedades, estas entendidas como partes físicas do objeto sem nenhum resquício metafísico. As formas das palavras fornecem informações sobre a correlação entre o objeto e suas propriedades e contribuem para o sentido da sentença. O conjunto (ou sequência) de proposições resulta em argumentos que, se plausíveis, exprimem articuladamente conexões do mundo físico. Blank e Atherton (2006, p. 349)

⁸⁴ Na lógica, o termo *proposição* refere-se a um enunciado a que são aplicados múltiplos valores de verdade, tais como verdadeiro e falso. Os elementos básicos que compõem uma proposição são o sujeito e o predicado.

interpretam que as “propriedades não-acidentais dos dizíveis estão presumivelmente imunes a mudanças, de um modo em que as palavras e suas propriedades não estão”.

Os *asseríveis* incluem-se entre os *dizíveis completos*, mas o que os diferencia é que os primeiros podem ser afirmados na medida em que tão-somente concernem a si mesmos; os *asseríveis* não são, em essência, afirmações, mas podem ser afirmados (assim como os dizíveis subsistem mesmo quando não são ditos), aliás, esta é sua função primária e peculiar (BOBZIEN, 2006).

Bobzien (2006, p. 97) esclarece a questão a respeito do que significa, na lógica estoica, afirmar um *asserível*. Em uma sentença: “Se Díon caminha, Díon movimenta-se”, há três *asseríveis*, a saber, 1) Díon caminha, 2) Díon movimenta-se, 3) o valor condicional composto pelos dois *asseríveis* anteriores. O único que efetivamente se asseire é o condicional, e os outros dois foram genuinamente ditos.

A afirmação de um *asserível* ocorre na seguinte circunstância: o próprio *asserível* e alguém que o afirma. Na concepção estoica, esse alguém exerce um papel racional de mediador entre o *asserível* e sua afirmação; no entanto, o *asserível* subsiste sem que se tenha exercido esse papel, daí a noção de que concerne a si mesmo, isto é, apenas dele próprio se trata, a qual exclui a condição de haver alguém que o afirme.

Afirmar um *asserível* está além de pronunciar uma sentença que o expresse (BOBZIEN, p. 96-97). A função do *asserível* pressupõe haver nele um valor de verdade, o que não existe, por exemplo, em interrogações, indagações e similares (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 68). Os estoicos entendem que verdade e falsidade são atributos dos *asseríveis*, mas acreditam também que esses atributos são mutáveis, isto é, algo que é verdadeiro em certa circunstância pode deixar de sê-lo em outra. Assim, o *asserível* “é dia” só é verdadeiro quando for dia, mas não o será se for proferido à noite (DIÓGENES LAÉRCIO, VII, 65).

Os *asseríveis* pertenciam a duas categorias, os *simples* e os *não-simples*, estes definidos como compostos por mais de um *asserível* e aqueles como os que não são não-simples⁸⁵. Segundo Bobzien, (2006, p. 98), os critérios para a categorização dos *asseríveis*, se foram relatados, não chegaram até nós. Para a autora, é evidente que uma classificação gramatical das sentenças não se situa abaixo desses critérios, já que a essência dessa tipologia é lógica.

⁸⁵ Na filosofia estoica, a negação verdadeira é formada pela anteposição do *não*; logo, não prevê a pressuposição da afirmação. Pressupor uma afirmação para, então, negá-la é uma ambiguidade na concepção estoica.

Isso conduz a uma problemática, pois, de acordo com ela, “a única via de acesso aos asseríveis é a linguagem, mas não há correspondência biunívoca entre os asseríveis e as sentenças declarativas”. Assim, duas sentenças diferentes podem produzir o mesmo *asserível*, o que poderia trazer dificuldades em sua identificação: qual *asserível* é expresso? Para Bobzien, a busca pela eliminação de ambiguidades determinaria o tipo de *asserível* expresso pela sentença, por isso teriam adotado a regulamentação da linguagem. A padronização da linguagem permitiria identificar as propriedades lógicas dos *asseríveis* e de suas partes por meio da análise das expressões linguísticas empregadas (2006, p.99).

Quanto às definições buscadas, nas proposições, estão os *dizíveis*, *completos ou incompletos*, e os *asseríveis*. O *asserível* é um tipo de *dizível completo*, mas se difere de sua categoria porque concerne a si mesmo, não é afirmação, mas pode ser afirmado. No *asserível* encontram-se os valores de verdade, que mudam de acordo com as circunstâncias. Os *dizíveis* são os significados anteriores ao pensamento, que existem mesmo quando não são nem ditos nem pensados, porque se situam entre os sons vocálicos e o mundo. Deduz-se que os *dizíveis completos* se relacionam com a **DEF. 3.23** (A apresentação é uma apreensão por meio de sensações ou dos órgãos sensoriais, que se formam com base na aprovação e no consenso); e os *asseríveis* com a **DEF. 3.24** (A apresentação é uma apreensão por meio do pensamento e da razão). Assim, têm-se as seguintes definições:

DEF. 3.26: Os *dizíveis*:

- situam-se entre os sons vocálicos e o próprio mundo, são os significados subjacentes ao pensamento racional;
- permitem a distinção entre um objeto físico e suas propriedades;
- subsistem mesmo quando não são ditos.

Logo,

- as formas das palavras fornecem informação sobre a correlação entre o objeto e suas propriedades;
- as propriedades dos *dizíveis* são imunes à mudança, já as palavras e suas propriedades não o são.

DEF. 3.27: Os *asseríveis*:

- são portadores primários de valores de verdade;
- podem ser afirmados porque concernem a si mesmos.

Logo,

- os valores de verdade e de falsidade dos *asseríveis* são mutáveis, porque dependem das circunstâncias;

- a afirmação de um *asserível* implica a relação entre o *asserível* e alguém que o afirme, embora não seja uma condição haver alguém que o afirme.

As definições dos termos estão envoltas em uma série de conceitos provindos da *lógica* estoica. São, portanto, *explicitas*, uma vez que esses conceitos são expressos em sentenças e subjazem seus sentidos, mas também são *implicitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), porque dependem de uma *rede intelectual* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1).

O exame dos elementos constituintes das proposições é, conforme visto, feito em parte pela busca etimológica das palavras. Essa busca pode ter fornecido a consciência necessária para ver, na língua, um conjunto de *regularidades*, afora as *irregularidades*.

3.2.2. Análises e definições

3.2.2.1. Dionísio Trácio

A abordagem gramatical, em grego, iniciou-se pelos alexandrinos, entre os séculos III e II a.C. até o séc. II d.C. O estudo filológico da linguagem constituiu-se a base da gramática e, no âmbito geral, embora a dicotomia *analogia* vs. *anomalía* tenha sido questionada quanto a serem pertencentes, respectivamente, aos alexandrinos e aos estoicos, são evidentes as questões envolvendo a linguagem no que tange à necessidade de elaborar normas de correção e preservar textos clássicos.

De acordo com Dionísio Trácio (c. 170 – 90 a.C.), “Gramática é o conhecimento empírico do comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores⁸⁶” (Γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὥς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων) (ΠΕΡΙ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΗΣ, 1). Desse conhecimento empírico, surgiram não apenas os termos usados até os dias atuais, mas também ideias sobre a função do *gênero* na língua e o grau de regularidade na atribuição de *gênero* quanto à forma e ao significado.

Matthaios (1999, p. 273-274) afirma que Aristarco (c. 217-145 a.C.) comentara a respeito de nomes que possuíam a mesma forma, isto é, as mesmas declinações, mas que apresentavam um distinto gênero comum (κοινός), sinalizado pela anteposição do artigo. Dionísio Trácio, que teria

⁸⁶ Tradução de CHAPANSKI, Gissele. *Uma tradução da Tékhne Grammatikē, de Dionísio Trácio, para o português*. Orientador: José Borges Neto. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

sido seu aluno, apresentou em sua *Περὶ Γραμματικῆς*, a definição de classes de palavras levando em consideração critérios formais e semânticos. Por exemplo, os *nomes* (ὄνομα) caracterizam-se pela variação de caso (πτωτικόν) e pela significação (σημαίνω), que poderia ser abstrata ou concreta (ΠΕΡΙ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΗΣ, 12).

Quanto ao *gênero*, os termos usados por Dionísio Trácio são os mesmos citados por Aristóteles (*Retórica*, 1407b), exceto o *neutro*, chamado pelo estagirita de σκεύη: “Há três gêneros, masculino, feminino e neutro”⁸⁷ (Γένη μὲν οὖν εἰσι τρία· ἀρσενικόν, θηλυκόν, οὐδέτερον); além dos mencionados termos relativos ao gênero *comum* (κοινόν) e ao *epiceno* (ἐπίκοινον) (ΠΕΡΙ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΗΣ, 12). Essa terminologia permanece por séculos sendo usada, ao menos, em todo mundo ocidental, e fomenta até os dias atuais as discussões a respeito das supostas irregularidades na morfologia.

Naquela época, segundo Lallot (1997, p. 14, v.2), o trabalho desenvolvido pelos alexandrinos foi fundamentalmente de crítica textual, mas serviram para “a elaboração racional de uma metalinguagem de descrição e a formulação de regras que presidem o funcionamento da língua”⁸⁸. Lallot acrescenta que, enquanto a Aristarco e a seu discípulo Dionísio Trácio deve-se o auge do comentário filológico, “a reflexão linguística sistemática que caracteriza a própria *tékhnē* continua a se desenvolver nos séculos seguintes e culminará precisamente com Apolônio”⁸⁹ (1997, p. 14-15, v.2).

Dionísio Trácio apresenta um texto essencialmente descritivo, do qual não se podem extrair definições. Contudo, suas classificações e termos são adotados por todos os demais autores estudados.

3.2.2.2. Apolônio Díscolo

Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) representa o auge do pensamento gramatical grego, o que evidencia a importância de se estudar seu legado. Além disso, diferentemente de Dionísio Trácio, que elaborou uma obra mais descritiva das formas, dos processos e das regras da linguagem, ele foi mais argumentativo. Ainda, costumava citar a visão de outros autores, dentre eles os estoicos.

⁸⁷ Tradução de Chapanski (2013), cf. nota 86.

⁸⁸ ‘Élaboration raisonnée d’un métalangage de description et la formulation des règles présidant au fonctionnement de la langue ». (tradução nossa)

⁸⁹ “la réflexion linguistique systématique caractérisant en propre la tékhnē continue à se développer dans les siècles qui suivent et ne culminera, précisément, qu’avec Apollonius”. (tradução nossa)

Argumentou que o *gênero* seria, na língua, um dispositivo para explicitar uma especificação semântica e dêitica (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 77).

Apolônio Díscolo acreditava na ordem e na regularidade da língua (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 13) de tal forma que, para o alexandrino, a premissa pode ser considerada um axioma (Lallot, 1997, 19, nota 51, v.2). Para o autor, a observação da língua em sua tradição e a *analogia* das formas que a compunham seriam a base para a obtenção de regras e princípios (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 60). Assim, enumerou os elementos linguísticos que, de acordo com sua interpretação, comprovariam essa *regularidade*, a começar pela ordem das letras do alfabeto. Segundo ele, esse mesmo princípio estabeleceria uma ordenação dos três *gêneros linguísticos*, sendo primeiro o *masculino*, em seguida o *feminino* e, em terceiro, o *neutro*, que ele entendia como a negação dos anteriores (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 13). Não há explicação, por parte do autor, dos princípios que norteariam tal ordenação, nem há qualquer menção a substantivos *sobrecomuns* ou *epícenos*.

Como dito anteriormente, Apolônio Díscolo foi bastante argumentativo em todas as suas exposições. Assim, ao se referir à ordem das letras do alfabeto ou ao conceber uma dada ordenação aos *gêneros*, era de se esperar que, como em todas as demais aduções, apresentasse as suas razões, mas não o fez. Isso permite acreditar que ele concebia a *regularidade* como um fato natural da língua, em que sons (representados pelas letras) e propriedades dos seres seria matéria captada pelos órgãos sensoriais. A *regularidade* seria manifestada como imanência e, como tal, não sofreria intervenção humana. A intervenção humana estaria, como se verá, na produção das sentenças.

Em Diógenes Láércio (VII, 58), encontra-se a informação segundo a qual os estoicos afirmaram que uma das funções do artigo é a de distinguir o gênero dos nomes. Em seu estudo sobre o artigo, Apolônio Díscolo mostrou-se contrário a essa tese (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 37), afirmando que abordara o assunto em seu tratado *Sobre os Gêneros*⁹⁰, mas que seria preciso resgatar alguns argumentos com o propósito de refutar a opinião que circulava a respeito do assunto (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 38). De fato, a concepção de que o artigo teria a função de marcar o gênero do substantivo ainda é corrente em nossa era, pois a menção é encontrada em manuais de gramática e em estudos linguísticos recentes. Apolônio Díscolo considerou o artigo como um determinante, ou seja, aquele que tem por função indicar um referente⁹¹ supostamente conhecido do ouvinte ou

⁹⁰ A obra a que Apolônio se refere não sobreviveu.

⁹¹ O uso do termo *referente* designa as ontologias.

retomar um referente já mencionado, ambos os usos em situações discursivas. Nessas circunstâncias dêiticas ou anafóricas, discute-se o papel da marca de *gênero*.

Em Apolônio Díscolo encontra-se a maior influência estoica. As definições que se referem ao *gênero linguístico*, nesse autor, só podem ser obtidas pelos exemplos dados no exame da língua. Assim, os valores de verdade dos *asseríveis* estão presentes na atribuição do papel dos *gêneros linguísticos* e amalgamam-se com sua visão de *regularidade* plena da língua. Podem-se reunir as seguintes funções para o gênero linguístico:

- evidencia a consonância com a *verdade dialética* (ἔτυμον), quando marcado nos nomes;
- tem a função de especificar o referente, indicando o indivíduo ou a espécie e suas propriedades captados pelos sentidos sensoriais.

Segundo a concepção de Apolônio (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 39), nenhuma parte da frase teria a função de eliminar a ambiguidade de outra parte da mesma frase, mas cada uma delas remeteria a um significado que lhe fosse próprio. Mesmo que não faça menção aos estoicos, tal concepção está evidentemente associada aos princípios de valores de verdade dos *asseríveis*. Assim, de acordo com Apolônio, a confusão que poderia haver entre os *gêneros* seria dissipada pela circunstância discursiva, ainda que faltasse o artigo. Ele exemplificou com a frase:

σώφρων ούσα Ἑλένη ἥρπαγη ὑπὸ Ἀλεξάνδρου

sendo casta, Helena foi raptada por Alexandre (tradução nossa)

Para Apolônio, a possibilidade de ambiguidade, na frase, seria desfeita pelo contexto discursivo (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 39). Depreende-se de sua afirmação que, caso houvesse a menção a dois indivíduos do sexo masculino, haveria ambiguidade. Tal dedução é possível, já que, na sintaxe grega, σώφρων possui a marca de gênero feminino (o que não ocorre com ούσα), possibilitando relacionar a informação à Ἑλένη. Na possibilidade aventada, ter-se-ia algo como “sendo sábio, Menelau foi rejeitado por Alexandre”, construção que impede saber com precisão se o sábio seria Menelau ou Alexandre. A solução dada por ele converge com o conceito de mutabilidade dos *asseríveis*, em que os valores de verdade e de falsidade estão sujeitos à realidade circunstancial.

Se, em certos casos, o contexto discursivo desfaz a ambiguidade, para Apolônio, em outros, isso não ocorrerá (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 39). O autor cita outro exemplo:

ἐκ τῶν θεῶν ἐπεκλώσθη Ὀδυσσεὶ τὸ μὴ θανεῖν κατὰ θάλασσαν

pelas divindades foi tramado para Ulisses de não morrer no mar (tradução nossa)

Apolônio considerou que, na frase acima, porque o artigo no plural (τῶν) não evidencia marca de *gênero*, apesar de sua presença, não é possível saber se há referência aos deuses ou às moiras ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 39).

O autor expõe que não se poderia cair no erro de considerar que determinada palavra tivesse sido criada para corrigir a ambiguidade por meio da distinção dos *gêneros*. Refere-se a τῶν, genitivo plural de três *gêneros*, e τοῖν, genitivo ou dativo plural de três *gêneros*, isto é, que não se aplicam a um único *gênero*⁹². Desse modo, para ele, a ambiguidade do *gênero* poderia ser desfeita pela palavra vizinha, como em τῶν Μουσῶν (as Musas), em que a marca de *gênero* ocorre na referência empreendida pelo substantivo feminino Μουσῶν. Apolônio Díscolo deduziu, após essa análise, que os nomes teriam sido idealizados, por necessidade, para discernir o *gênero* do artigo (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 40).

Apolônio Díscolo quer dizer que essa não seria a função primária do artigo, o que não significa dizer que não possa ser usado para tal fim, de acordo com as necessidades de designação do referente. Sobre a questão, o autor afirmou que seria preciso colocar um artigo diante de palavras cujo *gênero* fosse ambíguo e não o fazer diante de palavras cujo *gênero* fosse marcado por elas mesmas, como em: ὁ θεός (deus, precedido de artigo masculino), ἡ θεός (deus, precedido de artigo feminino); ὁ ἵππος (cavalo, precedido de artigo masculino), ἡ ἵππος (cavalo, precedido de artigo feminino); mas não em γυνή (mulher), porque esta palavra já contém em si o sentido do *gênero*. Ele, portanto, refutou a afirmação estoica, que alegava ser função do artigo distinguir o *gênero* dos nomes. Para ele, os artigos teriam uma função anafórica, ou seja, a de apresentar a pessoa anteriormente mencionada (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, I, 43).

Por sua vez, Apolônio Díscolo considerou que a presença do *gênero* em pronomes estaria relacionada a suas funções discursivas. Tratou de duas questões: por que o pronome rejeitaria a declinação (regular nominal) e por que apenas alguns deles o fariam (nomeadamente o verdadeiro pronome pessoal, mas não o demonstrativo e outros pronomes anafóricos de terceira pessoa) (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, II, 22). Atribuiu a ausência da marca de *gênero* e de declinação nos pronomes pessoais à necessidade de indicar apenas a identidade do referente em uso dêitico ou anafórico (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, II, 24).

⁹² Na atual nomenclatura, seria chamado de *sobrecomum*.

No entanto, quanto ao *gênero* ter sido introduzido em alguns pronomes, especificamente, ἐκεῖνος e αὐτός (demonstrativos), ele disse que esses pronomes significavam um certo afastamento de quem falava. Nesse distanciamento, o *gênero* teria a função não de especificar a essência dos referentes, mas sim para discriminar o sexo (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, II, 26).

Apolônio Díscolo interpreta o *gênero* como um recurso usado para explicitar uma especificação semântica e pragmática. O *gênero* é considerado uma propriedade obrigatória do caso nominativo, pois tem a função de representar a particularidade característica de um referente, indivíduo ou espécie (ΠΕΡΙ ΣΥΝΤΑΞΕΩΣ, II, 23, 24), aquela entendida como uma propriedade física do objeto/referente, apreendida pelos órgãos sensoriais, isto é, a distinção física entre o sexo masculino ou feminino. Nesse sentido, os nomes que mantêm tais propriedades estão em consonância com os *διζήveis*, que, de acordo com a lógica estoica, são imutáveis, e as formas das palavras podem fornecer informações sobre o objeto e suas propriedades (cf. § 3.2.1.2).

Ao indicar a função do gênero na língua, Apolônio Díscolo propicia uma *definição operativa* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 3.28: O *gênero* é uma marca nos nomes que tem função dêitica ou anafórica de indicar o referente em consonância com a *verdade dialética*.

Se o *gênero* não for marcado nos nomes (ou pronomes), o artigo pode assumir essa função, embora não seja esse o seu papel. A permuta de funções ocorre porque, ainda que o artigo não indique o *gênero* dos nomes, apresenta, como o *gênero*, função dêitica e anafórica. Assim, só deve ser-lhe atribuída essa função se, e somente se, a situação discursiva exigir uma referência precisa para evitar a ambiguidade. Como cada frase apresenta um significado próprio, o *gênero*, quando necessário, deve estar presente em cada elemento de cada frase, indicando o referente: nesse caso, o artigo não o substitui plenamente, por isso é preciso escolher um nome cujo *gênero* esteja marcado. Fica, portanto, evidente a concepção de Apolônio Díscolo, quando ele destaca o papel semântico desempenhado pelo *gênero linguístico* e o quanto essa semântica se relaciona com o sexo dos indivíduos, entendido como uma de suas propriedades.

3.2.2.3. Sexto Empírico

Ao contrário de Apolônio Díscolo, que enfatizou a funcionalidade do *gênero linguístico*, Sexto Empírico (180-200 d. C.), em sua obra *Contra os gramáticos* (ΠΡΟΣ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΟΥΣ), ofereceu ampla evidência de sua natureza arbitrária como parte de seu ataque a gramáticos e a seus critérios

de correção. Na maior parte da seção "Sobre o nome" (142-155) abordou os problemas da língua relacionados ao gênero gramatical. Primeiro, concentrou-se em dois sentidos da expressão "por natureza", que teria manifestação idêntica a um grito de dor ou de prazer, ou o *gênero linguístico*, sendo originário da natureza, afetaria a percepção humana, independentemente de os homens considerarem algo *masculino*, *feminino* ou *neutro*. Com essas assertivas, Sexto Empírico contrariou a teoria dos estoicos. Ainda, posicionando-se contra uma explicação natural do significado dos nomes, apontou divergências entre os gramáticos e a falta de inteligibilidade mútua entre as línguas.

Sexto Empírico baseou-se numa série de *irregularidades* na expressão do *gênero*. No excerto a seguir, ele menciona a oscilação do *gênero* atribuído a nomes e a ausência de correspondência entre *gênero* e *sexo*:

[148] τὰ δὲ αὐτὰ ὀνόματα οὐ πᾶσιν ἐστὶ τὰ αὐτά, ἀλλὰ τοῖς μὲν ἄρρενικὰ τοῖς δὲ θηλυκὰ τοῖς δὲ οὐδέτερα· οἷον Ἀθηναῖοι μὲν τὴν στάμνον λέγουσι θηλυκῶς, Πελοποννήσιοι δὲ τὸν στάμνον ἄρρενικῶς, καὶ οἱ μὲν τὴν θόλον οἱ δὲ τὸν θόλον, καὶ οἱ μὲν τὴν βῶλον οἱ δὲ τὸν βῶλον, καὶ οὐ διὰ τοῦτο οὗτοι ἢ ἐκεῖνοι λέγονται ἀμαρτάνειν· [149] ἕκαστος γάρ, ὡς τεθεμάτικεν, οὕτω χρῆται. καὶ οἱ αὐτοὶ δὲ διαφόρως ταῦτα ὅτε μὲν ἄρρενικῶς ἐκφέρουσιν ὅτε δὲ θηλυκῶς, λέγοντες τὸν λιμόν καὶ τὴν λιμόν. οὐκ ἄρα φύσει τῶν ὀνομάτων τὰ μὲν ἄρρενικὰ τὰ δὲ θηλυκὰ, ἀλλὰ κατὰ θεματισμὸν τὰ μὲν τοιαῦτα γίνεται τὰ δὲ τοιαῦτα. [150] καὶ μὴν εἴπερ φύσει τῶν ὀνομάτων ἦν τὰ μὲν ἄρρενικὰ τὰ δὲ θηλυκὰ, ὥφε<ι>λον αἱ ἄρρενικαὶ φύσεις αἰεὶ ποτε ἄρρενικοῖς ὀνόμασι προσαγορευέσθαι καὶ αἱ θηλυκαὶ θηλυκοῖς καὶ αἱ μῆτε ἄρρενικαὶ φύσεις μῆτε [αἱ] θηλυκαὶ οὐδετέρως. [151] οὐχὶ δὲ τοῦτο, ἀλλὰ καὶ τὰς ἄρρενικὰς φύσεις θηλυκῶς καλοῦμεν καὶ τὰς θηλυκὰς ἄρρενικῶς καὶ τὰς οὔτε ἄρρενικὰς οὔτε θηλυκὰς ἦτοι ἄρρενικῶς ἢ θηλυκῶς, οὐχὶ δὲ οὐδετέρως· οἷον κόραξ μὲν λέγεται ἀετός κώνωψ κάνθαρος σκορπίος μῦς ἄρρενικῶς καὶ ἐπὶ τοῦ θήλεος, καὶ πάλιν χελιδὼν χελώνη κορώνη ἀκρίς μυγαλὴ ἐμπίς καὶ ἐπὶ τοῦ ἄρρενος τὴν φύσιν θηλυκῶς· (ΠΙΡΟΣ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΟΥΣ, 148-151)

[148] E os mesmos nomes não são da mesma forma para todos, mas para alguns são masculinos, para outros femininos ou neutros. Por exemplo, os atenienses dizem *stámnos* ('jarro') como feminino, os peloponésios no masculino; e há os que dizem que *thólos* ('rotunda') é masculino e há os que dizem que é feminino; e uns dizem *bolos* ('monte') no masculino e outros no feminino. E não é por isso que se pode dizer que algum deles esteja equivocado. [149] Porque a palavra é usada tal como foi-se impondo. E, às vezes, até os mesmos grupos usam a mesma palavra ora no masculino ora no feminino, e dizem *limos* ('fome') tanto no masculino quanto no feminino. Portanto, disto se conclui que por natureza os nomes não são masculinos ou femininos, mas é por irem-se impondo de tal forma que se tornam uma coisa ou outra. [150] E o fato é que, se os nomes fossem 'por natureza' femininos ou masculinos, necessariamente as naturezas masculinas receberiam sempre nomes masculinos, e as femininas nomes femininos, e as que não fossem nem masculinas nem femininas ganhariam nomes neutros. [151] Mas não é esse o caso: chamamos coisas naturalmente masculinas com nomes femininos, e o contrário; e, ao que não é nem masculino nem feminino, damos nomes masculinos ou femininos, e não neutros. Como é o caso com *koraks* ('corvo'), *aetos* ('águia'), *konops* ('mosquito'), *kantharos* ('besouro'), *skorpíos* ('escorpião'), *mus* ('rato'), para os quais o nome masculino serve também para a fêmea. E o contrário com *kelidon* ('andorinha'), *kelone* ('tartaruga'), *korone*

(‘corvo’), *akeris* (‘grilo’), *mugale* (ratazana), *empis* (‘mosquito’), em que se diz o nome feminino para o que é masculino por natureza⁹³.

A falta de correspondência entre sexo e *gênero linguístico* foi ilustrada por Sexto Empírico com exemplos de *epícenos masculinos* e *femininos*, por exemplo *ἀετός* (águia), *μῦς* (rato), do *gênero masculino*, e *χελιδών* (andorinha), *ἐμπίς* (mosquito) do *gênero feminino*, bem como dois exemplos de substantivos inanimados atribuídos a um *gênero não neutro*, *στῦλος* (coluna) e *κλίνη* (leito) (ΠΡΟΣ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΟΥΣ, 151-152). Sexto Empírico argumentou que, se um gramático fosse confrontado com erros na atribuição dos inanimados, diria que as atribuições são incorretas, quer com base na natureza, quer no uso. Acrescentou que isso provaria que pertencer a um *gênero* ou a outro seria indiferente, pois o *gênero* teria sido imposto pelo uso (ΠΡΟΣ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΟΥΣ, 153).

Sua crítica retoma a controvérsia *natureza* vs. *convenção* e ele aposta que a língua se situa no uso que se faz dela. Não há necessariamente, em sua exposição, uma definição de *gênero linguístico*, mas seu relato é uma crítica dirigida contra a concepção de que os *gêneros* dos nomes são atribuídos por natureza: por meio dos diferentes usos regionais, ficaria evidente a atribuição convencional.

3.2.2.4. Varrão

Marcus Terentius Varro (116-27 a.C.) foi um dos mais importantes, especialmente porque sua obra *De Lingua Latina* é o principal testemunho da existência das discussões sobre *analogia* e *anomalia*: a ausência de regularidade do *gênero linguístico* foi um dos assuntos abordados como fatos da língua que sustentavam a controvérsia⁹⁴. Ainda, a abordagem varroniana da língua latina não foi uma simples aplicação dos preceitos gregos.

Varrão (VIII, 63) disse que Aristarco e seus seguidores esforçavam-se para encontrar a analogia nos *casos*, mas que alguns nomes possuíam apenas três formas, como *praedium*, *praedii*, *praedio* (propriedade); outros, quatro formas, como *mel*, *mellis*, *melli*, *melle* (mel). Seu principal objetivo era argumentar contra a *analogia*, isto é, contra a *regularidade* absoluta da língua.

Por esse motivo, dedicou-se, no livro VIII, a expor tudo o que a língua latina apresentava de *irregular*. A *analogia* foi analisada nas partes da oração (*oratio*), que seriam quatro: “a que tem caso,

⁹³ Tradução de PREZOTTO, Joseane. Sexto Empírico: *Contra os gramáticos*. Introdução, tradução e notas. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Letras) - Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

⁹⁴ Nesta seção, a abordagem da obra varroniana será limitada ao *gênero linguístico*. Um estudo sobre os termos *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria* será apresentado na seção 4.3.1.

a que tem tempo, a que não tem nenhum dos dois e a que tem ambos⁹⁵” (*in eam quae habet casus et quae habet <tempora et quae habet> neutrum et in qua est utrumque*). A parte *que tem caso* foi chamada de *appellandi* (nomear); a que tem tempo, de *dicendi* (dizer); a que não tem nenhum dos dois, de *adminiculandi* (auxiliar); a que tem ambos, de *iungendi* (juntar) (VIII, 44). Taylor (1974, cap. 2) interpreta essa exposição varroniana como uma divisão de classes de palavras – nome, verbo, advérbio e partícipio – feita com base em critérios puramente formais, em oposição a Dionísio Trácio, que teria considerado, segundo interpretação do autor, noções semânticas. Não faz parte dos objetivos desta tese discutir a concepção das classes de palavras, mas cabe esclarecer que, de fato, os comentários feitos por Varrão permitem afirmar que noções formais foram consideradas.

Segundo Varrão, a classe *appellandi* era dividida em quatro: *prouocabula* (*quis* ‘masc.’, *quae* ‘fem.’, pronomes indefinidos); *uocabula* (*scutum* ‘escudo’, *gladium* ‘espada’, substantivos comuns); *nomina* (*Romulus*, *Remus*, substantivos próprios); e *pronomina* (*hic* ‘masc’, *haec* ‘fem’, pronomes demonstrativos) (VIII, 45). Varrão, então, apresentou outra associação: *uocabula* e *nomina* constituiriam a classe *nominatus*, cujos elementos “devem ser individualmente tríplices quanto ao gênero, número e caso: quanto ao gênero, podem ser masculinas, femininas ou neutras” (*singulatim triplicia esse debent quod <ad> sexum, multitudinem, casum: sexum, utrum virile an muliebre an neutrum sit*).

Ainda que a proposta de tradução do excerto acima se valha dos termos *gênero*, *masculino* e *feminino*, é preciso observar os termos latinos usados por Varrão: *sexūs* “sexo, gênero”, *vīrilis* “viril, masculino” e *mūliēbris* “feminino”. Existem várias ocorrências do termo *gēnūs*, de que provém *gênero*, no português, mas, em *De Lingua Latina*, esse termo tem sempre o sentido de *origem*.

Ao contrário do que possam transparecer essas escolhas lexicais, Varrão tinha noção de que *gênero linguístico* e *sexo biológico* eram elementos diferentes. Sua interpretação de certas tendências da língua também evidencia uma visão preponderante sobre a forma, embora o significado seja mencionado. Para Varrão, o *gênero* era estabelecido com base na convenção e no uso. Essa noção fica evidente quando ele comenta a identidade de formas relativas a nomes próprios e a seres inanimados, bem como a diferença entre o significado do *gênero* e o significado do ser designado:

Sic dici virum Perennam ut Alfenam muliebri forma et contra parietem ut abietem esse forma similem, quo<m> alterum vocabulum dicatur virile, alterum muliebre et utrumque

⁹⁵ As traduções de todos os excertos varronianos citados nesta seção são de: VALENZA, Giovanna Mazzaro. *De Lingua Latina, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos Livros VIII, IX e X*. Orientador: José Borges Neto. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

natura neutrum sit. Itaque ea virilia dicimus non quae virum significant, sed quibus proponimus hic et hi, et sic muliebria in quibus dicere possumus haec aut hae. (IX, 41)

Assim dizemos que um homem se chama *Perpenna*, como *Alfena*, com forma feminina, e, ao contrário, *paries* ‘parede’, como *abies* ‘abeto’, como sendo formas semelhantes, embora o primeiro vocábulo se diga como masculino, e o segundo como feminino, e ambos sejam por natureza neutros. Assim, as palavras que usamos como masculinas não são as que significam um homem, mas as que anunciamos depois de *hic* ‘este’ e *hi* ‘estes’, e assim as coisas femininas podemos anunciá-las depois de *haec* ‘esta’ ou *hae* ‘estas’.

Nomes próprios masculinos terminados em *-a*, de fato, é uma constância. Na 1ª declinação, a grande maioria das palavras é do *gênero feminino*, segundo informações de obras lexicográficas. Algumas palavras de *gênero masculino* pertencentes à 1ª declinação designam funções sociais comumente desempenhadas, naquela época, por homens: *pōeta* ‘poeta’, *āgrīcōla* ‘agricultor’, *nauta* ‘marinheiro’, *scriba* ‘escriba’. Afora os comentários a respeito da relação entre forma e significado, Varrão observou a função dêitica dos demonstrativos, que serviriam também para indicar o sexo do referente. A dissociação entre *gênero* e sexo fica representada na seguinte passagem:

In quis figuris non ea similia dicemus quae similis res significant, sed quae ea forma sint, ut eius modi res similis ex instituto significare plerumque sole<a>nt, ut tunicam virilem et muliebrem dicimus non eam quam habet vir aut mulier, sed quam habere ex instituto debet: potest enim muliebrem vir, virilem mulier habere, ut in scaena ab actoribus haberi videmus, sed eam dicimus muliebrem, quae de eo genere est quo indutui mulieres ut uterentur est institutum. Ut actor stolam muliebrem sic Perpenna et Caecina et <S>purinna figura muliebria dicuntur habere nomina, non mulierum. (X, 27)

Entre estas figuras não diremos que são semelhantes as palavras que significam coisas semelhantes, mas aquelas que são de tal forma, que na maior parte das vezes costumam significar coisas semelhantes por convenção, como quando chamamos de túnica masculina e túnica feminina não aquela que um homem ou uma mulher está usando, mas a que devem usar por convenção: pois pode um homem usar a túnica feminina e a mulher a masculina, como vemos ser feito em cena pelos atores, mas chamamos de túnica feminina aquela que é do tipo que as mulheres têm o costume de vestir. Como um ator pode usar uma estola feminina, assim também é dito que Perpenna, Caecina e Spurrinna têm nomes que estão na forma feminina, mas não é dito que são nomes de mulheres.

A metáfora empregada por Varrão serve para mostrar que a linguagem pode ser comparada a vestes. Como as roupas que se usam, a linguagem é apenas aparência, pois pode enganar: um homem pode vestir-se de mulher, assim como uma mulher, de homem. A palavra pode ter a aparência ou forma masculina, sendo feminina; ou forma feminina, sendo masculina. A essência não é aparência; a aparência pode iludir. Apenas o costume determina a identificação entre forma e significado; o uso determina que *Perpenna*, *Caecina* e *Spurrinna* sejam nomes masculinos. Em suma, esses aspectos da contribuição de Varrão são especialmente notáveis no contexto das questões discutidas, uma vez que sua intenção jamais foi corrigir a língua, bem ao contrário de seus coetâneos.

Na tradição latina, Varrão vale-se de argumentos muito semelhantes aos de Sexto Empírico, mas seu objetivo é discutir outra controvérsia, a *analogia* e a *anomalia*. Sua atenção, então, é voltada às formas da língua, nas quais ele aponta *regularidades* e *irregularidades*. A teoria linguística varroniana serve-se das definições de *analogia* e de *anomalia* (DEF. 3.20, DEF. 3.21), apontadas em 3.2.1.1, em consonância com a concepção de que linguagem é convenção, sem qualquer contradição, uma vez que sua interpretação se baseia em fatos da língua, e não em conceitos preestabelecidos. Assim, ele justifica o paradoxo da coexistência da *analogia* e da *anomalia* por meio da convencionalidade da linguagem e não deseja corrigi-la. Não há, no *De Lingua Latina*, qualquer definição que possa ser aplicável ao *gênero*.

3.2.2.5. Quintiliano

Marcus Fabius Quintilianus, (c. 35-95 d. C.), em sua *Institutio oratoria*, não considerava cuidadoso o professor que falasse de ἐπίκοινα, ou seja, palavras “nas quais os dois sexos são designados pela mesma forma”⁹⁶ (*in quibus sexus uterque per alterum apparet*) (1. IV, 24). Esse termo, na tradição grega, designava aquilo que, para os romanos, traduziu-se por *epicoena nomina* “substantivos epicenos”, no contexto gramatical, mas Quintiliano, nessa passagem, traduziu-o por *promiscua (nomina)*. O adjetivo *promiscuus*, a, um também tinha o sentido de ‘confuso, indistinto, vulgar’ (GAFFIOT, 2016 [1923]), assim como ἐπίκοιν-ος, -ον (LIDDEL e SCOTT, 1940). O termo, em grego, já designava algo ‘comum a todos, popular’, o que pode levar a crer que, aplicado à língua, havia sido empregado como referência a um uso irregular. Deduz-se que Quintiliano considerava incomum o fato de haver, na língua, palavras cuja forma apontasse para um único sexo, mesmo que pudessem ser usadas para se referir a ambos. Considerava incomum também haver nomes próprios “que com desinências femininas indicam homens ou com formas neutras significam mulheres, como *Murena* e *Glycerium*” (*quae feminina positione mares aut neutral feminas significant, quali sunt Murena et Glycerium*) (1. IV, 24).

No latim, o uso do *gênero linguístico* se mostrava oscilante não apenas no uso popular, mas em autores consagrados, aqueles que seriam o exemplo de erudição. Quintiliano, ao expor os chamados *vícios* (*vitia*, plural de *vitium*), entre os quais estava o *solecismo* (*solecismus*), amenizou a crítica a Virgílio quanto a um *vício*:

⁹⁶ As traduções das passagens de Quintiliano são de BASSETTO (2015), em QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Ed. Unicamp, 2015, Tomo 1. Outra tradução mais literal dessa passagem poderia ser: “em que cada um parece do outro sexo”.

Nam etiam qui complexu orationis accidere eum confitentur, quia tamen unius emendatione verbi corrigi possit, in verbo esse vitium non in sermone contedunt; cum, sive *amarae corticis* seu *medio cortice* per genus facit soloecismum (quorum neutrum quidem reprehendo, cum sit utriusque Vergilius auctor; sed fingamus utrumlibet non recte dictum), mutatio vocis alterius, in qua vitium erat, rectam loquendi rationem sit redditura, ut *amari corticis* fiat vel *media cortice*. Quod manifestae calumniae est; neutrum enim vitiosum est separatim, sed compositione peccatur, quae iam sermonis. (1, V, 34-35)

De fato, mesmo os que reconhecem que ele acontece no contexto do discurso contudo insistem que o erro está na palavra, uma vez que pode ser evitado pela correção de um único termo, e não no discurso, porque se comete o solecismo pelo gênero, como em *amarae corticis* (de casca amarga) ou em *medio cortice* (em verdade não critico nenhum dos dois, sendo Virgílio o autor de ambos: mas imaginemos que cada um não tenha sido expresso corretamente), a alteração da outra palavra, na qual estava o erro, haveria de restabelecer o modo correto de falar, a fim de que resulte *amari corticis* ou *media cortice*. Isso é uma intriga manifesta: isoladamente, nenhum dos dois está errado, mas erra pelo conjunto, que já pertence ao discurso.

O *solecismo*, no latim *sōloecismus*, é de origem grega, *σολοικισμός*, termo surgido, primeiramente, em Aristóteles (*Retórica*, 173b), mas também mencionado pelo estoico Crísipo (DIÓGENES LAÉRCIO, VII 190-193). Tanto Aristóteles quanto Crísipo mencionaram haver erro na atribuição do *gênero* a certas palavras, e o mais interessante é que, em ambos os casos, faziam menção a Homero. Quintiliano também parece relevar o suposto erro, cometido por um célebre poeta, mas não deixa de apontar a necessidade de correção, assim como fizeram Aristóteles e Crísipo. É preciso observar que Crísipo se referia exclusivamente ao significado; já Quintiliano parecer sugerir a forma como meio para isso.

Quintiliano afirmou que existiriam regras peculiares à fala e à escrita, pois a linguagem deveria fundamentar-se na razão (*ratio*), no tempo (*vetustas*), na autoridade (*autoritas*) e no uso (*consuetudo*), ou seja, que esses fundamentos seriam sustentados pela *analogia* (*analogia*) e pela etimologia (*etymologia*) (1, VI, 1). A *analogia*, atrelada à autoridade (dos oradores e dos historiadores), seria a principal fonte de sapiência para buscar, em caso de dúvida, o que era semelhante, comparando-se principalmente as últimas sílabas (1, VI, 2-4). Quintiliano, então, sugeriu um modo de se descobrir o *gênero* dos nomes:

Comparatio in nominibus aut genus deprehendit aut declinationem; genus, ut si quaeratur, *funis* masculinum sit an femininum, simile illi sit *panis*; declinationem, ut si veniat in dubium, *hac domu* dicendum sit an *hac domo* et *domuum* an *domorum*: similia sint [*domus*] *anus*, *manus*. (1, V, 5-6)

Nos nomes a comparação descobre o gênero ou a declinação: o gênero, caso se procure saber se *funis* é masculino ou feminino, que se compare com *panis*; a declinação: como se surgir a dúvida se se deva dizer *hac domu* ou *hac domo* e *domuum* ou *domorum*, que se comparem *domus*, *anus* e *manus*.

Nesse excerto, evidencia-se que a *declinação* era, então, percebida pela variação das últimas sílabas das palavras. Como isso, em grande medida, também determinava o *gênero* a que pertenciam,

compará-las seria um modo de usá-las corretamente, segundo sua visão. Essa proposta equivale à classificação feita por Aristóteles, na *Poética* (XXI, 1458a), conforme tratado em § 3.1.3.

Quintiliano fundamenta suas observações sobre o *gênero linguístico* no uso; no entanto, esse uso atrela-se a concepções de *autoridade*, *razão* e *tempo*. A *analogia* não vem da *natureza*, mas depreende-se outro entendimento a seu respeito, o que permite uma definição contextual (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 3.29: A *analogia* é um princípio regular da linguagem fundamentado no uso que oradores e historiadores fazem da língua.

Essa concepção permitiu-lhe suavizar a crítica feita a Virgílio, em cuja obra havia encontrado um evidente *solecismo*, isto é, o erro na atribuição do *gênero* a certas palavras. Contudo, as noções de *razão* e de *tempo* parecem sugerir que havia consciência de mudanças, ainda que ele não tivesse definido esses termos. Vale observar que Quintiliano, além de ter sugerido meios para se descobrir os *gêneros* das palavras – a comparação de suas terminações – disse também que os pronomes poderiam indicá-los.

Quintiliano tinha por objetivo educar e formar oradores: o caráter didático de suas observações – uma vez que se ensina aquilo que não se sabe – permite deduzir que romanos apresentavam muitas dúvidas a respeito de declinações e de *gênero*, dentre outras. O fato de haver dúvidas leva a crer que a língua real, ou seja, aquela realmente calcada no uso cotidiano, deveria ser bastante distinta da pretendida.

3..2.2.6. Donato

Outra obra de caráter didático, uma vez que foi escrita em forma de diálogo entre o professor e seu aluno, é *Ars minor* (Arte menor) de *Aelius Donatus*, (c. 350 d. C.). Em continuidade com outros autores, Donato concebeu que o *gênero* seria manifestado pela anteposição, no caso do latim, de pronomes (*pronomina*) *hic*, *haec*, *hoc* (respectivamente, *masc.*, *fem.*, e *neutro*) (GL IV, 355⁹⁷); além disso, apresentou uma discussão sobre o *gênero* envolvendo *solecismo* (GL IV, 393-394).

Sua inovação reside no fato de ter se baseado efetivamente em noções semânticas para discutir detalhadamente as discrepâncias, em sua concepção, havidas entre forma e significado.

⁹⁷ As citações sobre Donato provêm de: KEIL, Heinrich (ed.). *Grammatici latini*. Leipzig: Teubner, 1855. vl. IV, da qual se indicam volume e página.

Donato disse que os *gêneros* dos nomes (*genera nominum*) seriam quatro, *masculino* (*masculinum*), *feminino* (*femininum*), *neutro* (*neutrum*), *comum* (*commune*):

sed ex his vel principalia vel sola genera duo sunt, masculinum et femininum. nam neutrum et commune de utroque nascuntur. est etiam trium generum commune, quod omne dicitur, ut hic et haec et hoc felix. est epicoenon vel promiscuum, quod sub una significatione marem ac feminam comprehendit, ut passer aquila. (GL IV, 375)

Mas dois deles são mais importantes, o masculino e o feminino. Com efeito, o neutro e o comum originam-se de ambos. Há também o comum de três gêneros, dito para todos, como *hic, haec, hoc felix*. Há o epiceno, ou indistinto, que sob uma significação compreende o macho e a fêmea, como *passer* [pardal], *aquila* [águia]. (tradução nossa)

Na passagem acima, fica evidente que Donato não se refere às formas das palavras, mas ao significado. Em sua concepção, há apenas dois *gêneros*: o termo deve ser interpretado como “aquele que gera”. O *masculino* e o *feminino* geraram outros: o *neutro*, que significa “nem um nem outro”; o *comum*, que é “um ou outro”. No caso do *comum de três gêneros*, que “é dito para todos”, a distinção semântica é feita por meio dos pronomes *hic, haec, hoc*⁹⁸. Mas o chamado *epiceno*, “indistinto”, parece significar ser impossível discernir o sexo do ser designado.

Mais uma evidência a respeito da preponderante concepção semântica de Donato pode ser extraída dos exemplos por ele mencionados. Quando forma e significado são cotejados, certas formas contradizem o gênero comumente atribuído:

sunt praeterea alii sono masculina, intellectu feminina, ut Eunuchus comoedia, Orestes tragoedia, Centaurus navis; alia sono feminina, intellectu masculina, ut Fenestella scriptor, Aquila orator; alia sono neutra, intellectu feminina, ut Phronesium mulier vel Glycerium; alia sono feminina, intellectu neutra, ut poema schema; alia sono masculina, intellectu neutra, ut pelagus vulgus. (GL IV, 375)

De outro modo, outras [palavras] são masculinas no som e femininas no sentido, como comédia *Eunuchus*, tragédia *Orestes*, nau *Centaurus*; outras são femininas no som, masculinas no sentido, como escritor *Fenestella*, orador *Aquila*; outras são neutras no som, femininas no sentido, como [nome de] mulher *Phronesium* ou *Glycerium*; outras são femininas no som, neutras no sentido, como *poema* [poema], *schema* [esquema]; outras são masculinas no som, neutras no sentido, como *pelagus* [mar], *vulgus* [povo]. (tradução nossa)

Donato demonstra, nessa passagem, certa incoerência. Os nomes próprios, como *Fenestella*, *Aquila*, *Phronesium* e *Glycerium*, são atribuídos a pessoas cujo sexo não está representado no som das palavras. A falta de correspondência entre o ser e o som também pode ser aventada, no caso de *poema*, *schema*, *pelagus* e *vulgus*, tendo-se em vista sua própria explicação quanto ao significado de

⁹⁸ Nesse sentido, vale observar que o exemplo dado por Donato é *felix*. No latim, há *fēlix* ‘feliz’, palavra empregada nos três gêneros, mas cuja declinação só é distinta no neutro plural. Há também *fēlix* ‘fértil, fecunda’, normalmente empregada para se referir a árvores que dão frutos, por isso interpretada como sendo do gênero feminino. No entanto, a leitura dos verbetes em Gaffiot (2016 [1923]) sugere que a distinção de significado é feita apenas pelo contexto discursivo, uma vez que não há diferença formal nos casos.

neutro “nem um nem outro”. Nesse sentido, os seres representados por essas palavras não são nem masculinos nem femininos. No entanto, esse mesmo raciocínio não se aplica aos demais exemplos: Donato afirma não haver correspondência entre as formas femininas, *tragoedia* e *comedia*, e os nomes masculinos atribuídos a essas obras, *Eunuchus* e *Orestes*; logo, nesse caso, não se comparam o ser e sua expressão, mas sim são cotejadas as duas expressões que se referem ao ser. Hipoteticamente, poder-se-ia afirmar que, no entendimento de Donato, os seres designados pelas palavras *tragoedia* e *comedia* são femininos, mas esse pensamento parece superado se forem considerados os comentários feitos sobre as palavras *schema* e *poema*. De qualquer modo, há incoerência nessas observações feitas pelo autor.

Em Donato, embora não haja uma definição de *gênero linguístico*, observa-se uma possível influência aristotélica quanto ao entendimento do que vem a ser *gênero*: “aquele que gera”. Com base nessa compreensão, elabora uma interpretação segundo a qual o *gênero linguístico* deveria ser compatível com a *natureza* do ser, caso contrário, comete-se o *solecismo*. Donato fala de *gênero comum*, que seria aplicável a todos os seres, e do *epiceno*, cujo significado apontaria tanto para o macho quanto para a fêmea dos animais. Entende também que pronomes servem para revelar o *gênero* dos nomes.

3.2.2.7. Prisciano

Priscianus Caesariensis (500 d.C.) aplicou critérios nocionais ao estudo sobre os gêneros, nas *Institutiones grammaticae*. No livro V, Prisciano seguiu gramáticos anteriores e estabeleceu dois *gêneros* principais, isto é, *masculinos* e *femininos*, provindos, segundo ele, da *ordem natural* (*ratio naturae*); além disso, apresentou uma extensa lista de terminações (*litterae terminales, terminationes*) associadas aos gêneros⁹⁹ (GL II: 141-171). As correlações entre *gênero*, *terminação* e *declinação* também foram exemplificadas por Prisciano, na obra *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, em que fez uma descrição formal das partes flexíveis da fala (GL III: 443-448), enquanto em *Partitiones*, uma gramática de análise em formato de perguntas e respostas, forneceu informações gramaticais sobre o *gênero* dos nomes nas primeiras linhas da *Eneida* (GL III: 461, p. ex.).

Prisciano, igualmente fundamentado em critérios semânticos e partidário da concepção *natural* da língua, procura discutir a correlação, ou sua ausência, entre *gênero*, *terminação* e *declinação*.

⁹⁹ As citações baseiam-se em: KEIL, Heinrich; HERTZ, Martin (ed.). *Grammatici latini*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2009 [1855]. vl. III, da qual se indicam o volume e o número da página.

3.3. O Gênero Linguístico na Antiguidade Clássica

O objetivo desta etapa da pesquisa era investigar o conceito de *gênero linguístico* na Filosofia da Linguagem e avaliar o tratamento dado a essa categoria na Gramática da Antiguidade Clássica. Nas seções anteriores, a extração das definições propiciou a compilação de uma *rede terminológica*. Nesta seção, expõem-se os resultados do exame teórico, embasado em Swiggers (2004; 2010) e as definições pautadas em Hegenberg (1974) para, então, propor uma reflexão fundamentada na Conceitografia de Frege (1891; 1892a; 1892b; 1895).

No quadro a seguir reúnem-se as definições obtidas por meio do exame teórico. O objetivo dessa sistematização é resgatar os termos pertencentes à *rede intelectual*, embora, na sequência, alguns outros parâmetros, já apresentados nas análises, também sejam retomados no desenvolvimento da discussão.

Conceitos compartilhados	
λόγος	(DEF. 3.1) é a área da linguagem e da formulação linguística, portanto fala, discurso, descrição, declaração, afirmação, prova.
	(DEF. 3.2) é a área do pensamento e dos processos mentais, portanto reflexão, raciocínio, justificação, explicação etc.
	(DEF. 3.3) é a área do mundo, aquilo de que somos capazes de falar e pensar, portanto princípios estruturais, fórmulas, leis naturais.
Conceitos sofisticos	
retórica	(DEF. 3.4) é uma ‘arte do λόγος’, que se serve de aparência e crença, em oposição a ἔργον (fato).
correção da linguagem	(DEF. 3.5) é um meio de conciliar o discurso, a percepção, a opinião e a verossimilhança.
Conceitos platônicos	
retórica	(DEF. 3.6) é o caminho do conhecimento e da verdade.
correção da linguagem	(DEF. 3.7) é o meio de restituir seu caráter <i>mimético</i> de representação do conhecimento e da verdade.
Conceitos aristotélicos	
linguagem	(DEF. 3.17) é um símbolo cujo gênero se materializa na forma (ῥοζ) como meio de expressar as diferenças de espécie.
vozes	(DEF. 3.8) são símbolos das afecções da alma.
predicação	(DEF. 3.9) é uma proposição.
definição	(DEF. 3.10) é o λόγος [linguagem] pelo qual [se diz] a essência do ser.
ser per se	(DEF. 3.12) diz-se que são todas as coisas significadas pelas <i>figuras de predicação</i> , tantos são os modos em que se diz.
Gênero	(DEF. 3.11) é aquilo que, na predicação, pertence a muitos que se diferem pela espécie.
	(DEF. 3.13) é origem, a que se subordinam as ideias de raça, de comunidade e de família.
	(DEF. 3.14) é estado da matéria, a que se subordinam as ideias de espécie e de forma, nas quais, por sua vez, estão contidas as diferenças.
	(DEF. 3.15) é a propriedade dos seres como uma das condições exigidas pela taxonomia.
	(DEF. 3.16) é a propriedade do pensamento como uma das condições exigidas pela categoria.
retórica	(DEF. 3.18) é um λόγος que pode ser verdadeiro ou falso, pois se vale da capacidade de representar não o <i>ser per se</i> , mas o que se afirma dele.
correção da linguagem	(DEF. 3.19) deve estar em consonância com a οὐσία, para expressão lógica, ou nas formas, por meio das quais a arte imita as propriedades dos seres.

Quadro 3.1: Definições de termos atrelados a Gênero Linguístico (Filosofia da Linguagem).

Na seção 3.1.2, procurou-se mostrar como as noções de *linguagem*, *pensamento* e *ontologia* eram concebidas: os sofistas, Platão e Aristóteles designavam-nas por um único termo: λόγος (cf. § 3.1.2.1). Ao mesmo tempo, discutia-se, então, o princípio de todas as coisas, se *natural* (φύσις), se *convencional* (νόμος) (cf. § 3.1.2.4). Ainda, os sofistas, especialmente Protágoras, acrescentaram ao debate as noções de *percepção*, de *opinião* e de *verossimilhança* (cf. § 3.1.2.3). Assim posta, essa conjuntura possibilita resgatar, com o auxílio de menções diretas feitas ao tema, como o *gênero linguístico* foi concebido naquele momento a fim de analisar se todos esses parâmetros o fazem *cair sob um conceito*, conforme concepção de Frege (1892a; cf. § 2.1.3).

Protágoras, a quem se atribuem as primeiras discussões sobre os *gêneros linguísticos*, teria sugerido corrigi-los. Seus parâmetros situar-se-iam no conceito de *correção da linguagem* em conformidade com os sofistas, isto é, uma *convergência de abordagem* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1):

✓ *A correção da linguagem é um meio de conciliar o discurso, a percepção, a opinião e a verossimilhança.*

Não é possível, no entanto, determinar se Protágoras se fundamentava (cf. § 3.1.3):

- em um possível conceito de *masculino*, de *feminino* e de *coisas* aplicado tão-somente à linguagem, conforme os termos por ele propostos;
- em noções amplamente sabidas em âmbito popular, isto é, noções compartilhadas por falantes do grego antigo, que teriam categorizado todas as coisas da realidade com base nessas noções;
- nas formas das palavras em contraste com o que significavam, o que implica, de qualquer modo, atribuir a dados elementos um *conceito de gênero*.

As três possíveis fundamentações realçam o aspecto semântico da língua. No entanto, lançado na conjuntura acima mencionada, o princípio semântico da língua, tal como surge nessas discussões, permite afirmar que um significado linguístico poderia ser, concomitantemente, concebido como uma realidade em si ou apenas como uma percepção da realidade expressa na linguagem. É evidente que os sofistas não confundiam a realidade e a linguagem, pois traduziram essa percepção pela afirmação segundo a qual seria possível “falar falso” (cf. § 3.1.2.2).

É também evidente que, quer por acreditar que a linguagem seria a própria realidade em si, quer por desejar que ela fosse a mais pura mimese da realidade, Platão não estava convencido da absoluta distinção entre linguagem e realidade (cf. § 3.1.2.4). Aristóteles, por sua vez, inseriu um terceiro elemento nessa relação: o pensamento, ou a razão, que constituía o juízo pelo qual a linguagem seria um meio de expressão de uma verdade (cf. § 3.1.2.5). Com base nessas relações, pode-se dizer que:

- Na *retórica sofística*, a identificação entre *gênero linguístico* e realidade circundante permitiria que a linguagem refletisse a estrutura das coisas presentes no mundo, isto é, se o *gênero* representasse percepções da realidade, essas percepções seriam incutidas nos ouvintes por meio do discurso. Assim, a identificação construída seria um meio de ampliar a *verossimilhança* que, nesse sentido, significava a ampliação da plausibilidade do discurso e, conseqüentemente, de seu caráter *persuasivo*. O discurso seria verdadeiro se *parecesse verdadeiro*. Esse modo de apresentação do *gênero linguístico* conecta-se a duas definições de λόγος (DEF. 3.1 e DEF. 3.2), assim como ao conceito de *retórica sofística* (DEF. 3.4).
- Na teoria platônica, que apresenta uma evidente *conversão de perspectiva* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1) em relação ao pensamento sofístico, o *gênero linguístico* seria atributo mimético cujos valores estariam representados nas letras e sílabas que compõem as palavras. Os nomes que designavam a natureza das coisas teriam sido dados pelo *legislador de nomes*, aquele que alcançou, por meio da *dialética*, a capacidade de penetrar no mundo inteligível dos seres e captar sua essência. O discurso seria verdadeiro se houvesse verdade na atribuição dos nomes. Dessa forma, pode-se deduzir que o modo de apreensão do *gênero linguístico* está em consonância com os conceitos de λόγος (DEF. 3.1 e DEF. 3.2), bem como com conceitos platônicos de *retórica* e de *correção da linguagem*.
 - ✓ *A retórica é o caminho do conhecimento e da verdade.*
 - ✓ *A correção da linguagem é o meio de restituir seu caráter mimético de representação do conhecimento e da verdade.*
- Na teoria aristotélica, em que há uma *conversão de perspectiva* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1) tanto em relação aos sofistas quanto a Platão, a linguagem, além dos conceitos de λόγος compartilhados (DEF. 3.1, DEF. 3.2 e DEF. 3.3), apresenta outra definição: *é um símbolo cujo gênero se materializa na forma (voz) como meio de expressar as diferenças de espécie*. Nesse sentido, a linguagem é um *ser per se*, e sua essência (οὐσία), sua propriedade, é ser um símbolo.

Na concepção fregiana (1892a; cf. § 2.1.3), a linguagem *caiu sob um conceito*, o conceito de *símbolo*. Vale observar, contudo, a definição proposta em consonância com a *rede intelectual* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1):

- ✓ *A linguagem (λόγος) é um símbolo que se materializa na voz.*

Na função acima, o argumento ‘linguagem’ é um *objeto*; já o argumento ‘símbolo’ é um *conceito*. O sentido do conceito, que é seu modo de apresentação, afirma que não está na linguagem o verdadeiro ou o falso, uma vez que a *voz é símbolo das afecções da alma*. Se a *linguagem é símbolo*, e um símbolo tem

a função de representar, pode apresentar propriedades tais quais as propriedades das coisas que representa. A *linguagem*, como símbolo, é concomitantemente o meio pelo qual todas as coisas são definidas – e a *Definição*, por sua vez, é o *λόγος* pelo qual se diz a essência do ser. Sua possibilidade de representação, portanto, é tão variável quanto as propriedades das coisas. Contudo, *as afecções da alma* conduzem a representação ou a não-representação das propriedades das coisas.

O *Gênero* é, na visão aristotélica, uma *figura de predicação*. Mas não da linguagem, que é apenas símbolo. O *Gênero* é uma propriedade das coisas, que a *linguagem*, como símbolo, pode representar. Por essa razão, as propriedades do *Gênero* apresentam-se materialmente nas terminações, como dispostas e subdivididas na *Poética* (XXI, 1458 a; cf. § 3.1.3). Em uma proposição, o *gênero linguístico* constituiria um dos *valores de verdade* na *predicação* dos seres, pois as propriedades materiais da linguagem, representativas do *gênero linguístico*, conectam-se às propriedades dos seres, dentre estas, os sexos, conforme a definição:

✓ *Gênero é aquilo que, na predicação, pertence a muitos que se diferem pela espécie.*

Muitos são os seres que se diferenciam em masculinos, femininos e neutros, cujas propriedades se evidenciam no estado da matéria, subordinada à espécie, conforme a definição:

✓ *Gênero é estado da matéria, a que se subordinam as ideias de espécie e de forma, nas quais, por sua vez, estão contidas as diferenças.*

Na *predicação* dos seres, a identidade entre *gênero linguístico* e realidade circundante seria alcançada apenas pela *lógica* e pela *arte*. O discurso seria verdadeiro se houvesse *lógica* na *predicação* dos sujeitos. Assim, o *gênero linguístico* é apreendido por meio de uma nova ótica, pautada não no uso, mas na possibilidade de expressão de um *λόγος*, conforme a definição;

✓ *Λόγος é a área do mundo, aquilo de que somos capazes de falar e pensar, portanto princípios estruturais, fórmulas, leis naturais.*

Uma vez que “as vozes são símbolos das afecções da alma”, portanto, conforme a definição:

✓ *Λόγος é a área da linguagem e da formulação linguística, portanto fala, discurso, descrição, declaração, afirmação, prova,*

a linguagem (um *λόγος*) pode ser corrigida em consonância com um *λόγος*, isto é, aquilo de que se é capaz de falar e pensar, ou o próprio mundo e os seres que nele estão, mediante a definição:

- ✓ *A correção da linguagem deve estar em consonância com a οὐσία, para expressão lógica, ou nas formas, por meio das quais a arte imita as propriedades dos seres.*

Na *retórica*, de acordo com a concepção aristotélica, o *gênero linguístico* poderia ou não ser congruente com as propriedades dos seres, já que a expressão linguística não define sua essência, mas trata-se apenas de uma afirmação, verdadeira ou falsa, sobre o *ser per se*.

- ✓ *Retórica é um λόγος que pode ser verdadeiro ou falso, pois se vale da capacidade de representar não o ser per se, mas o que se afirma dele.*

Confrontadas as três concepções sobre a *linguagem*, a *correção da linguagem* e o *gênero linguístico*, existem três modos de apresentação do objeto:

Para os sofistas, especialmente, Protágoras:

- ✓ *O gênero linguístico é uma expressão verossímil das propriedades dos seres.*

Para Platão:

- ✓ *O gênero linguístico é uma mimese das propriedades dos seres.*

Para Aristóteles:

- ✓ *O gênero linguístico é uma representação das propriedades dos seres.*

Embora os modos de apresentação do objeto apresentem fundamentos distintos, é possível perceber que o *gênero linguístico* é a extensão de todos os conceitos, *expressão verossímil*, *mimese* e *representação*, que são os mesmos conceitos aplicáveis à *linguagem*, que é também, por sua vez, extensão desses conceitos. São conceitos intercambiáveis entre si, uma vez que têm a mesma extensão conceitual (FREGE, 1892b; cf. § 2.1.3).

Se a *linguagem*, enquanto objeto, *cai sob um conceito* (FREGE, 1892a), o mesmo ocorre com o *gênero linguístico*. Os conceitos distintos, no entanto, revelam uma *convergência de abordagem* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1): assentam-se sob um mesmo princípio epistemológico: um *princípio de identificação linguístico-ontológico*.

Um *princípio de identificação linguístico-ontológico* ergue-se como uma propriedade fundamental da *linguagem* e, por consequência, do *gênero linguístico*. Assim se um objeto *cai sob um conceito*, conforme a concepção fregiana, esse conceito passa a ser propriedade do objeto (1892a; cf. § 2.1.3). Os conceitos de *verossimilhança*, de *mimese* e de *representação* subsumem a *linguagem* e apresentam, como nota, um *princípio de identificação linguístico-ontológico*. Os fundamentos são as razões pelas quais se justifica o modo pelo qual um objeto foi conceituado, mas não se confunde com o conceito em si.

Os três conceitos – sofístico, platônico e aristotélico - assentam-se na ontologia e permitem a elaboração desse *princípio de identificação linguístico-ontológico*. Aplicados ao *gênero linguístico*, pode-se dizer que não se trata de um exame da língua em si, mas de parâmetros que servem à análise e correção, quando preciso, do *gênero linguístico* como meio de correspondência com a *verossimilhança*, a *mimese* ou a *representação*. A necessidade de *correção da linguagem* pressupõe uma outra realidade linguística, que carece da propriedade idealizada pelos filósofos.

Não obstante, existem traços evidentes dessa concepção na origem da gramática ocidental. É possível afirmar que os conceitos de *verossimilhança*, de *mimese* e de *representação* foram substituídos pelos de *analogia* e de *anomalía*, combinados à controvérsia *natureza/convenção*. A substituição de conceitos, contudo, não invalidou a propriedade assumida pelo objeto *gênero linguístico*, que continuou a ser interpretado como um reflexo da natureza dos seres.

Ao discutir o *gênero linguístico*, a metalinguagem canônica aplicada à língua, em vez de se ocupar da língua real que se mostrava diversa, preocupou-se em encontrar nela os princípios ideais. Esse fato, somado à necessidade de se promover a superioridade da cultura, fez nascer uma visão modelar, sustentada pela crença de que a *analogia - regularidade* - seria o modo de a língua seguir princípios da lógica e da arte, e a congruência seria sua máxima força.

Assim se construiu uma teoria linguística conhecida por *gramática tradicional*, reforçada pelos valores, pelas tradições e pela necessidade de construir e legitimar um modelo de identidade cultural, por parte de gregos e romanos. Seus termos, descrições e análises exercem ainda grande influência nos estudos linguísticos a despeito de todo e qualquer desenvolvimento da área ou da linha teórica de filiação.

Dentre os autores abordados, existem certas singularidades. Antes de apontar as continuidades e descontinuidades quanto ao modo como o gênero linguístico foi interpretado, no quadro abaixo, expõem-se os conceitos e as definições extraídas no exame das gramáticas:

Conceitos compartilhados	
<i>analogia</i>	(DEF. 3.20) é um princípio de ordem e de regularidade da linguagem.
<i>anomalía</i>	(DEF. 3.21) é um desvio em relação ao princípio de ordem e de regularidade da linguagem.
Conceitos estoicos	
<i>dialética</i>	(DEF. 3.22) subdivide-se em campo das coisas significadas, doutrina de sua apresentação e doutrina de seus elementos constituintes.
<i>apresentação</i>	(DEF. 3.23) é uma apreensão por meio de sensações ou dos órgãos sensoriais, que se formam com base na aprovação e no consenso.
	(DEF. 3.24) é uma apreensão por meio do pensamento e da razão.
<i>elementos constituintes</i>	(DEF. 3.25) são as proposições enunciadas, os termos similares ativos ou passivos, os gêneros, as espécies, as palavras, os tópicos, os silogismos, os sofismas determinados pela linguagem ou pelo assunto.

<i>dizíveis</i>	(DEF. 3.26) situam-se entre os sons vocálicos e o próprio mundo, são os significados subjacentes ao pensamento racional; permitem a distinção entre um objeto físico e suas propriedades; subsistem mesmo quando não são ditos;	as formas das palavras fornecem informação sobre a correlação entre o objeto e suas propriedades; as propriedades dos <i>dizíveis</i> são imunes à mudança; as palavras e as suas propriedades não são imunes à mudança.
<i>asseríveis</i>	(DEF. 3.27) são portadores primários de valores de verdade; podem ser afirmados porque concernem a si mesmos;	os valores de verdade e de falsidade dos <i>asseríveis</i> são mutáveis, porque dependem das circunstâncias; a afirmação de um <i>asserível</i> implica a relação entre o <i>asserível</i> e alguém que o afirme, embora não seja uma condição haver alguém que o afirme.
Conceito de Quintiliano		
<i>analogia</i>	(DEF. 3.29) é um princípio regular da linguagem fundamentado no uso que oradores e historiadores fazem da língua.	
Conceito de Apolônio Díscolo		
<i>gênero linguístico</i>	(DEF. 3.28) O <i>gênero</i> é uma marca nos nomes que tem função dêitica ou anafórica de indicar o referente em consonância com a <i>verdade dialética</i> .	

Quadro 3.2: Definições de termos atrelados a Gênero Linguístico (Gramática)

Uma primeira observação a se fazer diz respeito à ausência de quadros explicativos a respeito do *gênero linguístico*. Nessas obras, os comentários parecem partir de uma anuência sobre uma relação entre *gênero linguístico* e sexo biológico ou de uma oposição deliberada a essa relação, como o fazem Varrão e Sexto Empírico. Assim, pode-se falar de um alto grau de *univocidade* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1), uma vez que, de um lado, existem os que assumem o *princípio de identificação linguístico-ontológico*; de outro, há aqueles que o recusam, embora apresentem argumentos de ordem diversa.

Como se lida com um termo transposto de uma área disciplinar, a Filosofia da Linguagem, a outra, a Gramática, o emprego do termo *gênero linguístico* ocorre a partir de duas perspectivas de abordagem previamente estabelecidas por Swiggers (2010; cf. § 2.1.1). Em uma delas, na abordagem *ênica*, a descrição pauta-se nas características da língua; na abordagem *ética*, o conteúdo do termo sobrepõe-se às características da língua.

A crítica feita por Sexto Empírico (cf. § 3.2.2.3) opõe-se ao princípio de *analogia* da língua em relação ao *gênero linguístico*, especialmente fundamentado na *natureza* em oposição à *convenção*. Seus comentários apontam não apenas a falta de correspondência entre *gênero* e sexo biológico, mas também trazem amostras de variantes linguísticas que em nada se assemelham ao ideal preconizado pelos gramáticos. Pode-se dizer que ele é contrário, inclusive, à classificação oriunda dos *gêneros linguísticos*, pois não concebe que possa haver uma noção de *masculino*, de *feminino* ou de *neutro* aplicável aos nomes. Sua abordagem, portanto, é *ênica*.

As variações linguísticas também são apontadas pelo gramático romano Varrão (cf. § 3.2.2.4). *De Lingua Latina* foi escrita para discutir os supostos princípios de *analogia* e de *anomalía* nas línguas. Extratos de língua, especialmente na discussão sobre *anomalías*, são de grande valia para compreender a falta de correspondência entre *gênero linguístico* e o ser designado. Varrão vale-se, sobretudo, do caráter convencional da língua e nela aponta como o uso do *gênero* pode ser diverso, mesmo em se tratando de uma mesma palavra. Adota, do mesmo modo, uma abordagem *ética*.

Todos os demais autores estudados valem-se da abordagem *ética*, ainda que suas obras tenham a finalidade de descrever as línguas. Nessas obras, fica bastante evidente como não há qualquer questionamento sobre a validade de buscar correspondências entre o *gênero linguístico* e as propriedades dos seres. Ao contrário, ou se questiona a língua ou o uso que se faz dela, mas nunca a relação entre linguagem e ontologia.

Dionísio Trácio (cf. § 3.2.2.1) foi quem primeiramente organizou os nomes em variação de *caso*, apontando-lhes, do mesmo modo, os *gêneros linguísticos*. Entretanto, não fez nenhuma categorização dos *gêneros* em relação aos *casos*. Foi ele quem propôs o termo οὐδέτερον, traduzido para *neuter*, em latim, cujo significado era “nem um nem outro”. A criação de uma subcategoria denominada “nem um nem outro” corrobora o *princípio de identificação linguístico-ontológico*. Além disso, outros termos por ele criados evidenciam uma análise que relaciona *gênero linguístico* e sexo biológico: κοινόν ‘comum’ e ἐπίκοινον ‘epiceno’. Não, há, entretanto, uma definição de *gênero linguístico*.

Em Quintiliano, Donato e Prisciano, as observações claramente se referem à falta de correspondência entre *gênero* e sexo. Preconizam, nesse sentido, um ideal de língua. Donato observa que as incongruências na relação entre *gênero linguístico* e ser designado são casos de *solecismo*, conforme a concepção aristotélica (cf. § 3.1.3). Em Quintiliano, a linguagem deveria basear-se na *razão*, no *tempo* e na *autoridade*, em consonância com o uso que oradores e historiadores fazem da língua (cf. § 3.2.2.5). Parece apontar, nesse sentido, uma suposta deterioração no uso da língua observável em seu tempo. Quintiliano, além de conceber uma *ordem natural* que subjazeria a divisão dos *gêneros*, conecta-os às terminações. O *princípio de identificação linguístico-ontológico* faz-se presente como uma propriedade inquestionável.

Em Apolônio Díscolo (cf. § 3.2.2.2), a *lógica* estoica é inserida na análise que o autor faz a respeito da função do *gênero* na língua. Para esse autor, o *gênero* tem função dêitica ou anafórica, isto é, serve para explicitar a referência a um ser sexuado. Seus argumentos mostram que o *gênero* se encontra em outras classes de palavras sempre em congruência com os nomes que designam os seres. Conforme sua descrição, artigos e pronomes teriam a função de expressar o *gênero linguístico*

apenas quando o nome não apresentasse a variação formal em consonância com a especificação do referente. O princípio da *analogia* era, para esse autor, incontestável; em relação ao *gênero*, a incongruência não ocorreria por imprecisões da língua, mas pelo mau uso que se poderia fazer dela. Sua análise, portanto, está em consonância com os conceitos de *disjuntivos* e de *asseríveis* elaborados pelos estoicos.

Como *princípio*, as abordagens sobre o *gênero linguístico* valem-se da noção elementar segundo a qual a linguagem reflete estados da *natureza*. Trata-se de estabelecer a ordem pela qual um dado conhecimento passa a ser desenvolvido a respeito de um objeto ou fenômeno. Esse estado da *natureza* é percebido, descrito e concebido por meio de um conceito de *regularidade*, propriedade presente nas línguas em exame no momento da concepção da teoria. O princípio foi chamado de *analogia*: o desvio a esse princípio, em contrapartida, é sua negação. Negar, nesse sentido, porém, não equivale a deduzir que o conceito não é adequado para explicar o objeto. Negar significa conceber que é preciso alterar o estado das coisas para que fiquem em sintonia com a suposta ordem natural estabelecida, ainda que conceitualmente.

Assim, o *gênero linguístico* permaneceu sendo visto como uma categoria da língua cujas propriedades refletem as propriedades dos seres designados, *um princípio de identificação linguístico-ontológico*. Os nomes dados às categorias linguísticas – *masculino*, *feminino*, *neutro* – refletem essa concepção. Ainda que os gramáticos estudados fundamentassem esse princípio por meio de outros conceitos, *natureza* vs. *convenção* ou *analogia* vs. *anomalia*, respaldam as mesmas noções e formas de abordagem. Atuais abordagens do tema, sejam em caráter *ênico* ou *ético*, partem desse mesmo princípio, conforme discutido na seção 1.1 deste trabalho. Trata-se de uma **continuidade** que perdura por mais de vinte séculos.

Segunda Parte

Uma genealogia do conceito de Flexão

Capítulo 4

A Flexão na Antiguidade Clássica

4.1. Contextualização

Ernout e Meillet (2001 [1932]) apontam o verbo *flectō*, *-is*, *flexī*, *flexum*, *flectĕre* como primeira forma surgida no latim. Esse verbo significava, então, “curvar, flexionar, inflexionar” e era empregado em sentido próprio e figurado. Por extensão de sentido, mencionam “girar, rodar”, “dirigir o processo ou andamento”, “desviar”, “mudar”. Segundo os autores, a origem do verbo remonta ao grego κάμπτω, que possuía o mesmo sentido. De fato, Bailly (1935 [1895]) registra κάμπτω com o sentido próprio de “dobrar, flexionar”, como “dobrar os joelhos” ou “flexionar os membros”, além de apontar alguns sentidos estendidos próximos aos do verbo latino.

Entretanto, ao lado desses sentidos próprios e figurados, surgem, a partir do radical *-flec-*, outros sentidos abstratos, expressos por formas derivadas no latim ou calcadas no grego. Ernout e Meillet (2001 [1932]) mencionam que o verbo *flectĕre* tem o sentido de “flexionar, derivar” aplicado à gramática e que a forma *flexus* (adjetivo / particípio) tem significado equivalente a περισπώμενος. Bailly (1935 [1895]), por sua vez, diz que περισπώμενος é um particípio cujo sentido foi empregado para referir uma sílaba “com acento circunflexo”. Ernout e Meillet listam, dentre outras, diversas formas derivadas no latim, tais como *adflectō*, *circumflectō*, *deflectō*, *inflectō*, *reflectō*; registram *reflexiō*, *reflexus*, *-ūs* como formas calcadas no grego. *Flexiō*, *-ōnis* é, portanto, nome derivado de *flexum*, supino de *flectĕre*.

A busca em *corpora* eletrônicos (cf. § 2.1.4) trouxe como resultado obras linguísticas e obras de outras disciplinas. Não se pretende apresentar todas as aplicabilidades desse termo, em sua origem, uma vez que era também empregado, seja por meio do nome, do verbo ou de qualquer outra forma gramatical, em outras áreas do conhecimento¹⁰⁰. A polissemia pode ser constatada na obra lexicográfica de Gaffiot (2016 [1923]). O resgate dos sentidos empregados na metalinguagem aplicada às línguas colaborou para a percepção do uso do termo em épocas posteriores.

¹⁰⁰ Em parte, a análise não tratará daquilo que Swiggers (2010) chama de *marca disciplinar*, pois esse termo era empregado em outras áreas do conhecimento além daquelas relacionadas à linguagem. Nesse sentido, considera-se que a oratória é uma área disciplinar distinta da gramática, por essa razão considerou-se suficiente a abordagem do termo nessa área, mas não em outras.

Os autores latinos que empregaram primeiramente os cognatos do termo em análise, aplicado à linguagem, eram os dedicados à retórica. Conforme se pretende demonstrar, os significados relacionavam-se às habilidades do orador, que deveria tanto ajustar sua voz quanto escolher e combinar as palavras de acordo com suas intenções persuasivas. Dessa forma, destacam-se, a seguir, alguns contextos com os quais se pretende elucidar os significados de palavras cognatas a *flexio*. Na *rede intelectual* (SWIGGERS, 2010) surge o termo *derivativo*, que também foi oportunamente analisado.

Nesta seção, mantém-se a opção de citar excertos em língua estrangeira, quando constituem fontes primárias, no *corpo do texto*.

4.2. Análises e definições

4.2.1. Cicero

Marcus Tullius Cicero (106-43 a.C.) emprega cognatos de *flexio* para significar entonação discursiva:

Numquam illum aspectum dicebat, quin mihi Telamo iratus furere luctu fili videretur; at idem **inflexa** ad miserabilem sonum voce...

Ele nunca dizia [essa palavra] “olhar”, sem que me parecesse que Télamon, [estivesse de fato] furiosamente irado pelo luto de seu filho; mas [o fazia] com a voz **inflectida** num tom deplorável... (tradução nossa)

(CICERO, *De oratore*, II, 193)

Pode-se interpretar que, na passagem acima, há em *flexio* uma variação de forma, acrescida pelo afixo *in-*, que possui o sentido primeiro de “entrada” ou de “para dentro” (VIARO, 2003, p.35). As variações de voz são instrumentos de significado, na retórica, pois servem aos oradores como um meio de persuadir ou encantar seus ouvintes. Essa variação de voz pode ser entendida como modulação, como ocorre também na seguinte passagem:

Quanto molliores sunt et delicatiores in cantu **flexiones** et falsae voculae quam certae et severae! Quibus tamen non modo austeri, sed, si saepius fiunt, multitudo ipsa r eclamat.

Quão mais suaves e delicadas são as **inflexões** no canto e quão certos e rigorosos [são] os falsetes! No entanto, reclamam [deles] não apenas os austeros, mas - até mais frequentemente - a própria multidão [da plateia]. (tradução nossa)

(CICERO, *De oratore*, III, 98)

Percebe-se, tanto na primeira passagem quanto na segunda, que o autor procura ensinar a possíveis futuros oradores o quanto as variações de voz podem causar impressões positivas ou negativas em seus ouvintes. Essas nuances requerem uma percepção, por parte do orador, de que

a voz poderia ser usada para expressar um certo significado, mas que o ouvinte poderia interpretar essa mesma nuance de uma forma não pretendida pelo orador.

Nesse contexto em exame, *flexio* surge sem prefixo. É preciso admitir que o uso com ou sem prefixo pode ter uma intenção diferente, por parte do autor ou de quem mais usasse os termos. As variações de voz ou inflexões são extremamente relevantes na retórica, como se vê. A ausência de distinção semântica no uso com ou sem prefixo pode ser encontrada em período mais recente, em muitas línguas modernas, pois o uso de *inflexion/flexion* se alterna, embora as formas sejam aplicadas às línguas no mesmo campo do conhecimento. Uma resposta segura à questão só poderia ser encontrada por meio de um trabalho filológico acurado e a busca etimológica em *corpora* diversos. No português, o substantivo *inflexão* é empregado para se referir às modulações de voz citadas no texto de Cícero, por isso seus cognatos foram adotados nas propostas de tradução feitas aqui.

Da mesma forma, nos autores latinos de retórica também ocorre a variação entre *flexio* e *inflexio*. Veja-se a seguinte passagem:

Cerem¹⁰¹ pro frugibus, Liberum¹⁰² appellare pro vino, Neptunum¹⁰³ pro mari, curiam pro senatu, campum pro comitiis, togam¹⁰⁴ pro pace, arma ac tela pro bello; (...)Videtis profecto genus hoc totum, cum **inflexo** immutatoque verbo res eadem enuntiaturn ornatius...

Invocar a “Ceres” em vez da “colheita”; a “Liber”, no lugar do “vinho”; a “Netuno”, em vez do “mar”; à “cúria”, em vez do “senado”; ao “campo”, no lugar dos “comícios”; à “toga”, em vez da “paz”; às “armas” e aos “dardos”, em vez da “guerra”; (...)Vede, de fato, que esse gênero todo [é] mais elegante, quando a mesma coisa é enunciada por meio de uma palavra infletida e alterada. (tradução nossa)

(CICERO, *De oratore*, III, 168)

Inflexio, no excerto acima, significa entonação, acepção já discutida em outras passagens. O que interessa notar aqui é o processo de substituição proposto por Cícero, que consiste na escolha de outra palavra cujo sentido esteja em relação de contiguidade com a primeira. A figura de retórica que designava o resultado desse processo era a μετωνυμία (metonímia). Os autores de retórica empregavam também ὑπαλλαγή (hipálage) com esse mesmo significado. Quanto ao uso de ambos

¹⁰¹ *Cēres* é deusa romana da fertilidade, da agricultura e da colheita. É irmã de *Iuppitēr* e de *Plūtō*.

¹⁰² *Libēr* é filho de *Cēres*, associado à divindade grega Baco (Βάκχος).

¹⁰³ *Neptūnus* é o deus dos mares e das águas.

¹⁰⁴ A toga era um símbolo romano comumente relacionado às atividades civis em tempo de paz, em oposição aos símbolos militares da guerra.

os termos, Cícero (*Orator*, 93) menciona que o termo μετωνυμία era empregado pelos gramáticos e seu equivalente, na retórica, era ὑπαλλαγή.

O entendimento de que *flexão* pode designar essa *distinção de voz* estabelece o *conteúdo* do termo, que pode assim ser simplificado:

DEF. 4.1: *Flexão* é uma modulação ou entonação de voz para expressar um significado.

4.2.2. Quintiliano

Os cognatos de *flexio* também surgem no texto de *Marcus Fabius Quintilianus* (35-95 d.C.), em sua *De Institutione Oratoria*. Apresentam as variações de significado já mencionadas. Nas passagens abaixo, significam: a) “modulação”, entendida como o processo de elevar ou abaixar a voz e falar de modo mais rápido ou mais lento, ou até de modo mais enérgico ou mais suave; b) “entonação”, que se refere apenas à altura do som.

(1) Superest lectio, in qua puer ut sciat, ubi suspendere spiritum debeat, quo loco versum distinguere, ubi claudatur sensus, unde incipiat, quando attollenda vel summittenda sit vox, quo quidque **flexu**, quid lentius, celerius, concitatus, lenius dicendum, (2) demonstrari nisi in opere ipso non potest.

(1) Fica faltando a leitura: por ela que o menino saiba onde deve tomar fôlego, em que lugar cortar o verso, onde começa e se conclui o sentido, quando é preciso elevar ou abaixar a voz, também o que deve ser dito conforme o **movimento**, mais lento ou mais rápido, com mais veemência ou com mais suavidade: (2) isso não pode ser demonstrado a não ser no próprio trabalho¹⁰⁵.

(*De Institutione Oratoria*, 1, VIII, 1-2)

(2) (...) Caesarem praetextatum adhuc accepimus dixisse: Si cantas, (3) male cantas; si legis, cantas. Nec prosopopeias, ut quibusdam placet, ad comicum morem pronuntiari velim; esse tamen **flexum** quendam, quo distinguantur ab iis, in quibus poeta persona sua utetur.

(2) a respeito disso ficamos sabendo que C. César dissera com muita propriedade, quando ainda revestido da toga pretexta: ‘Se cantas, (3) cantas mal; se lê, está cantando’. Também não gostaria de declamar prosopopeias, como é do agrado de alguns, conforme o costume dos cômicos, mas que haja certa **entonação** pela qual se distingam as prosopopeias daquelas em que o poeta usa a própria pessoa.

(*De Institutione Oratoria*, 1, VIII, 2-3)

Os sentidos encontrados no texto de Quintiliano são comparáveis àqueles do texto de Cícero, pois neles se depreende que as *variações de voz* podem significar *modulação* ou *entonação*. A *modulação* seria um processo de *variação de voz* mais complexo, porque expressa emoção em um discurso e envolve diversos recursos de variação, como os descritos acima; já a *entonação* refere-se

¹⁰⁵ As traduções das passagens de Quintiliano são de BASSETTO (2015), em QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Trad. Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Ed. Unicamp, 2015, Tomo 1.

a *variações de voz* que se valem da altura do som, grave ou agudo, isto é, um recurso que, no canto, também expressa emoção.

Na mesma obra, Quintiliano acrescenta ao adjetivo *flexa* um novo significado, perfeitamente deduzido pela explicação dada por ele:

(30) Namque in omni voce acuta intra numerum trium syllabarum continetur, sive eae sunt in verbo solae sive ultimae, et in iis aut proxima extremae aut ab ea tertia. Trium porro, de quibus loquor, media longa aut acuta aut flexa erit; eodem loco brevis utique gravem habebit sonum, ideoque positam ante (31) se id est ab ultima tertiam acuet. Est autem in omni voce utique acuta sed nunquam plus una nec unquam ultima ideoque in disyllabis prior. Praeterea nunquam in eadem flexa et acuta, quoniam est in flexa et acuta, itaque neutra claudet vocem Latinam. Ea vero, quae sunt syllabae unius, erunt acuta aut flexa, ne sit aliqua (32) vox sine acuta.

(30) De fato, em toda palavra com o número de três sílabas ou mais, há uma acentuada, sejam elas constituintes da palavra ou a última; e nelas o acento recairá na anterior à última ou na terceira a partir da última. Logo, das três sílabas de que estou falando, a longa do meio será ou aguda ou **grave** e a breve nas mesmas condições terá também um tom grave e por isso deslocará o acento para a sílaba anterior, (31) ou seja, a terceira a partir da última. Entretanto, em toda palavra há sempre uma sílaba acentuada, nunca, porém, mais de uma e nem a última, e por isso nos dissílabos é sempre a primeira. Além disso, nunca há na mesma sílaba um acento agudo e outro **circunflexo** e por isso nenhum dos dois [nem agudo nem **circunflexo**] recairá sobre a última sílaba de nenhuma palavra polissílaba latina. Aquelas, porém, que forem monossilábicas terão acento agudo ou **circunflexo**, assim que não haja nenhuma (32) palavra sem acento agudo.

(De Institutione Oratoria, 1, 5, 30-32)

Quintiliano refere-se ao que, atualmente, se entende como uma característica tonal do grego, marcada pelos acentos agudo e circunflexo. A palavra *circunflexo*, na tradução e nesta análise, está sendo empregada com valor metonímico: circunflexo é o nome do acento que marca essa distinção tonal; assim, apenas metonimicamente equivale ao conceito expresso por Quintiliano. O trecho em destaque expõe uma observação de Quintiliano a respeito da pronúncia de palavras latinas emprestadas do grego¹⁰⁶. O cognato de *flexio* tem, portanto, um significado que não deixa de apresentar a *variação de voz* como núcleo semântico; dessa vez, porém, diz respeito não à *entonação* ou à *modulação* retóricas, mas à discriminação de sons encontráveis na pronúncia das palavras.

Nesse autor, entretanto, outro termo surge associado à descrição da língua. A proposta de substituição de palavras que mantêm entre si relações puramente semânticas, especialmente metonímicas, é referida por Quintiliano:

(25) Maxime favet iudex, qui sibi dicentem assentiri putat. Idem praecipit illud quoque (quod mox Cornelius Celsus prope supra modum invasit), quia sit quaedam virtutibus ac vitiis vicinitas, utendum proxima **derivatione** verborum, ut pro temerario fortem, pro prodigo liberalem, pro avaro parcum vocemus; quae eadem etiam contra valent. Quod quidem orator, id est vir bonus, nunquam faciet, nisi forte communi utilitate ducetur.

¹⁰⁶ No livro I, em todo o capítulo V, Quintiliano tratou da pronúncia das palavras.

(25) O juiz favorece especialmente ao orador do qual julga ter a mesma opinião que ele. Aristóteles chama ainda atenção para o fato (que recentemente Cornélio Celso exagerou até demais) de que, existindo certa proximidade entre as virtudes e os vícios, é preciso usar palavras **com significado menos forte**, assim que digamos decidido por temerário, generoso por pródigo, parco por avaro; isso vale também em sentido contrário. Todavia, o orador, isto é, um homem bom, nunca fará isso, a não ser que venha possivelmente a proporcionar uma utilidade comum maior.

(*De Institutione Oratoria*, 3, VII, 25)

Se comparadas as palavras propostas na permuta, percebe-se que não há nenhuma semelhança entre suas formas. Contudo são os sentidos que estão em jogo. A substituição ampara-se por meio de um jogo semântico em que se opõem vícios e virtudes: *decidido*, *generoso* e *parco* são os respectivos eufemismos de *temerário*, *pródigo* e *avaro*; se considerado o valor do “sentido contrário”, proposto por Quintiliano, *temerário*, *pródigo* e *avaro* são as respectivas hipérboles de *decidido*, *generoso* e *parco*. A escolha entre um e outro deve ser pensada pelo orador que pretende persuadir seu interlocutor. Nesse sentido, Quintiliano usa *derivativo*. As palavras que servem de exemplo, no texto de Quintiliano, permitem observar que: entre *decidido* (que é firme em seus propósitos) e *temerário* (que age com risco ou imprudência); *generoso* (que gosta de dar) e *pródigo* (que gasta mais do que o necessário); *parco* (que faz economia) e *avaro* (que é obcecado por economia), há sempre um núcleo semântico comum do qual se parte para formar outros sentidos.

Desse modo, *flexio* ocorre em Quintiliano com o mesmo sentido empregado em Cícero, isto é, significa sempre uma *variação de voz*, seja por altura, por intensidade, por duração ou por qualidade. O termo pode, assim, ser definido:

DEF. 4.2: *Flexão* é uma variação de voz ocorrida nas sílabas das palavras.

Se a variação de voz é um modo de expressão de significados diferentes, significados semelhantes também podem ser expressos por palavras diferentes ou por palavras semelhantes. Quando formas e significados são comparados, as noções de semelhança e diferença prestam-se à reflexão linguística. Surge, então, outro para se referir à semelhança de significados expressos por diferentes formas. Têm-se a seguintes noção:

DEF. 4.3: *Derivação* é uma semelhança de significado entre palavras diferentes.

4.2.3. Rufiniano

Julius Rufinianus (c. 105 a.C.) usa *derivare* para se referir ao processo de usar palavras cognatas como efeito de sentido. Comparem-se *gravis* e *graviterque* a respeito da luta entre Entellus e Dares, nos versos 446-447 (V) da *Eneida*, de Virgílio (*Publius Vergilius Maro*, 70-19 a.C), citados por Rufiniano:

XIV. Paregmenon est aeque similis figura, cum ex supra dicto verbo aliud **derivatur**, at: ultro ipse gravis, graviterque ad terram pondere vasto concidit.

XIV. Paregmenon é, igualmente, uma figura similar, [usada] quando, de uma palavra anteriormente dita, se deriva uma outra coisa: “[e] ele, além disso, [como é] pesado, pesadamente desaba com [todo seu] imenso corpo na terra”. (tradução nossa)

(RUFINIANUS, *De schematis lexeos*, XIV)

Rufiniano procura explicar o significado, seguido de exemplo, da figura retórica que, em grego, recebe o nome de **παρηγμένον**, ou “aquilo que foi produzido” (particípio perfeito médio-passivo neutro singular de **παράγω**). Essa palavra, no grego, foi empregada por Dionísio Trácio (170-90 a.C.), em sua *Τέχνη Γραμματική*, no capítulo sobre os nomes:

ΠΕΡΙ ΟΝΟΜΑΤΟΣ

Γένη μὲν οὖν εἰσι τρία· ἀρσενικόν, θηλυκόν, οὐδέτερον. ἔνιοι δὲ προστιθέασιν τούτοις ἄλλα δύο, κοινόν τε καὶ ἐπίκοινον, κοινὸν μὲν οἶον ἵππος κύων, ἐπίκοινον δὲ οἶον χελιδὼν ἀετός. Εἶδη δὲ δύο, πρωτότυπον καὶ **παράγωγον**. πρωτότυπον μὲν οὖν ἐστὶ τὸ κατὰ τὴν πρώτην θέσιν λεχθέν, οἶον Γῆ. **παράγωγον** δὲ τὸ ἀφ’ ἐτέρου τὴν γένεσιν ἐσχηκός, οἶον Γαίης. Εἶδη δὲ **παραγόνων** ἐστὶν ἑπτὰ· πατρωνυμικόν, κτητικόν, συγκριτικόν, ὑπερθετικόν, ὑποκοριστικόν, παρώνυμον, ῥηματικόν. (...) Ῥηματικὸν δὲ ἐστὶ τὸ ἀπὸ ῥήματος **παρηγμένον**, οἶον Φιλήμων Νοήμων.

DOS NOMES

Há três gêneros: *masculino*, *feminino*, *neutro*. Mas alguns, porém, adicionam [mais] dois: *comum* e *sobrecomum*. comum, como: “cavalo”, “cão”; sobrecomum, como “andorinha”, “águia”. Há duas espécies: *protótipo* e **derivado**. Protótipo é o que se diz de acordo com o primeiro arranjo, como “terra”; **derivado** é o que provém de uma outra origem, como “terrestre”. As espécies de **derivados** são sete: *patronímico*, *possessivo*, *comparativo*, *superlativo*, *diminutivo*, *denominal*, *deverbal*. (...) Deverbal é o [nome] **que foi produzido** por um verbo, como Philemon [trad. “amável”], Noemon [trad. “que conhece”]. (tradução nossa)

(DIONÍSIO TRÁCIO, *ΤΕΧΝΗ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚΗ*, 12)

Dionísio Trácio baseia-se fundamentalmente nas formas das palavras para estabelecer as divisões dos nomes, embora os exemplos deixem claro a influência dos critérios nocionais. A discussão entre a regularidade e a irregularidade da língua historicamente centrava-se na capacidade de representação das formas quanto ao significado a ser expresso. Não é à toa que a trajetória da palavra **παρηγμένον** é ainda mais antiga. Em *Crátilo*, de Platão, surge no contexto de análise etimológica:

Ἑρμογένης

“χαρὰ” δὲ τῇ διαχύσει καὶ εὐπορίᾳ τῆς ῥοῆς τῆς ψυχῆς ἔοικε κεκλημένη. “τέρψις” δὲ ἀπὸ τοῦ τερπνοῦ· τὸ δὲ “τερπνόν” ἀπὸ τῆς διὰ τῆς ψυχῆς ἔρψεως πνοῇ ἀπεικασθένκ ἐκλητ αἰ, ἐν δίκῃ μὲν ἂν “ἐρπνουν” καλούμενον, ὑπὸ χρόνου δὲ “τερπνόν” **παρηγμένον**.

Sócrates

[O nome] “alegria” (χαρὰ) parece ter sido [assim] chamado [a partir] da efusão (διαχύσει) do fluxo da alma. O [nome] “prazer” (τέρψις) [foi assim chamado] do [que é] agradável (τερπνός) e [por sua vez, o nome] “agradável” (τερπνός) foi [assim] chamado [a partir]

do rastejar (ἔρπεις) da alma, semelhante ao de um sopro (πνοή), e com justiça [deveria] ser chamado de *ἔρπνουν, mas [esse nome] foi **desviado** no decorrer do tempo para τερπνόν. (tradução nossa)

(PLATÃO, *Crátilo*, 419d)

O método platônico de exame das etimologias centra-se na semelhança de som entre as palavras. Por isso, Platão entende que τερπνόν deveria ter gerado *ἔρπνον, forma por ele imaginada para justificar a etimologia. Como isso não ocorreu, considera ter havido um “desvio”. O verbo παράγω, polissêmico no grego antigo, significava basicamente “conduzir ao lado” ou “dirigir a um outro sentido” (BAILLY, 1935[1895]). O particípio, na passagem, apresenta um sentido próximo ao significado básico, ou seja, na concepção platônica, houve um *desvio* na forma da palavra. A discussão sobre a adequação dos nomes, em *Crátilo*, surge em contexto no qual se julga a forma da palavra porque o relevante é o significado. Assim, uma determinada palavra deveria ter uma forma, de acordo com seu significado, a qual foi *desviada* de seu curso. Interessa notar que o significado empregado por Platão é o essencial, ou seja, o núcleo semântico que estará sempre presente na trajetória da palavra.

Comparados os dois usos, em Quintiliano, a substituição, chamada de *derivação*, envolve palavras que, embora distintas, mantêm entre si um núcleo semântico comum, ou seja, são derivadas pelo significado, apenas; já em Rufiniano, a derivação envolve forma e conteúdo.

Dessa maneira, têm-se a definição:

DEF. 4.4: *Derivação* é uma semelhança de significado entre palavras de forma semelhante.

4.2.4. Prisciano

A distinção entre *flexio* e *derivatio* só ficou clara séculos mais tarde, ao menos nesta pesquisa. No texto de *Priscianus Caesariensis* (500 d.C.), ambas aparecem no mesmo excerto:

Est autem rectus, qui et nominativus dicitur. per ipsum enim nominatio fit, ut 'nominetur iste Homerus, ille Virgilius'. rectus autem dicitur, quod ipse primus natura nascitur vel positione et ab eo facta **flexione** nascuntur obliqui casus. genetivus autem, qui et possessivus et paternus appellatur, genetivus vel quod genus per ipsum significamus, ut 'genus est Priami', vel quod generalis videtur esse hic casus genetivus, ex quo fere omnes **derivationes** et maxime apud Graecos solent fieri...

No entanto, [há] o [caso] reto, que é chamado “nominativo”, pois, por meio dele se faz a denominação de que “esta pessoa seja nomeada Homero [e] aquela, Virgílio”. Chama-se reto, porém, porque [é] o primeiro [que] surge, por natureza ou por posição, e a partir dele nascem os casos oblíquos, por meio de **flexão** que [os] produz. O genitivo, contudo, [é] o que se chama também de possessivo e de paterno: ou o genitivo a que damos o significado da própria raça (genus), como “ele é da raça (genus) de Príamo”, ou aquilo que parece ser “genérico” (generalis) e [eis] aqui o caso genitivo, do qual quase todas se costumam criar as **derivações**, principalmente entre os gregos. (tradução nossa).

(*Institutiones Grammaticae*, Livro 5, 72)

Nessa passagem, fica claro que Prisciano emprega o termo *flexio* para se referir aos casos latinos; no entanto, ao se referir a verbos, fala de *declinatio*, nesse e em outros excertos. *Derivatio* parece significar uma espécie de linhagem semântica, uma vez que o comentário do autor relaciona o *nominativo* ou *caso reto* à origem de todos os outros casos, mas também fala de *genus*, o que permite pressupor que o nominativo geraria elementos da mesma *espécie*.

Em Prisciano, o termo *flexão* passa a designar, nos nomes, os casos latinos. Já a *derivação* designa a relação semântica entre palavras de mesma linhagem:

DEF. 4.5: *Flexão* é uma declinação de caso a partir do caso reto.

DEF. 4.6: *Derivação* é uma linhagem semântica de palavras de mesma origem.

4.3. Varrão

Marcus Terentius Varro (116-27 a.C.), dentre muitas obras, escreveu *De Lingua Latina* entre os anos 47 e 45 a.C. para tratar da etimologia, da morfologia e da sintaxe (TAYLOR, 1974, p. 3). A obra é considerada a pioneira dos estudos gramáticos romanos. Tem-se notícia do total de 25 livros, mas sobreviveram, com algumas lacunas, apenas seis deles: os livros V, VI e VII, em que trata de etimologia, e os livros VIII, IX e X, em que aborda as palavras. De acordo com Kent (1951), o livro I era uma espécie de introdução aos assuntos abordados por Varrão, com uma dedicatória a Cícero; os outros 24 livros poderiam ser divididos em quatro conjuntos, sendo que cada conjunto possuía 6 livros, divididos, do mesmo modo, em três partes, ou seja, cada assunto foi desenvolvido em três livros. Conforme Kent (1951, p. ix-xi), a obra era organizada da seguinte maneira:

- 1) Nos livros de II a VII, cogita-se que Varrão tenha abordado a *impositio vocabulorum* (imposição das palavras), ou como as palavras eram impostas às coisas. No livro II, teria apresentado argumentos contra o reconhecimento da etimologia como uma área de estudos e, no livro III, teria reunido argumentos a favor dessa prática. Já no livro IV teria discutido a natureza da etimologia.
- 2) Nos livros de V a VII, discutiu a origem das palavras. No livro V, investigou a origem dos nomes de lugares; no livro VI, abordou as palavras que possuíam a ideia de tempo, dentre elas, os verbos; no livro VII, procurou explicar palavras raras e obscuras usadas por poetas.
- 3) Nos livros de VIII a X, concentrou-se no embate entre a analogia e a anomalia. No livro VIII, apresentou os argumentos contra a analogia; no livro IX, os argumentos contra a

anomalia; e, no livro X, expôs a necessidade de considerar tanto a analogia quanto a anomalia no exame das palavras.

- 4) Nos livros de XII a XIII, Kent presume que Varrão tenha abordado a analogia na derivação. Nos livros XIV a XIX, diz que provavelmente tenha discutido a sintaxe; mas, dos livros restantes, não se tem informações precisas, por isso se especula um tratamento dado à retórica e à estilística.

As principais fontes orientadoras dessa divisão estabelecida por Kent foram os gramáticos posteriores, especialmente *Marcus Fabius Quintilianus* (Quintiliano, 35-95 d.C.), *Marcus Valerius Probus* (Probo, séc. I), *Aulus Gellius* (Aulio Gélío, 125-180 d.C.), *Nonius Marcellus* (Marcelo, séc. III-IV), *Flavius Sospater Charisius* (Carísio, séc. IV) e *Priscianus Caesariensis* (Prisciano, séc. VI).

Varrão investigou as palavras¹⁰⁷ de uma maneira muito inovadora em relação aos seus predecessores gregos. O conceito de *latinitas* tinha uma conotação mais próxima a um ideal a ser buscado, em oposição a *ἑλληνισμός* (helenismo), originário de um pensamento purista, o mesmo que considerava bárbaro tudo o que não era grego. Varrão, ainda que levasse em conta esse ideal, também reconheceu haver no latim a influência de outras línguas, evidente pela presença de palavras de origem grega e de outras línguas como o gaulês, o cartaginês, o armênio, o sabino e o osco-umbro, dentre outras. Além disso, como se verá, demonstrou absoluta consciência a respeito das diferenças entre a língua ideal e a língua real.

Pressupõe-se, nos livros ora em análise, uma tentativa do autor de estabelecer uma investigação com o objetivo de desfazer um conflito gerado pela contradição entre princípios teóricos e evidências linguísticas. Por essa razão, nos livros de VIII a X, construiu um arcabouço analítico: argumentou contra a analogia, mas também contra a anomalia; por fim, procurou formular uma teoria a favor de ambas as posições como a única forma de compreender a complexidade lexical e, assim, desfazer o conflito.

A analogia e a anomalia teriam sido dois preceitos de análise linguística oriundos da velha discussão filosófica a respeito do caráter natural ou convencional da linguagem (cf. § 3.2.1.1). Naquele momento, o fenômeno linguístico investigado já não se confundia mais com a realidade em si, questão já superada pelos filólogos alexandrinos. No entanto, as discussões desenvolvidas

¹⁰⁷ Embora os estudiosos da obra varroniana utilizem o termo *morfologia* para se referir aos livros VIII, IX e X, é importante salientar que esse termo lhe era completamente desconhecido, uma vez que foi criado apenas no século XIX, como se verá.

por Varrão permitem dizer que a origem da linguagem humana era ainda envolta em mistério, e as indagações feitas séculos antes dele produziam ecos em seu pensamento.

4.3.1. Os conceitos de *Declinatio naturalis* e *Declinatio voluntaria*

Na tradição ocidental, a relação entre as palavras e as coisas foi discutida, no âmbito da filosofia, com o objetivo de examinar a realidade. Nesse contexto, o caráter natural ou convencional da linguagem eram interpretações oriundas de uma visão ontológica, que se servia da língua como meio de se descobrir o caminho da verdade absoluta. Discutia-se, portanto, a adequação dos nomes, se *natural*, se *convencional*. Em *Crátilo*, falava-se do ὀνοματουργός (legislador de nomes), aquele que seria o único capaz de nomear – haveria, desse modo, aos demais falantes, uma imposição do uso desses nomes, embora não ficasse claro, em Platão, quem possuiria o domínio da arte de nomear (cf. 3.1.2.1).

O exame etimológico foi fundamental para essas discussões. Assim ocorreu em *Crátilo*, assim também ocorrerá, séculos mais tarde, em *De Lingua Latina* (Livros V a VII). No entanto, em Varrão a discussão assumiu propriedades da metalinguagem, isto é, sabia-se que os nomes não pertenciam naturalmente às coisas, mas que lhes foram impostos e chegaram até nós por transmissão:

Duo igitur omnino verborum principia, impositio <et declinatio>, alterum ut fons, alterum ut rivus. Impositicia nomina esse voluerunt quam paucissima, quo citius ediscere possent, declinata quam plurima, quo facilius omnes quibus ad usum opus esset dicerent. (VIII, 5)

Portanto, ao todo, são duas as origens das palavras: *imposição* e *declinação*; uma [é] como uma fonte; a outra, como um rio. [Os homens] quiseram que os nomes impostos fossem em número o menor possível, para que pudessem aprendê-[los] mais rapidamente; já os nomes declinados, [eles quiseram que fossem tão] o mais numerosos possível, para que todos dissessem mais facilmente os que precisavam usar. (tradução nossa)

No entendimento varroniano, os nomes impostos tinham autoria conhecida – eram os próprios homens. Não se tratava mais de um ser abstrato e privilegiado, como em Platão (cf. § 3.1.2.1), mas de um consenso da humanidade que, além de tê-los criado, procurou fazê-lo de modo que fosse possível transmiti-los: “a história é necessária: não veio de outra forma até nós, se não aprendendo, pois de outro modo ele não veio até nós” (... *historia opus est: nisi discendo, enim aliter id non pervenit ad nos*) (VIII, 6).

Por outro lado, havia também em Varrão uma espécie de conciliação entre o *natural* e o *convencional*. Se os homens tinham a incumbência de nomear, não lhes faltava a natureza como essência: “pois ela [a natureza] foi o guia para que os vocábulos se impusessem ao homem” (*ea enim*

dux fuit ad vocabula imponenda homini) (VI, 3), assim como não lhes faltava o conhecimento, já que “a *impositio* está em nosso poder, [e] nós [estamos] em poder da natureza” (*Impositio est in nostro dominatu, nos in natura*) (X, 53). Pode-se dizer que houve, nessa visão conciliadora, a percepção de que só os homens tinham o domínio da linguagem.

Na perspectiva ontológica, Aristóteles havia dito que “os nomes são realizados em uma grande quantidade de palavras, já as coisas são infinitas em número” (τὰ μὲν γὰρ ὀνόματα πεπέρανται καὶ τό τῶν λόγων πλῆθος, τὰ δὲ πράγματα τὸν ἀριθμὸν ἄπειρά ἐστιν) (*Elencos Sofísticos*, 165 a 10-13). Preocupado com a descrição da língua, Varrão entendeu que os nomes impostos eram finitos, mas a *declinatio* seria um processo por meio do qual se criaria um número infinito de palavras. O autor romano dividiu a *oratio* em três partes: a *impositio*, ou como os nomes são impostos; a *declinatio*, ou como as palavras se multiplicam; e como as palavras expressam ideias quando unidas entre si por uma relação conjunta¹⁰⁸ (VIII, 1).

Os termos *imposição* e *declinação* são contrastados por Varrão. O contraste proposto serve à teorização linguística, que se dá por meio dos significados dos termos e de sua aplicação, que podem ser esclarecidos pelas sentenças nas quais cada termo é empregado. Não se pode dizer que há *definições* propriamente ditas, segundo os postulados de Hegenberg (1974), mas percebe-se que o *objeto língua* foi investigado e analisado e esses procedimentos serviram à sistematização de regras e à ordenação e classificação de itens linguísticos.

A teorização pode ser apreendida por meios das sentenças, que foram simplificadas com o objetivos de extrair delas os significados dos termos:

DEF. 4.7: A *imposição* é como uma fonte.

DEF. 4.8: A *declinação* é como um rio.

DEF. 4.9: A *imposição* e a *declinação* são partes da *oratio*.

DEF. 4.10: Os *nomes impostos* são transmitidos.

DEF. 4.11: Os *nomes declinados* expressam as relações familiares entre as palavras.

DEF. 4.12: Os *nomes* são *impostos* pela vontade dos homens e por influência da *natureza*.

DEF. 4.13: Os *nomes* são *declinados* por *natureza*.

DEF. 4.14: Os *nomes impostos* são finitos

DEF. 4.15: Os *nomes declinados* servem à infinitude das coisas.

¹⁰⁸ Dessa divisão em três partes, ou mais especificamente na terceira parte citada, deduz-se que Varrão tenha analisado a sintaxe no conjunto de obras que compõe o *De Lingua Latina*.

DEF. 4.16: As *palavras impostas* são os casos retos.

DEF. 4.17: As *palavras declinadas* são os casos oblíquos.

DEF. 4.18: As *palavras impostas* são as primeiras pessoas dos verbos no tempo presente.

DEF. 4.19: As *palavras declinadas* são os demais tempos e pessoas dos verbos.

Primeiramente, vale dizer que os *nomes impostos*, na língua latina, eram, segundo Varrão, o caso reto ou nominativo (VIII, 7) e a primeira pessoa verbal do tempo presente¹⁰⁹ (VIII, 9). Já a *declinatio* não estaria presente em todas as palavras, pois havia dois *gêneros* dentre elas: as *fecundas* e as *estéreis*¹¹⁰. Assim, todas as demais palavras, exceto as *estéreis* e as *impostas*, eram pertencentes, nas palavras de Varrão, ao caso oblíquo, que evidenciava o que ele chamou de “distinções variadas da voz” (*discrimina vocis plura*) (VIII, 10).

No entanto, apesar de haver essas “distinções variadas da voz”, para o autor, a *declinatio* seria a evidência de que as palavras possuíam relações entre si, relações estas a que ele se referiu por meio da expressão metafórica “*agnationes ac gentilitates*” (VIII, 4). Essa expressão deve ser interpretada de acordo com o significado de cada palavra: *agnatio* designa as relações parentais entre varões; *gentilitas* significa os laços familiares ou entre indivíduos de um mesmo povo. Ele entendia, ainda, que esse sistema tinha sido introduzido por ser útil e necessário, caso contrário haveria um número muito grande de palavras a serem aprendidas (VIII, 3).

Ao contrário do que possa parecer, Varrão não considerava apenas o latim. Sua análise abarcava outras línguas por ele conhecidas, embora ele não mencione, ao falar do conceito, nenhuma em específico. Isso se deduz por sua seguinte assertiva: “A *declinatio* foi introduzida não apenas nas falas dos latinos, mas também [na] de todos os homens” (*Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum*). Como se ocupava, em seu estudo, também da etimologia, pode-se pensar que ele comparava elementos de uma mesma língua assim como elementos entre as línguas, o que lhe possibilitou afirmar a origem grega para muitas palavras latinas, por exemplo. No entanto, é fundamental levar em consideração algo que parece ter sido esquecido por quem torna equivalentes os conceitos de *declinatio naturalis* e *flexão*, ou *declinatio voluntaria* e *derivação*. Esse algo diz respeito ao fato de que, embora existam unidades linguísticas menores que as palavras, Varrão não sabia disso.

¹⁰⁹ Essas noções foram herdadas dos filólogos gregos.

¹¹⁰ Procura-se expressar, na tradução, as acepções pensadas por Varrão, que entende a relação entre as palavras como se entenderiam as noções familiares, consanguíneas e de fertilidade, explicadas logo em seguida.

Nos dizeres de Taylor (1974, p. 9), a teoria linguística de Varrão baseia-se na visão segundo a qual as palavras são as unidades atômicas mínimas da linguagem. Por isso, Varrão indaga o que seria a palavra, se aquilo que ouvimos, se aquilo que entendemos, ou se ambas as coisas (VIII, 40). O próprio Varrão esclarece:

Verbum dico orationis vocalis partem, quae sit indivisa et minima. Si declinationem naturalem habeat, simile verbum verbo tum quom et re quam significat et voce qua significat et in figura e transitu declinationis parile. Declinatio est, cum ex verbo in verbum aut ex verbi discrimine, ut transeat mens, vocis commutatio fit aliqua. Similitudo declinationis, cum item ex aliqua figura in figuram transit, ut id transit, cum quo confertur.

Eu defino “palavra” como a parte da oração falada, que é mínima e não dividida. Se houver *declinatio naturalis*, então uma palavra é semelhante a [outra] palavra, quando [for] igual, a partir do movimento da *declinatio* tanto na coisa que significa, quanto na voz para que aponta [ou ainda] na figura. Há *declinatio*, quando houver alguma transformação do que se diz, de uma palavra ou de uma particularidade de uma palavra a [outra] palavra, de modo que o pensamento se modifica. Uma semelhança de *declinatio* surge também quando se modifica de alguma figura em [outra] figura, de modo que o que muda se une com ela. (X, 77) (tradução nossa)

De acordo com a explicação varroniana, tem-se que, da forma imposta *stella* (caso reto, nominativo), são geradas **palavras diferentes**, dentre outras, *stellae* e *stellam* (casos oblíquos, respectivamente dativo e acusativo). Há entre elas semelhanças de forma e de significado, mas não há identidade, uma vez que existe, na comparação, uma “transformação do que se diz” (*commutatio vocis*) que promove alteração de significado. *Palavra*, portanto, é uma combinação daquilo que ouvimos com aquilo que entendemos.

À classificação feita por meio das aplicações do termo, relaciona-se a definição de *palavra*. Pode-se dizer que houve o que Hegenberg (1974; cf. § 2.1.2) chama de *definição real*, pois Varrão procura captar a essência do *objeto* definido:

DEF. 4.20: A *palavra* é aquilo que ouvimos e que entendemos.

DEF. 4.21: A *palavra* é parte mínima e não dividida da oração falada.

DEF. 4.22: As *palavras* diferem-se por meio das discriminações de voz.

As *palavras* originam-se da *imposição* e da *declinação*. As *discriminações variadas da voz*, por sua vez, diferem uma *palavra* das outras, mas essas discriminações são *semelhantes entre si* no mesmo *caso*. Há, portanto, *palavras* que se assemelham pelas *relações familiares* e as que se assemelham pelas *discriminações de voz*.

Varrão estabelece as condições para que um nome seja similar a outro. Para isso, diz que deve ser do mesmo gênero, da mesma espécie, do mesmo caso ou da mesma declinação (X, 21). Por *gênero*, refere-se a *masculino*, *feminino* ou *neutro*; por *espécie*, faz uma subcategorização, como a dos nomes próprios; por *caso*, o reto e os oblíquos; por *terminação*, as letras finais das palavras.

Ainda, devem ser dispostas em duas linhas, chamadas de diretas e verticais: nas linhas diretas, dispõem-se as palavras por gênero; nas linhas verticais, as palavras são dispostas por caso; de modo que “as partes das linhas transversais se chamam casos [e] das verticais, gênero, e [a que] está disposta entre elas [chama-se] forma” (*Transversorum ordinum partes appellantur casus, directorum genera, utrisque inter se implicatis forma*) (X, 22).

No sentido espacial, o que Varrão chama de linhas diretas e verticais corresponde àquilo que atualmente se entende por linhas horizontais e verticais, o que permite conceber a seguinte disposição:

	masculino	feminino	neutro
nom.	albus	albă	album
gen.	albi	albae	albi
dat.	albo	albae	albo
ac.	album	albam	album
abl.	albo	albă	albo
voc.	albe	albă	album

Embora a disposição das palavras em linhas horizontais e verticais fique muito clara na descrição de Varrão, é importante dizer que esse tipo de apresentação não ocorria entre os romanos. Gramáticos posteriores também nunca a utilizaram, pois era comum que os *casos* fossem apresentados na sequência da frase¹¹¹. Percebe-se, então, que Varrão procurou expor o percurso de seu raciocínio na análise dos *casos*.

O que está em jogo, na concepção varroniana, é o conceito de língua, que pode ser definido como um conjunto de itens linguísticos herdados. No ato de nomear, os homens criariam nomes e verbos e, ao fazê-lo, seguiriam a natureza que lhes proporcionou um modo. Esse conjunto formado de palavras herdadas e do modo de criá-las é a herança deixada aos sucessores. A herança permite gerar novos itens linguísticos porque é compartilhada por indivíduos pertencentes a uma mesma família ou a um mesmo povo. No entanto, não se pode esquecer de que, embora Varrão trate das palavras, é da *oratio* que ele extrai suas análises. Por essa razão ele vai dizer que a *analogia* tem papel fundamental, porque produz a força da regularidade:

Analogia fundamenta habet aut a voluntate hominum aut a natura verborum aut <a> re utraque. Voluntatem dico impositionem vocabulorum, naturam declinationem

¹¹¹ Conforme Law (2003, p. 133), era comum, na Idade Média, usarem a disposição de texto em colunas para expor listas de exemplos.

uocabulorum, quo decurritur sine doctrina. Qui impositionem sequetur. dicet, si simile in recto casu dolus et malus, fore in obliquo dolo et malo; qui naturam sequetur, si sit simile in obliquis Marco Quinto, fore ut sit Marcus Quintus; qui utrumque sequetur, dicet si sit simile, transitus ut est in servus serve, fore ut sit item cervus cerve. Co<m>mune omnium est, ut quattuor figurae vocis habeant proportionem declinatus.

A analogia tem [seus] fundamentos ou por vontade dos homens, ou pela natureza das palavras, ou pelas duas coisas. Por vontade quero dizer a *impositio* dos vocábulos, por natureza, a *declinatio* dos vocábulos, que é exercida sem doutrina. Quem seguir a *impositio* dirá que, se, de modo semelhante, *dolus* (“engano”) e *malus* (“mau”) [estão] no caso reto, [que] serão no caso oblíquo *dolo* e *malo*; quem seguir a natureza dirá similarmente [que], se há *Marco Quinto* nos [casos] oblíquos [i.e. do dativo e ablativo], haverá [também, no nominativo] *Marcus Quintus*; quem seguir os dois, dirá similarmente [que], se houver mudança em *servus* (“escravo”) [para] *serve* (“ó servo!”), haverá também de *cervus* (“cervo”) [para] *cerve* (“ó cervo!”). É comum a todos [os casos de analogia], que quatro figuras de voz tenham [seus componentes] declinados em proporção. (X, 51) (tradução nossa).

Ao comparar palavras cujo significado é diferente, Varrão vê as semelhanças da forma tanto entre palavras do caso reto quanto entre as dos casos oblíquos. Por isso, ele afirma que a *analogia* reside nessa relação proporcional, ou seja, a semelhança das formas mostra haver uma variável que é, ao mesmo tempo, uma constante. Como, para ele, não há qualquer unidade linguística menor do que a palavra, a *declinatio naturalis* é a proporcionalidade existente em palavras que apresentam essa *variação de voz* constante.

Por outro lado, a palavra deve sempre ser entendida como uma relação entre forma e significado. Assim, Varrão expôs as maneiras pelas quais a *declinatio naturalis* atua sobre os significados e, nesse sentido, pode-se perceber que o pensamento de Aristóteles subjaz à concepção da *declinatio*, isto é: se as coisas são infinitas, a *declinatio* permite que os nomes sejam em grande número ou se multipliquem para se adequar à infinitude das coisas.

A multiplicação dos nomes, de acordo com Varrão, segue dois parâmetros: a *declinatio naturalis* e a *declinatio voluntaria*. A *declinatio naturalis* é aquela que nasce do consenso (VIII, 21), pois, ao mesmo tempo em que se ampara nos itens herdados, permite o compartilhamento dos itens linguísticos entre os homens; por isso, nela há mais analogia (VIII, 23). A *declinatio voluntaria* é aquela que vem da vontade do indivíduo:

Sic tres cum emerunt Ephesi singulos servos, nonnunquam alius declinat nomen ab eo qui vendit Artemidorus, atque Artemam appellat, alius a regione quod ibi emit, ab Ionia, alius quod Ephesi Ephesium, sic alius ab alia aliqua re, ut visum est.

Assim, quando três [homens] compraram, cada um, um escravo em Éfeso, às vezes um declina o nome [do escravo] a partir daquele que vende, *Artemidorus* ‘Artemidoro’, e o chama *Artemas*; outro [o declina] da região, porque ali [o] comprou, e a partir de *Ionia* (‘Jônia’) o chama *Ion*; outro, porque o escravo [era] de *Ephesus* ‘Éfeso’, [o chama] *Ephesius*; desse modo, como se vê, cada um [declina o nome] a partir de algo [diferente]. (VIII, 21) (tradução nossa)

O caráter facultativo da *declinatio voluntaria* reside apenas na escolha de um dos itens que estão em contiguidade, no mundo real, com a coisa a ser nomeada. Esse item preferido gera o princípio semântico a partir do qual a palavra criada submete-se aos preceitos da *declinatio naturalis*. Essas noções são fundamentais para entender as definições de *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria*:

DEF. 4.23: *Declinatio naturalis* é aquela que nasce do consenso entre os homens.

DEF. 4.24: *Declinatio voluntaria* é aquela que vem da vontade do indivíduo.

Deduz-se que, para Varrão, a *declinatio voluntaria* é a *imposição*, já que este termo se associa à *vontade do indivíduo*, também responsável por compartilhar sua criação na *oração falada*. Já a *declinatio naturalis* é a *declinação*, pois toda criação multiplica-se por meio das *discriminações variadas de voz*. Tanto a *declinatio naturalis* quanto a *declinatio voluntaria* são possíveis pela natureza, mas sua disseminação implica o *consenso dos homens*. Em ambas, existem *analogia* e *anomalia*; em ambas, há *natureza* e *convenção*. Desse modo, Varrão resolveu as dicotomias de seu tempo; nesse sentido, imprimiu sua visão particular no exame linguístico. Existe, assim, uma concepção teórica da linguagem porque sua interpretação dialoga com elaborações teóricas antecedentes.

Em suma, a teoria linguística varroniana associa-se à discussão entre os posicionamentos dicotômicos a respeito da *analogia* e da *anomalia* na língua. Sua análise reveste-se de uma resposta, ainda que indireta, à origem desses fenômenos. Em sua visão, a *analogia* é herança, pois estabelece as *regularidades* paradigmáticas dos sons usados para expressão linguística, que é forma, mas também é significado: aquilo que ouvimos e aquilo que entendemos, ou a *palavra*. A autonomia humana possibilita a existência de criações não paradigmáticas, as chamadas *anomalias*, que é, da mesma forma, estreita ligação entre aquilo que ouvimos e aquilo que entendemos; enfim, uma *palavra*.

Os conceitos de *analogia* e de *anomalia* foram criados em resposta a uma visão de língua que se confundia com a noção de realidade. A palavra como mimese confundia-se com a coisa e, por natureza, dela não poderia se apartar. Varrão, por sua vez, desfaz essa visão dicotômica entre *analogia* e *anomalia* ao inserir na reflexão metalinguística a vontade humana, que opera segundo o que convém ao indivíduo no ato da criação da palavra, mas, ao mesmo tempo, solidariza-se com aquilo que representa linguisticamente, por herança e uso, o consenso.

Outros princípios são, da mesma forma, considerados por Varrão. A discussão empreendida por adeptos à *analogia* ou à *anomalia* fundamentava-se em apenas uma modalidade da língua, entendida como ideal, porque oriunda dos oradores e dos poetas. Entretanto, para Varrão, a *impositio* é faculdade de todos os homens, não só de um superior, por essa razão, ele afirma:

Consuetudo loquendi est in motu: itaque sole<n>t fieri et meliora deteriora <et deteriora> meliora; verba perperam dicta apud antiquos aliquos propter poetas non modo nunc dicuntur recte, sed etiam quae ratione dicta sunt tum, nun<c> perperam dicuntur.

O costume de falar está em movimento: assim costuma tornar-se as melhores palavras em piores e as piores em melhores; palavras de outrora ditas incorretamente entre alguns antigos por causa dos poetas são ditas corretamente agora, mas também as que eram ditas, naquela época, de modo razoável, agora são ditas incorretamente. (IX, 17) (tradução nossa)

Como se pode notar, Varrão entende que a língua está sujeita a, no mínimo, dois movimentos, que ocorrem na fala e no tempo em contraste com a língua dos autores latinos. Atualmente esses movimentos são entendidos, respectivamente, como variação diafásica e variação diacrônica. Existe a noção do que é certo ou errado, do que é melhor ou pior, mas há também a aceitação de que a realidade linguística, ou o costume de falar, não obedece à concepção de língua idealizada na *latinitas*.

O princípio da *regularidade*, ou da *analogia*, é aquele que permite haver semelhança entre as formas das *palavras*, e não entre as *palavras* e as coisas. A prova disso seria, de acordo com Varrão, dentre outros inúmeros exemplos discutidos pelo autor, o fato de nomes de homens serem formas femininas: *Perpenna*, *Caecina* e *Spurinna*, isto é, pertencerem à primeira declinação. Varrão compara esse uso de nomes ao uso de túnicas masculinas e femininas, cuja distinção ocorre apenas por convenção (IX, 27). Em seguida, afirma que “A semelhança da distinção de voz (*flexurae*), por isso, também deve ser observada, porque é evidente que algumas palavras têm seu caminho a partir das mesmas palavras, das quais são declinadas” (*Flexurae quoque similitudo videnda ideo quod alia verba quam vi<a>m habeant ex ipsis verbis, unde declinantur, apparet*).

Para Varrão, se as *palavras* não são as coisas, isso significa que os nomes se ligam às coisas por convenção, por costume. A semelhança deve, portanto, ser buscada nas formas das palavras, ou em sua *flexura*. Varrão se refere à *declinatio* ou às *discrimina vocis plura* (distinções variadas da voz) que, em palavras diferentes, apresentam semelhança entre si. Nessa semelhança estaria o verdadeiro princípio da *regularidade*, que é referida pela palavra *flexura*, nome formado a partir da raiz *flex-*, a mesma raiz de *flexio*. Esse uso varroniano está em consonância com os outros gramáticos coetâneos, que usam cognatos de *flexio* para se referir às *variações da voz*.

Em diversas passagens do texto *De Lingua Latina*, Varrão procurar explicar suas ideias linguísticas por meio de metáforas e demonstra apreço pelo uso de elementos da natureza, embora não falem referências a costumes, objetos e até relações familiares ou de parentesco. Além disso, suas ideias tiveram grande influência em autores posteriores. Quintiliano (*Marcus Fabius Quintilianus*,

35-95 d.C.) referiu-se a Varrão como “o homem mais erudito dentre os romanos” (*Vir romanorum eruditissimus*), em sua *Institutio Oratoria* (X, 1, 95).

Não há, entretanto, em Varrão, a percepção de unidades linguísticas menores que as *palavras*, por isso não se pode afirmar que, naquele período, ele entendia a *declinação* ou a *conjugação* como expressões da mesma *palavra*. Mas pode-se dizer que os termos *flexão* e *derivação*, tal como entendidos atualmente, são parcialmente cobertos pela exposição varroniana do léxico latino. A *declinatio naturalis* aplica-se a qualquer elemento linguístico passível de variação de forma, ou *discrimina vocis plura*, expediente por meio do qual as palavras acompanham a infinitude das coisas. A *declinatio voluntaria*, por sua vez, é o ato de nomear, necessário quando se está diante de algo a que se deseja referir. A nomeação se faz com base nas relações estabelecidas pelos seres, reais ou linguísticos, contíguos ao elemento a ser nomeado. A *declinatio naturalis* ocorre a partir de paradigmas presentes na língua; a *declinatio voluntaria*, como o próprio nome diz, é escolha, uma vez que nomear é da alçada humana.

4.4. O conceito de Flexão na Antiguidade Clássica

Nesta seção, expõem-se as definições extraídas no exame teórico (cf. § 2.1.2 ss.) por meio de um quadro. Em seguida, propõe-se uma discussão pautada na Conceitografia de Frege (1892a; 1892b; 1895; cf. § 2.1.3).

Em Prisciano (500 d.C), viu-se que *flexão* e *declinação* são dois termos empregados para se referir aos *casos* latinos. Contudo, o termo *declinatio* estava presente em Varrão, que o antecede mais de 500 anos. Por essa razão, retomam-se primeiramente os conceitos varronianos:

Conceitos varronianos	
<i>imposição</i>	(DEF. 4.7) é como uma fonte.
	(DEF. 4.9) é parte da <i>oratio</i> .
<i>declinação</i>	(DEF. 4.8) é como um rio.
	(DEF. 4.9) é parte da <i>oratio</i> .
<i>nomes impostos</i>	(DEF. 4.10) são transmitidos.
	(DEF. 4.12) são impostos pela vontade dos homens e por influência da natureza.
	(DEF. 4.14) são finitos.
<i>nomes declinados</i>	(DEF. 4.11) expressam as relações familiares entre as palavras.
	(DEF. 4.13) são declinados por natureza.
	(DEF. 4.15) servem à infinitude das coisas.
<i>palavras impostas</i>	(DEF. 4.16) são os casos retos.
	(DEF. 4.18) são as primeiras pessoas dos verbos no tempo presente.
<i>palavras declinadas</i>	(DEF. 4.17) são os casos oblíquos.
	(DEF. 4.19) são os demais tempos e pessoas dos verbos.

<i>palavra</i>	(DEF. 4.20) é aquilo que ouvimos e que entendemos.
	(DEF. 4.21) é parte mínima e não dividida da oração falada.
	(DEF. 4.22) uma se difere da outra por meio das discriminações de voz.
<i>declinatio naturalis</i>	(DEF. 4.23) é aquela que nasce do consenso entre os homens.
<i>declinatio voluntaria</i>	(DEF. 4.24) é aquela que vem da vontade do indivíduo.

Quadro 4.1: Conceitos varronianos.

Em Varrão (cf. § 4.3.1), a *declinação* difere-se da *imposição*: esta designa o chamado *caso reto*, ou *nominativo*; aquela, os *obliquos*, ou os demais *casos*. Caberia aos homens a *imposição* de nomes às coisas, isto é, a ação de nomear era voluntária e a aceitação dessa nomeação era puramente convencional, uma vez que dependia do consenso dos demais; ainda, os nomes dados às coisas eram transmitidos por herança. Já a *declinação* era o meio pelo qual a infinitude das coisas era expressa. Embora nesse autor não haja percepção de qualquer unidade menor que a palavra, a língua latina, estruturada em *casos*, apresenta peculiaridades a serem examinadas a fim de entender o modo pelo qual Varrão concebe a *declinação* e seu caráter de infinitude.

Varrão, ao falar sobre a *declinatio voluntaria*, menciona que, se três homens comprassem escravos, seria possível que cada um nomeasse o seu de três maneiras diferentes: tomando o nome daquele que lhe vendeu o escravo, *Artēmīdōrus* (nome masc., 2ª decl.), declina-se *Artemas* (nome masc., 3ª decl.); a partir da região onde o comprou, *Īōniā* (nome fem., 1ª decl.), declina-se *Īōn* (nome masc., 3ª decl.); ou se baseia no nome da região de origem do escravo, *Ēphēsus* (nome fem., 2ª decl.), declina-se *Ēphēsūs* (nome masc., 2ª decl.). A *declinatio voluntaria* assume duas noções: o ato de vontade humano estabelece uma conexão entre o ser nomeado e os demais seres, ou seja, há uma relação entre as coisas, mas, para isso, na nomeação, esse ato de vontade também segue as características fornecidas pela língua, chamadas por Varrão de “influência da natureza”.

A voluntariedade do ato de nomear atrela-se a uma semelhança entre o nome de origem e o nome criado; este será declinado a partir de um paradigma de *casos* diferente daquele. De um lado, os nomes assemelham-se, porque nessa semelhança se exprime a relação presente na ontologia, ao mesmo tempo em que se diferenciam; do outro, cada nome criado, segundo seu entendimento, no *caso reto*, geraria todas as demais formas dos *casos obliquos*, que Varrão chama de *declinatio naturalis*. A *declinatio voluntaria* baseia-se na percepção do indivíduo, isto é, no modo como esse indivíduo percebe as coisas ao seu redor. A percepção do indivíduo e a relação que ele estabelece entre as coisas são expressas no *caso reto*, concernente ao ato de nomear. Os *casos obliquos*, dados pela natureza, expressam as diversas maneiras de se referir ao ser nomeado. No entanto, para Varrão, cada forma era uma palavra distinta, “aquilo que ouvimos e que entendemos” (cf. § 4.3.1). Nesse

sentido, Varrão procura conciliar as concepções φύσις (*natureza*) e νόμος (*convenção*), além dos já comentados princípios de *analogia* e de *anomalía* relacionados à linguagem.

A visão varroniana a respeito da *declinação* apresenta uma *convergência de abordagem* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1) em relação aos demais autores estudados no que se refere às propriedades extensivas do conceito. As definições relacionadas a *nomes* ou *palavras declinadas* são intensivas e extensivas. Quanto à intensão, sobre os *nomes declinados*, têm-se as seguintes definições:

- ✓ *expressam as relações familiares entre as palavras.*
- ✓ *são declinados por natureza.*
- ✓ *servem à infinitude das coisas.*

A metáfora ‘relações familiares’ expõe um modo de interpretar as palavras pertencentes à *declinação*. Essas palavras são, ‘por natureza’, um meio de expressar a ‘infinitude das coisas’. Nessas propriedades, vislumbra-se que uma mesma coisa pode ser expressa a partir de várias perspectivas, e cada uma dessas perspectivas é manifestada em cada uma das palavras. As extensões servem para esclarecer de quais perspectivas fala Varrão: “são os casos oblíquos” e “são os demais tempos e pessoas dos verbos” (cf. § 4.3.1).

As propriedades relativas a *nomes* ou *palavras impostas* também são intensivas e extensivas. A intensão, cotejada às definições das palavras declinadas, deixa clara a diferença:

- ✓ *são transmitidos.*
- ✓ *são impostos pela vontade dos homens e por influência da natureza.*
- ✓ *são finitos.*

Os *nomes* são *impostos* pela “vontade dos homens”, mas, ao mesmo tempo, seguem a “natureza”, ou seja, embora haja escolha, a forma de um nome obedece às formas de outros *nomes* *impostos*. A *imposição* requer aceitação, consenso e, uma vez assumidos, os *nomes* *impostos* são “transmitidos”. Ao contrário dos *nomes declinados*, os *nomes* *impostos* são “finitos”: essa oposição exprime que Varrão não confundia nomes e coisas, mas sim entendia que as mesmas coisas poderiam ser expressas por perspectivas distintas. Nesse sentido, a distinção entre língua, pensamento e realidade fica evidente. Os *nomes* *impostos* nomeiam as coisas, enquanto os *nomes* *declinados* expressam a mesma realidade vista de diversos ângulos.

As discussões varronianas expressam, por fim, seu conceito de *língua*, uma vez que ele comenta o que há entre as palavras e as coisas. Assim como outros de seu tempo, Varrão entende que a língua se estabelece a partir de *um princípio de identificação linguístico-ontológico* (cf. § 3.3). Falar da

língua é, desse modo, falar também das coisas que as palavras expressam, ainda que a interpelação não se dê sobre as coisas em si, mas sobre como os homens relacionam palavras e coisas. Seus conceitos de *declinatio voluntaria* e de *declinatio naturalis* caem sob um conceito superior de *princípio de identificação linguístico-ontológico*.

Mais tarde, as formas da *declinação* serão referidas por meio do termo *flexão*, que era empregado em outra área disciplinar. Outras camadas de significado, porém, sobrepõem-se. Retomam-se as definições extraídas dos exames:

Flexão	
<i>Cícero</i>	(DEF. 4.1) é uma modulação ou entonação de voz para expressar um significado.
<i>Quintiliano</i>	(DEF. 4.2) é uma variação de voz ocorrida nas sílabas das palavras.
<i>Prisciano</i>	(DEF. 4.5) é uma declinação de caso a partir do caso reto.
Termo relacionado: Derivação	
<i>Quintiliano</i>	(DEF. 4.3) é uma semelhança de significado entre palavras diferentes.
<i>Rufiniano</i>	(DEF. 4.4) é uma semelhança de significado entre palavras de forma semelhante.
<i>Prisciano</i>	(DEF. 4.6) é uma linhagem semântica de palavras de mesma origem.

Quadro 4.2: Conceitos de *Flexão* e de *Derivação* (autores latinos).

Um exame inicial das definições assim dispostas permite observar que o modo de apresentação de cada um dos termos, *flexão* e *derivação*, é diverso. Na *flexão*, o olhar parte da forma para o significado e, na *derivação*, parte do significado para a forma:

Figura 4.1: Representação do sentido de *Flexão* e de *Derivação*

Nascida da percepção de uma *variação de voz*, metáfora empregada para se referir à altura, intensidade, duração ou qualidade de um som natural, a *flexão* surgiu nas tentativas de descrever a língua, categorizar seus itens, explicá-los, prescrever seus usos e, dessa forma, preservar um bem cultural compartilhado. Essa noção é observada, especialmente, em Cícero e em Quintiliano (cf. § 4.2.1 e § 4.2.2).

As propriedades presentes nos usos em Cícero e em Quintiliano permitem observar que *flexão* e *entonação de voz* assim como *flexão* e *variação de voz* são conceitos que, em cada contexto, estabelecem uma relação de *igualdade* ou de *identidade* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). Isso ocorre

porque os conceitos têm como *referência* o próprio objeto e, nesses empregos, o sentido é o modo como o objeto é apresentado, ou seja, a *entonação* ou a *variação de voz* são vistas como modos de se propagar o som vocálico. A menção a sílabas, em Quintiliano, parece ser o estímulo necessário para que essa *variação* fosse percebida em parte da palavra.

Da metáfora, o termo *flexão* passa por o que Swiggers chama de *terminologia por sobreposição* (2010; cf. § 2.1.1). A noção de *variação de voz*, em momento posterior, permitia referir-se aos *casos* latinos, destacando a regularidade das sílabas finais das palavras (cf. § 4.2.4). É preciso salientar, todavia, que a *variação* apontada nas palavras servia também para agrupá-las em torno de um significado comum, tenuemente alterado. Falar de *significado*, naquele contexto, era falar das coisas: das coisas em si ou de como eram percebidas.

Em obras sobre a arte da oratória, o termo associava-se à *modulação* ou *entonação* de voz usadas para expressar um *significado* (cf. § 4.2.1): essas alterações vocálicas expressam, por parte de quem as produz, e evocam, em quem as escuta, um *sentido*. De *modulação* ou *entonação*, o termo passou a designar, nas aulas de oratória, os significados e formas contidos em palavras próximas. Essa percepção permitia captar as regularidades distintas para nomes e verbos, cujo caráter paradigmático já era designado por *declinação* (cf. § 4.2.2).

O uso de *flexão* tornou-se comum em gramáticos latinos que ensinavam a arte retórica, por essa razão pode-se afirmar que o termo, antes usado para se referir a algo da realidade, *caiu sob um conceito* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). Falar de *flexão* equivalia a falar de *declinação* (cf. § 4.2.4). Examina-se, com maior cuidado, o que significa o termo *cair sob o conceito* de *declinação*, na obra de Prisciano:

✓ *Flexão é uma declinação de caso a partir do caso reto.*

Entendia-se, nesse contexto, que o *caso reto* seria a origem de todos os outros *casos*. Também chamado de *nominativo*, era, na concepção de Prisciano, o meio pelo qual se nomeavam todas as coisas, e a *flexão* era a forma de produzir todos os outros *casos*. A *flexão* deixa, assim, de se referir ao objeto e passa a se referir ao modo como um conceito é apresentado a partir da descrição e análise desse objeto. *Declinação*, portanto, era um conceito a que o conceito de *flexão* estava subordinado. A *declinação* era o conjunto de *casos*, e cada *caso* era designado por *flexão*.

Embora não esteja em exame, o termo *derivação* surge nesses contextos de análise da linguagem. Certamente, a designação era necessária para que não houvesse confusão entre paradigmas de *declinação* distintos. A superabundância de formas carecia de termos que apontassem quando se estava diante de uma mesma *declinação* e quando havia uma outra. Assim, o termo *flexão*

passa a ser empregado para designar formas de uma mesma *declinação*. Já o termo *derivação* passa a ser usado para designar formas desviadas de outras formas, porque seu produto nomeia outro referente¹¹², ou outra coisa; daí a referência do significado para a forma.

A *flexão* conduz ao modo como um mesmo ser é designado. Nesse sentido, a língua apresenta formas diferentes para expressar certas diferenças de percepção desse ser ou referente: por essa razão, o *nominativo* é o *caso* entendido como sendo o princípio dessa *nomeação* e todos os outros casos são entendidos como modos distintos de conceber esse mesmo ser ou referente.

As palavras chamadas de *derivadas* são aquelas que nomearam outros seres a partir de uma relação de contiguidade que estes apresentavam com seres que os antecediam: insere-se, nesse modo de apreensão, a noção de primitivo – o que veio antes, ou o que veio primeiro, mas não aplicado à língua, mas sim à relação entre as coisas. No entanto, a mesma percepção que permite entender uma relação de anterioridade e de posterioridade entre as coisas permite também analisar a estrutura de dada língua: o produto chamado de *derivação*, uma palavra, mantém um significado próximo com outros elementos da língua. Contudo, naquela teoria linguística que se firmava, esse produto era percebido como elemento que designava outro ser ou outro referente, por meio da semelhança material com esses outros elementos ou qualquer outra relação, como as apontadas por Varrão e exemplificadas pelo ato de nomeação de um escravo.

Flexão e *derivação* são dois termos distintos para se referir ao mesmo objeto: as palavras. Aplicam-se a línguas estruturadas em *casos*, uma vez que havia modos de apreensão diferentes, que possibilitavam distinguir formas de um *mesmo paradigma de declinação* (por ex., apenas os paradigmas da 1ª *decl.*) e *paradigmas distintos de declinação* (quando comparados os paradigmas da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª *declinações*)¹¹³. Há, como se pode notar, um ponto de intersecção entre todos esses elementos, ainda que unidades menores que a palavra não sejam percebidas. Há também duas noções que se prenunciam: a flexão designa modos distintos de se referir a uma coisa; a derivação designa uma coisa que está em relação de contiguidade com outra. Atua, nessa conceituação, *um princípio de identificação linguístico-ontológico*.

¹¹² No capítulo 9, haverá uma clara distinção entre *referente* e *referência*. Por ora, o termo *referente* designa uma concepção própria da ontologia, em que há uma relação direta entre linguagem e realidade.

¹¹³ A conceituação envolvida na *flexão* e na *derivação* é influenciada pelo *princípio de identificação linguístico-ontológico* e corroborada pela observação de um mesmo paradigma de declinação e paradigmas distintos de declinação. Esse modo de analisar e de descrever as línguas, mesmo aquelas não estruturadas em casos, permanece em descrições posteriores graças à terminologia de empréstimo unilateral (SWIGGERS, 2010) advinda dessa tradição, como se verá nas seções seguintes.

Capítulo 5

A Flexão no séc. XIX

5.1. Contextualização

No capítulo anterior, viu-se como se deu a concepção de *flexão* aplicada aos estudos de linguagem. De uma referência à entonação de voz, sua aplicabilidade volta-se às terminações das palavras e, na gramática latina, equivale à *declinação*, isto é, um conceito pelo qual o termo pode ser substituído. Dentre os autores estudados, no autor mais tardio da Antiguidade, a *declinação* ainda era um meio de se referir tanto a nomes quanto a verbos. Uma consulta a obras lexicográficas, que lidam com a origem das palavras, traz a informação de que o termo *flexão* aplicado à declinação e à conjugação é registrado apenas no latim medieval (HOVEN, 2006), no início do séc. XVI, e em obras lexicográficas do inglês, em 1657, (MURRAY, 1933), do francês, em 1690, (REY, 2010) e do alemão, entre 1760-1830 (GOETHE-WÖRTERBUCH), cuja datação das acepções é precisa, mas também no italiano (ZINGARELLI, 2010) e no espanhol (COROMINAS; PASCUAL, 1984 [1980]). Entende-se, portanto, que era uma referência compartilhada no mundo ocidental, mas sua origem e seu desenvolvimento, na Antiguidade clássica, alcançaram apenas os nomes.

A investigação do percurso do uso do termo *flexão* chega ao séc. XIX. Embora o objetivo seja examinar definições intensivas e extensivas do termo em perspectiva interna (cf. § 2.1.4), é importante salientar algumas questões de ordem externa que auxiliam a compreensão quanto a certas *convergências de abordagem* e *conversões de perspectivas* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1) ocorridas nesse período, quer dizer, as continuidades e discontinuidades buscadas.

No início do séc. XIX, a metalinguagem adotou uma perspectiva histórica atrelada a então recente descoberta do sânscrito, que levou à investigação do possível parentesco entre as línguas. A revelação da similaridade formal entre uma língua do oriente e as línguas europeias, somada à vontade de empreender um projeto científico aplicado ao estudo das línguas, proporcionou a criação de um método de análise linguística. Esse método envolveu a comparação, em diferentes línguas, de unidades linguísticas cuja similaridade formal era apreendida especialmente por meio de itens linguísticos constitutivos das unidades. Prevvia-se, nessa perspectiva, a filiação das línguas, ainda que essa filiação rompesse distâncias geográficas e culturais. Pressupunha-se a existência de uma origem comum, língua-mãe, naquele momento, ainda não reconstruída, como viria a ser o

indo-europeu. A análise linguística revestiu-se, portanto, de um horizonte histórico, em que a herança lexical, se comprovada, seria fator primordial para alcançar o ambicioso propósito.

William Jones (1746-1794) é conhecido por ter apontado, em um de seus discursos proferidos, no final do séc. XVIII, o possível parentesco entre o sânscrito, o latim e o grego. Como nenhum contato entre os povos romanos, gregos e os indianos era conhecido na história, a semelhança linguística não poderia ser fortuita, mas poderia apontar para uma língua de origem comum. Soma-se a isso a ideia dos românticos, segundo os quais o conhecimento de etapas anteriores era fundamental para se entender hábitos sociais, bens jurídicos, literários e linguísticos (LEHMANN, 1967). Estava, então, formado o clima que culminaria na criação, no séc. XIX, do método comparativo, que não se tratava apenas do resgate de uma protolíngua, mas de estabelecer um parentesco entre as línguas com base na análise de suas estruturas gramaticais, ou seja, prenuncia-se uma classificação tipológica. Além dos autores a serem examinados nesta seção, outras importantes contribuições foram feitas para a construção de um método de linguística comparada, naquele século. A seguir, discutem-se algumas concepções marcantes, seja do ponto de vista da convergência de abordagem, seja da divergência de perspectivas.

Johann Christoph Adelung (1732-1806), em sua obra *Mithridates oder allgemeine Sprachkunde* (1806), desenvolveu uma teoria acerca das línguas humanas e de suas origens e formação. Adelung acreditava que, no princípio, os homens empregavam apenas vogais e, depois, consoantes para, em seguida, criar expressões monossilábicas. Expressões polissilábicas, segundo ele, teriam se desenvolvido concomitantemente com o aperfeiçoamento da razão humana. Adelung afirmava que expressões monossilábicas não exprimiam clareza pois não haveria conexão nem ordem entre as partes (1806, p. 27). Na evolução das línguas, teriam aparecido a junção de conceitos, a junção de ideias complementares a conceitos, o plural, a declinação e a conjugação (1806, p. 27-30). As línguas polissilábicas seriam, portanto, superiores (1806, p. 32), mas algumas línguas ainda apresentariam uma configuração monossilábica, primitiva, como o chinês (1806, p. 11), que seria a mais simples de todas as línguas humanas (1806, p. 40). A influência de sua vastíssima obra é perceptível em Schlegel, que também parte de uma noção pejorativa de primitivismo de certas línguas.

Rasmus Rask (1787-1832), antes de Franz Bopp, desenvolveu trabalhos comparativos incluindo as línguas nórdicas, dentre elas, o islandês, língua sobre a qual já tinha um trabalho publicado. Em um manuscrito datado de 1814, porém publicado apenas em 1818 (dois anos, portanto, após o primeiro trabalho de Bopp, em 1816), Rask comparou as línguas nórdicas, as línguas germânicas, o grego, o latim, o lituano, o eslavo e o armênio, e sua obra se destaca pelo rigor metodológico. Contudo, possivelmente por ter escrito seus trabalhos em dinamarquês e por

não saber sânscrito, suas pesquisas não são incluídas em muitas obras de Historiografia Linguística, embora sua influência seja reconhecida até mesmo por Bopp¹¹⁴.

Jacob Grimm (1785-1863), em sua *Deutsche Grammatik* de 1822, havia descrito a transformação ocorrida no sistema de consoantes a partir das formas reconstruídas para o germânico, o que conferiu à gramática comparativa uma perspectiva histórica. Havia, por outro lado, o estudo comparativo essencialmente descritivo de Bopp, que forneceu as estruturas morfológicas de diversas línguas. Além disso, Wilhelm von Humboldt (1767-1835) foi o primeiro a estabelecer uma tipologia linguística em seu monumental *Über die Kawi-Sprache auf der Insel Java nebst einer Einleitung über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (1836-9), publicado postumamente, obra na qual distingue os tipos de língua em *monossilábica*, *aglutinante* e *flexional*. Essas foram as principais bases que possibilitaram a Schleicher estabelecer um princípio de regularidade linguística que, anos depois, embora a influência seja negada em razão das críticas que lhe foram dirigidas, será o arcabouço dos neogramáticos.

William Whitney (1827-1894) é considerado um grande sanscritista, foi aluno de Bopp, mas não se alinhava com os linguistas comparatistas de sua geração. Seu objetivo era tratar uma ciência geral da linguagem, isto é, o estabelecimento das leis gerais e dos princípios da linguagem humana (CÂMARA JR., 2011 [1975], p. 74). Exerceu certa influência em seus contemporâneos, mas sobretudo em Ferdinand de Saussure. No *Cours* (1916 [1995], p. 18-19), lê-se: “Um primeiro impulso foi dado pelo americano Whitney, o autor de *Vida da linguagem* (1875). Logo depois se formar uma escola nova, a dos neogramáticos¹¹⁵...”. Mais adiante, agradece aos neogramáticos: “Graças a eles, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por ele mesmo, mas um produto do espírito coletivo de grupos linguísticos¹¹⁶”. Em nota, acrescenta: “A nova escola, aproximando-se mais da realidade, fez a guerra contra a terminologia dos comparatistas e notadamente contra as metáforas ilógicas das quais se servia¹¹⁷”.

¹¹⁴ No prefácio em: BOPP, F. *Vocalismus oder Sprachvergleichende Kritiken: über J. Grimm's Deutsche Grammatik und Graff's althochdeutschen Sprachschatz mit Begründung einer neuen Theorie des Ablauts*. Berlin: Nikolaische Buchhandlung, 1827.

¹¹⁵ “Une première impulsion fut donnée par l'Américain Whitney, l'auteur de la *Vie du langage* (1875). Bientôt après se forma une école nouvelle, celle des néogrammariens...” (tradução nossa)

¹¹⁶ “Grâce à eux, on ne vit plus dans la langue un organisme qui se développe par lui-même, mais un produit de l'esprit collectif des groupes linguistiques”. (tradução nossa)

¹¹⁷ “La nouvelle école, serrant de plus près la réalité, fit la guerre à la terminologie des comparatistes, et notamment aux métaphores illogiques dont elle se servait”. (tradução nossa)

Whitney considerava que a linguagem deveria ser estudada por meio das línguas vivas da Europa com a finalidade de se aproximar à experiência linguística humana. Acreditava que afixos e desinências eram, assim como Bopp havia pensado, antigas raízes que se tornaram elementos formais, porém estes, em muitos casos, haviam se aglutinado com outras raízes. Os exemplos utilizados na argumentação em favor de sua teoria são, dentre outros, *fearful* e *fearless*, em que os “sufixos” teriam se originado, respectivamente, de *full* e *less* (1884, p. 251-252). Lidava, de fato, com palavras formadas por aglutinação, mas tratava suas partes materiais finais como sufixos, não como raízes.

Por ele ser suposto precursor da alteração que se operou em relação à visão de língua e à razão de ser da linguística, interessa a leitura feita por Whitney do texto schleicheriano. Vale acrescentar que *Zur Morphologie der Sprache* (1859), obra de Schleicher, jamais foi traduzida para nenhum outro idioma, o que pode significar que muitos autores coetâneos ou posteriores a Schleicher ou não tenham se interessado por seu ensaio, uma vez que a tradução de obras do período é constante, ou tenham tomado conhecimento de seu conteúdo por fontes indiretas. De qualquer modo, já havia rejeição, como se pode notar nas palavras presentes no *Cours*, da concepção de língua orgânica e de suas relacionadas metáforas naturais.

Ao tratar do aparato da produção declinativa, conjugativa e derivacional da linguagem, no que se refere ao caráter histórico das línguas, Whitney faz uma apresentação do que seria a teoria morfológica de Schleicher. Disse que Schleicher, com o objetivo de “dar maior plenitude e precisão à classificação morfológica e à descrição da linguagem”¹¹⁸, havia elaborado uma espécie de notação algébrica (*algebraic notation*), segundo a qual:

Uma raiz pura, usada como uma palavra sem variação de forma ou adição de elementos formativos, ele denota com uma letra maiúscula, como *A*: uma sentença expressa por uma série de tais elementos, como é às vezes o caso do chinês, ele representaria por *A B C*, e assim por diante. Podemos rudemente ilustrar tal sentença por uma frase em inglês como *fish like water*, na qual cada palavra é uma simples raiz ou tema, sem designação formal de relações. [...] Se, então, o elemento formativo é combinado com o radical em uma única palavra, é indicado por uma letra minúscula, colocada antes ou depois da letra maiúscula que representa a raiz, de acordo com a posição real dos elementos em combinação. Assim, se representarmos *true* por *A*, *untrue* seria *aA*; *truly* ou *truth* seria *Aa*; *untruly*, *aAb*; *untruthfully*, *aAbcd*; e assim por diante. Expressões desse tipo pertencem ao tipo de estrutura aglutinante; e são, é claro, capazes de variações muito consideráveis, de modo a serem feitos para denotar os vários tipos e graus de aglutinação. É possível, por exemplo, **distinguir as terminações de flexão daquelas de derivação**, ou elementos pronominais daqueles de origem predicativa, pelo uso de uma série diferente de letras (como as gregas) para indicar uma das classes: assim, *truths* pode ser *Aaa*, mas *truthful* *Aab*;

¹¹⁸ “to give greater fulness and precision to the morphological classification and description of language” (tradução nossa)

*babalarumdan*¹¹⁹, em turco (...) pode ser Aαβγ, mas *sevishdirilememek*, Aabcdef. Um uso hábil de tais meios de distinção pode permitir que se estabeleça com clareza suficiente as peculiaridades e complexidades das línguas polissintéticas¹²⁰. (1884, p. 364-365)

Whitney, em sua apresentação, troca os termos schleicherianos pelos de *flexão* e *derivação*. De fato, Schleicher falava de *Beziehung* e *Bedeutung* que, como se verá, eram elementos modificadores da *raiz* e o segundo elemento estava subordinado ao primeiro. Como Schleicher se ocupava da forma, as modificações formais nas raízes, muitas vezes, alteravam o seu sentido, sem necessariamente acrescentar-lhe uma relação gramatical. Além do evidente repúdio à concepção de língua orgânica, que em Schleicher foi mais radical, flagra-se uma tradução de termos schleicherianos que, em momento oportuno, serão esclarecidos.

De qualquer modo, a *conversão de perspectivas* assenta-se tanto na doutrina dos neogramáticos sobre as inexoráveis *leis fonéticas*, quanto na atuação do falante sobre a língua. Nesse escopo teórico, a relação entre a linguagem e o falante abriu, então, de início, dois precedentes de investigação: por um lado, não se desejava mais desvendar a hipotética protolíngua, mas sim estudar as línguas vivas com o objetivo de apreender os processos da mudança linguística; por outro lado, o princípio da mudança estaria centrado no falante, que subjetivamente atuaria para a mudança.

Portanto, toda uma nova *rede intelectual* passou a permear os estudos da linguagem. Falava-se de psicologismo, individual ou coletivo. Para Delbrück (1901), não seria relevante para a práxis do linguista adotar a psicologia individual ou coletiva, mas, para o filósofo alemão Wilhelm Wundt (1900), as mudanças ocorreriam pela atuação do psicologismo coletivo. Já para Herman Paul (1846-1921), o cerne da mudança linguística estaria na atuação do indivíduo e se estenderia à coletividade por meio da comunicação.

Além dos aspectos aqui discutidos, que marcam convergências e divergências de abordagem nos estudos linguísticos, fazem-se necessárias outras considerações com o objetivo de

¹¹⁹ De acordo com informações trazidas em Meyers Großes Konversationslexikon (1905-1909), as palavras turcas significariam: *babalarumdan* ‘dos nossos pais’; *sevishdirilememek* ‘não ser capaz de ser amigo um do outro’.

¹²⁰ *A pure root, used as a word without variation of form or addition of formative elements, he denotes by a capital letter, as A: a connected sentence expressed by a series of such elements, as is sometimes the case in Chinese, he would represent by A B C, and so on. Such a sentence we may rudely illustrate by an English phrase like fish like water, in which each word is a simple root or theme, without formal designation of relations. [...] If, now, the formative element is combined with the radical into a single word, it is indicated by a small letter, which is put before or after the capital which stands for the root, according to the actual position of the elements in combination. Thus, if we represent true by A, untrue would be aA; truly or truth would be Aa; untruly, aAb; untruthfully, aAbcd; and so on. Expressions of this kind belong to the agglutinative type of structure; and they are, it is plain, capable of very considerable variation, so as to be made to denote the various kinds and degrees of agglutination. It is possible, for example, to distinguish the endings of inflection from those of derivation, or elements of pronominal from those of predicative origin, by the use of a different series of letters (as the Greek) to indicate one of the classes: thus, truths might be Aaa, but truthful Aab; babalarumdan, in Turkish (...), might be Aaβγ, but sevishdirilememek, Aabcdef. An adroit use of such means of distinction might enable one even to set forth with sufficient clearness the peculiarities and intricacies of polysynthetic tongues. (tradução nossa)*

compreender a construção do conceito de *flexão* articulado ao modelo teórico, aos objetivos e pressupostos pertinentes a cada autor. Primeiramente, no séc XIX, a noção de *palavra* como unidade mínima da língua é substituída por uma visão sobre unidades menores. No capítulo anterior, viu-se que a variação na forma das palavras era vista como alternância de sons ou discriminação da voz, cujo efeito era o de criar palavras distintas. Por um lado, a discriminação da voz era o que havia de diferente entre uma palavra e outras dentro de um mesmo conjunto estabelecido, por outro lado, pelo que nelas havia de semelhante em seu aspecto formal e semântico. Há nisso um paradoxo que, no entanto, fica esclarecido pela constatação de que o significado peculiar de cada uma das palavras é, nesse sentido, o que as torna únicas, portanto, ainda vistas como unidades indivisíveis.

Durante toda a Idade Média, a descrição das palavras centrava-se em aspectos fonológicos. Os termos utilizados na descrição eram geralmente *littera* ou *syllaba* (letra ou sílaba) para se referir a partes das palavras. Antes de tudo, cabe esclarecer que, quando se fala de percepção de unidades menores que palavras, fala-se não da referência a certas partes da palavra, que está presente na descrição linguística, mas sim da existência de terminologia que evidencie o reconhecimento de unidades menores. Law (2003, p. 131) diz que a própria noção de palavra era designada por outros termos ou expressões latinas, como *verbum*, *vox*, *dictio* e *pars orationis*; esses usos evidenciam, segundo a autora, o caráter oral ou auditivo da abordagem da língua.

Além do aspecto fonológico, uma consulta a lexicógrafos mostra que, por meio do uso alternado dessas palavras e expressões, há mudanças no modo de se referir à *palavra*: ao empregarem *verbum*, referem-se à forma e conteúdo; *vox*, à expressão material; *dictio*, à expressão do pensamento ou à pronúncia; e *pars orationis*, à parte de uma frase (GAFFIOT, 2016 [1923]; HOVEN, 2006; FORCELLINI, 1828). Embora todos esses significados possam ser expressos por *palavra*, o modo de se referir pelo uso de um ou de outro expõe as perspectivas até então adotadas para a reflexão metalinguística. Em todas essas perspectivas, unidades menores que *palavras* não são sequer imaginadas.

Ainda na Idade Média, descrever as partes de uma *palavra* limitava-se a dois termos: *terminatio* (terminação), para se referir ao final das *palavras*, e *praepositio loquellaris* (preposição ligada à *palavra*), expressão designativa de preposições que reconhecidamente haviam se juntado a certas *palavras*, além de ser também reconhecidas como formas independentes (LAW, 2003, p. 132).

Nas obras em exame, circunscritas ao séc. XIX, além de outras do mesmo período, as descrições linguísticas valem-se, muitas vezes, de menções à raiz, a tipos de raiz, a sufixos, a

prefixos, às diferenças entre prefixos ou sufixos e aglutinações ou composições, a reconstruções fonéticas. Existe, portanto, um conhecimento previamente construído que, em parte, se atribui à descoberta do sânscrito e da gramática de Pāṇini, da qual teria partido a noção de *raiṣ*.

Na linguística comparada do séc. XIX, o significado pode ser associado a outras inúmeras metáforas advindas da botânica, como *Stammbaum* “árvore genealógica”, mas, na verdade, sua aplicação à língua ocorria desde, ao menos, o séc. XVI, no mundo ocidental. No inglês, *root* ocorre desde 1530 (MURRAY, 1933); no francês, *racine*, desde 1548 (REY, 2010); no alemão, *Wurzel*, desde 1571 (DEUTSCHE WÖRTERBUCH, 1854). Nessas obras lexicográficas, registra-se o significado de “raiz”, mas também as acepções “origem”, “fonte”, “base”, “fundamento” são todas aplicadas à língua ou à gramática.

Adelung propôs uma divisão tipológica das línguas. Dividiu-as em monossilábicas e polissilábicas, relacionando-as, respectivamente, a um conceito de *línguas primitivas* e *línguas desenvolvidas*. Mencionou que o chinês seria uma *língua primitiva* por apresentar apenas *raízes*, isto é, não apresentaria propriamente palavras, mas apenas *raízes*, que ele considerava sons toscos, que não expressariam nem relações nem ideias acessórias (1806, p. 67).

Embora ainda fale em *sílabas*, Adelung já apresenta a percepção de que a palavra poderia ser reduzida a um núcleo, material e semântico, irreduzível. Esse juízo de valor, evidente nas ideias de Adelung, é importante para entender como se dá o desenvolvimento da classificação tipológica, na qual subjaz uma concepção de língua atrelada à noção de haver formas primitivas e formas evoluídas.

5.2. Análises e definições

5.2.1. Schlegel

Friedrich Schlegel (1772-1829) fez comparações sistemáticas entre as línguas e procurou estabelecer critérios para dividi-las. Para saber como se deram essas comparações, importa verificar como a estrutura dessas línguas foi examinada a fim de entender seu raciocínio. Schlegel encontrou traços de semelhança relevantes entre o persa e o sânscrito e atribuiu essa semelhança à antiga relação havida entre os dois povos. Quanto às questões gramaticais envolvendo o sânscrito e as demais línguas comparadas, a declinação, segundo ele, seria a menos simétrica, porém outras características evidenciariam o parentesco. No desenvolvimento feito por Schlegel, em muitos

momentos, ele apenas comentou os traços de semelhança sem dar exemplos de língua. Na apresentação que segue mantém-se a menção às letras, tal como faz o autor (1808, p. 29-30):

- **Diminutivo:** por meio de *k*, presente no germânico; no persa, de *manovoh* tem-se *manovokoh* (homenzinho).
- **Conjugação:** oferece a maior quantidade de traços semelhantes.
 - Característica da 1ª pessoa – *m*: no latim, desapareceu; no grego e no sânscrito mantém-se e tem som *mi*.
 - Característica da 2ª pessoa – *sî*: conservou-se no sânscrito; no grego, restou apenas *i*.
 - Característica da 3ª pessoa – *t* ou *d*, plural *nd*: conservou-se no latim e no germânico; no grego, encontra-se de maneira mais completa sob as formas *ti* e *nti*.
 - Particípio presente ativo: no persa, termina em *ndeh*; em germânico, em *nd*, sendo que a forma antiga era *nde*.
 - Particípio passado passivo: no persa, termina em *deh* precedido de uma vogal longa; no latim, a forma correlata é *tus*, *a*, *um*; no sânscrito, *kritoh*.
- **Adjetivos compostos:** as formas correlatas são apontadas com base no significado das terminações – no persa, *car*, *ouar*, *dar*; no sânscrito, *koro*, *uoro*, *dboro*; ou, no persa, *man*; no sânscrito, *mano*.
- **Partículas negativas:** no persa, *nh*, *na*, *ma*; no sânscrito, *no*, *ni*, *ma*; partículas cujo significado é privação e que precedem as palavras – no persa, *by*; no sânscrito, *vi*.
- **Verbos auxiliares,** em que a semelhança é “impressionante”: no persa, *ast*; no sânscrito, *osti*; no persa, o verbo *bond* deriva de *bhoroti*; em prácrito, *bhodi*; no sânscrito, *obhut*; no persa, *kerdn*, no sânscrito, *kortun*; no latim, *creare*; no sânscrito, *kri*, *kriyan*, *kriyote*.

Schlegel observou as sílabas das palavras para descrevê-las. Sua abordagem concentrou-se no som das sílabas e na relação de significado existente entre as formas semelhantes nas línguas comparadas. Isso o fez observar que, em alguns verbos dessas línguas, o tempo era marcado pela alteração de vogais e pela presença de um certo som, como o caso do imperfeito, em que se reconhecia *t* e, analogamente, no latim, o imperfeito é marcado por *b* (1808, p. 30-31). Por outro lado, constatou que, nos verbos, a ideia de tempo e outros significados peculiares à categoria não seriam expressos por partículas acrescentadas à palavra, mas pela modificação interna da *raiz*.

Contudo, Schlegel salientou que, na então atual gramática das línguas, a precisão de significado das formas viria se enfraquecendo, algumas seriam “menos reconhecíveis” (*weniger kenntlich*) (1808, p. 33). Disse que, enquanto em algumas línguas germânicas antigas, como o gótico,

o anglo-saxão e o islandês, se encontrariam formas precisas para designar o sexo e as diferentes relações tanto de declinação quanto de participios, certas línguas vinham apresentando uma tendência de formar as conjugações por meio de verbos auxiliares e, no lugar da declinação, apareceriam preposições. De acordo com Schlegel, essa tendência seria uma consequência do uso comum que se fazia da língua, tornando-a mais curta e mais fácil, quase abreviada, de modo que esse “atrito” (*Abschleifung*) causaria mudanças estruturais em graus sucessivos ou até “de repente” (*auf einmal*) (1808, p. 35).

A harmonia encontrada por Schlegel entre o sânscrito, o grego e o latim baseou-se no princípio segundo o qual ideias acessórias seriam acrescentadas não por partículas acrescidas à palavra, mas por *flexão*, ou seja, modificações internas da *raiz*. Não obstante sua afirmação, os exemplos dados por ele mostram ter havido acréscimo de elementos. Schlegel abordou a formação do imperfeito e do futuro no sânscrito, comentando os seguintes dados: se comparados o tempo presente, *Koromi* (eu faço), e o futuro, *korishyami* (eu farei), notar-se-ia, segundo ele, que o futuro se formava pela presença de um som *s* representado por *-ishy-*; já na formação do imperfeito, partindo da forma *bhovami* (eu sou), obter-se-ia *obhovan* (eu era), em que haveria a vogal breve *o* e *on* (1808, p. 35-36). O exemplo esclarece aquilo que ele entendia por *modificação interna da raiz*. Conforme a classificação de Hegenberg (1974; cf. § 2.1.2), tem-se a primeira definição:

DEF. 5.1: *Flexão* é uma modificação interna da *raiz*.

Há dois termos envolvidos nessa análise feita pelo autor, o de *raiz* e o de *flexão*. Os comentários de Schlegel evidenciam que o exame das palavras se orienta pela observação de alteração de sons, práxis da tradição greco-latina. Nessa tradição, a comparação entre as palavras permitia segregar semelhanças e diferenças com base na forma e no significado (cf. § 4.4). Schlegel mostra ter compreendido que, na comparação entre as palavras, a forma semelhante seria a *raiz*, e as discriminações de som seriam as *flexões*. No entanto, permanece a ideia de que a palavra é a unidade mínima, indivisível, e a *raiz*, apenas um meio pelo qual a familiaridade ou o parentesco seriam prováveis.

Conforme Schlegel, o sânscrito, língua que considerava perfeita, apresentaria uma estrutura completamente “orgânica” (*organisch*). Essa predicação foi descrita pelo autor como sendo a possibilidade de, “com o auxílio de flexões, de modificações internas e de entrelaçamentos variados da raiz” (*durch Flexionen oder innre Veranderungen und Umbiegungen des Wurzellauts in allen seinen Bedeutungen ramificirt*) exprimir as mais diversas significações (1808, p. 41). Ao contrário, as línguas que não apresentavam *flexões*, compunham-se pela “simples agregação mecânica de palavras e de

partículas ajuntadas umas às outras, montagem na qual a *raiz* mesma resta, propriamente falando, imutável e infrutífera” (*nicht bloß mechanisch durch angehangte Worte und Partikeln zusammengesetzt sei, wo denn die Wurzel selbst eigentlich unverändert und unfruchtbar bleibt*) (1808, p. 41-42).

Ainda, para compreender o que Schlegel entendia por *flexão*, é preciso perscrutar como se deu a construção desse conceito. A visão schlegeliana de *língua* subjaz a sua formulação do conceito de *flexão*, como se verá, e essa visão de *língua* é altamente influenciada pela noção de que a *raiz*, em estado primitivo, poderia se desenvolver e, como unidade, passar a expressar novos significados e novas relações. É possível extrair dessa visão uma definição de *raiz*:

DEF. 5.2: A *raiz* é uma forma primitiva da palavra.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta fundamenta-se em duas concepções schlegelianas: na tipologia por ele adotada, juntamente com os critérios elegidos para isso; e na evidência de que Schlegel não se desprende da noção de palavra como unidade mínima, embora fale de *raiz*. A noção de palavra como unidade mínima fica evidente quando Schlegel analisa os verbos sânscritos, cuja formação, segundo ele, teria ocorrido por modificações internas da *raiz*, ainda que, nitidamente, se saiba que tenha havido acréscimos de elementos à *raiz*. Além disso, ele associa a *flexão* à *declinação* e à *conjugação*.

Dentro da concepção schlegeliana de língua, a *raiz* é parte fundamental, pois é nela que se concentram a estabilidade da significação e o caráter elementar da designação peculiar à palavra. As ideias acessórias que interferem na significação da palavra podem ser expressas por meio da *flexão*, ocorrida em seu interior, concebida como uma ramificação gerada pela própria *raiz*, isto é, uma forma cuja vida foi gerada pela forma-mãe.

O termo *flexão*, tal como era usado na tradição greco-latina (cf. § 4.4), foi empregado por Schlegel para se referir à *declinação* e à *conjugação*; para se referir à alternância de vogais ocorrida nas *raízes* das línguas semíticas, Schlegel empregou *Biegung*, que, em alemão, também significa “dobra, curvatura”, mas que, pela distinção feita pelo autor, representava um outro significado em sua concepção. As línguas semíticas apresentariam situação bastante diversa. A partir de uma *raiz* trilítere, como *q-t-l* (ق ت ل), formam-se, em árabe, *qatala* (matar), *qutla* (ser morto), *qattala* (matar inteiramente), *qātala* (empenhar-se em matar), *(i)nqatala* (ser morto), *(i)qtatala* (lançar-se ao combate), *uqtutla* (perecer), *(i)staqtala* (procurar fazer-se matar), *taqattala* (matar-se em fazer algo), *taqātala* (combaterem uns contra os outros). Nessas formações, as mais variadas combinações de vogais e de consoantes são utilizadas para designar significados diferentes.

DEF. 5.3: *Biegung* é uma alternância de vogais ocorrida nas *raízes* das línguas semíticas.

O grau de afinidade entre o grego, o latim e o sânscrito seria, para Schlegel, comparável ao existente entre o latim e as línguas românicas (1808, p. 40). Ainda, ele via, como resquício no grego, que as sílabas usadas para formar as *flexões* seriam, primitivamente, partículas e palavras auxiliares. No entanto, segundo o autor, essa hipótese não poderia ser confirmada. Haveria, segundo ele, dois tipos principais de língua: as flexivas e aquelas em que significados secundários ocorreriam por meio do acréscimo de afixos; Schlegel as denominou, respectivamente, de *línguas por flexão* e *línguas por afixos*; outras divisões seriam apenas subespecificações dessas duas classes. Em oposição às duas classes, Schlegel colocou o chinês, já que, em se tratando de uma *língua monossilábica*, o que seria expresso por *flexão* nas outras línguas, no chinês, seria expresso por palavras próprias, possuidoras, previamente, de um significado particular (1808, p. 44-45). Podem-se extrair as três definições pertinentes à tipologia de Schlegel:

DEF. 5.4: A *língua monossilábica* é um tipo de língua que apresenta *raízes* sem *flexão*.

DEF. 5.5: A *língua por afixos* é um tipo de língua cujas palavras se formam pela adjunção de *afixos*, que se mantêm soltos.

DEF. 5.6: A *língua flexiva* é um tipo de língua cujas palavras apresentam *raízes* que se desenvolvem, expressando relações conceituais e mantendo entre as partes uma relação orgânica.

As *definições implícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) advêm da divisão das línguas, que pressupõe haver tipos, isto é, certos traços característicos, estabelecidos por meio da comparação e de certas noções. Por essa razão elaboraram-se *definições condicionais* após as *definições explícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2).

Havia, na visão de Schlegel, uma apreciação subjacente à abordagem das línguas. As línguas não flexivas apresentariam uma configuração na qual se vislumbrava certa graduação. O chinês, por não apresentar *flexão*, ocuparia um grau mais baixo na escala e representaria uma forma primitiva da linguagem humana. Em uma posição acima do chinês encontrar-se-iam as línguas de cujas palavras poderiam se destacar as partes advindas externamente, não por *flexão*, mas por acréscimo. Nessa escala, o árabe ocuparia uma posição ainda mais alta porque nessa língua já se apresentaria uma configuração gramatical mais próxima da *flexão*; já no ramo celta haveria traços gramaticais por sufixos e uma gramática pautada em verbos auxiliares e preposições (1808, p. 45).

Viu-se, anteriormente, que a visão morfológica schlegeliana partia da análise de sílabas, assim como fez Adelung (cf. § 5.1), que dividiu as *línguas em monossilábicas e polissilábicas*. Assim como Adelung, Schlegel categorizou as línguas em *inferiores* e *superiores*, pois pertencer a uma ou a outra

categoria implicava apresentar ou não ideias complementares a conceitos. Na concepção de língua schlegeliana, essa superioridade é levada ao extremo: vislumbra-se a ideia de que uma alta complexidade na configuração das palavras equivale à capacidade da própria língua em expressar relações conceituais advindas de significados interligados, ou seja, vê-se, nessa *língua superior* uma capacidade autônoma de gerar partículas, porque se encontra em um estado máximo de evolução.

As *línguas flexivas* apresentariam, na visão de Schlegel, uma estrutura orgânica comum (1808, p. 51). No sânscrito e no grego, qualquer *raiz* apresentaria um significado exato, preciso, “como um germe vivo” (*wie ein lebendiger Keim*), pois os conceitos relacionais seriam expressos por modificação interna, ou por meio da *flexão*, o que demonstraria a constância e a estabilidade, a plenitude de sua evolução e sua “admirável riqueza”:

Wir werden auch den Grund jener Sonderbarkeit dieser Sprachen leicht in ihrer Grammatik finden. In der indischen oder griechischen Sprache ist jede Wurzel wahrhaft das, was der Name sagt, und wie ein lebendiger Keim; denn weil die Verhältnißbegriffe durch innre Verandring bezeichnet werden, so ist der Entfaltung freier Spielraum gegeben, die Fülle der Entwicklung kann ins Unbestimmbare sich ausbreiten, und ist oftmals in der That bewundernswürdig reich. Alles aber, was auf diese Weise aus der einfachen Wurzel hervorgeht, behalt noch das Gepräge seiner Verwandtschaft, hangt zusammen und so tragt und erhalt sichs gegenseitig. Daher der Reichthum einestheils und dann die Bestandtheit und Dauerhaftigkeit dieser Sprachen, von denen man wohl sagen kann, daß sie organisch entstanden sein, und ein organisches Gewebe bilden; so daß man nach Jahrtausenden in Sprachen, die durch weite Lander getrennt sind, oft noch mit leichter Muhe den Faden wahrnimmt, der sich durch den weitentfalteten Reichthum eines ganzen Wortgeschlechtes hinzieht, und uns bis zum einfachen Ursprunge der ersten Wurzel zuruckfuhr. (1808, p. 50-51)

Nós descobriremos facilmente, na gramática das línguas dessa classe, o alicerce de sua singular variedade. No sânscrito ou no grego, cada **raiz** é verdadeiramente, como o próprio nome exprime, uma espécie de **germe vivo**, já que as relações são indicadas por uma modificação interna, um campo livre sendo dado ao desenvolvimento da palavra, esse campo pode ser entendido de uma maneira ilimitada: é de fato muitas vezes uma surpreendente **fertilidade**. Mas todas as palavras que **nascem**, de certa maneira, da raiz simples, conserva ainda o empréstimo de seu parentesco, têm ainda uma à outra, sustentando-se e apoiando-se, de qualquer forma, mutuamente. De um lado, a riqueza e, de outro, a persistência e a longa duração dessas línguas, das quais podemos dizer que são formadas de uma maneira **orgânica** e que são o efeito de um **tecido primitivo**; de tal modo que, depois de séculos e em línguas separadas umas das outras por diversos países, reencontramos sem muito sacrifício o fio que percorre o domínio estendido de toda uma família de palavras que nos leva de volta ao simples nascimento da primeira raiz. (tradução e grifos nossos).

A relação estabelecida por Schlegel entre as línguas e outros fenômenos estudados pelas ciências naturais é evidente. Evidencia-se pelo uso de termos comumente aplicados à botânica e à anatomia, que ora são aplicados à análise linguística. Tal como outros seres vivos, a língua apresenta *raiz*, da qual *nascem* ou *germinam* palavras. A análise das palavras permite observar que umas apresentam partes que mantêm uma relação orgânica com o material de que provêm; outras não,

pois suas partes vêm de fora, não estão filiadas ao *tecido primitivo*, exceto quando suas partes se tornam *homogeneizadas à raiz*, o que mostra sua evolução.

Nas *línguas por afixos*, por outro lado, as *raízes* não seriam “uma semente frutífera, apenas um amontoado de átomos que qualquer vento aleatório pode separar ou reunir facilmente” (*kein fruchtbarer Same, sondern nur wie ein Haufen Atome, die jeder Wind des Zufalls leicht aus einander treiben oder zusammenfuhren kann*); suas relações seriam “meras conexões mecânicas, por meio de adjunção externa” (*der Zusammenhang eigentlich kein anderer, als ein bloß mechanischer durch aussere Anfügung*). Por essa razão, apesar da aparente riqueza pelo acúmulo de afixos, essas línguas teriam, pelo mesmo motivo, dificuldade de se desenvolver por não possuir “uma verdadeira e simples beleza e facilidade” (*wahre einfache Schönheit und Leichtigkeit*), o que, de fato, revelaria sua pobreza. (1808, p. 51-52). Ainda, enquanto as *línguas flexivas* poderiam ser reunidas pelas propriedades em comum, as demais apresentariam tamanha diversidade que não poderiam reduzir-se à unidade, ou seja, as *línguas por flexão* demonstrariam parentesco interno e mútua conexão também pelas *raízes* (1808, p. 52).

Schlegel colocou em questão a que tipo de língua poderia ser concedida a primazia, acrescentando que, para isso, não se poderia emitir um juízo agudo. Disse que, após um exame detido, dever-se-ia, sem dúvida, admitir que as línguas em cuja estrutura predominasse a *flexão* seriam, em geral, superiores (1808, p. 52). No que se referisse à arte, os dois gêneros de língua também apresentariam diferenças:

Die Sprache durch Affixa ist im Anfang ganz kunstlos, wird aber immer kunstlicher, je mehr die Affixa mit dem Hauptwort zusammenschmelzen; in den Sprachen durch Flexion hingegen geht die Schönheit und Kunst der Structur, durch den Hang sichs zu erleichtern, allmählig mehr und mehr verlohren, wie wir es sehen, wenn wir manche deutsche, romanische und jetzige indische Mundarten mit der altern Form, aus der sie abstammen, vergleichen. (1808, p. 56)

A língua por afixos, em princípio, é completamente desprovida de arte, mas torna-se cada vez mais artística à medida que os afixos se fundem com a palavra principal; em línguas por flexão, por outro lado, a beleza e a arte da estrutura vão se perdendo cada vez mais, devido à tendência à simplificação, como a vemos quando comparamos alguns dialetos alemães, romanos e indianos atuais com a forma mais antiga de que derivam. (tradução nossa)

Ainda, vale dizer que o entendimento que Schlegel tem de *raiz* e de *flexão* colabora para essa visão. Se a *flexão* se refere amplamente à declinação e a conjugação, sendo discriminações de som operadas a partir da *raiz*, a *língua orgânica* é aquela capaz de, a partir da *raiz*, gerar novos elementos cujos atributos exprimem as mais diversas relações sem que seja afetada a unidade da palavra. Dito de outro modo, o que é palavra no chinês e o que é palavra nas línguas que lhe são superiores

evidencia, de acordo com sua concepção, que as línguas *superiores* apresentam, por meio das palavras que as constituem, unidades linguísticas superdesenvolvidas, mas também diz, a respeito de Schlegel, que ele continuava compreendendo a palavra como único elemento linguístico a que se pode reduzir uma língua. A noção de *raiz orgânica* é, em seu entendimento, puramente um estado primitivo de língua. Cabe esclarecer que os termos singulares usados nas definições não devem ser interpretados como metáforas, pois o modo de se referir de Schlegel aparenta que ele levou ao extremo sua concepção de língua como organismo vivo.

Para Schlegel, a evolução das línguas pressupunha a geração de partículas corpóreas da *raiz* linguística, as quais permaneceriam ramificadas. Nas *línguas flexivas*, as partículas são identificadas com a *flexão*. Assim, têm-se duas definições fundamentais:

DEF. 5.7: A *flexão* é uma autoevolução natural e corpórea da *raiz* linguística para expressar os valores gramaticais.

DEF. 5.8: A *língua* é um organismo vivo cuja estrutura pode se desenvolver por meio de partículas que expressam relações conceituais complexas.

As *definições implícitas* permitem elaborar as *definições explícitas* e *condicionais* do termos *flexão* e *língua* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2). Na concepção de *superioridade* das *línguas flexivas*, Schlegel faz brotar significados da própria *raiz*, relacionando essa potência geradora ao valor gramatical. Seu entusiasmo com as línguas flexivas era tamanho que ele até quis dissipar qualquer suspeita de juízo de valor, ao afirmar que estaria enganado quem pensasse que ele desejava elevar exclusivamente uma das duas classes e rebaixar a outra de uma maneira absoluta (1808, p. 55).

5.2.2. Bopp

Franz Bopp trava uma espécie de diálogo com Schlegel sobre o que deveria ser entendido por *flexão*, especificamente porque essa característica constituiria o principal critério para agrupá-las com base em uma tipologia. Bopp utilizou o termo *inflection*, em *Analytical Comparison* (1820), e *Flexion*, em *Vergleichende Grammatik* (1833), formas fixadas nas obras posteriores de diversos autores que trataram da tipologia linguística. No texto de 1820, Bopp afirmou:

Mr. F. SCHLEGEL does not enter into any inquiry of the origin of what is generally called grammatical inflection, this subject belonging not to the plan of his highly instructive work; if he had been induced to undertake it, it would certainly not have escaped his usual sagacity and profoundness of thought, that the greatest part of those inflections are merely additional particles, whose proper signification, where it can be discovered, is more or less connected with the modification of sense induced by them upon the verb or noun. The only real inflections which I consider possible in a language, whose elements are monosyllables, are the change of their vowels and the repetition of

their radical consonants, otherwise called reduplication. These two modes of inflection are used in the Sanskrit and its kindred dialects to their full extent, and often even, particularly in the former, to a useless redundancy, I mean without indicating a modification of the sense. (1820, p. 21).

O Sr. F. SCHLEGEL não entra em uma investigação sobre a origem do que é geralmente chamado de flexão gramatical, este assunto não pertence ao seu plano de trabalho altamente instrutivo; se ele tivesse sido induzido a empreender essa pesquisa, certamente não teria escapado da sua sagacidade e profundidade habituais de pensamento, que a maior parte dessas flexões são apenas partículas adicionais, cuja significação adequada, em que pode ser descoberta, é mais ou menos conectada com a modificação de sentido induzida por essas partículas sobre o verbo ou nome. As únicas flexões reais que eu considero possíveis em uma língua, cujos elementos são monossílabos, é a mudança de suas vogais e a repetição de suas consoantes radicais, esta também chamada de reduplicação. Esses dois modos de flexão são usados no sânscrito e seus dialetos afins em toda sua extensão, e muitas vezes até, particularmente no primeiro, para uma redundância inútil, quero dizer, sem indicar uma modificação do sentido. (tradução nossa)

Bopp (1820, p. 20) observou que, de acordo com Schlegel, haveria dois métodos de construir a língua: por *flexão*, modificação interna da *raiz*, ou por adição de *suffixos*, que possuem significado próprio. Considerou que Schlegel, ao apresentar seus dois métodos, afirmara que uma dada língua se serviria ou de um método ou de outro, o que possibilitaria a divisão em classes, *línguas flexivas* ou *línguas por afixos*, e que ele teria colocado o sânscrito e as línguas da mesma família na classe das *línguas flexivas*. No entanto, Bopp acreditava que todas as línguas se serviriam de ambos os métodos (exceto o chinês), mas que predominaria, em todas, o método da adição de sufixos.

Na interpretação das línguas, Bopp compartilhava com Schlegel uma noção de língua como organismo, assim como entendia que a análise material da formação da palavra ocorreria a partir da *raiz*. Há, nessa concepção, uma *convergência de abordagem* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1). No entanto, a comparação de Bopp resultou na observação de que, consideradas apenas as *raízes*, formas básicas, os únicos modos de *flexão* possíveis seriam a mudança das vogais e o redobro. Para ele, as línguas semíticas, cujas *raízes* eram predominantemente dissílabas, apresentariam naturalmente a faculdade de, por meio de *flexões* internas à *raiz*, sem o auxílio de adições externas, formarem substantivos. Ao contrário, continuou Bopp, no sânscrito, os substantivos seriam formados, na maior parte das vezes, a partir da *raiz*, por adição de elementos externos, os sufixos. No entanto, não deixou de perceber que as *raízes* expressavam uma ideia fundamental. Assim, pode-se elaborar a seguinte definição de raiz:

DEF. 5.9: A *raiz* é uma forma padrão estável indivisível que expressa uma ideia fundamental.

A proposta de *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), a partir de um conjunto de afirmações e de análises de línguas, parte do princípio de que o conceito “uma forma padrão”, “onipresente”, “estável”, “indivisível” relaciona-se às *raízes verbais* e às *raízes nominais*, além das *raízes*

consonantais observadas por Bopp. Para restringir a aplicabilidade do termo, faz-se necessária uma *definição condicional* “que expressa uma ideia fundamental”, de modo a garantir o caráter indivisível da *raiz*.

Viu-se que Schlegel concebia uma *raiz* com a qual se amalgamavam elementos materiais, formando um todo harmônico e constituindo um só corpo, razão pela qual considerava serem *flexivas* as línguas europeias. Na análise de Bopp, o reconhecimento de elementos categorizados em *raízes* e adições externas ocorre por meio da observação de que a *raiz* era o elemento estável, do ponto de vista formal. No sânscrito e nas línguas afins, as *raízes* não apresentariam essa facilidade de exprimir modificações gramaticais sem o auxílio de adições externas. Segundo Bopp, isso ocorreria porque “o princípio de composição das palavras se estenderá aos primeiros rudimentos da fala, quanto às pessoas, tempos dos verbos e casos dos nomes, etc” (*the principle of compounding words will extend to the first rudiments of speech, as to the persons, tenses of verbs, and cases of nouns, &c*) (1820, p. 20), ou seja, ele já tem em vista uma análise que o leve a uma protolíngua, que teria gerado as *raízes* das quais se criaram todas as demais formas, seja por meio das modificações internas, seja por acréscimo de elementos.

Bopp afirmou que as *raízes* no sânscrito e línguas da mesma família seriam monossilábicas, mas é preciso compreender sua visão de sílaba, nesse caso. Examinou que, no sânscrito, a *raiz* poderia apresentar um número mínimo de letras, pois bastaria haver uma vogal para que se constituísse uma sílaba (1820, p. 19). Elucidou a afirmação com o exemplo da *raiz* *i-* (*ir*), presente em três línguas, da qual se formava: em sânscrito, *īmas*; em latim, *imus*; em grego, *ἴμεν*, ou no dórico, *ἴμες*. Em comparação, citou que no árabe, por exemplo, se deveria observar não o número de sílabas, mas a presença de *letras radicais* (*radical letters*). Assim, no árabe, a *raiz* poderia ser monossilábica se a segunda *letra radical* fosse *alif*, *uau* ou *ia*, como em *saḷ*, *kaḷ*, pronúncias de *sāla*, *kāla*, em que a última vogal breve não é pronunciada.

Na obra de 1833, Bopp disse que as *raízes* poderiam conter um número bastante variável de letras, mas nelas sempre haveria um todo, indivisível, como se fosse um som único, formado por consoantes, que expressariam as ideias fundamentais. Essa concepção de Bopp seria oposta, segundo ele mesmo, à afirmação de que existiriam *raízes* polissilábicas, pois o que os gramáticos interpretavam como *raízes*, no sânscrito, seriam ou uma reduplicação, *gágar*, *gágr* (*garantir*), ou uma preposição acrescida à *raiz*, *ava-d'ir* (*desprezar*), ou derivação de um nome, *kumâr* (brincar) de *kumârâ* (criança). Para Bopp, o monossilabismo seria a única regra a que as *raízes* estariam submetidas e casos como os dos verbos *stâ* (*manter-se*), em que havia a combinação de *s* e *t*, ou a dupla combinação

de consoantes no início e no fim da *raiz*, *skand* (subir), no sânscrito, e *scand-o*, no latim, atestariam, nas línguas indo-europeias, a antiguidade da *raiz* (1833, p. 106).

Em línguas constituídas de *raízes* monossilábicas, as *flexões* também ocorreriam por acréscimo de elementos externos à *raiz*, o que diferiria essas línguas daquelas cujas *raízes* possuem duas sílabas. Bopp (1833, p. 23) afirmou que o árabe e as outras línguas do ramo semítico, em que predominavam as *raízes* de duas sílabas, seriam as que apresentariam, em sua estrutura, a capacidade de, por meio de modificações internas da *raiz*, derivar um grande número de substantivos a partir dos verbos, sem o auxílio de adições externas. Ocorreria também nessas línguas uma reduplicação da sílaba, que ora representaria mudança de significado ora seria mera redundância. Acrescentou que, ao contrário, no sânscrito, os substantivos seriam formados por meio de modificações internas à *raiz* e de sufixos.

Para Bopp (1833, p. 108-109), o conceito de *flexão* de Schlegel dizia respeito à modificação interna da *raiz*, situação oposta à adjunção de elementos externos; as *raízes* das línguas indo-europeias seriam invariáveis, pois a adjunção de elementos externos, quando muito, alteraria apenas a quantidade vocálica da *raiz*. As línguas semíticas possuiriam, de fato, a faculdade de marcar as relações gramaticais por meio de modificações internas da *raiz*. Já, nas línguas europeias, as relações gramaticais seriam predominantemente marcadas por complementos externos à *raiz*. No desenvolvimento da contra-argumentação de Bopp, percebe-se claramente o que ele entende por flexão:

Erkennen wir also in den Flexionen des Sanskritischen Sprachstamms keine inneren Umbiegungen der Wurzel, sondern für sich bedeutsame Elemente, deren Ursprung nachzuweisen die Aufgabe der wissenschaftlichen Grammatik ist. Wenn sich aber auch der Ursprung keiner einzigen dieser Flexionen mit Sicherheit erkennen liefse, so wäre das Princip der Bildung der Grammatik durch Anfügung von aufsen darum nicht minder gesichert, weil man den Flexionen gröfstentheils schon beim ersten Blick wenigstens soviel ansieht, dafs sie nicht der Wurzel. angehören, sondern von aufsen angetreten sind. (1833, p. 111).

Portanto, se reconhecemos que as flexões das línguas indo-europeias não ocorrem por modificações internas da raiz, mas por elementos que possuem significado próprio, é tarefa da gramática científica buscar a origem desses elementos. No entanto, ainda que a origem de qualquer uma dessas flexões possa ser com certeza reconhecida, não será menos verdadeiro que o princípio da gramática dessas línguas constitui-se da adjunção de elementos externos, porque é evidente que a flexão não pertence à raiz, mas vem de fora. (tradução nossa)

O estudo de Bopp centrou-se nos verbos. Na obra de 1820, Bopp (p. 22) disse que “Um verbo, no sentido restrito do termo, é a parte da fala pela qual um sujeito está conectado a seu atributo” (*A verb, in the most restricted meaning of the term, is that part of speech, by which a subject is connected with its attribute*). Para Bopp, isso significa dizer que, estritamente, haveria apenas um verbo, o verbo

substantivo (*substantive verb*) *ser*, empregado como uma mera cópula gramatical. Explicou que esse verbo poderia ser empregado com valor atributivo, como em “*Deus est*”, em que se transmitiria a ideia de que existe um deus. No entanto, esse emprego seria uma exceção, já que, em uma frase como “*homo est mortal*”, a existência de *homem* seria perfeitamente expressa pela palavra *homo* e a função do verbo seria apenas a de conectar *homem* a seu atributo, *mortal*. Assim, em uma frase como “*This man is...*” (*Este homem é...*), o ouvinte ficaria na expectativa de um complemento.

Com essa exposição, Bopp pretendia mostrar como essas significações necessárias à lógica poderiam estar marcadas na constituição verbal. Bopp (1833, p. 23) explicou que os verbos atributivos, como o *ser*, possuiriam mais valor de adjetivo que de verbo. Em línguas com estrutura semelhante à do grego e do latim, os verbos, de fato, em sua função gramatical, poderiam conter em si toda uma “proposição lógica” (*logical proposition*), ao expressar a parte da fala que conecta o sujeito a seu atributo:

The Latin verb, *dat*, expresses the proposition, he gives, or he is giving: the letter *t*, indicating the third person, is the subject, *da* expresses the attribute of giving, and the grammatical copula is understood. In the verb *potest*, the latter is expressed, and *potest* unites in itself the three essential parts of speech, *t* being the subject, *es* the copula, and *pot* the attribute. (1833, p. 23)

O verbo latino, *dat*, expressa a proposição, *ele dá*, ou *ele está dando*: a letra *t* indica a terceira pessoa, o sujeito, *da* expressa o atributo de dar e a cópula gramatical é entendida. No verbo *potest*, a última parte da fala é expressa, pois *potest* reúne em si as três partes, em que *t* é o sujeito, *es* é a cópula e *pot*, o atributo. (tradução nossa)

No sânscrito, duas *raízes* expressariam a ideia de *ser*, *As* e *B'u*, que corresponderiam às *raízes* latinas *Es* e *Fu*. A primeira forma (*As*) seria exclusivamente usada para expressar a relação gramatical entre sujeito e atributo e apresentaria conjugação defectiva; a segunda (*B'u*) apresentaria conjugação completa.

Bopp acrescentou que, nas línguas comparadas, se encontraria a mesma estrutura nos verbos. Inúmeros exemplos são dados em relação ao seu objetivo de mostrar a conexão entre o sujeito e seu atributo marcada na forma das palavras (1833, p. 23-60). Como ilustração, em seguida, apresenta-se a comparação feita do verbo *ser*, tempo presente, no latim e no sânscrito (1833, p. 23-25):

	singular sânscrito	latim	plural sânscrito	latim	dual sânscrito
1ª p.	<i>As mi</i>	<i>sum (esum)</i>	<i>S mas</i>	<i>sumus (esumus)</i>	<i>S vas</i>
2ª p.	<i>A si</i>	<i>es</i>	<i>S t'a</i>	<i>estis</i>	<i>S t'as</i>
3ª p.	<i>As ti</i>	<i>est</i>	<i>Sa nti</i>	<i>sunt</i>	<i>S tus</i>

No sânscrito, no verbo cuja *raiz* fosse *As* (assim como em muitos outros verbos, com algumas exceções), as ideias de pessoa seriam expressas por: M, 1ª pessoa, singular e plural; S, 2ª pessoa do singular; T, 3ª pessoa do singular, 2ª e 3ª pessoas do plural e do dual; V, 1ª pessoa do dual. Embora essa regularidade para indicar *pessoa* esteja bem representada na comparação entre o tempo presente do verbo *ser* latino e sânscrito, muitas vezes, haveria exceções. Quanto ao fato, Bopp afirmou:

It is the genius of modern languages to express, by separate words, what in ancient languages was united into one body. In Sanskrit, Greek, and Latin, &c. the pronouns, for instance, are suffixed to the verb, but in English, German, French, &c. they are placed separately before, and where the pronouns, formerly united with the verb, have left some remaining traces, they have now lost their signification, and therefore a repetition of the signs of the persons is become necessary. In the French, 'nous aimâmes' the first person is expressed twice, and so is the third person in the German *er liebt*, he loves. The third person singular is generally indicated by a *t* in German verbs, in conformity with the Sanskrit, Latin, and Gothic, but notwithstanding this *t*, originally a pronoun of the third person, the pronoun *er* is always placed before the verb. (1833, p. 30)

É o gênio das línguas modernas expressar, por palavras separadas, o que nas línguas antigas foi unido em um único corpo. Em sânscrito, grego e latim etc, os pronomes, por exemplo, são sufixados no verbo, mas em inglês, alemão, francês, etc, são antepostos aos verbos e deles separados, e onde os pronomes, anteriormente unidos com o verbo, deixaram alguns traços remanescentes, agora perderam sua significação e, portanto, uma repetição das indicações de pessoas é necessária. No francês, "*nos aimâmes*", a primeira pessoa é expressa duas vezes, e também a terceira pessoa no alemão "*er liebt*", ele ama. A terceira pessoa singular é geralmente indicada por um *t* em verbos alemães, em conformidade com o sânscrito, o latim e o gótico, mas, apesar deste *t*, originalmente um pronome da terceira pessoa, o pronome *er* é sempre colocado antes do verbo. (tradução nossa)

A noção de *raiz* é fundamental nessa análise e, por isso, em seu trabalho posterior, Bopp trouxe uma nova interpretação sobre os nomes e os pronomes. No capítulo *Von den Wurzeln* (Das *raízes*, 1833, p. 105-106), Bopp classificou as *raízes* das línguas indo-europeias em duas categorias. A primeira classe seria composta de verbos e nomes (substantivos e adjetivos), já que os nomes não derivariam dos verbos, como ele pensava, e sim encontrar-se-iam na mesma ordem deles. A segunda classe acolheria os pronomes, as preposições primitivas, as conjunções e outras partículas.

A primeira classe foi chamada por Bopp de *Verbal-Wurzeln* (*raízes* verbais), pois ele entendia que os verbos, pela forma que apresentavam, relacionavam-se de modo mais próximo às *raízes*, uma vez que lhes bastaria acrescentar a *Personal-Endung* (terminação de pessoa) para formar o presente. Chamou a segunda classe de *Pronominalwurzeln* (*raízes* pronominais), porque todas as *raízes* contidas nas preposições, conjunções e demais partículas marcariam, essencial- e subentendidamente, uma ideia pronominal. Ainda em relação aos pronomes, afirmou que os simples não poderiam ser reduzidos, fosse devido ao significado, fosse à forma, pois o tema da declinação seria, ao mesmo tempo, sua *raiz*.

Contudo, de acordo com Bopp, a natureza e a peculiaridade das *raízes* do sânscrito seriam mais bem compreendidas se comparadas às das línguas semíticas. No hebraico, por exemplo, afirmou que seriam necessárias três consoantes para exprimir a ideia fundamental, sem que fossem necessárias as vogais: *kâtul* (morto), *ktûlâh* (morta), isto é, o complemento *-âh* exprimia o feminino; igualmente, haveria *kôtêl* (mortal), *kôtlâh* (mortal, no feminino). Por essa razão, a forma onipresente seria a combinação das consoantes *ktl*, verdadeira *raiz* dos verbos. Daí, Bopp deduziu que as vogais não poderiam ser consideradas como pertencentes à *raiz*, pois serviriam apenas ao “movimento gramatical, ao complemento [do significado] e ao mecanismo de construção das palavras” (*grammatischen Bewegung, den Nebenbegriffen und dem Mechanismus des Wortbaues*) (1833, p. 107).

Já nas línguas indo-europeias, as vogais comporiam a *raiz*. Bopp afirmou que línguas antigas e mais bem conservadas evidenciariam que a *raiz* seria composta de um “núcleo fechado” (*geschlossener Kern*), no qual as vogais comporiam a parte que exprimia a ideia fundamental. A alteração vocálica havida em certas *raízes* não teria, para Bopp, uma função semântica ou gramatical. Como exemplo, referiu-se às alterações vocálicas ocorridas na *raiz* de palavras sânscritas, chamadas de *Guna* e *Vrddhi*, em que uma vogal é alterada para outra, respectivamente breve ou longa. Para Bopp, esse tipo de alteração dizia respeito ao que ele chamou de *leis mecânicas* (*mechanischen Gesetze*).

Bréal (1869, p. 1, nota 1) afirmou que Bopp não explicara em nenhuma das páginas de sua *Vergleichende Grammatik* o conceito de *leis mecânicas*, embora, nessa obra, houvesse muitos exemplos relacionados a isso. Afirmou também que a explicação desse conceito surgira em uma comunicação escrita do autor, na qual Bopp dissera que *leis mecânicas* seriam leis da gravidade, isto é, a influência exercida pelo peso das terminações sobre a sílaba precedente. Em suma, esse tipo de alteração ocorreria por razões fonológicas, mas não contribuiria para qualquer mudança semântica ou gramatical.

As reflexões permitem a Bopp estabelecer diferenças entre as *raízes* que compõem as línguas europeias.

DEF. 5.10: As *raízes* verbais são *raízes* que originaram nomes e verbos.

DEF. 5.11: As *raízes* pronominais são *raízes* que originaram preposições, conjunções e pronomes.

As definições propostas por Bopp são *extensivas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2): existem referências explícitas aos elementos a que se aplica cada conceito. Nessa subdivisão, persiste a ideia de que, em estado primitivo, as línguas não apresentariam nada além de *raízes*. Apenas em estágios posteriores, o princípio da gramática teria atuado, combinando *raízes*.

Como foi dito, seu intuito era o de reconhecer o parentesco das línguas, que seria confirmado pela inferência de uma origem comum. O exame da composição verbal é a motivação para entender se essas línguas compartilhariam uma estrutura gramatical, marcada, sobremaneira, na configuração formal. Assim, para Bopp, o princípio fundamental da gramática das línguas serviu-lhe como meio de classificá-las. Bopp dividiu-as em três classes que, em seguida, são descritas, com o cuidado de apontar os termos alemães usados pelo autor.

A primeira classe, na qual incluiu o chinês, seria composta de línguas nas quais as *raízes* fossem monossilábicas (*einsyllbigen Wurzeln*). Nelas nada se reconheceria além da *raiz*, conseqüentemente, não possuiriam propriedade de composição (*ohne Fähigkeit zur Zusammensetzung*), seriam línguas sem organismo e sem gramática (*ohne Organismus, ohne Grammatik*), cujas relações secundárias só poderiam ser expressas pela posição das *raízes* na sentença (*die grammatischen Kategorien und Nebenverhältnisse der Hauptsache nach nur aus der Stellung der Wurzeln im Satze erkannt werden können*) (1833, p. 112).

É possível inferir uma definição relativa à tipologia descrita:

DEF. 5.12: Línguas monossilábicas sem organismo e sem gramática são aquelas constituídas exclusivamente de *raízes* que expressam as relações secundárias pela posição ocupada na sentença.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta compõe-se de uma série de *definições condicionais*: ‘monossilábicas’, “sem organismo e sem gramática”, “constituídas exclusivamente de raízes”, “que expressam as relações secundárias pela posição ocupada na sentença”.

A segunda classe seria composta de línguas cujas *raízes*, monossilábicas, apresentassem a propriedade da composição (*die der Zusammensetzung fähig sind*), caracterizando-se, dessa maneira, por possuir um organismo e uma gramática. O princípio da criação de palavras (*Das Hauptprincip der Wortschöpfung*) ocorreria por meio da conexão (*Verbindung*) entre *raízes* verbais e pronominais que, unidas, representariam a alma e o corpo (*Seele und Leib*) (1833, p. 112-113).

A tipologia descrita permite a seguinte definição:

DEF. 5.13: Línguas monossilábicas com organismo e com gramática são aquelas que apresentam a propriedade da composição gerando palavras por meio da conexão entre *raízes* verbais e *raízes* pronominais.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta, do mesmo modo, apresenta uma série de *definições condicionais*: “monossilábicas”, “com organismo e com gramática”, “apresentam a propriedade da composição”, “gerando palavras por meio da conexão entre *raízes* verbais e *raízes* pronominais”.

A terceira classe formar-se-ia por línguas de *raízes* de duas sílabas e três consoantes, portadoras do significado fundamental. Nela estavam as línguas semíticas, cuja característica era a de marcar a gramática não apenas pela composição (*nicht blos durch Zusammensetzung*), mas também pela modificação interna da *raiz* (*innere Modification der Wurzeln*) (1833, p. 113).

DEF. 5.14: Línguas de duas sílabas e três consoantes portadoras do significado fundamental com gramática marcada na composição e na modificação interna da *raiz*.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta sustenta-se em três *definições condicionais*: “de duas sílabas e três consoantes portadoras do significado fundamental”, “com gramática marcada na composição”, “[com gramática marcada] na modificação interna da *raiz*”.

Bopp concluiu que as línguas da família indo-europeia, definidas em **DEF. 5.13**, possuiriam uma vantagem em relação às línguas semíticas, definidas em **DEF. 5.14**: apresentariam uma variedade de formas cuja estrutura enriqueceria o sentido e as relações gramaticais. Sua superioridade residiria “na bela combinação desses acréscimos para formar um todo harmonioso, a imagem de um corpo orgânico” (*in der schönen Verknüpfung dieser Anfügungen zu einem harmonischen, das Ansehen eines organischen Körpers tragenden Ganzen*) (1833, p. 113).

Diante do exposto, é possível depreender a noção de *flexão* concebida por Bopp:

DEF. 5.15: A *flexão* é um princípio gramatical que se materializa pelo redobro de *raízes*, pela combinação de *raízes*, pela alteração vocálica ocorrida no interior das *raízes* e pelo acréscimo de afixos às *raízes*.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta compõe-se de uma *definição intensiva* “é um princípio gramatical”, mediante o levantamento de propriedades das línguas em comparação: o chinês seria um tipo de língua cujas palavras seriam desprovidas de elementos gramaticais porque nelas se reconheceriam apenas as *raízes*. As *definições condicionais* - “que se materializa pelo redobro de *raízes*”, “[que se materializa] pela combinação de *raízes*”, “[que se materializa] pela alteração vocálica ocorrida no interior das *raízes*”, “[que se materializa] pelo acréscimo de afixos às *raízes*” - fundamentam-se nas descrições que Bopp fez das línguas europeias e das línguas semíticas, nas quais o princípio gramatical teria atuado. Isso lhe possibilitou propor

novas divisões tipológicas: a) as línguas monossilábicas sem princípio gramatical, as línguas monossilábicas cujo princípio gramatical atuaria por meio da adjunção de *raízes* e as línguas de duas sílabas e três consoantes cujo princípio gramatical atuaria por meio da composição e da modificação interna da *raiz*.

Conforme anteriormente mencionado, Bopp se dedicou à composição verbal. Contudo, Bréal, primeiro autor a traduzir a *Vergleichende Grammatik* para a língua francesa, afirmou que *flexão* é, para Bopp:

Letras e sílabas que servem à distinção do caso e do número nos nomes, à marca do número, pessoa, tempo, voz e modo nos verbos, considerados desde sempre a parte mais enigmática das línguas. Todos os gramáticos os tinham apontado: nenhum jamais ousou se pronunciar sobre sua origem¹²¹ (1866, *Introd.* p. xxi-xxii).

A exegese de Bréal sobre o conceito de *flexão* corrobora a que ora se apresenta. Mas é preciso, de maneira mais clara e precisa, perceber, por meio das extensões citadas, o quanto sua interpretação se volta para a *flexão* como conceito equivalente à *declinação* e à *conjugação*.

5.2.3. Schleicher

A concepção de língua de August Schleicher (1821-1868) envolvia a passagem, desde o nascimento, por estágios durante os quais as línguas cresceriam, ou se desenvolveriam, e morreriam. Essa visão é fundamental para compreender sua teoria morfológica, que até hoje suscita controvérsias quanto a seu papel no pensamento linguístico do século XIX, mas que consensualmente apresenta uma importante etapa da compreensão das línguas nesse período. É preciso entender a metáfora pela qual ele foi posteriormente lembrado. Em ensaio intitulado *Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft* (1863), Schleicher escreveu:

Die Sprachen sind Naturorganismen, die, ohne vom Willen des Menschen bestimmbar zu sein, entstunden, nach bestimmten Gesetzen wuchsen und sich entwickelten und wiederum altern und absterben; auch ihnen ist jene Reihe von Erscheinungen eigen, die man unter dem Namen 'Leben' zu verstehen pflegt.

As línguas são organismos da natureza que surgiram sem ser determinados pela vontade do homem, cresceram e desenvolveram-se conforme leis determinadas e, por sua vez, envelheceram e morreram; também é própria delas a série de fenômenos a que se costuma entender sob o nome de 'vida'. (tradução nossa)

¹²¹ Ces lettres et ces syllabes que servent à distinguer les cas et les nombres dans les noms, à marquer les nombres, les personnes, les temps, les voix et les modes dans les verbes, avaient toujours été considérées comme la partie la plus énigmatique des langues. Tous les grammairiens les avaient énumérées: aucun n'avait osé se prononcer sur leur origine. (tradução nossa)

Aqueles de sua época o viram como um simples caudatário de Charles Darwin (1809-1882), e essa interpretação sobre sua teoria prevaleceu por mais de um século. Apenas nas décadas finais do séc. XX, historiógrafos da linguística, após minuciosa revisão de toda publicação do período, puderam conceber outra visão. Como bem mostrou Maher (1983), a concepção linguística schleicheriana já vinha sendo desenvolvida nesse sentido e a publicação do ensaio foi uma tentativa de mostrar ao próprio Darwin a confluência entre a teoria linguística e a biológica. Schleicher considerava as línguas como seres cuja propriedade fundamental seria a vida, o que inexoravelmente lhes implicaria, como acontece com todo ser vivo, uma trajetória rumo à morte. Os estágios de desenvolvimento não sofreriam quaisquer influências externas.

A definição proposta por Schleicher é *explícita*, segundo os parâmetros de Hegenberg (1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 5.16: As *línguas* são organismos da natureza que surgiram sem ser determinados pela vontade do homem, cresceram e desenvolveram-se conforme leis determinadas e, por sua vez, envelheceram e morreram.

A *definição intensiva* “são organismos da natureza” evidencia a absoluta independência da língua em relação a usos individuais, sociais ou culturais. As *definições condicionais* reafirmam essa condição: “que surgiram sem ser determinados pela vontade do homem”, “cresceram”, “desenvolveram-se conforme leis determinadas”, “envelheceram”, “morreram”. Essa definição vincula sua concepção de língua à ordem natural ou às leis naturais tal qual a concepção φύσις (*natural*) da Antiguidade.

A metáfora da língua-organismo já havia sido mencionada por seus antecessores, como visto nas seções anteriores. Enquanto Bopp partiu do sânscrito e comparou a estrutura gramatical desta língua com as demais, Schleicher, a partir de um conjunto de regras específicas, inferiu a protolíngua. Para Bynon (2001, p. 1231), Schleicher assumiu um método dedutivo, sistemático e explícito, embora, desde Bopp, o objetivo da comparação seria o de alcançar uma gramática subjacente a todas as línguas.

Koerner (1989) menciona dois desenhos de árvores genealógicas, publicados por Schleicher, em 1853, logo, antes de Darwin, e mais 6 deles publicados em 1860. A representação das famílias linguísticas por meio de árvores genealógicas significa não apenas a filiação de línguas, mas também uma concepção segundo a qual cada língua tem sua origem, seu desenvolvimento e, muitas vezes, o seu fim, uma vez que, sendo uma, se torna outra.

Para entender a perspectiva histórica desenhada por Schleicher, é preciso perceber que o tronco representa a protolíngua e cada ramo corresponde a uma das línguas atestadas. Além disso, os ramos indicam o grau de relacionamento entre as línguas de mesma família e, ao mesmo tempo, o modo e o meio pelo qual os estágios intermediários foram reconstruídos. Morpurgo-Davies (1998) assinala que esse modelo genealógico é uma representação do processo de desenvolvimento das várias línguas e o comprimento dos ramos poderia indicar a possível cronologia desses processos.

Em outras palavras, há dois modos de a historiografia considerar esse modelo: ou como uma notação técnica para expor conceitos relacionados à especificação de itens da morfologia, ou como a representação gráfica de uma postura teórica. Na verdade, a notação técnica e a representação genealógica convergem para uma teoria morfológica que abarque a perspectiva histórica e, ao mesmo tempo, atemporal das línguas.

Ainda em 1850, Schleicher expôs sua visão a respeito da natureza das línguas e o que ele considerava ser o *status* da Linguística, em sua obra *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht*, estabelecendo, para isso, a distinção entre *Filologia* (*Philologie*) e *Linguística* (*Linguistik*) (1850, p. 6-12). Para Schleicher, *Filologia* seria uma disciplina histórica, que consideraria o texto escrito como um meio de investigar o pensamento e a vida cultural de um povo. *Linguística* seria uma ciência natural, que se ocuparia da linguagem, sujeita às leis naturais; portanto, não se restringiria ao texto literário, mas procuraria estudar também línguas que não tinham tradição literária. Essas leis naturais se aplicariam à *Formenlehre*, literalmente, “estudo das relações”, que, em sua visão, são as classes de palavras.

A *Linguística* deveria, pois, investigar as leis, e não aquilo que era afetado por elas. Por esse meio, Schleicher procurar desvendar a estrutura gramatical subjacente às línguas e, com essa finalidade, entende que:

Wie die Naturwissenschaften, so hat auch die Linguistik die Erforschung eines Gebiets zur Aufgabe, in welchem das Walten unabänderlicher natürlicher Gesetze erkennbar ist, an denen der Wille und die Willkür des Menschen nichts zu ändern vermögen. (1850, p. 3)

A Linguística, assim como as ciências naturais, tem a tarefa de investigar um campo no qual se reconhece o cumprimento de leis naturais imutáveis, as quais nem a vontade nem o arbítrio do homem em nada podem alterar. (tradução nossa)

Por meio de definições *implícitas*, *contextuais* e *explícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), é possível estabelecer que:

DEF. 5.17: A *Filologia* é uma disciplina histórica que aborda o texto escrito com o objetivo de investigar o pensamento e a vida cultural de um povo.

DEF. 5.18: A *Linguística* é uma ciência natural que investiga a linguagem sujeita às leis naturais.

As *definições explícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) propostas estão em contraste, revelando uma tentativa de estabelecer um campo autônomo de investigação linguística, o que não significa recusar a história das línguas, mas apartar seus processos a fim de elaborar a abstração necessária para abordar analiticamente os fenômenos exclusivamente linguísticos. As *definições condicionais* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) esclarecem esse contraste porque delimitam o campo de atuação de cada uma das disciplinas. Há outra definição importante para o entendimento de sua teoria:

DEF. 5.19: *Formenlehre* é um estudo das relações entre classes de palavras.

As *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) lança a perspectiva de abordagem que deverá ser abandonada caso se deseje investigar as leis naturais que regem as línguas.

Na abordagem dessas leis naturais, outra distinção feita por Schleicher foi entre *Bedeutung* (conteúdo ou sentido) e *Beziehung* (relação). Para ele, “O significado é o material, a raiz; a relação, o formal, a modificação feita na raiz.” (*Die Bedeutung ist das Materielle, die Wurzel; die Beziehung das Formelle, die an der Wurzel vorgenommene Veränderung.*) (SCHLEICHER, 1850, p. 7). Por essa razão, Schleicher discerniu a *Formenlehre*, da *Morphologie*:

Für die lere von der wortform wäle ich das wort «morphologie», nach dem vorgange der naturwissenschaften, weil «formenlere» für specielle morphologie verbunden mit functionslere der beziehungslaute bereits im gebrauche ist. (1859, p. 37)

Para o estudo da forma da palavra, escolho a palavra "Morphologie", segundo o percurso das ciências naturais, porque "Formenlehre" já se usa para a morfologia especial, associada com o estudo funcional dos sons de relação¹²². (tradução nossa)

Têm-se as definições:

DEF. 5.20: *Bedeutung* (significado) é o material, a *raiz*.

DEF. 5.21: *Beziehung* (relação) é a relação, o formal, a modificação feita na *raiz*.

¹²² Mantiveram-se os termos no alemão, porque a tradução literal de ambas as palavras para o português seria ‘morfologia’. No texto, usam-se as palavras alemãs para não causar ambiguidade.

As *definições intensivas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) mostram as propriedades dos objetos aos quais se aplicam os conceitos. O termo *Bedeutung* aplica-se à *raiz*, discernida em seu aspecto material, mas também semântico. *Beziehung* é o termo que se aplica às modificações feitas na *raiz*; essas modificações são formais e relacionais, ou seja, apresentam uma forma e uma função. A seguir, ver-se-á como esses dois conceitos permitem conceber tipos de *raízes*.

O ponto crucial de sua teoria morfológica surge em 1859 com a publicação de *Zur Morphologie der Sprache*, em que se desenvolve uma teoria matemática da linguagem. Nessa obra, Schleicher elaborou uma notação formal para representar e esclarecer certos pontos de sua teoria classificatória de base morfológica das línguas. Schleicher era, então, um indo-europeísta de renome internacional, reconhecido por seus trabalhos de dialetologia e etnografia lituanas e conhecedor profundo das línguas semíticas, além de ter estudado as línguas fino-ugrianas (SWIGGERS; HAL, 2011).

Segundo Swiggers e Hal (2011), a gramática comparada schleicheriana apresentava três dimensões: a) filosófica, pois se ocupava das leis imanentes da evolução linguística; b) histórica, já que informava sobre a história dos povos; c) gramatical, porque estudava, primordialmente, a estrutura gramatical das línguas. De acordo com os autores, essas dimensões desdobravam-se em dois eixos, mencionados por Schleicher em seu *Die Sprache Europas* (1850). Nessa obra, Schleicher discorreu sobre aspectos de sua teoria da linguagem que serão discutidos e mantidos em todas as suas obras posteriores. Ao comentar a respeito de processos de *assimilação* e de como esse fenômeno era encontrado em um grande número de línguas ao redor do mundo, disse que para investigar a *natureza das línguas* (*Wesender Sprachen*):

Es liegt ...im Begriff einer systematischen Uebersicht, dass sie nur Coordinirtes enthalte, das Nebeneinander nicht aber das Nacheinander darstelle; denn dies ist ja eben der Unterschied des Systems von der Geschichte, dass letztere das Nacheinander zum Objekt hat, gleichsam den Gegenstand im Längsdurchschnitt zeigt, während das System nur das nebeneinander Liegende zu ordnen hat, gleichsam den Querdurchschnitt ausführt. (1850, p. 37)

Está...na concepção de uma visão sistemática, que contém apenas o coordenado, que representa o simultâneo, mas não o sucessivo; pois essa é de fato a diferença entre sistema e história: que a última tem por objeto o sucessivo, como se mostrasse o objeto em corte longitudinal, enquanto o sistema deve ordenar apenas o que é simultâneo, como se realizasse o corte transversal. (tradução nossa)

Schleicher antecipa conceitos que são caros no *Cours de Linguistique Générale* (1916). Ao falar sobre *sistema* e *história*, entende que existem elementos linguísticos cuja origem remonta à protolíngua (encontram-se em sucessão), mas cujo arranjo se dá em perspectiva sistêmica (encontram-se adjacentes), ou seja, são conceitos expressos, respectivamente, por *diacronia* e

sincronia, anos mais tarde, no *Cours*. Em um cenário evolutivo (e histórico) das línguas, esses elementos linguísticos encontram-se transformados pelas leis imanentes e, para reconhecê-los, é preciso entender outros termos anteriormente por ele definidos.

Schleicher não desejava estudar as línguas, desejava propor uma interpretação de suas leis regentes que, segundo sua concepção, seriam imanentes e imutáveis. No seu entendimento, existia uma correspondência fonológica e morfológica (BYNON, 2001), que ele designou pelo termo *lautliche Form* (SCHLEICHER, 1859, p 1; 35). Swiggers e Hal (2011) afirmam que esse termo deve ser interpretado não como *forma fonética*, mas sim como *forma estrutural*.

Zur Morphologie der Sprache compõe-se de duas partes. Na primeira, Schleicher elaborou a notação formal das formas linguísticas divididas em classes e, na segunda, procurou discutir a possível classificação das línguas em cada uma dessas classes. A notação apresenta as duas categorias de *raízes*, isto é, as que representam a *Bedeutung* e as que representam a *Beziehung*. A notação formal será exposta a seguir conforme o que foi estabelecido por Schleicher (1859, p 2-8).

A classe I, chamada de *isolante* (*isolierend*), conforme classificação prévia de Humboldt (1836), apresentaria uma morfologia que se caracteriza pela:

- a) presença de *raízes* isoladas e imutáveis, ou em que se manifesta a *Bedeutung*. As *raízes* são representadas pelos símbolos A, B, C, D e assim por diante.
- b) presença de *raízes* cujo sentido foi alterado, uma vez que seu valor semântico pode ser mais abstrato. Essas *raízes* encontram-se em uma fase de transição, pois estão em processo de transformação de *Bedeutung* para *Beziehung*. São representadas pelos símbolos ‘A, ‘B, ‘C, ‘D e assim por diante.

Infere-se da descrição uma definição quanto à tipologia:

DEF. 5.22: *Línguas isolantes* apresentam *raízes* isoladas e imutáveis ou de *raízes* de sentido alterado em fase de transição de *Bedeutung* para *Beziehung*.

A tipologia se estabelece por descrição da categoria de *raízes* presentes na língua. É, portanto, uma *definição intensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) e “*raízes* isoladas”, “[*raízes*] imutáveis”, “*raízes* de sentido alterado em fase de transição de *Bedeutung* para *Beziehung*” são as propriedades que a língua deve apresentar para ser desse modo classificada.

A classe II, chamada de *fusionante* (*zusammen fùgende*), apresentaria formas relacionais que crescem em conjunto da *raiz*. Essas *raízes* relacionais agregar-se-iam a outras *raízes* de maneira *solta* (*lose*), uma vez que não compunham organicamente sua *forma estrutural*. Seriam representadas pelo

símbolo Aa (ou Ba, Ca, Da e assim por diante), quando vêm depois da *raiz* pelo símbolo aA (ou aB, aC, aD e assim por diante), quando vêm antes da *raiz*, e A (ou B, C, D e assim por diante) quando estão entre a *raiz*.

Dessa forma, tem-se a seguinte definição:

DEF. 5.23: Línguas *fusionantes* apresentam *raízes* relacionais agregadas a outras *raízes* sem compor organicamente sua forma estrutural.

Schleicher apresenta as propriedades dessa tipologia, novamente baseada nos tipos de *raízes*. A *definição intensiva* ocorre por meio da apresentação de sua propriedade fundamental: “*raízes* relacionais agregadas a outras *raízes* sem compor organicamente sua forma estrutural”.

A classe III, a das línguas *flexivas* (*flexions*, *flectierend*, *flexionsfähig*), divide-se em dois grupos:

- a) a própria *raiz* se altera com o propósito de expressar a *Beziehung*. Essas *raízes* são representadas pela fórmula A^a (ou A^b e assim por diante). Podem-se combinar às *raízes* da classe Ib. Essa combinação é representada pela fórmula A^a + ‘A, em que o símbolo << + >> significa que essas *raízes* não estão firmemente presas entre si (*lose*).
- b) as *raízes* relacionais podem-se unir às *raízes* da classe II. Esse tipo de junção é *fixa* (*fester*), representada pela fórmula aA^a ou bA^a, mas outras combinações são possíveis, como se verá adiante.

Tem-se a seguinte *definição intensiva*:

DEF. 5.24: Línguas *flexivas* apresentam *raízes* que se alteram organicamente com o propósito de expressar a *Beziehung* e *raízes* relacionais agregadas a outras *raízes* compondo organicamente sua forma estrutural.

A classe das línguas flexivas apresenta propriedades que a distinguem das demais classes porque são compostas de: “*raízes* se alteram organicamente com o propósito de expressar a *Beziehung*” e “*raízes* relacionais agregadas a outras *raízes* compondo organicamente sua forma estrutural”. Embora a segunda propriedade preveja *raízes* da classe II, o caráter orgânico dessas línguas proporciona absoluta ligação entre as *raízes*.

A classe IV, das línguas *combinantes* (*combinierend*) é uma combinação das *raízes* das classes I e II. As possibilidades de combinação permitem estabelecer mais de mil fórmulas. É possível depreender a seguinte definição:

DEF. 5.25: Línguas *combinantes* apresentam *raízes* isoladas e imutáveis e *raízes* relacionais agregadas a outras *raízes* sem compor organicamente sua forma estrutural.

A *definição intensiva* ocorre por meio da disposição de propriedades: “*raízes* isoladas”, “[*raízes*] imutáveis”, “*raízes* relacionais agregadas a outras *raízes* sem compor organicamente sua forma estrutural”.

Na teoria schleicheriana, a *raiz* não é definida, mas tipificada. Sua tipologia advém de propriedades, representadas por um conjunto de notações. De acordo com a apresentação das classes, podem-se inferir os seguintes símbolos da notação e as seguintes propriedades para cada tipo de *raiz*:

DEF. 5.26: **A** = *raiz* significativa

DEF. 5.27: **‘A** = *raiz* relacional cujo sentido sofreu alteração

DEF. 5.28: **aA** = *raiz* relacional que se posiciona antes da *raiz* significativa

DEF. 5.29: **Aa** = *raiz* relacional que se posiciona após a *raiz* significativa

DEF. 5.30: **A** = *raiz* relacional que se posiciona no meio da *raiz* significativa

DEF. 5.31: **A^a** = *raiz* significativa que sofreu uma alteração formal para expressar a relação

A notação acima foi criada a partir do inventário de elementos linguísticos, as *raízes*, das línguas por ele estudadas. São, desse modo, definições intensivas, obtidas por meio da apresentação das classes.

A mudança linguística, entendida por Schleicher como evolução orgânica, pressupõe que:

1. uma dada *raiz* **A** teve seu sentido original alterado, e essa mudança é representada por <<‘**A**>>, cuja função passa a ser relacional;
2. uma dada *raiz* **A** teve seu sentido e sua forma alterados, e essas mudanças são representadas por <<**a**>>, que pode vir antes ou depois de uma outra *raiz*, ou ficar no meio dela, e sua função passa a ser relacional;
3. uma dada *raiz* **A** teve seu sentido e sua forma alterados, e essas mudanças são representadas por <<**a**>>, e sua função permanece sendo significativa, e não relacional, como no caso das outras *raízes* que sofreram alterações.

Vale dizer, no entanto, que a exposição das fórmulas e suas possíveis combinações evidenciam um sistema cartesiano de coordenadas, uma vez que o objetivo de Schleicher era elaborar uma teoria de conjuntos ou um sistema morfológico capaz de abarcar a potencialidade linguística.

As possíveis combinações desses elementos, na teoria de Schleicher, é o que estabelece a tipologia linguística. Em outras palavras, a tipologia linguística geral foi elaborada antes de ser confrontada com os dados empíricos. Por essa razão, percebe-se que esses elementos são aplicados

em um plano cartesiano, em que a combinação dos itens gera as fórmulas morfológicas pertinentes a cada classe de língua e o conjunto das classes constitui o sistema morfológico. Pode-se exemplificar com a elaboração de um plano cartesiano cujo produto estabelece a classe I:

Figura 5.1: Representação do plano cartesiano de Schleicher

Na notação, cada letra expressaria uma *raiz* distinta e o número de *raízes* distintas seria variável, portanto o uso de A-D é apenas representativo. Considerando que A, B, C e D formam o conjunto de *raízes* significativas e 'A, 'B, 'C, e 'D, o conjunto das *raízes* relacionais cujo sentido sofreu alteração, as combinações possíveis entre esses dois conjuntos formam a classe tipológica. Assim, estabelecem-se quatro fórmulas possíveis para a primeira classe tipológica:

Classe I

1 - A	2 - A + 'A	3 - 'A + A
4 - 'A + A + 'B		

(Schleicher, 1859, p. 5)

Além das fórmulas da classe I, o método empregado por Schleicher permitiu-lhe prever as fórmulas das demais classes (1859, p. 5):

Classe II

1 - aA	3 - <u>A</u>	2 - Aa
	4 - aAb	
5 - b <u>A</u>	7 - b <u>A</u> c	6 - <u>A</u> b

Classe IIIa

	1 - A ^a	
2 - 'A + A ^a		3 - A ^a + 'A
	4 - 'A + A ^a + 'B	

Classe IIIb

1 - aA ^a	3 - A ^a	2 - A ^a a
	4 - aA ^a b	

Classe IVa

1 - 'A + aA	15 - 'A + aA + 'B	8 - aA + 'A
2 - 'A + Aa	16 - 'A + Aa + 'B	9 - Aa + 'A
3 - 'A + <u>A</u>	17 - 'A + <u>A</u> + 'B	10 - <u>A</u> + 'A
4 - 'A + aAb	18 - 'A + aAb + 'B	11 - aAb + 'A
5 - 'A + b <u>A</u>	19 - 'A + b <u>A</u> + 'B	12 - b <u>A</u> + 'A
6 - 'A + <u>A</u> b	20 - 'A + <u>A</u> b + 'B	13 - <u>A</u> b + 'A
7 - 'A + b <u>A</u> c	21 - 'A + b <u>A</u> c + 'B	14 - b <u>A</u> c + 'A
22 - 'A + aA ^a etc.	36 - 'A + aA ^a + 'B etc.	29 - aA ^a + 'A etc.

Classe IVb

1 - a'A + A	8 - a'A + bA	15 - a'A + Ab	22 - a'A + A
2 - 'Aa + A	9 - 'Aa + bA	16 - 'Aa + Ab	23 - 'Aa + A
3 - 'A + A	etc.	etc.	etc.
4 - a'A b + A			
5 - b'A + A			
6 - 'Ab + A			
7 - b'A c + A			
A + a'A	aA + b'A	<u>A</u> + b'A	aAb etc.
A + 'Aa	aA + 'Ab	<u>A</u> + 'Ab	
etc.	etc.	etc.	

$a'A + 'B + A$	$a'A + A + 'B$	$A + a'A + 'B$
etc.	etc.	etc.
$'A + a'B + A$	$'A + A + a'B$	$A + 'A + a'B$
etc.	etc.	etc.
$a'A + b'B + A$	$a'A + A + b'B$	$A + a'A + b'B$
etc.	etc.	etc.

O que norteia a divisão em classes, e consequentemente a tipologia, é a forma da *raiz* significativa e a ausência ou presença de *raízes* relacionais. A presença exclusiva de *raízes* significativas caracteriza a classe I, e são previstas apenas 4 fórmulas. Na classe II, prevalecem as *raízes* que não sofrem alteração, entretanto, a essas *raízes* juntam-se formas relacionais; há 7 fórmulas possíveis. A classe III constitui-se de *raízes* que expressam a relação por meio de sua própria alteração; as subdivisões (a) e (b) juntas totalizam 21 fórmulas possíveis. Por fim, a classe IV, resultante da combinação de outras duas classes, não apresenta a predominância de nenhum tipo de *raiz* e, por essa razão, é a classe mais numerosa em se tratando das fórmulas: são 112 fórmulas para a subdivisão IVa e mais de 1000 fórmulas para a subdivisão IIIb.

A potencialidade da classe IV trouxe embaraços para nela incluir certas línguas. Na segunda parte de *Zur Morphologie der Sprache* (1859, p. 8 ss), Schleicher empreendeu uma discussão sobre a classificação das línguas e, ao discutir certas delas na classe II, terminou por classificá-las na classe IV. Em publicação posterior, eliminou a classe IV, e as línguas que a esta pertenciam foram reclassificadas na classe II (SWIGGERS; HAL, 2011, p. 96, nota 18).

De qualquer modo, o rigor metodológico com o qual Schleicher construiu sua teoria morfológica baseou-se fundamentalmente nas mudanças de som regulares. Mais tarde, essa concepção permitiria explicar as diferentes formas encontradas nas línguas filhas da protolíngua. De acordo com Koerner (1989, p. 362-367), Schleicher, por meio do seu método de “reconstrução de protótipos”, proporcionou aos neogramáticos a confiança absoluta na atuação das leis fonéticas (*Lautgesetze*). Os neogramáticos consideravam importante a observação dos princípios que regem a maneira como as línguas se estruturam. A investigação desses princípios, no entanto, deveria ser realizada na fase histórica das línguas, com fontes bem documentadas, e não em mudanças pré-históricas inferidas. Desse modo, a direção da mudança apreendida em fase histórica seria encontrada na fase pré-histórica.

Schleicher disse que a Morfologia (*Morphologie*) é “... a doutrina da função das partes individuais da palavra e da própria palavra” (*die lere von der function der einzelnen teile des wortes und des wortes selbst*) (1859, p. 1). O termo *Morfologia*¹²³ (*Morphologie*), segundo Viaro (2011), proveio da Biologia, pois foi inventado por Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) para a Botânica, e foi introduzido por Schleicher em sua teoria apenas em 1858.

Tem-se aqui outra definição, que se contrapõe a *Formenlehre*:

DEF. 5.32: A Morfologia é a doutrina da função das partes individuais da palavra e da própria palavra.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) evidencia-se uma concepção de partes menores do que a palavra, e essas partes são dotadas de uma função, assim como o são as próprias palavras.

Na teoria schleicheriana, a *raiz* não é nem nominal nem verbal, ou seja, nasce como um organismo não especializado e, se assim permanecer, será usado em combinações simples para expressar as relações gramaticais. No entanto, se houver evolução, a própria *raiz* desenvolverá formas comparáveis a células para expressar as relações gramaticais (*die grammatischen Beziehungen*):

Dir und Deinen Collegen kann ich gleichnissweise die Wurzeln als einfache Sprachzellen bezeichnen, bei welchen für die Function als Nomen, Verbum u. s. f. noch keine besonderen Organe vorhanden sind und bei denen diese Functionen (die grammatischen Beziehungen) noch eben so wenig geschieden sind, als bei einzelligen Organismen oder im Keimbläschen höherer lebender Wesen Athmen und Verdauen. (1863, p. 26)

A você e a seus colegas, posso descrever alegoricamente as raízes como células simples da língua, nas quais nenhum órgão especial ainda está disponível para a função como nome, verbo, etc, e nas quais essas funções (as relações gramaticais) ainda estão tão pouco separadas quanto a respiração e a digestão nos organismos unicelulares ou na vesícula germinal dos seres vivos superiores. (tradução nossa)

Essa visão é expressa no ensaio intitulado *Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft*, no qual se dirige a Darwin para mostrar como as línguas poderiam ser entendidas como se entendem os organismos nas ciências naturais. Essa definição envolve-se diretamente com sua concepção de língua; tem-se, pois:

DEF. 5.33: A *raiz* é uma célula simples, na qual nenhum órgão especial está ainda disponível.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) atrela-se à potencialidade gramatical. Todas as línguas apresentam *raízes*, mas apenas certas classes apresentam *raízes* que passam de

¹²³ O termo de Goethe (1749-1832) foi por ele empregado para se referir à constituição dos corpos orgânicos.

“células simples” a “células” desenvolvidas. Assim, para Schleicher, nas *raízes*, as formas que expressam as relações gramaticais estão latentes: “Na antiga forma *dba* repousavam as várias relações gramaticais, a verbal e a nominal, com suas modificações ainda fragmentadas e subdesenvolvidas...” (*In jenem ältesten "dba" ruhten die verschiedenen grammatischen Beziehungen, die verbale und nominale sammt ihren Modificationen noch angeschieden und unentwickelt*) (1863, p. 25-26). Desenvolver esses “órgãos” que expressam essas relações é sinal de evolução; em contrapartida, as línguas que não apresentam esses mesmos “órgãos” são primitivas.

As línguas indo-europeias juntamente com as línguas semíticas foram incluídas na classe III. A mudança regular ocorrida na *raiz* significativa para expressar a *Beziehung* é característica fundamental dessa classificação:

... daß wir die flexion, als das höchste, was die lautform der sprache erreichen kann — denn sie ist der vollkommenste außdruck des denkprocesses — nicht bei der urzeugung der sprache voraus zu setzen haben , sondern daß sie als etwas in vorhistorischer zeit erst almählich entwickeltes zu betrachten ist. (1859, p. 28)

... devemos pressupor a flexão como a mais elevada, a que pode atingir a forma sonora da linguagem - pois é a expressão mais perfeita do processo do pensamento - não na criação primitiva da linguagem, mas deve ser considerada como algo só desenvolvido gradualmente em tempos pré-históricos. (tradução nossa)

Por meio de uma *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), tem-se que:

DEF. 5.34: A *flexão* é uma *Beziehung*.

A presença absoluta da *Beziehung* constitui a principal característica da classe III, chamada de línguas flexivas, que se apresenta, no entanto, sob duas fórmulas distintas. Uma delas prevê uma junção *solta* entre as *raízes*; a outra, uma junção *fixa*, que Schleicher define como uma composição *orgânica* da *forma estrutural*.

Schleicher, em *Zur Morphologie der Sprache* (1859), emprega o termo *flexão* como o fez Schlegel, isto é, a capacidade que a própria *raiz* tem de desenvolver-se para expressar as relações gramaticais. Nessa obra, a análise das fórmulas, a partir da diferença entre **Aa** (*raiz* relacional que se posiciona ao lado da *raiz* significativa) e **A^a** (*raiz* significativa cuja forma se alterou para expressar a relação), é possível perceber que, também como Schlegel, a *flexão* é a mudança ocorrida na própria *raiz*. Nesse sentido, há uma certa mudança de interpretação em relação a Bopp, já apontada por Bynon (2001, p. 1235):

Os sufixos ligados à raiz são historicamente derivados de raízes que se fundiram com a raiz lexical. Eles perderam seus próprios significados lexicais quando foram rebaixados para marcar funções gramaticais. A evidência do seu antigo *status* de raiz reside no fato de que eles mostram a graduação de vogais. Cada palavra protoindo-europeia

desenvolveu-se a partir de pelo menos duas raízes; a primeira é a raiz léxica e a segunda tende a ser um pronome demonstrativo, no caso de nomes, e um pronome pessoal ou verbo auxiliar, em particular o verbo "ser", no caso de verbos¹²⁴.

Na segunda parte de seu ensaio de 1859, na qual procurou classificar as línguas nas classes previamente estabelecidas, é de grande relevância a distinção que ele fez entre os elementos linguísticos sufixados à *raiz*. Schleicher discutiu as peculiaridades morfológicas de diversas línguas, cotejando-as com as notações elaboradas. Nessa discussão, acrescentou uma nova fórmula, já brevemente comentada por ele em seção anterior, com a qual pretendia:

(...) vor geschlagenen genaueren bezeichnung der beziehungselemente gebrauch machen und die wortbildenden elemente von den suffigierten pronominibus (personalendungen), so wie von pluralzeichen und casuselementen (postpositionen) scheiden. Wie schon gesagt, treten alle diese elemente, oft in sehr großer anzahl, an die wurzel hinten an, z. b. magy. *kés*, meßer, sing., *kés-ek* plur., Aα; dat. pl. *kés-ek-nek*: Aαβ; *bátya*, älterer bruder, diß wort enthält aber (wie *atya*, vater, *anya*, mutter) bereits ein suffix der 3ten person, also eigentl. : «sein bruder» u. s. f. also Aα; *bátyám*, mein ält. bruder, ebenfals Aα; *bátyámé*, meinem ä. b. angehörig, Aαβ; *bátyámék* plur. davon, die angehörigen meines älteren bruders, 'Aαβγ: *bátyáméknál*, bei den angehörigen meines älteren bruders, also Aαβγδ ; *iratok*, ich laße schreiben, Aαα; *iratom*, ich laße es schreiben, enthält, wenn auch jezt nicht mer deutlich erkenbar, das object, also Aααβ; *iratnak*, der schrift), Aαα u. s. f. (...) (1865, p. 17)

(...) fazer uso da descrição mais exata dos elementos de relação e distinguir os elementos formadores de palavras dos pronomes sufixados (terminações de pessoa), assim como das indicações de plural e elementos de caso (posposições). Como já mencionado, todos esses elementos, frequentemente em grande número, ligam-se seguidamente à raiz, por exemplo, húngaro¹²⁵ *kés*, faca, sing., *kés-ek* plur., Aα; dat. pl. *kés-ek-nek*: Aαβ; *bátya*, irmão mais velho, a palavra, no entanto, já contém (como *atya*, pai, *anya*, mãe) um sufixo da terceira pessoa, ou seja, na verdade: «seu irmão», etc., portanto Aα; *bátyám*, meu irmão mais velho, da mesma forma, Aα; *bátyámé*, meus familiares, Aαβ; *bátyámék* plural, os descendentes do meu irmão mais velho, 'Aαβγ; *bátyáméknál*, com os parentes do meu irmão mais velho, que é Aαβγδ; *iratok*, deixe-me escrever, Aαα; *iratom*, eu posso escrever, contém, embora nem sempre claramente reconhecível, o objeto, isto é, Aααβ; *iratnak*, a escrita), Aαα, etc. (...). (tradução nossa)

Nessas fórmulas, surgem as letras gregas como meio de distinção dos elementos linguísticos que constituem a palavra. Na seção anterior, havia dito que:

Wo sich die den wortstamm bildenden elemente von den casussuffixen, personalbezeichnungen des verbi und verwantem leicht und scharf scheiden lassen, da tut man wol daran, für letztere die griechischen minuskeln zu benützen, um so eine größere genauigkeit der morphologischen bezeichnung zu erzielen und wenigstens einiger maßen auch die function der lautelemente zu berücksichtigen. Wir können demnach *védmi*, φλόξ,

¹²⁴ *The suffixes attached to the root are historically derived from roots which had become fused with the lexical root. They had lost their own lexical meanings when they had become downgraded to mark grammatical functions. Evidence for their former root status lies in the fact that they show vowel gradation. Every PIE word has thus developed from at least two roots; the first is the lexical root and the second tends to be a demonstrative pronoun in the case of nouns and a personal pronoun or auxiliary verb, in particular the verb 'to be', in the case of verbs.* (tradução nossa)

¹²⁵ Propôs-se “húngaro”, em vez de “magiar”, que seria uma tradução mais literal.

φλογός u. s. f. mit A^aα ; védájámi, νόμος mit A^aαα bezeichnen; eben so z. b. magy. *irat* mit Aa, *iratsz* mit Aαα u. s. f. (1865, p. 7)

Onde os elementos que formam o radical da palavra separam-se fácil e nitidamente dos sufixos de caso e desinências de pessoa dos verbos, para esses podem-se usar os caracteres gregos, de modo a conferir uma maior precisão de designação morfológica e, pelo menos em certa medida, também considerar a função dos elementos sonoros. Portanto, *védmi* [do sânscrito, 'eu sei'], φλόξ, φλογός ['chama', respectivamente, nominativo e dativo da terceira declinação], etc., com A^aα; *védájámi*, νόμος com A^aαα; apenas assim, por exemplo, húngaro *irat* ['ele escreve'] com Aa, *iratsz* ['tu escreves'] com Aαα etc. (tradução nossa)

Schleicher tem a preocupação de distinguir a função dos elementos sufixados, que são os elementos de relação, subdivididos em: a) elementos formadores de palavras; b) pronomes (terminações de pessoa); c) elementos de plural; d) *sufixos* de caso. Todos esses elementos *sufixados* são de relação e o seu uso ocorre em *línguas flexivas*, isto é, a *flexão* é o processo por meio do qual são utilizados elementos de relação para expressar os valores gramaticais e certos significados. Não obstante, em sua teoria morfológica, a *Beziehung* seja a relação e a *Bedeutung* seja o significado, ambos os processos constituem especificações da *raiz*. Nesse sentido, é importante atentar-se aos exemplos dados por Schleicher:

- a) elementos formadores de palavras: todas as palavras são formadas a partir de *raízes*, sejam aquelas que têm a função de expressar a *Bedeutung* (conteúdo), sejam as que têm a função de expressar a *Beziehung* (relação);
- b) os chamados pronomes são antigas *raízes*, assim como Bopp havia interpretado, mas, no estágio então atual das línguas, adquiriram a função de elementos de relação; os pronomes aparecem sufixados às *raízes* e têm a função de indicar *pessoas*, nos verbos ou nos nomes: no húngaro, *bátya*, *atya* e *anya* indicariam, respectivamente, “**seu** irmão”, “**seu** pai” e “**sua** mãe”; entre *irat* ‘ele escreve’ e *iratsz* ‘tu escreves’, a forma da 2^a pessoa integra-se à *raiz* que, na 3^a, não apresenta nenhum elemento de relação, por isso é a base das demais formações de palavras, como em *iratnak* ‘a escrita’;
- c) elementos de plural, como, no húngaro, *kés* ‘faca’ e *kések* ‘facas’, ou *bátyámék* ‘os descendentes do meu irmão mais velho’ e *bátyáméknál* ‘com os parentes do meu irmão mais velho’;
- d) sufixos de caso, como no grego φλόξ ‘chama’, nominativo singular, e φλογός, dativo singular.

Na classificação dos elementos representados pelas letras gregas, tem-se uma *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), porque, por meio dos exemplos, sabe-se que esses elementos se diferem dos demais pela função: os sufixos de caso, pronomes (terminações de

pessoa), a desinência de pessoa nos verbos, os elementos de plural. O conjunto de elementos, tantos os representados pelas letras latinas quanto os representados pelas letras gregas, são formadores de palavras, constituem a *Beziehung*, porque representam as especificações da *raiz*. As *línguas flexivas* recebem uma *definição explícita*:

DEF. 5.35: As *línguas flexivas* são aquelas que apresentam *raízes* e sufixos que podem se modificar de maneira regular, com a finalidade da expressão relacional, mantendo os meios de composição.

Se as *línguas flexivas* configuram um tipo linguístico, *flexão* é uma categoria. A categoria das *línguas flexivas* envolve o processo por meio do qual as *raízes* são especializadas, como células em desenvolvimento. A especialização das *raízes* permite a expressão de novos significados assim como de relações gramaticais, ou a *Bedeutung* aliada a *Beziehung*. As *definições condicionais* aplicam-se à categoria, porque são suas propriedades: “que apresentam *raízes* e sufixos”, e aos elementos que a compõem, “que podem se modificar de maneira regular”, “com a finalidade da expressão relacional”, “mantendo os meios de composição”.

A definição apresentada acima, além de respaldar-se nos exemplos do texto de 1859, encontra sustentação na terceira edição do *Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* (1861), publicada postumamente em 1874, em que Schleicher fez certas correções. Na introdução (1874, p.9), disse que *línguas flexivas* são aquelas: “(...) cuja raiz assim como os sons relacionais surgidos de *raízes* originalmente independentes podem modificar-se de maneira regular, com a finalidade da expressão relacional e, com isso, manter os meios da composição” (*...welche die wurzel so wie die auß ursprünglich selbständigen wurzeln entstandenen beziehungs-laute zum zwecke des beziehungs-ausdruckes regelmäßig verändern können und dabei die mittel der zusammen-fugung beibehalten*).

Nessa versão de sua teoria, que é na realidade uma nova tentativa de classificar as línguas nas tipologias previamente descritas, Schleicher alterou também a notação que representava o seu modelo morfológico. Para denotar a *raiz* significativa que sofre alteração para expressar a relação gramatical, passou a usar R^x (R^1 , R^2 , R^3 , etc.). Além disso, houve uma mudança na descrição das línguas indo-europeias, que passaram a ser chamadas de *línguas de sufixo* (*suffix-sprachen*), uma vez que apresentariam “um ou vários sufixos regularmente mutáveis” (*ein regelmäßig veränderliches suffix oder merere dergleichen*). Em outras palavras, a função desses sufixos seria a de apresentar uma variação regular (ou paradigmática), responsável por expressar as relações gramaticais. A notação usada para representar os sufixos é sx (s_1 , s_2 , s_3 , etc). Por sua vez, a palavra cuja composição apresenta uma *raiz* e um sufixo é representada pela notação Rs . Tem-se, assim, outra definição:

DEF. 5.36: Sufixo é uma variação regular que expressa as relações gramaticais.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta procura evidenciar a mudança regular dos elementos; já a *definição condicional* é a própria força orgânica propulsora das línguas flexivas.

Permaneceu, em sua teoria, a proposta de uma escala evolutiva na classificação das línguas. As *línguas flexivas* encontrar-se-iam no topo dessa escala; as *línguas isolantes*, na base: a razão dessa classificação seria a presença ou a ausência de relações gramaticais, cujo mais alto nível de expressão era a *flexão*, não mais entendida como a variação na forma da *raiz*, mas também como sufixação. No ensaio de 1865, *Über die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen*, afirmou:

Die Sprachen, die bis jetzt bis in ihre einfachsten Elemente zerlegt werden konnten, und die, welche auf der einfachsten Entwicklungsstufe stehen geblieben sind, zeigen, dass die älteste Form der Sprachen überall wesentlich dieselbe war. Das Aelteste, woraus die Sprachen bestanden, sind Laute zur Bezeichnung von Anschauungen und Begriffen. Von Beziehungsausdrücken (Unterscheidung der Wortarten, Declination, Conjugation) ist hier noch nicht die Rede, alles dies erweist sich als etwas später Gewordenes, zu dem manche Sprachen sich gar nicht und auch nicht alle Sprachen in gleich vollkommener Weise sich entwickelt haben. (1865, p. 22)

As línguas que até o momento puderam ser dissecadas em seus elementos mais simples e aquelas que permaneceram no estágio mais simples de desenvolvimento mostram que a forma mais antiga das línguas era essencialmente a mesma em todos os lugares. A coisa mais antiga de que as línguas se compõem são sons para designar noções e conceitos. Não se pensa aqui ainda em expressões relacionais (diferenciação de classes de palavras, declinação, conjugação), tudo isso se mostra como algo criado posteriormente, para o qual algumas línguas não se desenvolveram de forma igualmente perfeita, também nem todas as línguas. (tradução nossa)

Vale dizer que Schleicher citou uma única vez o termo *Ableitung* (*derivação*) em seu ensaio de 1859. Empregou-o para se referir à “mudança de som em *raízes* e palavras que têm parentesco de forma e de significado” (...*wechsel im laute zwischen form- und bedeutungs verwanten wurzeln und worten*), contudo, não expressa a relação, mas sim uma diferença de significado (1859, p. 17). Citou, dentre outros, os seguintes exemplos:

- a) no tâmil, as vogais da mesma *raiz* se alteram para expressar significado distinto, sendo *a* para significar ‘distante’; *i*, ‘próximo’; *e* ‘pergunta’: அந்த *anta*, ‘aquele’; இந்த *inta*, ‘este’; எந்த *enta*, ‘o quê?’;
- b) no manchu, as vogais se alteram para expressar gêneros¹²⁶ diferentes (*das genus unterschieden*), como *khakha* ‘homem’; *khakhe* ‘mulher’; *ama* ‘pai’; *eme* ‘mãe’;

¹²⁶ Ainda que Schleicher fale de *gênero*, vale notar que os exemplos denotam a expressão de sexos diferentes.

- c) ainda no manchu, podem ser expressos sentidos opostos, como *ganggan* ‘espírito forte’; *genggen* ‘espírito fraco’;
- d) no húngaro, a mudança das vogais pode exprimir elementos distintos, porém relacionados, como *enni* ‘comer’; *inni* ‘beber’.

Os exemplos mostram que, assim como nas línguas semíticas, no tâmil, no manchu e no húngaro, ocorre uma mudança de som nas *raízes*. No entanto, em vez de essa mudança servir para diferenciar nomes de verbos, por exemplo, presta-se à expressão de significados diferentes. Por fim, o termo *derivação* tem a seguinte definição:

DEF. 5.37: A *derivação* é uma mudança de som em *raízes* e palavras que têm parentesco de forma e de significado.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma mudança de som” acentua o aspecto físico da observação do fenômeno. Contudo, a *definição condicional* “que têm parentesco de forma e de significado” mostra a extensão do conceito, reforçada pela *definição extensiva* “em *raízes* e palavras” por meio dos exemplos. O interesse de Schleicher por esses fenômenos ocorre porque as variações de forma, nesses casos, não condizem com as relações gramaticais previstas em sua teoria, mas apenas introduzem variações semânticas em palavras próximas pela forma e pelo significado. O fenômeno pertence igualmente à potência imanente da língua que, em estado evoluído, apresenta modificações nas *raízes*.

5.2.4. Paul

Originalmente publicada em 1880¹²⁷, em *Prinzipien der Sprachgeschichte*, Paul apresentou parâmetros para estudar as mudanças linguísticas, os quais não deveriam se fixar apenas nos fatos observáveis. Para ele, a língua seria um “produto da cultura humana” (*Erzeugnis menschlicher Kultur*) (1920 [1880]¹²⁸, 1). Como produto da cultura, estaria inserida na história, por isso Paul negou a possibilidade de haver estudos linguísticos que não empregassem o método histórico de investigação.

¹²⁷ *Prinzipien der Sprachgeschichte* teve várias edições. Na presente tese, utiliza-se a última edição revisada pelo autor, a qual veio a público em 1920. Conforme Koerner (2008, p. 109), Paul não alterou nenhuma das suas ideias fundamentais nas várias edições da obra, mas apenas acrescentou alguns capítulos na 2ª edição e alguns comentários em resposta a seus críticos nas edições seguintes.

¹²⁸ Na edição de 1920, o texto foi dividido em seções. Nas referências textuais, indicam-se os números das seções, pois essas indicações facilitam a consulta tanto da edição alemã quanto das edições da obra em língua portuguesa.

Nessa definição de *língua*, fica demarcada uma *conversão de perspectiva* (SWIGGERS, 2010) em relação aos autores anteriores:

DEF. 5.38: A *língua* é um produto da cultura humana que se insere na história.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “um produto da cultura humana” altera a perspectiva anterior de língua orgânica, autônoma e inacessível à vontade humana. Desse modo, a língua como produto está sujeita a todas as transformações ou manutenções operadas pelos humanos. A *definição condicional* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “que se insere na história” concede à língua o caráter de um produto humano no qual se mesclam continuidade e renovação. Seu caráter histórico impõe-se como sucessão de itens herdados, mantidos, modificados e criados pelas gerações.

Além disso, em sua concepção, seria preciso haver uma ciência “que examina os fatores regularmente presentes dentro de toda a mutação de acordo com sua natureza e eficácia” (*welche die in allem Wechsel gleichmässig vorhandenen Faktoren nach ihrer Natur und Wirksamkeit untersucht*) (1920 [1880], 1).

Essa ciência seria a *ciência de princípios*, aquela que, em vez de isolar a ação de cada força da engrenagem, como faziam as ciências naturais, deveria “estudar o entrelaçamento das várias forças individuais, examiná-las e investigar como as mais variadas, para as quais as ciências exatas se ocupam o menos possível, podem, por constante interação, perseguir um objetivo comum” (*das Ineinandergreifen der einzelnen Kräfte ins Auge zu fassen, zu untersuchen, wie auch die verschiedenartigsten, um deren Verhältnis zu einander sich die Gesetzeswissenschaften so wenig als möglich kümmern, durch stetige Wechselwirkung einem gemeinsamen Ziele zusteuern können*) (1920 [1880], 1).

A principal mudança epistemológica trazida por esse princípio foi que a língua deixou de ser vista como organismo natural e passou a ser vista como elemento cultural sujeito à continuidade e renovação. Além disso, cada elemento era visto em relação aos demais em termos da função que exercia e das influências que recebia em uma cadeia sociolaborativa: cada elemento linguístico guardaria traços da herança, mas, concomitantemente, atuaria no conjunto sendo ele mesmo um fator desencadeante das transformações futuras.

Paul estabeleceu uma comparação entre a natureza orgânica e a história da cultura quanto à evolução. Assim como haveria, nos organismos, células que possuíam um papel específico, mas que se distinguiam em sua configuração, do mesmo modo, o indivíduo, embora pudesse ser apreendido como único, tinha seu valor associado à *ação recíproca*. Esse ser único poderia desaparecer, ainda assim, algo restaria:

kann aber Ablösungen aus seinem eigenen Wesen hinterlassen, in denen das formative Prinzip, nach welchem er selbst gebildet war, lebendig fortwirkt, und dem jeder Fortschritt, welcher ihm in seiner eigenen Bildung gelungen ist, zu gute kommt, falls nicht störende Einflüsse von aussen dazwischen treten. (1920 [1880], 5)

mas pode deixar para trás o desprendimento de sua própria essência, na qual o princípio com o qual foi formado continua a viver e beneficia-se de qualquer progresso que tenha feito em sua própria formação, a menos que influências externas interfiram. (tradução nossa¹²⁹)

Em Paul, essa comparação não passa de alegoria, pois, dentre as ciências que poderiam colaborar para a investigação linguística, estariam somente a psicologia e a fisiologia. A fisiologia abarcaria os processos pelos quais os sons da fala são emitidos e que, segundo Paul, não se resumiam à fonética, mas se tratava do funcionamento dos nervos motores, por meio do qual os órgãos seriam postos em movimento (1920 [1880], 9). A psicologia, contudo, seria a base de todas as ciências culturais (1920 [1880], 4): o psicologismo individual, atrelado aos fatores fisiológicos, seria a origem de toda mudança, cuja propagação ocorreria pela chamada ação recíproca dos indivíduos (1920 [1880], 18).

Como elemento cultural, a língua estaria sujeita a toda sorte de influências externas, mas não caberia à linguística estudá-las, pois “Basta considerar as relações desse conteúdo ideológico com certos grupos de sons” (*Sie hat für sich nur die Verhältnisse zu betrachten, in welche dieser Vorstellungsinhalt zu bestimmten Lautgruppen tritt*) (1920 [1880], 9). Dentre as categorias de influência social, apenas duas interessariam à língua: em cada ser isolado, as formas psíquicas e o complexo ideológico só seriam possíveis graças aos seres que lhe eram anteriores; cada ser aprenderia a realizar movimentos úteis, no domínio fisiológico mas também no psicológico, uma vez que o movimento em si seria fisiológico, mas o poder de regulação arbitrária do movimento estaria centrado na contribuição de fatores psíquicos (1920 [1880], 6).

A articulação entre o que Paul chama de conteúdo ideológico e certos grupos de sons será referida, mais tarde, no *Cours*, pela arbitrariedade do signo linguístico, dividido em significante (domínio fisiológico) e significado (domínio psíquico). Além dessa antecipação, há em Paul uma espécie de conciliação entre φύσις e νόμος, uma vez que ele procura estabelecer o que é natural e o que é cultural, atribuindo ao indivíduo a incumbência de conciliar aquilo que lhe ficou de herança, o domínio fisiológico e o domínio psíquico. Ainda que Paul não fale explicitamente de *arbitrariedade*, é possível relacioná-la à seguinte definição:

¹²⁹ As traduções do excerto baseiam-se na edição portuguesa, citada na formação do *corpus* (cf. § 2.1.4), embora certas palavras e certas frases tenham sido modificadas, razão pela qual se assume a autoria da versão em português.

DEF. 5.39: A *arbitrariedade* é uma conciliação entre o domínio psicológico e o domínio fisiológico aplicada a grupos de sons linguísticos.

Na *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta “é uma conciliação entre o domínio psicológico e o domínio fisiológico”, consideram-se subjacentes duas propriedades empiricamente observadas em, ao menos, duas etapas de investigação histórica, isto é, na comparação interlinguística e na descoberta de padrões de mudança: a onipresença da regularidade e da mudança, que forma o conjunto de itens linguísticos. Essas propriedades são interpretadas pelo conceito de *arbitrariedade*. A *definição condicional* “aplicada a grupos de sons linguísticos” fundamenta-se na pressuposição de que a regularidade e a mudança só podem ser observadas quando os sons formam conjuntos significativos.

Esse papel conciliador, atribuído ao indivíduo, é importante para compreender a maneira pela qual Paul concebe a origem das mudanças linguísticas e o meio pelo qual essas mudanças devem ser estudadas para que se estabeleça a *ciência de princípios*. Paul afirmou que “Cada criação linguística é sempre a obra de apenas um indivíduo” (*Jede sprachliche Schöpfung ist stets nur das Werk eines Individuums*). Se a criação seria obra de um indivíduo e o objetivo seria o de estabelecer a *ciência de princípios*, “A grande regularidade de todos os processos linguísticos nos mais diversos indivíduos é a base essencial para um conhecimento científico exato desses processos” (*Die grosse Gleichmässigkeit aller sprachlichen Vorgänge in den verschiedensten Individuen ist die wesentlichste Basis für eine exakt wissenschaftliche Erkenntnis derselben*) (1920 [1880], 9).

Paul concebeu a ciência da linguagem como um estudo essencialmente histórico. É importante, nesse sentido, entender como as mudanças provocadas pelos indivíduos relacionam-se à historicidade das línguas. A *ciência de princípios* é a ciência que precisa ser desenvolvida, porque apenas quando isso ocorrer a *ciência especial*, ou a investigação histórica das línguas, terá valor:

Wenn so die Prinzipienwissenschaft als das höchste Ziel erscheint, auf welches alle Anstrengungen der Spezial Wissenschaft gerichtet sind, so ist auf der andern Seite wieder die erstere die unentbehrliche Leiterin der letzteren, ohne welche sie mit Sicherheit keinen Schritt tun kann, der über das einfach Gegebene hinausgeht, welches doch niemals anders vorliegt als einerseits fragmentarisch, anderseits in Komplikationen, die erst gelöst werden müssen. (1920 [1880], 1)

Assim, se a ciência de princípios surge como o objetivo supremo, para o qual todos os esforços da ciência especial [a investigação histórica] são dirigidos, então a primeira, por outro lado, é a líder indispensável da segunda, sem a qual esta certamente não pode dar um passo além dos dados, isto é, por um lado, não irá além porque ainda serão fragmentados; por outro lado, porque restarão complicações que devem primeiro ser resolvidas. (tradução nossa)

Paul fala de ação recíproca dos indivíduos, ou como eles, ao mesmo tempo em que influenciam, também são influenciados. Esse comportamento produz a dinamicidade da língua e nela está o cerne da mudança linguística. À *ciência de princípios* caberia, segundo Paul, descobrir a regularidade presente na dinamicidade do processo de mudança. Desse modo, constitui-se a própria história das línguas, ou como as novas gerações assumem a herança das gerações anteriores, em parte, modificando-as por meio de processos regulares, em parte mantendo-a. Nesse sentido, cabe uma definição:

DEF. 5.40: A *ação recíproca dos indivíduos* é uma intersecção entre geração e história.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma intersecção” é um conceito que, aplicado à realidade, permite um recorte na linha temporal da cultura humana, concebida como uma sucessão de gerações que nela atuaram, por meio da *definição condicional* “entre geração e história”.

Deduz-se dessa exposição que a história das línguas é dinâmica, ao passo que sua mudança, porque regular e não totalizante, não lhes descaracteriza enquanto elementos culturais. De uma geração à subsequente, talvez sequer seja percebida. Por outro lado, é possível também inferir que, a partir de um dado eixo temporal e da distância considerada entre os dois pontos desse eixo, as gerações fiquem mais afastadas e a mudança seja mais sentida. Contudo, há um lugar em que ficam depositados a regularidade e a mudança:

DEF. 5.41: A *língua* é um produto no qual estão contidas a regularidade e a mudança.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é um produto” resgata, logicamente, o conceito de produto da cultura humana. Já a *definição condicional* “no qual estão contidas a regularidade e a mudança” apresenta propriedades que são aplicadas tão somente às línguas, um dos produtos da cultura humana. A fórmula fica então completa:

DEF. 5.42: A *língua* é um produto da cultura humana que se insere na história, esta entendida como uma sucessão de gerações que, pela ação recíproca dos indivíduos, apresenta uma intersecção na qual esse produto tem as propriedades de regularidade e de mudança.

Em Paul, os princípios fundamentais da história da língua emergem do indivíduo, aquele que verdadeiramente nasce, desenvolve-se e morre, não sem antes herdar elementos linguísticos e, em parte, transformá-los. Na história do indivíduo está a história da língua, que se encontra transformada, portanto, no eixo do tempo. Na práxis linguística, toda essa junção se concentra na etimologia:

Was man für eine nichtgeschichtliche und doch wissenschaftliche Betrachtung der Sprache erklärt, ist im Grunde nichts als eine unvollkommen geschichtliche, unvollkommen teils durch Schuld des Betrachters, teils durch Schuld des Beobachtungsmaterials. (1920 [1880], 10)

O que não é histórico e ainda assim considerado um método científico de explicar a língua é essencialmente nada além de um histórico imperfeito; imperfeito, em parte, devido à culpa do observador e, em parte, à culpa do material de observação.

O material de observação de que falou Paul (1920 [1880], 132) constituía-se de elementos linguísticos que, comparados, permitiriam a separação em grupos linguísticos. Para pertencerem a certo grupo, esses elementos linguísticos deveriam ser iguais ou semelhantes em som e/ou significação. A igualdade ou semelhança, por sua vez, assentar-se-iam na etimologia. A relação etimológica entre os elementos seria, portanto, o meio pelo qual um dado elemento poderia ser reconhecido. Tem-se, assim, outra definição:

DEF. 5.43: A *etimologia* é uma relação de igualdade ou de semelhança entre propriedades fonéticas e semânticas dos itens linguísticos.

A definição proposta é *contextual* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), uma vez que “uma relação de igualdade ou de semelhança” é uma variável que se explica pelas propriedades de regularidade e de mudança presentes na língua. A *definição condicional* “entre propriedades fonéticas e semânticas” especifica o lugar onde a variável se encontra.

Entretanto, a transformação fonética ou a alteração de significado poderiam distanciar esse elemento, seja impedindo seu reconhecimento, seja isolando-o do grupo linguístico a que pertencera. Ainda, segundo Paul, seria possível certo elemento mudar de grupo linguístico ou simplesmente desaparecer. Há outras importantes definições:

DEF. 5.44: O *distanciamento* de um elemento linguístico é um grau de afastamento fonético-semântico em relação ao seu grupo linguístico etimológico.

DEF. 5.45: O *isolamento* de um elemento linguístico é um grau máximo de separação fonético-semântica em relação ao seu grupo linguístico etimológico.

Em cotejamento, as *definições intensivas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “um grau de afastamento fonético-semântico” e “um grau máximo de separação fonético-semântica” são medidas de análise dos itens estabelecidas pelas propriedades *fonéticas* e *semânticas* dos itens linguísticos. A *definição condicional* “em relação ao seu grupo etimológico” estabelece os parâmetros de análise. Para Paul, existiriam três razões pelas quais os grupos linguísticos poderiam ser decompostos: a alteração fonética, a alteração semântica e a analogia (1920 [1880], 133).

Paul discutiu o que tornaria os elementos linguísticos de um grupo mais *firmemente ligados* (*einen festeren Zusammenhang*), ou seja, em que consistiria a solidez de um grupo (1920 [1880], 136). Para ele, a *flexão* (*Flexion*) estaria presente em grupos linguísticos cujos itens seriam mais firmemente ligados do que o são os referentes à formação de palavras (*Wortbildung*). A *flexão* é, segundo o autor, um *elemento linguístico comum* cuja *medida é maior* (*ist das Mass des gemeinsamen Elementes ein grösseres*). Dito de outro modo, Paul afirma que a *flexão* apresentaria maior *grandeza*, no sentido matemático do termo, pois seus representantes linguísticos seriam mais frequentes e regulares. Por outro lado, afirma que “o sentido do modo de formação [das palavras] é o mais vivo” (*ist das Gefühl für die Bildungsweise am lebendigsten*). Existe a menção a uma propriedade da *flexão*, que gera a seguinte definição:

DEF. 5.46: A *flexão* compõe-se de elementos linguísticos que apresentam maior grandeza de propriedades fonético-semânticas regulares em relação a seu grupo linguístico.

A *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “compõe-se de elementos linguísticos” faz referência a itens pertencentes à *flexão*. As *definições condicionais* apresentam as propriedades que um item linguístico deve ter para ser classificado como elemento de *flexão*: “maior grandeza de propriedades fonético-semânticas regulares”, “em relação ao seu grupo linguístico”. A *grandeza* da *flexão* diz respeito a maior igualdade e maior semelhança fonético-semânticas entre esses itens.

De acordo com Paul, como se disse, a alteração semântica é uma das causas de isolamento de um item. Esse isolamento ocorreria quando, dada uma palavra base e suas derivadas, o reconhecimento do significado seria mais fácil em se partindo da derivada em direção à palavra base do que fazer caminho inverso. Na visão de Paul, isso ocorreria “Porque é mais fácil lembrar a palavra básica na derivação do que o contrário, a derivação é mais fácil de se conectar a todos os significados da palavra básica do que a palavra básica a todos os significados da derivada” (*Weil man sich nämlich bei der Ableitung leichter an das Grundwort erinnert als umgekehrt, so knüpft man auch die Ableitung leichter an alle Bedeutungen des Grundwortes an, als das Grundwort an alle Bedeutungen der Ableitung*) (1920 [1880], 136). Portanto, “uma extensão do significado da palavra básica” (*Eine Bedeutungserweiterung des Grundwortes*) é uma das causas do isolamento.

O ápice da alteração semântica, segundo Paul, poderia ocorrer na relação entre uma palavra simples e uma composta (na qual está a simples) e entre uma palavra básica e sua derivada. Uma das causas do *isolamento* seria, então, a diferença de *função*, entendida como classe de palavras, por exemplo, nomes e verbos:

Die Ursache zu ungleichmässiger Bedeutungsentwicklung etymologisch verwandter Wörter liegt, soweit sie nicht erst die Folge anderweitiger Isolierung ist, in der von Aufzug an bestehenden Verschiedenheit der Funktion. Ein Nomen kann sich nach Richtungen hin entwickeln, nach denen ihm das Verbum nicht nachfolgen kann. In wirklicher Korrespondenz mit dem Verbum stehen nur die eigentlichen *nomina agentis* und *nomina actionis*. Sobald das Nomen *agentis* zur Bezeichnung einer bleibenden Eigenschaft oder des Trägers einer bleibenden Eigenschaft, das Nomen *actionis* zur Bezeichnung eines bleibenden Zustandes oder eines Produkts, eines Werkzeugs geworden ist, so kann sich dann ein weiterer Bedeutungsinhalt anheften, wie er sich zu einem Verbum nicht fügt. So ist nhd. *Ritter* Nomen *agentis* zu *reiten*, wird dann zur Bezeichnung eines Mannes, der das Reiten gewohnheitsmässig, berufsmässig treibt. Dabei bleibt es zunächst noch mit dem Verbum innig verbunden. Indem dann aber das Wort vorzugsweise von berittenen Kriegeren gebraucht wird und aus diesen berittenen Kriegeren sich ein privilegierter Stand entwickelt, ein Orden, in den man feierlich aufgenommen wird, ist es bei einer Bedeutung angelangt, der überhaupt keine verbale Bedeutung entsprechen kann. (1920 [1880], 136)

A causa da evolução semântica irregular de palavras etimologicamente relacionadas reside, na medida em que não é o resultado de outro isolamento, na diferença de função existente desde o início. Um nome pode evoluir em direções que o verbo não o pode seguir. Apenas os *nomina agentis* e os *nomina actionis* estão em correspondência real com o verbo. Uma vez que os *nomina agentis* designam uma propriedade permanente ou o portador de uma propriedade permanente e os *nomina actionis* designam um estado permanente ou um produto, uma ferramenta, então outro conteúdo de significado pode se anexar, já que não cabe em um verbo. Assim, no novo alto alemão, *Ritter* [cavaleiro] é *nomina agentis* para *reiten* [cavalgar], que se torna então o nome de um homem que pratica a equitação habitualmente, profissionalmente. No início, permanece intimamente ligado ao verbo. No entanto, a palavra é preferencialmente usada para [designar] guerreiros montados, [cujo] estatuto se torna privilegiado, no qual se é solenemente incluído, a palavra, então, chegou a um significado que não pode caber em nenhum significado verbal. (tradução nossa)

Se considerada a matéria em relação ao significado, outra causa do *isolamento* dar-se-ia devido a alterações fonéticas que não produzem significados distintos, mesmo em se tratando de ocorrências perfeitamente operadas pelas leis fonéticas. Paul citou que teriam surgido “diferenças inúteis entre os derivados da mesma raiz¹³⁰, entre as diferentes formas de flexão da mesma palavra” (*zwecklose Unterschiede zwischen den verschiedenen Ableitungen aus derselben Wurzel, zwischen den verschiedenen Flexionsformen desselben Wortes*) (1920 [1880], 137). Citou os seguintes casos¹³¹:

a) Verbos e nomes de mesma *raiz*:

sitze, 1ª p. s. ind. ou subj. “sento/sentasse”; *sass*, 1ª p. s. pret. “sentei”;
schneide, 1ª p. s. ind. ou subj. “corto/corte”; *schnitt* 1ª ou 3ª p. ind. pret. “cortei/cortou”;
heize 1ª p. s. ind. ou subj. “aqueço/aqueça”; *Hitze* subst. “aquecimento/calor”; *heiss* adj. “quente”;
friere 1ª p. s. ind. ou subj. “congelou/congele”; *Frost* subst. “congelamento”.

b) Diferentes formas do *sufixo* indo-europeu *-tei-*, no latim:

¹³⁰ Embora fale-se de *raiz* e de *derivação*, os dois conceitos serão cotejados mais à frente, a partir de outras informações.

¹³¹ Paul apresenta esses exemplos sem descrevê-los gramaticalmente. A descrição gramatical foi feita com o objetivo de facilitar a análise em seguida.

hostis nom., gen. ou voc. masc. e fem.;

messis nom., gen. ou voc. sing.;

pars nom. ou voc. sing (gen. *partis*).

Os exemplos dados permitem uma definição:

DEF. 5.47: A *flexão* aplica-se à conjugação e à declinação.

A *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) esclarece quais são os elementos linguísticos expostos na definição intensiva (**DEF. 5.46**). Contudo, na apresentação das diferentes formas de *-tei-*, Paul comentou que “os mesmos sufixos de derivação e de flexão se dividem em diferentes formas” (*die gleichen Ableitungs- und Flexionssuffixe spalten sieh in verschiedene Formen*) (1920 [1880], 137). O comentário reforça aquele feito anteriormente (“diferenças inúteis entre os derivados da mesma raiz, entre as diferentes formas de flexão da mesma palavra”). Sabe-se, enfim, após essa definição acima, que os elementos linguísticos de que ele fala são a declinação e a conjugação. Ele também se refere a diferentes formas de *flexão* da **mesma palavra**¹³².

Existem palavras, no entanto, que apresentam ou um grau de afastamento ou isolamento, em nível semântico, do grupo linguístico a que pertencem etimologicamente, ainda que apresentem identidade ou semelhança fonética. Essas palavras afastam-se de seu grupo linguístico, podendo isolar-se a depender do grau de distanciamento ou de afastamento. Paul citou o exemplo de “cavaleiro”, que não significa apenas “aquele que cavalga”, mas “guerreiros montados”, uma titulação solene. Há, portanto, três situações, duas delas são extremas: a) maior pertencimento a um grupo linguístico, como é o caso da *flexão*; b) afastamento em relação a um grupo linguístico; c) isolamento em relação a um grupo linguístico.

Contra o isolamento, atuaria a analogia, segundo Paul. Como se viu (cf. § 3.2.1.1), o termo *analogia* foi amplamente empregado na Antiguidade pela Filologia; significava, naquele período, a regularidade natural da língua. No contexto da teoria neogramática, há uma certa mudança no conceito, pois a analogia é a ação reguladora contrária a uma mudança prevista pelas leis fonéticas¹³³. Há, assim, uma definição:

¹³² Na sequência, outras informações serão consideradas para uma definição de *palavra*, de acordo com o entendimento de Paul.

¹³³ Há certa discordância na explicação do fenômeno analógico como fator contrário à lei fonética. Para uns, a ação reguladora ocorre em perspectiva histórica motivada pelas mudanças socioculturais; esses autores adotam o pressuposto da psicologia coletiva, e não da individual, como é o caso de Paul.

DEF. 5.48: A *analogia* é uma ação reguladora contrária a uma mudança prevista pelas leis fonéticas.

A definição intensiva (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) promove a inexorabilidade das leis fonéticas. Para Paul, a analogia era a exceção a uma lei fonética, exceção produzida pela ação do indivíduo, que atuaria como fator regulador de acordo com seu psiquismo. Em outras palavras, a ação do indivíduo seria capaz de interferir no desenvolvimento natural de sons, por meio de livres associações entre formas e significados, contrariando, desse modo, uma lei fonética ou até criando outras leis fonéticas, a depender do grau de afastamento etimológico (*Isolierung*) do elemento linguístico em questão.

Para Paul, a analogia seria um princípio fundamental da investigação histórica, uma vez que não haveria nenhuma lei fonética que não provocasse uma reação, exceto quando outras leis fonéticas tivessem atuado no mesmo elemento. A analogia seria de dois tipos, a *material* (*stoffliche*) ou a *formal* (*formalen*). Na *analogia material*, formas etimologicamente relacionadas, ou seja, de mesma raiz ou de mesmo radical, quando foneticamente diferenciadas, sofreriam uma ação reguladora, ou “equalização da matéria” (*Ausgleichung die stoffliche*). Já a *analogia formal* ocorreria “entre as formas correspondentes de palavras diferentes, as formações correspondentes de raízes diferentes, entre diferentes sistemas de flexão ou formação de palavras” (*den entsprechenden Formen verschiedener Wörter, den entsprechenden Bildungen aus verschiedenen Wurzeln, zwischen verschiedenen Flexions- oder Wortbildungssystemen vollzieht*) (1920 [1880], 140). Paul acrescenta que a *equalização da matéria* é frequentemente *formal* ao mesmo tempo. É possível, então, sistematizar duas definições:

DEF. 5.49: A *analogia material* é uma ação reguladora de formas etimológicas foneticamente diferenciadas.

DEF. 5.50: A *analogia formal* é uma ação reguladora entre formas correspondentes de palavras diferentes, de formações correspondentes de raízes diferentes, de diferentes sistemas de flexão ou de formação de palavras.

As *definições intensivas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “uma ação reguladora” são seguidas por diversas *definições condicionais*, que procuram descrever a atuação dessa ação reguladora, que pode ocorrer: a) na palavra como um todo, caso de “formas etimológicas foneticamente diferenciadas”; ou b) em partes da palavra, caso de “formas correspondentes de palavras diferentes”, “formações correspondentes de raízes diferentes”, “diferentes sistemas de flexão”, “[diferentes sistemas de] formação de palavras”.

Do mesmo modo, Paul discutiu os fatores que colaboravam para a manutenção da alteração fonética. Seriam dois: “a maior ou menor estabilidade da relação dos grupos etimológicos e a maior ou menor intensidade com que as formas individuais são impressas na memória” (*die grössere oder geringere Festigkeit des Zusammenhangs der etymologischen Gruppen und die grössere oder geringere Intensität, mit der die einzelnen Formen dem Gedächtnisse eingeprägt sind*) (1920 [1880], 143). Segundo Paul, *as formas da mesma palavra (flexão)* apresentariam estabilidade de grupo e intensidade na memória maiores, ao contrário das palavras *derivadas da mesma raiz*. Dessa forma, suas noções de *flexão* e de *derivação* relacionam-se a classes de palavras e ao próprio entendimento de Paul sobre o que é palavra:

DEF. 5.51: A *palavra* é uma forma linguística que desempenha uma *função*.

A *definição explícita* proposta (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma forma linguística” procura resgatar o que Paul considera ser um item linguístico, no qual estão reunidos som e significado. Já a *definição condicional* “que desempenha uma função” alia-se à sua noção de classes de palavras como *funções* distintas. Há ainda outras propriedades da flexão e da derivação, que podem assim ser definidas:

DEF. 5.52: *Flexão* é uma forma da mesma palavra.

DEF. 5.53: *Derivação* é uma forma da mesma raiz.

As *definições intensivas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) permitem, ao mesmo tempo, reunir outra propriedade da *flexão*, além das já citadas, e opor *flexão* e *derivação*. Se a *palavra* desempenha uma *função*, relativa à classe a que pertence, a *flexão* não altera a classe a que pertence a *palavra*, isto é, nesse entendimento, uma *flexão* é *uma forma da mesma palavra*. Já a *derivação* tem por base uma *raiz*, embora possa ter também por base uma *palavra*, como se verá.

Paul discute, então, diversos processos de formação de palavras. Em perspectiva histórica, as formas linguísticas se alteram, e isso é evidente pelo aspecto material da língua. Ainda, se é o indivíduo que atua na mudança, a variedade linguística não deveria causar surpresa, pois cada indivíduo carregaria em si sua própria língua, segundo os princípios de Paul. O que causaria surpresa, de acordo com ele, era o que as línguas têm de permanente. Como seu objetivo era buscar o princípio fundamental das línguas, ele procurou refletir a respeito das *leis* (*Bildungsgesetze*) que regulariam a formação de palavras:

Wenn man sämtliche die gleiche Wurzel enthaltenden Wörter und Formen nach den ursprünglichen Bildungsgesetzen, wie sie durch die zergliedernde Methode der älteren vergleichenden Grammatik gefunden sind, zusammenordnet, so erhält man ein mannigfach gegliedertes System oder ein grösseres System von kleineren Systemen, die ihrerseits wieder aus Systemen bestehen können. Schon ein einziges indogermanisches

Verbum für sich stellt ein sehr kompliziertes System dar. Aus dem Verbalstamme haben sich verschiedene Tempusstämme, aus jedem Tempusstamme verschiedene Modi, erst daraus die verschiedenen Personen in den beiden Genera entwickelt. Die analytische Grammatik ist bemüht immer das dem Ursprünge nach nächst Verwandte von dem erst in einem entfernteren Grade Verwandten zu sondern, immer zwischen Grundwort und Ableitung zu scheiden, alle Sprünge zu vermeiden und nicht etwas als direkte Ableitung zu fassen, was erst Ableitung aus einer Ableitung ist. Was aber von ihrem Gesichtspunkte aus ein Fehler in der Beurteilung der Wort- und Formenbildung ist, das ist etwas, dem das Sprachbewusstsein unendlich oft ausgesetzt ist. Es ist ganz unvermeidlich, dass die Art, wie sich die etymologisch zusammengehörigen Formen in der Seele der Sprachangehörigen unter einander gruppieren, in einer späteren Periode vielfach etwas anders ausfallen muss als in der Zeit, wo die Formen zuerst gebildet wurden. (1920 [1880], 167)

Se um mesmo conjunto reunir todas as palavras e formas que contêm a mesma raiz de acordo com as leis originais de formação, tais como os que são encontrados pelo método de fragmentação da gramática anterior comparativa, tem-se um sistema estruturado múltiplo ou um sistema maior de sistemas menores, que, por sua vez, podem compor outros sistemas. Mesmo um único verbo indo-germânico representa um sistema muito complicado. Das raízes verbais evoluíram diferentes raízes temporais, de cada raiz temporal, diferentes modos, e depois as diferentes pessoas nos dois gêneros. A gramática analítica procura sempre separar o que é mais próximo da origem do que o que se relaciona por um grau mais distante, dividir palavra-base e a derivação, para evitar todos os saltos e não tomar algo como derivação direta o que é a derivação de uma derivação. Mas o que, do ponto de vista deles, é um erro no julgamento da formação de palavras e formas, é algo a que a consciência da linguagem é submetida infinitamente com frequência. É absolutamente inevitável que a maneira pela qual as formas etimologicamente relacionadas são agrupadas na alma daqueles que falam, em um período posterior, deve frequentemente ser um pouco diferente da época em que as formas foram constituídas. (tradução nossa)

Paul salientou que a gramática comparada, chamada por ele de analítica porque fragmentava os elementos linguísticos, conseguiu, por meio de seus métodos, reunir todas as *palavras* e formas advindas de uma mesma *raiz*. Essa junção possibilitou discernir o que se pode chamar de *derivação primária*, *palavras* derivadas da *raiz*, e de *derivação secundária*, *palavras* derivadas das derivadas. Exemplificou sua explanação citando os verbos, cujos elementos de tempo, modo e pessoa não se teriam acrescido todos de uma vez, mas paulatinamente, em cada etapa modificando as formas anteriores, mas também o modo pela qual essas formas se relacionariam com outras. Assim, os *sistemas* constituiriam etapas formativas. *Sistema* é um dos termos mais relevantes do *Cours* (1916)¹³⁴, mas vale salientar que Paul atribuiu a concepção dessa ideia àqueles que se ocuparam da gramática comparada, pois seriam eles que consideravam “um erro no julgamento da formação de palavras e formas” conceber “como derivação direta o que é a derivação de uma derivação”.

A perspectiva histórica trouxe, ainda, características não previstas na origem das línguas. De acordo com Paul, caso se considerasse o princípio de formação, “nem o substantivo deriva do

¹³⁴ Convém informar que, como nesta pesquisa foi utilizada a edição de 1920, tomou-se o cuidado de comparar o conteúdo anteriormente citado com o conteúdo da edição de 1880. Não há qualquer diferença entre as edições.

verbo nem o verbo deriva do substantivo, mas ambos diretamente da raiz” (*weder das Nomen aus dem Verbum, noch das Verbum aus dem Nomen abgeleitet ist, sondern beide direkt aus der Wurzel*) (1920 [1880], 168). Ainda, diz que uma certa *palavra* derivada, correlacionada a um verbo e a um substantivo de significação correspondente, ligar-se-ia tanto a um quanto a outro, pois a relação primitiva poderia suscitar novas formações (1920 [1880], 169).

Assim, em alguns casos, seria possível apontar a palavra de que outra é derivada, mas, em outros casos, haveria dificuldades. Segundo Paul, no gótico, são certamente de origem nominal: *bokareis* “escriba”, de *boka* “livros”; *daimonareis* “possesso”, de *δαίμων*; *wullareis* “pisoador de tecido”, de *nulla* “lã”, dentre outros. Entretanto, ainda no gótico, *laisareis* “professor” e *sokareis* “investigador” não seriam nomes derivados, respectivamente, dos verbos *laisjan* “ensinar” e *sokjan* “procurar”, mas de outros nomes hipotéticos **laisa* e **soka*.

É possível, dessa maneira, uma definição mais clara:

DEF. 5.54: A *derivação* é uma formação de palavras etimologicamente relacionadas a partir da raiz ou de outra derivada.

A *definição intensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “uma formação de palavras etimologicamente relacionadas” coloca a etimologia como base para se falar de *derivação*. As *definições condicionais* “a partir da raiz” e “[a partir] de outra derivada” mencionam a direção envolvida no processo: fala-se do que veio antes e do que veio depois, embora, em muitos casos, isso seja de difícil julgamento, como evidenciam as extensões do conceito. Nessa concepção, a *raiz* é sempre a forma primeira; por isso, pode-se assim defini-la:

DEF. 5.55: *Raiz* é uma forma linguística primária.

A *definição intensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “uma forma linguística primária” está em consonância com sua visão de que todas as palavras provêm, na origem, de uma *raiz*.

A obra de Paul é dedicada, especialmente, à mudança fonética, à mudança semântica e à analogia. No entanto, esses princípios da língua não deixam de ser examinados à luz da sintaxe, que, de fato, ganha destaque devido à rejeição recebida por parte dos críticos aos neogramáticos, segundo Morpurgo-Davies (1998, p. 251). Por essa razão, um dos fenômenos linguísticos abordados por Paul foi a congruência.

Na visão de Paul, nas *línguas flexivas*, as palavras tendiam a estabelecer entre si a congruência (*Kongruenz*), mas essa relação não seria o resultado de uma natureza lógica, ou seja, não atuaria como elemento designativo (1920 [1880], 214). No capítulo intitulado *Kongruenz* (Cap. XVII), toda a

argumentação desenvolve-se no sentido de que o surgimento da *concordância* (*Übereinstimmung*) entre as palavras se deu por *analogia*. Vale destacar os dois termos por ele empregados, congruência (*Kongruenz*) e concordância (*Übereinstimmung*), como sinônimos. Paul afirmou que não haveria nenhuma razão lógica (*logischer Grund*) que determinasse ao adjetivo a participação do caso, do gênero e do número do substantivo, pois, na verdade:

Den Ausgangspunkt für die Entstehung der Kongruenz haben solche Fälle gebildet, in denen die formelle Übereinstimmung eines Wortes mit einem andern nicht durch Rücksichtnahme auf dasselbe herbeigeführt, sondern nur durch die Gleichheit der Beziehung bedingt ist. (1920 [1880], 214)

O ponto de partida para o surgimento da congruência foi formado por casos em que a concordância formal de uma palavra com outra não é provocada pela consideração da primeira, mas é condicionada apenas pela igualdade da relação.

Infer-se que a concordância formal, ocorrida por analogia, teria sido o princípio da relação entre as palavras. No entanto, no decurso da evolução da língua, observa-se que a “razão lógica” não se aplicava a todos os casos de concordância formal. A hipótese aventada por Paul converge para a tentativa de elucidar a origem das categorias gramaticais na língua. Paul estabeleceu certos pressupostos, a seguir sintetizados (1920 [1880], 180):

1. A categoria gramatical se cria com base na categoria psicológica, que se torna gramatical quando é reconhecida nos meios de expressão linguística;
2. A categoria psicológica é independente da língua, pois a categoria gramatical não anula sua ação, ao contrário, esta é a solidificação daquela e ambas são vinculadas por tradição;
3. A categoria psicológica permanece livre, podendo adquirir formas múltiplas e diversas conforme a concepção individual;
4. A categoria gramatical nem sempre fica adequada à categoria psicológica, devido à alteração semântica, e essa inadequação provoca uma modificação da categoria gramatical, que passa a ser ambivalente.

Em uma única palavra, estão presentes a categoria psicológica (o significado) e a categoria gramatical (a forma). A categoria gramatical modifica-se na medida em que não dá conta de expressar a categoria psicológica. Dentre as categorias gramaticais, Paul elencou como as mais importantes o gênero, o número, dos nomes, e o tempo, a voz dos verbos.

Alguns exemplos citados por Paul esclarecem a questão. Em *das ist der Mann* (isto é o homem), no alemão, e *ce sont mes frères* (estes são meus irmãos), no francês, o sujeito indica algo que só é conhecido por meio do predicado. Os pronomes, nesses dois casos, estão no neutro e no singular, ou seja, não concordam formalmente com o predicado. Isso, porém, não ocorre em outras

línguas (1920 [1880], 215). Em inglês, o pronome, na posição de sujeito, concorda com o predicado: *these are thy magnific deeds* (estes são seus magníficos feitos), assim como no italiano, *è questa la vostra figlia?* (é esta a sua filha?), e no espanhol, *esta es la espada* (esta é a espada) (1920 [1880], 215).

Para Paul, o gênero e o número, nas línguas, seriam de base psicológica e só se teriam tornado uma categoria gramatical por meio do fenômeno da concordância. A diferença de sexo natural de humanos e de animais teria sido a base para criação da categoria psicológica, que, produzida pela fantasia, ter-se-ia estendido a todos os demais seres. O autor teceu a seguinte evolução para a categoria (1920 [1880], 181):

- a) o pronome pessoal teria sido o primeiro a desenvolver o gênero como meio de expressar linguisticamente a diferença entre os sexos;
- b) essa expressão linguística teria passado a outros pronomes e aos adjetivos, e a variabilidade dos gêneros teria se aliado a determinadas terminações da raiz;
- c) essas terminações poderiam ter sido, na origem, palavras autônomas, talvez um pronome a que já era atribuída a relação com um ser masculino ou feminino.

Paul não deixou de observar que o gênero do substantivo era reconhecido por meio da combinação realizada com o atributo, com o predicado ou com o pronome (1920 [1880], 181), porém, nos casos em que estavam envolvidos seres sexuados, o gênero também poderia expressar o sexo natural. Para Paul, pode ter havido, na linha evolutiva das línguas, alterações semânticas que ocasionaram exceções, ou seja, ora haveria concordância formal, ora não. A concordância formal ora expressava o sexo natural, ora não. No latim, assim como em outras línguas, encontram-se os seguintes exemplos (1920 [1880], 182):

Segundo Paul, “o sexo natural passa a ser novamente aplicado, primeiro por provocar uma ruptura na congruência gramatical” (*das natürliche Geschlecht wieder vollständig geltend, zunächst dadurch, dass es eine Durchbrechung der grammatischen Kongruenz veranlasst*) (1920 [1880], 182). Em seguida, teria havido, incluindo a alteração formal, uma troca de gêneros de certas palavras relacionadas a seres sexuados, como nomes próprios ou substantivos designativos de pessoa, ou nomes do gênero

masculino designativos de animais. Em ambos os casos, os nomes se teriam transformado morfológicamente para designar os seres femininos.

Além disso, outras relações entre forma e conteúdo foram feitas por Paul (1920 [1880], 182). Disse que o gênero, muitas vezes, estaria subordinado a uma categoria semântica de palavras, como nomes de árvores e plantas serem frequentemente do gênero feminino. Citou ainda o fato de que palavras latinas de origem grega eram popularmente empregadas como nomes de gênero feminino, caso de *schema*, *dogma*, *diadema*. Comentou também a troca de terminação ocorrida em palavras cujo gênero não estava em conformidade com o sexo do ser designado pela palavra, como *socrus*, no latim, que se transformou em *suegra*, no espanhol e no provençal; *sogra*, no português; ou ainda *norus*, no latim, alterada para *nuora*, no italiano; *nuera*, o espanhol; *nora*, no português; e *nore*, no francês antigo.

Por fim, Paul concluiu que “Em geral, nenhuma palavra assumiria um gênero gramatical sem associar as flexões que lhe são habituais, além dos casos em que o sexo natural atua” (*Überhaupt wird kein Wort ein grammatisches Genus annehmen, welches man mit den ihm anhaftenden Flexionsendungen nicht zu verbinden gewohnt ist, abgesehen von den Fällen, wo das natürliche Geschlecht einwirkt*) (1920 [1880], 183).

Nas exposições, encontram-se dois tipos de definição:

DEF. 5.56: A *flexão* é uma categoria gramatical de ordem sintática e analógica.

DEF. 5.57: A *flexão* aplica-se ao gênero, ao número, dos nomes, e ao tempo, à voz dos verbos.

A *definição intensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) (**DEF. 5.56**) “uma categoria gramatical” contrasta com a categoria psicológica. As *definições condicionais* “de ordem sintática” e “[de ordem] analógica” procuram explicar a atuação da congruência por *analogia formal*. Como esse princípio não se aplicava a todos os casos de concordância, Paul procurou explicar que essas diferenças surgiriam porque a relação entre as categorias gramaticais, que são as próprias expressões linguísticas, e as categorias psicológicas, que são os significados, nem sempre convergiam dadas as alternância de forma e de significado já comentadas. A *definição extensiva* (**DEF. 5.57**) aponta um conjunto no qual se aplica o conceito de categoria gramatical. No caso do *gênero linguístico*, as categorias gramaticais e psicológicas estariam em constante embate, ora privilegiando o significado, ora privilegiando a forma.

5.3. O conceito de Flexão no séc. XIX

Nesta seção, as definições pautadas em Hegenberg (1974; cf. § 2.1.2) são retomadas e, a partir delas, discutem-se as convergências e divergências de abordagem, dos procedimentos teóricos e das extensões de aplicação dos conceitos (SWIGGERS, 2004; 2010; cf. 2.1.1). A Conceitografia de Frege (1891; 1892a; 1892b; 1895; cf. 2.1.3) sustenta as análises do conceito de *flexão* conectado à *rede intelectual*. Para isso, decidiu-se expor as definições em quadros separados, além do resgate de certos parâmetros já expostos, em consonância com as discussões apresentadas.

A Morfologia teve seu auge no séc. XIX, pois foi por meio da comparação de elementos linguísticos menores que as palavras, mas também de palavras, que o parentesco entre muitas línguas foi estabelecido. A gramática comparada tinha por objeto diferentes línguas e, ao mesmo tempo, os elementos constitutivos das unidades linguísticas. Desejava-se investigar o parentesco entre as línguas e encontrar uma possível origem comum. Para isso, foram examinados os elementos constitutivos das unidades linguísticas a fim de encontrar possíveis similaridades formativas entre as línguas em exame. A análise linguística revestiu-se de certos pressupostos teóricos, a saber: a) as línguas possuiriam uma origem comum; b) as línguas seriam organismos cujo princípio ativo era autônomo e poderia atuar para a sua evolução; c) as unidades linguísticas seriam heranças que ultrapassavam as distâncias e o tempo.

Destacam-se, portanto, no quadro a seguir, as definições de *língua* e da *tipologia linguística*:

Conceitos de Língua	
Schlegel	(DEF. 5.8) A <i>língua</i> é um organismo vivo cuja estrutura pode se desenvolver por meio de partículas que expressam relações conceituais complexas.
Schleicher	(DEF. 5.16) As <i>línguas</i> são organismos da natureza que surgiram sem ser determinados pela vontade do homem, cresceram e desenvolveram-se conforme leis determinadas e, por sua vez, envelheceram e morreram.
Tipologias Linguísticas	
Schlegel	(DEF. 5.4) A <i>língua monossilábica</i> é um tipo de língua que apresenta raízes sem <i>flexão</i> .
	(DEF. 5.5) A <i>língua por afixos</i> é um tipo de língua cujas palavras se formam pela adjunção de afixos, que se mantêm soltos.
	(DEF. 5.6) A <i>língua flexiva</i> é um tipo de língua cujas palavras apresentam raízes que se desenvolvem, expressando relações conceituais e mantendo entre as partes uma relação orgânica.
Bopp	(DEF. 5.12) <i>Línguas monossilábicas sem organismo</i> e sem gramática são aquelas constituídas exclusivamente de raízes que expressam as relações secundárias pela posição ocupada na sentença.
	(DEF. 5.13) <i>Línguas monossilábicas com organismo</i> e com gramática são aquelas que apresentam a propriedade da composição gerando palavras por meio da conexão entre raízes verbais e raízes pronominais.
	(DEF. 5.14) <i>Línguas de duas sílabas e três consoantes</i> portadoras do significado fundamental com gramática marcada na composição e na modificação interna da raiz.

Schleicher	(DEF. 5.22) <i>Línguas isolantes</i> apresentam raízes isoladas e imutáveis ou de raízes de sentido alterado em fase de transição de <i>Bedeutung</i> para <i>Beziehung</i> .
	(DEF. 5.23) <i>Línguas fusionantes</i> apresentam raízes relacionais agregadas a outras raízes sem compor organicamente sua forma estrutural.
	(DEF. 5.35) <i>Línguas flexivas</i> apresentam raízes que se alteram organicamente com o propósito de expressar a <i>Beziehung</i> e raízes relacionais agregadas a outras raízes compondo organicamente sua forma estrutural.
	(DEF. 5.25) <i>Línguas combinantes</i> apresentam raízes isoladas e imutáveis e raízes relacionais agregadas a outras raízes sem compor organicamente sua forma estrutural.

Quadro 5.1: Definições de *Língua* e da *Tipologia Linguística* de Schlegel, Bopp e Schleicher

Os autores acima apresentam uma *convergência de abordagem* quanto ao exame das línguas, que adotou uma perspectiva histórica, por meio da comparação entre as unidades linguísticas, envolvendo a observação de similaridades formais. A adoção do termo “organismo” esclarece a concepção dos autores a respeito de língua: *o objeto cai sob um conceito*, de acordo com Frege (1892a; cf. § 2.1.3). Embora as partes de um organismo sejam distinguíveis, sua vida depende delas; assim, a perda ou a ausência de uma das partes pode custar-lhe a vida. Certas partes de um organismo podem ser mecanicamente substituídas, outras não. Por outro lado, um organismo não nasce completamente desenvolvido, mas tem a potência de se desenvolver. Certas propriedades de um organismo são compartilhadas com os demais seres de seu gênero e espécie. Nesse sentido, ainda que se apresentem como indivíduos autônomos, guardam semelhança entre si. São essas as noções transferidas às línguas quando tomadas como organismos vivos.

O conceito de *língua como organismo* estrutura a análise e os procedimentos descritivos. As partes observáveis desses “organismos” são as sílabas, as raízes, os afixos. As observações procuram destacar a potencialidade de desenvolvimento dessas partes face à expressão de significações complexas, marcadas na morfologia, ainda que esse termo tenha sido empregado por Schleicher apenas. A variação descritiva, nesse sentido, relaciona-se ao acréscimo de línguas realizado em cada comparação, o que permite o estabelecimento de tipologias linguísticas.

Schlegel categorizou as línguas em três tipos, e sua tipologia apresenta certas ideias vinculadas às de Adelung. Schlegel, no exame das línguas, não interpretava a raiz do mesmo modo que os demais autores. Sua análise volta-se às sílabas, como havia feito Adelung (cf. § 5.1): o monossilabismo equivaleria à primitividade; o polissilabismo, à evolução. A noção de evolução de Schlegel não se restringia à mudança, mas se relacionava à ascensão, a progresso. Em *línguas monossilábicas*, haveria apenas a raiz, o que seria a evidência de que essas línguas não tinham evoluído, não haveria *flexão*; em *línguas por afixo*, além das raízes, haveria afixos, que não se amalgamavam à

estrutura da raiz; em *línguas flexivas*, as raízes teriam desenvolvido organicamente partículas que expressavam relações conceituais (cf. § 5.2.1). São noções visivelmente pejorativas.

Ainda que compartilhasse com Schlegel a visão de *língua como organismo*, Bopp apresentou outras diretrizes. Sua divisão tipológica assentou-se na morfologia e na sentença, uma vez que as *línguas monossilábicas sem organismo e sem gramática* exprimiam as relações gramaticais pela posição de cada elemento na sentença. Desse modo, ao contrário de Schlegel, Bopp não nega que existam relações gramaticais nessas línguas. Contudo, a potencialidade gramatical de línguas evoluídas centrava-se na morfologia: dessa maneira, as outras duas tipologias estabelecem-se por meio do tipo de *raiz* apresentada e do modo como seriam combinadas nas unidades linguísticas (cf. § 5.2.2). Os nomes dados às tipologias também refletem uma observação centrada nas sílabas. Porém essa observação depende de compreender sua divisão de raízes, o que se fará mais adiante.

Schleicher leva o conceito de *língua como organismo* ao ápice. O considerável aumento de línguas comparadas, ao longo de seu trabalho, possibilita-lhe divisar línguas que “nasceram” e “morreram”, ou ainda aquelas que, em sua concepção, “não se desenvolveram”, ou cuja evolução não se tinha completado. Além disso, seu conceito de *língua* deixa muito claro que “o surgimento”, “o desenvolvimento” e “a morte” das línguas seriam completamente dissociados da “vontade do homem”; mas ocorreriam, de acordo com ele, conforme “leis determinadas” (cf. § 5.2.3). Essa noção de *lei* em contraste com a exclusão absoluta do arbítrio humano permite compreender que haveria, em certas línguas, propriedades físicas do mesmo modo que existem tais propriedades em fenômenos naturais.

As propriedades físicas e naturais das línguas ficam evidentes nos termos por ele empregados nas tipologias. O termo *isolante* explicita não haver qualquer relação física entre os elementos. O termo *fusionante* demonstra um estado de transição entre uma propriedade física a outra. O termo *flexiva* evidencia a propriedade organicamente maleável de uma certa estrutura física. Por fim, o termo *combinante* mostra a coparticipação de elementos organicamente distintos que, ainda assim, compõem uma estrutura. Sua tipologia também se baseia em seu conceito de *raiz*.

Resgatam-se os conceitos de *raiz* dos três autores:

Conceitos de raiz	
Schlegel	(DEF. 5.2) A <i>raiz</i> é uma forma primitiva da palavra.
Bopp	(DEF. 5.9) A <i>raiz</i> é uma forma padrão estável indivisível que expressa uma ideia fundamental.
	(DEF. 5.10) As <i>raízes verbais</i> são raízes que originaram nomes e verbos.
	(DEF. 5.11) As <i>raízes pronominais</i> são raízes que originaram preposições, conjunções e pronomes.
Schleicher	(DEF. 5.33) A <i>raiz</i> é uma célula simples, na qual nenhum órgão especial está ainda disponível.
	(DEF. 5.26) A <i>raiz</i> significativa

	(DEF. 5.27) ‘A raiz relacional cujo sentido sofreu alteração
	(DEF. 5.28) aA raiz relacional que se posiciona antes da raiz significativa
	(DEF. 5.29) Aa raiz relacional que se posiciona após a raiz significativa
	(DEF. 5.30) A raiz relacional que se posiciona no meio da raiz significativa
	(DEF. 5.31) A ^a raiz significativa que sofreu uma alteração formal para expressar a relação

Quadro 5.2: Conceitos de raiz de Schlegel, de Bopp e de Schleicher

Em Schlegel, a concepção de *forma primitiva* atribuída à *raiz* deve ser entendida como forma não evoluída, em consonância com os valores atribuídos a certa tipologia, mas não a outras. A visão de línguas rudimentares, sem potencialidade gramatical, conecta-se diretamente ao tipo de *raiz* apresentada. Em Schleicher, percebe-se uma concepção muito semelhante, mas o modo pelo qual o objeto é concebido, “uma célula simples”, evidencia uma apresentação da *raiz* como sendo uma estrutura mínima de um corpo ainda não desenvolvido.

A compreensão do conceito de *raiz*, em Schleicher, pressupõe considerar outros dois conceitos:

- ✓ *Bedeutung* (significado) é o material, a raiz.
- ✓ *Beziehung* (relação) é a relação, o formal, a modificação feita na raiz.

A observação das unidades linguísticas feita por Schleicher diz que certos tipos de *raiz* apresentam o significado, a *Bedeutung*, expresso por meio do termo *material*, ou seja, *Bedeutung* cai sob um conceito (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). O uso desse termo evidencia uma concepção centrada na matéria, ou seja, a substância de um corpo orgânico. Dito de outro modo, o termo não deve ser compreendido como *aspecto sonoro*, mas como *aspecto orgânico*: nas línguas, uma forma orgânica envolve, basicamente, uma forma atrelada a um significado. Já a *Beziehung* é a propriedade que, além de modificar a forma, estabelece gramaticalmente as relações entre as unidades. O termo *Beziehung*, logo, *cai sob um conceito superior*: o de princípio gramatical.

Essas duas concepções são fundamentais para entender seu conjunto notacional (cf. § 5.2.3). A *raiz* do tipo A expressa apenas a *Bedeutung* e predomina nas línguas da classe I, a classe das *línguas isolantes*, que também apresentam *raízes* do tipo ‘A, cujo significado sofre uma modificação. *Raízes* do tipo A^a são aquelas características das classes IIIa e IIIb, isto é, das *línguas flexivas*. As classes II, IVa e IVb não apresentam esse tipo de *raiz*, que é uma “célula especializada”, porque se desenvolveu por meio da potencialidade gramatical. Esse tipo de *raiz* tem a propriedade da *Beziehung*, isto é, apresenta a relação, e a modificação feita na *raiz* é orgânica. Com exceção da classe III (a e b), as demais classes apresentam uma mescla de raízes que não compõem organicamente a estrutura da unidade. A visão estrutural ou formal de Bopp, não apenas mas principalmente a

respeito de *raiz*, foi adotada por Schleicher. Certamente essa é a razão pela qual a classificação schleicheriana inclui as línguas europeias e as línguas semíticas em um mesmo tipo, porque ambas expressam a *Beziehung* por meio da morfologia – Bopp havia classificado as línguas europeias e as línguas semíticas como línguas “com gramática na composição”, porque havia entendido que essas línguas marcavam as relações na morfologia, enquanto as outras, as *línguas sem organismo e sem gramática*, marcavam as relações na sentença. Contudo, Schleicher levou às últimas consequências sua concepção de *língua como organismo*.

Examine-se a definição de *raiz* em Bopp:

✓ *A raiz é uma forma padrão estável indivisível que expressa uma ideia fundamental.*

Nessa definição, divisam-se as propriedades de uma *raiz*: “uma forma padrão”, isto é, observável em uma língua, em nomes e verbos ou em outras classes, ou em diversas línguas comparadas; “estável”, já que, em sua descrição, o cotejamento de línguas evidencia as sílabas que se encontram reproduzidas; “indivisível”, porque delas não se pode extrair unidades menores; “que expressa uma ideia fundamental”, uma vez que desse núcleo partem todos os outros significados.

Para Bopp, existem raízes verbais e raízes pronominais (cf. § 5.2.4); nessa divisão, as extensões dos conceitos são importantes. As raízes verbais das línguas europeias eram formadas por sílabas; já as raízes das línguas semíticas eram formadas por letras radicais, um conjunto mormente formado por três consoantes. Assim, nas línguas europeias, as raízes verbais formavam nomes e verbos; e as raízes pronominais formavam pronomes, conjunções e preposições, além de se juntarem aos verbos. Nas línguas semíticas, a partir da raiz formada por consoantes radicais, havia alterações de vogais entre as letras. Ambos os processos, dentre outros, são chamados de *flexão* por Bopp. Dessa forma, fica claro que sua divisão de raízes se pauta em classes de palavras.

Schleicher rejeitou esse vínculo entre a nova ciência que se consolidava e a tradição de outrora. Impulsiona-o seu projeto de estabelecer uma ciência da linguagem em contraste com aquela até então praticada por quem havia se dedicado às línguas. Certas definições em seu quadro teórico evidenciam essa rejeição:

Conceitos schleicherianos
(DEF. 5.17) A <i>Filologia</i> é uma disciplina histórica que aborda o texto escrito com o objetivo de investigar o pensamento e a vida cultural de um povo.
(DEF. 5.19) <i>Formenlehre</i> é um estudo das relações entre classes de palavras.
(DEF. 5.18) A <i>Linguística</i> é uma ciência natural que investiga a linguagem sujeita às leis naturais.
(DEF. 5.32) <i>Morfologia</i> é a doutrina da função das partes individuais da palavra e da própria palavra.

Quadro 5.3: Conceitos schleicherianos de áreas disciplinares

Schleicher distinguiu a *Filologia* e a *Linguística*. A *Formenlehre* se atrela à *Filologia*, uma vez que se dedica às classes de palavras. Schleicher propôs a *Morfologia*, cujo objetivo era estudar a forma das palavras, nas quais se divisavam a *Bedeutung*, “o aspecto material, a raiz”, e a *Beziehung*, “a relação, a modificação feita na raiz”. Dessa forma, Schleicher não apenas procura reconstruir a protolíngua, mas também a filiação e a trajetória das línguas, representadas por meio de árvores genealógicas.

A reconstrução da origem em comum e do percurso de cada uma das línguas comparadas assenta-se na tipologia morfológica. As línguas comparadas trazem raízes que se propagaram e se conservaram, vencendo as barreiras do tempo e do espaço. As unidades linguísticas, então, prestam-se a fornecer o “material orgânico”, que são as raízes, de que se precisa para a reconstrução. Dois métodos são empregados: a taxonomia, que permite agrupar a tipologia do “material orgânico”; um plano cartesiano, necessário para formular combinações possíveis desse “material orgânico”, embora hipotéticas.

As combinações possíveis são, então, cotejadas às combinações existentes, permitindo estabelecer uma tipologia linguística. Não apenas isso: as combinações possíveis, porém inexistentes entre os dados fornecidos pelas línguas, podem ter existido em etapas pretéritas. Schleicher foi quem adotou o asterisco grafado junto à unidade linguística como modo de representar uma forma hipotética não atestada. Portanto, as fórmulas passam a ser válidas para qualquer tempo, representadas por meio de notações, e a filiação, a trajetória e a origem são reconstruídas.

As notações e as fórmulas, bem como a configuração arbórea, parecem ser uma tentativa de representação de uma linguagem universal, de uma gramática atemporal, ainda que organicamente diversa, porque o nascimento e o desenvolvimento de cada uma das filiações foram distintos; algumas filiadas morreram. Por meio de uma fórmula composta de notações, é possível representar qualquer forma, qualquer significado, qualquer mudança de uma época a outra, de uma língua a outra. Schleicher já havia estabelecido a diferença entre *sistema* e *história*: enquanto a *história* investigaria a sucessão, “em corte longitudinal”, o *sistema* se ocuparia do que era simultâneo, “em corte transversal” (cf. § 5.2.3). Seriam esses os propósitos da *Linguística*, pois assim a nova ciência investigaria “a linguagem sujeita às leis naturais”¹³⁵.

¹³⁵ As reflexões apresentadas servem como ponto de *convergência* com os neogramáticos, que, embora tenham deliberadamente rejeitado a concepção de *língua orgânica*, não rejeitaram, do mesmo modo, as perspectivas histórica e sistêmica das línguas, que lhes serviram de arcabouço, como afirmou Koerner (1989; cf. § 2.1.4) para o estabelecimento das leis fonéticas, que são, de fato, concebidas como leis naturais, uma vez que atingem o aparato fonológico das línguas. No entanto, um outro paralelo pode ser esboçado: um século depois de Schleicher, a linguagem não é mais vista como “matéria orgânica”, mas como “aparato biológico” presente na mente humana; os dados fornecidos pelas

O conceito de *flexão* é fundamental nessas teorias. Retomam-se as definições:

Conceitos de Flexão	
Schlegel	(DEF. 5.7) A <i>flexão</i> é uma autoevolução natural e corpórea da raiz linguística para expressar os valores gramaticais.
Bopp	(DEF. 5.15) A <i>flexão</i> é um princípio gramatical que se materializa pelo redobro de raízes, pela combinação de raízes, pela alteração vocálica ocorrida no interior das raízes e pelo acréscimo de afixos às raízes.
Schleicher	(DEF. 5.34) A <i>flexão</i> é uma <i>Beziehung</i> .
	(DEF. 5.35) As <i>línguas flexivas</i> são aquelas que apresentam raízes e sufixos que podem se modificar de maneira regular, com a finalidade da expressão relacional, mantendo os meios de composição.

Quadro 5.4: Conceituação de *Flexão* em Schlegel, Bopp e Schleicher

Há algo em comum, nos autores estudados, quando empregam o conceito de *flexão*: trata-se de um fenômeno linguístico altamente aplicável. Essa noção torna-se exponencial nas teorias em exame porque a *flexão* é vista como uma propriedade fundamental de uma dada classe de línguas, em Schlegel e Schleicher, e uma propriedade absoluta, em Bopp, porque este autor estende essa noção a quase todas as formações de palavras das línguas por ele estudadas, exceto as *Línguas sem organismo e sem gramática*.

Em todas as *funções*, a *flexão* cai sob um conceito superior (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3):

- ✓ é uma autoevolução natural e corpórea da raiz linguística para expressar os valores gramaticais;
- ✓ é um princípio gramatical;
- ✓ é uma *Beziehung*.

Valores gramaticais, um *princípio gramatical* ou a *Beziehung* são termos distintos para expressar a composição orgânica de uma tipologia que tem a potência de se desenvolver, conectada ao conceito de *Língua como organismo*. No quadro teórico desenvolvido no cerne da gramática comparada, as línguas são observadas quanto ao tipo de *raiz* que apresentam.

línguas, advindos da Sintaxe, não da Morfologia, são dispostos em um plano cartesiano; as combinações possíveis são expressas por notações que compõem uma árvore, representativa não da perspectiva histórica reconstruída, mas sim de um suposto sistema universal reconfigurado; a reconfiguração desse sistema centrado na Sintaxe – em que linearidade e ordem são fundamentais – depara-se com combinações muitas vezes existentes, mas não possíveis como fórmulas representantes de uma gramática universal, portanto marcadas com asterisco, que significa agramaticalidade (ao contrário da forma hipotética reconstruída, mas não atestada); a obtenção desses dados deve ser feita por meio do exame da *competência* de um indivíduo adulto, dotado do pleno desenvolvimento desse aparato, o que pressupõe uma escala desde a origem, concernente à aquisição da linguagem, à faculdade da linguagem com potencialidade de desenvolvimento, e um estágio posterior, em que essa faculdade está plenamente desenvolvida. Fala-se dos princípios do Gerativismo. Ainda que a recusa de dados históricos, por parte do Gerativismo, pareça, em princípio, uma total *conversão de perspectiva* em relação à gramática comparada, existe, de fato, uma mesma tentativa de reconstrução de uma linguagem universal: parte-se de um axioma, a gramática universal, em uma abordagem; em outra abordagem, parte-se da hipótese de uma protolíngua. Pode-se perguntar, então, em que medida se assemelham ou se diferem a concepção de uma protolíngua e de uma gramática universal.

Entre Schlegel, existe apenas uma noção entre primitiva e desenvolvida. Em sua concepção, existem línguas que não apresentam qualquer desenvolvimento; existem aquelas que expressam as relações conceituais por meio de afixos, que permanecem soltos; e existem aquelas em que a própria raiz se desenvolveu, gerando partículas para expressar pensamentos complexos (cf. § 5.2.1).

A divisão feita por Bopp conecta à *flexão* as unidades linguísticas cuja *raiz* se desenvolveu gerando nomes e verbos, em línguas europeias e em línguas semíticas, como evidenciam as extensões do conceito: “redobro de raízes”, “combinação de raízes”, “alteração vocálica ocorrida no interior das raízes” e “acréscimo de afixos às raízes”. Seu conceito de *raiz* e as propriedades extensivas do conceito de *flexão* revelam que, em Bopp, houve o que Swiggers (2010; cf. § 2.1.1) chama de *terminologia por sobreposição*, pois o termo *flexão* representa uma intersecção entre uma composição orgânica, propriedade fundamental das *línguas com organismo*, e declinação e conjugação.

A *flexão* é a principal propriedade presente nas raízes de uma das classes aventadas por Schleicher para sua tipologia. A observação dessa propriedade nessas raízes e a classificação de certas línguas na classe das *flexivas* fundamenta-se na distinção entre *Bedeutung* e *Beziehung*. Assim, a *flexão* cai sob um novo conceito (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), o conceito de *Beziehung*, cujo sentido é ‘meio de composição orgânica’ advinda da gramática.

Em sua elaboração teórica, o termo não pode mais se associar à *declinação* e à *conjugação*, porque são noções vinculadas às classes de palavras. Para ele, a *Beziehung* é a expressão de um pensamento complexo em torno do significado trazido pela *raiz* significativa: trata-se do desenvolvimento da própria *raiz*, como se produzisse “células especializadas” na expressão das relações gramaticais. Por isso, uma outra definição de *línguas flexivas* deve ser considerada:

✓ As *línguas flexivas* são aquelas que apresentam raízes e sufixos que podem se modificar de maneira regular, com a finalidade da expressão relacional, mantendo os meios de composição.

Nessa função, *raízes* e *sufixos* são as propriedades extensivas do conceito. As propriedades intensivas são “se modificar de maneira regular”, “com a finalidade da expressão relacional”, “mantendo os meios de composição”.

Tanto a *Bedeutung* quanto a *Beziehung* se materializam por meio de *raízes*, segundo sua teoria. Existe um princípio que se assemelha ao de Bopp, isto é, todos os elementos são *raízes*, embora possam, por sua origem, exercer funções distintas. Schleicher pretende elaborar uma notação mais precisa dos itens, por isso adota as letras gregas ao lado das letras latinas para, de acordo com ele, distinguir “elementos formadores de palavras dos pronomes sufixados (terminações de pessoa),

assim como das indicações de plural e elementos de caso (posposições)” (cf. § 5.2.3). As letras gregas passam a notar a *Beziehung*; as letras latinas denotam a *Bedeutung*.

Pode-se dizer que, nessa concepção, a noção de *raiz* adquire um sentido de núcleo semântico onipresente. Na língua, essa *raiz* é uma representação desse núcleo, daí a necessidade de receber uma notação, isto é, um símbolo que represente essa sua propriedade. O uso de letras latinas maiúsculas para notá-la deixa bastante evidente sua onipresença concomitantemente formal e semântica – composição *orgânica*, em sua terminologia –, assim como deixa claro que a *raiz* foi concebida como elemento linguístico a partir do qual todos os demais elementos se formam.

A *Beziehung* é uma propriedade presente em certa classe de línguas e constitui-se de uma força natural que possibilita a essas línguas se desenvolverem: a *Beziehung* é altamente aplicável. Letras gregas e latinas são símbolos por meio dos quais se procura descrever as diversas funções que essas especificações *celulares* ocasionam às *raízes*. É preciso lembrar, contudo, que essas funções se diferem daquelas propostas pela *Filologia*, da qual Schleicher desejava se afastar, quer dizer, as funções exercidas pelos elementos representados por letras gregas e latinas não se resumem a expressões entendidas como classes de palavras. A presença absoluta da *Beziehung* constitui a principal característica dessa classe; apresenta-se, no entanto, sob duas notações distintas. Uma delas prevê uma junção “solta” entre as *raízes*; a outra, uma junção “fixa”, que Schleicher define como uma *composição orgânica da forma estrutural*. Nesse ponto, pode haver uma lacuna interpretativa: essa característica fundamental – *composição orgânica da forma estrutural* –, porque uma das propriedades preponderantes de uma classe, só se explica pelo seu conceito de *língua*, que, caso seja desconsiderado, deixa de se conectar à *Beziehung*.

Em seu *Compendium* (1874[1861]), além de alterar as notações, Schleicher conceitua o termo *sufixo*, até então empregado apenas para se referir a elementos linguísticos pospostos à raiz. Na verdade, as *raízes relacionais*, antes notadas por Aa, passam a ser chamadas de sufixos, o que implica a alteração do nome da classe: antes chamada de classe das *línguas flexivas*, passa a *línguas de sufixo*, assim definido:

✓ *Sufixo* é uma variação regular que expressa as relações gramaticais.

O *sufixo*, então, *cai sob um conceito* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). A *língua orgânica* possibilita que as raízes se modifiquem para expressar as relações gramaticais. Como elemento *orgânico*, suas modificações são regulares em observando os itens transformados, por isso Schleicher fala de “variação regular”. Não obstante, como novos significados são expressos por meio de palavras, parecia intuitivo conceber que a *derivação* seria um processo que cria palavras ou, no mínimo,

estenderia o significados de palavras existentes. Essas concepções são, de fato, condizentes com a maneira pela qual Schleicher havia concebido a *derivação*:

✓ A *derivação* é uma mudança de som em raízes e palavras que têm parentesco de forma e de significado.

Contudo, cabe observar que, em sua teoria, esses conceitos não eram dicotômicos, muito menos excludentes: o chinês sempre foi o maior exemplo de línguas não *flexivas*, embora sua morfologia trouxesse significados que, em sua concepção, eram possíveis porque nessa língua haveria *raízes* que expressavam a *Bedeutung*. Nesse sentido, seria uma contradição afirmar que, nas *línguas flexivas*, certos itens morfológicos não apresentavam as valoráveis especificações da *raiz*.

Mesmo sem desejar, ao que tudo parece, Schleicher acaba reforçando uma noção canônica: *línguas de sufixo*, que apresentam especificações gramaticais a partir da *raiz*, são as línguas estruturadas em *casos*. Nas línguas estruturadas em *casos*, existem a *declinação* e a *conjugação*, ambos os processos chamados de *flexão*. Se o processo da *flexão* – a *declinação* e a *conjugação* – é representado por letras distintas dos processos que representam novos significados, a *derivação* não é *flexão*, porque esta expressa as relações gramaticais, e aquela expressa apenas novos significados de uma *raiz*. Nesse sentido, os comentários feitos por Whitney sobre a teoria morfológica de Schleicher revelam essa interpretação (cf. § 5.1).

A concepção de *língua orgânica*, se, por um lado, parece absurda aos olhares do séc. XXI, e mesmo antes, entre seus pares, por outro, traz em si uma importante expressão definidora de um fenômeno. Em outras palavras, a descrição que associa o fenômeno linguístico a um *corpo orgânico* prevê estágios – nascimento, desenvolvimento, envelhecimento e morte. Esses estágios, se vistos sob outra ótica, que não a que enxerga *corpos orgânicos*, permitem uma constatação, que se tornou uma lei da Linguística: as línguas mudam no eixo temporal; não apenas mudam, mas podem desaparecer. As árvores genealógicas são expressões dessa condição.

Schleicher deseja analisar a língua como um fenômeno físico, mas isso não implica a exclusão do significado. Ele considera que a *Beziehung* é a “expressão mais perfeita do processo do pensamento” e formas primitivas caracterizam-se exatamente por sua ausência. A descrição dos elementos das línguas alcançaria sua exatidão ao discernir aqueles peculiares à expressão da *Bedeutung* daqueles condizentes à expressão de pessoa, de plural, de caso etc. Propõe, então, novas notações por meio de letras gregas. A *Beziehung* e a *Bedeutung* atuam nas raízes como elementos modificadores, seja de sua forma, seja de seu significado, seja de ambos.

Na verdade, o insucesso da teoria morfológica schleicheriana se deve ao desejo de conceber a superioridade das *línguas flexivas*, depois chamadas de *línguas de sufixo*, porque estas seriam as línguas nas quais se encontraria, ao contrário das outras, um princípio gramatical subjacente, oriundo de sua força *orgânica*. A força *orgânica* das línguas foi rejeitada por aqueles que o sucederam. Concomitantemente, lançaram-se fora certas descobertas de quem teria elaborado a representação das famílias linguísticas por meio das árvores genealógicas. Ao mesmo tempo, certas noções, ainda que não muito bem definidas, permaneceram: a ideia de que certas palavras apresentavam formas estabelecidas por princípios gramaticais e outras, apenas por princípios semânticos.

A gramática comparada assentou-se em uma visão sobre a língua cuja perspectiva de abordagem era comparável à concepção fundamentada no conceito de φύσις (natureza), que se tratava de um dos modos de apreender a linguagem humana, na Antiguidade clássica (cf. § 3.1.2.4). A *língua orgânica* era guiada por uma lei ou ordem natural a que a vontade humana não tinha acesso. Essa visão dos comparatistas cedeu lugar a outra concepção, que se pode equiparar ao conceito de νόμος (convenção), do mesmo modo presente na Antiguidade clássica: a língua passa a ser concebida como um produto da cultura humana, adquirindo feições conforme as influências exercidas pelos indivíduos em sociedade.

A mudança no modo de apreender as línguas procurava conciliar itens herdados e itens novos. A gramática comparada e as leis fonéticas permitiram reconhecer itens linguísticos inalterados e itens linguísticos modificados que, em seu conjunto, em dado momento, desafiavam o princípio da regularidade. Além disso, o pleno estabelecimento do protoindo-europeu apresentava lacunas. Uma ciência da linguagem precisava dar conta de todos esses processos, mas estava inviabilizada por uma visão de língua cuja concepção era absolutamente atrelada a leis naturais.

Hermann Paul procura estabelecer os fundamentos de sua *ciência de princípios* voltada ao estudo da linguagem. O primeiro passo nesse sentido é alterar a perspectiva pela qual a língua é concebida: antes vista como um elemento puramente natural, a língua adquire contornos que lhe são dados pelo indivíduo em sociedade. Assim, fundem-se natureza, indivíduo e sociedade, e a língua é o resultado da combinação desses elementos. A primeira *conversão de perspectivas* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1) diz respeito ao conceito de *língua*:

Conceitos de Língua	
(DEF. 5.38)	A <i>língua</i> é um produto da cultura humana que se insere na história.
(DEF. 5.41)	A <i>língua</i> é um produto no qual estão contidas a regularidade e a mudança.

(DEF. 5.42) A *língua* é um produto da cultura humana que se insere na história, esta entendida como uma sucessão de gerações que, pela ação recíproca dos indivíduos, apresenta uma intersecção na qual esse produto tem as propriedades de regularidade e de mudança.

Quadro 5.5: Conceitos de *Língua* estabelecidos por Hermann Paul

Em sua elaboração teórica, Paul expressa as propriedades intensivas do conceito. A *língua* (DEF. 5.38), estava sujeita a todo tipo de transformação de seus itens e de sua configuração, seja no âmbito formal, seja no âmbito semântico, seja em ambos (DEF. 5.41). No entanto, cada transformação, cada significado, cada configuração tinha de ser descrito, analisado e explicado em sua contingência. Outros conceitos se relacionam ao conceito de *língua*:

Conceitos relativos à <i>Língua</i>
(DEF. 5.39) A <i>arbitrariedade</i> é uma conciliação entre o domínio psicológico e o domínio fisiológico aplicada a grupos de sons linguísticos.
(DEF. 5.40) A <i>ação recíproca dos indivíduos</i> é uma intersecção entre geração e história.
(DEF. 5.43) A <i>etimologia</i> é uma relação de igualdade ou de semelhança entre propriedades fonéticas e semânticas dos itens linguísticos.
(DEF. 5.44) O <i>distanciamento</i> de um elemento linguístico é um grau de afastamento fonético-semântico em relação ao seu grupo linguístico etimológico.
(DEF. 5.45) O <i>isolamento</i> de um elemento linguístico é um grau máximo de separação fonético-semântica em relação ao seu grupo linguístico etimológico.

Quadro 5.6: Conceitos de Hermann Paul relativos à *Língua*

A nova abordagem das línguas trouxe inicialmente o conceito da *ação recíproca*: a atuação dos indivíduos seria uma intersecção entre geração e história. O indivíduo era aquele que, por meio da junção dos *domínios fisiológico e psicológico*, seria o responsável pela conciliação necessária para explicar a confluência de elementos regulares e mutáveis nas línguas, a chamada *arbitrariedade*. Esses conceitos conectam-se à última definição de *língua* (DEF. 5.42). Ao mesmo tempo, referem-se ao modo como a conservação e a mudança são observadas: uma vez que se consideram as línguas em perspectiva histórica, as unidades linguísticas são examinadas com vistas a estabelecer o grau de *afastamento* ou até o *distanciamento* de uma unidade em relação ao seu *grupo linguístico etimológico*.

Uma vez elucidados os processos pelos quais as imperfeições ou irregularidades conviviam harmoniosamente com regularidades e continuidades, era preciso descrever, analisar e explicar o material linguístico em si. As formas são, portanto, comparadas para delas extrair o que há de igualdade, o que há de semelhança e o que há de diferença. Outro conjunto de conceitos são aplicados à Morfologia:

Conceitos relativos à Morfologia
(DEF. 5.51) A <i>palavra</i> é uma forma linguística que desempenha uma função.
(DEF. 5.55) <i>Raiz</i> é uma forma linguística primária.
(DEF. 5.48) A <i>analogia</i> é uma ação reguladora contrária a uma mudança prevista pelas leis fonéticas.

(DEF. 5.49) A <i>analogia material</i> é uma ação reguladora de formas etimológicas foneticamente diferenciadas.
(DEF. 5.50) A <i>analogia formal</i> é uma ação reguladora entre formas correspondentes de palavras diferentes, de formações correspondentes de raízes diferentes, de diferentes sistemas de flexão ou de formação de palavras.
(DEF. 5.53) <i>Derivação</i> é uma forma da mesma raiz.
(DEF. 5.54) A <i>derivação</i> é uma formação de palavras etimologicamente relacionadas a partir da raiz ou de outra derivada.
(DEF. 5.52) <i>Flexão</i> é uma forma da mesma palavra.
(DEF. 5.46) A <i>flexão</i> compõe-se de elementos linguísticos que apresentam maior grandeza de propriedades fonético-semânticas regulares em relação a seu grupo linguístico.
(DEF. 5.47) A <i>flexão</i> aplica-se à conjugação e à declinação.
(DEF. 5.56) A <i>flexão</i> é uma categoria gramatical de ordem sintática e analógica.
(DEF. 5.57) A <i>flexão</i> aplica-se ao gênero, ao número, dos nomes, e ao tempo, à voz dos verbos.

Quadro 5.7: Conceitos de Hermann Paul relativos à Morfologia

Paul resgata a relação entre *palavra* e *classe de palavras*, ao contrário do que preconizava Schleicher. A *raiz*, em sua concepção, era uma “forma primária”, termo que deve ser entendido como forma original, em oposição à noção pejorativa de “forma primitiva”. Uma *raiz* seria um núcleo a partir do qual todas as palavras se formavam, isto é, falar de derivação, *a priori*, seria falar de uma formação a partir da *raiz*, embora muitas palavras também se originassem de outras palavras. Nesse sentido, haveria derivação primária, a partir da *raiz*, e derivações secundárias, a partir de uma *palavra*. O *afastamento*, mas não o *isolamento*, de certos itens linguísticos eram explicáveis pela *derivação*, que operava as mudanças de *classes de palavras*. As *classes de palavras* desempenhavam, em sua visão, uma *função*; disso vem sua definição de palavra como “uma forma linguística que desempenha uma função”.

Com fundamento nesses conceitos, explicam-se graus de proximidade e de afastamento de itens linguísticos. Comparam-se os sons e seus significados. A regularidade é obtida não apenas por igualdade, mas por semelhança; daí emergem os *grupos de sons linguísticos*. A mudança das formas é explicada pela atuação das *leis fonéticas* ou pela *analogia*, que também atua na regularização de formas divergentes. O nível semântico está sujeito às mais diversas variações, já que pertence ao *domínio psíquico* atuante nas línguas.

As línguas estruturadas em *casos* apresentavam um alto grau de regularidade. Novamente, a *declinação* e a *conjugação* são identificadas com a *flexão*, evidência de que a tentativa de afastamento da tradição, desejado por Schleicher, foi completamente ignorada. A *flexão* é interpretada como um *grupo de sons linguísticos* “cuja medida é maior” (cf. § 5.2.4), isto é, existe um alto grau de aplicabilidade de seus itens:

✓ A *flexão* compõe-se de elementos linguísticos que apresentam maior grandeza de propriedades fonético-semânticas regulares em relação a seu grupo linguístico.

Emergem dessa interpretação duas questões a que Paul procura responder: dados os critérios de proximidade e de *afastamento* entre itens, como explicar a etimologia entre palavras cujo *isolamento* é notório? Ainda, outras formações são etimologicamente relacionadas entre si, mas não apresentam o mesmo princípio de regularidade, como podem, então, continuarem ligadas entre si? As respostas a essas perguntas são fundamentais para sustentar as principais inovações da sua *ciência de princípios*: a *analogia* e as *leis fonéticas*. Paul recorre a um entendimento amplamente conhecido entre seus pares e, sobre isso, pode-se dizer que, àquela altura, como o foi por longo tempo, era um consenso: as *classes de palavras*.

As *classes de palavras*, para Paul, esclareciam essas relações etimológicas, fundamentais à determinação do grau de *afastamento* ou de *isolamento* de um item linguístico. Uma língua estruturada em *casos* seria o maior exemplo da força *analgica*, porque as *flexões*, altamente regulares e onipresentes, acompanhavam inúmeras raízes, formando as *classes de palavras*: a *analogia formal* atuaria em todos os sentidos, desde palavras formadas a partir de uma mesma *raiz* até palavras formadas por *raízes* diferentes.

- ✓ *Flexão é uma forma da mesma palavra.*
- ✓ *A flexão aplica-se à conjugação e à declinação.*
- ✓ *flexão aplica-se ao gênero, ao número, dos nomes, e ao tempo, à voz dos verbos.*

O conceito de *forma da mesma palavra* subsume o conceito de *flexão*, e sua extensão constitui-se da *declinação* e da *conjugação* (DEF. 5.47) ou aos itens elencados (DEF. 5.57). Nesse modo de apresentação do conceito, todas as formas assumidas em uma *declinação* e todas as formas assumidas em uma *conjugação* são *formas da mesma palavra*, porque, na sentença, toda e qualquer forma desempenha uma *função*: ou de nome, ou de verbo, ou de qualquer outra *classe de palavras*. As extensões na terceira definição acima (DEF. 5.57) são desdobramentos da *declinação* e da *conjugação*. O conceito de *função* está, portanto, conectado ao conceito de *classe de palavras*.

Esse modo de apreensão permitiu a Paul rejeitar a concordância. Para ele, a sintaxe possibilitaria a proximidade necessária para fazer com que palavras de classes distintas assumissem formas analógicas entre si:

- ✓ *A flexão é uma categoria gramatical de ordem sintática e analógica.*

Segundo sua visão, a *flexão* e a *derivação* tinham um ponto convergente: a *raiz*. Por isso, seria difícil historicamente discernir processos flexionais de processos derivacionais. Entretanto, a *formação de palavras* fica circunscrita à *derivação*, e as *formas da mesma palavra*, à *flexão*. Ademais, sua

menção à formação dos verbos, em perspectiva histórica, também é por ele próprio ignorada: Paul havia dito que, a partir da *raiz*, os demais elementos que formavam os verbos não teriam sido todos unidos de uma só vez, mas paulatinamente.

Paul concebe que a *derivação* ocorreria nas sentenças em que se referiria à mudança de *classes de palavras*, mas também a formações de palavras a partir da *raiz*. Nesse sentido, surge a noção de sistema: se são reunidas todas as palavras e formas nas quais figura a mesma *raiz*, tem-se “um sistema estruturado múltiplo ou um sistema maior de sistemas menores” (cf. § 5.2.4). Em seu entendimento, há o que se pode chamar de derivação primária e de derivação secundária, conforme acima mencionado. Seu exemplo é justamente sobre as *flexões* verbais, cujas formas, nessa visão sobre “um sistema maior de sistemas menores”, não foram agregadas todas ao mesmo tempo, mas de uma “raiz verbal”, evoluiu uma “raiz temporal”, e dessa, uma *raiz* de diferentes modos e, depois, uma *raiz* composta de pessoas.

Há aqui duas observações a fazer. Primeiramente, Paul resgata a visão dos comparatistas, que acreditavam que as *raízes* seriam essencialmente verbais. Assim, para eles, um nome só poderia derivar de um verbo. A segunda observação relaciona-se à análise de uma língua estruturada em *casos*. Nessas línguas, qualquer *derivação* de um nome deve assumir, ainda que virtualmente, todas as formas da *declinação* a que pertence. A *flexão* e a *derivação* têm sentidos distintos nessa concepção, embora haja um ponto no qual estejam interseccionadas:

	D E R I V A Ç Ã O		
F	<i>sāp̄io</i>	<i>sapientiā</i>	<i>sapidus</i>
L	<i>sāpis</i>	<i>sapientiae</i>	<i>sapidi</i>
E	<i>sāpit</i>	<i>sapientiae</i>	<i>sapido</i>
X	<i>sāpimus</i>	<i>sapientiam</i>	<i>sapidum</i>
Ã	<i>sāp̄itis</i>	<i>sapientiā</i>	<i>sapido</i>
O	<i>sāpiunt</i>	<i>sapientiā</i>	<i>sapide</i>

Figura 5.2: Intersecção entre *Flexão* e *Derivação*

Na representação acima, tem-se, na primeira coluna, o presente do indicativo do verbo *sāp̄ere*; na segunda coluna, os casos de nominativo a vocativo singular do substantivo *sapientiā*; e, na terceira coluna, o masculino singular do adjetivo *sapidus*. O ponto de intersecção entre as palavras derivadas é a *raiz* *-sap*. Na *flexão*, encontram-se as formas “da mesma palavra”. Na *derivação*, as palavras diferentes. Se, nos verbos, as formas flexionais não se originaram em um único estágio, o mesmo pode ser inferido dos nomes. Ainda, o adjetivo *sapidus*, por exemplo, pode ser derivado tanto de *sāp̄ere* quanto de *sapientiā*. Paul atribui aos comparatistas a visão segundo a qual seria um

erro interpretar como *derivação* direta o que seria a *derivação* de uma outra *derivação*, mas, em sua concepção, só se poderia falar de *derivação* a partir da *raiz* ou de um *radical* ou se a forma autorizasse a *derivação* da *derivação*, o que ele exemplifica com palavras do gótico (cf. § 5.2.4). Dessa forma, suas noções de *flexão* e de *derivação* relacionam-se a *classes de palavras* e ao próprio entendimento de Paul sobre o que é *palavra*. Não obstante, daí em diante, ver-se-á frequentemente e alhures a menção a “formas da mesma palavra”, mas sua relação com *classe de palavras* nem sempre será lembrada.

O conceito de *flexão* elaborado pelos autores de gramática comparada é expurgado juntamente com o conceito de *língua orgânica*. Por essa razão, enfatiza-se que a *ciência de princípios* elaborada por Paul traz uma nova visão sobre a *palavra*, que vincula o termo às *classes de palavras* oriundas da tradição canônica. As *classes de palavras*, naquela tradição, foram concebidas por meio da observação de suas formas e de seus significados, que permitiram estabelecer as regularidades presentes na *declinação* e na *conjugação*.

O conceito de *flexão*, em Paul, adquire novas nuances. A *flexão* presente em um item linguístico conecta-o a um *grupo linguístico etimológico*, mas suas formas não apresentam novos significados, são apenas *variações de uma mesma palavra*. A *palavra*, por sua vez, desempenha uma função correlacionada à *classe de palavras*. A *flexão*, portanto, não altera a *classe de palavras* a que pertence um determinado item linguístico. As extensões nas quais o conceito se aplica são a *declinação*, a *conjugação* ou os itens conservados, oriundos da *declinação* e da *conjugação*¹³⁶.

Esse modo de apresentação do conceito, ou seu *sentido* (FREGE, 1892b; cf. § 2.1.3), traz duas evidências: de um lado, as propriedades intensivas do conceito relacionam-se com sua teoria linguística, pois se explicam por meio da *intersecção entre geração e história* – a alta aplicabilidade da *flexão* e sua regularidade formal aproximam seus itens de um *grupo linguístico etimológico*; por outro lado, as propriedades extensivas do conceito vinculam sua concepção à tradição canônica, porque os objetos designados constituem-se da *declinação*, da *conjugação* ou de parte de seus itens conservados.

Na seção 4.4, viu-se que *flexão* equivalia, na tradição canônica, à *declinação* quando relacionada a nomes. Sabe-se também que seu emprego, no decorrer dos séculos, conforme registros lexicográficos, se referia à *conjugação*. A existência de *convergências de abordagem* e de *conversões*

¹³⁶ Na seção 6.3, a perspectiva de abordagem de Paul será cotejada com a de Saussure, tal como se apresenta no *Cours*, em relação à *classe de palavras*, à *flexão* e à *derivação*.

de perspectivas, nos autores estudados, permite estabelecer as continuidades e descontinuidades no conceito de *flexão*.

Na gramática comparada, as línguas em cotejamento com o sânscrito e as demais línguas são o latim e o grego, além do germânico. O manejo com as línguas advindas da tradição clássica possibilita o contato com um conjunto de termos: *nomes, verbos, preposições, conjunções, palavras, classe de palavras, declinação, conjugação* etc. O conjunto desses termos, ainda que não tenham sido recompostos em sua trajetória, orbita em torno do termo *flexão*, que, juntamente com os demais, compõe uma *terminologia de empréstimo unilateral* (SWIGGERS, 2010). Nessa conjuntura, falar de *flexão* equivalia a descrever a *declinação* (ou a *conjugação*). A *declinação*, por sua vez, diz respeito ao modo de apresentação de um conceito aplicado a um objeto: os *casos*, que são as diferentes formas linguísticas entre si, mas que constituem um conjunto de formas recorrente.

Esse modo de apresentação do conceito revela uma perspectiva por meio da qual o objeto é observado, ou seja, mesmo o sânscrito ou as línguas semíticas acrescidas à comparação são examinadas a partir de uma mesma perspectiva pela qual se observam o latim e o grego. A semelhança entre as línguas e a adoção do conceito de *raiz* reforçam a perspectiva de análise. Nessa perspectiva, uma língua como o chinês não apresenta, a partir da *raiz*, um conjunto de formas recorrente, portanto, não apresenta *flexão*.

As *línguas flexivas* são aquelas que apresentam um conjunto de formas recorrentes, seja posposto, seja entreposto em relação à *raiz*. Tem-se, desse modo, o objeto a que se aplica o conceito, que resguarda traços de *sentido* e de *referência* (FREGE, 1892b; cf. § 2.1.3) oriundos da tradição gramatical.

O conceito de *flexão* passa, então, por uma sobreposição de conteúdo, o que Swiggers (2010; cf. § 2.1.1) chama de *terminologia por sobreposição*. A inovação de conteúdo sobreposta ao conceito inicial trata-se de *valores gramaticais* (SCHLEGEL; cf. § 5.2.1), de um *princípio gramatical* (BOPP; cf. § 5.2.2), ou da *Beziehung* (SCHLEICHER; cf. § 5.2.3), conceitos vinculados à *língua como organismo*. O conceito de língua é a principal *convergência de abordagem* entre os autores da gramática comparada, embora haja, entre eles, certas *conversões de perspectivas* quanto à análise e procedimentos descritivos das línguas. Como se refere a uma tipologia linguística, pode-se dizer que o conceito de *flexão* é altamente aplicável, e sua propriedade fundamental é *um princípio gramatical*, adotada como síntese pertinente aos três autores.

O conceito de *língua como organismo* é preterido em favor de um conceito de *língua como produto da cultura humana*, em Paul. Essa conversão de perspectiva implica outra sobreposição de conteúdo:

o conceito de *flexão* passa a representar a propriedade fundamental de um objeto, um conjunto de formas recorrentes, que o conecta a um *grupo linguístico etimológico*. Esse conjunto de formas recorrentes é interpretado como *formas de uma mesma palavra*, que, por sua vez, está correlacionada à *classe de palavras*, porque desempenha uma *função*: a *função de nome*, a *função de verbo*. Desse modo, resgata-se a perspectiva de análise oriunda da tradição gramatical sobre a qual se sobrepõe o conceito de *grupo linguístico etimológico*. Muito embora tenha havido uma rejeição explícita da *língua como organismo*, na qual se concebia a *flexão* como um fenômeno natural altamente aplicável, o retorno à tradição gramatical e a concepção de *grupo linguístico etimológico* permitem o mesmo entendimento a respeito da aplicabilidade do conceito. Para Paul, a *flexão* pertencia ao *domínio fisiológico* ou à *categoria gramatical* das línguas, que não se confundia com a *categoria psicológica*.

Desse modo, é possível elaborar uma síntese do conceito de *flexão* concernente ao período:

A flexão é um princípio gramatical altamente aplicável à morfologia, mas não absoluto.

Um *princípio gramatical* é a implicação genérica sob a qual a *flexão* passa a ser entendida. As razões pelas quais esse princípio gramatical não pode ser absolutamente aplicável são distintas, como se viu: ou porque há *línguas sem organismo e sem gramática*, ou porque as *especificações da raiz não são orgânicas*, ou porque *certos itens linguísticos se afastam ou se distanciam totalmente de seu grupo etimológico*.

Resguardadas as devidas diferenças, desde Schleicher passa a existir uma concepção segundo a qual as formas linguísticas podem ser categorizadas quanto a *princípios gramaticais* ou quanto a *princípios semânticos*. Em Schleicher, essas concepções distintas são marcadas pelos conceitos de *Bedeutung* e *Beziehung*. Em Paul, são relacionadas às *categorias gramaticais* e às *categorias psicológicas* das línguas e designadas pelos conceitos de *flexão* e de *derivação*: ambos dizem respeito a formações de *palavras* a partir da *raiz*, mas a *flexão* se refere a *formas de uma mesma palavra*, e a *derivação*, a *palavras* diferentes, dentro de um contexto de *classe de palavras*. Schleicher propôs a *Morfologia*, distinta da *Formenlehre*, ligada à *Filologia*, portanto à tradição; Paul resgatou, nesse sentido, a tradição gramatical.

Capítulo 6

A Flexão no século XX

6.1. Contextualização

O Estruturalismo, na disciplina Linguística, compõe-se de um quadro bastante diverso, mas pode-se dizer que suas diversas correntes partem de uma noção abstrata de *sistema*, proposta no *Cours de Linguistique Générale* (1916). Um *sistema* pressupõe uma *estrutura*, por isso a análise e a descrição de línguas, porque privilegiam a etapa sincrônica então atual, apresenta métodos que se assentam na concepção de que uma língua deve ser observada quanto à organização de suas unidades.

No Estruturalismo, compreende-se que uma língua é formada por elementos inter-relacionados entre si, a partir de um conjunto de regras estabelecidas dentro do próprio *sistema*. A metáfora do *jogo de xadrez*, bastante explorada no *Cours*, apresenta a linguagem como um jogo, em que cada peça tem seu valor determinado por sua materialidade constituída no interior desse jogo. A substituição de peças, nesse contexto, não afeta o *sistema*, mas sim assume as características que lhe são determinadas pelas relações e pelas oposições entre as unidades.

Os postulados centrais do *Cours* são as ideias acerca:

1. do *sistema* como uma lei que determina a organização e a *estrutura* de uma língua;
2. da distinção entre *langue* e *parole*;
3. da dissociação entre *diacronia* e *sincronia*;
4. do *valor relacional* das unidades linguísticas;
5. da natureza do *signo linguístico*.

Ao longo da primeira metade do séc. XX, surgem ao menos três vertentes de estudos linguísticos que desenvolveram diferentes aspectos das ideias saussurianas: a Escola de Genebra e a Escola de Praga, que não se detiveram ao estudo meramente formal da linguagem, mas privilegiaram aspectos funcionais das unidades linguísticas; a Escola de Copenhague, que sustentou a concepção de que a *língua* é *forma*, e não *substância*, ou seja, é um sistema de valores em que cada elemento se define em relação a outros elementos.

O estruturalismo norte-americano, tendo Leonard Bloomfield como um de seus representantes, estabeleceu-se com certa independência em relação ao pensamento de Saussure, ainda que existam diversas convergências. A *linguística distribucional* de Bloomfield concentra-se na metodologia e na análise formal. Para estudar uma língua, em sua concepção, seria preciso: a) constituir um *corpus*, o mais variado possível, que apresentasse usos efetivos de falantes; b) elaborar uma classificação das unidades linguísticas; c) verificar as leis de combinação entre as classes; d) prescindir do significado dessas unidades que compõem o *corpus*.

Bloomfield tinha o objetivo de descrever plenamente um dado estado sincrônico de uma língua. Para isso, serviu-se fundamentalmente do método indutivo e do empirismo. Os dados linguísticos eram observados e descritos conforme a associação que mantinham entre si, de maneira linear: a *estrutura* de uma língua formava-se pela combinação de *constituintes imediatos* que, por sua vez, eram formados por suas unidades de ordem inferior; uma dessas unidades era o *morfema*. A proposta de Bloomfield, sob inspiração behaviorista, partia do princípio segundo o qual a linguagem seria socialmente condicionada, uma resposta aos estímulos presentes nas interações sociais. Contrapõe-se, desse modo, ao mentalismo chomskyano.

Joaquim Mattoso Câmara Jr. conhecia amplamente tanto a linguística produzida na Europa quanto aquela desenvolvida na América do Norte. Foi adepto da fonologia estruturalista da Escola de Praga, influenciado, de acordo com sua própria menção, por Nikolai Sergei Trubetzkoy, mas divulgou também as ideias do estruturalismo norte-americano, principalmente as de Edward Sapir. Os estudos morfológicos de Câmara Jr. são de base estruturalista, voltada à variante padrão do português, embora haja menções a “erros dos escolares”, cuja origem estaria na “deriva” da língua, e não em uma deficiência do aluno (1972). Essa “agenda” esteve fortemente presente na linguística brasileira, graças a sua influência, por isso é importante, para o presente estudo, avaliar sua obra. O modelo morfológico adotado por Câmara Jr. é denominado *item-arranjo* (IA). Esse modelo foi descrito da seguinte maneira por Hockett:

A essência do IA é falar simplesmente das coisas e dos arranjos em que essas coisas acontecem [...]. Supõe-se que qualquer enunciado em uma dada língua consiste inteiramente de um certo número de morfemas, em um certo arranjo relativo um ao outro. A estrutura do enunciado é especificada por meio da exposição dos morfemas e do arranjo. O padrão da língua é descrito se listarmos os morfemas e os arranjos nos quais eles ocorrem em relação aos enunciados – acrescentando informações para

considerar as formas fonêmicas que aparecem em qualquer combinação ocorrente¹³⁷. (1954, p. 212)

A Gramática Gerativa Padrão foi, em seu início, essencialmente descritiva. O primeiro modelo gerativista de análise linguística foi denominado *gramática transformacional*. Nesse modelo, a gramática seria um sistema finito de regras, as *estruturas profundas*, que transformariam certas sentenças em outras, chamadas de *estruturas superficiais*. O sistema finito de regras era constituído pelos componentes sintático, fonológico e semântico. De acordo com Basilio, não havia lugar para a morfologia derivacional, pois os itens lexicais, nesse sistema, eram gerados em “uma lista não ordenada de entradas lexicais, ou conjunto de traços fonológicos, sintáticos e semânticos” que os definiria (1980, p. 26).

Nesse quadro teórico-metodológico, conhecido por *Hipótese Transformacional*, a partir de uma dada sentença, são estudadas as nominalizações, isto é, a transformação de um item verbal em um *nome*. Em *Remarks on nominalization* (1970), Chomsky discutiu irregularidades semânticas e morfológicas em casos como *destruction/destroy*; *marriage/marry*; *trial/try*. Nos *nomes*, havia uma extensão de sentido que não permitia a plena substituição nas sentenças, o que fazia a regra ser quebrada. Por essa razão, Chomsky (1970) afirmou que, caso se desejasse separar morfologia e sintaxe, seria preciso construir uma teoria morfológica, na qual as nominalizações fossem tratadas como itens lexicais.

No módulo sintático, não se estuda apenas a sentença, mas também o sintagma. Os itens que compõem sintagmas e sentenças organizam-se, na perspectiva gerativista, em uma disposição ou ordem linear estabelecida segundo a *competência* do *falante* de uma dada língua. A *competência* do *falante* é uma disposição genética, proveniente da *Gramática Universal* (GU). Segundo Raposo (1992, 46-47), a *Gramática Universal* é “a soma dos princípios linguísticos geneticamente determinados, específicos à espécie humana e uniformes através da espécie”; contudo, esses princípios constituem-se como “o estado inicial da faculdade da linguagem (S_0), e a gramática do indivíduo adulto constitui o seu estado final, firme ou estável”. Ainda, a *competência* distingue-se do *desempenho*, pois este é o uso que o falante faz do conhecimento internalizado oriundo da gramática interiorizada, disposta na *competência*.

¹³⁷ The essence of LA is to talk simply of things and the arrangements in which those things occur [...]. One assumes that any utterance in a given language consists wholly of a certain number of morphemes, in a certain arrangement relative to each other. The structure of the utterance is specified by stating the morphemes and the arrangement. The pattern of the language is described if we list the morphemes and the arrangements in which they occur relative to each other in utterances - appending statements to cover the phonemic shapes which appear in any occurrent combination. (tradução nossa)

A concepção linguística de Chomsky assenta-se em princípios biológicos, ou geneticamente determinados, segundos os quais os indivíduos apresentam uma *faculdade* inata, chamada de *competência linguística*. Anteriormente entendida como um conjunto de regras, realizadas na estrutura profunda, a *competência linguística*, a partir da década de 1980, passa a significar a capacidade inconsciente, por parte de um falante nativo, de entender e falar uma língua, possível por um órgão biológico. Essa capacidade evolui e apresenta, como resultado, a gramática com todas as características presentes na linguagem de um adulto.

O estado final dessa gramática é chamado de *Gramática Universal* (GU). O objetivo da teoria gerativa é, pois, investigar a natureza e as propriedades dessa gramática em estado final, uma vez que nesse estado estariam os princípios de qualquer gramática, de qualquer língua. O *falante* adulto teria, portanto, pleno domínio da gramática de sua língua, o que o tornaria apto a julgar questões de *gramaticalidade* e a fazer uso desses princípios gramaticais em contexto discursivo, o que é chamado de *performance*.

A *Gramática Universal* é um axioma na teoria chomskyana. Dela provêm os princípios linguísticos que, presentes na genética humana, determinam a *estrutura subjacente* da linguagem. O axioma, entretanto, gera outro conceito, nascido e amplamente empregado pelos adeptos do gerativismo: a *gramaticalidade*. O termo apresenta uma acepção comum que, aplicada à sentença, diz respeito à formação segundo as regras da gramática de uma determinada língua. Na acepção comum, depara-se ao menos com outros dois outros termos que carecem de sentido, a saber, *regras* e *gramática*. No caso, o sentido de *gramática* é o de *Gramática Universal* que, por si, é indemonstrável. O sentido de *regra* pressupõe o estabelecimento dos princípios que governam a linguagem: esses princípios constituem-se o objeto de estudo da teoria gerativa.

Como se pode ver, a *gramaticalidade* assenta-se em princípios que são pressupostos, mas que ainda são investigados, portanto, não estão ainda absolutamente estabelecidos ou formalizados, mas apenas presumidos na *competência* do falante. Todavia, é recorrente nos estudos de base gerativa o uso do asterisco (*) como meio de marcar o que não foi formado com base em regras e princípios gramaticais, isto é, o que é *agramatical*.

Cizescki (2013) abordou o conceito de *gramaticalidade*, na obra de Chomsky, sem a intenção de procurar, nos diversos textos e entrevistas concedidas pelo autor, uma definição desse conceito. A autora, segundo sua própria menção, tinha o objetivo de suscitar uma discussão sobre a indefinição de um conceito bastante difundido na Linguística. Para tanto, explorou as noções de gramática, de sintaxe e de semântica disseminados pelo autor, relacionando-as à *gramaticalidade*.

Um dos primeiros pontos notados por Cizescki (2013, p. 100) é que a noção de *gramaticalidade* não se encontra na distinção absoluta do que seria *gramatical* e do que seria *agramatical*. De acordo com a autora, um dos problemas enfrentados por Chomsky foi o estabelecimento de graus de *gramaticalidade*, isto é, a análise do desvio em relação à regra apresentava níveis diferentes de *agramaticalidade* a depender do significado gerado pelas sentenças. Dito de outro modo, não estaria absolutamente claro o papel desempenhado pela semântica na instabilidade desses itens. A autora acrescenta que as noções de sintaxe e de semântica, nos escritos da década de 50, são bastante clássicas e simples: “semântica é o estudo do significado” e “sintaxe é o estudo das relações entre as palavras numa sentença” (2013, p. 100). Essas noções básicas e simples, contudo, transformam-se e oscilam nas obras posteriores, mas isso não significa que tenha havido, segundo Cizescki, as mesmas transformações e oscilações na noção de *gramaticalidade*, mas que as discussões promovidas pelo autor sempre pressupunham que “a gramática é um mecanismo de produção de frases de uma língua qualquer”, cuja construção era regida pela sintaxe, que teria o objetivo de “construir esse mecanismo de forma abstrata”; apenas mais tarde Chomsky teria relacionado o conceito à *Gramática Universal* e à *competência do falante* (2013, p. 108).

Dessa forma, ainda que não se tenha a intenção nem de esclarecer nem de discutir o que Chomsky concebe por meio de *gramaticalidade*, parte-se do fato de que se trata de um termo presente nos modelos morfológicos que serão abordados. A investigação do sentido desse termo requer um estudo monógrafo, uma vez que se trata de um dos princípios fundamentais da *Gramática Universal*. Contudo, vale destacar uma observação de Crystal a respeito do conceito empregado pela Linguística:

Deve-se enfatizar que não está implícito um julgamento de valor social no uso de ‘gramatical’, e isso contrasta com alguns usos populares do termo, como quando as sentenças são consideradas não-gramaticais porque não estão em conformidade com os cânones da norma padrão da língua [inglesa] (como o uso de negativos duplos, como em “I haven’t done nothing”). Não há implicação prescritiva no uso acima em linguística¹³⁸. (2008, p. 219)

Uma vez que o léxico foi assumido como um dos componentes da gramática, novas propostas surgiram na tentativa de explicar como, a partir de uma unidade lexical simples, surgiriam unidades lexicais mais complexas. Em comum, esses modelos previram meios de análise da estrutura interna das unidades com o objetivo de apreender as *Regras de Formação de Palavras* (RPFs).

¹³⁸ It should be emphasized that no social value judgement is implied by the use of ‘grammatical’, and this therefore contrasts with some popular uses of the term, as when sentences are said to be ungrammatical because they do not conform to the canons of the standard language (as in the use of double negatives, such as ‘I haven’t done nothing’). There is no prescriptive implication in the above use in linguistics. (tradução nossa)

Esbarraram, do mesmo modo, em algumas dificuldades, tais como: a falta de associação plena entre a forma morfológica e o componente semântico; e a opacidade semântica de certos componentes morfológicos.

Com o objetivo de descrever os princípios da GU, os gerativistas desenvolveram a chamada Teoria de Princípios e Parâmetros. Os *princípios* são as características gramaticais compartilhadas por toda e qualquer língua; os *parâmetros* são as possíveis variações entre as línguas. Nessa reformulação, embora cada módulo da gramática seja separadamente concebido e estudado, isto é, a sintaxe, o léxico, a morfologia, a fonologia e a semântica, a sintaxe é o eixo de intersecção de todos os módulos, e, como parte do léxico, a morfologia é aquela que diz respeito à estrutura interna das palavras, cujas alterações podem ser fonologicamente determinadas. A aplicabilidade dos princípios da GU requer um alto nível de abstração em suas formulações, o que naturalmente inviabiliza o reconhecimento de idiossincrasias e irregularidades. Nesse escopo teórico, especificações semânticas e questões culturais, em grande medida já situadas no léxico por formulações anteriores, não encontram acolhida. Contudo, chegar a essa abordagem passou por um certo percurso.

Na *Hipótese Lexicalista Forte*, em que itens regulares e irregulares não recebem tratamento distinto, os itens flexionais forneceriam bases e afixos flexionais para integrar as *regras de redundância*, além de fornecerem as *entradas* para composição do *dicionário*, conforme o modelo de Halle (1973). Ainda, se os itens flexionais ofereciam maior regularidade em seus processos, haveria menor informação a ser manipulada, o que corroboraria a almejada economia descritiva. Contudo, os itens derivacionais apresentariam maiores obstáculos; por essa razão Jackendoff (1975) havia proposto que os afixos derivacionais ficassem de fora das *entradas*. A derivação era o lugar das irregularidades e das idiossincrasias: o léxico existente, apesar de oferecer as bases e os afixos, trazia restrições para o estabelecimento de RPFs.

Na *Hipótese Lexicalista Fraca*, Aronoff (1976) havia proposto a exclusão absoluta da sintaxe, com vias a garantir o lugar da morfologia nos estudos gerativistas. Ele próprio havia dito que a distinção entre *flexão* e *derivação*, aplicadas aos itens lexicais, era difícil, mas elencou nominalmente o que considerava processos flexionais: “aqueles para tempo, aspecto, pessoa, número, gênero, caso, etc” (1976, p. 2). Nesse sentido, se seu modelo morfológico previa a independência da morfologia em relação à fonologia e à sintaxe, deduz-se que a *flexão* seria o ponto de intersecção entre o léxico e a sintaxe, o chamado NODE.

Em se tratando da *derivação*, na proposta de Aronoff, as idiossincrasias apresentadas foram relegadas ao léxico, uma vez que sua proposta previa a depreensão de regras por meio apenas de palavras novas. Sua morfologia centrada em palavras estaria fadada, então, a lidar com a *produtividade* parcial gerada pelo léxico: excluir-se-iam as flexões, de alçada da sintaxe, e as palavras existentes cujas “irregularidades grosseiras” não permitiriam, segundo sua concepção, um adequado tratamento abstracionista.

Por essa razão, Basilio (2002) questionou o conceito de *palavra*. Um tratamento morfológico de *uma palavra nova* ou de *uma forma da mesma palavra* esbarrava no entendimento de *palavra*; era, de fato, um raciocínio cíclico. Outro ponto importante levantado por Basilio diz respeito ao conceito de *produtividade*: se a *produtividade* fosse medida pela *competência* do falante – sua faculdade inata de entender e produzir sentenças de sua língua – o modelo de Aronoff era insuficiente, pois depreenderia RPFs apenas a partir de novas palavras; se a produtividade fosse estimada pelo número de produtos derivados, o léxico deveria ser encarado em sua totalidade. Por isso, a autora propôs as RAEs, que esbarraram nas mesmas dificuldade encontradas pelo modelos morfológicos anteriores: irregularidades formais e semânticas. Basilio, no entanto, demonstra lucidez quanto à necessidade de elaborar modelos de análise mais adequados às exigência do tratamento científico ao reconhecer que o léxico é “um depósito de produtos, heranças e empréstimos” (2002, p. 371).

Por outro lado, os *princípios* aplicáveis a toda e qualquer língua pertencem à *competência*, mas é a *performance* que se presta à análise. A *performance* é o depósito de produtos, heranças e empréstimos, lugar das idiossincrasias, e o lugar de expressão dos *parâmetros*, que trata da diversidade sintática, exclusivos de uma dada língua particular; as idiossincrasias devem ser ignoradas para se alcançar a GU.

6.2. Análises e definições

6.2.1. Saussure

A noção saussuriana de *sistema* ensejou certa interpretação, a partir do *Cours de Linguistique Générale* (CLG, 1916), de que os estudos sincrônicos deveriam suplantar os estudos diacrônicos. Em outras palavras, não é consenso a interpretação de que a sincronia, ainda que possa ser deliberadamente privilegiada, não se oponha à existência de estudos diacrônicos, porque o termo

sincronia foi entendido como estado de língua coetâneo ao pesquisador¹³⁹. Uma prova desse entendimento é o desenvolvimento da Linguística a partir da segunda metade do séc. XX, especialmente relacionado ao Estruturalismo e ao Gerativismo, até quase o final desse século.

As chamadas dicotomias saussurianas, assim denominadas, fazem crer, à primeira vista, que os termos nelas envolvidos sejam antônimos. A denominação “dicotomia” pode ser empregada e entendida como relação de mútua exclusão ou de antagonismo. Assim, a *sincronia* seria oposta à *diacronia*, logo a adoção de uma implicaria a exclusão da outra. Os outros termos também podem ser assim interpretados, mas isso seria um erro.

O termo *sincronia* foi interpretado como um estado de língua independente de sua trajetória histórica. A *diacronia* seria a própria evolução de uma língua ao longo da história. A opção pelo estudo sincrônico significaria, nessa interpretação, a exclusão da perspectiva diacrônica das línguas. Entretanto, o *Cours* está repleto de exemplos de língua advindos de etapas pretéritas os quais sustentam sua teoria linguística. Se Saussure tivesse asserido, implicitamente, que a Linguística Geral deveria renunciar a diacronia, estaria afirmando que a Ciência da Linguagem deveria abdicar de tudo o que ele próprio produziu.

No *CLG*, Saussure teria postulado que as mudanças linguísticas não afetariam o *sistema* da língua de um modo global, ou seja, não existiria uma transformação total de uma dada etapa a outra, mas sim pequenas e sucessivas alterações (p. 121). De Mauro (2005 [1967], p. xiv) afirma que apenas na sincronia seria possível provar a legitimidade do confronto entre unidades linguísticas pertencentes a sistemas diferentes, uma vez que:

O estudo idiosincrônico não exclui, nas intenções de Saussure, o estudo diacrônico, ou seja, o estudo do desenvolvimento de um sistema e de parte dele através do tempo, nem exclui a comparação entre sistemas e partes de sistemas geneticamente afins, em que a linguística oitocentista fez consistir inteiramente no trabalho de todo linguista. Saussure atribui primazia ao estudo idiosincrônico, mas (diferentemente do que fazia a linguística oitocentista por meio da comparação) não lhe assegura o monopólio das investigações linguísticas¹⁴⁰.

¹³⁹ No Brasil, a obra de Castelar de Carvalho “Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica”, lançada em 1976, está em sua 20ª edição. Nessa obra, o autor afirma que “rompendo definitivamente com a tradição dos neogramáticos, Ferdinand de Saussure confere prioridade à pesquisa descritiva (sincrônica) em detrimento da pesquisa histórica (diacrônica)”, embora, no mesmo capítulo, considere que sincronia e diacronia sejam abordagens metodológicas, uma vez que a língua “será sempre sincronia E diacronia” (2013 [1976], p. 87-88).

¹⁴⁰ *Lo studio idiosincronico non esclude, nelle intenzioni di Saussure, lo studio diacronico, cioe lo studio dello svolgersi d'un sistema e d'una sua parte attraverso il tempo, né esclude quella comparazione tra sistemi e parti di sistemi geneticamente affini in cui la linguistica ottocentesca faceva consistere tutt'intero il lavoro del linguista. Saussure assegna il primato allo studio idiosincronico, ma (a differenza di quel che faceva la linguistica ottocentesca per la comparazione) non gli assegna il monopolio delle indagini linguistiche.* (tradução nossa)

O conceito de *idiosincrônico*, empregado por De Mauro, foi uma proposta de Saussure. Segundo ele, “O estudo sincrônico não tem por objeto tudo o que é simultâneo, mas apenas o conjunto de fatos correspondente a cada língua” (*L'étude synchronique n'a pas pour objet tout ce qui est simultané, mais seulement l'ensemble des faits correspondant à chaque langue*), isto é, os fatos relevantes podem levar “até aos dialetos e aos subdialetos” (*jusqu'aux dialectes et aux sous-dialectes*) (CLG, 128). Por essa razão, o conceito de *idiosincrônico* é adequado, pois representa aquilo que, além de simultâneo ao estado de língua, é-lhe *próprio* (*idi[o]-*).

Parte-se, portanto, das seguintes definições:

DEF. 6.1: *Sincronia* é um estado de língua.

DEF. 6.2: *Diacronia* é uma sucessão de estados de língua.

As *definições implícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) propostas consideram os conceitos sob certa perspectiva. Uma certa mudança linguística, por exemplo, pode ser detectada em diacronia, ou seja, apenas em “uma sucessão de estados de língua”. Porém, essa mudança, uma vez incorporada ao sistema, faz parte de “um estado de língua”. Além da pertinência de empreender uma discussão a respeito do método, sincrônico ou diacrônico, fica claro que Saussure pretende que os fatos de língua sejam investigados em consonância com tudo o que lhe é próprio.

Nessa pretensão situa-se, obviamente, a noção de *sistema*, mas também o que ele define por *langue*. Como se sabe, a *langue*, na teoria saussuriana, distingue-se da *parole*. Assim, há fatos de *langue* e há fatos pertinentes aos indivíduos, porque é deles que emerge a *parole*, compartilhada em âmbito social. Dentre muitas metáforas, as que envolvem conceitos matemáticos são especificamente utilizadas por Saussure:

De quelle manière la parole est-elle présente dans cette même collectivité ? Elle est la somme de ce que les gens disent, et elle comprend : a) des combinaisons individuelles, dépendant de la volonté de ceux qui parlent, b) des actes de phonation également volontaires, nécessaires pour l'exécution de ces combinaisons.

[...]

Ici il n'y a rien de plus que la somme de cas particuliers selon la formule:

$(1 + 1' + 1'' + 1'''...)$ (CLG, 38)

De que maneira a fala está presente nessa mesma coletividade [a língua]? Ela é a soma do que as pessoas dizem e ela compreende: a) combinações individuais dependentes da vontade dos que falam, b) atos de fonação, igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações.

[...]

Nela não há nada além da soma de casos particulares segundo a fórmula:

$(1 + 1' + 1'' + 1'''...)$ (tradução nossa)

A infinitude dos fatos de fala compõe a coletividade, que é a língua, situada em seu espaço social. Por sua vez, a fala é um ato individual de vontade, que subjaz aos processos de fonação e de combinação dos elementos. Nesse sentido, pode-se deduzir que, para compreender esses processos, é preciso reconstruir os fatos que lhes são próprios, ou seja, restabelecer tudo o que é necessário para a análise dessa fonação e dessa combinação no espaço social em que foram produzidos. Pressupõe, portanto, um determinado estágio ou estado de investigação, um eixo sincrônico em relação aos fatos. Assim, se os estudos sincrônicos estudam o que é próprio ao objeto, a fonação e a combinação são analisadas em seu meio de produção, o tempo e o espaço social do elemento linguístico.

Dessas asserções, é possível considerar os conceitos sob certo ângulo:

DEF. 6.3: A *língua* é um sistema abstrato de natureza social de signos inter-relacionados.

DEF. 6.4: A *fala* é um ato individual de vontade.

As *definições implícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) procuram extrair desses conceitos o que neles existe de complementar, um em relação ao outro: a fala é um ato individual, mas a soma de todos os atos individuais forma um “sistema abstrato de natureza social”. Não se deseja restringir os conceitos ao que aqui será discutido; na verdade, pretende-se considerar os termos sob uma outra perspectiva.

Em uma das sentenças, Saussure representa sua concepção de *língua* por meio de uma metáfora matemática:

DEF. 6.5: A *língua* é uma álgebra que teria somente termos complexos.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma álgebra” procura apresentar a língua pela perspectiva de uma equação. A *definição condicional* restringe essa equação a um certo tipo “que teria somente números complexos”. Dessa maneira, a multiplicidade de formas e de significados é expressa por uma metáfora, uma equação algébrica: em qualquer etapa, a língua é, portanto, uma soma de fatos de fala, ou as combinações individuais sujeitas à vontade humana.

Álgebra é um sistema em que as operações matemáticas são testadas com o objetivo de averiguar se essas operações são válidas para todos os elementos de um determinado conjunto. Nessa operação, os números reais são substituídos por símbolos que representam as variáveis. Nas equações de grau 2, na história do problema, os resultados geravam raízes de números negativos, ou seja, um número inexistente, uma vez que nenhum número multiplicado por ele mesmo poderia ser um número negativo. Mas foi nas equações de grau 3 que surgiu, de fato, o problema, pois a

resolução da equação passava pela extração de raízes quadradas de números negativos. *Números imaginários*, de acordo com denominação de Descartes (1596-1650), ou, mais tarde, chamados de *complexos* por Carl Friedrich Gauss (1777-1855), foram postulados: numa dada equação, há raízes reais e, ao menos, uma raiz complexa. A simbologia utilizada para representar o número complexo era $Z = a + bi$, em que a e b são números reais e i é o número complexo¹⁴¹.

Na concepção saussuriana, a língua é pura simbologia por meio da qual os itens são combinados como em uma equação composta apenas de termos complexos. Assim, a língua não é símbolo do real, mas apresenta formas que remetem ao imaginário ou, melhor dizendo, à representação mental. As formas não passam de variáveis de um mesmo sistema:

A cette séparation de la phonation et de la langue on opposera peut-être les transformations phonétiques, les altérations de sons qui se produisent dans la parole et qui exercent une influence si profonde sur les destinées de la langue elle-même (CLG, 36)

[...]

ils n'atteignent que la substance matérielle des mots (CLG, 37)

A essa separação da fonação e da língua opor-se-ão talvez as transformações fonéticas, as alterações de sons que se produzem na fala e que exercem uma influência tão profunda nos destinos da própria língua.

[...]

[as transformações fonéticas] atingem apenas a substância material das palavras. (tradução nossa)

A relação significante/significado, constituinte do signo linguístico, é o meio pelo qual se dá a significação. Sem essa relação, nada existe na forma material que remeta a um elemento extralinguístico, isto é, o signo é sempre arbitrário: “[os conceitos] transformam-se em entidades linguísticas pela associação com as imagens acústicas; na língua, um conceito é uma qualidade da substância fônica” (*ils ne deviennent entités linguistiques que par association avec des images acoustiques ; dans la langue, un concept est une qualité de la substance phonique*) (CLG, 144-145).

As equações também explicam como os conceitos são construídos em sua teoria. O chamado *jogo de oposições* contém um feixe de relações no qual os conceitos emergem essencialmente uns dos outros. Termos são signos, logo:

DEF. 6.6: O *signo* é uma representação resultante da combinação arbitrária entre significante e significado.

¹⁴¹ Embora as noções apresentadas sejam consideradas suficientes para o entendimento da metáfora e do raciocínio empreendido por Saussure, para a história do problema, cf. Pinto Júnior (2009) e Cerri, e Monteiro (2001).

Se a língua é vista como uma equação, o primeiro cálculo se dá entre significante e significado. Por isso, conforme os tipos de definição (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), propõe-se a *definição explícita* “é uma representação”, seguida de *definições condicionais* “resultante da combinação arbitrária”, “entre significante e significado”. Dessa relação, emerge a significação, que é uma operação mental:

DEF. 6.7: A *significação* é uma operação entre significante e significado na linguagem.

Pela *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma operação”, procura-se expor a operação mental a ser associada à imagem acústica ou a qualquer outro elemento de linguagem, seja gráfico, visual, gestual. A significação requer uma linguagem, ou forma de expressão, daí as sentenças redutoras “entre significante e significado” e “na linguagem”.

Ao se referir à língua pela metáfora da álgebra, Saussure disse que um fato de gramática (*fait de grammaire*) expressaria uma oposição de palavras, por exemplo, na formação do plural, em alemão, do tipo *Nacht* : *Nächte*:

Chacun des termes mis en présence dans le fait grammatical (le singulier sans umlaut et sans *e* final, opposé au pluriel avec umlaut et *-e*) est constitué lui-même par tout un jeu d'oppositions au sein du système; pris isolément, ni *Nacht* ni *Nächte*, ne sont rien: donc tout est opposition. Autrement dit, on peut exprimer le rapport *Nacht* : *Nächte* par une formule algébrique a/b , où *a* et *b* ne sont pas des termes simples, mais résultent chacun d'un ensemble de rapports. (CLG, 168)

Cada um dos termos¹⁴² confrontado no fato gramatical (o singular sem *Umlaut* e sem *e* final, oposto ao plural com *Umlaut* e *-e*) está constituído por todo um jogo de oposição no interior do sistema; tomado isoladamente, nem *Nacht* nem *Nächte* são nada: portanto, tudo é oposição. Dito de outro modo, pode-se expressar a relação *Nacht* : *Nächte* por uma fórmula algébrica em que a/b , ou *a* e *b* não são termos simples, mas resultam cada um de um conjunto de relações. (tradução nossa)

A fórmula algébrica é, nesse caso, a metáfora das relações sintagmáticas. Nessas relações, o *sistema* permite um *jogo de oposições* no qual a *significação* de cada palavra é tão arbitrária quanto o é seu significante e seu significado. Conforme De Mauro (2005 [1967], p. xvii), esse jogo é possível porque:

O arbitrário e o social da língua, combinados à complexidade da relação opositiva e sintagmática entre as unidades concretas, fazem que o surgimento e o desaparecimento de distinções através do tempo sejam absolutamente imprevisíveis. A mudança afeta cada distinção e reverbera-se no sistema de maneiras diversas. A passagem de um estado de língua a outro não responde a nenhuma racionalidade universal. Na descrição, a linguística encontra-se diante de fenômenos contingentes, circunscritos temporal- e espacialmente, causados pelo resultado imprevisível do encontro, no sistema, de eventos

¹⁴² O emprego de *termo*, na tradução, deve-se à manutenção do vocabulário original. Mais adiante, uma interpretação será proposta para esse uso.

heterogêneos, internos e externos em razão do equilíbrio do sistema linguístico em uma certa fase¹⁴³.

Para Saussure, as *entidades linguísticas* fariam parte de uma cadeia fônica, cuja característica fundamental seria a linearidade (CLG, 144-145). Seria necessário delimitá-las, pois só assim seria possível determiná-las, isto é, captar a oposição da qual fariam parte. No entanto, segundo ele, a linearidade atrelada a certas noções preestabelecidas, como *forma nominal* ou *forma verbal*, dificultariam a delimitação. Assim, era preciso aplicar certo método de delimitação das entidades.

O método proposto por Saussure considerava a fala, ou *parole*. Numa dada cadeia fônica, como *si-ž-la-prā*, haveria dois modos possíveis de delimitação das entidades: ou *si-ž-la-prā* ‘si je la prends’ [se eu a pego], ou *si-ž-l-aprā* ‘si je l’apprends’ [se eu aprendo] (CLG, p. 146). O sentido deveria ser apreendido no fato de fala. No entanto, esse método traria algumas dificuldades.

Os conceitos saussurianos aplicam-se a quaisquer unidades significativas, não apenas a palavras. O aspecto material dessas unidades é problematizado, uma vez que as alterações fonéticas - ocorridas em eixo sincrônico, na fala, e diacrônico, nas sucessivas etapas – podem dificultar sua delimitação.

DEF. 6.8: *Unidade concreta* é uma delimitação material da *entidade linguística*.

Afora a *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma delimitação material”, a definição condicional relaciona-se a outro conceito:

DEF. 6.9: *Entidade linguística* é um signo cujo valor linguístico é determinado.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é um signo” revela que há, nessa unidade, uma relação entre significante e significado. Contudo, a *definição condicional* “cujo valor linguístico é determinado” constitui a dependência com outro conceito, “valor linguístico”. Como dito anteriormente, os conceitos saussurianos mantêm entre si uma relação de dependência, ou seja, os *valores linguísticos* desses termos só se tornam *entidades linguísticas* porque estão dentro de um mesmo sistema conceitual.

¹⁴³ *Arbitrarietà e socialità della lingua, combinate alla complessità delle relazioni oppostive e sintagmatiche tra le unità concrete, fanno sì che il sorgere e lo scomparire di distinzioni attraverso il tempo siano assolutamente imprevedibili. Il mutamento colpisce la singola distinzione e si riverbera sul sistema nei modi più vari. I passaggi da uno stato di lingua ad un altro non rispondono a nessuna universale razionalità. Nei descriverli, la linguistica si trova dinanzi a fenomeni contingenti, temporalmente e spazialmente circoscritti, causati dall'imprevedibile risultato dell'incontro, nel sistema, di eventi eterogenei, interni ed esterni rispetto all'equilibrio del sistema linguistico in una certa fase.* (tradução nossa)

De um lado, existe o signo, do outro, a relação estabelecida com outros signos, da qual emerge outro conceito:

DEF. 6.10: *Valor linguístico* é uma combinação opositiva de um signo com outros signos presentes no sistema.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma combinação opositiva” evidencia que certas nuances semânticas são possíveis apenas pelo jogo de oposição proporcionado pelo sistema. As demais definições estabelecem as condições para que esse jogo dê resultado: o signo precisa ter certa característica, a de “ser o que os outros não são”, que fica evidente pela relação negativa com os outros signos.

Conforme Saussure, a dificuldade consistia em esclarecer aquilo que se entendia por *unidade concreta* (*unité concrète*) (CLG, p. 147). Por exemplo, um par como *cheval* e *chevaux* (cavalo e cavalos) poderia ser analisado sob um ponto de vista bastante corrente, segundo o qual cada elemento seriam “duas formas do mesmo nome” (*deux formes du même nom*); entretanto, se cada elemento fosse tomado em sua totalidade, existiria distinção no som e no sentido. O outro exemplo examinado por Saussure foi *mwa* (*mois* ‘mês’): em dada cadeia fônica, como *le mois de décembre*, a pronúncia era *mwa*, mas em outra, como *un mois après*, a pronúncia do mesmo elemento era *mwaʒ*, devido à conexão sonora com o elemento seguinte, iniciado por vogal. Assim, os dois critérios considerados para análise do elemento em sua totalidade, sentido e som, eram coerentes com o par *cheval/chevaux*, mas não o eram com *mois*, que assumia sons distintos a depender da cadeia fônica.

Saussure desejava problematizar a noção de *unidade concreta*. De acordo com ele, os exemplos acima evidenciariam que *palavra* e *unidade concreta* seriam conceitos distintos. Embora a morfologia tornasse possível distinguir as palavras (juntamente com as noções preestabelecidas, como forma nominal, forma verbal, etc), “a abstração que reunia formas da mesma palavra” (*l’abstraction qui réunit les diverses formes du même mot*) e a noção de *unidades concretas* seriam incompatíveis. Essa incompatibilidade era agravada pela existência de unidades complexas (*unités complexes*): “distinguem-se facilmente as subunidades (sufixos, prefixos, radicais); os derivados como *désireux* [desejoso], *malheureux* [infeliz] dividem-se em partes distintas e cada parte tem um sentido e uma relação evidentes” (*l’on distingue aisément des sousunités (suffixes, préfixes, radicaux); des dérivés comme désireux, malheureux se divisent en parties distinctes dont chacune a un sens et un rôle évidents*) (CLG, p. 148).

Ainda, a *unidade concreta* distingue-se de sua noção de *palavra*, que pode ser assim definida:

DEF. 6.11: A *palavra* é uma unidade linguística determinada pela classe de palavras.

Nesse sentido, observa-se que todos os conceitos acima não se referem à *palavra*, embora possam fazê-lo. A palavra é delimitada pela classe de palavras. Os conceitos de *unidade concreta* e de *entidade linguística* aplicam-se a qualquer unidade, incluindo unidades menores, as extensões acima citadas, desde que seja possível determinar seu *valor linguístico*.

A solução, apresentada no *Cours*, foi uma não-solução. Argumentou-se que as unidades concretas, na maior parte dos domínios da Ciência, eram de difícil definição. A língua, por sua característica “insólita e surpreendente” (*étrange et frappant*), apresentaria unidades não perceptíveis em um primeiro olhar, mas que não deixariam dúvida sobre sua existência (CLG, p. 149).

Em outro momento do *Cours*, Saussure teria buscado analisar o signo linguístico em seu aspecto conceitual, uma vez que o aspecto material não tinha trazido resultados satisfatórios. Propôs, para isso, uma pergunta, com vias a estabelecer outra distinção: *valor linguístico* e *significação* seriam sinônimos? A resposta foi negativa, pois haveria uma tênue distinção (CLG, p. 158). Para ele, o aspecto conceitual de uma *entidade linguística* era dividido em duas partes: uma delas, a *significação*, proveniente da relação entre significante e significado; a outra, o *valor linguístico*, oriundo da relação de outros signos cuja presença era simultânea à do signo em questão. Na relação de um dado signo com outros signos simultaneamente presentes, o valor linguístico era definido “não positivamente pelo seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (*non pas positivement par leur contenu, mais négativement par leurs rapports avec les autres termes du système. Leur plus exacte caractéristique est d'être ce que les autres ne sont pas*) (CLG, p. 162).

O *valor linguístico* do signo seria, então, “ser o que os outros não são” e isso só seria apreendido na cadeia sintagmática, onde outros signos estariam simultaneamente presentes. Segundo Saussure, nesse sentido, a *flexão* particularmente apresentaria exemplos notáveis:

La distinction des temps, qui nous est si familière, est étrangère à certaines langues; l'hébreu ne connaît pas même celle, pourtant fondamentale, entre le passé, le présent et le futur. Le protogermanique n'a pas de forme propre pour le futur; quand on dit qu'il le rend par le présent, on s'exprime improprement, car la valeur d'un présent n'est pas la même en germanique que dans les langues pourvues d'un futur à côté du présent. Les langues slaves distinguent régulièrement deux aspects du verbe: le perfectif représente l'action dans sa totalité, comme un point, en dehors de tout devenir; l'imperfectif la montre en train de se faire, et sur la ligne du temps. Ces catégories font difficulté pour un Français, parce que sa langue les ignore: si elles étaient prédéterminées, il n'en serait pas ainsi. (CLG, 161-162)

A distinção de tempo, que nos é tão familiar, é estranha em certas línguas; o hebraico não conhece a distinção, ainda que fundamental, entre o passado, o presente e o futuro. O protogermânico não tem forma própria para o futuro; quando se diz que o expressa pelo presente, expressa-se inapropriadamente, pois o valor de um presente não é o mesmo em germânico e nas línguas providas de um futuro ao lado do presente. As línguas eslavas distinguem regularmente dois aspectos do verbo: o perfectivo representa a ação em sua

totalidade, como um ponto, fora de todo futuro; o imperfectivo mostra a ação em curso e na linha do tempo. Essas categorias apresentam dificuldade para um francês, porque sua língua as ignora: se estivessem predeterminadas, não seria assim. (tradução nossa)

As observações ratificam o caráter idiossincrônico dos métodos de investigação linguística. Um estado de língua deve ser analisado em considerando tudo aquilo que lhe é próprio. Além disso, antecipam as conclusões a que chegou Saussure a respeito das distinções ora apresentadas. No *sistema*, tempo e espaço social de um determinado estado de língua, a análise do signo linguístico pressupõe uma *rede intelectual* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1), em que também participam de um jogo de oposição os conceitos: a) de *língua* e de *fala*; b) de *entidade linguística* e de *unidade concreta*; c) de *significação* e de *valor linguístico*; d) de *significante* e de *significado*; e) de *sintagma* e de *paradigma*. O signo linguístico, no interior do *sistema*, assimilaria as relações estabelecidas por meio do jogo de oposições que nele atua, relacionado a uma rede terminológica, que assim pode ser representada:

Figura 6.1: Representação do *Sistema* saussuriano

O método sincrônico permite analisar e descrever a língua, porque lhe restitui o que lhe é próprio, ou seja, os processos que atuam no *sistema*. Encontram-se, na cadeia fônica (*fala*), as variáveis, que atuam em um *jogo de oposições* marcado pelas diferenças. Devido às variáveis, existem dificuldades de *delimitar* as *unidades concretas* na cadeia fônica, que diz respeito ao *aspecto material* da língua. No entanto, o *aspecto conceitual*, pertinente à *entidade linguística*, subdivide-se em *significação*, resultado da relação entre *significante* e *significado*, e *valor linguístico*, apreendido no *sintagma*. O elemento pode, então, ser delimitado pelo seu aspecto conceitual, que lhe permite *ser o que os outros não são*.

Concomitantemente, a relação entre *significante* e *significado* ocorre por meio de operações *paradigmáticas*. Nesse paradigma, ocorre outro jogo de oposição, possível pelas mesmas variáveis que conduzem as diferenças e permitem a significação. Por fim, em *sincronia* e em *diacronia*, o que torna possível a existência plena dessa complexidade marcada pelas *relações opositivas* e sintagmáticas é o caráter *arbitrário* e *social* da língua.

Na visão de Saussure, não eram os termos que deveriam ser definidos, mas as coisas (CLG, p. 31). Assim, define-se *sistema* no *Cours*:

Un système linguistique est une série de différences de sons combinées avec une série de différences d'idées; mais cette mise en regard d'un certain nombre de signes acoustiques avec autant de découpures faites dans la masse de la pensée engendre un système de valeurs; et c'est ce système qui constitue le lien effectif entre les éléments phoniques et psychiques à l'intérieur de chaque signe. Bien que le signifié et le signifiant soient, chacun pris à part, purement différentiels et négatifs, leur combinaison est un fait positif; c'est même la seule espèce de faits que comporte la langue, puisque le propre de l'institution linguistique est justement de maintenir le parallélisme entre ces deux ordres de différences. (CLG, p. 166-167)

Um sistema linguístico é uma série de diferenças de sons combinados com uma série de diferenças de ideias; mas a comparação de um certo número de signos acústicos com outros tantos recortes feitos na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é esse sistema que constitui o vínculo efetivo entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. Embora o significante e o significado sejam tomados cada um à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição linguística é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens diferentes. (tradução nossa)

A expressão linguística definida como um sistema de valores revela, por si, a concepção algébrica da língua, em que as variáveis (diferenças de som) adquirem valor justamente na combinação ocorrida no fato gramatical. Não é à toa que *termo* ocorre tantas vezes no *Cours*: na matemática, *termo* significa um número ou, no caso da álgebra, uma incógnita que não se envolveu em nenhuma operação. Para Saussure, o *termo* só adquire valor linguístico quando envolvido no jogo de oposição sistêmico.

O jogo de oposições saussuriano aplica-se à língua e à teoria. O método de análise da língua envolve as relações e as diferenças entre os signos linguísticos. Do mesmo modo, os conceitos também emergem das relações opositivas a que os signos linguísticos são submetidos, formando uma *rede intelectual* prevista no sistema. Assim, no sistema, o jogo de oposições permite descrever e analisar as línguas por meio de conceitos que constituem a chamada *Linguística Geral*.

Na seção anterior, os termos que orbitam o sistema saussuriano foram abordados quanto à definição com exceção do *sintagma* e *paradigma*, ainda que esses conceitos tenham sido mencionados. Na verdade, paradigma e sintagma são, no *Cours*, chamados de *relação associativa* (*rapport associatif*) e *relação sintagmática* (*rapport syntagmatique*).

Nas relações sintagmáticas, “as palavras estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua” (*les mots contractent entre eux, en vertu de leur enchaînement, des rapports fondés sur le caractère linéaire de la langue*) (CLG, 170). Esse encadeamento foi chamado por Saussure de *sintagma*, que se comporia de duas ou mais unidades sequenciais: *re-lire* (re-ler), *contre tous* (contra todos), *la vie humaine* (a vida humana), *Dieu est bon* (Deus é bom), *s'il fait beau temps* (se fizer tempo bom), *nous sortirons* (nós sairemos) (CLG, p. 170).

Antes de trazer a definição de relação sintagmática, vale considerar os exemplos acima. O encadeamento desses exemplos evidencia que não há qualquer observação a respeito das tradicionais divisões da gramática no que tange à morfologia e à sintaxe. Sobre a questão, é especialmente esclarecedor o capítulo intitulado *La grammaire et ses subdivisions* (CLG, pp. 185-188).

Nesse capítulo, define-se *gramática* como a “descrição de um estado de língua” (*description d'un état de langue*) que se ocupa “de um objeto complexo e sistemático, colocando em jogo valores coexistentes” (*d'un objet complexe et systématique, mettant en jeu des valeurs coexistantes*) (CLG, p. 185). Para Saussure, é ilusória a divisão segundo a qual a morfologia trataria das diversas categorias de palavras, das diferentes formas de *flexão* e a sintaxe das funções próprias das unidades linguísticas:

la série des formes du substantif *phúlax* ne devient paradigme de flexion que par la comparaison des fonctions attachées aux différentes formes; réciproquement, ces fonctions ne sont justiciables de la morphologie que si à chacune d'elles correspond un signe phonique déterminé. Une déclinaison n'est ni une liste de formes ni une série d'abstractions logiques, mais une combinaison de ces deux choses [...]: formes et fonctions sont solidaires, et il est difficile, pour ne pas dire impossible, de les séparer. (CLG, p. 186)

a série de formas do substantivo *phúlax* [φύλαξ] torna-se um paradigma de flexão por meio da comparação das funções agregadas às diferentes formas; reciprocamente, essas funções só se justificam na morfologia se cada uma delas corresponde a um signo fônico determinado. Uma declinação não é nem uma lista de formas nem uma série de abstrações lógicas, mas uma combinação dessas duas coisas [...]: formas e funções são solidárias, e é difícil, para não dizer impossível, separá-las. (tradução nossa)

O significado de *sintagma* empregado no *Cours* não é o da gramática tradicional. Seu sentido parece muito mais ligado à etimologia, pois σύνταγμα, no grego, significa ‘arranjo, disposição ou combinação’ (BAILLY, 1935[1895]). Trata-se de outra perspectiva de abordagem do mesmo fenômeno a que Saussure chama, em outra perspectiva, de cadeia fônica. Relaciona-se, logo, a dois conceitos antes mencionados: o signo visto como *unidade concreta*, cuja perspectiva de abordagem percebe o fenômeno como cadeia fônica; o signo visto como *entidade linguística*, em que a perspectiva analisa a mesma sequência como *sintagma*. Por tudo isso, Saussure disse que “A relação sintagmática é *in praesentia* [em presença]: repousa em dois ou inúmeros termos igualmente presentes em uma

série efetiva” (*Le rapport syntagmatique est in praesentia: il repose sur deux ou plusieurs termes également présents dans une série effective*) (CLG, p.171).

De outro lado, a relação associativa foi primeiramente exemplificada para, depois, ser definida. Tratava-se do jogo de oposições em que as palavras que dele participavam teriam algo em comum, fosse o radical, fosse o sufixo, fosse o sentido ou esses elementos combinados. Desse modo, existiria uma relação entre *enseignement, enseigner, renseigner* (ensino, ensinar, informar), ou entre *armement, changement* (armamento, mudança), ou entre *éducation, apprentissage* (educação, aprendizagem). A coordenação desses signos estaria na mente humana, por essa razão Saussure disse que “a relação associativa une termos *in absentia* [em ausência] em uma série mnemônica virtual” (*le rapport associatif unit des termes in absentia dans une série mnémonique virtuelle*) (CLG, p. 171).

Haveria, assim, a respeito de cada signo linguístico duas relações a serem consideradas: um mesmo signo contrairia associações com outros signos na cadeia paradigmática e sintagmática. Um dos exemplos mencionados diz respeito à palavra latina *quadruplex*, que, segundo a concepção saussuriana, seria um sintagma porque se apoiaria em duas séries associativas, assim representadas:

Figura 6.2: Simultaneidade das relações associativa e sintagmática (reproduzido de CLG, p. 178)

Toda cadeia de sons que pudesse ser decomposta em unidades linguísticas gramaticais seria um sintagma. Radicais, prefixos e sufixos estariam reciprocamente condicionados e serviriam à manutenção e renovação do *sistema*.

Vê-se que os agrupamentos são, para Saussure, de natureza distinta. Em uma categoria, os traços característicos que permitem a associação são fornecidos pelo radical, enquanto, na outra, os traços advêm do sufixo. Ambos os agrupamentos seguem um princípio que se vincula ao conceito de signo linguístico: há sempre uma relação entre significante e significado, sem a qual a cadeia sonora é nula. Embora esse princípio prevaleça, é possível que a mente associe itens linguísticos apenas pela semelhança sonora que estes possuam entre si, por exemplo, em francês,

enseignement e *justement*¹⁴⁴. No entanto, para Saussure, esses casos são raros e não afetam a língua do ponto de vista sincrônico (CLG, p. 145). Haveria, portanto, o que ele chama de *constelação*: um dado signo é o centro para o qual convergem outros inumeráveis signos coordenados:

Figura 6.3: Constelação saussuriana (reproduzido de CLG, p. 175)

Por essa razão, dois outros conceitos são relevantes na análise aqui proposta. Um signo estabelece relações com outros signos presentes no sistema, ainda que não estejam presentes na fala:

DEF. 6.12: *Relação associativa* é uma relação *in absentia* entre os signos em uma série mnemônica virtual.

Se os signos não estão presentes na fala, a *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma relação *in absentia*” expressa a evocação de signos que se ligam a outro, seja pela raiz ou radical, pelo sufixo, pelo prefixo, por qualquer aspecto material semelhante, ou mesmo pelo significado, ainda que análogo. Forma-se uma cadeia de relações com cujos elementos um signo pode se associar. A *definição condicional* “em uma série mnemônica virtual” faz ver que esses signos estão presentes na memória do falante, que herda elementos linguísticos, mas também voluntariamente os produz. No uso da língua, ocorre outra relação:

DEF. 6.13: *Relação sintagmática* é uma relação *in praesentia* estabelecida entre os signos no encadeamento linear da língua.

Embora se tenha escolhido a *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma relação *in praesentia*”, nessa concepção encontra-se a verdadeira fórmula da língua, pois cada elemento linguístico combina-se com os demais signos presentes, como em uma equação. A *definição condicional* “encadeamento linear da língua” é a própria fórmula, na visão de Saussure.

¹⁴⁴ Ver, no *Cours*, o capítulo *Etymologie populaire* (Etimologia popular), no qual são tratados os desvios formais e semânticos que, apesar de não seguirem o princípio das associações da língua, são consagrados pelo uso.

A *constelação* vislumbrada por Saussure estabelece que um signo contrai relação com outros signos e deve se diferenciar semanticamente dos demais. Isso ocorre porque, na visão saussuriana, o mecanismo da língua implica que suas unidades possuam relação de dependência entre si, seja na cadeia sucessiva da fala, seja nas partes que compõem cada unidade. A essas relações de dependência, Saussure chama de *solidariedades sintagmáticas*, cuja noção, em outras palavras, não se refere apenas à relação existente no sintagma, mas remete a elementos constituintes das palavras:

La formation des mots suffit à le montrer. Une unité telle que *désireux* se décompose en deux sous-unités (*désir-eux*), mais ce ne sont pas deux parties indépendantes ajoutées simplement l'une à l'autre (*désir+eux*). C'est un produit, une combinaison de deux éléments solidaires, qui n'ont de valeur que par leur action réciproque dans une unité supérieure (*désir x eux*). Le suffixe, pris isolément, est inexistant; ce qui lui confère sa place dans la langue, c'est une série de termes usuels tels que *chaleur-eux*, *chanc-eux*, etc. À son tour, le radical n'est pas autonome; il n'existe que par combinaison avec un suffixe; dans *roul-is*, l'élément *roul-* n'est rien sans le suffixe qui le suit. Le tout vaut par ses parties, les parties valent aussi en vertu de leur place dans le tout, et voilà pourquoi le rapport syntagmatique de la partie au tout est aussi important que celui des parties entre elles. (CLG, p. 176-177)

A formação de palavras é suficiente para demonstrá-lo [ação das solidariedades sintagmáticas]. Uma unidade como *désireux* se decompõe em duas subunidades (*désir-eux*), mas não se trata de duas partes independentes simplesmente juntadas uma à outra (*désir+eux*). Trata-se de um produto, uma combinação de dois elementos solidários, que só têm valor pela sua ação recíproca numa unidade superior (*désir x eux*). O sufixo, considerado isoladamente, é inexistente; o que lhe confere seu lugar na língua é uma série de termos usuais tais como *chaleur-eux*, *chanc-eux*, etc. Por sua vez, o radical não é autônomo; ele só existe pela combinação com um sufixo; no francês *roul-is*, o elemento *roul-* não é nada sem o sufixo que o segue. O todo vale pelas suas partes, as partes valem também em virtude de seu lugar no todo, e eis por que a relação sintagmática da parte com o todo é tão importante quanto a das partes entre si. (tradução nossa)

Tem-se, assim, outra definição:

DEF. 6.14: *Solidariedade sintagmática* é uma dependência entre unidades e subunidades na cadeia sucessiva da fala.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) procura resgatar o modo como se obtém o valor linguístico “é uma dependência entre unidades e subunidades”. A *definição condicional* “na cadeia sucessiva da fala” evidencia o lugar em que ocorrem as relações sintagmáticas, único meio de apreensão do valor linguístico.

Uma questão fundamental relaciona-se à arbitrariedade do signo linguístico, ideia consagrada, embora haja elementos que, nas línguas, insinuem haver motivação na formação de palavras. Na verdade, o próprio Saussure atenuou o conceito ao fazer a distinção entre o *arbitrário absoluto* e o *arbitrário relativo*. O conceito de *arbitrariedade relativa* permite salientar, por meio das *relações associativas*, fatores de motivação: os signos *dez* e *nove* são absolutamente arbitrários, mas não o é *dezenove*, claramente composto do significado *dez* + *nove*. Além desse exemplo, muitos outros são

dados (CLG, p. 182-183), incluindo-se formações por sufixos, como de *vache* (vaca), absolutamente imotivado, *vacher* (vaqueiro), relativamente motivado. A transparência das subunidades, na análise sintagmática, é o que permite reconhecer a motivação, e isso vale para o radical e para os demais itens linguísticos que se lhe agregam.

Outro fenômeno diretamente relacionado às *relações associativas* e *sintagmáticas* é a *analogia*. Saussure não considerava que os fenômenos analógicos seriam mudanças linguísticas. Essa ideia, para Saussure, surgiria do entendimento dos “*primeiros linguistas*”, referindo-se aos gramáticos greco-latinos, que interpretavam como irregularidade o afastamento de uma dada ordem, ou seja, aquilo que se supunha uma forma ideal (CLG, p. 232). Saussure explicou que essa interpretação advinha da noção de que “Toda liberdade tomada com relação a esse respeito [a língua] era, pois, uma anomalia” (*Toute liberté prise à son égard était donc une anomalie*), porque “via-se no estado original da língua algo de superior e de perfeito, sem mesmo perguntar-se se semelhante estado fora precedido de outro” (*on voyait dans l'état originel de la langue quelque chose de supérieur et de parfait, sans même se demander si cet état n'avait pas été précédé d'un autre*) (CLG, p. 223). Para o linguista suíço, os neogramáticos restituíram o verdadeiro sentido da *analogia* que, juntamente com a noção de mudanças fonéticas, se constituía o grande vetor do processo por meio do qual as línguas passariam de um estado a outro.

Assim definiu a *analogia*: “A analogia supõe um modelo e sua imitação regular. Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada” (*L'analogie suppose un modèle et son imitation régulière. Une forme analogique est une forme faite à l'image d'une ou plusieurs autres d'après une règle déterminée*) (CLG, p. 221). As explicações dadas por Saussure, no *Cours*, incluem dados diacrônicos, como, por exemplo, o nominativo *honor*. Em princípio, haveria **honōs*/**honōsem*; em seguida, teria havido, por rotacismo, em que o [s] passa a [r] **honōs*/**honōrem*¹⁴⁵. A concorrência da dupla forma apresentada no radical é superada pela adoção da forma *honor*, influenciada pelo paradigma de palavras como *orātor*/*orātōrem*. Em outras palavras, a forma *honor* é criada por analogia de *orātor*, devido ao par do tipo *orātor*/*orātōrem* que constitui um paradigma para o falante e o ajuda a restabelecer a regularidade (CLG, p. 221).

Saussure descreve os fenômenos analógicos por meio de outro raciocínio matemático, o cálculo da quarta proporcional:

$$\begin{array}{l} \textit{orātōrem} : \textit{orātor} = \textit{honōrem} : x \\ x = \textit{honor} \end{array}$$

¹⁴⁵ Os asteriscos marcam as formas reconstruídas.

A fórmula, de acordo com sua concepção, “exerce-se em favor da regularidade e **tende a unificar os processos de formação e de flexão**” (*s'exerce en faveur de la régularité et tend à unifier les procédés de formation et de flexion*) (CLG, p. 222; grifos nossos). Esclarece, em seguida, que:

Tandis que le changement phonétique n'introduit rien de nouveau sans annuler ce qui a précédé (*honorem* remplace *honosem*), la forme analogique n'entraîne pas nécessairement la disparition de celle qu'elle vient doubler. Honor et *honos* ont coexisté pendant un temps et ont pu être employés l'un pour l'autre. Cependant, comme la langue répugne à maintenir deux signifiants pour une seule idée, le plus souvent la forme primitive, moins régulière, tombe en désuétude et disparaît. C'est ce résultat qui fait croire à une transformation: l'action analogique une fois achevée, l'ancien état (*honos*: *honosem*) et le nouveau (*honor*: *honorem*) sont en apparence dans la même opposition que celle qui résulte de l'évolution des sons. Cependant, au moment où naît honor rien n'est changé puisqu'il ne remplace rien; la disparition de *honos* n'est pas davantage un changement, puisque ce phénomène est indépendant du premier. Partout où l'on peut suivre la marche des événements linguistiques, on voit que l'innovation analogique et l'élimination de la forme ancienne sont deux choses distinctes et que nulle part on ne surprend une transformation. (CLG, p. 224)

Enquanto a mudança fonética nada introduz de novo sem anular o que a precedeu (*honorem* substitui *honosem*), a forma analógica não acarreta necessariamente o desaparecimento daquela a que vem duplicar. *Honor* e *honos* coexistiram durante certo tempo e podia-se usar um pelo outro. Entretanto, como a língua repugna manter dois significantes para uma só ideia, as mais das vezes a forma primitiva, menos regular, cai em desuso e desaparece. É esse resultado que faz crer em uma transformação: uma vez terminada a ação analógica, o estado antigo (*honos*: *honosem*) e o novo (*honor*: *honorem*) estão, em aparência, na mesma oposição que a que resulta da evolução dos sons. Todavia, no momento em que nasce *honor*, nada mudou, pois não se substitui nada; o desaparecimento de *honos* não é mais uma mudança, uma vez que se trata de um fenômeno independente do primeiro. Onde quer que se possa acompanhar a marcha dos acontecimentos linguísticos, vê-se que a inovação analógica e a eliminação da forma antiga são duas coisas distintas e que em parte alguma se surpreende uma transformação. (tradução nossa)

A noção saussuriana de *analogia* envolve não apenas a regularização de transformações fonéticas, mas seu princípio também estabelece modelos de formação de palavras. O princípio analógico encontrado em *honor* é do mesmo tipo daqueles encontrados em criações da língua:

De même en français, sur le modèle de *pension*: *pensionnaire*, *réaction*: *réactionnaire*, etc., quelqu'un peut créer *interventionnaire* ou *répressionnaire*, signifiant « qui est pour l'intervention », « a pour la répression ». Ce processus est évidemment le même que celui qui tout à l'heure engendrait *honor*: tous deux appellent la même formule:

réaction: *réactionnaire* = *répression*: x

x = *répressionnaire* (CLG, p. 225)

De igual modo, em francês, sobre o modelo de *pension*: *pensionnaire*, *réaction*: *réactionnaire* etc., qualquer um pode criar *interventionnaire* ou *répressionnaire*, com o significado de “em favor da intervenção”, “em favor da repressão”. Esse processo é evidentemente o mesmo que aquele que acabamos de ver engendrando *honor*: ambos reclamam a mesma fórmula:

réaction: *réactionnaire* = *répression*: x

x = *répressionnaire* (tradução nossa)

Interventionnaire e *répressionnaire* não são palavras em uso no sistema da língua francesa, mas existem como possibilidade virtual, graças a um princípio de ordem psicológica, que não basta para

fazer a distinção entre a *analogia* e os fenômenos fonéticos. Saussure entende que “a analogia é de ordem gramatical: ela supõe a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si” (*l'analogie est d'ordre grammatical: elle suppose la conscience et la compréhension d'un rapport unissant les formes entre elles*) (CLG, p. 226). Ainda, na concepção saussuriana, a *analogia*, como princípio das criações linguísticas, pertence à fala, isto é, à margem da língua (*langue*). Evidentemente, se a criação linguística pertence à fala é porque ocorre em determinada etapa sincrônica da língua. Como criação, pressupõe a observância de uma etapa anterior, de inexistência da forma.

É possível estabelecer a seguinte definição:

DEF. 6.15: A *analogia* é uma imitação regular de ordem gramatical de uma forma feita à imagem de outra segundo uma regra determinada que constitui um paradigma e unifica processos de flexão e de criação de palavras.

A *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta procura resgatar um conjunto de propriedades presente nas formações analógicas: “é uma imitação regular de uma forma”, “de ordem gramatical”, “feita à imagem de outra”, “segundo uma regra determinada”, “que constitui um paradigma”, “[que] unifica processos de flexão e de criação de palavras”.

É preciso ainda, nesse escopo conceitual, investigar os sentidos dos termos *flexão* e *derivação*, que já ocorreram em alguns excertos aqui destacados, mas também podem ser observados alhures no *Cours*. Nos excertos acima expostos, a *flexão* surgiu em contextos nos quais: a) houve referência à distinção dos tempos verbais (CLG, p. 161-162); b) houve menção aos paradigmas da declinação de palavras gregas (CLG, p. 186). A *derivação*, por sua vez, foi mencionada como meio de formação de nomes por sufixos (CLG, p. 148). É possível expandir a investigação das ocorrências em todo o *Cours*.

Em inúmeros outros contextos, o termo *flexão* foi empregado para se referir ora à conjugação (1, 2 e 3), ora à declinação (4 e 5), ora a ambos (6 e 7):

1 – “*le même umlaut intéresse la flexion verbale*” (o mesmo *Umlaut* interessa à flexão verbal)

(CLG, p. 121) ;

2 – “*les formes de flexion (il a été)*” (as formas de flexão (*il a été*)) (CLG, p. 148)

3 – “*la flexion verbale à un groupe restreint de formes, où les alternances radicales ont acquis une valeur significative de premier ordre*” (a flexão verbal apresenta um grupo restrito de formas, cujas alternâncias radicais adquiriram um valor significativo de primeira ordem) (CLG, p. 196)

4 - "*c'est ce qui arrive dans un type caractéristique de ce genre de groupements, les paradigme de flexion. En latin, dans dominus, domini, domino...*" (o que ocorre em um tipo característico desse gênero de agrupamento, os paradigmas da flexão. Em latim, *dominus, domini, domino...*) (CLG, p. 175)

5 - "*c'est par un procédé tout semblable que les désinence de flexion -us, -i, -o...*" (é por um procedimento muito semelhante que as desinências de flexão *-us, -i, -o...*) (CLG, p. 190)

6 - "*L'évolution phonétique rompt encore le rapport normal qui existait entre deux formes fléchies d'un même mot*" (A evolução fonética rompe ainda a relação normal que existia entre duas formas flexionadas de uma mesma palavra" (CLG, p. 212)

7 - "*la flexion nominale e verbale est très riche; le mot fléchi, portant en lui même ses déterminations, est autonome dans la phrase...*" (a flexão nominal e verbal é muito rica; a palavra flexionada, portadora nela mesma de suas determinações, é autônoma na frase..." (CLG, p. 314)

Os dois últimos excertos trazem considerações que destoam de toda a concepção linguística saussuriana. No excerto 6, cita-se a expressão “duas formas flexionadas da mesma palavra”, noção que deveria ter sido superada a partir dos conceitos de *identidade linguística* e de *valor linguístico*, extraídos do *sintagma*. Já o excerto 7 chama a atenção porque se fala da riqueza e da autonomia das palavras flexionadas, ajuizamento que lembra Schlegel admirado ao narrar a descoberta do sânscrito. O termo *flexão*, em nenhum lugar do *Cours*, apresenta sentido distinto daquele trazido pela tradição.

Ainda, como se viu na seção anterior, Saussure havia dito que, em casos como *cheval/chevaux* (cavalo/cavalos), falar de “formas da mesma palavra”, embora fosse corrente, ignorava o fato de que, cada elemento, se tomado em sua totalidade (*identidade linguística e valor linguístico*) teria claramente sons e sentidos distintos (CLG, 147). Além disso, mencionou também como, em certas línguas, as *flexões* dos tempos verbais eram responsáveis por significar noções de tempo inexistentes em outras culturas, isto é, outro tempo e outro espaço social.

Quanto à *derivação*, os excertos evidenciam que o termo é aplicado para se referir a um conjunto de palavras que possuem entre si relações etimológicas:

1 - "*gageure a été formé sur gager comme tournure sur tourner ; ils appartiennent au même type de dérivation*" (*gageure* foi formado a partir de *gager* assim como *tournure* de *tourner*, pertencem ao mesmo tipo de derivação) (CLG, p. 54)

2 – "*fouet dérivé de fāgus 'hêtre', glas = classicūm; cf. pigeon, du latin vulgaire pipiō, dérivé lui-même d'une onomatopée*" (*fouet* derivado de *fāgus* 'faia', *glas* [sino funeral, do latim vulgar **classum*] = *classicūm* ; cf. *pigeon* [pombo], do latim vulgar, *pipiō*, derivado ele mesmo de uma onomatopeia) (CLG, p. 102)

3 – "*Soit le mot chose : au point de vue diachronique, il s'oppose au latin causa dont il dérive*" (Tome-se a palavra *chose* 'coisa': do ponto de vista diacrônico, opõe-se ao latim *causa* de que é derivada) (CLG, p. 135)

4 – "*Une première conséquence du phénomène phonétique est de rompre le lien grammatical qui unit deux ou plusieurs termes. Ainsi il arrive qu'un mot n'est plus senti comme dérivé de l'autre*" (Uma primeira consequência do fenômeno fonético é romper o vínculo gramatical que une dois ou inúmeros termos. Assim, ocorre que uma palavra não é mais sentida como derivada de outra) (CLG, p. 211)

O sentido de derivação está em consonância com a rede terminológica saussuriana. É possível saber a origem de certas palavras que surgiram em uma dada etapa sincrônica, pois, em um conjunto de itens, cada um não se define por si, mas pela relação estabelecida com os demais. A relação etimológica seria, portanto, chamada de derivação. Fica também evidente que, na derivação, as alterações fonéticas podem tornar opaca a relação; em outras palavras, na relação gramatical entre duas palavras, a derivação ocorre em uma dada etapa, mas, em etapas posteriores, a alteração fonética de uma delas pode ocultar a relação etimológica. Por outro lado, na teoria desenvolvida por Saussure, os conceitos criados e definidos seriam suficientes para explicar as relações entre os signos linguísticos, nas quais fica evidente a perspectiva histórica.

O princípio criativo da língua, para Saussure, estava na *analogia*. De acordo com esse princípio, formação e *flexão* de palavras seriam processos unificados (CLG, p. 222); deduz-se daí que a *derivação* seria um processo de formação no qual estaria incluída a relação etimológica. Por isso, no *Cours*, lê-se que:

Toute création doit être précédée d'une comparaison inconsciente des matériaux déposés dans le trésor de la langue où les formes génératrices sont rangées selon leurs rapports syntagmatiques et associatifs. (CLG, p. 227)

Toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua em que as formas geradoras são ajustadas segundo suas relações sintagmáticas e associativas. (tradução nossa)

Diante dessa rede terminológica, o termo privilegiadamente investigado encontra lugar no *Cours*. *Flexão* relaciona-se diretamente a seu conceito de *palavra*, isto é, aquela pertencente a uma classe, um substantivo, um adjetivo ou qualquer outra categoria estabelecida na tradição gramatical clássica. Nesse sentido, associa-se à declinação e à conjugação:

DEF. 6.16: *Flexão* é um paradigma restrito de unidades linguísticas que servem à declinação e à conjugação em certas línguas para distinguir as classes de palavras.

Em vários momentos, Saussure refere-se à *flexão* por meio de propriedades que ressaltam o caráter paradigmático e regular de certas formações de palavras. A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é um paradigma restrito” procura evidenciar essas propriedades. As sentenças redutoras esclarecem que, quando Saussure fala de “mesma palavra”, essa noção só se aplica às línguas estruturadas em casos, cujas formas de flexão apresentam significados para além da morfologia. A derivação, outro termo que surge nessa rede terminológica, é a origem de todas as entidades linguísticas:

DEF. 6.17: *Derivação* é um processo de formação de entidades linguísticas que têm relação etimológica com o(s) signo(s) que lhe deu(deram) origem.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é um processo de formação de entidades linguísticas” ressalta que, na teoria saussuriana, a derivação não se resume a fazer originar um nome de um verbo ou a qualquer outro tipo de formação de palavras que envolva classes de palavras. As sentenças redutoras evidenciam a necessária relação etimológica para se falar de derivação, uma vez que muitas entidades linguísticas podem, em sua visão, se originar por *analogia*. Na concepção saussuriana, de fato, as entidades linguísticas teriam surgido por *analogia* proporcionada nas relações associativas.

6.2.2. Bloomfield

Na teoria da linguagem proposta por Leonard Bloomfield, em *A set of postulates for the science of language* (1926), o processo de combinação de unidades linguísticas envolveria leis próprias do sistema linguístico, as quais permitiriam certas construções e bloqueariam outras. Uma *estrutura*, e cada língua apresenta uma específica, seria subjacente ao processo combinatório e apresentar-se-ia a partir de três níveis concebidos em gradação hierárquica, sendo o fonológico, nível básico, o morfológico, nível intermediário, e o sintático, nível complexo. Cada um desses níveis seria construído por unidades do nível que lhe fosse anterior (fonemas constituiriam morfemas, que constituiriam palavras, que constituiriam a sintaxe). Tem-se, portanto, a primeira *definição contextual* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 6.18: *Língua* é uma combinação de unidades linguísticas cuja estrutura se forma por meio dos níveis fonológico, morfológico e sintático.

Bloomfield desenvolveu um método analítico chamado de *distribucional*, porque os elementos linguísticos eram descritos e analisados de acordo com o lugar que ocupavam na cadeia da fala. Para Bloomfield (1926, p. 153), *morfema* era “uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores” (*is a recurrent (meaningful) form which cannot in turn be analyzed into smaller recurrent (meaningful) forms*). Desde então, o morfema ganhou destaque na investigação morfológica, que passou a tratar as palavras como sequências de morfemas.

Na primeira versão do modelo morfológico bloomfieldiano, tem-se a seguinte definição:

DEF. 6.19: *Morfema* é uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores.

Dois tipos de definição foram empregados: a *definição explícita* e a *definição condicional* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2). Na *definição explícita* “é uma forma recorrente”, salienta-se a regularidade formal. Na *definição condicional*, a sentença “que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores” desempenha a função de reduzir o alcance de aplicabilidade do termo. Os dois tipos de definição são, de fato, nesse caso, complementares e requeridos pelo próprio sistema de regras elaborado. Vale observar que o significado, apresentado por dois termos inseridos entre parênteses, parece secundário.

Nesse modelo proposto, Bloomfield disse que toda forma seria composta inteiramente de fonemas e que os morfemas poderiam ser analisados em um pequeno número de fonemas sem significado. Quanto à alternância, afirmou que “Em uma construção, um fonema pode alternar-se com outro de acordo com os fonemas que o acompanham” (*In a construction a phoneme may alternate with another phoneme according to accompanying phonemes*) (p. 160). Na sua classificação para as alternâncias, encontram-se as seguintes distinções (1926, p. 160-161):

- alternância fonética (*phonetic alternation*): é a alternância de um fonema determinada por fonemas acompanhantes. Citou, como exemplo, sândi, ou processos de variação fonológica ocorridos no sânscrito, em que a alternância de um dado fonema decorre de certos fonemas que lhe são vizinhos.
- alternância formal (*formal alternation*): é a alternância provocada por formas acompanhantes. Mencionou a concordância em número nos nomes, *book-s*, *boy-s*, *ox-en*, *j-ee-t*, e a concordância número-pessoal nos verbos, *He skates*, *They skate*. Acrescentou que seriam alternâncias gramaticais, nas quais se incluiria a forma irregular de plural *-en*, em palavras

como *ox-en*. Disse ainda que as regulares são as que ocorreriam mais frequentemente, ficando as irregulares limitadas a um pequeno número de casos.

- alternância por elemento zero (*zero element*): é a ausência de som para representar a não ocorrência de algo. Disse que esse postulado seria necessário para descrever o sânscrito e o indo-europeu e, no caso do inglês, sua adoção seria econômica, pois haveria *book* (sing.) em oposição a *book-s* (pl.).
- alternância automática (*automatic alternation*): é a alternância determinada pelas formas anexas. Cita como exemplo as formas do plural [-s, -z, -ez], que são determinadas pelo fonema final da raiz.
- alternância supletiva (*suppletive alternation*): é a alternância de formas componentes tendo como base um paradigma irregular. Nesse tipo de formação, seria supletiva uma forma como *went* se *go* fosse tomada como radical do verbo.

Duas definições devem, primeiramente, ser consideradas:

DEF. 6.20: A *alternância fonética* é a alternância de um fonema determinada por fonemas acompanhantes.

DEF. 6.21: A *alternância formal* é a alternância provocada por formas acompanhantes.

Em cotejamento, as duas definições permitem fazer uma distinção: embora Bloomfield detenha-se, segundo sua própria concepção, às expressões linguísticas, o conteúdo dos itens revela dois tipos de alternância. A *definição explícita* (**DEF. 6.20**) “alternância de um fonema” considera que não há qualquer alteração de conteúdo nos itens observados; a outra *definição explícita* (**DEF. 6.21**) “alternância provocada por formas acompanhantes” parece levar em conta uma alteração de conteúdo. As extensões relativas a cada definição confirmam essa interpretação.

O conteúdo é o fundamento para as três definições seguintes (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 6.22: A *alternância por elemento zero* é a ausência de som para representar a ausência de algo.

DEF. 6.23: A *alternância automática* é a alternância determinada pelas formas anexas.

DEF. 6.24: A *alternância supletiva* é a alternância de formas componentes tendo como base um paradigma irregular.

A *definição explícita* **6.22** baseia-se na comutação. Entre pares comutáveis, a ausência de som em um item marca a ausência de um significado observado no outro item. A *definição explícita* **6.23** tem a mesma extensão do conceito exposto em **6.21**, mas é observada na cadeia da fala, não na comutação. A *definição explícita* **6.24** só se explica por meio do significado, uma vez que são formas

completamente distintas. Assim, ainda que seu modelo parta das formas, não tem como prescindir do significado.

Em *Language* (1933), alguns pontos do modelo são alterados, ou seja, ocorre uma *conversão de perspectivas* (SWIGGERS, 2004). O *morfema* passa a ser visto tanto pela composição fonética quanto pelo significado: “Uma forma linguística que não tem semelhança fonético-semântica parcial com qualquer outra forma é uma forma simples ou um *morfema*” (*A linguistic form which bears no partial phonetic-semantic resemblance to any other form, is a simple form or morpheme* (1933, p. 161). De fato, sem o elemento semântico, é difícil provar a relação entre formas como *foot* e *feet*, ainda que haja semelhança fonética parcial. Tem-se outra definição:

DEF. 6.25: *Morfema* é uma forma linguística que não tem semelhança fonético-semântica com qualquer outra forma.

Tem-se aqui, novamente, uma *definição explícita* e uma *definição condicional* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2). Na *definição explícita*, Bloomfield adotou a noção de “forma linguística”. Essa mudança de perspectiva decorre de uma inviabilidade na aplicação do conceito anterior: sem o nível semântico, ainda que sejam previstas alterações fonéticas, outras formas trazem ambiguidade ao conceito. O nível semântico é previsto na *definição condicional*: “que não tem semelhança fonético-semântica com qualquer outra forma”.

Bloomfield desenvolveu a chamada linguística distribucional (1933) que, muito embora possua pontos divergentes dos postulados saussurianos, apresenta, em muitos outros, pontos convergentes, senão, comuns. O *sistema* é exclusivamente linguístico, por isso Saussure havia proposto que tudo o que fosse estranho ao “organismo da língua” deveria ser eliminado (*CLG*, p. 40). Essa noção germinará a concepção bloomfieldiana de que os elementos linguísticos seriam combinados segundo uma estrutura subjacente, sistêmica e sincrônica própria de cada língua. Ainda, cada unidade deveria ser entendida em se considerando sua função e a posição que ocupava na estrutura em relação aos elementos antepostos e pospostos, a chamada análise de *constituíntes imediatos* (*immediate constituent*) (1933, pp. 170-183)

Na abordagem anterior, [s], [z] e [ez] seriam três formas mínimas e nada poderia as agrupar; na nova abordagem, as três formas apresentariam semelhanças fonéticas e possuiriam o mesmo significado, portanto deveriam ser agrupadas. Permaneceu a noção de que os fonemas formavam os *morfemas*. Como os fonemas surgiram uns após os outros, em uma sequência linear, o mesmo ocorreria com os *morfemas*.

A alternância passou, então, a receber um tratamento gramatical. Nessa concepção, surgiram novos conceitos: *ordem*, que se referia ao arranjo linear dos constituintes de uma forma; *modulação*, que concernia à prosódia; *seleção*, que dizia respeito à classificação de constituintes; e *modulação fonética*, que se referia à mudança na forma de fonemas primários (1933, p. 163). Quando houvesse mais de uma configuração fonética para representar um morfema, uma das alternantes seria tomada como básica. Como exemplo, o sufixo *-ess*, que significa “fêmea”, na descrição de Bloomfield, acrescido em palavras como *countess* (condessa), quando combinado à forma *duke* (duque), modifica-a para *duch-*, formando *duchess* (duquesa). Não haveria, portanto, a mesma forma de raiz entre *duke* e *duchess*. Uma delas deveria ser a básica, mas Bloomfield não diz qual seria.

O *alternante-zero* também poderia ocorrer em formas acompanhantes foneticamente modificadas. Essa relação também estava prevista no modelo de 1926. Plurais como *geese*, *teeth*, *feet*, *mice*, *lice*, *men*, *women* evidenciam não ter sido acrescido nenhum morfema para indicar o plural, que é expresso por sílabas diferentes (1933, p. 216). Nesses plurais, o significado “mais de um objeto”, ou *semema* para Bloomfield, seria expresso por meio de uma característica gramatical, que era a mudança fonética. A substituição de sílabas nos verbos no tempo passado seria, para o autor, exemplo de operações gramaticais por meio de alteração fonética: dentre os exemplos, *got*, *drank*, *bled*, *saw*, etc.

Outra formulação do novo modelo dizia respeito ao que Bloomfield interpretava como perda de um fonema. Em uma relação paradigmática entre formas masculinas e femininas de adjetivos, por exemplo, verificava-se que o recurso empreendido para formação do masculino era a perda de um fonema. Esse recurso poderia ser descrito como “traço-subtrativo”, (*minus-feature*), “traço-zero” (*zero-features*) ou “substituição de traços” (*substitution-features*). Bloomfield introduziu o *traço-subtrativo* na análise de adjetivos em francês, em que a forma masculina, segundo sua interpretação, perderia um som: *plat* [pla]/ *platte* [plat]; *laid* [le]/ *laide* [led]; *gris* [gri]/ *grise* [gri:z], entre outros (1933, p. 216).

Entretanto, de acordo com o modelo teórico bloomfieldiano, o mesmo fenômeno poderia ser interpretado de outra forma. A morfologia bloomfieldiana foi concebida principalmente pela ideia de uma base na qual eram adicionados afixos, sendo, portanto, o paradigma mais regular de formação de palavras. Nessa concepção, os adjetivos franceses poderiam ser interpretados como casos de morfologia aditiva, na qual o adjetivo feminino seria formado por meio do acréscimo de uma consoante, considerando-se o aspecto fonético. Porém, não há apenas um som consonantal, ou seja, eles não podem ser agrupados a fim de se formar um paradigma mórfico. Esse paradigma só seria possível caso fosse considerada a forma escrita das palavras, o que significaria o abandono

de uma concepção fundamental da teoria do morfema e, ainda, a adoção de um critério extremamente polêmico de análise linguística.

Bloomfield interpretou, para o inglês, as formas verbais e os plurais dos nomes como palavras diferentes:

In our school tradition we sometimes speak of forms like *book*, *books*, or *do*, *does*, *did*, *done* as "different forms of the same word." Of course, this is inaccurate, since there are differences of form and meaning between the members of those sets: the forms just cited are different linguistic forms and, accordingly, different words (1933, p. 178).

Em nossa tradição acadêmica, às vezes falamos de formas como *book*, *books*, ou *do*, *does*, *did*, *done*, como "formas diferentes da mesma palavra". É claro que isso é impreciso, uma vez que existem diferenças de forma e significado entre os membros desses conjuntos: as formas citadas são formas linguísticas diferentes e, conseqüentemente, palavras diferentes. (tradução nossa)

Tem-se, aqui, uma *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), obtida por meio dos exemplos citados:

DEF. 6.26: A *flexão* aplica-se a formas de plural e a formas verbais.

Bloomfield procura argumentar que, nesses casos, não se pode falar de “formas da mesma palavra”. No entanto, afirmou também que a distinção entre *flexão* e *derivação* nem sempre poderia ser feita (1933, p. 223-224). Bloomfield tinha por objetivo formular uma teoria cujos conceitos fossem aplicáveis à descrição de qualquer língua. Sua formulação partiu, especialmente, de uma morfologia composta por afixação, baseada em uma noção de item, e não de palavra. No entanto, aplicada a línguas diferentes, a análise trouxe como resultado processos morfológicos distintos de sua concepção inicial. Deparou-se com as alterações fonéticas, que constituíam paradigmas defectivos, inexplicáveis em perspectiva sincrônica, que o fizeram conceber as noções de morfema supletivo, morfema zero e morfema subtrativo.

Uma solução para o impasse foi a concepção de *morfê*, que é um segmento fônico cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de *morfes* a qual constitui um morfema. Assim, o morfema passou a ser, então, uma abstração, enquanto o *morfê* seria sua realização concreta. Estaria, então, resolvido o impasse. Dentre as variações a que um *morfema* estava sujeito, era preciso estabelecer a forma básica, e o critério utilizado era o estatístico – a forma mais frequente seria tomada como básica. No entanto, muitas vezes dois *morfes* tinham a mesma frequência, além de haver formas de única ocorrência, como *duke/duchess*.

Bloomfield propõe, então, o que se chama de *definição operativa* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 6.27: *Morfe* é um segmento fônico cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes a qual constitui um morfema.

O *morfema*, recebe, portanto, outra definição:

DEF. 6.28: *Morfema* é uma classe de morfes.

A definição **6.27** traz as propriedades que um *morfe* (ou *alomorfe*) deve apresentar: “um segmento fônico”, “que lhe permite abrigar em uma classe de morfes”. Essas propriedades vinculam o conceito à semelhança fonético-semântica, pois, sem isso, um segmento não pertenceria a uma certa classe.

O conceito de *morfema* em **6.28** é dado, nesse sentido, por meio de uma *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), em outras palavras, o conceito de *morfema* passa a ser uma classe, no caso, a de *morfes*. As *definições operativas*, por natureza, são dadas em operações experimentais a fim de investigar sua aplicabilidade. Nesse sentido, possuem validade determinada, pois os elementos pertencentes a uma determinada classe devem validar o conceito, que será dado por meio de uma *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2).

6.2.3. Câmara Jr.

No Brasil, o introdutor da linguística estruturalista e maior representante do modelo de análise morfológica denominado *item-arranjo* foi Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970). O estudo da flexão nominal, em sua obra, concentra-se especialmente em dois títulos, nos quais escreveu capítulos inteiros dedicados ao tema. As ideias do autor ainda têm um forte impacto sobre grande parte dos estudos de morfologia no Brasil.

Câmara Jr. adotou, para descrição do português, uma análise sincrônica calcada na apreensão de formas mínimas associadas à estrutura da língua. Sua principal contribuição para o debate foi propor a interação da fonologia com a morfologia. Em *Estrutura da língua portuguesa* (1970), definiu que “A gramática descritiva ou sincrônica é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, num dado momento (gr. *syn*- “reunião”, *chrónos* “tempo”), como meio de comunicação entre os seus falantes, e na análise da estrutura, ou configuração formal, que nesse momento a caracteriza” (2002 [1970], p. 11).

Tem-se uma primeira definição (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 6.29: *A gramática descritiva ou sincrônica* é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, num dado momento, como meio de comunicação entre os seus falantes, e na análise da estrutura, ou configuração formal, que nesse momento a caracteriza.

A definição dada pelo autor torna equivalentes “gramática descritiva” e “gramática sincrônica”. A *definição explícita* “estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona” apresenta uma perspectiva segundo a qual os elementos linguísticos têm uma função. As *definições condicionais* restringem como essa função é descrita: “num dado momento”, isto é, uma dada sincronia; “como meio de comunicação entre os seus falantes”, ou uma análise da fala; “na análise da estrutura ou configuração formal”, ou seja, pautada nas formas ocorrentes; “que nesse momento a caracteriza”, ou em dada sincronia.

Interessa notar que o autor faz menção a uma valorização das “gramáticas filosóficas” por parte de recente escola norte-americana instaurada por Noam Chomsky. Segundo Câmara Jr., essas gramáticas filosóficas teriam base na lógica aristotélica e, mais tarde, em Descartes, no séc. XVII. A gramática era, então, voltada “ao estudo filosófico que trata das leis do raciocínio” (2002 [1970] p. 12). Porém, segundo ele, Saussure teria sido quem definitivamente instaurara a autonomia da linguística, isto é, de maneira independente da lógica, já comentada, e da psicologia, que havia inspirado os trabalhos de Whitney e de Paul, dentre outros. Evidencia-se, nesses comentários, uma visão sobre a língua voltada à forma ou à expressão, além do entendimento de que a sincronia seria, por excelência, o estado de língua coetâneo ao pesquisador, uma vez que a comunicação entre os falantes era fator preponderante de análise.

Na segunda parte dessa obra, Câmara Jr. tratou da Morfologia. Dentre outros capítulos, escreveu *O Mecanismo da Flexão Portuguesa* (2002 [1970] pp. 81-86). Com o objetivo de definir o que é *flexão* e o que é *derivação*, disse o seguinte:

As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. [...]. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. [...]. Por isso, temos *fala* para *falar*, *consolação*, ao lado de *consolo*, para *consolar*, *juízo*, para *julgar*, e assim por diante [...]. Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase [...], que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito. Os morfemas flexionais estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação. Na língua portuguesa há ainda outro traço característico para eles. É a ‘concordância’, decorrente de sua repetição, ainda que por alomorfes, nos vocábulos encadeados. (2002 [1970], p. 81-82)

Percebe-se claramente que sua intenção era não apenas definir os termos *flexão* e *derivação*, mas também colocá-los em contraste. *Morfema gramatical* define-se por meio de exemplos, quando

o termo é associado à derivação, o que constitui uma *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2): formas como *falar/fala; consolar/consolo/consolação; julgar/julgamento*. Depreende-se dessa apresentação de itens que os *morfemas gramaticais* são variáveis constituintes de nomes derivados de verbos, as quais “não constituem um quadro regular, coerente e preciso”. São variáveis justamente porque, segundo a *definição intensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), apresenta as propriedades descritas na sentença. Propõem-se as seguintes definições:

DEF. 6.30: A *derivação* é um mecanismo não obrigatório por meio do qual morfemas gramaticais assistemáticos e voluntários formam o léxico.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “um mecanismo não obrigatório” procura significar sua visão estrutural da palavra. A *definição condicional* “por meio do qual morfemas gramaticais assistemáticos e voluntários formam o léxico” evidencia que, de acordo com sua visão, as palavras derivadas não apresentam uma “pauta sistemática e obrigatória” na formação do léxico. Deduz-se que a propriedade variável, presente nos itens que constituem as palavras derivadas, pertence à derivação. Na *derivação*, ele não vê obrigatoriedade, porque há casos, na língua, em que não há correspondentes de classes distintas, como nomes e verbos. Ainda, não há regularidade nos morfemas que servem à derivação, ou seja, em todos os pontos, a *derivação* foi definida por aquilo que ela **não é**, segundo sua visão.

A *flexão* é apresentada por meio de sentenças que trazem, do mesmo modo, uma *definição intensiva* do *morfema*:

DEF. 6.31: Os *morfemas flexionais* estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação.

A *definição operativa* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação” tem por objetivo descrever as propriedades observadas nos *morfemas flexionais*. Como existem paradigmas coesos e pouco variáveis, deduz-se que a *flexão* é uma exigência da estrutura da língua, que determina certas variações nas palavras. As variações são obtidas por extensão, como a marca de pessoa no verbo ou plural no nome. Infere-se desse contraste que a *derivação*, embora permita morfologicamente diferenciar, por exemplo, nomes e verbos, não é produzida pela estrutura; enquanto a *flexão*, ainda que designe a 1ª pessoa – *quem* – ou plural – *mais de um* – articula-se na própria estrutura da língua e seu aspecto semântico não é discutido, porque a forma, no verbo, advém da combinação com outros elementos onipresentes, no caso, o pronome pessoal. Por inferência, a *derivação* seria assistemática e voluntária; a *flexão*, sistemática e obrigatória.

Dessa forma, a *flexão* é definida pelos itens que a representam na estrutura da língua. Além das propriedades desses itens, a sentença “na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente”, permite expor o seguinte:

DEF. 6.32: A *flexão* é um mecanismo obrigatório por meio do qual morfemas sistemáticos se concatenam em paradigmas coesos e com pequena margem de variação.

A definição explícita (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “um mecanismo obrigatório” evidencia sua visão estrutural de palavra e ocorre em oposição à definição de *derivação* (DEF. 6.30). As definições condicionais resgatam as propriedades dos itens que, extensivos à flexão, são sistemáticos.

Entretanto, há outra definição a ser considerada. A concordância é apresentada como traço que estabelece a repetição de itens flexionais:

DEF. 6.33: Toda *concordância* é *flexão*.
Apenas a *flexão* é *concordância*.

O termo foi definido por meio de um traço que, obrigatoriamente, a *flexão* deve apresentar. Esse traço é, contudo, outro conceito, cuja definição é dada na sentença “sua repetição [de traço característico], ainda que por alomorfes, nos vocábulos encadeados”. Tem-se, portanto, a *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2), que implica total dependência entre os conceitos.

A definição dada em 6.32 “A flexão é um mecanismo por meio do qual morfemas sistemáticos e obrigatórios se concatenam em paradigmas coesos e com pequena margem de variação” é, de fato, uma definição da *concordância*, com a qual a *flexão* pode ser absolutamente permutada, uma vez que os morfemas flexionais surgem repetidamente, ainda que por alomorfes, nos vocábulos encadeados.

Câmara Jr. considerava que as gramáticas tradicionais exporiam o assunto de maneira incoerente, porque não teria havido compreensão semântica quanto à natureza da *flexão de gênero* nas línguas (2002 [1970], p.88). Suas observações, nesse sentido, são bastante pertinentes, mas uma olhadela nos atuais manuais de gramática ou mesmo em estudos linguísticos (cf. § 1.2) é suficiente para perceber que suas críticas não surtiram efeito na abordagem da *flexão de gênero* empreendida pela tradição e na disciplina Linguística. Ele propôs-se a examinar o que os manuais de gramática consensualmente designavam por *flexão*, a saber, o grau, o gênero e o número. Concluiu que o grau dos adjetivos, no português, não seria um processo flexional, porque não era um mecanismo obrigatório e coerente. Sua conclusão baseou-se em dois argumentos (2002 [1970], p. 82-83):

1. o morfema gramatical que é, no português, acrescido a certos adjetivos, tais como *tristíssimo*, para *triste*, *facílimo*, para *fácil*, *nigérrimo*, para *negro*, etc, indicaria “uma questão de estilo ou de preferência pessoal”; já no latim, *-issimus* pertenceria, ao lado de *-ior*, a um quadro flexional próprio dos adjetivos, cujo emprego marcaria superioridade em relação ao demais, como em *felicissima matrum* ‘a mais feliz das mães’, ou em *homo felicior lupo* ‘o homem é mais feliz do que o lobo’;
2. no português, não haveria uma sistematização coerente de acréscimo desses sufixos de grau, como ocorreria com a *flexão* de feminino, para os adjetivos terminados em -o, e com a *flexão* de plural.

Em sua argumentação, o autor comparou o uso do sufixo de grau no latim e no português, pretendendo demonstrar como, no latim, haveria um processo flexional, marcadamente exigido pela estrutura da língua, e, no português, o mesmo sufixo não seria obrigatório. Deduz-se, de sua arguição, que o sufixo de grau, no português, constituiria um processo derivacional, uma vez que seria motivado pelo aspecto semântico, envolvendo “estilo ou preferência”.

Ainda, nos argumentos apresentados, ora a análise acentua aspectos semânticos, ora morfológicos. O fato de os sufixos de grau não serem regularmente aplicados aos adjetivos, no português, a que se soma uma mudança de significado desses sufixos, na visão do autor, altera sua categoria, em comparação com o latim, mesmo que, nessa língua, o significado almejado – superioridade – pudesse ter igual peso na análise e na classificação. O aspecto semântico, no caso dos adjetivos no português, é critério fundamental, mesmo que o estilo ou preferência pessoal encontrem nesse sufixo sua expressão; no latim, importa a exigência da estrutura da língua e o significado é submetido a segundo plano. No português, prevalece o significado, porque não se extrai de sua estrutura nenhuma motivação.

Em *Problemas de Linguística Descritiva* (1969), os parâmetros que possibilitam a economia descritiva emergem da Fonologia. A terminologia, conforme menciona o próprio autor, foi tomada de Nikolai Sergei Trubetzkoy (1890-1938) (1973, [1969] p. 59). Trubetzkoy, em seu *Princípios de Fonologia* (1939), havia postulado dois conceitos: o de *oposição privativa*, que designava a oposição entre dois fonemas na qual poderia haver um fonema não marcado e outro marcado, como em *mesa*Ø/*mesas*, em que se tem a oposição Ø, -s; e o de *oposição equipolente* na qual os dois fonemas eram marcados, como *menino*/*menina*, em que se tem a oposição -o, -a.

Dentre as *flexões* previstas pela gramática tradicional, Câmara Jr. excluiu da *flexão* apenas o grau. Manteve o número e o gênero pelas mesmas razões. Havia, na análise tradicional, o entendimento de que a *flexão de gênero* seria uma *oposição equipolente*, posicionamento do qual Câmara

Jr. discordou, como se verá a seguir. Quanto à *flexão de número*, apresentou uma análise puramente formal: a oposição entre singular e plural seria *privativa*, pois ao lado de um singular não marcado (Ø), haveria um plural em -s.

Conforme Câmara Jr., a *flexão de gênero* seria um traço redundante nos substantivos. O autor chamou de traço o caráter morfológico dos nomes, pois afirmou que alguns substantivos sequer tinham esse traço. Em sua concepção, haveria substantivos de tema em -a, em -o, em -e ou atemáticos, pertencentes ao *gênero masculino* ou ao *gênero feminino*. O *gênero* dos substantivos poderia ser apreendido pelos adjetivos que o acompanhassem. Quanto à vogal temática, os casos, em latim, desapareceram, e a forma dos nomes teria assumido a vogal do acusativo das três primeiras declinações: -a, -o, -e. Para Câmara Jr., isso explicaria a morfologia da maioria das palavras no português, ou seja, em nada tinha relação com o *gênero* dos nomes. A vogal temática latente ocorreria também, em sincronia atual, nas palavras derivadas, entre o radical e o sufixo, como -e em *malefício*.

É preciso considerar o conceito de vogal temática:

DEF. 6.34: *Vogal temática* é parte da estrutura formal de uma raiz ou de um radical.

A *definição implícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é parte da estrutura formal de uma raiz ou de um radical” evidencia a ausência de significado observada pelo autor. As vogais temáticas, no português, seriam resquícios de casos latinos e apenas indicariam diferentes formas.

No caso de substantivos de *gênero* redundante, haveria *flexão* por meio do acréscimo da desinência -a posterior à supressão da vogal temática, quando houvesse. É importante entender sua concepção de *gênero redundante*: um certo substantivo seria de determinado *gênero*; quando acrescida a desinência de um dos *gêneros*, haveria redundância. De acordo com essa interpretação, concluiu que, assim, se obteria “um feminino -a, que é teoricamente (o) + a, com cumulação de radical e desinência” (2002 [1970], p. 91). Câmara Jr., com base nessa exposição, sugeriu que os manuais de gramática abordassem a *flexão de gênero* com base nas seguintes regras:

- 1) Nomes substantivos de gênero único; ex.: (a) rosa, (a) flor, (a) tribo, (a) juriti, (o) planeta, (o) amor, (o) livro, (o) colibri.
- 2) Nomes de 2 gêneros sem flexão; ex.: (o, a) artista, (o, a) intérprete, (o, a) mártir.
- 3) Nomes substantivos de 2 gêneros, com uma flexão redundante; ex.: (o) lobo, (a) loba; (o) mestre, (a) mestra; (o) autor, (a) autora. (2002 [1970], p. 92)

Esse mecanismo, de acordo com o autor, seria baseado em uma regra morfofonêmica, segundo a qual a vogal da raiz temática seria suprimida, a mesma exposta por Trubetzkoy. A regra valeria tanto para a *flexão* quanto para a *derivação*. Em obra anterior, encontra-se uma explicação no mesmo sentido: “os nomes de tema em -a podem ter mudança de gênero mas sem flexão de

feminino, uma vez que à supressão da vogal temática *-a* se seguiria novamente a adjunção de *-a* (cf.: *o artista, a artista*)” (1973 [1969], p. 63).

Nesse caso, parece que o autor considera, em *artista*, que a vogal temática, depois de suprimida, seria restituída pela vogal *-a* pertencente ao sufixo *-ista*. A explicação assim é dada:

Uma terminação em *-a* não é então uma desinência de feminino, senão uma indicação de que o nome é do tema em *-a*. Por isso, ao lado de formas como *rosa, criança, cobra*, que são femininas (pois exigem o artigo definido *a*, feminino, como determinante), encontramos outras como *emblema, cometa, nauta*, que exigem o artigo definido masculino *o* e são, pois masculinas (1973 [1969], p. 63)

A *flexão de gênero* marcaria a oposição entre forma masculina e forma feminina por meio da desinência *-a*. Diante disso, o masculino e o singular apresentariam morfema gramatical zero ($\emptyset$), como em *peru/perus/perua/peruas* (2002 [1970], p.84).

Tem-se, portanto, uma definição peculiar à teoria de Câmara Jr.:

DEF. 6.35: *Gênero redundante* é uma marca de gênero feminino em palavras femininas.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta “uma marca de gênero feminino” está em consonância com sua visão sobre a ausência de marcas de gênero em palavras masculinas, ou seja, a *definição condicional* “em palavras femininas” mostra que o fenômeno morfofonêmico ocorreria apenas com um dos *gêneros*.

No capítulo, *O nome e suas flexões* (2002 [1970], pp.87-96), concentrou-se na comparação entre substantivos e adjetivos e no tratamento dado pela gramática tradicional à *flexão*, novamente, atentando-se àquilo que esta julgava ser *flexão*. Na visão de Câmara Jr., não haveria “entre suas subdivisões [substantivo e adjetivo] distinções de forma” (2002 [1970], p.87). A funcionalidade de cada classe estaria na expressão, ou sentença, em que poderiam ser empregados como determinantes ou como determinados. Haveria, ainda, muitos nomes essencialmente adjetivos e outros, substantivos: respectivamente, *belo, grande; homem, leão*. Embora tenha afirmado não haver distinções de forma entre substantivos e adjetivos, justamente diferenças formais na *flexão* são apontadas como parâmetros de distinção.

Na divisão dos nomes por vogal temática, *-a, -o, -e*, a *flexão de gênero* não seria igual quando comparados substantivos e adjetivos (2002 [1970], p.87-88). Os adjetivos estariam distribuídos em dois temas: em *-o*, que apresentariam o feminino em *-a* (*corajoso/corajosa*); em *-e*, concreto ou teórico, que não apresentariam *flexão* de feminino (*grande, feliz*, mas pl. *felizes*). A diferença, segundo o autor, estaria no fato de que os essencialmente substantivos poderiam, com exceções, apresentar um feminino em *-a*, ainda que o masculino fosse de tema em *-e* (*mestre/mestra; autor/autora*), ou

atemáticos (*peru/perua*). Exemplos da diferença formal entre substantivos e adjetivos seriam nomes constituídos pelo sufixo *-ês*: quando empregados rigorosamente como adjetivos, não apresentariam *flexão* (*homem cortês*; *mulher cortês*); quando houvesse a possibilidade de trânsito entre as classes, apresentariam *flexão* (*português/portuguesa*).

Conforme o autor, o *gênero* abrangeria todos os substantivos no português, ainda que não houvesse, em muitos casos, expressão de sexo (*testemunha*, *cônjuge*; *cobra*, *tigre*) (2002 [1970], p. 88). A abrangência do *gênero* residiria na distribuição em classes mórficas, como ocorreria nas conjugações verbais, mesmo que, nos substantivos, por meio de uma oposição, servisse também para distinguir os seres por certas qualidades semânticas (*jarro/jarra*; *barco/barca*) ou pelo sexo (*urso/ursa*; *menino/menina*). Em sua visão, seria preciso considerar que:

... em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, [...] o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de “jarro”, *barca* um tipo especial de “barco”, como *ursa* é a fêmea do animal chamado *urso*, e *menina* uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de “menino”) (2002 [1970], p. 88-89)

Na passagem acima, é evidente que o autor, para além de uma distribuição mórfica, deseja demonstrar que, do ponto de vista semântico, o *gênero masculino* apresenta-se sob uma forma; a “especialização qualquer” se apresenta sob a forma do *gênero feminino*. É possível, assim, a seguinte definição:

DEF. 6.36: O *gênero feminino* é uma especificação semântica em pares lexicalmente opostos.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “é uma especificação semântica” e a *definição condicional* “em pares lexicalmente opostos” procuram mostrar que, na análise do autor, o *gênero masculino* não apresentaria qualquer significado, pois seria apenas uma distribuição mórfica. Entretanto, em oposição ao *gênero feminino*, nos pares lexicalmente opostos, tanto o masculino quanto o feminino adquiririam significado, sendo o feminino uma especialização do masculino.

Um outro ponto de discordância em relação à gramática tradicional consistiu em que, na concepção do autor, não teria havido distinção entre *flexão de gênero* e “certos processos lexicais ou sintáticos de indicar sexo” (2002 [1970], p. 89). Seu argumento vai de encontro ao fato de que, nesses manuais, era comum encontrar determinadas informações, tais como ‘*mulher é o feminino de homem*’. Nesse sentido, avaliou que o estudo da *flexão de gênero* não deveria se ocupar de “nomes que variam em gênero por heteronímia” (2002 [1970], p. 89). Quanto à diferença entre *flexão* e *derivação*, acrescenta:

Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo,

ou a ausência de sufixo, em forma nominal não-derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, imperador se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *-dor*, e *imperatriz*, analogamente, pelo sufixo derivacional *-triz*. Da mesma sorte *galinha* é um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie “galo”, como *perdigão* é um aumentativo limitado aos machos da “perdiz”. Dizer que *-triz*, *inha* ou *-ão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação. (2002 [1970], p. 89)

Crítica contundente também foi feita quanto aos substantivos *epícenos* e *sobrecomuns*, tratados pelos manuais como se fizessem parte do estudo da *flexão*. Argumentou que o acréscimo das palavras *macho* e *fêmea* para designar os animais não alterava o *gênero* dos substantivos (*a cobra macho; o tigre fêmea*). Observou também que a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* tinha criado a divisão *sobrecomuns* para se referir a substantivos de *gênero* único indicativos de pessoa (*testemunha*). Segundo sua avaliação, esse tratamento oficial trazia ainda mais “incoerência e confusão” ao tema (2002 [1970], p. 89).

Por fim, sugeriu que os manuais de gramática, como os exemplos acima demonstram, passassem a indicar o *gênero* do substantivo por meio da anteposição do artigo. Alegou que os substantivos “implicitamente” o exigem (2002 [1970], p. 91). Câmara Jr. parece, portanto, sugerir que o *gênero masculino* ou *feminino* é inerente ao substantivo, embora essa característica se manifeste na relação de concordância estabelecida com seus acompanhantes. Entretanto, se o *gênero* é inerente e só há *flexão* quando existe mudança de *gênero* em pares lexicalmente opostos, o item 2 da passagem acima é incoerente: em *o artista*, indica-se o *gênero masculino* e, em *a artista*, indica-se o *gênero feminino*, o que parece ser, por tudo o que foi anteriormente exposto, de acordo com sua visão, uma *flexão de gênero*, ainda que não haja marcas morfológicas no substantivo.

6.2.4. Halle

A teoria de Morris Halle (1973) procurava entender a formação de palavras que, embora inexistentes na realidade da língua, eram possíveis porque embasadas em regras previamente estabelecidas. Desse modo, seu modelo previa a existência de palavras potenciais ao lado de palavras existentes. Uma *regra de formação de palavras* (RPF) seria construída a partir de uma *lista de morfemas*, composta de palavras, de radicais e de afixos, que geraria um derivado regular.

Um derivado regular seria uma palavra potencial. Sua existência no léxico dependeria de um *filtro*, pelo qual passariam todas as palavras antes de compor o vocabulário de uma língua, chamado por Halle de *dicionário*. Além disso, caberia ao *filtro* marcar as idiossincrasias e, por meio do traço [- *Inserção Lexical*], eliminar as palavras potenciais, mas não reais. No *dicionário*, por sua vez, ficaria o reservatório de *regras de inserção lexical*. Propõem-se as seguintes definições:

DEF. 6.37: *Palavra potencial* é uma derivação regular possível.

DEF. 6.38: *Lista de morfemas* compõe-se de palavras, de radicais e de afixos.

DEF. 6.39: *Dicionário* é o vocabulário de uma língua.

DEF. 6.40: *Filtro* é um dispositivo de aplicação das *regras de inserção lexical*.

DEF. 6.41: As *regras de inserção lexical* são regularidades pertinentes ao *dicionário*.

DEF. 6.42: O *traço* [- *Inserção Lexical*] é o dispositivo que elimina as idiossincrasias.

Com exceção da definição **6.38**, que é *extensiva*, as demais definições são *explícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2). Em **6.37**, uma palavra formada pode atender a todas as condições de uma RPF, mas não existir no *dicionário*, que, como demonstra a definição **6.39**, compõe-se de palavras existentes. O processo de formação de palavras depende de um conjunto de dispositivos que, provindos do *dicionário*, atua na seleção de palavras: a *inserção lexical* depende da regularidade da formação, em **6.42**; se a formação não atender as exigências dadas em **6.40**, a palavra é eliminada.

Por meio de cada definição, procura-se mostrar como atuariam as propriedades de uma RPF, assim definida:

DEF. 6.43: Uma *regra de formação de palavras* é uma derivação regular composta a partir da *lista de morfemas* que gera uma *palavra potencial* constituinte do *dicionário* se, e somente se, essa palavra passar pelo *filtro*.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “uma derivação regular” depende de uma série de propriedades marcadas nas *definições condicionais*: “composta a partir da lista de morfemas”, “que gera uma palavra potencial”, “constituente do dicionário”, “se [a palavra] passar pelo filtro”.

No entanto, certas idiossincrasias passavam pelo *filtro*. Um dos exemplos dados por Halle foi o caso de nominais deverbais formados pelos sufixos *-ation* ou *-ion* correlacionados a formações com o sufixo *-al*. Concomitantemente, existiam nomes correlacionados como *aproval/approbation*, *recital/recitation*, numa relação *-al/-ation*, e *proposal/proposition*, *transmittal/transmission*, numa relação *-al/-ion* (1973, p. 4-5). Halle, então, propôs um filtro especial, que atuaria, nos casos acima, garantindo que não houvesse nenhuma anomalia semântica, sintática e fonológica. A figura a seguir representa claramente sua concepção:

Figura 6.4: Modelo morfológico de Halle (reproduzido de HALLE, 1973, p. 8)

O modelo de Halle pertence à *Hipótese Lexicalista Forte* porque concebe a Morfologia como um processo anterior à Sintaxe. A Sintaxe é entendida como uma “estrutura constituinte subjacente” (1973, p. 8). Nesse modelo, as extensões de sentido das palavras são interpretadas também como idiossincrasias, resolvidas no fluxo do *filtro*, que também resolveria as lacunas de derivados regulares potenciais, porém inexistentes no *dicionário*. Quanto à tradicional divisão entre processos flexionais e derivacionais, afirmou:

As far as I can tell, facts that traditionally have been treated under the separate heading of inflectional morphology must be handled in completely parallel fashion to those discussed above. I know of no reason why the list of morphemes should not include also the inflectional affixes or desinences, or why the rules of word formation should not also include rules for positioning the inflectional affixes appropriately or for handling such other inflectional phenomena as reduplication, stem Ablaut, etc. It is important in this connection to realize that the three types of exceptional behavior that have been handled above by means of the filter are not restricted to word derivation but are found also in the inflection. Thus, one finds that particular case forms of particular words idiosyncratically possess meanings that are in general not those of either the base or the case. For instance, in Russian the instrumental case of certain nouns designating times of the year and of the day has special adverbial force that is not possessed by other nouns in the instrumental case. In particular, *letom* may mean 'in summer', *noč'ju* 'at night', *zimoj* 'in winter'. However, *angustom* may not mean 'in the month of August', or *obedom* may not mean 'at dinner (or noon) time'. (1973, p.6)

Tanto quanto eu posso dizer, os fatos que tradicionalmente têm sido tratados separadamente sob a epígrafe morfologia flexional devem ser tratados de maneira completamente paralela aos discutidos acima [casos de derivação]. Não sei por que razão a lista de morfemas não deve incluir também os afixos ou desinências flexionais, ou porque as regras de formação de palavras não devem também incluir regras para posicionar os afixos flexionais apropriadamente ou para lidar com outros fenômenos flexionais como reduplicação, *Ablaut* do radical. É importante, nesse contexto, perceber que os três tipos de comportamentos excepcionais que foram manipulados acima por meio do filtro não estão restritos à derivação de palavras, mas são também encontrados na flexão. Assim, descobre-se que formas específicas de palavras particulares possuem significados idiossincráticos que, em geral, não são os da base nem do caso. Por exemplo, em russo, o caso instrumental de certos substantivos, que designam época do ano ou período do dia, tem uma força adverbial especial que não está presente em outros substantivos no caso instrumental. Em particular, *letom* pode significar 'no verão', *noč'ju* 'à

noite', *zimoj* 'no inverno'. No entanto, *avgustom* pode não significar 'no mês de agosto', ou *obedom* pode não significar 'na hora do jantar (ou meio-dia)'. (tradução nossa)

No modelo apresentado na figura acima, pertencem à Morfologia todos os processos envolvidos na formação de palavras, que chegam à Sintaxe, adquirem uma configuração, o *filtro especial*, e saem em forma de sentenças por meio da Fonologia. Há outra definição:

DEF. 6.44: A *Sintaxe* é uma estrutura constituinte subjacente da língua.

A definição intensiva (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “uma estrutura subjacente da língua” relaciona-se à capacidade dessa estrutura de filtrar as idiossincrasias semânticas, sintáticas e fonológicas. Por essa razão, Halle argumenta que afixos flexionais deveriam compor a *lista de morfemas* e as RPFs deveriam apresentar regras para inserção desses afixos nas formações. Em outras palavras, Halle posiciona-se a favor do agrupamento de dois processos que, de antemão, são tratados em separado. Sabe-se, pelo excerto acima, que a morfologia flexional lida com certos fenômenos e certo tipo de afixo:

DEF. 6.45: *Morfologia flexional* aplica-se à reduplicação, à apofonia, à declinação e às desinências.

A *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) apresenta os itens que são tratados como flexionais; porém, cada um dos itens compõe-se de outros. Por exemplo, *desinências* são as unidades de gênero e número, nos nomes, pronomes e artigos, e as unidades de modo, tempo, pessoa e número, nos verbos. Na visão de Halle, esses itens, muitas vezes, apresentariam as mesmas idiossincrasias encontradas em afixos derivacionais.

6.2.5. Jackendoff

Ray Jackendoff (1975) propôs a *Teoria da Entrada Plena*, que também se ocupou das nominalizações. Criticou o modelo de Halle, alegando existir muitas lacunas a resolver (1975, p. 641). Segundo ele, nesse modelo, não haveria como estabelecer uma única entrada neutra para pares como *decide/decision*, ou para deverbais cujo sentido não tivesse nenhuma relação com o verbo, ou para nomes deverbais que serviam de base para outras derivações.

Para ele, a *lista de entradas* deveria ser composta de bases e de palavras complexas, mas não de afixos. Para palavras como *decide/decision*, entendia que deveria haver entradas separadas, porém relacionadas. Tem-se a primeira definição:

DEF. 6.46: *Lista de entradas* compõe-se de bases e de palavras complexas.

A *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) apresenta os itens que compõem essa lista. É preciso, então, compreender o que Jackendoff entende por base e por palavra complexa.

Nessa lista, estaria um conjunto de *regras de redundância*. A *regra de redundância* era uma dada informação presente em uma entrada e previsível em outros itens lexicais relacionados:

DEF. 6.47: *Regra de redundância* é a regularidade formal e semântica prevista nas bases e nos afixos.

DEF. 6.48: *Base* é uma forma linguística na qual se inserem afixos.

DEF. 6.49: *Palavra complexa* é a forma linguística composta de base e de afixos.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) em 6.47 “a regularidade formal e semântica prevista nas bases e nos afixos” apresenta a abstração necessária para compor um modelo morfológico no qual estivessem previstas as regularidades necessárias à formação de palavras. As *regras de redundância*, as *bases* e as *palavras complexas* compõem a *lista de entradas*. Pressupõe-se, nesse sentido, que *bases* ou *palavras complexas* podem não apresentar a regularidade prevista nas *regras de redundância*.

A estratégia das *regras de redundância* permitiria que certas propriedades fossem estabelecidas apenas uma vez, o que tornava as *flexões* especialmente passíveis de serem incorporadas às regras. Por essa razão, concordou com Halle e acrescentou que, conseqüentemente “as regras de inserção lexical devem inserir paradigmas parciais ou completos em estruturas profundas, e as regras de concordância devem ter a função de filtrar todas as formas, exceto as corretas, em vez de inserir afixos flexionais” (*the lexical insertion rules must enter partial or complete paradigms into deep structures, and the rules of concord must have the function of filtering out all but the correct forms, rather than that of inserting inflectional affixes*) (1975, p. 665).

A explicação de Jackendoff permite compreender que, sendo regulares, palavras flexionadas seriam incorporadas às *regras de redundância*. Ainda que certas palavras flexionadas apresentassem irregularidades, o modelo previa sua incorporação como *palavra complexa*. Enquanto Halle havia observado que as *flexões* traziam tantas irregularidades quanto as derivações, Jackendoff observou uma característica oposta: as *flexões* apresentavam regularidades tanto quanto as derivações, portanto, aquelas poderiam, de fato, ser incorporadas às regras.

Como exemplo, seguem dois paradigmas de verbos:

1. Formas relacionadas de presente e de passado, como *buy-bought*, *bring-brought*, *catch-caught*, *fight-fought*, *seek-sought*, e *think-thought*, seriam representadas pela fórmula:

$$\left[\begin{array}{c} /C_oVC_o/ \\ + [V + \text{pres}] \end{array} \right] \Leftrightarrow \left[\begin{array}{c} /C_oox + d/ \\ + [V + \text{past}] \end{array} \right]$$

2. Formas relacionadas de presente e de passado, como *tell-told*, *cling-clung*, *hold-held*, *break-broke*, seriam representadas pela fórmula:

$$\left[\begin{array}{c} \left[\begin{array}{c} V \\ /Co \alpha\text{back} \\ \text{around} \\ + [V + \text{pres}] \end{array} \right] /Co \\ + [V + \text{pres}] \end{array} \right] \Leftrightarrow \left[\begin{array}{c} \left[\begin{array}{c} V \\ /Co - \alpha\text{back} \\ - \text{around} \\ + [V + \text{past}] \end{array} \right] Co/ \\ + [V + \text{past}] \end{array} \right]$$

A criação de notações para representar as regularidades observadas nos processos de formação são exemplificadas por meio de *flexões* verbais que obedecem a um determinado padrão, ainda que, à primeira vista, pareçam irregulares. Nessas *flexões*, não importa quais são as vogais que se modificam de um tempo verbal a outro, mas sim o que resta de regularidade parcial. O objetivo de Jackendoff era ser o mais econômico possível na descrição, embora adotasse o mesmo plano para tratar as irregularidades. Assim, quanto mais regular fosse o processo de formação do item lexical, menos informação haveria na entrada; ao contrário, quanto maior a irregularidade, maior seria a quantidade de informações. Seu modelo também representava a *Hipótese Lexicalista Forte*.

Jackendoff, em sua teoria, a fim de estabelecer a atuação das *regras de redundância*, elimina uma possível relação direta entre afixos flexionais e regras de concordância. Em sua concepção, as regras de concordância atuariam na filtragem de todas as formas, mantendo as corretas. Não seria, portanto, responsável pela inserção de afixos flexionais. Existe, nessa concepção, uma *definição contextual* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) de *concordância*. Deduz-se que:

DEF. 6.50: A *concordância* é uma propriedade do componente sintático da língua capaz de filtrar as formas produzidas no componente morfológico.

A concordância seria, portanto, um atributo da Sintaxe, ou seja, é sua propriedade. Nessa concepção, se existem diferenças entre afixos flexionais e derivacionais, na *estrutura subjacente*, essas diferenças são eliminadas.

No entanto, não haviam sido encontradas soluções para algumas dificuldades. Muitas vezes, a base não podia ser estabelecida, ou porque não pertencia à língua em análise, ou porque não apresentava nenhuma relação semântica, ainda que a afixação fosse prevista pela *regra de redundância*. Para resolver a questão, Jackendoff dividiu as *regras de redundância* em dois tipos: as que se referiam

às regularidades formais ou estruturais; às que concerniam aos aspectos semânticos regulares, com a condição de que essas regularidades semânticas encontrassem correspondência na regularidade morfológica. Assim, a definição dada em 6.47 fica alterada:

DEF. 6.51: *Regra de redundância* é a regularidade semântica com correspondência morfológica ou formal prevista nas bases e nos afixos.

As *definições explícita e condicionais* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) procuram evidenciar a divisão feita pelo autor. Muitas vezes, não há regularidade formal e semântica, mas apenas formal ou semântica: muitas formas são formalmente irregulares e semanticamente regulares; outras são formalmente regulares e semanticamente irregulares.

6.2.6. Aronoff

Mark Aronoff (1976), representante da *Hipótese Lexicalista Fraca*, acreditava que a teoria ainda não havia sido adequadamente formulada. Para ele, certas assimetrias na forma fonológica e a ideia de que a gramática deveria conter regras de ajustamento sugeriam que os morfemas não teriam, necessariamente, estatuto de signo, uma vez que o uso desses itens era perfeitamente realizado pelo componente fonológico. Assim, Aronoff decidiu elaborar uma nova teoria “na qual toda a morfologia derivacional é isolada e removida da sintaxe; em vez disso, passa a ser tratada em um léxico expandido, por um componente separado da gramática. Essa distinção legitima o campo da morfologia como uma entidade independente” (*in which all of derivational morphology is isolated and removed from the syntax; it is instead dealt with in an expanded lexicon, by a separate component of the grammar. This distinction legitimizes the field of morphology as an independent entity*) (1976, p. 6). Desse contexto, depreendem-se importantes definições:

DEF. 6.52: *Morfema* é uma forma fonológica.

DEF. 6.53: *Léxico* é um componente linguístico que abriga a morfologia derivacional.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta em 6.52 advém da afirmação do autor, que não considera o *morfema* um signo. A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta em 6.53 considera que o *léxico* é distinto da gramática de uma língua, e a morfologia derivacional, que compõe esse componente, do mesmo modo, não é um fenômeno gramatical. Assim, *léxico* e *gramática* tornam-se elementos dissociados.

Aronoff, então, defendeu em seu modelo que a morfologia estivesse centrada em palavras, não em morfemas. Ainda, acreditava que a categoria das *palavras existentes* deveria ser distinta da

categoria de *palavras potenciais*. As *palavras potenciais*, em sua concepção, eram aquelas que poderiam ser criadas pelos falantes por meio de regras regulares; já as palavras existentes provinham da conservação desses itens na língua e, mesmo quando fossem formadas por meio de regras regulares, o significado poderia estar alterado, por isso ou significavam o que não deveriam ou se pareceriam com o que não deveriam parecer, o que ele chamou de “irregularidades grosseiras” (*gross irregularities*) (1976, p. 19). Exemplos dessas afirmações são constituintes do tipo *-fer-*, *-ced-*, *-duz-*, em palavras como *aferir*, *conferir*, *deferir*, *conceder*, *anteceder*, *exceder*, *conduzir*, *reproduzir*, *introduzir*; são palavras existentes, na língua, mas suas bases não são formas livres. Existe aqui outro possível conjunto de definições:

DEF. 6.54: *Palavras potenciais* são aquelas que podem ser criadas pelos falantes por meio de regras regulares.

DEF. 6.55: *Palavras existentes* são aquelas que foram conservadas e podem apresentar alterações formais e semânticas.

DEF. 6.56: *Formas livres* são itens linguísticos que atuam como signos.

Na *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta em 6.54, surge uma importante entidade do gerativismo: o *falante*, que não é necessariamente definido na teoria de Aronoff, mas provém de uma *convergência de abordagem* própria da teoria Gerativa (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1). A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta em 6.55 relaciona-se à composição do *Léxico*, como definido em 6.53, mas constitui uma parte desse componente sobre a qual as regras derivacionais não se aplicam porque essas palavras, como demonstrado nas *definições condicionais*, “foram conservadas” e “podem apresentar alterações formais e semânticas”. Desse modo, a regularidade continua sendo um fato primordial na teoria.

Na Morfologia Derivacional, haveria *produtividade* parcial, cuja dimensão era medida pelas palavras existentes. Na Sintaxe, a *produtividade* seria total, pois nela estariam as palavras potenciais. Caberia à Morfologia Derivacional descrever e analisar a capacidade do *falante* em criar palavras, pois por meio desse procedimento chegar-se-ia à *produtividade* total realizável apenas pela Sintaxe. Têm-se, portanto, outras definições:

DEF. 6.57: *Produtividade parcial* é uma dimensão baseada nas palavras existentes.

DEF. 6.58: *Produtividade total* é uma dimensão baseada nas palavras potenciais.

Na *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta em 6.57, as *palavras existentes* podem apresentar regularidade formal e semântica, mas há, no *Léxico*, também aquelas que

apresentam alterações. Assim, a análise e a descrição de *palavras existentes* forneceriam apenas uma parte da *produtividade*, ou seja, não seria suficiente, como se verá, para depreender as *regras de formação de palavras*. As *palavras potenciais*, como definido em 6.54 são aquelas que fornecem, por sua vez, as RPFs porque são realizadas pelo *falante*, por meio de regras regulares, constituindo a *produtividade total*.

As *Regras de Formação de Palavras* (RPFs) relacionavam-se a princípios básicos: a *produtividade* de uma RPF estaria condicionada ao tipo de base morfológica; a coerência semântica entre base e produto afetariam a *produtividade*; a existência de outro item lexical, não derivado da base, mas que ocupasse o lugar de um produto era chamado de *bloqueio* (*blocking*), pois impediria a listagem do item da base em questão. A *competência* do falante era a medida dessa *produtividade*:

Though they are idiosyncratic, the words in the dictionary do exhibit regularities; they do have structure. Morphemes, even though they may not be what they have been purported to be, are recognizable. Nor does a speaker make up all the new words he encounters. He hears word; he has never heard before, recognizes them as words of his language, if they are, and has intuitions about their meaning and structure. A good theory of morphology should tell us something about these matters as well, and to the extent that they seem to be related to one another and to the mechanism for making up new words, the theory we present should express this relationship. (1976, p. 19)

Embora sejam idiossincráticas, as palavras no dicionário exibem regularidades; têm estrutura. Os morfemas, mesmo que não sejam o que supostamente são, são reconhecíveis. Nenhum falante compõe todas as novas palavras que encontra. Ele ouve palavras; ele nunca as ouviu antes, reconhece-as como palavras de sua língua, se são, e tem intuições sobre seu significado e estrutura. Uma boa teoria da morfologia deve nos dizer algo sobre esses assuntos também, e na medida em que parecem estar relacionados uns com os outros e com o mecanismo para criar novas palavras, a teoria que apresentamos deve expressar essa relação. (tradução nossa)

Depreende-se desse contexto outra definição:

DEF. 6.59: *Bloqueio* é um item lexical que impede a existência de uma palavra potencial.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) prevê que, ainda que certas formações sejam possíveis, porque regulares e perfeitamente previstas em uma RPF, sua inexistência se deve à existência de outro item lexical que, de alguma maneira, ocupa o seu lugar.

Outro ponto importante de sua teoria diz respeito à inovação da *Teoria Gerativa Padrão Estendida*. Cada componente da língua teria sua própria organização e funcionamento. Nessa nova concepção, não bastava descobrir e descrever as regras, mas também estabelecer os princípios pelos quais essas regras seriam aplicadas e aqueles que restringiriam sua aplicação. Nesse sentido, as RPFs eram válidas tão somente ao léxico, ou seja, não apresentariam qualquer vínculo com a Fonologia ou com a Sintaxe. A criação lexical, seguida de sua inserção, seria anterior a todas as regras sintáticas. Por isso, as RPFs apresentariam certas propriedades, dentre as quais: operariam uma

única vez (*once-only rules*) a partir de bases, que eram as palavras, não os morfemas, ainda que estes apresentassem significado; serviriam como especificadores de uma operação fonológica, de uma operação sintática e de uma subcategorização semântica interpretada a partir da base (1976, p.22).

Aronoff define que as RPFS são válidas apenas ao léxico. Nesse sentido, pode-se entender que a *derivação* ocorre no nível do Léxico e a *flexão* pertence à estrutura de superfície, conforme sua declaração:

There are traditionally two types of morphological phenomena, derivational and inflectional. The distinction is delicate, and sometimes elusive, but nonetheless important. Inflection is generally viewed as encompassing the "purely grammatical" markers, those for tense, aspect, person, number, gender, case, etc. Within a lexicalist theory of syntax (cf. Chomsky (1970)), inflectional morphemes would be dominated by the node X [...]. (1976, p. 2)

Existem tradicionalmente dois tipos de fenômenos morfológicos, derivacional e flexional. A distinção é delicada e, às vezes, evasiva, mas ainda assim importante. A flexão é geralmente vista como abrangendo os marcadores "puramente gramaticais", aqueles para tempo, aspecto, pessoa, número, gênero, caso, etc. Dentro de uma teoria lexicalista da sintaxe (cf. Chomsky (1970)), os morfemas flexionais seriam dominados pelo NODE X [...]. (tradução nossa)

De maneira oposta a seus antecessores, Aronoff concebe que a flexão é um fenômeno morfológico distinto da derivação. A definição de itens flexionais ocorre por extensão em sentença retirada do excerto acima:

DEF. 6.60: A *flexão* é geralmente vista como abrangendo os marcadores ‘puramente gramaticais’, aqueles para tempo, aspecto, pessoa, número, gênero, caso etc.

A *definição extensiva* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) permite conhecer quais seriam os itens linguísticos pertencentes à *flexão*. Nota-se que Aronoff, como representante da visão da *Hipótese Lexical Fraca*, integra o aspecto verbal aos itens “puramente gramaticais” ou regidos pela Sintaxe, além dos demais elementos comumente classificados como sufixos flexionais. Dessa maneira, os itens mencionados na *definição extensiva* seriam acrescentados apenas quando os itens lexicais compusessem a sentença.

Além disso, há outra *definição contextual* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 6.61: NODE é a relação estabelecida entre os itens linguísticos na Sintaxe.

Na *árvore* da teoria gerativa, NODE é o termo empregado para se referir a qualquer um dos pontos dos quais emanam os ramos da *árvore*. Chomsky (1970, p. 50, nota 31) refere-se ao plural como um *traço de concordância* (*agreement*) a ser inserido após a *derivação*. Assim, deduz-se que:

DEF. 6.62: A *flexão* é um fenômeno morfológico regido pela Sintaxe.

Para Aronoff, as *palavras existentes* deveriam ser analisadas quanto à forma. Seu objetivo era buscar regras cada vez mais gerais e abstratas que permitissem sua aplicabilidade em qualquer língua. Assim, ele busca uma condição para estabelecer a generalização:

[...] the redundancy rules are defined outside the realm in which they operate: the lexicon. It is only a WFR which can serve as a redundancy rule, and WFRs are rules by which new words are formed. This means that the only sorts of facts which can count as redundancies or generalizations in the analysis of existing words are those which enter into the formation of new ones. The scope of the notion redundancy rule is thus automatically reduced considerably, and to a point where it embodies an interesting claim. (1976, p. 31)

[...] as regras de redundância são definidas fora do domínio em que operam: o léxico. É apenas uma RPF que pode servir como uma regra de redundância, e RPFs são regras pelas quais novas palavras são formadas. Isso significa que os únicos tipos de fatos que podem contar como redundâncias ou generalizações na análise de palavras existentes são aqueles que entram na formação de novos. O escopo da noção da regra de redundância é, assim, automático e consideravelmente reduzido, e a um ponto em que ele incorpora uma reivindicação interessante. (tradução nossa)

Outra definição evidencia uma *conversão de perspectiva* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1):

DEF. 6.63: *Regra de redundância* é uma regra de formação de palavras observada concomitantemente em *palavras existentes* e em *palavras potenciais*.

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) proposta cerca-se de uma *definição condicional* irrevogável: em sua concepção, para ser uma *regra de redundância* deveria, ao mesmo tempo, ser uma RPF. Com essa regra, Aronoff pretendia analisar as formas das *palavras existentes*. Um exemplo dado por Aronoff demonstra isso:

RPF: *#er* (sufixo agentivo deverbal)

1. entrada lexical: *bak*, derivado: *baker* < *bake*

2. entrada lexical: **butch*, derivado: *butcher* < **butche*

No exemplo (1), *baker* ‘padeiro’ é derivado do verbo *bake* ‘assar’ por meio de um sufixo agentivo deverbal. Essa formação, sendo regular, constituiria uma RPF. Contudo, a mesma regra para ser aplicada a *butcher* ‘açougueiro’ deve levar em conta que o verbo **butche* não existe na língua, embora seja uma *palavra potencial*. O asterisco marca, nessa concepção, uma *palavra potencial*¹⁴⁶. Aronoff afirmou que esse tipo de ocorrência permitiria deduzir que o significado do derivado não dependeria do significado das partes, pois a relação formal entre os constituintes seria anterior ao significado morfológico. As relações semânticas, em sua visão, não seriam determinantes para as

¹⁴⁶ Essa decisão de Aronoff é bastante polêmica, uma vez que o asterisco, na teoria gerativa, marca a *agramaticalidade*. O posicionamento do autor será discutido mais adiante.

formações: “A semântica não é irrelevante, mas não pode ser colocada em jogo até que tenhamos estabelecido a fundação formal” (*Semantics is not irrelevant, but rather cannot be called into play until we have laid the formal foundation*) (1976, p. 32). As exceções às regras ficam então imputadas à forma, cuja semântica resta em segundo plano, ainda que uma derivação devesse atender a uma necessidade extralinguística.

6.2.7. Basilio

Margarida Basilio (1980) fez algumas críticas ao trabalho de Aronoff, especialmente a partir de dois parâmetros: discordava da exigência de que uma RPF fosse obtida apenas a partir de uma palavra, mas não de uma forma que não fosse livre; era contrária à adoção das *regras de redundância* para obter uma RPF. Basilio propôs a Regra de Análise Estrutural (RAE), que deveria analisar formações baseadas em formas livres e em formações irregulares. Na concepção de Basilio, uma base como *-duz-*, presente em formações como *aduzir*, *reduzir*, *induzir*, não era uma forma livre.

Haveria dois tipos de RAE. Uma seria plena, pois a partir da análise seria possível identificar a forma da base e do sufixo, e o significado ou a função seriam precisos e definidos sem quaisquer dificuldades. Nesses casos, o sufixo ainda se atrelaria de modo regular a certas bases. Outra seria opaca, uma vez que não haveria condições de distinção da base ou do sufixo. A regra ficava, nesse sentido, dependente do estado da base. Assim, têm-se duas *definições implícitas* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2):

DEF. 6.64: *Regra de Análise Estrutural plena* é uma descrição em que a base e os afixos de formações regulares apresentam forma e significado precisos.

DEF. 6.65: *Regra de Análise Estrutural opaca* é uma descrição em que a base e os afixos de formações irregulares podem não apresentar forma e significados precisos.

Mesmo com a distinção entre regras de análise e regras de formação, a estrutura de certas palavras, somando-se seu significado, não se encaixava nas regras. Um exemplo foi dado a respeito da RAE: $[[X]_{\text{adj}} -id\tilde{a}o] = \text{nomes abstratos deadjetivais}$. Substantivos como *certidão* e *multidão* não seriam cobertos pela regra de análise, pois o sentido dos adjetivos *certo* e *multi* são diferentes dos sentidos dos substantivos. Embora, nesses casos, houvesse correspondência fonética e sintática, existiria um distanciamento semântico não representável pela regra.

Sobre a *flexão* e a *derivação*, Basilio relacionou-as ao conceito de *palavra*. Segundo a autora, a palavra seria uma unidade facilmente reconhecível, mas de difícil definição. Além dessa dificuldade,

um outro eixo que procurava definir *palavras distintas* e *duas formas da mesma palavra* trazia outros problemas:

Normalmente, a diferença entre palavras distintas e diferentes formas da mesma palavra é colocada a partir da diferença entre flexão e derivação. O problema é que não há uma distinção nítida e definitiva entre os conceitos de flexão e derivação, e muitas vezes a diferença entre os dois conceitos é colocada como decorrente da diferença entre "palavras distintas" e "formas de uma mesma palavra". Forma-se, portanto, um círculo vicioso. (1987, p. 7)

Mais adiante, Basilio (1987, p. 46) definiu *flexão*:

DEF. 6.66: *Flexão* é uma “variação sistemática na forma das palavras para a expressão de categorias gramaticais”.

Assim como definiu *derivação*:

DEF. 6.67: *Derivação* é uma “formação de palavra pela adição de um afixo a uma base”.

As definições são dadas pela autora. A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) em 6.66 apoia-se em uma concepção sistemática da atuação de categorias gramaticais. Portanto, de acordo com a *definição condicional*, essas categorias fariam parte do sistema da língua. Pela *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) dada em 6.67, a *derivação* é um meio pelo qual as palavras são formadas, isto é, existe nesse modo de apreensão uma concepção de Léxico, independente das categorias gramaticais da língua. A *definição condicional* “pela adição de um afixo a uma base” serve para tipificar a formação de palavras. Assim, para haver *derivação*, a forma básica da palavra sofre alteração; para haver *flexão*, a variação ocorre sistematicamente.

6.3. O conceito de Flexão no séc. XX

Nesta seção, discutem-se as relações entre o conceito de *flexão* e a *rede terminológica* a que foi integrado a partir das definições, conforme a tipologia de Hegenberg (1974; cf. § 2.1.2), obtidas nas análises das obras de autores do séc. XX (cf. § 2.2.3). As discussões são fundamentadas na Conceitografia de Frege (1891; 1892a; 1892b; 1895; cf. § 2.1.3).

Embora se tenha decidido organizar os autores estudados por período, o primeiro autor desta seção, de fato, foi também um neogramático (cf. § 6.1). Por isso, em grande parte, muitos dos conceitos apresentados no *Cours de Linguistique Générale* podem apresentar conexões com aqueles pertencentes à teoria linguística de Hermann Paul.

A análise pretendida, por ser predominantemente realizada em perspectiva interna, aborda apenas os conceitos que têm relação com o conceito de *flexão*. Dessa maneira, inicia-se pelo conceito de *língua* e seus relacionados:

Conceito saussuriano de <i>língua</i> e conceitos relacionados
(DEF. 6.3) A <i>língua</i> é um sistema abstrato de natureza social de signos inter-relacionados.
(DEF. 6.4) A <i>fala</i> é um ato individual de vontade.
(DEF. 6.1) <i>Sincronia</i> é um estado de língua.
(DEF. 6.2) <i>Diacronia</i> é uma sucessão de estados de língua.

Quadro 6.1: Conceito saussuriano de *língua* e conceitos relacionados

A *língua* é concebida como um fenômeno concernente a uma comunidade; a *fala*, paralelamente, ocorre em um ato individual. A combinação harmônica entre esses elementos – *língua* e *fala* – necessita de “um sistema abstrato”. A *língua*, de acordo com Frege (1892a; cf. § 2.1.3), *cai sob um conceito superior*, o conceito de *sistema*. Um *sistema* é um conjunto de elementos, no caso, de “signos inter-relacionados”, cuja combinação pressupõe uma organização. Esse *sistema* deve, então, ser observado e, para isso, examinam-se as combinações existentes entre os *signos*.

Nesse sentido, o *Cours* é um ensaio: a) reúne uma rede de conceitos, definidos pelas relações que têm entre si e, principalmente, com o conceito de *língua* como *sistema de signos*; b) reúne um conjunto de abordagens, que trata das possíveis combinações entre os *signos* em diversas perspectivas; c) não se esgota em si mesmo, uma vez que abre uma série de possibilidades de desenvolvimento dos estudos linguísticos, como, de fato, ocorreu.

Um *sistema* organizado *em abstrato* é cotidianamente composto por atos individuais de *fala*. Esses atos podem produzir transformações nesse conjunto de elementos e em suas combinações; contudo, não afetam seu caráter de *sistema*. Os conceitos de *sincronia* e de *diacronia* representam a coexistência das transformações e das conservações, além de representar recortes temporais que só podem ser concebidos como abstrações. Desse modo, *sincronia* e *diacronia* não são apenas recortes temporais ou métodos de análise linguística; são também duas propriedades desse *sistema abstrato*: os elementos e as combinações presentes nesse conjunto apresentam configurações herdadas e configurações criadas, que materializam o que se pode chamar de *sincrônico* e de *diacrônico*. Os métodos de análise linguística, são, portanto, decorrentes desse caráter sistêmico que conjuga conservações e inovações. Assim, *sincronia* e *diacronia* são notas do conceito de *sistema* e propriedades do conceito de *língua*; já que a *língua* como *objeto* *caiu sob o conceito* de *sistema*, cujas propriedades passam a ser propriedades desse *objeto* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3).

É preciso considerar que, no *Cours*, há uma série de outras definições de *língua*. Todas as definições são, no entanto, subordinadas à principal conceitualização: “um sistema de signos inter-relacionados”, cujas propriedades de *sincronia* e de *diacronia* são constituídas em sua “natureza social” por meio de “atos individuais de fala”. Resta, contudo, a análise de seu principal elemento, o *signo*, mas também dos conceitos que lhe são diretamente relacionados:

Conceito saussuriano de signo e conceitos relacionados
(DEF. 6.5) A <i>língua</i> é uma álgebra que teria somente termos complexos.
(DEF. 6.6) O <i>signo</i> é uma representação resultante da combinação arbitrária entre significante e significado.
(DEF. 6.7) A <i>significação</i> é uma operação entre significante e significado na linguagem.
(DEF. 6.8) <i>Unidade concreta</i> é uma delimitação material da entidade linguística.
(DEF. 6.9) <i>Entidade linguística</i> é um signo cujo valor linguístico é determinado.
(DEF. 6.10) <i>Valor linguístico</i> é uma combinação opositiva de um signo com outros signos presentes no sistema.

Quadro 6.2: Conceito saussuriano de *signo* e conceitos relacionados

Um dos outros conceitos de *língua*, aqui selecionado, trata de expor uma outra propriedade concernente ao *sistema abstrato* composto de *signos*: uma *álgebra* passa a ser o conceito por meio do qual esse objeto pode ser interpretado. Existem duas possibilidades de interpretar essa conceitualização, com base em Frege (1892a; cf. § 2.1.3):

1. A *língua* cai sob o conceito de *sistema* que, por sua vez, *cai sob o conceito* de *álgebra*. Tem-se, portanto, um conceito de *sistema* apresentado sob o conceito de *álgebra*, em que, a *língua*, como objeto, assume as propriedades do *sistema*, que assume as propriedades da *álgebra*.

Um *sistema* requer um conjunto de elementos. Esses elementos são “termos complexos”. Um *sistema* também requer meios pelos quais esses elementos se relacionem e modos de combinação entre esses elementos, dessa maneira, um *sistema algébrico*: os *termos complexos* são as variáveis dos *atos de fala*; as variáveis dos *atos de fala*, para pertencer ao conjunto desses elementos, sujeitam-se à equação na qual sua validade – validade de pertencer ao conjunto – é testada.

2. A *língua* cai sob o conceito de *álgebra*. Tem-se, portanto, um conceito de *língua* apresentado sob o conceito de *álgebra*, em que o conceito de *língua* assume as propriedades do conceito de *álgebra*.

Se a *língua* é apresentada como conceito, há uma série de elementos que *caem sob esse conceito* a que ficam subordinados: aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, que passam a ser as extensões do conceito de *língua*. Como extensões, adquirem suas propriedades. A *língua* apresentada sob o conceito de *álgebra* é uma equação na qual cada um desses elementos – suas extensões – é testado com o objetivo de verificar sua validade como elemento de um conjunto. Assim, as extensões de *língua* – os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos – apresentam-se sob a propriedade de serem testados com o objetivo de verificar sua validade.

Ademais, existe uma propriedade fundamental desses elementos: são *signos*, que representam, isto é, estão ou são postos no lugar de algo, por meio de uma junção arbitrária entre o *significante* e o *significado*. Isso significa dizer que, por ser arbitrário, é *símbolo*. Um *símbolo* é um *signo* a que se atribui significado; a atribuição de significado, contudo, está sujeita a noções compartilhadas: a *língua* é um conjunto de *atos de fala*, mas cada um dos elementos deve ser validado em um *sistema algébrico*. Como *sistema*, apresenta as propriedades de *diacronia* e de *sincronia*, que se materializam nas conservações e inovações. O conceito de *sistema*, que é o conceito superior a que tudo se subordina, controla a propriedade desses elementos como *signos*.

A validade desses elementos apresenta-se sob forma de *funções*: testa-se a capacidade de os *significantes* representarem os *significados* em uma operação chamada de *significação*. Nesse sentido, fala-se, por exemplo, de um conjunto de fonemas que, combinados, têm a capacidade de evocar uma imagem. Certas dificuldades podem surgir na delimitação desse conjunto.

Uma *unidade concreta* é uma *entidade linguística* que foi delimitada. Assim como a relação entre os signos é uma dependência, os conceitos saussurianos são interdependentes. A *entidade linguística* é o conceito sob o qual *cai o conceito de unidade concreta*; a *entidade linguística*, por sua vez, *cai sob o conceito de valor linguístico* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), que deve ser examinado.

O *valor linguístico* é o resultado de uma *função* na qual se prevê uma “combinação opositiva” entre dois *argumentos*: um *signo* e *todos os outros signos presentes no sistema*. A *função*, de acordo com Frege (1891; cf. § 2.1.3) é invariante, mas variam os argumentos. Essa *função*, de fato, desdobra-se em duas outras *funções* previstas na rede terminológica saussuriana:

As funções saussurianas
(DEF. 6.14) <i>Solidariedade sintagmática</i> é uma dependência entre unidades e subunidades na cadeia sucessiva da fala.
(DEF. 6.12) <i>Relação associativa</i> é uma relação <i>in absentia</i> entre os signos em uma série mnemônica virtual.
(DEF. 6.13) <i>Relação sintagmática</i> é uma relação <i>in praesentia</i> estabelecida entre os signos no encadeamento linear da língua.

Quadro 6.3: As funções saussurianas

Na cadeia sucessiva da fala, existe uma *solidariedade sintagmática*, isto é cada *signo*, unidades e subunidades, mantém uma *relação* com os outros *signos*. Uma *relação*, na concepção saussuriana, pode se dar de duas formas, que são outras duas *funções* de sua rede terminológica.

Uma operação *in absentia* prevê que “uma série mnemônica virtual” de *signos* se combinem opositivamente com um *signo*. Uma operação *in praesentia* prevê que “no encadeamento linear da língua” uma série de *signos* presentes se combinem opositivamente com um *signo*. As duas *funções* subordinam-se àquela que determina o *valor linguístico* de uma *entidade linguística*, o que permite o

estabelecimento de uma *unidade concreta*. Por fim, os *signos* se estabelecem pelas relações que contraem com outros *signos* no *sistema linguístico*.

Resta averiguar os termos advindos de outras teorias e presentes no *Cours*:

Conceitos relativos à <i>Flexão</i>
(DEF. 6.15) A <i>analogia</i> é uma imitação regular, de ordem gramatical, de uma forma feita à imagem de outra, segundo uma regra determinada, que constitui um paradigma e unifica processos de <i>flexão</i> e de criação de palavras.
(DEF. 6.11) A <i>palavra</i> é uma unidade linguística determinada pela classe de palavras.
(DEF. 6.16) <i>Flexão</i> é um paradigma restrito de unidades linguísticas que servem à declinação e à conjugação em certas línguas para distinguir as classes de palavras.
(DEF. 6.17) <i>Derivação</i> é um processo de formação de entidades linguísticas que têm relação etimológica com o(s) signo(s) que lhe deu(deram) origem.

Quadro 6.4: Conceitos relativos à *Flexão*

Antes de tudo, é preciso considerar que, na teoria saussuriana exposta no *Cours*, uma unidade linguística, ou suas subunidades, *cai sob o conceito* de *signo* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). Há aqui uma visão bastante diversa daquela comumente representada pelo termo *palavra*. Além disso, a noção de *palavra* fica restrita a um conjunto de outros termos advindos da tradição clássica, dentre os quais a *classe de palavras*, a *flexão* e a *derivação*. Esses termos são subsumidos por outros conceitos que lhes são superiores.

O conceito de *analogia* apresenta as seguintes propriedades: “uma imitação regular” de uma forma feita à imagem de outra” por “ordem gramatical”, “que determina uma regra” e “constitui um paradigma”. Esse conceito subsume os conceitos de *flexão* e de *derivação*. Desse modo, esse conjunto de propriedades passa a pertencer à *flexão* e a *derivação* e são notas do conceito de *analogia*.

A *flexão* e a *derivação* têm suas extensões. *Unidades linguísticas que servem à declinação e à conjugação* é a extensão da *flexão*; nesse caso, *declinação* e *conjugação* referem-se às *classes de palavras*. *Entidades linguísticas que têm relação etimológica com sua origem* é a extensão da *derivação*. *Um paradigma restrito* é uma propriedade intensiva da *flexão*; *um processo de formação* é uma propriedade intensiva da *derivação*. Dessa forma, se o conceito de *analogia* subsume os conceitos de *flexão* e de *derivação*, os *paradigmas restritos de declinação e de conjugação* e os *processos de formação de entidades linguísticas* assumem todas as propriedades da *analogia*.

Os *signos* relacionam-se a outros *signos* em quatro dimensões: na memória (*relações associativas*), no encadeamento linear da língua (*relações sintagmáticas*), no *sistema* e na cadeia sucessiva da fala. O *sistema*, que é o conceito superior a que tudo está subordinado, permite a coexistência de conservações e de inovações: dessa forma, *paradigmas restritos de flexão* e *processos de formação de entidades linguísticas* são *formas feitas à imagem de outras por ordem gramatical*, isto é, são *formas analógicas*.

Em comparação a Paul, Saussure teria certos pontos em que se notam *convergências de abordagem* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1):

1. O conceito de *língua* abrange uma perspectiva social expressa, em Paul, por meio do argumento “produto da cultura humana” (cf. § 5.2.4) e, em Saussure, por “natureza social” (cf. § 6.2.1).

2. O conceito de *analogia* envolve o estabelecimento de paradigmas formais e semânticos representado, em Paul, pelo argumento “ação reguladora” (cf. § 5.2.4) e, em Saussure, por “imitação regular¹⁴⁷” (cf. § 6.2.1).

3. O conceito de *arbitrariedade* ou de *combinação arbitrária* envolve a associação entre aspectos formais e semânticos, em Paul, por meio dos argumentos “conciliação entre o domínio psicológico e o domínio fisiológico” (cf. § 5.2.4) e, em Saussure, por “operação entre significante e significado” (cf. § 6.2.1).

4. O conceito de *classes de palavras* assimila uma rede terminológica, advinda da tradição clássica, na qual estão presentes os seguintes termos: *palavra*, *declinação*, *conjugação*, *flexão* e *derivação*. Paul e Saussure falam de “formas da mesma palavra” referindo-se a formas de uma *mesma classe de palavras* dentro de um paradigma de *declinação* ou de *conjugação* (cf. § 5.2.4 e § 6.2.1). A rede terminológica advinda da tradição clássica passa por *estratégias adaptadoras* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1), pois, em perspectiva histórica, os autores consideram as conservações e as inovações concernentes aos paradigmas de *declinação* e de *conjugação* herdados.

Saussure inova ao inserir os conceitos de *sistema* e de *signo* e toda a sua rede terminológica que lhes é subordinada. O conceito de *sistema* está no lugar de “ação recíproca dos indivíduos”, que, para Paul, era responsável pela “intersecção entre geração e história” (cf. § 5.2.4). Um *sistema* abrange as propriedades da *sincronia* e da *diacronia* e, por meio dos *signos linguísticos*, que são símbolos, permite, em uma dada etapa, a combinação de elementos criados com aqueles herdados de uma *sucessão de estados de língua*.

¹⁴⁷ Chama a atenção o uso de *imitação*, no conceito saussuriano de analogia, por remeter, de certa forma, ao modo como Platão concebeu a linguagem. Na seção 3.1.2.4, viu-se que Platão atribui às palavras um valor mimético, isto é, a linguagem, dissociada da ação humana, imitativa, por natureza, as coisas. Na concepção saussuriana, as palavras são feitas à imagem de outras palavras. Isso marca a diferença entre um *princípio de identificação linguístico-ontológico* (cf. § 3.3) e uma relação signo a signo, conforme a concepção saussuriana, mas que também será discutida no capítulo 9.

Quanto ao conceito de *classes de palavras*, Saussure, no *Cours*, deixa claro que uma menção à *flexão* como “formas da mesma palavra” seria incompatível com o conceito de *unidade concreta*, por isso essa menção estaria condicionada à *classe de palavras* (cf. § 6.2.1).

Uma noção de *sistema*, a partir do *Cours*, não o conceito de *sistema*, tal como apresentado neste estudo, foi o ponto fundamental para a observação da *estrutura* das línguas e suas unidades concretas em Bloomfield. Reflexo dessa concepção está em seu conceito de *língua*:

✓ *Língua* é uma combinação de unidades linguísticas cuja estrutura se forma por meio dos níveis fonológico, morfológico e sintático.

Segundo Frege (1892a; cf. § 2.1.3), o objeto *língua* cai sob um conceito de *combinação de unidades linguísticas* cuja propriedade fundamental é ser uma *estrutura*. As extensões dessa *combinação de unidades linguísticas* são os níveis fonológico, morfológico e sintático, que adquirem a propriedade de ser uma *estrutura*.

O conceito de *língua* depreendido da teoria de Bloomfield comparado ao conceito saussuriano revela uma *conversão de perspectiva* aparentemente não apreendida¹⁴⁸: de “um sistema abstrato” a que estava submetida, a língua passa a ser vista como uma *estrutura* concreta, em que as unidades linguísticas são analisadas a partir da *forma* que apresentam.

A *estrutura*, responsável pela combinação dos elementos linguísticos, constitui-se, inicialmente, de seu nível básico, o fonológico, que subjaz ao *morfema*. A intenção bloomfieldiana é elaborar uma teoria morfológica que sustente a própria morfologia, vista entre dois níveis constituintes dessa *estrutura*: assim, o nível morfológico estaria situado abaixo do nível sintático. Em sua primeira elaboração teórica, o conceito de *morfema* situa-se na seguinte rede terminológica:

Conceito bloomfieldiano inicial de Morfema e conceitos relacionados
(DEF. 6.19) <i>Morfema</i> é uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores.
(DEF. 6.20) A <i>alternância fonética</i> é a alternância de um fonema determinada por fonemas acompanhantes.
(DEF. 6.21) A <i>alternância formal</i> é a alternância provocada por formas acompanhantes.
(DEF. 6.22) A <i>alternância por elemento zero</i> é a ausência de som para representar a ausência de algo.
(DEF. 6.23) A <i>alternância automática</i> é a alternância determinada pelas formas anexas.
(DEF. 6.24) A <i>alternância supletiva</i> é a alternância de formas componentes tendo como base um paradigma irregular.

Quadro 6.5: Conceito bloomfieldiano inicial de *Morfema* e conceitos relacionados

¹⁴⁸ É frequente, em manuais de Linguística, a menção ao *Cours* como um ponto de ruptura com a Linguística Histórica e o início de uma Linguística Geral. O Estruturalismo e suas variadas vertentes seriam uma consequência desse rompimento.

A propriedade intensiva “uma forma recorrente” mínima privilegia o *significante*, não o *significado*, nem mesmo a junção do *significante* com o *significado*. O *morfema* seria aquilo que dá corpo ao constituinte fonológico. Para isso, é preciso que esse corpo seja uma “forma recorrente”, isto é, paradigmática, e que essa forma não se confunda com o nível fonológico puro e simples, ou os fonemas sem significado. Embora o significado seja mencionado, na elaboração teórica, não se constitui uma propriedade fundamental, mas secundária.

Certos *morfemas* não apresentam essa propriedade, por isso cada tipo de alternância previsto procura apontar a causa da mudança ocorrida em certos fonemas. A alternância descrita em 6.20 diz respeito exclusivamente ao *significante*. As alternâncias descritas em 6.21 e 6.24 envolvem a junção do *significante* com o *significado*, embora o modo como são apresentadas revele o foco de observação a partir do *significante*. A série de alternâncias fonológicas, que culminam em formas morfológicas, procura explicar, *a priori*, as possíveis irregularidades formais. No entanto, essas alternâncias abrigam elementos que ocorrem por razões distintas, decorrentes da própria *estrutura* prevista no modelo, isto é, o nível fonológico, o nível morfológico e o nível sintático.

A tentativa de explicar as *alternâncias* por meio do significado em comum decorre da exclusão da diacronia. A mudança na concepção de *língua* implica a eliminação do elemento diacrônico, uma de suas propriedades; então é preciso encontrar nas unidades linguísticas aquilo que, em sua *estrutura* concreta, permite sua combinação com outras unidades. O resultado dessa elaboração teórica, desprendida da realidade histórico-factual, é a criação do conceito de *morfe*.

O foco de observação centrado no *significante* implica a exclusão do conceito de *signo*; além disso, a propriedade fundamental, o significado, é, desde o início, vista como secundária. Logo, o procedimento empregado na conceitualização do termo *morfema* é *ético* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1), pois o conteúdo conceitual é sobreposto às características encontradas na descrição das línguas.

Em sua reformulação teórica, o *significado* antes preterido é retomado. Permanece a questão da irregularidade do *significante*. Outros conceitos, então, são formulados:

Conceito bloomfieldiano posterior de Morfema e conceitos relacionados
(DEF. 6.25) <i>Morfema</i> é uma forma linguística que não tem semelhança fonético-semântica com qualquer outra forma.
(DEF. 6.27) <i>Morfe</i> é um segmento fônico cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes a qual constitui um morfema.
(DEF. 6.28) <i>Morfema</i> é uma classe de morfes.

Quadro 6.6: Conceito bloomfieldiano posterior de *Morfema* e conceitos relacionados

Na reelaboração do conceito, a propriedade “forma recorrente” é substituída por “forma linguística”, e a propriedade “que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores” é substituída por “que não tem semelhança fonético-semântica com qualquer outra forma”. As duas propriedades adotadas constituem uma estratégia de resgatar o conceito de *signo*, e o *significado* passa a ser o meio de delimitação da unidade mínima. Entretanto, as propriedades não são suficientes para condicionar a aplicabilidade do conceito: não apenas um *morfema*, mas qualquer outra “forma linguística”, como *palavra*, por exemplo, pode ser uma forma “que não tem semelhança fonético-semântica com qualquer outra forma”. Assim, a definição proposta por Bloomfield não faz de *morfema* um conceito, pois não distingue o objeto *morfema* de outros objetos.

A substituição de *forma recorrente* por *forma linguística* tinha por objetivo agregar os mais variados elementos cuja classificação, se deveras condicionada, seria problemática: a análise de *constituintes imediatos* operacionalizada no *sistema sincrônico* então atual da língua, ainda que se valesse de um conjunto de outros conceitos, tais como *modulação fonética*, *alternante-zero*, *semema*, *traço-zero*, *substituição de traços* e *traço-subtrativo*, depara-se com dois obstáculos fundamentais:

1. O mesmo objeto linguístico (alternâncias fonológicas) pode ser enquadrado em mais de um conceito;
2. O mesmo fenômeno linguístico (alternâncias morfológicas) pode ser causado por níveis distintos da estrutura, como se observou anteriormente.

O conceito de *morfema*, então, *cai sob o conceito* de *classe de morfes* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). Dessa maneira, apresenta-se por meio das propriedades concernentes ao *morfe*. O conceito de *morfe* foi criado para abrigar todas as alternâncias, mantendo a proposta de legitimar o objeto da morfologia. *Morfe* – objeto que expressa as alternâncias – *cai sob o conceito* de “segmento fônico cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). O conceito apresenta uma propriedade “segmento fônico”, ou seja, a extensão do conceito, que pode ser uma série de fonemas recorrente ou alternada, é vista como *segmento*. A extensão do conceito apresenta outra propriedade “cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes”, ou seja, um *segmento fônico* só será abrigado em uma *classe de morfes* se, e somente se, apresentar um significado que lhe permita ser abrigado. No entanto, a *classe de morfes* é outro conceito, cuja propriedade é “conjunto de segmentos fônicos cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes”. Ainda, um *morfema* é uma *classe de morfes*; portanto, apresenta-se por meio dessa mesma propriedade. Vê-se claramente que se tem aqui um raciocínio circular. Por essa razão, teoricamente, o conceito de *morfe*, concebido para abstrair todos os demais conceitos (*modulação*

fonética, alternante-zero, semema, traço-zero, substituição de traços e traço-subtrativo; cf. § 6.2.2), não resolve os problemas apontados imediatamente acima, nos itens 1 e 2.

Na análise descritiva, ainda que restem as incongruências teóricas, propostas no lugar de *morfema supletivo, morfema zero e morfema subtrativo* (cf. § 6.2.2), não havia como falar de “formas da mesma palavra”. Uma *classe de morfes*, por exemplo, constituída de itens linguísticos com o significado de “mais de um” ou de itens linguísticos de “tempo” ou de “pessoa e número”, nos verbos, formava palavras diferentes, uma vez que, se assim não fosse, seria incongruente com a própria conceituação de *morfema*. Por essa razão, o conceito de *flexão* se dá por meio da referência a sua extensão:

✓ A *flexão* aplica-se a formas de plural e a formas verbais.

A *flexão* – e suas extensões - *cai sob o conceito de morfema* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). Assume, portanto, a propriedade de “segmento fônico cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes”. Dessa forma, muitas vezes, segundo o próprio Bloomfield, é indissociável da *derivação* (cf. § 6.2.2). Deduz-se, dessa afirmação, que *derivação* seria um conceito empregado para se falar de palavras diferentes.

A análise estrutural das línguas assumiu uma descrição calcada em *sincronia*, entendida como estado de língua coetâneo ao pesquisador. Esse entendimento difere daquele apresentado no *Cours*, porque exclui qualquer procedimento fundamentado em dados históricos. Certas transformações ocorridas nas línguas são fatos que se combinam a conservações e a inovações. O conceito saussuriano de *sistema* é uma elaboração teórica que procura explicar esse fenômeno. Além disso, a *analogia* era um conceito que não apenas subsumia os de *flexão* e de *derivação*, mas também permitia explicar o meio pelo qual as conservações, as inovações e as transformações da língua se harmonizavam.

O conceito de *sistema*, na perspectiva bloomfieldiana, converte-se em conceito de *sistema sincrônico*, que se define pela *estrutura* de uma língua. A *estrutura* de uma língua é observada a partir do *significante*; conectado ao *significado*, apresenta alternâncias inexplicáveis em sincronia. A elaboração teórica que prevê a concepção de *morfê* serve para explicar essas alternâncias; no entanto, ao ser aplicável a elementos da *flexão*, o conceito de *morfê*, por ser incompatível com a ideia de “formas da mesma palavra” atrelada à sintaxe, se choca com a divisão de níveis hierárquicos da língua. A sintaxe, como nível superior, estaria subjugada por não controlar as combinações supostamente expressas na *flexão*.

Assim, de uma análise fundamentada em um procedimento *ético*, Bloomfield passa a uma análise fundamentada em um procedimento *êmico*: os dados linguísticos passam a orientar a descrição. Essa *conversão de perspectiva* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1), ocorrida no cerne de sua teoria, inviabiliza seu projeto de elaborar conceitos aplicáveis à descrição de qualquer língua. Interessa notar que, em Bloomfield, os conceitos de *flexão* e de *derivação* não são questionados nem mesmo quanto a suas extensões, muito embora, no *Cours*, já tivessem sido apresentados como conceitos vinculados à tradição gramatical, à *declinação*, à *conjugação* e à *classe de palavras*. Nesse sentido, em Bloomfield, especialmente o conceito de *flexão* resguarda traços advindos dessa tradição a que se sobrepõem as elaborações teóricas centradas na *estrutura* da língua.

Em suma, no *Cours*, os conceitos de *flexão* e de *derivação* são subsumidos pelo conceito de *analogia*, além de deliberadamente se vincularem à tradição gramatical, que deveria, da mesma forma, ser suplantada por uma teoria Linguística estabelecida por meio de uma rede terminológica predominantemente própria. Em Bloomfield, ainda que tenha havido uma elaboração teórica, os traços conceituais presentes na *flexão* concernem à tradição canônica, permanecem subjacentes e se materializam nas extensões referidas nos procedimentos intrateóricos.

Já em Câmara Jr., a noção de *mecanismo* – arranjo e combinação de itens – subjaz seu conceito de *língua*, que se revela em sua definição de gramática descritiva e de seus itens:

Conceito de Câmara Jr. de gramática descritiva e conceitos relacionados
(DEF. 6.29) A <i>gramática descritiva ou sincrônica</i> é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, num dado momento, como meio de comunicação entre os seus falantes, e na análise da estrutura, ou configuração formal, que nesse momento a caracteriza.
(DEF. 6.30) A <i>derivação</i> é um mecanismo não obrigatório por meio do qual morfemas gramaticais assistemáticos e voluntários formam o léxico.
(DEF. 6.31) Os <i>morfemas flexionais</i> estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação.
(DEF. 6.32) A <i>flexão</i> é um mecanismo obrigatório por meio do qual morfemas sistemáticos se concatenam em paradigmas coesos e com pequena margem de variação.

Quadro 6.7: Conceito de Câmara Jr. de gramática descritiva e conceitos relacionados

A língua se caracteriza por uma *estrutura* cuja propriedade é ser um *mecanismo* que a faz funcionar. A *gramática descritiva ou sincrônica* estuda esse *mecanismo* e sua configuração “que nesse momento a caracteriza”, isto é, Câmara Jr. vale-se de um método estritamente sincrônico. Os elementos linguísticos são descritos pela *função* que apresentam.

A *derivação* cai sob o conceito de “um mecanismo não obrigatório” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), cuja função é formar o léxico. A extensão do conceito aplica-se a “morfemas gramaticais assistemáticos e voluntários”. Câmara Jr. foi quem se referiu à teoria varroniana empregando as expressões “*derivatio voluntaria*” e “*derivatio naturalis*” (cf. § 2.1.4), que, como se viu, se tratava, de

fato, das expressões *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria* (cf. § 4.3.1). Em sua interpretação da obra varroniana, a “*derivativo voluntaria*” equivalia à *derivação*, ou seja, era um mecanismo acionado quando fosse necessário criar palavras. Os *morfemas gramaticais*, nesse *mecanismo*, seriam *assistemáticos*, o que, em grande medida, parece se tratar de um conceito de *morfema* destoante do até então visto: a noção de *estrutura* implica formas regulares. Contudo, por *assistemático* entende-se *não obrigatório*, *não onipresente*, embora faça parte do chamado *mecanismo* da língua.

O conceito de *derivação* opõe-se ao de *flexão*. A *flexão* cai sob o conceito de “mecanismo obrigatório” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), que implica uma série de propriedades às suas extensões, os “morfemas sistemáticos”, ou os “morfemas flexionais”. Suas propriedades são “concatenar-se” em “paradigmas coesos” com “pequena margem de variação”. A propriedade intensiva e as propriedades extensivas do conceito de *flexão* são dadas por oposição às da *derivação*. Câmara Jr. associou a *flexão* à “*derivatio naturalis*”, que, segundo sua visão, se referia aos *casos* latinos, estritamente regulares, paradigmáticos e coesos, uma vez que marcavam a função sintática da palavra na sentença.

Nessa interpretação do texto varroniano, amalgama-se ao conceito de *flexão* a descrição que se faz da língua latina. No português, os *morfemas flexionais* teriam a mesma *função* que tinham no latim. Por essa razão, Câmara Jr. afirma que os *sufixos* de *grau* não são *sufixos flexionais* (cf. § 6.2.3). Salienta-se dessa interpretação o objetivo de desenvolver uma *gramática descritiva* que se prestasse à análise de qualquer língua. Porém, Câmara Jr. vale-se de um procedimento *émico*, pois os termos usados se adaptam às características do português. Uma característica do português, para ele, é fundamental ao se falar de *flexão*:

- ✓ *Toda concordância é flexão.*
Apenas a flexão é concordância.

A propriedade intensiva expressa nas sentenças é, de fato, uma propriedade da *concordância*. A *concordância* é o mecanismo pelo qual a *flexão* se torna *paradigmática* nos itens morfológicos. Os *morfemas flexionais* são *concatenados* e promovem o *arranjo* da *combinação* entre os itens. A estrutura concreta da língua se faz presente por meio da *concordância*, ou seja, o *mecanismo sistemático*, *obrigatório*, *paradigmático* substitui visivelmente a concepção de “sistema abstrato de signo inter-relacionados”, como preconizado no *Cours*. Além disso, como ocorreu em Bloomfield, o *teste da comutação* (cf. 2.1.4; § 6.2.2; § 6.2.3) substitui os conceitos de *relação associativa* e *relação sintagmática*, presentes no *Cours*: em vez de uma “série mnemônica virtual” ou de “signos no encadeamento linear da língua”, tem-se a utilização de *pares mínimos*, como visto em, por ex., *gato feio* / *gata feia*.

Dessa forma, quanto ao *gênero linguístico*, Câmara Jr. não vê *morfemas flexionais* presentes nos substantivos, mas descreve-os nos adjetivos, que *flexionam* em *gênero* por *concordância* com o substantivo. Por isso o conceito de *flexão* não se aplica a todos os substantivos, envolvidos em outra rede terminológica:

Conceito de Câmara Jr. de gênero linguístico e conceitos relacionados
(DEF. 6.34) <i>Vogal temática</i> é parte da estrutura formal de uma raiz ou de um radical.
(DEF. 6.35) <i>Gênero redundante</i> é uma marca de gênero feminino em palavras femininas.
(DEF. 6.36) O <i>gênero feminino</i> é uma especificação semântica em pares lexicalmente opostos.

Quadro 6.8: Conceito de Câmara Jr. de *gênero linguístico* e conceitos relacionados

Segundo Câmara Jr., a vogal final de um substantivo faria parte de sua raiz ou radical, isto é, seria sua *vogal temática*. Haveria, no entanto, substantivos de *gênero redundante*, condição exclusiva de substantivos femininos. Assim, o *gênero feminino* *cai sob o conceito* “uma especificação semântica” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), que se aplica a “pares lexicalmente opostos”, que vem a ser sua extensão, o que denota a apreensão de *pares mínimos*. A *redundância* de *gênero*, apenas no caso de substantivos femininos, seria, então, uma marca que expressaria um significado em contraste com seu *par lexicalmente oposto*. Dentre os significados apreendidos em contraste, estaria o sexo biológico.

A descrição de Câmara Jr. possibilita uma ambiguidade. Se, por meio da *derivação*, que não é um *mecanismo obrigatório*, criam-se palavras para formar o léxico e, se a marca de *gênero* encontrada em substantivos femininos é uma *redundância*, pode-se deduzir que um substantivo que tenha recebido essa marca de *gênero* é um produto de *derivação*. Câmara Jr. continuou chamando de *flexão* essa marca presente nos substantivos femininos, no entanto, deixou a discussão para seus sucessores.

Nesse sentido, a teoria morfológica de Câmara Jr. é imperativa quanto a classificar a *derivação* como um processo lexical e a *flexão* como um processo sintático, gerido pelo *mecanismo* de *combinação* de itens. Essa concepção permite-lhe afirmar que o *grau*, no português, diferentemente do latim, não é exigido pelo *mecanismo flexional*, mas que o *gênero* e o *número* são elementos *flexionais*.

Por essa razão, em sua visão, a morfologia do português quanto ao *gênero* seria, nos nomes, um subproduto da sintaxe, o que pode ser constatado por sua concepção de traço redundante nos substantivos e traço flexional nos adjetivos. Vale lembrar que Câmara Jr. referia-se à forma. A *vogal temática*, nos nomes, foi concebida como um traço dos *casos* latinos que, desaparecidos, teriam assumido as formas *-a*, *-o*, *-e*. Sendo um traço herdado do latim, no português, seria, do mesmo modo, um traço exigido pela sintaxe. Daí decorre a *redundância*, no substantivo, e a *concordância*, no

adjetivo, uma vez que esta *classe de palavras*, assim como os artigos, explicitariam a marca de *gênero* determinada por aquela classe.

Dessa forma, a teoria morfológica de Câmara Jr. resgata uma rede terminológica oriunda da tradição gramatical latina e adaptada ao procedimento *ênico* de descrição e análise linguística. A sintaxe é concebida como um nível superior da *estrutura* linguística, a que se subordinam traços morfológicos inseridos nas unidades para promover sua *combinação*.

Concebida como nível hierárquico superior, no Estruturalismo, a Sintaxe, no Gerativismo é o cerne de toda investigação linguística:

✓ *A Sintaxe é uma estrutura constituinte subjacente da língua.*

Como *objeto*, a *sintaxe* cai sob o conceito de “estrutura constituinte subjacente” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), o que implica conceber todos os níveis de descrição linguística como regidos pela Sintaxe, isto é, qualquer unidade linguística apresenta certa estrutura organizada, regulada e concatenada pelas regras impostas pela Sintaxe. Essa concepção gerou a chamada *Gramática Transformacional*.

Vale notar, inicialmente, que a concepção de “sistema abstrato” é, do mesmo modo que ocorreu no Estruturalismo, substituída por *estrutura*: buscam-se, em todas as análises, *regularidades formais*, *padrões formais*, *regras formais* como meio de sustentar uma *estrutura* não mais provinda das descrições linguísticas. A *estrutura constituinte subjacente*, conceito superior que subsume a sintaxe, na teoria gerativa, é uma *estrutura algorítmica*, pois de uma tentativa de concepção estrutural advinda de dados linguísticos se parte para uma tentativa de concepção estrutural advinda de um axioma: a *estrutura subjacente das línguas* é gerada no aparato biológico humano, a maior abstração do gerativismo. Contudo, essa abstração supraepistemológica carece, em sua aplicabilidade, de um *conjunto finito de regras*.

A conceitualização de Sintaxe, dada acima, é válida para todos os modelos estudados, pois, em momento posterior, há uma sobreposição de conteúdo, quando o Gerativismo assume contornos mais explícitos por meio do conceito de *Gramática Universal* (GU), advindo das reelaborações teóricas de Chomsky. A GU seria um conjunto finito de regras aplicável a qualquer língua natural.

Paralelamente, para os gerativistas, as línguas naturais constituem-se de modo diverso na *estrutura de superfície*, mas apresentam padrões apreensíveis na *estrutura subjacente*. Nessa teoria, a partir da década de 70, vislumbraram-se os modelos morfológicos lexicalistas, que partiram do princípio

de que as transformações sintáticas não poderiam nem formar nem alterar palavras. A partir da *Hipótese Lexicalista*, os modelos morfológicos iniciais de base gerativista, tal qual Bloomfield, conceberam existir três *módulos* distintos da linguagem: o fonológico, o morfológico e o sintático.

Nesse contexto, o objetivo é reconstituir o lugar da Morfologia, que passa a ser analisada a partir de uma nova *rede terminológica* amalgamada a termos anteriores. A *flexão* e a *derivação* seriam, em princípio, dois processos distintos, embora as discussões não tenham convergido a algum consenso sobre os conceitos e sobre a categorização de itens morfológicos. A *Hipótese Lexicalista Forte* e a *Hipótese Lexicalista Fraca* se diferem pelos itens morfológicos incluídos ou não incluídos no domínio do léxico. A *flexão* é o conceito que engloba esses itens morfológicos. A nova rede terminológica expressa conceitos pertinentes à Morfologia, concebida como módulo independente:

	Conceitos de Halle e Jackendoff relativos à Morfologia
Halle	(DEF. 6.38) <i>Lista de morfemas</i> compõe-se de palavras, de radicais e de afixos.
	(DEF. 6.37) <i>Palavra potencial</i> é uma derivação regular possível.
	(DEF. 6.39) <i>Dicionário</i> é o vocabulário de uma língua.
	(DEF. 6.41) <i>As regras de inserção lexical</i> são regularidades pertinentes ao dicionário.
	(DEF. 6.40) <i>Filtro</i> é um dispositivo de aplicação das regras de inserção lexical.
	(DEF. 6.42) O <i>traço [- Inserção Lexical]</i> é o dispositivo que elimina as idiossincrasias.
	(DEF. 6.43) Uma <i>regra de formação de palavras</i> é uma derivação regular composta a partir da lista de morfemas que gera uma palavra potencial constituinte do dicionário se, e somente se, essa palavra passar pelo filtro.
	(DEF. 6.45) <i>Morfologia flexional</i> aplica-se à reduplicação, à apofonia, à declinação e às desinências.
Jackendoff	(DEF. 6.46) <i>Lista de entradas</i> compõe-se de bases e de palavras complexas.
	(DEF. 6.49) <i>Palavra complexa</i> é a forma linguística composta de base e de afixos.
	(DEF. 6.48) <i>Base</i> é uma forma linguística na qual se inserem afixos.
	(DEF. 6.51) <i>Regra de redundância</i> é a regularidade semântica com correspondência morfológica ou formal prevista nas bases e nos afixos.
	(DEF. 6.50) A <i>concordância</i> é uma propriedade do componente sintático da língua capaz de filtrar as formas produzidas no componente morfológico.

Quadro 6.9: Conceitos de Halle e Jackendoff relativos à Morfologia

Nessa concepção, a teoria morfológica foi calcada no estabelecimento de *regras de formação de palavras*. Os modelos morfológicos, independentemente de assumirem a *Hipótese Lexical Forte* ou a *Hipótese Lexical Fraca*, procuram estabelecer parâmetros de análise que convirjam para a abstração. *Regras* são formulações que permitem expressar a generalização dos fenômenos linguísticos. A importância dessa generalização reside no fato de que o aparato teórico deve ser capaz de descrever e analisar qualquer língua natural. Por isso as notações, que representam os processos por meio de símbolos, são tão presentes nesses modelos.

No modelo de Halle, as *regras* são próprias do *módulo morfológico*. As regularidades presentes nos itens que compõem o *dicionário* estabelecem as *regras de inserção lexical*, assim como eliminam as idiossincrasias. Certos conceitos são interdependentes: há uma equivalência entre *palavra potencial* e

derivação regular, cujas regras são extraídas das *palavras existentes* (cf. § 6.2.4), e entre *dicionário* e *vocabulário*, pois, nas sentenças definidoras desses conceitos, a *função* é de *igualdade ou de identidade* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3).

O conceito de *Lista de morfemas* é aplicado a *palavras*, a *radicais* e a *afixos*. Embora a extensão do conceito seja conhecida, o mesmo não se pode dizer da propriedade intensiva. Os itens componentes da lista não são exclusivamente unidades morfológicas mínimas, mas são tratados como *morfemas*. Deduz-se que as *regras de formação de palavras* preveem a existência de palavras derivadas de outras derivadas.

Quanto às propriedades intensivas do conceito de *regras de formação de palavras*, têm-se uma “*derivação regular*” gerada a partir de uma “*palavra potencial*”, que, para compor o “*dicionário*”, depende da liberação de um “*filtro*”. Como se viu, *palavra potencial* e *derivação regular* são conceitos equivalentes. Já *dicionário* equivale a *vocabulário*, isto é, as *palavras existentes* em uma língua, ou seja, aquelas com as quais a *derivação regular* deve se identificar, que fornecem um *filtro* supostamente capaz de marcar os traços idiossincráticos e eliminar, por meio do *traço* [- *Inserção Lexical*] as *palavras potenciais*, mas não reais. A circularidade é a marca evidente dessa elaboração teórica, pois, ao final, um *filtro* elimina palavras que nunca existiram, mas, não se sabe a razão, acaba por permitir idiossincrasias (cf. § 6.2.4).

A teoria de Halle procura prever as formações de palavras que, embora inexistentes na realidade da língua, são possíveis porque embasadas em regras previamente estabelecidas. No entanto, essas regras são dedutivas, já que não consideram, *a priori*, as *palavras existentes*, mas sim as *palavras potenciais*.

Jackendoff propõe uma abordagem, em parte, convergente no que diz respeito à concepção de *lista*: em comparação àquela elaborada por Halle, as duas *listas* agregam itens oriundos do módulo morfológico, uma espécie de lugar virtual onde se encontram as unidades fonológicas transformadas em unidades morfológicas mínimas e máximas. Halle inclui *palavras*, *radicais* e *afixos*; Jackendoff exclui os *afixos*, incluindo o que ele chama de *palavras complexas*. A mudança na composição da *lista* evidencia uma *conversão de perspectiva* apreensível por meio da análise dos demais conceitos.

O modelo prevê a apreensão de *regras*. A principal delas é a *regra de redundância*, cuja propriedade é a “regularidade semântica com correspondência morfológica ou formal” advinda das *palavras complexas* que, por sua vez, têm a propriedade da “forma linguística composta de base e de afixos”. Os conceitos de *regra de redundância* e de *palavras complexas* são interdependentes. As *bases* e

as *palavras complexas* (em que há afixos) que constituem a *lista de entrada* devem ser estritamente regulares, uma vez que são extensões do conceito de *regra de redundância*. Dessa forma, o conceito de *regra de redundância* cai sob um conceito superior de “regularidade semântica com correspondência morfológica ou formal” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). Essa propriedade vinculada à *regra de redundância* é nota do seguinte conceito:

✓ *A concordância é uma propriedade do componente sintático da língua capaz de filtrar as formas produzidas no componente morfológico.*

Na teoria de Jackendoff, o *filtro* não advém do *módulo morfológico*, mas sim é uma propriedade do “componente sintático”. Assim, o conceito de *concordância* cai sob um conceito superior de “componente sintático da língua” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3) em consonância com o conceito de *sintaxe*, cuja propriedade fundamental é ser “uma estrutura constituinte subjacente”. As *palavras complexas*, estritamente regulares, fornecem as *regras de formação de palavras*, e a propriedade fundamental é a “regularidade semântica com correspondência morfológica ou formal”. Essa propriedade permite incorporar às *regras de redundância* o que antes era distinto: a *flexão* e a *derivação* filtradas por meio da *concordância*, atributo da *sintaxe*.

Por fim, é importante observar as extensões referidas por Halle e por Jackendoff quanto ao conceito de *flexão*. Para Halle, a *morfologia flexional* tem por extensão a *reduplicação*, a *apofonia*, a *declinação* e as *desinências*. Em Jackendoff, a *flexão* é mencionada na regularidade da conjugação verbal e nos padrões encontrados nas supostas irregularidades, isto é, certas formações, ainda que não sigam a regularidade das *palavras complexas*, apresentam padrões quanto à mudança (cf. § 6.2.5). Nesses modelos, permanece a menção a itens lexicais e a *flexões* como formações distintas, reunidas apenas quando apresentam regularidades formais e semânticas. A *flexão*, por fim, não forma itens lexicais, embora seja contemplada nas *listas* de ambos os autores por apresentar regularidades. Por isso, consideram-se Halle e Jackendoff como representantes da *Hipótese Lexicalista Forte*.

O exame das teorias de ambos os autores permite fazer certas considerações. Há um pressuposto na *Hipótese Lexical*: as transformações sintáticas não alteram nem formam palavras. Se a teoria gerativa deseja estudar o léxico, deve buscar *padrões formativos* que sejam congruentes com a concepção de *um conjunto finito de regras*. Devido às características do próprio objeto, dados linguísticos, a elaboração teórica a ser construída depende da busca de regularidades entre forma e significado. Os dados linguísticos, quando observados, por exemplo, nomes e verbos, evidenciam *mudanças*. A percepção das *mudanças* obriga a reconhecer um estado anterior e um estado posterior, mas não é que ocorre, pois um aparato biológico que sustente *um conjunto finito de regras* não admite

mudanças porque deve ser aprioristicamente atemporal, a-histórico, a-espacial, a-individual, a-social, a-cultural. Assim, do mesmo modo que Bloomfield teve de criar o conceito de *morfe* para explicar as alternâncias, é preciso que a elaboração teórica contenha explicações que viabilizem a existência de itens linguísticos não padronizados.

Coube a Aronoff a elaboração teórica segundo a qual um dos componentes da língua seria o *Léxico*, que atuaria de maneira completamente independente da *Sintaxe*. Em sua teoria, a *competência* do *falante* faz-se presente e transforma-se na força atuante na *produtividade* (cf. § 6.2.6). Como se viu, na teoria chomskyana, a *competência* é um dispositivo genético que faculta ao *falante* o exercício pleno da *Gramática Universal* (cf. § 6.1). Nessa relação, Aronoff entendia que a *competência* era, no módulo lexical, o elemento que exponenciava a *produtividade* (cf. § 6.2.6). Sua teoria pretendia estabelecer, de modo definitivo, o lugar da Morfologia nos estudos da linguagem. Em meio à evidente *conversão de perspectivas* (SWIGGERS, 2004; cf. § 2.1.1), marcada pela absoluta divisão entre *Léxico* e *Sintaxe*, a análise mais pormenorizada dos conceitos pertinentes a cada módulo traz importantes concepções para a análise do atual estado da Morfologia:

Conceitos aronoffianos relativos ao Léxico
(DEF. 6.52) <i>Morfema</i> é uma forma fonológica.
(DEF. 6.56) <i>Formas livres</i> são itens linguísticos que atuam como signos.
(DEF. 6.53) <i>Léxico</i> é um componente linguístico que abriga a morfologia derivacional.
(DEF. 6.54) <i>Palavras potenciais</i> são aquelas que podem ser criadas pelos falantes por meio de regras regulares.
(DEF. 6.55) <i>Palavras existentes</i> são aquelas que foram conservadas e podem apresentar alterações formais e semânticas.
(DEF. 6.63) <i>Regra de redundância</i> é uma regra de formação de palavras observadas concomitantemente em palavras existentes e em palavras potenciais.
(DEF. 6.59) <i>Bloqueio</i> é um item lexical que impede a existência de uma palavra potencial.

Quadro 6.10: Conceitos aronoffianos relativos ao Léxico

Excluído do estatuto de signo, o *morfema* cai sob o conceito de “forma fonológica” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), isto é, um *morfema* é um item de formação de uma *forma livre*, que *cai sob o conceito* de “item linguístico” cuja propriedade é “atuar como signo”. Na geração de itens, as *bases* das quais se formavam *palavras* eram as próprias *palavras*, não os *morfemas*, que, para Aronoff, poderiam não apresentar significado, ou seja, não se apresentarem como signos (cf. § 6.2.6). Há, portanto, outra *conversão de perspectivas* (SWIGGERS, 2004, cf. § 2.1.1), pois se passa de uma morfologia voltada para a análise e descrição de *morfemas* para uma morfologia centrada em *palavras*.

O esvaziamento semântico do conceito de *morfema* é uma tentativa de explicar como o aparato biológico não controla a forma, ou o significante, uma vez que as formas não são padrões. Pela mesma razão, é preciso resgatar o conceito de *signo*: o significado não está nas unidades

mínimas morfológicas, mas em uma unidade chamada de palavra a que se atribui significado. Contudo, resta o desafio de estabelecer *padrões formativos* dessas unidades chamadas de palavras.

Léxico cai sob o conceito de “componente linguístico” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), um dos módulos da linguagem, em que estaria contida a “morfologia derivacional”. A *linguagem*, uma faculdade humana, seria composta de módulos independentes, como se fossem informações armazenadas em lugares distintos, cujo processamento se realizaria na *competência* do *falante*. Nesse quadro, analisar e descrever as *regras de formação de palavras* implicaria a obtenção dos algoritmos das operações da *derivação*.

A morfologia centrada em *palavras* pressupõe a análise de *palavras potenciais*. As *palavras existentes* apresentam-se sob a forma de itens conservados e, muitas vezes, idiossincráticos, pois são constituídos de “alterações formais e semânticas”. As *palavras potenciais*, na então sincronia atual, eram as palavras novas, criadas por meio de regras regulares – os algoritmos –, cujo exame propiciaria a compilação das *regras de formação*. Uma *palavra potencial* poderia não existir caso um item lexical impedisse sua formação, o que era chamado de *bloqueio*. Contudo, as *regras de redundância* seriam extraídas de regularidades advindas tanto de *palavras potenciais* quanto de *palavras existentes*.

Afora a extração de *regras*, o conceito de *produtividade* desdobra-se, garantindo a hegemonia da sintaxe:

Conceitos aronoffianos relativos à Sintaxe
(DEF. 6.57) <i>Produtividade parcial</i> é uma dimensão baseada nas palavras existentes.
(DEF. 6.58) <i>Produtividade total</i> é uma dimensão baseada nas palavras potenciais.
(DEF. 6.60) A <i>flexão</i> é geralmente vista como abrangendo os marcadores ‘puramente gramaticais’, aqueles para tempo, aspecto, pessoa, número, gênero, caso, etc.
(DEF. 6.61) <i>NODE</i> é a relação estabelecida entre os itens linguísticos na Sintaxe.
(DEF. 6.62) A <i>flexão</i> é um fenômeno morfológico regido pela Sintaxe.

Quadro 6.11: Conceitos aronoffianos relativos à *Sintaxe*

O conceito de *produtividade*, dividido em *parcial* e *total*, cai sob o conceito de “dimensão” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). A *dimensão* é uma escala medida em duas perspectivas: a escala é *parcial* quanto às regras extraídas das *palavras existentes*; a escala é *total* quanto às regras extraídas das *palavras potenciais*. As *palavras potenciais*, como se viu, apresentam maior regularidade porque estão condicionadas à *competência* do *falante*, cujo aparato biológico lhe permite exercer a plenitude da *faculdade da linguagem*.

As operações previstas para a obtenção das *regras de produtividade* contradizem por si o apriorismo gerativista: reconhecer a existência de palavras que **se conservam** e apresentam “alterações formais e semânticas” implica reconhecer também que a *estrutura constituinte subjacente*

aceita elementos não padronizados e, portanto, temporais, históricos, espaciais, individuais, sociais e culturais. As *regras de formação de palavras* devem partir da análise dos constituintes morfológicos, mas o significado desses constituintes não é relevante para o significado lexical, adquirido apenas quando a palavra passa a compor a *estrutura subjacente*. Nessa concepção, não há morfologia, existe apenas um aparato fonológico transformado em unidade lexical; ainda assim, teoricamente, procura-se estabelecer *regras de formação de palavras* que sustentem uma morfologia derivacional.

Consequentemente, a divisão absoluta entre Léxico e Sintaxe transporta a *flexão* para o domínio da Sintaxe. Nos modelos anteriores, a *flexão* estava subordinada às configurações do módulo morfológico, que deixou de existir nesta reelaboração teórica, conforme as sentenças dispostas no quadro acima: a *flexão cai sob o conceito de “fenômeno morfológico regido pela Sintaxe”* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), ou seja, são itens que compõem as palavras, mas são regidos pela “estrutura constituinte subjacente”, responsáveis pela “relação estabelecida entre os itens linguísticos”, o *NODE*. Além das propriedades assumidas na subsunção do conceito, a *flexão* apresenta “marcadores puramente gramaticais” e, em sua extensão, aplica-se a “tempo, aspecto, pessoa, número, gênero, caso etc.”. As propriedades extensivas do conceito de *flexão* são as mesmas dadas pela tradição gramatical.

Os meios de obtenção das *regras de redundância* e das *regras de formação de palavras*, nos parâmetros de Aronoff, desvendavam uma série de irregularidades, o que o faz postular que a semântica seria secundária (cf. § 6.2.6). Basilio, então, se opõe às *regras de redundância* e à morfologia centrada em palavras. Muito embora compartilhe, em geral, dos fundamentos da teoria gerativa, propõe certas adaptações:

Conceitos de Basilio relativos à Morfologia Derivacional
(DEF. 6.64) <i>Regra de Análise Estrutural plena</i> é uma descrição em que a base e os afixos de formações regulares apresentam forma e significado precisos.
(DEF. 6.65) <i>Regra de Análise Estrutural opaca</i> é uma descrição em que a base e os afixos de formações irregulares podem não apresentar forma e significados precisos.
(DEF. 6.66) <i>Flexão</i> é uma variação sistemática na forma das palavras para a expressão de categorias gramaticais.
(DEF. 6.67) <i>Derivação</i> é uma formação de palavra pela adição de um afixo a uma base.

Quadro 6.12: Conceitos de Basilio relativos à *Morfologia Derivacional*

Na sua visão, as **palavras herdadas** devem ser analisadas sob uma ótica distinta: *as regras de análise estrutural*. Por meio dessas regras, pretende-se descrever as formações ocorridas pela junção de bases e de afixos, nas quais se preveem as regularidades e as irregularidades de forma e de significado. Se, por um lado, a elaboração teórica parece partir de um método indutivo de análise linguística, por outro, a menção a *regras* nas expressões que representam os conceitos revela a busca de padrões, isto é, os itens linguísticos a que se aplicam as *regras* devem, obrigatoriamente,

apresentar um certo tipo de padrão formativo: ser possível o reconhecimento da base e do afixo em uma formação.

O que se tem, novamente, por meio da menção a **palavras herdadas** é uma admissão de etapas anteriores àquela analisada. Um princípio de *gramática universal*, mas não só, de algum modo, aceita formas não padronizadas porque oriundas de outras sincronias, embora prevaleça o vínculo entre um *sistema estrutural sincrônico* e um aparato biológico, condição fundamental para se falar de *gramática universal* como *conjunto finito de regras*.

Na teoria de Basílio, a *flexão* cai sob o conceito de “variação sistemática na forma das palavras” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), na qual há a propriedade de “expressão das categorias gramaticais”. Nessa concepção, a *flexão* atende aos requisitos da teoria gerativa, uma vez que seus itens apresentam maior regularidade, ou seja, são sistemáticos, portanto, oriundos da *estrutura constituinte subjacente*. Os itens flexionais continuam a apresentar-se sob a forma de *gênero*, de *número*, nos nomes, e de *modo*, *tempo*, *pessoa* e *número*, nos verbos. Não são afixos derivacionais porque pertencem à *gramaticalidade* das línguas e obedecem a um padrão sistemático.

A *derivação*, por sua vez, cai sob o conceito de “formação de palavra” (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3) por meio da propriedade da “adição de um afixo a uma base”. O reconhecimento de bases e de afixos é fundamental para se extrair as *regras de formação de palavras*, ainda que a estrutura seja *opaca*, em que bases e afixos não apresentam “forma e significado precisos”. O módulo lexical, nessa concepção, apresenta suas próprias *regras de formação* de itens que servirão ao módulo sintático. As *regras de formação*, porém, admitem idiosincrasias, muitas delas encontradas nas derivações de uma classe de palavras a outra, muito embora o próprio conceito de *palavra* tenha sido colocado em xeque (cf. § 6.2.7).

Nesse contexto, o procedimento de análise linguística não deixa de ser *ético*, pois a *estrutura constituinte subjacente* requer a busca de padrões na descrição das línguas. De um lado, a *gramaticalidade* das línguas residiria na sintaxe, e a *competência* do *falante* supostamente torná-lo-ia apto a julgar questões de *agramaticalidade*. Tem-se, por outro lado, o emprego de termos advindos da tradição clássica a que se sobrepõe conteúdo de reelaboração teórica. Ocorre, no entanto, que nem mesmo os conceitos de *regras de análise estrutural* e de *regras de formação de palavras*, em Basílio, deixam de ser incompatíveis com uma concepção de *estrutura constituinte subjacente* advinda de um *conjunto finito de regras* pertencente a uma *gramática universal*.

Capítulo 7

As continuidades e descontinuidades do conceito de Flexão

Nesta seção, expõem-se de maneira sintética e sistematizada, o conceito de *flexão*, os traços conceituais advindos da tradição greco-latina e as sobreposições de conteúdo relativas às elaborações teóricas próprias de cada autor. Além disso, discute-se o impacto dessas estratégias para a epistemologia linguística.

A proposta deste estudo historiográfico era avaliar a hipótese segundo a qual o conceito de *flexão* resguardaria traços conceituais originados na tradição clássica. Além disso, partiu-se também da hipótese de que o conceito pudesse apresentar sobreposições de conteúdo conectadas à rede terminológica, aos procedimentos de análise e à elaboração intrateórica. Ao final, pretendia-se averiguar as possíveis continuidades e descontinuidades de traços conceituais, uma vez que se propôs analisar autores de diferentes quadros teóricos, que, em algum aspecto, analisaram e descreveram as línguas a partir de abordagens convergentes ou divergentes.

Antes de tudo, é preciso apontar os limites desta análise. Como se optou por um estudo historiográfico panorâmico, não é possível determinar, em cada programa disciplinar: 1) se o autor cujo texto foi analisado é o responsável em si pela criação autônoma sobreposta ao conceito de *flexão*; 2) se a sobreposição de conteúdo encontrada em certo autor se estende a outros autores do mesmo período. Para isso, é necessária a elaboração de outra metodologia que, principalmente, inclua outros autores. Contudo os resultados das análises permitiram, por meio da busca de definições intensivas e extensivas, restituir os traços oriundos de uma *terminologia de empréstimo unilateral* que, de fato, se revelou originária do conceito em exame, e compreender os processos constituintes de uma *terminologia por sobreposição*, tal como preconizado por Swiggers (2010; cf. § 2.1.1).

Para isso, a análise das *funções* das sentenças em que são inseridos os *argumentos*, orientada pela Conceitografia de Frege (1891; 1892a; 1892b; 1895; cf. § 2.1.3), foi fundamental:

Antiguidade Clássica				
Autor	Argumento	Função	Propriedades Intensivas	Propriedades Extensivas
Varrão (116-27 a.C.)	<i>Declinatio naturalis</i>	igualdade à declinação	nasce do consenso entre os homens	palavras; casos oblíquos
	<i>Declinatio voluntaria</i>	igualdade à imposição	vem da vontade do indivíduo	palavras; caso reto

Cícero (106-43 a.C.)	<i>Flexão</i>	igualdade à modulação de voz	entonação ou modulação para expressar um significado	voz
Quintiliano (35-95 d.C.)	<i>Flexão</i>	igualdade à variação de voz	variação de voz	palavras/sílabas
Prisciano (500 d.C.)	<i>Flexão</i>	igualdade à declinação	declinação de caso	casos

Quadro 7.1: As funções e as propriedades do conceito de *Flexão* na Antiguidade Clássica

Em Varrão, o conceito de *declinação* é empregado para se referir aos *casos latinos*. Cícero, autor que figura no mesmo período, emprega *flexão* para designar uma técnica da oratória. Em Quintiliano, a *flexão*, entendida como *variação de voz*, passou a designar as diferenças e semelhanças entre as palavras, por meio da comparação entre as sílabas que as compunham; naquele momento, o termo era estritamente referencial, ou seja, seu sentido apontava para o objeto em si. Em Prisciano, como *princípio de igualdade*, concebeu-se que a *flexão* é uma *declinação*, outro conceito que, mais tarde, subdividiu-se em *declinação*, para os nomes, e *conjugação*, para os verbos (cf. § 5.1).

O fato é que um *princípio de igualdade* à *declinação* e à *conjugação* não foi descartado na reelaboração desse conceito. Novas camadas de significado sobrepõem-se e mesclam-se aos postulados teóricos empreendidos pelos autores estudados, nos séculos XIX e XX. Retomam-se certos pontos dessa trajetória anteriormente apresentada.

Autor	Argumento	Função	Propriedades Intensivas	Propriedades Extensivas
Schlegel (1808)	<i>Flexão</i>	subordinação a um princípio gramatical da composição orgânica da língua	autoevolução natural e corpórea da raiz linguística para expressar valores gramaticais	raízes
Bopp (1820; 1833)	<i>Flexão</i>		princípio gramatical	redobro de raízes, combinação de raízes, alteração vocálica ocorrida no interior das raízes, acréscimo de afixos às raízes
Schleicher (1850; 1859; 1861; 1863)	<i>Flexão</i>		<i>Beziehung</i> (é a relação, o formal, a modificação feita na raiz)	raízes relacionais

Quadro 7.2: A função e as propriedades do conceito de *Flexão* em Schlegel, Schleicher e Bopp

Na gramática comparada, flagra-se a elaboração de um conceito sobreposto: *a flexão é um princípio gramatical da composição orgânica da língua*. Essa sobreposição desenvolveu-se em meio a uma visão eurocêntrica de *língua*, que promovia a valorização de certos aspectos supostamente encontráveis apenas em línguas de uma mesma linhagem: o objetivo de encontrar a protolíngua desenvolvia-se por meio da comparação entre línguas e, nesse ínterim, a tipologia linguística foi

baseada em uma taxonomia, cuja descrição, identificação e classificação estavam imbuídas de certos valores subjetivos. A concepção de *língua orgânica* propiciou apreciações e interpretações calcadas na ideia de evolução, compreendida não como transformação, mas sim, de um surgimento primitivo e não desenvolvido, como a possibilidade de avanço e de aperfeiçoamento *orgânicos*.

Consideravam-se *flexivas* as línguas que apresentavam esse aperfeiçoamento. Eram compostas de *raízes especializadas*, porque nelas havia partículas expressivas do valor gramatical, sejam crescidas da própria raiz, sejam inseridas. As partículas de valor gramatical eram elementos que, no desenvolvimento de um estado primitivo, passaram a incorporar a anatomia de um organismo. A tipologia linguística permite avaliar que foram consideradas *flexivas* as línguas cuja morfologia se assemelhava às línguas latina e grega, presentes nas comparações dos autores, além das línguas germânicas, que apresentavam tanto a declinação quanto a conjugação. Nesse sentido, prevalece o peso da herança, em que a superioridade de uma *língua orgânica* se estabelece pelas características de línguas de prestígio e da língua vernácula dos autores.

As propriedades extensivas do conceito de *flexão* garantem a manutenção da tradição clássica. Paul e Saussure conceberam as mesmas extensões referentes ao conceito de *flexão*; há, porém, certas diferenças, que serão comentadas a seguir:

Autor	Argumento	Função	Propriedades Intensivas	Propriedades Extensivas
Paul (1880)	<i>Flexão</i>	subordinação à analogia e à sintaxe	categoria gramatical de ordem sintática e analógica	declinação e conjugação; gênero e número dos nomes, tempo e voz dos verbos
Saussure (1916)	<i>Flexão</i>	subordinação à analogia	paradigma restrito de unidades linguísticas	declinação e conjugação

Quadro 7.3: As funções e as propriedades do conceito de *Flexão* em Paul e Saussure

A regularidade formal e semântica, para Paul, são características que, em perspectiva histórica, conectam entre si os itens pertencentes a um *grupo linguístico etimológico*. Porém, em sua visão, as mudanças linguísticas trariam como consequência a existência de certos sufixos de difícil classificação: na língua de origem, eram flexionais; em línguas derivadas, eram derivacionais. Ainda, a presença desses elementos em classes de palavras distintas revelava, segundo sua concepção, ter havido o fenômeno por ele chamado de *analogias*, isto é, o gênero e o número, por exemplo, seriam *categorias gramaticais* presentes tanto em substantivos quanto em adjetivos que teriam, historicamente, assumido formas analógicas entre si. Sua análise sustenta-se pelo conceito de *classe de palavras*; daí sua menção a *formas da mesma palavra*.

No *Cours*, Saussure teria concebido que a *flexão* e a *derivação* se dariam por *analogia*. Porém questões formais e semânticas concernentes à morfologia e à sintaxe são por ele explicadas por meio de outros conceitos, como as *relações associativas* e as *relações sintagmáticas*, que se dão pela conexão entre *signos linguísticos*. Além disso, Saussure teria vinculado a noção de *palavra* estritamente a *classe de palavras*, com a qual os conceitos de *flexão* e de *derivação* se relacionavam. Por essa razão, fica evidente que ele teria procurado descrever e analisar as línguas por meio de um quadro conceitual independente da tradição greco-latina. Contudo, o *Cours* não foi uma obra escrita por Saussure, o que implica a necessidade de cotejamento de outras fontes de investigação com o objetivo de averiguar se esses *termos de empréstimo unilateral* constam também em outros documentos.

Bloomfield e Câmara Jr. empregam o termo *morfema* para falar de itens morfológicos, mas também há diferença nessas concepções:

Autor	Argumento	Função	Propriedades Intensivas	Propriedades Extensivas
Bloomfield (1916; 1933)	<i>Flexão</i>	subordinação a morfema	segmento fônico cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes	formas de plural e formas verbais
Câmara Jr. (1969; 1970)	<i>Flexão</i>	subordinação à concordância	mecanismo obrigatório	morfemas sistemáticos; gênero, número

Quadro 7.4: As funções e as propriedades do conceito de *Flexão* em Bloomfield e Câmara Jr.

As propriedades extensivas mencionadas por ambos os autores advêm da tradição greco-latina. Enquanto Bloomfield subordina esses itens morfológicos ao seu conceito de *morfema*, com o objetivo de demarcar a própria morfologia nos estudos linguísticos, Câmara Jr., ainda que os trate por *morfemas*, concebe que esses mesmos itens morfológicos são regidos pela sintaxe por meio da *concordância* entre as unidades linguísticas na *estrutura* da língua. A diferença de abordagem reside na aplicação de modelos de análise linguística que, muito embora tenham sido gerados no Estruturalismo, representam diferentes vertentes do mesmo programa disciplinar.

O esvaziamento do significado promovido nas unidades mínimas morfológicas, com vias a privilegiar a forma, não garante a elaboração conceitual. Assim, Bloomfield estabelece o significado como meio de delimitar essas unidades e suas alternâncias. Esbarra, contudo, em idiossincrasias que colocam em xeque, posteriormente, a viabilidade do conceito de *morfema*. Em Câmara Jr., as características de uma variante padrão são definitivas para sua concepção de *morfema flexional* comandado pela sintaxe, o que se evidencia pelas comparações feitas entre o português e o latim.

Nesse sentido, tanto Bloomfield quanto Câmara Jr. são adeptos de um estudo estritamente sincrônico das línguas, que se caracteriza por rechaçar completamente qualquer informação diacrônica, pois a sincronia é vista, nesses modelos, como método e como recorte temporal, não como uma propriedade das línguas. No entanto, em ambos os autores, permanece uma noção segundo a qual certos itens morfológicos são heranças de um outro sistema no qual serviam como itens de morfossintaxe, ou seja, não como itens exclusivamente morfológicos. Essa concepção não deixa de ser contraditória, uma vez que, aprioristicamente, estágios de língua anteriores à etapa em análise deveriam ser ignorados. Tal contradição não é exclusiva de modelos morfológicos de base estruturalista e, no gerativismo, outras soluções foram posteriormente propostas.

A tendência de interpretar a *flexão* como atributo sintático consolida-se no gerativismo:

Autor	Argumento	Função	Propriedades Intensivas	Propriedades Extensivas
Halle	<i>Morfologia Flexional</i>	subordinação a um princípio de gramaticalidade da sintaxe	não apresenta	afixos, desinências flexionais, reduplicação, apofonia, declinação, desinências
Jackendoff	<i>Morfologia Flexional</i>		não apresenta	desinências
Aronoff	<i>Flexão</i>		abrange marcadores puramente gramaticais	tempo, aspecto, pessoa, número, gênero, caso etc.
Basilio	<i>Flexão</i>		variação sistemática na forma das palavras para a expressão de categorias gramaticais	desinências

Quadro 7.5: A função e as propriedades do conceito de *Flexão* em Halle, Jackendoff, Aronoff e Basilio

Uma vez que a Sintaxe, nos modelos gerativistas, passa a ocupar o centro das investigações linguísticas, a *flexão* recebe uma nova sobreposição conceitual: 1) identifica-se com os processos de declinação e conjugação, quando se trata de línguas assim configuradas, o que revela uma manutenção da tradição greco-latina; 2) é um *princípio de gramaticalidade*, nos modelos morfológicos gerativistas, constituindo uma sobreposição de conteúdo ao conceito; 3) é regida pela Sintaxe, o principal módulo da *Gramática Universal*, que retira do léxico os elementos com os quais constrói os sintagmas e as sentenças.

As propriedades extensivas, mais uma vez, garantem a manutenção da tradição greco-latina. Halle acreditava que, no módulo morfológico, seriam inseridos os afixos derivacionais e que as regras de concordância, de alçada da sintaxe, produziriam os afixos flexionais. Jackendoff entendia que as regras de concordância expurgariam as possíveis incorreções, eliminando as diferenças entre afixos flexionais e derivacionais. Em ambos os modelos, ainda que haja discordância sobre o seu

modo de atuação, a *concordância* relaciona-se à *flexão* e constitui uma *regra* da chamada *gramática* da língua.

Captam-se, então, no escopo dessas teorias, dois novos modos de apreensão da *flexão*: são afixos advindos das regras da gramática e não apresentam estatuto de signo, pois atuam estritamente como marcadores puramente gramaticais. Vale observar que a *concordância* não é mais um *filtro*, mas seu sentido equivale a alterações formais oriundas das relações estabelecidas entre itens linguísticos. Aronoff reitera o estatuto gramatical da *flexão* e cita os itens que dela fazem parte.

Existe, nessa teoria, um princípio pressuposto: a *gramaticalidade* é um fator universal das línguas e materializa-se por meio da *flexão*, responsável por estabelecer as relações entre itens linguísticos na *estrutura subjacente*. Os *morfemas flexionais* elencados são os mesmos que advêm da declinação e da conjugação, como havia postulado a tradição canônica. No modelo morfológico de base gerativa, as *regras de formação de palavras* evidenciavam que eram formados nomes e verbos: haveria formas de um mesmo nome, que eram o gênero e o número; haveria formas de um mesmo verbo, que eram o tempo, o aspecto, a pessoa, o número.

Dessa forma, analisado o conceito em todos os autores, o resgate de sua aplicabilidade, em perspectiva interna e longitudinal, possibilitou constatar que o conceito de *flexão*, por meio de propriedades extensivas, manteve seu vínculo com a tradição canônica. Na Antiguidade Clássica, embora o termo fosse empregado também na Oratória, passou por um *ajustamento* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1). Dessa área, foi transposto à gramática, na qual, em seguida, foi identificado com a declinação. Desde então, os elementos extensivos mencionados nas definições dos autores estudados constituem-se ou da declinação, ou da conjugação, ou do gênero, ou do número, ou do conjunto das formas de um verbo, ou mesmo de todos esses itens quando diferentes línguas são descritas e analisadas. Trata-se, portanto, de uma *terminologia de empréstimo unilateral*, conforme proposto por Swiggers (2010; cf. § 2.1.1).

Quanto às camadas de significado, que tornam *flexão* uma *terminologia por sobreposição* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1), cada uma das diferentes concepções teóricas abordadas promoveu um quadro conceitual que se sobrepôs à concepção advinda da tradição. O conceito passou por uma série de *subordinações*, conforme visto, e as propriedades intensivas adquiridas, em cada uma das sobreposições de conteúdo, convertem-se em propriedades do conceito de *flexão*:

1. Subordinação a um princípio gramatical da composição orgânica das línguas;
2. Subordinação à analogia e à sintaxe;
3. Subordinação à analogia;

4. Subordinação à morfema;
5. Subordinação à concordância;
6. Subordinação a um princípio de gramaticalidade da sintaxe.

Existe uma característica comum a todas essas *funções* de subordinação do conceito de *flexão*. Os conceitos superiores envolvidos nessas *funções* apresentam propriedades intensivas altamente aplicáveis. Essa afirmação também pode ser feita sobre a *função* de *subsunção* pela qual a flexão *cai sob o conceito* de *declinação* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3).

- A. Na Antiguidade, a *declinação*, ou a *flexão*, tinha por objeto todo o léxico latino, uma vez que era empregada para falar de nomes e de verbos.
- B. Na gramática comparada, a *flexão* era a propriedade fundamental das *línguas orgânicas*, que constituíam uma tipologia linguística.
- C. Para os neogramáticos, a *analogia* atuaria em todo o léxico, seja como “ação reguladora” (cf. § 5.2.4), seja como “imitação regular” (cf. § 6.2.1).
- D. Na concepção de Bloomfield, o *morfema* era uma unidade morfológica constituinte de todas as palavras (cf. § 6.2.2).
- E. No gerativismo, a Sintaxe é a própria *estrutura subjacente* das línguas (cf. § 6.1).

As *funções* de (1) a (3), mencionadas acima, foram elaboradas em quadros conceituais que admitiam a investigação das línguas em perspectiva histórica. Naquela conjuntura de questões, fundamenta-se que o *princípio gramatical* das línguas reside na *flexão*. Assim, em um dado estágio, certas línguas apresentariam morfológicamente todas as propriedades que faziam delas entidades superiores. Qualquer afastamento desse estado de língua significaria, no mínimo, *perda* da capacidade de expressar morfológicamente as relações gramaticais. As discussões sobre a classificação de certos sufixos, em Paul, denotam esse entendimento, ainda que ele tivesse a intenção de se afastar da ideia de *língua orgânica*.

Assim, a ideia de *língua orgânica* foi, naquele contexto, abandonada. Contudo permaneceu o vínculo entre *flexão* e *princípio gramatical*: esse vínculo é, nas línguas filiadas a outras que se estruturavam em declinação e conjugação, como é o caso do português em relação ao latim, materializado em resquícios da morfossintaxe de outrora. Os resquícios da declinação e da conjugação são extensivamente citados: gênero, número e grau, para os nomes; modo, tempo, pessoa e número, para os verbos. Alguns autores, como Aronoff, incluem até mesmo o aspecto verbal dentre as propriedades da *flexão*, embora não haja meio de apontar um componente linguístico exclusivo que denote essa significação, nas línguas por ele estudadas.

Em se tratando dos nomes, o desaparecimento dos casos latinos, que culmina na configuração das línguas românicas, reforça o entendimento segundo o qual certas estruturas morfológicas, nominalmente, o gênero, o número e, às vezes, o grau, não devem ser abordadas por correntes linguísticas que se ocupam dos processos pelos quais o léxico é alimentado. Assim, constrói-se a sobreposição de conceitos relativos à *flexão*: um *princípio gramatical* das línguas encontra-se na declinação e na conjugação ou nos resquícios morfológicos desses processos aparentes em línguas derivadas.

Contudo, como dito anteriormente, um estudo estritamente sincrônico, ainda que se valha de certos termos advindos da tradição canônica, torna-se incongruente na medida em que permanece se referindo, em suas extensões conceituais, a certos traços morfológicos herdados – gênero, número e o conjunto de formas de um verbo –, presentes em línguas derivadas. Esse *problema de ajustamento* (SWIGGERS, 2010; cf. § 2.1.1), apontado nas *funções* de (4) a (6) acima mencionadas, configura-se um confronto aos postulados e aos métodos estruturalistas e gerativistas, constituindo-se, portanto, um problema epistemológico, em que a validade de uma divisão absoluta entre lexical e gramatical pode ser questionada¹⁴⁹.

Na verdade, as características desses traços morfológicos tornaram-se, em estudos sincrônicos, modelos de regularidade formal e semântica, por isso altamente propícias para sustentar, primeiramente, um conceito de *morfema* e, posteriormente, um *conjunto finito de regras* advindo da sintaxe. O Estruturalismo e o Gerativismo fundamentaram-se em uma noção de *estrutura*, mais congruente com aspectos formais das línguas, concebidos como aspectos gramaticais, do que com o conceito de *sistema* saussuriano. Uma gramática regrada, supostamente consistente em absoluto, não aceita que signos linguísticos adquiram significado para além daqueles obtidos na análise dos morfemas ou na decomposição de bases e afixos. O léxico não pode ser concebido como lugar de descarte, em que se lançam fenômenos não explicados.

¹⁴⁹ Lightfoot (1979; 1988), aos discutir os fatores de mudança e suas implicações para a elaboração de uma teoria gramatical, cujo foco fosse a mudança sintática, concluiu que não havia fundamentos suficientes para fornecer explicações teóricas a respeito da sintaxe sincrônica. Para o autor, os *corpora* históricos possibilitariam apenas uma fragmentação do uso da língua quanto à sintaxe, o que impediria o acesso aos processos de mudança e culminaria na insuficiência de elementos que proporcionassem os fundamentos necessários à descrição, análise e posterior teorização. Por essa razão, Lightfoot prefere considerar que a gramática não é historicamente transferida e que suas regras, em dadas etapas, são reconstruídas pelos indivíduos. Dessas considerações, elabora-se o conceito de *reanálise*, que trata das mudanças de *parâmetro*, conectado à *teoria de princípios e parâmetros*. Nesse sentido, teorias gramaticais que abarcam processos morfológicos ou excluíram a *flexão*, como a Morfologia Construcional, ou tentaram explicar as diferenças entre *flexão* e *derivação*, como a Morfologia X-barra, ou eliminaram as diferenças entre *flexão* e *derivação* por meio de um modelo não lexicalista, caso da Morfologia Distribuída. No capítulo 8, em que o problema é recolocado em outros termos, parte-se justamente dessa divisão entre Léxico e Gramática para rediscutir uma teoria que possibilite analisar não apenas a *flexão de gênero*, mas, sobretudo, a morfologia em seu caráter composicional.

Terceira Parte

Uma abordagem semiótica da Flexão de Gênero no português

Preâmbulo

Os resultados obtidos pelo método de investigação proposto e desenvolvido na primeira e na segunda partes desta pesquisa são **constatações** a respeito do conceito de *gênero linguístico* e de *flexão*. A investigação conceitual permitiu buscar, por meio de uma dada trajetória, de maneira mais objetiva, fidedigna e complexa, como se chegou a certo estado de coisas.

Contudo, é preciso explicar as categorias linguísticas. No atual estado de coisas, a *flexão de gênero* é um dos objetos de análise e descrição que se situa entre a Morfologia e Sintaxe, embora, na Linguística, exista uma divisão entre Morfologia Lexical e Morfologia Flexional (cf. § 1.3), o que implica, no mínimo, discutir como a Morfologia pode abordar essa categoria:

1) De um lado, o *gênero linguístico* é uma categoria dos nomes, mas tem sido discutido e apresentado tal como foi interpretado na Antiguidade Clássica, ou seja, parte-se do princípio de que, em um certo grupo de unidades lexicais, os *gêneros* distinguem os sexos e outras especificações semânticas (cf. § 1.1; § 3.3). Nesse quadro interpretativo, pares de *gênero masculino* e de *gênero feminino* são lançados ao Léxico: a descrição e a análise, então, devem ou recorrer à etimologia, para saber o que veio antes e o que veio depois, ou admitir, sem qualquer fundamento, que o feminino é construído a partir do masculino (cf. § 1.1), assim como Eva foi feita a partir de Adão. Recorrer à narrativa bíblica é, obviamente, impensável. Ainda, embora a etimologia seja de grande valor à Morfologia Histórica, uma vez que dados etimológicos são, muitas vezes, imprescindíveis para se reconstruir a trajetória de uma derivação, Morfologia não é Etimologia.

2) Por outro lado, o *gênero linguístico*, como item flexional, é um atributo da sintaxe, que rege as combinações entre as unidades linguísticas (cf. § 1.2). Nessa abordagem, existem duas interpretações conflitantes, pois é possível dizer que o *gênero* do substantivo seja imanente e oriente a *flexão de gênero* das demais classes que o acompanham, ou dizer que o *gênero* do substantivo seja determinado pela anteposição do artigo ou pela combinação com o adjetivo ou pronome, que revelariam seu *gênero*. O conflito reside na direção da regência, ora do substantivo para as demais classes, ora do artigo ou demais classes para o substantivo. Certamente, a descrição titubeante decorre da ausência de alteração formal em certos itens, embora haja mudança de *gênero*.

A Morfologia lida com os morfemas, unidades mínimas significativas, e com o signo linguístico, que é símbolo. A adoção dessas duas perspectivas é o ponto de partida. Porém, é preciso

menção um dos pressupostos adotados nesta proposta: seja qual for a etapa sincrônica que esteja em análise, a abstração teórica - como é o caso da adoção do conceito de *alomorfe* - deve ser preterida e, em seu lugar, adota-se a busca de dados em etapas pretéritas e em dados estatísticos. Isso não significa que a Morfologia Histórica deva se concentrar apenas em sincronias passadas, ou melhor, deva centralizar seus estudos na morfologia diacrônica, mas sim considerar a sincronia e a diacronia como propriedades das línguas. Assim, adota-se, como conceito de *língua* aquele dado por Coseriu:

A língua é um fazer-se num quadro de permanência e continuidade (...). Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o seu caráter como língua e o seu caráter de “objeto histórico”. Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão. (1979, p. 237-238)

É fato que, em processos de aquisição da linguagem, na infância, palavras são herdadas, não formadas¹⁵⁰; se formadas, muitas o são, podem ser corrigidas com base em um consenso sobre o uso da língua. Nesse processo ocorrido na primeira infância, palavras são formadas por analogia a outras palavras, ou seja, subjaz uma regularidade no uso da linguagem. É discutível, porém, se essa regularidade subjacente, acionada na formação de palavras e no uso da linguagem em geral, é um dispositivo presente na mente ou uma apreensão dos processos de representação: se a linguagem verbal é símbolo, a que se atribui significado, é preciso haver uma configuração paradigmática compartilhável, sob pena da não-comunicação.

Além disso, as palavras inventadas na primeira infância não são palavras inexistentes, mas palavras desconhecidas, não documentadas ou não usuais, embora sejam, muitas vezes, perfeitamente reconhecíveis em sua composição. Uma criança que diz, por exemplo, *risando*, por analogia a outras formas de gerúndio, em vez de *rindo*, fez uso da regularidade subjacente. Entretanto, esse uso pode ser corrigido e, no ato da correção, alguém dizer que “a palavra não existe”, porque se baseia na comunicação compartilhada. Alguém que, na fase adulta, tenha criado *fodástico*, por analogia a *bombástico*, *fantástico*, teve mais sucesso, pois sua criação (mesmo pautada em um tabu linguístico) foi socialmente aceita e compartilhada¹⁵¹, embora seu criador possa não conhecer sistematicamente o sufixo *-ico*, isto é, se lhe for solicitado apontar as unidades de formação

¹⁵⁰ A aquisição de palavras herdadas será contrastada ao signo semiótico na seção 9.1.

¹⁵¹ Uma última consulta da palavra *fodástico*, realizada em 02/04/2020, no buscador *online* Google, resultou em 908.000 ocorrências para a palavra. Quanto a *risando*, há, no Google, registros de nomes próprios, além de o mecanismo de busca reverter a pesquisa para *risada*. Um dos resultados trata-se de uma crônica, publicada por A Gazeta, escrita por Luiz Fernando Veríssimo, intitulada *Risando*. O autor reflete sobre a “lógica do erro” cometido por sua neta, que teria dito “Eu risei”. Disponível em http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/02/786469-risando.html; acesso em 08 jan. 2020.

da palavra, pode não saber fazê-lo. Mesmo linguistas precisam investigar se certas palavras são realmente formadas por um certo sufixo, uma vez que existem proximidades formais entre unidades linguísticas cuja filiação não se confirma em perspectiva semântica ou etimológica. *Bonança*, por exemplo, não se constitui pelo sufixo *-ança* (LACOTIZ, 2007), mesmo que, do ponto de vista formal, pareça haver o sufixo.

De qualquer forma, evidencia-se um processo biossocial, isto é, ao mesmo tempo em que o indivíduo é capaz de apreender o uso da língua é também capaz de criar formas a partir desse uso. Essa atitude diz muito mais sobre a cognição humana do que sobre a linguagem em si. A aquisição da linguagem é um processo sócio-histórico, marcado pelas características de uma dada comunidade linguística, na qual o indivíduo está inserido, mas não estático nem passivo. Em sua trajetória pessoal, esse mesmo indivíduo pode passar a fazer parte de outras comunidades linguísticas, apreender outras formas de uso da língua, reinventá-las, mas, sobretudo, ser marcado pelos processos de aquisição normativos. O grau de proximidade e de distanciamento da norma também é um fator a ser considerado; por essa razão, não parece lícito falar de *concordância* como fator exclusivo para explicar a *flexão de gênero*, nem falar de *lexicalização* apartada da gramática para explicar pares opostos de *gênero masculino* e de *gênero feminino* que marcam diferenças semânticas de qualquer natureza.

A atual etapa do português reveste-se de permanência e de sucessão. Como resultante de um processo dinâmico e constante, ao longo de vários séculos nos quais se constatarem conservações, mudanças e transformações, o português é um *sistema abstrato de signo inter-relacionados*, como dito no *Cours* (1916). Nesse *sistema abstrato*, combinam-se elementos linguísticos diacrônicos e sincrônicos que, de maneira factual, se configuram como representações de algo. Uma língua é uma linguagem cuja especificidade é ser verbal, isto é, próprio da *voz* que se torna *símbolo*. É possível, então, definir desta forma a *linguagem verbal*:

Linguagem verbal é uma cadeia sonora paradigmática significativa, ratificada, retificada, transformada e recriada nos processos de aquisição e de comunicação.

A propriedade fundamental do conceito de *linguagem verbal, uma cadeia sonora paradigmática significativa*, sintetiza-se por meio do termo *gramática*, uma vez que o conjunto dos elementos que compõem uma língua depende de um conjunto de paradigmas para formar as unidades, desde as mínimas àquelas teoricamente infinitas. As demais propriedades, *ratificada, retificada, transformada e recriada nos processos de aquisição e de comunicação*, procuram reproduzir a dinamicidade envolvida no uso desse *sistema abstrato*.

Nos capítulos que compõem esta terceira parte, discutem-se as relações entre léxico e gramática, entre signo linguístico e signo semiótico, para, então, apresentar a descrição e a análise do português quanto ao gênero linguístico.

No capítulo 8, procurar-se-á mostrar como a adoção desse conceito de *linguagem verbal* é incompatível com a divisão absoluta entre léxico e gramática. Para isso, além de algumas observações teóricas, examina-se o latim. O exame dessa língua é primordial por duas razões: é a origem histórica do português e é uma língua estruturada em casos. A estrutura morfossintática é examinada a fim de verificar as relações entre a morfologia, o caso, o gênero e as declinações.

No capítulo 9, discute-se o conceito de *signo linguístico* face à velha conhecida palavra, como postulado por Saussure, mas com fundamento na concepção de signo semiótico de Charles Sanders Peirce (1839-1914). Pretende-se, por meio da semiótica peirciana, abordar o objeto de descrição, análise e investigação da Morfologia, fator primordial para falar de *gênero linguístico* e de *flexão de gênero* no português. Para isso, são retomadas algumas ideias saussurianas (cf. § 6.2.1) e a concepção de *morfema*, elaborada por Bloomfield (cf. § 6.2.2), mas também as análises de Câmara Jr. (cf. § 6.2.3) quanto ao *gênero*. Pretende-se, por meio dessa abordagem, discernir a *significação* de uma unidade lexical obtida por meio do significado morfológico composicional e as *referências* assumidas por uma unidade lexical a partir de outras operações mentais. Considera-se fundamental essa distinção para falar de *gênero linguístico* como atributo morfológico e de *gênero linguístico* como atributo lexical.

Por fim, no capítulo 10, examinam-se os paradigmas morfológicos do português face ao gênero linguístico, em uma análise quali-quantitativa, conforme modelo proposto na seção 2.2.3. Os resultados estatísticos são, então, cotejados ao aparato teórico proposto, e as hipóteses levantadas são avaliadas.

Capítulo 8

Os princípios lexicais e gramaticais

A divisão absoluta entre Léxico e Gramática é incongruente com o conceito de Linguagem verbal, subsumido pelo conceito de Linguagem. Para discutir a viabilidade dessa asserção, é preciso resgatar o momento em que a Linguística assume certos parâmetros epistemológicos lançados pelo Gerativismo. Esses parâmetros propiciaram um quadro de investigação em que não ficou claro qual seria o objeto da Morfologia e qual seria o objeto da Sintaxe e, conseqüentemente, o que permitiria determinar quando se está diante de um fenômeno morfológico e quando se está diante de um fenômeno sintático.

Uma das críticas ao modelo gerativista trata-se da concepção de *língua* como um sistema autônomo, indiferente ao indivíduo, à sociedade, à cultura e seus aspectos inter-relacionados. Com exceção da denominada *sociolinguística paramétrica*, nas demais vertentes da teoria gerativa, as variantes linguísticas permanecem abstraídas na *competência*, realização plena das línguas naturais. Mas as línguas naturais estão submetidas à inter-relação desses aspectos – indivíduo, sociedade, cultura - somada a seu caráter de representação, histórico e inexorável, refletido nas propriedades da *linguagem verbal*. Nesse sistema de representação, situa-se o léxico, em que se encontram todas as inconsistências, irregularidades e idiosincrasias, caso se conceba uma regularidade indelével.

Uma abordagem estritamente sincrônica, dedutiva e de cunho lexicalista prevê que, nas línguas, um inventário de itens linguísticos componha um módulo presente na mente. Esse módulo seria formado de signos, cuja matéria são sons ordenados, aos quais arbitrariamente se atribuiria significado. A atribuição plena de significado ocorreria, segundo o modelo, apenas quando esses itens linguísticos passassem a integrar o módulo sintático. O processo, ou operação mental, condizente ao Léxico, pode assim ser representado:

Figura 8.1: Esquematização do modelo linguístico gerativista

O modelo, como se vê, prescinde da Morfologia, instaurando uma concepção morfofonológica na constituição do léxico. No Gerativismo, a interação entre os módulos prevê que cada um não deixe de ser apreendido como um módulo independente. Assim, o *princípio de gramaticalidade* é tão-somente materializado na Sintaxe, módulo fundamental. Outro módulo previsto na teoria gerativa é o Léxico, no qual a Morfologia atua no sentido de materializar o módulo fonológico. Esse modo de apreensão relega à Morfologia um papel não sintático, portanto não gramatical. De que seria, então, feita sua matéria sobre a qual se pretende asserir? A Morfologia fica restrita a um limbo, uma vez que é de difícil distinção fenômenos morfofonológicos e morfossintáticos (VIARO, 2019).

Antes de mais nada, é preciso considerar que, na discussão aqui empreendida, houve uma alteração de papéis, isto é, o que antes era visto como aparato morfológico passou a ser interpretado exclusivamente como aparato sintático: há o léxico (onde a Morfologia talvez possa se situar), que cede itens ao módulo sintático (onde a Morfologia não está), a que se subordinam o módulo fonológico e o módulo semântico. A Morfologia, então, fica submetida a inter-relacionar o módulo lexical e o módulo fonológico. O módulo semântico é previsto ao final de todo o processo mental, como se unidades lexicais apresentassem significado apenas depois de compor o módulo sintático. É preciso considerar que, nos modelos gerativistas, os itens que compõem o Léxico de uma língua são concebidos como *dicionário*, como se a mente registrasse uma lista de itens gramaticalizáveis nas sentenças.

Na Linguística, se considerados os modelos teóricos elaborados desde o séc. XIX, em que predominaram os estudos morfológicos, há uma disputa entre a Morfologia e a Sintaxe, nessa sobreposição conceitual, que pode assim ser representada:

Figura 8.2: Subsunção da *flexão*

De uma tipologia linguística, calcada em uma tipologia morfológica, passou-se a uma concepção de Sintaxe estruturadora. A divisão absoluta entre Léxico e Gramática foi a saída epistemológica para sustentar um *conjunto finito de regras* estruturante de uma *gramática internalizada*, que não se ocupa da mudança. As explicações dos fatos linguísticos, nesse escopo, devem ser congruentes com o conceito de *língua* concebido no gerativismo como um aparato biológico. Contudo, ao relacionar resquícios morfossintáticos à *flexão* e, por subsunção, à *Sintaxe*, proporcionou um entendimento segundo o qual uma certa tipologia morfológica reuniria propriedades ideais, porque a constituição morfológica das unidades seria, de fato, uma constituição morfossintática. Desse entendimento, pode-se deduzir que uma língua não estruturada em *casos*, por não apresentar essa constituição morfossintática, se afasta dessas propriedades ideais, mas mantém, em sua morfologia, traços da morfossintaxe. O português seria uma dessas línguas afastadas do estágio ideal. Não apresenta, especialmente nos nomes, traços da morfossintaxe, exceto por meio da *flexão de gênero* e da *flexão de número*.

O conceito de *flexão* subsumido por um *princípio gramatical* ou um *princípio de gramaticalidade* trouxe consequências de duas naturezas, ambas bastante contestáveis. Aplicado à morfologia, permite afirmar que línguas não flexivas não apresentam um *princípio gramatical*. Aplicado à sintaxe, legitima a interpretação segundo a qual resquícios de morfossintaxe são regidos por um *princípio de gramaticalidade* e, por fim, a lexicalidade das línguas independe da gramática.

No português, entende-se que houve *perda* dos *casos* latinos; seria, então, possível falar de um processo de *perda* de um *princípio gramatical*? Palavras formadas por sufixação ou prefixação, no português, não apresentam um *princípio de gramaticalidade*? Uma teoria que leve em conta os processos de mudança linguística não pode se firmar com base em avaliações dessa natureza, principalmente, quando se sabe que, nessas avaliações, permaneceu um efeito da tradição canônica insustentável na epistemologia linguística.

Inicialmente, o esvaziamento semântico do morfema, principal componente morfológico, abre caminho para a supressão da Morfologia nos estudos linguísticos. Ainda que, em momento posterior, tenha havido um retorno à descrição de bases e afixos, a controvérsia acirra-se na classificação dos itens que compõem estruturalmente as unidades lexicais, uma vez que nelas se identificam unidades menores. Quando se examina uma língua como o português, mas também outras línguas românicas, o *Léxico*, que no Gerativismo é um módulo independente, serve-se de muitos sufixos que, no latim, eram os *casos* das declinações. No português, as formações em que estão presentes esses sufixos, para a Morfologia Histórica, subdividem-se em latinismos, empréstimos de outras línguas românicas, derivações vernáculas etc.

Em outras palavras, sufixos como *-ção*, *-mento*, *-ância*, *-dade*, dentre muitos outros, são resquícios dos *casos* latinos, mas não são tratados como tal em estudos sincrônicos. Em modelos gerativistas, o percurso histórico das línguas é rejeitado; consequentemente, um sufixo que, no latim, era um *caso*, no português, é tratado como sufixo derivacional que serve ao léxico. Isso significa dizer que, nesses modelos, o que faz serem flexionais, nos nomes, o gênero, o número, e, nos verbos, o modo, o tempo, a pessoa e o número, são os postulados da tradição greco-romana, que fizeram ver esses itens como resquícios morfossintáticos. Como se viu, a adoção de itens flexionais como resquícios de uma morfossintaxe, portanto, de ordem sintática, constitui-se uma incongruência teórica em estudos estritamente sincrônicos (cf. § 7).

Essa visão também está presente em autores do séc. XIX, isto é, naquele período, esses itens eram, por muitos, mencionados como itens flexionais. Entretanto, o ápice dessa legitimação, tal como foi descrita, deu-se nos estudos sincrônicos de base gerativa, que assumiu divisões modulares independentes: nos itens lexicais não existiria qualquer aparato gramatical e certas alterações formais presentes em suas unidades seriam promovidas pela sintaxe, que atuaria nesses itens para fazê-los conformarem-se aos sintagmas e às sentenças.

Nesse ínterim, assumir que a *derivação* é um processo subsumido pelo *princípio de lexicalidade*, absolutamente distinto de um *princípio de gramaticalidade*, implica apreender que a *derivação* não ocorre como um ato linguístico, mas tão-somente cognitivo. O valor linguístico de um item lexical estaria sujeito a sua inserção na Sintaxe, conforme o modelo gerativo, que concebe o módulo semântico como último passo de todo o processo. Assim, nesse modo de apreensão de *derivação*, esse conceito fica subsumido da seguinte maneira:

Figura 8.3: Subsunção da *derivação*

Na hipótese de considerar que muitos sufixos, no português, eram *casos* latinos e que a *derivação*, *a priori*, envolve um processo de adição de sufixos a bases, a raízes ou a radicais, *flexão* e

derivação apresentam a mesma extensão conceitual. Aplicam-se às unidades linguísticas menores que formam as unidades linguísticas maiores. Se os conceitos envolvem a mesma extensão, são apenas modos diferentes de apresentação do objeto: fala-se de *flexão* para representar uma interpretação da morfologia que se serve de paradigmas como meio de formar o léxico; fala-se de *derivação* para representar uma interpretação morfológica que procura evidenciar a criação de unidades linguísticas a partir de unidades que lhes são anteriores.

Ambos os conceitos, podem, de fato, serem subsumidos pelo conceito de *analogia*. Para isso, é fundamental que o conceito de *língua* seja vinculado à *linguagem verbal* e, conseqüentemente, à *linguagem* como representação de algo que se encontra na contingência dos atos de fala e se vincula à sociedade, à cultura e às comunidades linguísticas.

Em escopos teóricos distintos, o conceito de *língua* assume diversos contornos, provenientes da *rede terminológica* e do modo como os itens linguísticos são observados. Uma teoria linguística que não se fundamenta no conceito de *língua* como aparato biológico estrito, mas como um *sistema abstrato*, de natureza biossocial, ao contrário do que se possa supor, deve se ocupar da mudança e de como a cognição humana a absorve de modo a garantir a comunicação. Porém a noção de *representação* torna-se imperativa, em qualquer corrente linguística que pretenda abarcar uma língua em seu caráter histórico e social, na medida em que um conceito superior, *linguagem*, subsume o próprio conceito de *língua*:

Figura 8.4: Subsunção das línguas naturais e de suas subordinações

Uma *linguagem verbal* requer, necessariamente, uma gramática, ou seja, uma *cadeia sonora paradigmática significativa*. Viaro (2019, p. 12) argumenta que a Morfologia “estuda os morfemas em seus paradigmas mentais”, ou seja, ainda que fonema e morfema estejam em relação de contigüidade no significante, o significado estabelece a fronteira entre a Fonologia e a Morfologia. Dessa forma, o autor acrescenta que o objeto da Morfologia consiste em investigar o “mecanismo

da mente que atribui um significado a um sintagma de fonemas (gênese de um morfema) e mantém esse significado composicionalmente até o limite preestabelecido para a forma do signo” (2019, p. 14).

A língua, como um *sistema abstrato*, implica que a inter-relação entre os signos se aplique a qualquer unidade significativa. As unidades linguísticas ficam, então, subsumidas por um conceito superior, conforme prevê Frege (1892a; cf. § 2.1.3). Assim, uma unidade linguística: a) é um signo; b) pode ser formada por outros signos; c) estabelece relações com outros signos no sistema; d) estabelece relações com signos semióticos.

8.1. A herança latina morfossintática

O princípio criativo das línguas é a analogia, que se serve do “tesouro” (CLG, 1916) depositado no inconsciente: por isso, novas formas são criadas, na associação entre os signos, cuja relação etimológica resta, às vezes, obscurecida pela mudança no significante e no significado. Assim, em uma língua estruturada em *casos*, os tipos de apresentação a seguir significam o modo como os indivíduos aprendem uma língua como o latim:

- (1) nom. *stella*
- gen. *stellae*
- dat. *stellae*
- ac. *stellam*
- abl. *stellā*
- voc. *stella*

Esse modo de apresentação do sistema de *casos* latino pressupõe uma morfossintaxe, isto é, o meio pelo qual a morfologia se compõe a serviço da sintaxe. Cada item pode ser observado a partir da raiz, em que formas são acrescidas. Falar de um *princípio gramatical* ou de um *princípio de gramaticalidade* reflete um modo de apreensão da língua representado em (1). Aplicam-se às formas ou estruturas previstas em um sistema linguístico, fundamento da díade significante/significado.

No latim, as formas previstas para o singular são *stella*, *stellae*, *stellam*, *stellā*, tendo sido omitidas, como se vê, as que se repetem. Há duas formas, *stella* e *stellae*, que potencialmente podem significar, cada uma, dois *casos* distintos. Isso não permite dizer que as formas *stella*, ou caso nominativo ou vocativo, e *stellae*, ou caso genitivo ou dativo, dependem das relações estabelecidas na sintaxe, mas que o sistema flexional da declinação prevê, para essas formas, significados distintos, esclarecidos nos sintagmas e na sentença. Do ponto de vista morfológico, e não morfossintático, uma dada forma estabelece relações com outras presentes no *sistema*:

- (2) *stellam vitam scientiam*
(caso acusativo sing. 1ª decl.)

O modo de apresentação do objeto é congruente com a elaboração teórica e com a perspectiva de abordagem, que preconizam ser um signo cada forma linguística. Para a Morfologia, em (1), tem-se um paradigma fechado em que cada item tem a propriedade de significar caso, gênero e número. Cada item mencionado em (1) estabelece uma relação morfológica com outros itens, como apresentado em (2). A partir da raiz ou do radical, cada unidade linguística apresenta afixos que, em perspectiva histórica, não foram acrescentados todos ao mesmo tempo, em uma mesma sincronia. Ainda que não se tenha em vista uma abordagem diacrônica, sabe-se, por meio dessa abordagem, que os itens em (2) apresentam um paradigma morfológico e que, nas sentenças, esse paradigma significa caso, gênero e número. Em uma sentença, cada unidade linguística estabelece uma relação com as demais unidades que compõem a *cadeia sonora paradigmática significativa*:

- (3) *Lingua sine scientia nihil est.*
(A língua sem a ciência [não] é nada.)

Em (3), *lingua* e *scientia* estão no caso nominativo, mas, na sentença, a ordem e a relação com as demais unidades linguísticas são fundamentais para o significado do todo. Seria possível propor uma outra ordem aos elementos, como, por exemplo, *Sine scientia lingua nihil est* (Sem a ciência, a língua [não] é nada), em que se mantém o significado da sentença, mas não em *Sine lingua scientia nihil est* (Sem a língua, a ciência [não] é nada), nem em *Scientia sine lingua nihil est* (A ciência sem a língua [não] é nada), sentenças nas quais se altera o significado.

Um *princípio gramatical* de um dado *sistema* linguístico ocorre em paradigmas de fonemas, de sílabas, de morfemas, de regras sintáticas e até paradigmas de significado. O sintagma, ou combinação, também está presente em cada um desses fenômenos. Para Viaro (2019, p. 13), a fronteira entre fonemas e morfemas é rompida pelo significado: de um lado, um fonema sem significado não é objeto de estudo da Morfologia; por outro lado, o significante, paradigma de fonemas, passa a alçada da Morfologia ao adquirir significado. Ainda sobre a delimitação de unidades quanto à sintaxe, Viaro acrescenta que:

Aquilo que é considerado gerativo na Sintaxe é muito mais limitado na Morfologia: é possível imaginar enunciados longuíssimos e teoricamente infinitos, mas não é possível imaginar vocábulos gerados desse modo. Mas aparentemente essa limitação gerativa da Morfologia não é o ponto focado pelos defensores de uma Morfossintaxe. (2019, p. 13)

Assim, em paradigmas morfossintáticos, tais como *stellam*, *vitam*, *scientiam*, há combinações entre raízes ou radicais e sufixo que, no latim, significam caso, gênero e número. Em

línguas derivadas do latim, como o português, a redução paulatina de formas ocorreu em meio à transformação do *sistema*, em sucessivas etapas sincrônicas, cujo resultado opera por outras combinações. Se a *flexão* é um *princípio de gramaticalidade* presente apenas no módulo sintático, o desaparecimento dos *casos* permite afirmar que parte desse princípio estaria *perdida*? A resposta negativa parece óbvia. Houve, de fato, uma reconfiguração do *sistema*¹⁵².

O sistema de casos latino pressupõe que as unidades morfológicas de cada caso constituam um jogo de oposições, no qual o signo linguístico se apresenta de modo a não deixar dúvida quanto à sua função. Esse pressuposto leva a crer que, no latim, a função sintática era expressa sem que houvesse a necessidade de demarcar a ordem do item linguístico no enunciado. Contudo, o item (3), analisado acima, não confirma essa asserção.

Os *casos* são ensinados por meio de tabelas que organizam os paradigmas morfológicos em 5 declinações; assim, para cada declinação, são previstos 12 casos, em considerando o singular e o plural. Nesse esquema, dois modos de apresentação são abordados: o sintático, no nível dos enunciados, e o semântico, no nível do significado das terminações, ligados por meio de uma estrutura morfológica que norteia o signo. A morfossintaxe tem sido, na verdade, um estudo das formas componentes que desempenham, nos enunciados, uma função sintática. Outra abordagem realizada desses signos é feita pela lexicografia, que trata do significado lexical.

Assim se consagrou o ensino do latim na formação linguística de inúmeros acadêmicos. Esse modo de apresentar e de ensinar faz parte da tradição ocidental, instaurada na Antiguidade Clássica e conservada até os dias atuais. Viaro (2019), ao discutir a viabilidade da adoção de modelos tradicionais na análise linguística, aponta que a repetição desses modelos não esclarece quais são as classes morfológicas que, de fato, existem, nem a quantidade de conjugações verbais, nem os paradigmas da formação de plural. O autor diz ainda que esses modelos sequer teorizam de maneira razoável a interface da morfologia com a fonologia ou com a sintaxe:

¹⁵² Um ponto importante é levantado por Viaro (2019), que, por meio de uma sentença como *se você chegar às três horas para assistir a minha apresentação do coral, será tarde demais, porque aí eu já cantei*, discute aspectos semânticos relacionados à forma verbal *cantei*. O autor resgata as fórmulas criadas por Câmara Jr. (1970) para se referir mais adequadamente ao modo e tempo verbais, privilegiando a forma, aquém do significado. Em sua visão, especialmente a denominação, vinda da tradição, “pretérito perfeito do indicativo” escamoteia o fato de que, na sentença, a forma *cantei* remete a um tempo futuro, ainda que comumente seja empregada para se referir ao passado. Para ele, essa construção é possível devido aos fatos anteriores a *cantei*: o aspecto verbal perfeito sobrepõe-se ao tempo verbal, cuja “nomenclatura dificulta essa percepção” (2019, p. 22). Por fim, uma teoria linguística não pode tratar variações de forma e de significado como anomalias ou idiosincrasias; ao contrário, esses fatos devem prestar-se à elaboração teórica e conceitual. Os morfemas presentes nos verbos não compõem apenas um aparato gramatical, de significado esvaziado, mas são plenos de significação, uma vez que marcam um tempo em função de uma ação ou conjunto de ações, mas também de estados, fenômenos etc.

a noção de caso, por exemplo, está vinculada a uma declinação, no modelo das gramáticas latinas, mas obviamente o número de paradigmas que compõe aquilo que chamamos “declinação” é maior do que cinco, mas são considerados subgrupos, como as exceções, os parissílabos e os imparissílabos, as palavras da primeira declinação com dativo-ablativo terminados em *-bus* (como *dea* “deusa”), a não-consideração das mesclas de casos como sendo uma só categoria morfológica em prol do formato analógico das tabelas etc. Tudo isso dificulta o entendimento da variação e da mudança linguística e não esclarece nenhum aspecto morfológico com exatidão. (2019, p. 22-23)

Costuma-se apresentar esse sistema de casos por meio de tabelas que, em grande medida, criam a impressão de exatidão das marcas formais de oposições sistemáticas. Na realidade, um exame das flexões das palavras evidencia certas repetições, que podem flagrar um sistema em transformação caso se pressuponha ter havido absoluta regularidade formal na morfossintaxe latina:

FLEXÕES	CASOS
<i>ros-a</i>	nominativo e vocativo singular
<i>ros-am</i>	acusativo singular
<i>ros-ae</i>	genitivo e dativo singular; nominativo e vocativo plural
<i>ros-as</i>	acusativo plural
<i>ros-arum</i>	genitivo plural
<i>ros-is</i>	dativo e ablativo plural
<i>ros-ā</i>	ablativo singular

Quadro 8.1: 1ª declinação dos nomes latinos.

A última vogal do tema distinguia as cinco declinações. Na 1ª declinação, de tema em *-a*, há sete formas distintas para marcar doze casos entre singular e plural. Caso seja considerado todo o sistema flexional das 5 declinações, as coincidências aumentam, como se pretende mostrar a seguir:

FLEX.	EX.	CAS.	NÚM.	DECL.
-a	<i>rosa</i>	nom	sing	1ª
	<i>rosa</i>	voc	sing	1ª
	<i>verba</i>	nom	pl	2ª
	<i>verba</i>	voc	pl	2ª
	<i>verba</i>	ac	pl	2ª
	<i>corpōra</i>	nom	pl	3ª
	<i>corpōra</i>	voc	pl	3ª
	<i>corpōra</i>	ac	pl	3ª

Quadro 8.2: Distribuição da flexão *-a* entre os casos e declinações do latim.

Uma flexão como *-a*, além de ocorrer na 1ª declinação, repete-se em declinações distintas: como nominativo, vocativo e acusativo plural de nomes neutros da 2ª declinação, do tipo *verbum*, *-i* (*verba*); e nominativo, vocativo e acusativo plural de nomes neutros da 3ª declinação, do tipo *corpus*, *-is* (*corpōra*). Além disso, no quadro acima não constam o nominativo, vocativo e acusativo

plural de nomes neutros da 4ª declinação, porque, na análise feita, considera-se a flexão *-ŭa* (como em *genŭa*).

O sistema de declinações é concebido por meio de características, nessa visão, peculiares a cada declinação. É comum prever-se a mesma flexão para casos distintos, em uma mesma declinação. Ainda, existe a menção segundo a qual os nomes, em latim, concordam em gênero, número e caso: assim, uma dada flexão estabelece uma relação entre caso e declinação, conforme a previsão de haver 6 casos e 5 declinações, além de haver singular e plural.

A sistematização dos casos em declinações subjaz a todas as possíveis transformações que teriam ocorrido na passagem do latim ao português. Comentários a respeito dessas transformações envolvem uma comparação entre a potencialidade da morfossintaxe latina quanto à ordem das palavras na sentença e a necessidade de haver uma dada ordem na sentença portuguesa, uma vez que sua morfologia seria fruto de um processo contínuo de *perdas*. Veja-se, por exemplo, o que diz Tarallo: “Multipliquem-se 6 casos e 5 declinações e teremos 30 diferentes combinações (ou em princípio, ao menos, diferentes nas funções que tais formas desencadeavam), o que garantia à sentença latina clássica uma total liberdade na ordem de seus constituintes” (1994, p. 122).

Tarallo (1994, p. 117) procura apresentar essas transformações ocorridas, cujo processo chama de “perda de traços” para “aquisição de novos traços”. Para o autor, o entendimento da mudança deve considerar as possíveis distinções entre traços de modalidade da língua oral face à língua escrita, além do que duas transformações são fundamentais: a perda da quantidade vocálica do latim clássico, que fez desaparecer a distinção, por exemplo, entre o nominativo e o ablativo da 1ª declinação; a tendência, no latim falado, ao obscurecimento dos sons finais, fazendo que certas consoantes do latim não permanecessem no português (1994, p. 118).

As duas transformações, que Tarallo considera fundamentais, são cotejadas por ele com as observações de Coutinho (1969). Sobre os nomes, Coutinho (1969, p. 33-34) menciona que o latim vulgar provavelmente teve três declinações resultantes da confusão entre a 1ª e a 5ª (do tipo *glacia*, *-ae* e *glacies*, *-ei*), e entre a 2ª e a 4ª (do tipo *fructus*, *-i* e *fructus*, *-us*). Além disso, Coutinho pressupõe que o desaparecimento dos casos envolveu um processo no qual: o nominativo absorveu o vocativo em todas as declinações; o emprego mais frequente de preposições tornou desnecessários o genitivo, o dativo e o ablativo, substituídos pelo acusativo; os nomes neutros foram incorporados ao masculino (1969, p. 33-34). Para Tarallo, as transformações apontadas por Coutinho explicam-se por meio da intersecção entre processos fonológicos e morfológicos (1994, p. 119).

Em uma outra etapa, Tarallo supõe ter havido a queda do /m/ final do acusativo, advinda do obscurecimento das consoantes finais, o que desfez a distinção entre o nominativo e o acusativo. Segundo o autor, essa transformação revela “um sistema português em que o caso das palavras passará a ser atribuído por configuração na sentença” (1994, p. 119). Ainda que Tarallo fale de um processo de perdas e ganhos, permanece a noção de corrupção da língua, evidente na seguinte afirmação do autor: “Isto posto, fica, pois, evidenciado que o latim falado apresentava um inventário morfológico **empobrecido** em relação ao do latim clássico escrito” (1994, p. 120; grifo nosso). Nesse sentido, do latim ao português, concebe-se que, de um sistema “rico” em flexões, se passou a um sistema “pobre”, marcado por “perdas”, composto de resquícios de flexões.

Essa visão não é exclusiva de um autor. Maurer Jr (1959, p. 77-78) diz:

Enquanto, porém, a língua clássica, apesar de algumas simplificações inevitáveis, conservou, primeiro espontaneamente, depois, pela consciência de um patrimônio cultural e pelo esforço da escola, com bastante fidelidade, o sistema flexional assim constituído, a língua popular, ao contrário, viu desmoronar-se pouco a pouco quase todo o majestoso edifício estrutural, desenvolvendo novos meios, para exprimir as relações e idéias a que o sistema antigo servira de veículo.

Em § 5.3, viu-se como o conceito de *flexão*, no contexto da gramática comparada, estava vinculado a um *alto teor gramatical*. Não se trata de uma característica morfológica entendida como um critério para o estabelecimento uma tipologia linguística, mas sim da elevação de um grupo de línguas fundamentada em juízo de valor. Nesse sentido, persiste uma concepção baseada em um ideal de língua, centrado em uma norma, em oposição à língua comumente falada, seja na análise do latim clássico, seja no exame do português em relação às suas respectivas formas populares.

Paixão de Sousa (2010) destaca que obras importantes para a formação linguística no Brasil, ainda no séc. XX, revelam uma visão, herdada de Schleicher, calcada na concepção de nascimento, apogeu e decadência das línguas. Em seu ensaio, a autora aponta como certos aspectos do português popular brasileiro eram descritos e referidos por Gladstone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto, em suas respectivas obras, *A Língua do Brasil* (1946) e *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1950). Antes de mais nada, vale reproduzir parte do comentário feito por Silva Neto, também destacado por Paixão de Sousa (2010, p. 89):

Está neste caso o frisante fato, que representa o vestígio do crioulo colonial, do desaparecimento da flexão numérica por meio de –s: os livro, as mesa. O mesmo se dirá da extrema simplificação das formas verbais, outra cicatriz do primitivo aprendizado tosco da língua portuguesa. De modo geral, em todas as regiões, só se usam a 1ª e a 3ª pessoas; o plural da 1ª pessoa perde o –s: bamo, fazemo, fomo, e, nos proparoxítonos, perde a terminação –mos: nós ia, fosse, andava. [...] (SILVA NETO, 1950, p. 135).

A autora chama a atenção para o fato de que há uma “terminologia marcante”, que exponencia o que ela denomina “discurso de perda”: “Silva Neto remete à ‘extrema simplificação’ das formas verbais e à ‘perda’ do –s dos plurais” (PAIXÃO DE SOUSA, 2010, p. 89). Cabe ainda destacar do excerto acima que Silva Neto caracteriza essa “perda” como uma “cicatriz do primitivo aprendido tosco da língua portuguesa”. Paixão de Souza evidencia que há dois modos de se falar de perda em uma análise comparada: fala-se de perda no sentido de um traço qualquer deixar de existir; ou fala-se de perda como sinônimo de decadência, de “erosão”, de “corrupção” ou de “empobrecimento” da língua.

Segundo esses entendimentos, a análise que caracteriza como *perda* a ausência de uma dada flexão em uma variante popular aplica-se também no exame do português em relação a sua origem latina: do latim clássico ao vulgar, *perderam-se* casos e declinações inteiras; logo, do latim clássico ao português, houve a *perda* total dos casos e das declinações. De um lado, em um quadro teórico que associa um *princípio gramatical* (cf. § 5.3) a uma supervalorização de um grupo de línguas, a *perda* de certos traços pode ser vista como *empobrecimento*. De outro, um quadro teórico que associa um *princípio de gramaticalidade* tão somente à Sintaxe (cf. § 6.3) transforma os nomes do português em uma herança puramente lexical. Se não há morfossintaxe, não há um *princípio gramatical* ou um *princípio de gramaticalidade*, que só se aplica aos resquícios da morfologia latina ainda presentes no português, como o gênero, o número etc.

8.1.1. Os casos latinos em número

Se os critérios para se falar de *princípio gramatical* envolverem plena associação entre forma linguística, caso e declinação, o latim clássico já estaria em colapso. Uma sistematização dos paradigmas morfológicos, consideradas certas variâncias e peculiaridades de cada declinação, revela um total de 102 combinações previstas (cf. apêndice A), que são, *a priori*, virtuais. Chama-se de combinação uma relação existente entre significante, caso e declinação. Para se chegar a esse total, certos critérios foram adotados, alguns, em especial, sobre a 2ª, 3ª e 4ª declinações. Antes de tudo, cabe descrever as especificidades de cada declinação. Para isso, tomou-se por base a explanação de Rónai (2013, [1943]):

1ª DECLINAÇÃO: tema em *-a*

gênero: nomes majoritariamente femininos.

tipo *rosa*, *-ae*

2ª DECLINAÇÃO: tema em *-o*

gênero: nomes em *-us* são majoritariamente masculinos; nomes em *-er* são masculinos; nomes em *-um* são neutros; há um único nome com *-i* (*vir*, *-i*), que é masculino.

tipo *dominus*, *-i*

- nominativo e vocativo plural são idênticos.

tipo *verbum*, *-i*

- nominativo, vocativo e acusativo singular são idênticos;
- nominativo, vocativo e acusativo plural são idênticos.

tipo *puer*, *-i*; *magister*, *-tri*

- *puer* apresenta o *-e* em todos os casos;
- *magister* não apresenta *-e* nos casos;
- nominativo e vocativo, singular e plural, são idênticos.

tipo *vir*, *-i*

- nominativo e vocativo, singular e plural, são idênticos.

3ª DECLINAÇÃO: tema em *-e*, em *-i* ou consoante, marcado no genitivo singular.

gênero: há nomes nos três gêneros

- no nominativo, as terminações são variadas;
- o tema provém do genitivo singular.

Grupo 3A

tipo: *dolor*, *-is*; *veritas*, *-is*

- nominativo e vocativo singular são idênticos;
- a terminação do genitivo plural é *-um* (do grupo 3B é *-ium*);
- em nomes neutros, nominativo, vocativo e acusativo, singular e plural, são idênticos.

Grupo 3B

tipo: *civis*, *civis*; *ars*, *artis*

- nominativo, vocativo e acusativo plural são idênticos;
- o ablativo singular termina em *-i*;

- no subgrupo dos parissílabos, os nomes terminam em *-es* ou *-is*;
- no subgrupo dos imparissílabos, a terminação do genitivo singular é precedida de consoante (*ars, artis; nox, noctis*);
- o nominativo dos nomes neutros termina em *-e*, *-al* ou *-ar* (como *mare, maris; animal, animalis; exemplar, exemplaris*).

4ª DECLINAÇÃO: tema em *-u*

gênero: os nomes em *-us* são majoritariamente masculinos; os nomes em *-u* são neutros.

tipo: *cantus, -us*

- nominativo e vocativo, singular e plural, são idênticos.

tipo: *genu, -us*

- nominativo, vocativo e acusativo plural são idênticos.

5ª DECLINAÇÃO: tema em *-e*

gênero: os nomes são majoritariamente femininos

tipo: *res, rei*

- nominativo e vocativo, singular e plural, são idênticos.

Com base nessa descrição, procedeu-se uma sistematização dos dados diversa da comumente adotada. Considerou-se a forma extraída a partir da raiz ou do radical, uma vez que se desejava examinar a flexão. Desse modo, um item como *rosae* é formado pela raiz *ros-*, pela vogal temática *-a* e pela desinência *-e*; contudo, na análise proposta, toma-se *-ae* como flexão, embora a desinência de caso também seja mencionada. Além disso, estabeleceu-se uma relação entre significante, caso e declinação a partir dessa forma, que, na apresentação, é chamada de flexão (FLEX): o que norteia a categorização é a forma morfológica, não a declinação. Assim, apresentam-se todas as relações de caso e de declinação com a forma morfológica, por ex., os casos e declinações relacionados a *-a*. Um mapeamento verticalizado das declinações prevê 102 combinações virtuais na relação entre caso, número e declinação, mas apenas 29 flexões distintas atendem a composição morfossintática.

Incluíram-se certas variações previstas para o nominativo, mas não outras: quando havia outras modificações, como mudança de gênero, ou afetações nos casos, as flexões foram incluídas.

Entretanto, quando as variações são apontadas apenas nos nominativos, ainda que, muitas vezes, extensíveis ao vocativo, por exemplo, não foram incluídas todas as possibilidades. Essa decisão certamente reduz o número de combinações consideradas, em especial, quanto à 3ª declinação, mas não altera em substância o que se pretende demonstrar.

Dessa maneira, sobre a 2ª declinação, constam três tipos de nominativo, cujas formas se estendem ora apenas ao vocativo, ora ao vocativo e ao acusativo, as quais foram também incluídas. Quanto à 3ª, incluíram-se três tipos de nominativo para o grupo 3A e outros três para o grupo 3B, além de suas respectivas formas que se repetem em casos distintos. Contudo, há muitos outros nominativos de 3ª declinação, cuja inclusão ampliaria o número de combinações previstas. Em relação à 4ª declinação, inseriram-se dois tipos de nominativo e suas respectivas formas repetidas em outros casos. Por fim, examina-se o quadro por meio do qual se apresentam os resultados:

	FLEX	DES	EX	CAS	NÚM	DECL	COMB
1	-ā	-ā	<i>rosā</i>	abl	sing	1	1
2	-am	-m	<i>rosam</i>	ac	sing	1	1
3	-arum	-rum	<i>rosarum</i>	gen	pl	1	1
4	-erum	-rum	<i>rerum</i>	gen	pl	5	1
5	-ium	-ium	<i>civium / artium / marium</i>	gen	pl	3B	1
6	-orum	-rum	<i>dominorum / puerorum / verborum</i>	gen	pl	2	1
7	-os	-s	<i>dominos / pueros</i>	ac	pl	2	1
8	-iū	-iū	<i>cantūi / genūi</i>	dat	sing	4	1
9	-ium	-ium	<i>cantium / genium</i>	gen	pl	4	1
TOTAL DE COMBINAÇÕES: 9							

Tabela 8.1: Flexões exclusivas de casos latinos

No quadro acima, apresentam-se as flexões ideais. Cada uma delas serve a um único caso e, concomitantemente, a uma única declinação. São, como se pode ver, apenas 9 do total de 29 inventariadas. Contudo, a alteração da quantidade vocálica do ablativo da 1ª declinação excluiria a flexão -ā dessa categoria, reduzindo ainda mais a regularidade do sistema. Como essas flexões são responsáveis por 9 de 102 combinações virtuais, constituem apenas 8,82 % desse montante, sendo as únicas formas morfológicas que atendem ao critério de haver significante, caso e declinação associados, necessário para se falar de morfossintaxe plena.

Outro tipo de flexão atende apenas à declinação:

	FLEX	DES	EX	CAS	NÚM	DECL	COMB
1	-ae	-e	<i>rosae</i>	gen/dat	sing	1	4
		-e	<i>rosae</i>	nom/voc	pl	1	
2	-ebus	-bus	<i>rebus</i>	dat/abl	pl	5	2
3	-ei	-i	<i>rei</i>	gen/dat	sing	5	2
4	-er	Ø	<i>puer</i>	nom/voc	sing	2	2
5	-iā	-iā	<i>marīa</i>	nom/voc/ac	pl	3B	3
6	-o	Ø	<i>domino/puēro/verbo</i>	dat/abl	sing	2	2
7	-or	Ø	<i>dolor</i>	nom/voc	sing	3A	2
8	-s	Ø	<i>ars</i>	nom/voc	sing	3B	2
9	-u	Ø	<i>genu</i>	nom/voc/ac	sing	4	4
		Ø	<i>cantu/genu</i>	abl	sing	4	
10	-iūa	-iūa	<i>geniūa</i>	nom/voc/ac	pl	4	3
TOTAL DE COMBINAÇÕES: 26							

Tabela 8.2: Flexões exclusivas de declinações latinas

As flexões dispostas no quadro são onipresentes em mais de um caso, mas em uma mesma declinação. Realizam, em parte, a relação entre flexão e declinação, embora suas formas sejam ambíguas quanto aos casos. Sendo responsáveis por 26 combinações, constituem 25,49% da virtualidade, ainda que não atendam ao critério da associação plena entre significante, caso e declinação. Nesse sentido, se uma mesma forma como *rosae* atende aos casos genitivo e dativo, singular, e aos casos nominativo e vocativo plural, deve haver algo na composição sintagmática ou sintática que permita sua interpretação como apenas um dos casos. Tanto os estudos de Morfologia como os de Sintaxe deveriam rever essa questão.

Vejam-se as flexões restantes:

	FLEX	DES	EX	CAS	NÚM	DECL	COMB
1	-a	Ø	<i>rosa</i>	nom/voc	sing	1	8
		-a	<i>verba</i>	nom/voc/ac	pl	2	
		-a	<i>corpōra</i>	nom/voc/ac	pl	3A	
2	-as	-s	<i>rosas</i>	ac	pl	1	3
		Ø	<i>veritas</i>	nom/voc	sing	3A	
3	-e	-e	<i>domīne</i>	voc	sing	2	7
		Ø	<i>dolore/veritate/corpōre</i>	abl	sing	3A	
		Ø	<i>mare/cive/arte</i>	nom/voc/ac/abl	sing	3B	
		Ø	<i>re</i>	abl	sing	5	

4	-em	-m	<i>dolorem/veritatem</i>	ac	sing	3A	3
		-m	<i>civem/artem</i>	ac	sing	3B	
		-m	<i>rem</i>	ac	sing	5	
5	-es	-s	<i>dolores/veritates</i>	nom/voc/ac	pl	3A	11
		-s	<i>cives/artes</i>	nom/voc/ac	pl	3B	
		-s	<i>res</i>	nom/voc	sing	5	
		-s	<i>res</i>	nom/voc/ac	pl	5	
6	-i	-i	<i>domīni/puēri/verbi</i>	gen	sing	2	6
		-i	<i>domīni/puēri</i>	nom/voc	pl	2	
		-i	<i>dolori/veritati/corpōri</i>	dat	sing	3A	
		-i	<i>civi/arti/mari</i>	dat/abl	sing	3B	
7	-ibus	-ibus	<i>doloribus/veritatibus/corpōribus</i>	dat/abl	pl	3A	6
		-ibus	<i>civibus/artibus/maribus</i>	dat/abl	pl	3B	
		-ibus	<i>cantibus/genibus</i>	dat/abl	pl	4	
8	-is	-is	<i>rosis</i>	dat/abl	pl	1	8
		-is	<i>dominis/puēris/verbis</i>	dat/abl	pl	2	
		-is	<i>doloris/veritatis/corpōris</i>	gen	sing	3A	
		-is	<i>civis</i>	nom/voc	sing	3B	
		-is	<i>civis/artis/maris</i>	gen	sing	3B	
9	-um	-um	<i>verbum</i>	nom/voc	sing	2	5
		-um	<i>domīnum/puērum/verbum</i>	ac	sing	2	
		-um	<i>dolorum/veritatum/corpōrum</i>	gen	pl	3A	
		-m	<i>cantum</i>	ac	sing	4	
10	-us	-us	<i>domīnus</i>	nom	sing	2	10
		Ø	<i>corpus</i>	nom/voc/ac	sing	3A	
		-s	<i>cantus</i>	nom/voc	sing	4	
		-s	<i>cantus/genus</i>	gen	sing	4	
		-s	<i>cantus</i>	nom/voc/ac	pl	4	
TOTAL DE COMBINAÇÕES: 67							

Tabela 8.3: Flexões latinas polivalentes

Considerado o sistema de latino, 10 flexões são responsáveis por 67 combinações previstas pela associação entre significante, caso e declinação. Isso significa 65,68 % do sistema, no qual formas idênticas periféricas atuavam em funções sintáticas distintas, em diferentes declinações. Assim, mesmo no latim clássico, é possível pressupor a existência de paradigmas sintagmáticos ou sintáticos, para além da morfossintaxe, caso contrário não seria possível desfazer a ambiguidade dessas formas nos enunciados.

Cabem outras observações sobre os dados acima. Com exceção de – *ibus*, todas as demais terminações representam, além de outros casos, ou o nominativo ou o acusativo. Esses casos são aqueles que se julga terem sido preservados nas línguas românicas, seja por meio da língua falada, seja pela língua escrita.

Os gramáticos responsáveis pelo inventário e agrupamento de formas em declinações basearam-se na “variação de voz” havida a partir do caso reto (cf. § 4.4). Esse modo de observar e, posteriormente, de apresentar possibilita o agrupamento fundamentado em semelhanças e diferenças: a forma das unidades era obtida a partir de paradigmas – a parte invariável e a variável em relação à invariável; o significado, a partir de sentenças ou enunciados. Apenas a junção dessas observações permitiu estabelecer os *casos*, uma vez que certas formas se repetiam, mas apresentavam significados distintos por meio da função que adquiriam nas sentenças. Portanto, a teoria linguística que concebe o conceito de *caso* e, conseqüentemente o de *declinação*, sustenta-se predominantemente na sintaxe, a que a forma linguística se subordina; em outras palavras, *nominativo*, *genitivo*, *dativo*, *acusativo*, *vocativo* e *ablativo* são conceitos sintáticos que subsumiram as formas morfológicas. Os modos de apreensão e de apresentação dos elementos linguísticos, no latim, possibilitam uma abstração conceitual que deseja se livrar das arbitrariedades advindas das supostas irregularidades.

Por essa razão, de um lado, diversos conceitos advindos dessa teoria são aplicáveis à análise do português. Com certas adaptações teóricas, necessárias devido às transformações em processo histórico, a forma de uma unidade lexical, muitas vezes, é irrelevante para apontar, em uma sentença, o sujeito ou o predicado, o complemento verbal ou o nominal, dentre outros. Por outro lado, a análise das unidades lexicais restringiu-se à classe de palavras, pautada nas formas em função de seu significado como meio de expressar a realidade: nesse sentido, valeu-se do *princípio de identificação linguístico-ontológico* (cf. § 3.3).

Assim, o processo histórico de transformação do latim às línguas românicas contribuiu para a consagração de uma teoria linguística que, imbuída de um desejo de legitimar a superioridade de uma cultura, ofuscou dados contrários a seus princípios. Os dados contrariam uma morfossintaxe absoluta, mas não, necessariamente, uma sintaxe. Do mesmo modo, uma análise morfológica não seria contraditória quanto a descrever, analisar e constatar que uma certa flexão da língua latina seja polissêmica, porque onipresente em variadas funções sintáticas.

Quanto à morfologia, infere-se que as flexões dispostas no quadro acima são preponderantes no sistema. Dada sua grandeza, organizam-se de modo a configurar a distribuição

morfológica que, mais tarde, será proeminente no latim vulgar tal como aponta Bassetto:

uma parte das línguas românicas herdou a distribuição do léxico nominal em três grupos, decorrentes das três ‘declinações’ do latim vulgar, como o português, por exemplo, que da 1ª declinação tem nomes em *-a* (*mensa* > *mesa*), da 2ª em *-o* (*libru* > *livro*) e da 3ª em *-e* ou consoante (*occidente* > *ocidente*; *imagine* > *imagem*; *feroce* > *feroz*; *facile* > *fácil*). (2001, p. 92)

De um sistema de dez vogais que compunha o latim clássico, o latim vulgar teria ficado com sete vogais:

LATIM CLÁSSICO	LATIM VULGAR
<i>ā</i> (central, baixa, breve)	<i>a</i>
<i>ā</i> (central, baixa, longa)	
<i>ĕ</i> (anterior, média, breve)	<i>e</i> (anterior, média, aberta)
<i>ē</i> (anterior, média, longa)	<i>e</i> (anterior, média, fechada)
<i>ī</i> (anterior, alta, breve)	
<i>ī</i> (anterior, alta, longa)	<i>i</i>
<i>ō</i> (posterior, média breve)	<i>o</i> (posterior, média, aberta)
<i>ō</i> (posterior, média, longa)	<i>o</i> (posterior, média fechada)
<i>ū</i> (posterior, alta, longa)	
<i>ū</i> (posterior, alta breve)	<i>u</i>

Quadro 8.3: Transformação vocálica do latim (adaptado de Tarallo, 1994, p. 95)

Segundo Câmara Jr. (1976), no português, em posição final, esse quadro se reduziu a três vogais: *ā, ā* > *a*; *ĕ, ĕ, ī, ī* > *e*; *ō, ō, ū, ū* > *u* (grafado *o*). Assim seria composto o léxico herdado do latim. Esse flagrante processo histórico confirma o entendimento de que não importa a forma de uma unidade lexical, transformada em meio a sucessivas etapas sincrônicas, uma vez que se trata de transformações fonéticas, em certa medida, apartadas do processo semântico em nível lexical: a significação vinculada às noções de *caso* se mantiveram na abordagem, o que torna possível a aplicação da mesma teoria linguística no português e nas demais línguas românicas, sem falar de outras línguas de outros troncos linguísticos.

Resta abordar em que medida as propriedades relativas à morfologia latina podem ter colaborado para a concepção verticalizada das unidades lexicais agrupadas em declinações.

8.1.2. Os gêneros em número no latim

Nesta seção, examina-se a relação entre as declinações latinas e o gênero linguístico por meio de 8.034 nomes extraídos do Dic. Gaffiot (2016 [1923]) (cf. § 2.2.3). A compilação permitiu a divisão entre nomes masculinos, femininos e neutros de cada declinação, assim como a separação

de nomes empregados em mais de um gênero. Obtiveram-se, dessa forma, dados quantitativos sobre a relação entre gênero e declinação, representada no gráfico a seguir:

Gráfico 8.1: Relação entre gênero linguístico e declinações latinas

Pertencem à 1ª declinação 1.857 nomes. Dentre eles, 1.552 são femininos (83,57%), 290 são masculinos (15,61%) e 15 são empregados no masculino e no feminino (0,80%). No *corpus*, não houve nomes neutros pertencentes a essa declinação.

Concernem à 2ª declinação 2.858 nomes. São masculinos 1.468 (51,36%); femininos, 128 (4,47%); neutros, 1.242 (43,45%); masculinos e femininos, 20 (0,69%).

Na 3ª declinação, apresentaram-se 2.976 nomes. Destes, 1.102 são masculinos (37,02%), 1.619 são femininos (54,40%), 41 são masculinos e femininos (1,37%) e 214 são neutros (7,19%).

À 4ª declinação, competem 321 nomes. São masculinos 313 (97,50%), femininos, 7 (2,18%) e neutro, apenas 1 (0,31%). Não há nomes empregados concomitantemente no masculino e no feminino, relativos a essa declinação, no *corpus*.

Por fim, à 5ª declinação pertencem 22 nomes. Dentre estes, 2 são masculinos (9,09%) e 20 são femininos (90,90%). Não há nomes neutros nem duplamente empregados no masculino e no feminino no *corpus* compilado.

Em números absolutos, dos 8.034 nomes, 3.175 são masculinos (39,51%), 3.326 são femininos (41,39 %), 1.457 são neutros (18,13%) e 76 são ora masculinos, ora femininos (0,94%).

Na concepção do sistema de casos latino, a elaboração do mapeamento verticalizado (apêndice B) fundamentou-se em dois critérios. O primeiro critério atribuiu ao caso nominativo o aspecto semântico, como *ato de nomeação*, e associou ao genitivo (do latim, *gēnītivus* ‘que gera’), singular e plural, o aspecto formal dos demais casos. O segundo critério estabeleceu os casos por meio da função sintático-semântica apreendida no enunciado. Como elemento de significado, o *gênero linguístico* evidentemente colaborou para a divisão em declinações, uma vez que, na proporção de cinco declinações para três gêneros, a forma foi o elemento decisivo para se criarem subdivisões. A morfologia, na tradição canônica, atém-se às classes de palavras. Assim, ainda que certas flexões fossem ambíguas, algo detectável apenas pela análise morfológica, a noção de palavra como unidade mínima vinculada a uma função sintática e a um *gênero linguístico* são suficientes, naquela teoria linguística, para a elaboração das declinações. Desse modo de apresentação advém a noção de que o *gênero linguístico* é uma categoria pertencente apenas à sintaxe.

Contudo, o uso que se faz do sistema mostra que cada palavra, e suas flexões, apresenta um *gênero* imanente, que permitiu, a despeito de toda a polivalência semântica das formas, elaborar a divisão em declinações. Portanto, a maior regularidade encontrada é a imanência do *gênero linguístico* vinculado a paradigmas morfológicos, os quais, por sua vez, alimentam o léxico latino.

Em latim, a partir de *act-*, combinam-se diferentes flexões para expressão lexical: *ago*, *-ĕre* significa ‘empurrar para a frente, fazer, agir’; *āctum*, *-ī* (nominativo neutro), ‘o que se realizou, ato’; *actus*, *-ūs* (nominativo masc.), ‘estar em movimento, impulso, empurrão, gesto’; *acta*, *-ōrum* (neutro), ‘coisas feitas, leis, ordens, resoluções’; *actiō*, *-ōnis* (fem.), ‘ação, atividade, maneira de agir’. As criações de palavras também ocorrem para a representação de seres que estão em contiguidade em relação a outro ser: de *linum*, *-ī*, ‘linho’, palavra neutra de origem grega λίνον, cria-se *līnĕa* (*līnĭa*), *-æ* ‘linha’, palavra feminina¹⁵³. As unidades lexicais são compostas de raiz ou radical e flexões para expressão de novos significados. De uma originam-se outras, que são suas derivadas.

Existem outros processos de alternância do *gênero* no latim. Grande parte pertence à 3ª declinação, mas há casos também em outras declinações. Um estudo que vincule a alternância de *gênero* à mudança de significado, porém sem mudança de forma, está por ser feito. Certos registros apresentam distinções semânticas, como em *ācanthus*, *-ī*, (masc.) ‘planta’, (fem.) ‘árvore’, evidenciando a alteração de *gênero* sem mudança de forma para a expressão lexical. Contudo, em

¹⁵³ Pressupõe-se que *līnĕa* tenha se derivado de *linum*, uma vez que ‘linho’ (planta) seria a matéria prima de ‘linha’. Contudo, não se pretende disseminar essa afirmação como verdade absoluta. Em Etimologia, existem *graus de certeza*. Para essa discussão, veja-se Viaro (2011, pp. 119-125).

muitos outros verbetes, existe a menção quanto à alternância de *gênero*, mas não se aponta um vínculo entre essa alternância e a mudança de significado. Como não há nenhuma informação, na obra, a respeito dessas decisões, uma análise mais acurada só seria possível em *corpora* textuais a fim de buscar padrões.

No *corpus* estudado, 76 palavras apresentaram essa característica. A consulta ao verbete registrado em Gaffiot (2016 [1923]) nem sempre permite conhecer as motivações dessa alternância:

a) Há um grupo de palavras que não apresenta qualquer mudança de significado, ou seja, tem apenas um significado, conforme registro no verbete: *ābyssus*, -ī ‘abismo’, *āmārcus*, -ī ‘manjerição’, *auctōr*, -ōris ‘autor’, *Axōna*, -ae ‘rio belga’, *barbitōs*, -ī ‘instrumento de corda’, *cōmēta*, -ae ‘cometa’, *cythsus*, -ī ‘arbusto’. É possível supor que um nome próprio como *Axōna* seja feminino devido à forma, mas também que seja masculino porque designa um rio (no latim, *rivus*, palavra masculina). Em *auctōr*, -ōris, a obra não registra que a palavra tenha sido empregada no feminino em consonância com a designação do sexo.

b) Existe um grupo de palavras cuja significado possa motivar a *flexão de gênero*, mas os registros constantes no verbete não deixam isso claro. São palavras polissêmicas, muitas vezes, cujos sentidos são contíguos. Em certos casos, possivelmente existe a indicação de diferentes sexos: *aquālis*, -e ‘pessoa de mesma idade ou contemporânea a outra’; *affinis*, -is ‘vizinho ou parente por aliança’; *ālīenīgēna*, -ae ‘estrangeiro’; *antistēs*, -ītis (masc.) ‘chefe’, (masc. ou fem.) ‘sacerdote’, *bōs*, *bōvis* ‘boi ou vaca’; *būbō*, -ōnis ‘coruja’.

Contudo, os dados acima, vistos sob outra perspectiva, revelam outro panorama:

Gráfico 8.2: Panorama do gênero linguístico no latim

No gráfico acima, faz-se uma distribuição, entre os gêneros, dos 8.034 nomes investigados. A maior parte desses itens, 81%, pertence ou ao gênero masculino ou ao feminino; são neutros 18% e um pequeno número de palavras apresenta alternância de gênero entre o masculino e o feminino. Sobre o gênero neutro, há um fato relevante: em se tratando dos chamados substantivos de 2ª declinação e dos adjetivos de 1ª classe, nomes neutros apresentavam diferenças formais em relação aos nomes masculinos nos casos nominativo e vocativo singular e nominativo, vocativo e acusativo plural, ou seja, nos demais casos, não havia diferença formal entre os gêneros; na 3ª declinação e nos adjetivos de 2ª classe, embora haja maior variação formal peculiar à declinação, porque o caso nominativo se apresentava por diversas formas, as diferenças formais vinculadas aos gêneros, do mesmo modo, só eram efetivas nos casos nominativo, vocativo e acusativo e, às vezes, mesmo o nominativo e o vocativo não se distinguiam entre os gêneros (por ex., *fērōx*, *-is*).

Considerados os dados apresentados no gráfico anterior, em contraste com essa divisão acima, tem-se que os nomes de gênero masculino foram agrupados na 2ª decl. e na 4ª; os nomes de gênero feminino, na 1ª, na 3ª e na 5ª. Porém, a 2ª declinação dividia-se em nomes masculinos e nomes neutros, que não apresentavam diferenças formais significativas entre si; a 3ª declinação agrupava, especialmente, nomes masculinos e femininos. Essas relações constituem um quadro, nessa etapa sincrônica do latim, bastante propício às transformações ocorridas em etapas posteriores.

Os estudos das transformações ocorridas no latim baseiam-se nas declinações associadas ao *gênero*. Bassetto afirma que, no latim vulgar, “as sutis e pouco claras distinções flexionais das declinações foram reduzidas”, uma vez que a 2ª declinação absorveu a 4ª, e a 5ª se confundia com a 3ª, ou tinha a flexão *-ie* substituída por *-ia* e incorporada à 1ª declinação (2001, p. 92). O autor também diz que havia pouca diferença formal entre o masculino e o neutro, por isso, no latim vulgar, os nomes neutros singulares passaram para o masculino; acrescenta, contudo, que essa flutuação de *gênero* já ocorria anteriormente em certas palavras, como *aevus/aevum* ‘época’, *caseus/caseum* ‘queijo’, *collus/collum* ‘pescoço’ (2001, p. 92). Maurer Jr. aponta que essa confusão já era encontrada em autores como Plauto e Varrão, mas também em outros, como Petrônio (*Petronius Arbiter*, I d.C.), especificamente na *Cena Trimalchionis*, e em inscrições do séc. I a.C. (1959, p. 78).

De um lado, a alteração da forma, como em *aevus/aevum*, significava a mudança de *gênero*, o que confirma a relação paradigmática morfológica com o *gênero linguístico*. Por outro lado, aos olhos do observador, isso significava mudança de um paradigma de declinação a outro. Falar de declinação e de caso é falar de sintaxe. Porém, se o que sustenta a declinação e os casos não

apresenta uma variação formal clara e inabalável, o vínculo entre forma morfológica e *gênero linguístico* torna-se dominante.

Por essa razão, as transformações flagrantes na passagem do latim ao português baseiam-se na observação sobre a mudança de *gênero*. Ilari aponta que o nominativo e o acusativo plural dos nomes neutros em *-a* tenham sido interpretados como feminino singular, em certos casos: como *brachium* (nom. sing. ‘braço’) e *brachia* (nom. e acus. pl.), cujo sentido era medida de comprimento; ou *lignum* (nom. sing. ‘madeira’) e *ligna* (nom. e acus. pl.), que significava ‘lenha’ (2018, p. 97-98). Esse fenômeno também explica a existência das palavras *fruto* e *fruta*, no português. Segundo Viaro (2011, p. 239), a palavra latina *fructum* ‘fruto’, acusativo neutro singular, passou a acusativo masculino singular, o que permitiu que *fructa*, neutro plural, passasse a *fruta*, feminino singular.

São constantes as observações a respeito dos nomes de árvores e de frutos: no latim, nomes de árvores eram femininos e nomes de frutos eram neutros; com o desaparecimento do neutro, os nomes de frutos passam a femininos e nomes de árvores passam a masculinos, o que corrobora a tendência de interpretar o neutro plural em *-a* como nomes coletivos. Apenas mais tarde, no período românico, em muitas línguas, os nomes de árvores passam a ser formados por outros sufixos (fr. *poirier*, port. *pereira*). É preciso notar que uma dada mudança afeta todo um paradigma morfológico, o que é chamado de analogia. O conceito de analogia é fundamental para os estudos de etimologia, mas imprescindível para a morfologia, em perspectiva histórica, quando se deseja buscar padrões.

Sabe-se que a palavra *sogra*, em sua trajetória do latim ao português, sofreu analogia formal. No latim clássico, havia *socrus*, *-ūs* (fem.), acusativo *socrum*, de que deriva, morfológicamente, **socrum* > *sogra*. Contudo, já no *Appendix Probi*, aparece a palavra *socra*. Então, teríamos:

socrum → **socrum* (AP *socra*) > **sogra* [o] > *sogra* [ɔ]

Dadas as transformações fonéticas por que passou a palavra, a saber, apócope consonantal de *-m*, sonorização da surda intervocálica, de *-c-* a *-g-*, e metáfora, de [o] a [ɔ], nenhuma delas explicaria a mudança formal entre *socrum* e **socrum*, exceto a atuação da analogia formal e semântica. A atuação da analogia também impulsionou a mudança de lat. *nurum* → **nuram* (AP *nura*) > **nora* [o] > *nora* [ɔ].

De acordo com Viaro (2011, p. 239), o *gênero* de palavras latinas foi conservado, em certa medida, no português, mas as mudanças afetaram especialmente as palavras da 3ª declinação. O autor anota, para o português: do masculino para o feminino, lat. *florem* > port. *flor*, lat. *marginem* > port. *margem*, lat. *ordinem* > port. *ordem*, lat. *parietem* > port. *parede*, lat. *pontem* > port. *ponte*; do neutro

para masculino ou feminino, lat. *lac* > port./ fem. *leite*, lat. *mare* > port./masc. *mar* (no port. antigo, às vezes, feminino). Deduz-se que as palavras da 1ª e da 2ª declinação conservaram, ao menos em parte, o *gênero* a que se vinculavam.

Como se viu, as palavras provenientes da 1ª e 2ª declinações associavam-se aos gêneros feminino e masculino, respectivamente. Essa relação, bastante clara na classe dos adjetivos, passa à classe dos substantivos, ou seja, caso se queira manter a divisão canônica entre substantivos e adjetivos, pode-se dizer que o paradigma morfológico dos adjetivos atuou analogicamente nos substantivos.

Desse modo, pode-se assumir como princípio: a) que o léxico nominal do português tenha herdado uma configuração formal, como apontou Bassetto (2001; cf. § 8.1), distribuída em *-a*, *-o*, *-e* ou *consoante*; b) que essa distribuição mórfica apresente um padrão conexo ao *gênero linguístico*. As flexões latinas, já no período clássico, apresentavam um sistema em transformação. Grande parte do sistema de casos latino apoiava-se em um número reduzido de formas, que, contudo, representavam diferentes funções sintáticas. Do ponto de vista morfológico, uma dada forma operava em um sistema de relações entre signos, que permitiam sua polivalência. Resta discutir os processos em jogo nesse sistema de relações.

Capítulo 9

Os princípios ontológicos e semióticos

A análise das línguas naturais não é análise das ontologias; apreender assim essa análise tem conferido ao seu aspecto semântico algumas distorções, como confundir arbitrariedade do signo linguístico à ausência de significado dos elementos que compõem as unidades conhecidas por palavras. Chamar um substantivo de concreto ou de abstrato é uma amostra dessa distorção, pois qualquer elemento da linguagem verbal sempre será uma abstração: uma língua deve ser vista como *representação*. Para isso, é preciso entender a natureza das relações entre signo linguístico e signo semiótico, pautadas na *semiose*, por meio da qual se atribuem as *referências* aos signos linguísticos.

Na primeira parte desta tese (cf. § 3), viu-se como as noções *linguagem*, *realidade* e *pensamento* eram concebidas: os sofistas, Platão e Aristóteles designavam-nas por um único termo: λόγος (cf. § 3.1.2.1). Ao mesmo tempo, discutia-se, então, o princípio de todas as coisas, se *natural* (φύσις), se *convencional* (νόμος). Ainda, os sofistas, especialmente Protágoras, acrescentaram ao debate as noções de *percepção*, de *opinião* e de *verossimilhança* (cf. § 3.1.2.3). Assim posta, essa conjuntura possibilitou resgatar, com o auxílio de menções diretas feitas ao tema, como o *gênero linguístico* foi concebido naquele momento.

Na tradição clássica, o exame da língua confundia-se com o exame das coisas. A questão semântica parecia ser o cerne das categorizações, não apenas compreendido na Antiguidade, mas também em modelos teóricos atuais, principalmente, quando se fala de *princípios lexicais* e de *princípios gramaticais*, como se viu na seção anterior.

Palavras como *todos*, *todas* aparentemente não têm uma *referência* estável, por isso são interpretadas como palavras gramaticais que, no discurso, adquirem *referência* concreta; mas não se pode dizer que, como palavras gramaticais, sejam vazias de significado. Ainda, palavras como *meninos*, *meninas*, *menino*, *menina* são palavras lexicais porque se entende que sua *referência* é concreta, independentemente do discurso, embora essa *referência* não seja estável porque depende das circunstâncias. O que faz a *referência* de *meninos*, *meninas*, *menino*, *menina* ser percebida como concreta é o fato de os sentidos sensoriais serem capazes de perceber os seres designados por tais palavras?

Uma afirmação nesse sentido carece de pressupor que esses itens linguísticos precisam estar obrigatoriamente atrelados à ontologia. O que dizer, então, de palavras ditas abstratas, crivadas de

lexicais, como *saudade*, *amor*, *ódio*, *raiva*? O que de fato é abstrato, as palavras ou as coisas? Parece muito claro que, nesses casos, as coisas são abstratas, e as palavras são concretas porque materializadas. A noção circundante para os chamados *substantivos comuns de dois gêneros* e *substantivos epícenos* é a mesma: parte-se da interpretação de que esses substantivos não exprimem o sexo dos seres que designam. Contudo, essa interpretação é oriunda do *princípio de identificação linguístico-ontológico*, portanto essa classificação não se aplica à metalinguagem, que busca a descrição e análise da linguagem, não dos seres representados (cf. § 3.3). Nesses questionamentos, ressurgem as discussões entre língua, pensamento e realidade.

9.1. Os objetos, os conceitos e os signos

Em *Crátilo*, de Platão, o exame das etimologias tem por objetivo analisar o caráter mimético da linguagem: os nomes são imagens das coisas que denotam; sendo imagens, guardam relação de semelhança com as coisas. Essa visão parte do princípio de que as coisas são estáveis, o mundo das Formas, e apenas os que são capazes de reconhecer essa imutabilidade também são capazes de nomeá-las. Os nomes dados por quem tem essa capacidade são mimeses das coisas. Contrário à teoria das Formas de Platão, Aristóteles concebe que a linguagem é símbolo: as vozes (φωνή) são símbolos (σύμβολα). Como símbolo, a linguagem é a representação daquilo que não é o próprio ser. Aristóteles deseja investigar o ser, por isso entende que a linguagem, apoiada na lógica, é um meio de conceber a verdade das coisas. A ontologia se faz presente em ambas as concepções, ainda que a relação entre a linguagem e a ontologia seja diversa em Platão e em Aristóteles.

A exclusão do referente na concepção de signo, tal como empreendida por Saussure, diz respeito à exclusão da ontologia: não há uma relação entre o nome e a coisa, mas sim uma relação entre o nome e o modo como a coisa é apreendida. O modo como a coisa é apreendida é chamada por Saussure de *conceito*. De fato, um *conceito* é um modo de apreensão de um dado objeto, mas os conceitos parecem afeitos às teorias, às elaborações mentais, às reflexões e às explicações pertinentes aos objetos. Os indivíduos comuns conceitualizam as coisas tal como o fazem os teóricos ou a ciência? Se os conceitos são modos de apresentação, como são representados os objetos em si, na linguagem comum?

Responder a essas perguntas é fundamental para se compreender as camadas de significado presentes no signo. Quando se fala da relação entre o nome e o modo como a coisa é apresentada, a coisa em si continua representada pelo modo como foi apresentada; em outras palavras, não é preciso haver um signo para representar o objeto e outro signo para representar o modo como esse

objeto foi apresentado, embora isso possa ocorrer. Frege (1892a; cf. § 2.1.3) disse que o conceito é essencialmente predicativo, por essa razão, nas sentenças, ele não pode ser substituído por um objeto. Para fazer essa distinção, Frege usa os termos “nome próprio”, que traz a referência de um objeto, e “termo conceitual”, que diz como o objeto foi apreendido.

Frege ilustra o que foi dito com a sentença “Há pelo menos uma raiz quadrada de 4”. Nessa sentença, não se pode substituir o conceito “raiz quadrada de 4”, porque nela se asseve algo sobre o conceito em si. Porém, Frege acrescenta que “Há algo que tem a propriedade de dar o resultado 4, quando multiplicado por si mesmo” (2009 [1892a], p. 119-120)¹⁵⁴. Esse algo é a referência, que nesse caso pode ser deduzida, o objeto 2. Vale observar que 2 é, ao mesmo tempo, uma representação de algo, que é o referente. Aqui se tem um modo como a ciência concebe o conceito, mas é preciso saber como o indivíduo comum conceitualiza os objetos e como faz uso de signos para representá-los.

Saber como um indivíduo apreende um dado objeto é compreender como, na mente, se dá esse modo de apreensão que possibilita o reconhecimento e o uso de um signo. Imagine-se que um dado objeto, uma bola, é apresentado a uma criança. Nessa apresentação, fala-se o nome desse objeto, bola, que se torna, em sua mente, associado ao objeto, a partir de alguns processos. Em outra circunstância, essa mesma criança depara-se com outro objeto muito semelhante àquele que lhe foi apresentado: entre eles, cores, tamanhos são diferentes, mas existe um traço comum, por exemplo, o traço esférico. A criança chamará de bola esse segundo objeto se ela for capaz de reconhecer o traço comum e abstrair os traços distintos.

Sobre essa questão, Sapir discute o ato de falar para além dos “processos fisiológicos e psicofisiológicos”, isto é, a maneira pela qual a linguagem opera com “sistemas arbitrários de simbolismo”, os quais são chamados de línguas (2013 [1921], p. 16). Para ele, a linguagem constitui-se da atribuição de sons articulados a elementos da experiência humana:

O vocábulo “casa” não é um fato lingüístico se apenas virmos nele o efeito acústico produzido pelas vogais e consoantes que o constituem pronunciadas em certa ordem; nem os processos motores e as sensações táteis resultantes da articulação do vocábulo; nem a percepção auditiva dessa articulação por parte do ouvinte; nem a percepção visual do vocábulo na página manuscrita ou impressa; nem os processos motores e as sensações táteis que fazem parte do ato de escrever o vocábulo; nem a memória de uma dessas ou de todas essas experiências.

¹⁵⁴ Aristóteles, na Metafísica (Γ 2 1003 a31-b19; cf. § 4.1), fala da οὐσία, que seria o princípio presente em toda predicação.

É só quando essas, e possivelmente outras, experiências associadas se associam por sua vez com a imagem de uma casa, que começam a tomar a feição de símbolo, de palavra, de elemento lingüístico. (2013 [1921], p. 16)

A intenção de Sapir é chamar a atenção para o fato de que sons articulados é apenas o princípio da representação, que pressupõe também a associação desses sons a uma série de “experiências associadas” e a uma imagem mental. Assim, tanto *bola* quanto *casa* são sons articulados que representam não o objeto em si, mas uma imagem mental que dele se faz. Nisso reside o princípio da representação do signo lingüístico: o indivíduo foi capaz de chamar de *bola* ou de *casa* certos objetos nos quais reconheceu elementos semelhantes a outros que lhe foram apresentados. Sapir, assim como Saussure, fala de símbolo, uma vez que deseja evidenciar o caráter arbitrário dessa articulação de sons, que só adquire *status* de signo quando lhe é associada uma imagem mental. De fato, essa imagem mental é uma *referência*, que não se deve confundir com o objeto, a ontologia, o referente. A imagem mental implica a apreensão de traços comuns a despeito de todos os traços distintos que dada representação pode suscitar. Para Sapir, assim como para Saussure, o simbolismo residiria na capacidade de associar sons articulados e a imagem mental que se faz do objeto. Seria simbolismo porque é, de certo modo, uma vontade humana eliminar traços distintos e eleger os traços prototípicos.

Primeiramente, é preciso considerar que se está diante de fenômenos associados, mas que não podem ser confundidos. Existe uma operação mental capaz de reconhecer semelhanças e diferenças entre objetos. Há outra operação mental que permite associar um signo lingüístico a essas experiências. É claro que, para o uso da linguagem, uma operação depende da outra, mas são duas experiências distintas. Só se pode chamar de um mesmo nome dois objetos semelhantes a partir do momento em que deles foi elaborada uma imagem mental.

A criança que reconheceu um segundo objeto chamando-o de bola, realmente, foi capaz de fazer essa associação entre sons articulados e imagem mental, porque abstraiu possíveis diferenças entre os objetos. Mas essa mesma criança não nomeou o objeto que lhe foi apresentado, mas herdou sons articulados à imagem¹⁵⁵. A imagem mental, que é a referência, é uma construção na medida em que se é capaz de perceber traços comuns entre os objetos com os quais se depara. O signo empregado para designar essa imagem mental são os sons articulados. A imagem mental é a

¹⁵⁵ Um Léxico concebido como um módulo apartado da gramática parece apostar no ato cognitivo, que tomaria forma apenas nas sentenças. Contudo, a herança de processos lingüísticos associados aos processos de semiose não permite essa concepção, ainda que não se considere a perspectiva histórica das línguas.

primeira camada de significado associada ao signo linguístico, que constitui a referência, mas não se deve confundir com o objeto real.

Peirce elaborou a primeira tríade de categorias universais, a que todos os fenômenos estariam subordinados (cf. § 2.2.2). A primeira dessas categorias, chamou-a de *Primeiridade*, que se trata da apreensão imediata dos objetos sem que a eles estejam associados quaisquer outros fenômenos. A *bola* é um objeto que, por si mesmo, se encontra na categoria de *Primeiridade*, enquanto não houver nenhuma associação com outro fenômeno. As qualidades em si do objeto *bola* também estão na categoria de *Primeiridade*, exceto quando essas qualidades sejam associadas entre si, o que ocorre apenas quando houver o *interpretante* do primeiro signo.

Na relação entre a criança e a *bola*, está presente a categoria de *Secundidade*, uma vez que o objeto em si é apreendido como signo, por meio da imagem veiculada pelo sistema óptico, que faz a criança registrar essa imagem em sua mente. Embora a palavra *bola* tenha lhe sido transferida, a *semiose* ainda não envolve a linguagem verbal. Outros fenômenos de *Secundidade* podem se fazer presentes na apreensão do signo representado pelo signo linguístico *bola*. Quando a criança se depara com outra *bola*, diferente da primeira, pode-se dizer que entram em cena outras relações entre quaisquer fenômenos. É preciso que, por meio da comparação, a criança perceba se tratar de ‘um mesmo objeto’, ainda que, na realidade, seja outro e apresente diferenças. Nesse estágio, é possível que a criança se depare com outro objeto esférico qualquer e pense ser uma *bola*. Isso ocorre porque o objeto foi apreendido por um traço nele presente, isto é, o traço esférico que, em si, é um fenômeno de *Primeiridade*. A associação entre o traço esférico e o objeto *bola* é um fenômeno de *Secundidade*, por isso, ao se deparar com outro objeto de traço esférico, esse traço, por ter sido apreendido, torna-se, para essa criança, um signo que está no lugar do objeto *bola*.

Existem, contudo, outras camadas de significado que compõem os signos. Essas camadas provêm das interações sociais entre os indivíduos e as contingências cotidianas. Nem todo objeto esférico tem a mesma significação social, embora possa ser chamado de bola. A apreensão do objeto *bola* como objeto de brincar depende de outras interações feitas pelos indivíduos. Essas interações são sociais porque são transmitidas.

O ato de brincar é uma mediação entre a criança e o objeto bola. Nessa mediação, encontra-se a categoria de *Terceiridade*, que conjuga fenômenos como o hábito, a continuidade, mas também a representação, a comunicação, enfim a *semiose* dos signos. Desse modo, as três categorias são processos necessários para que se produza uma imagem mental da bola, associada às experiências

e ao signo acústico *bola*. Na *Terceiridade*, encontra-se a associação entre o conjunto desses processos e o signo linguístico *bola*.

Traços sgnicos estão presentes em seres do universo contingencial, ou seja, existem muitos signos semióticos a que se associam signos linguísticos. Os signos linguísticos são signos de signos, uma vez que os seres contingenciais são captados e interpretados cognitivamente pelos indivíduos. Os sentidos emanados dos objetos, os seres contingenciais, associam-se aos signos linguísticos, promovendo as camadas de significado. A semiótica opera com os objetos do mundo como signos, dos quais a linguagem verbal é signo. Linguistas operam com os signos dos signos e, para isso, carecem de discernir os processos pelos quais os significados são associados aos signos do mundo e aos signos linguísticos. Examinem-se estes signos:

Figura 1 (fonte: pixabay.com)

Figura 2 (fonte: pocinho.com)

Figura 3 (fonte: pixabay.com)

Figura 9.1: Conjunto de imagens de traço esférico

De acordo com a concepção peirciana, as representações acima são signos, mais precisamente, *ícones* de objetos, uma vez que são imagens desses objetos e com eles guardam relações de semelhança. A figura (1) representa o Sol; a (2), uma bola de futebol; e a (3), a Terra. As imagens são icônicas porque guardam relação de semelhança com os objetos e porque individualizam, isto é, apontam para uma referência, ainda que o referente não seja único: o Sol e a Terra são referentes únicos, mas uma bola de futebol não é única, existem várias, todas muito semelhantes entre si. O Sol e a Terra são captáveis por indivíduos que não conhecem esses elementos inseridos no sistema solar, de que provêm conceitos científicos, mas são capazes de percebê-los por meio de signos cuja forma é elemento indicativo.

Não se trata apenas de conhecer esses objetos por meios científicos, mas também se sabe que a maior parte dos indivíduos jamais captou o Sol ou a Terra diretamente por seu próprio sistema óptico, que já é uma imagem, mas apenas por outras imagens que lhes são apresentadas. Assim, as três representações têm entre si um traço comum, a esfericidade, um fenômeno de *Primeiridade*, que será um dos traços prototípicos de qualquer representação de qualquer um desses objetos e de outros. O traço *esfericidade*, por si só, é um *índice*, categoria pertencente à segunda

tricotomia peirciana. Um *índice* tem a propriedade de representar devido à conexão que apresenta com o objeto. A esfericidade é uma propriedade conectada aos três objetos. Assim, em um jogo de adivinhação, se alguém iniciar esse jogo com uma dica “é redondo”, a informação provoca no respondente uma série de evocações de objetos possíveis, porque o “ser redondo” é um fenômeno de *Primeiridade*, que só será de *Secundidade* quando for associado a outro fenômeno. Outras informações são necessárias para se chegar ao objeto previsto.

A propriedade de ser único pertence ao objeto, não a sua representação. Uma representação jamais será única, exceto quando apresente outros valores que lhe são atribuídos, como é o caso do *símbolo*. Uma representação não verbal de um martelo ou de uma foice, que são ferramentas de trabalho com funções específicas na sociedade, são *ícones* dos objetos e *índices* de uma dada atividade laboral. Mas a junção da representação desses dois elementos constitui o *símbolo* do Comunismo. Um *símbolo* voluntariamente criado passa a incorporar elementos que, na junção, apresentam uma referência. Como signos relacionados ao Comunismo, a foice e o martelo são *ícones*, porque representam as ferramentas, mas são *índices* que conectam a classe trabalhadora à doutrina; a junção dessas duas imagens é um *ícone*, porque mantém entre os *índices* uma relação análoga; a imagem, resultante dessa junção de *ícones*, é um *símbolo*. *Índices* servem tanto aos *ícones* quanto aos *símbolos*, porque representam a camada de significado necessária para a elaboração de significados estendidos e, por fim, da referência.

Uma bola não é única, exceto em um dado contexto situacional. Assim, uma fotografia será a representação de uma dada bola, presente em um contexto específico. Essa fotografia é um *ícone*, não porque representa todas as bolas do mundo, mas sim porque representa uma certa bola naquele contexto. As palavras *bola*, *Sol* e *Terra* (ou *terra*) são signos. A dificuldade de discernir as camadas de significado, emanadas dos objetos, podem ser superadas por meio dos conceitos de *índice*, *ícone* e *símbolo*. Como se viu, esses conceitos semióticos permitem apreender os significados das coisas das quais as palavras são símbolos.

De fato, o *princípio de identificação linguístico-ontológico* dificulta a percepção dessas camadas de significado, uma vez que são confundidas as propriedades do referente, as propriedades da referência e os paradigmas morfológicos do signo linguístico: o referente é o elemento que sequer precisa existir concretamente, haja vista os nomes que designam seres abstratos; a referência é fundamental, porque se trata da imagem mental captada, registrada, armazenada, reproduzida e produzida pelos indivíduos; o signo linguístico é seu símbolo.

Platão, em *Crátilo*, trata a linguagem como ícone, uma vez que busca em suas letras e sílabas relações de semelhança com as coisas designadas (cf. § 3.1.2.4). Aristóteles vê a linguagem como símbolo, pois reconhece nela as propriedades de representação, que dependem do modo como os seres são apreendidos pela razão (cf. § 3.1.2.5). Contudo, sua proposta de correção da linguagem, quando a lógica e a arte poderiam extrair dela toda a sua capacidade de representação, foi subvertida, na tradição gramatical, em normativização, em construção de uma linguagem ideal e propulsora de uma cultura superior. Nessa perspectiva, a análise linguística perdeu, de certo modo, seu caráter analítico-descritivo.

Quando Varrão menciona os meios pelos quais um escravo poderia ser nomeado, deseja destacar o ato voluntário da nomeação (cf. § 4.3.1). Sua exemplificação, contudo, pode mascarar os processos linguísticos, o real objeto de sua análise. A atribuição de nomes próprios é motivada pelas mais diversas significações, as semioses de que fala Peirce, ou seja, dar um nome próprio a alguém é algo profundamente subjetivo e independente da necessidade de compartilhamento social da significação. Um nome próprio é compartilhado e associado a um referente, um indivíduo real, não a uma referência, uma imagem mental, embora possa ter significação¹⁵⁶.

Afora os nomes próprios, o uso de um signo para referir os modos de apresentação de um objeto pode assim ser exemplificado:

Figura 9.2: As representações do signo linguístico

O emprego de cada um desses signos linguísticos depende de situações que estão além da linguagem. Cada signo representa um outro signo, socialmente construído em meio a uma cultura, entendida como um conjunto de signos sociais relacionados às experiências humanas. Nesse sentido, não há, de fato, um *princípio gramatical* ou um ato linguístico que oriente o uso de cada um

¹⁵⁶ A diferença entre nomes próprios e nomes comuns será retomada em 9.2.2.2.

desses signos. Nisso reside um *princípio de lexicalidade*, que não se trata de uma relação signo-ontologia, mas de uma relação signo semiótico a signo linguístico.

No início desta exposição, levantou-se uma questão: os indivíduos conceitualizam os fenômenos tal como o fazem os cientistas? As referências abstratas, simbolizadas pelo signo linguístico, constituem um ponto de partida para responder à questão. Toma-se, por exemplo, o signo *traição*, cujo registro, no Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009) traz as seguintes acepções:

▪ **substantivo feminino**

ato ou efeito de trair(-se)

1 quebra da fidelidade prometida e empenhada por meio de ato perverso; aleivosia, deslealdade, perfídia

2 **Rubrica: termo jurídico.**

crime cometido pelo cidadão que, perfidamente, pratica ato que atenta contra a segurança da pátria ou a estabilidade de suas instituições

3 **Derivação: por analogia.**

infidelidade no amor

4 **Regionalismo: Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.**

variedade de mutirão em que o fazendeiro que tenciona auxiliar o vizinho chega à casa deste de madrugada, em companhia de trabalhadores, e desperta-o ao som de cantos

As definições de certos nomes elaboradas em obras lexicográficas associam a acepção do nome à acepção do verbo, pois partem do significado morfológico. No caso, o sufixo *-ção* tem o significado de “ato de x”, em que *x* representa o significado da raiz ou do radical a que o sufixo é acrescido. Esse modo de apresentação da acepção é, de um lado, econômico, pois evita a inserção de inúmeras sentenças explicativas; por outro lado, em certos casos, torna obrigatória a consulta em outro verbete. Para uma análise mais completa, tomam-se as acepções registradas no verbete *trair*, no Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009):

▪ **verbo**

transitivo direto

1 iludir, enganar por traição; atraítoar

Ex.: o rapaz prometeu nunca t. ninguém

transitivo direto

2 denunciar (alguém) em ato de traição; delatar

Ex.: o assaltante traiu o companheiro, entregando-o à polícia

transitivo direto

3 demonstrar infidelidade a

Ex.: traiu o marido

transitivo direto

4 abandonar (crença, convicção etc.) de maneira traiçoeira

Ex.: traiu os princípios em que acreditava

transitivo direto

5 deixar de cumprir (uma promessa, um compromisso etc.)

Ex.: traiu vergonhosamente seu juramento

transitivo direto e pronominal

6 revelar (algo) de maneira involuntária

Exs.: seus olhares traíam os desejos que lhe dominavam o espírito

traiu-se ao cair em contradição

transitivo direto

7 deixar de corresponder a (expectativas etc.)

Ex.: traía sempre a boa-fé do irmão

A definição do significado morfológico conecta *traição* a *trair*, ou seja, o signo linguístico *traição* tem as mesmas acepções de *trair*, e entre os signos existem apenas diferenças gramaticais. A análise dos registros evidencia haver um núcleo semântico comum entre a maior parte das acepções¹⁵⁷: “quebra da fidelidade”, “engano”, “iludir” ou “ilusão”, “abandonar crença ou convicção” ou “abandono de crença ou convicção” etc. O núcleo semântico comum é, de fato, altamente abstrato, porque é preciso compreender uma série de outras abstrações; consequentemente, a análise estritamente linguística é insuficiente para explicar a abundância de abstrações relacionadas ao signo linguístico. Uma análise estritamente morfológica está aquém de todas as camadas de significado representadas pelo signo. Ainda assim, uma vez compreendido esse núcleo semântico, é possível aplicá-lo a uma série de experiências humanas, e isso é feito pelos falantes.

Dessa forma, o núcleo semântico é a base conceitual do signo. Sua aplicabilidade, porém, depende de outros signos não linguísticos, mas contingenciais. Pode-se dizer que o núcleo semântico constitui a propriedade intensiva do conceito; contudo, as extensões são variáveis porque dependem das contingências e do modo como são apreendidas pela cognição humana. Nesse sentido, as contingências são expressas nas sentenças explicativas; assim, quanto maior o número de sentenças maior será a aplicabilidade do conceito, partindo da hipótese de que a obra tenha registrado todas as aplicabilidades possíveis.

Quanto à extensão do conceito, reflexo das contingências, duas questões são patentes no registro das *rubricas*. As *rubricas* refletem as contingências em que a aplicabilidade do conceito adquiriu certos contornos: na acepção (2) do verbete *traição*, o conceito se aplica a uma questão jurídica, o que torna seu sentido passível de convenções sociais, que são as leis; na acepção (3) do verbete *traição*, o conceito se aplica a relações amorosas, em que não há leis regulamentadoras, mas sim valores, tradições, padrões de comportamento, crenças, costumes, isto é, elementos variáveis entre grupos sociais ou mesmo entre indivíduos.

Em ambas as aplicabilidades, pode haver discordância entre ter ou não ter havido crime, entre ter ou não ter havido infidelidade. Contudo, o julgamento de um crime depende de outras

¹⁵⁷ A etimologia das unidades linguísticas é de grande valia para compreender as relações semânticas elaboradas entre uma raiz e as mais diversas derivações obtidas a partir dela. Um trabalho bastante produtivo, nesse sentido, sobre o português, encontra-se em Viaro (2003).

convenções estabelecidas em leis comuns a grupos sociais e deliberado por um conjunto de pessoas que participam do processo; o julgamento de uma infidelidade, muitas vezes, depende das deliberações de um indivíduo, além de estar sujeito à variabilidade de valores, de crenças, de padrões de comportamento etc. Ainda, pode-se alegar que ambas as aplicabilidades estão sujeitas a subjetividades, embora as instituições públicas ou privadas se ergam sob o argumento de servirem a interesses de âmbito comum. Fica patente, portanto, que as aplicabilidades do conceito estão fora do alcance da linguagem verbal, que é somente símbolo de signos sociais.

As obras lexicográficas registram, por meio das sentenças, essas experiências humanas, uma vez que os signos linguísticos são representações dessas contingências que operam na ordem das ontologias. Isso não significa, contudo, atribuir um papel metaontológico à Linguística, mas sim perceber que a metalinguagem pode se confundir com uma metaontologia caso as análises e as descrições linguísticas não sejam capazes de discernir as representações semânticas, ou camadas de significado, dos signos linguísticos. A Lexicologia, portanto, assume esse papel, mas não pode ser apartada da gramática, pois a essência do signo linguístico reside na sua capacidade de representar por meio de uma *cadeia sonora paradigmática significativa* (cf. § 8.1), que se constitui por uma série de traços significativos tais como se constituem os signos semióticos por meio de fenômenos de *Primeiridade*, de *Secundidade* e de *Terceiridade*.

Os conceitos não são afeitos apenas às explicações científicas, pois, alinhados às experiências humanas, são modos de apreensão espontânea e imediata da realidade. Os conceitos científicos apoiam-se em teorias cujas hipóteses já foram testadas, por meio de um método de investigação. Os conceitos comuns, ou as noções mais abstratas elaboradas face à realidade, consolidam-se, muitas vezes, na intuição ou na reelaboração de experiências. Portanto, a conceituação é uma forma de conhecimento comum a todos os indivíduos; a diferença entre conceitos científicos e conceitos comuns reside nas formas de conhecimento distintas. A Ciência é uma das formas de conhecimento, que se estabelece por meio de métodos de investigação, mas não deve ser entendida como forma de conhecimento superior, nem deve se confundir com outras formas empíricas de conhecimento.

As experiências humanas permitem o contato com elementos sîgnicos dos mais diversos. Desde o momento em que capacidades de percepção e de interação com a realidade se desenvolvem, existe um eu subjetivo que capta elementos externos, mas não os toma para si nem com eles se confunde ou se mistura. As relações do eu subjetivo com esses elementos transfiguram-se em representações com as quais interage por meio de seus sentidos sensoriais e de sua mente. Aquilo que é visto, aquilo que é tocado não são, de fato, em cada subjetividade. Em outras palavras,

o limite do eu condiciona suas experiências com a realidade em puras representações captadas, registradas pela mente e nela armazenadas. Mas esse eu que capta, registra e armazena as representações é também capaz de produzir representações, seja pela escolha, consciente ou inconsciente de interações, seja pela reprodução de interações que proporciona a si e aos outros indivíduos.

Diante de cada objeto, de cada fenômeno real, o eu subjetivo, embora possa se iludir, apenas lida com representações: quando vê um objeto, a imagem não passa de uma projeção captada, que não é o objeto em si, mas o ilude a ponto de lhe ser suficiente como experiência com o real. As ilusões subjazem aos signos, pois criam as condições necessárias para captar, registrar, armazenar, produzir e reproduzir representações do real.

A linguagem verbal em si é um signo cuja matéria prima é o som. Essa matéria acústica, para ser signo, carece de uma forma, alcançada apenas pela reincidência, necessária à captação, ao registro, ao armazenamento, à produção e à reprodução. Apenas desse modo essa forma se torna captável por outro eu subjetivo, sob pena de não ser signo. Tudo isso ocorre porque a linguagem verbal só existe na produção humana, ou seja, sua existência é condicionada, não é por si. Cada indivíduo, ainda que tenha a faculdade da linguagem, está sujeito a captar, registrar, armazenar, reproduzir e produzir a linguagem a partir dos inventários linguísticos que lhes são proporcionados no processo de aquisição. Nesse sentido, pode-se afirmar que a linguagem verbal é uma estruturação sígnica de sons produzidos pela espécie humana.

A concretude de uma língua pressupõe uma série de processos sociais que permitem inventariar, registrar, produzir e validar um certo recorte de linguagem verbal. Assim, são esses processos sociais que tornam real uma língua, isto é, uma língua em si não existe, mesmo quando inventários sígnicos de sons são produzidos. A existência de uma língua implica a produção e o registro de inúmeras variantes de um inventário no cotidiano. Essas variantes, para formarem um conjunto chamado língua, precisam ser abstraídas. A abstração, por sua vez, necessita da eliminação das diferenças – o inventário de sons produzidos e registrados é ordenado pela semelhança que seus elementos apresentam entre si. Embora esse inventário de sons tenha elementos que apresentem semelhança com outros inventários de sons, chamados de outras línguas, a separação de inventários é elaborada e reforçada por processos institucionais: a pátria e os órgãos que lhe pertencem, assessorada pelos limites geográficos demarcados. A separação de inventários também está pressuposta no conceito saussuriano de *sistema*, que é uma abstração.

As sentenças são as expressões das contingências em que os signos linguísticos atuam como representantes. Resta, no entanto, discutir quais são as unidades linguísticas que atuam como representações.

9.2. O significado morfológico composicional

Adotando a força da expressão usada por Borges Neto (2012), “muito papel e tinta” tem sido gasto para discutir a delimitação das unidades lexicais. O Léxico apartado da gramática abre uma lacuna entre uma constituição morfofonológica e uma constituição morfossintática, reforçada, muitas vezes, pela adoção acrítica de conceitos provindos da tradição canônica. Ainda, a ausência de definição do termo *palavra*, norteador de uma unidade, conduz invariavelmente à associação do termo a *classe de palavras*, taxonomia herdada da tradição clássica. Já se tentou defini-la como *forma livre mínima* (BLOOMFIELD, 1933), mas essa definição mostrou-se incoerente quando se considera uma sequência fonológica, como *me deja* ou *déjame*, no espanhol. De um lado, certas formações compostas de dois itens de existência autônoma, como *beija-flor*, contradizem a noção de *forma livre*, como concebido por Bloomfield (cf. § 6.2.2).

Há, contudo, nesse apontamento, uma noção de existência autônoma: *beija* e *flor* são **duas palavras** cuja composição aponta para uma ave. Por outro lado, existem formações bastante produtivas, no português, envolvidas na discussão sobre o *gênero linguístico*, como as que dizem respeito aos advérbios em *-mente*. Esses advérbios tornam-se um problema, em estudos estritamente sincrônicos¹⁵⁸, pois não há explicação para o fato de que, na formação, a base da palavra é sempre feminina: *sabia-* + *-mente*, *cognitiva-* + *-mente*. Em perspectiva diacrônica, sabe-se que se trata de uma composição sintagmática, ocorrida desde o latim, na qual *mente* era substantivo feminino com o qual concordava o adjetivo.

Basílio (2004, p. 17) também problematiza a noção de *forma livre*, ao dizer que:

Essa definição é interessante, porque distingue palavras de frases, sintagmas e afixos; mas apresenta problemas quando pensamos em palavras compostas: como palavras compostas são definidas como palavras formadas de duas ou mais palavras ou radicais, fica difícil sustentar ao mesmo tempo que palavras não podem ser subdivididas em formas livres.

¹⁵⁸ Na visão de Gonçalves, a derivação pertenceria ao léxico e ocorreria antes da *flexão*, que pertenceria à sintaxe, e seus afixos ocupariam os lugares mais periféricos do item lexical. Gonçalves discutiu a formação de advérbio em *-mente* a partir de adjetivos, como *humanamente*, *claramente*, *certamente*. Segundo ele, “se assumirmos a hipótese lexicalista fraca, teremos de admitir que as construções *x-mente* são excepcionais nessa língua ou assumir que as formas femininas dos adjetivos, geradas na sintaxe, voltam para o léxico para participar do processo de formação” (2011, p. 86).

Enfim, parece que são as categorias linguísticas que impedem uma noção mais geral e descritiva da língua, pois enquanto atributos fonológicos, a cadeia fônica se forma com a adjunção de elementos linguísticos. Por essa razão, Sapir (2013 [1921], p. 33) argumenta:

É verdade que em casos particulares, especialmente em algumas das línguas altamente sintéticas da América aborígine, não é sempre fácil dizer se um dado elemento da frase deve ser tido como vocábulo independente, ou como parte de um vocábulo maior. Esses casos de transição, por mais perplexos que nos deixem em determinados momentos, não enfraquecem, contudo, a doutrina da validade psicológica da palavra. A experiência linguística, tanto através da sua forma normalizada e escrita quanto da resultante do uso cotidiano, indica esmagadoramente que não há, em regra geral, a menor dificuldade em focalizar-se a palavra na consciência como realidade psicológica. Não pode haver prova mais convincente do que a seguinte: o índio, ingênuo e completamente despercebido do conceito de palavra escrita, não tem apesar disso dificuldade séria em ditar um texto a um investigador linguístico, palavra por palavra; propende, naturalmente, a ligá-las entre si, à maneira da enunciação oral, mas, se chamado à pausa e feito compreender o que dele se pretende, isolará imediatamente os vocábulos como tais, repetindo-os sob a forma de unidades. Recusa-se, por outro lado, a isolar o elemento radical ou o gramatical, porque, alega, “não faz sentido”.

Varrão definiu a *palavra* como “aquilo que ouvimos e aquilo que entendemos” (cf. § 4.3.1), o que faz ver o caráter intuitivo da percepção humana no tocante à apreensão de uma dada forma. O aborígine entrevistado por Sapir também demonstrou compreender o isolamento de uma forma, ainda que nunca tenha tido contato com a escrita, que sequer existia em sua cultura. A noção de *palavra* está presente no senso comum que, embora possa não saber explicá-la, percebe-a plenamente. Ademais, as convenções que subjazem aos textos escritos reforçam aos falantes a noção de que uma língua é composta por certas unidades.

O desafio da Linguística ampliou-se com a concepção de unidade lexical. Sobre a questão, Basílio (2010, p. 7) aponta que, no Gerativismo, a “concepção algorítmica da linguagem” condicionou a abordagem de palavras ao aspecto morfológico formal e os itens lexicais foram “marginalizados” e lançados a um “inventário de irregularidades”. Ainda, a autora acrescenta:

O significado sempre foi um problema na abordagem gerativa lexicalista da formação de palavras, na medida em que a teoria gerativa é uma teoria da sintaxe, embora alguns autores tenham tido a preocupação de levar em conta explicitamente alguns aspectos semânticos nos processos de formação e todos tenham levado em consideração o significado das palavras, ainda que apenas implicitamente ou inconscientemente. (2010, p. 3)

Saussure, em seu *Cours*, procurou discutir o quanto a noção de *palavra* estava vinculada à *classe de palavras*, taxonomia advinda da tradição clássica (cf. § 6.2.1). O vínculo entre *palavra* e *classe de palavras* faz surgir a concepção de *variação da mesma palavra*, que serve tanto aos nomes quanto aos verbos. Não se pode perder, nessa discussão, que esse modo de apresentação é aquilo que justifica falar de *flexão* e de *derivação* como operações dicotômicas, uma vez que a declinação e a conjugação

apresentam *flexões* que só fazem perceber uma palavra marcada por diferentes formas gramaticais. Outra palavra é *derivação*. Assim, a ausência de definições conceituais cria um ciclo de incertezas teóricas.

Na teoria saussuriana, a noção de *palavra* é subsumida pelo conceito de *signo linguístico* (cf. § 6.3). O termo *palavra*, porque serve ao senso comum, insere-se na ordem dos *nomes próprios*, conforme a concepção de Frege (1892a; cf. § 2.1.3), por essa razão não há como a definir na esfera de um termo científico. Assim, a consulta a uma obra lexicográfica de língua geral, como o Dic. Houaiss, trará resultados satisfatórios quanto à aceção aqui discutida: uma dada forma constituída de morfemas, constante de obras lexicográficas, comumente classificada em categorias gramaticais. A referida forma é, juntamente com os morfemas, o foco da Morfologia. Nessa perspectiva, o olhar do senso comum, ainda que possa apresentar algumas dúvidas, é capaz de apontar as unidades. Contudo, certamente não fará distinções entre palavras lexicais e palavras gramaticais como fazem os linguistas. Assim, o termo continua sendo válido mesmo que não apresente um conceito teórico sobre essa unidade: *palavra* é um sinal, cujo *sentido* é um modo de apresentação do objeto, e sua *referência* é o próprio objeto; no caso de abstrações, *palavra* é um *sinal*, cujo sentido é um modo de apresentação do conceito, e sua *referência* é o próprio conceito (FREGE, 1892b; cf. § 2.1.3). Em ambos os casos, o termo *palavra* designa uma sequência fonológica ou gráfica; por isso não é um conceito.

A concepção saussuriana de signo linguístico pressupõe que a significação seja atribuída ao significante por meio de uma fórmula, que se traduz, em sua teoria, por uma operação mental. Saussure rechaça o *princípio de identificação linguístico-ontológico*, uma vez que um signo “não une uma coisa e um nome”, mas “um conceito e uma imagem acústica” (cf. § 6.2.1). A escola a que é filiado procurou conciliar geração e história, algo já previsto na teoria schleicheriana, que, por meio de representações arbóreas, procurou explicar a genealogia das línguas. (cf. § 5.2.3).

A perspectiva histórica das línguas é fundamental para entender as continuidades e rupturas, as supostas idiosincrasias e, se não explica todos os processos, ainda assim, é inegável porque é factual. Nesse entendimento proposto, o resgate histórico possibilita o contato com experiências humanas distintas face à linguagem. O *princípio gramatical* ou ato linguístico está nas formas e seus significados que compõem cada signo, os quais configuram os itens linguísticos morfológicos herdados e atuantes em uma dada sincronia, isto é, palavras, raízes ou radicais e afixos. Cada palavra, concebida como unidade lexical, apresenta uma ou mais *referências*, adquiridas na sucessão de sincronias.

A análise morfológica, em considerando a díade significante/significado, nem sempre dá conta da significação lexical. Viaro (2019), como se viu no início deste capítulo, discute o objeto da Morfologia face à unidade lexical. Em sua visão, a Morfologia opera com os paradigmas mentais: a mente associa um sintagma de fonemas a um significado, formando um morfema que, por sua vez, compõe o signo linguístico a partir da junção de significados dos morfemas. Existem, dessa forma, os seguintes paradigmas, exemplificados pelo autor por meio da palavra *barbeiro*:

- 1) *barb-* (raiz);
- 2) *-eiro* (sufixo);
- 3) *barbeiro* (composição que permite interpretar o conjunto);
- 4) *barbeiro* (como item lexical).

De acordo com Viaro (2019, p. 14), os paradigmas mentais associados a *barbeiro* decorrem dos significados encontradas no signo: 1) há um significado da raiz; 2) há um significado do sufixo; 3) há o significado composicional obtido por *barb-* + *-eiro*, ‘aquele que faz a barba’ ou ‘aquele que trabalha com barbas’, em que *-eiro* pode ser parafraseável por ‘trabalha com X’, presente em outras formações de palavras; 4) mas há outros significados, como ‘aquele que corta cabelos’, ‘aquele que é mau condutor’, ‘inseto’, etc. Extraídos os paradigmas mentais associados a um signo, encontra-se uma *referência*, que diz respeito à imagem mental evocada pela unidade lexical. No caso de *barbeiro*, o significado composicional apresentado em (3) é uma das *referências*, que pode ser deduzida da análise dos elementos de composição da unidade; mas há outras *referências* que fogem dessa composicionalidade, “aquele que corta cabelos”, “aquele que é mau condutor”, “inseto”.

Por essa razão, a *referência* é uma das faces do signo linguístico que não pode ser descartada. A delimitação do signo, que simboliza uma certa imagem mental (ou mais de uma), é justamente dada pela *referência*, que não pode ser confundida com o significado:

O significado é o elemento previamente interpretado e socialmente compreensível da referência, aceito momentaneamente no ato da fala para a sua expressão (o que explica mal-entendidos e ambiguidades). No significado estão tanto os paradigmas morfológicos quanto os semânticos. Os primeiros reúnem elementos dos segundos a uma forma proveniente do significante. Os paradigmas semânticos reúnem conteúdos provindos da referência. (VIARO, 2019, p. 19)

A palavra *barbeiro* apresenta mais de uma *referência*; contudo, uma das *referências* é obtida por meio do significado morfológico composicional, a que se propõe chamar de *significação*. A *significação*, então, seria uma das *referências* de um signo linguístico polissêmico, isto é, aquele que apresenta, além da *significação*, outros significado lexicais que remetem a outras *referências*.

Dessa forma, o signo linguístico apresenta três faces:

Figura 9.3: Tríade do signo linguístico

Entende-se que uma palavra como *barbeiro* é formada a partir da junção de um sufixo a uma raiz; porém não se tem a mesma interpretação de um signo linguístico como *terra*, em que se aponta haver uma vogal temática. Dentre outros, esse signo pode significar *planeta* (quando é convencionalmente grafado com letra maiúscula), *solo* ou *pátria*. Há no signo *terra* um traço semântico primitivo e comum, “lugar”. Houve uma primeira acepção da qual, por alguma associação metafórica ou metonímica, emergiram todas as outras, porque os objetos representados pelo signo estão em relação de contiguidade. Por mais concretas que as *referências* desse signo possam parecer, são, de fato, modos de apresentação de um mesmo lugar, o lugar onde se encontra o humano, a partir de perspectivas diferentes: do macro, *planeta*, ao micro, *solo*, passando por um recorte predominantemente social, a *pátria*. Para Peirce, cada uma dessas *referências* são signos; no caso da linguagem verbal, representados por um único *representamen terra*. Para Saussure, o símbolo *terra*, cuja matéria é acústica.

Nesse modo de apresentação, se a linguagem verbal é uma representação de algo, existem consequências teóricas tanto no que diz respeito à unidade lexical quanto a unidades menores significativas, isto é, *morfemas*, ambas as categorias calcadas na díade significante/ significado. Uma das dificuldades de abordagem de unidades mínimas residiu nas alterações formais e semânticas frequentes, explicáveis, muitas vezes, apenas em perspectiva diacrônica. Porém, além da dimensão histórica, é preciso rediscutir o papel dessas unidades mínimas.

A definição de *morfema* que se tornou mais frequente na Linguística do séc. XX é a de Bloomfield (cf. § 6.2.2). Após certas tentativas de elaboração conceitual, Bloomfield formula outro conceito: a *classe de morfes*. Um *morfema* seria constituído por uma *classe de morfes*, que, por sua vez, reuniria todas as formas de um *morfema* associadas pelo significado. Embora exista um raciocínio cíclico, vale observar um argumento contínuo, ou seja, também preponderante na definição

anterior, que então se repete: “segmento fônico cujo significado lhe permite abrigar-se em uma classe de morfes” (cf. § 6.2.2).

Certas alternâncias de formas sem alteração de significado são explicáveis na investigação das sucessivas etapas sincrônicas de uma língua. Por meio do conceito de *classe de morfes*, Bloomfield procurou conciliar heranças linguísticas a uma análise da então etapa atual das línguas sem que fosse preciso servir-se de dados diacrônicos. Diante das regularidades e irregularidades formais, um *morfema* distingue-se de um segmento fônico puro pelo significado. Há aqui um consenso entre estudos sincrônicos e diacrônicos: unidades mínimas morfológicas distinguem-se de unidades fonológicas porque aquelas apresentam significado. No entanto, o caráter de signo – significante a que se atribui um significado – não é considerado, uma vez que se buscam regularidades, *a priori*, incompatíveis com a noção de atribuição de significado.

As unidades mínimas morfológicas são *raiz*, *radical*, *vogal temática*, *infixos*, *prefixos* e *sufixos*. Alguns outros termos veiculam concepções teóricas relacionadas, como *tema*, que é a junção da raiz ou radical à vogal temática. A interpretação dada ao *gênero linguístico* situa-o entre a vogal temática e os *morfemas*. Embora o tratamento terminológico seja distinto em outros modelos teóricos, o *gênero linguístico* encontra-se em um limbo entre a morfologia flexional e a morfologia derivacional, dado o significado das unidades morfológicas que lhes são pertinentes, conforme as supostas e prévias diferenças entre *flexão* e *derivação*. Para a devida reflexão, é preciso retomar algumas análises de Câmara Jr.

Em português, os temas nominais, de acordo com Câmara Jr. (cf. § 6.2.3), apresentam-se em *-a*, *-o*, *-e*, mas há também os atemáticos. Os vocábulos atemáticos terminam em vogais tônicas ou em consoantes, mas, dentre estes, há exceções: a vogal temática *-e* surge no plural em vocábulos terminados em */l/*, */s/*, */r/* e */z/*, como em *mal/males*, *francês/franceses*, *mar/mares*, *rapaz/rapazes*, mas também em palavras derivadas, como o *-e* em *malefício* (*mal-* + *-e* + *-fício*). Para Câmara Jr., não haveria qualquer relação entre *gênero linguístico* e vogal temática, pois, segundo sua concepção, o *gênero* de um dado substantivo é expresso por meio do adjetivo ou do artigo que o acompanham. Em sua análise, em processos de formação de palavras, ora a vogal temática seria suprimida, como em *menino*: *-o* + *-a* = *menina*, *mestre*: *-e* + *-a* = *mestra*, *casa*: *-a* + *-ebre* = *casebre*; ora ocorreria crase, como em *pedra*: *-a* + *-ada* = *pedrada*.

Contudo, Câmara Jr. não esclareceu o que viria a ser esse processo marcado por + *-a*, uma particularidade *flexional* do feminino, nos substantivos, já que tanto *-o* quanto *-e* seriam vogais temáticas. Assim, só haveria *flexão de gênero* dos substantivos em pares comutáveis, sendo o feminino

o vocábulo marcado. No mais, cada substantivo pertenceria a um determinado *gênero*, ou masculino ou feminino, expresso ou no artigo ou no adjetivo, independentemente de ser atemático ou da vogal temática apresentada. A *flexão de gênero* nos substantivos seria, portanto, um traço gramatical redundante no feminino. Nos adjetivos, haveria a real *flexão de gênero* para os de tema em *-o* e em *-a*, mas não para os de tema em *-e*.

É preciso considerar que se está diante de um modelo de análise morfológica que leva em conta certos pressupostos, a saber:

- a) a *comutação* em nível fonêmico, uma vez que, após segmentado, o vocábulo é contrastado com outro de mesmo radical;
- b) a *oposição privativa*, em que se considera *morfema zero* para o masculino (e para o singular) e *morfema -a* para o feminino;
- c) o exame da estrutura morfológica face a seu emprego no enunciado.

A análise contrastiva entre elementos de pares comutáveis reitera os chamados *morfemas gramaticais* que, no modelo item-arranjo, eram interpretados por sua relação com os demais elementos no enunciado. O próprio Câmara Jr., ao considerar o aspecto semântico na análise, havia dito que a forma feminina marcada “indica uma especialização qualquer” (1970; cf. § 6.2.3). Cita, como exemplo, *jarro/jarra* ou *barco/barca*, além citar os pares comutáveis que indicam o sexo. A elaboração teórica de Câmara Jr. quanto à *flexão de gênero* parte dos seguintes pressupostos:

- vogais temáticas não apresentam, em estágio sincrônico contemporâneo, qualquer significado e não se associam ao *gênero linguístico*;
- a *flexão de gênero* nos substantivos ocorre do masculino, não marcado, para o feminino, marcado, e trata-se de uma redundância;
- o contraste entre os elementos dos pares comutáveis revela, no vocábulo feminino, uma mudança qualquer de significado.

Existe, portanto, um desafio teórico que conjuga: a) uma ausência de distinção entre o que é fonológico e o que é morfológico; b) a necessidade de postular morfemas sem significado; c) uma mudança morfofonológica que é, ao mesmo tempo, uma mudança de significado.

Uma vez que o desafio não é solucionado, chega-se à conclusão de que nenhum aspecto do enunciado exige a *flexão de gênero* dos substantivos como ocorre com os adjetivos, artigos ou pronomes. Isso leva a crer que, nos substantivos, as formas femininas marcadas seriam criadas por

processos derivacionais, vale lembrar, de acordo com a distinção prévia, embora não explicada, entre *flexão* e *derivação*.

Câmara Jr., porém, tinha seu entendimento do que era *flexão* e do que era *derivação*. A *flexão* era exigida pela estrutura da frase e a *derivação* era um processo que alimentava o léxico (cf. § 6.2.3). Esse modo de apresentação dos conceitos leva-o a considerar o *morfema* de grau, no português, como um processo derivacional, porque nada na estrutura da frase tornava obrigatório o seu emprego, como, em sua visão, ocorria no latim. Mas, no latim, também nada tornava obrigatório o uso do grau superlativo. Um dos exemplos por ele discutidos trata-se do adjetivo *felicíssimo*. Ao retomar sua origem latina, Câmara Jr. comenta a sentença: *felicissima matrum*, em que, segundo o autor, *felicissima* seria uma forma latina que tanto poderia ser, no nível sintático, um nominativo ou um vocativo, feminino e singular.

Contudo, em nível morfológico, tem-se o radical *felic-* e *-issima*, *morfema* do grau superlativo em latim. Cada uma das variadas formas assumidas pelos *morfemas* diz respeito a um *caso* latino, mas o emprego do grau superlativo é, tanto no português como no latim, a expressão de um significado comum: um grau elevado de uma qualidade ou propriedade qualquer. O significado do *morfema* não é uma exigência da sintaxe. Para expressá-lo, no latim, o *morfema* assume uma forma condizente à palavra com a qual forma um sintagma, no caso, *matrum* (genitivo de *māter*); no português, isso também ocorre, pois é possível dizer *Ela está felicíssima*, em que *felicíssima* assume a forma feminina, singular.

Há aqui duas heranças latinas. Uma delas é um conjunto de itens lexicais que, originado no latim, chegou ao português; outra é o modo de apresentação de fenômenos linguísticos. Foi Câmara Jr. quem se referiu à *flexão* e à *derivação* como conceitos equivalentes aos transmitidos pelos termos varronianos, segundo ele, “*derivatio naturalis*” e “*derivatio voluntaria*”. Como se viu anteriormente, Varrão, na verdade, emprega o termo *declinatio* (cf. § 4.3.1) que, de um lado, segue a regularidade da língua (uma analogia, segundo sua visão), chamada de *naturalis*, e, de outro, atende à vontade dos homens, chamada de *voluntaria*. Os argumentos varronianos revelam um raciocínio que se apoia na nomeação: diante de algo a ser nomeado, cabe ao nomeador escolher os meios para fazê-lo; a natureza da linguagem fornece-lhe os meios. Se os meios fornecidos pela natureza da linguagem formam um *princípio gramatical* – associado por Câmara Jr. à *flexão* –, portanto sistemático e regular, esse mesmo princípio não é observado naquilo que norteia a nomeação, uma vez que outras formas

linguísticas são virtualmente possíveis, porém inexistentes¹⁵⁹: não há sistematicidade nem obrigatoriedade; vinculam-se, pois, à vontade humana – o que Câmara Jr. associa à *derivação*.

A comparação estabelecida por Câmara Jr. entre o latim e o português, para falar do grau do adjetivo, atém-se à forma linguística, mas prescinde do significado morfológico composicional. Conforme Viaro (2019, p. 13), o significante vincula todas as áreas da Linguística, a Fonologia, a Morfologia, a Lexicologia e a Sintaxe, mas nenhuma delas pode abster-se da Semântica, que estabelece as fronteiras de abordagem dos fenômenos linguísticos. Acrescenta o autor que:

a Semântica se constrói em blocos, da perspectiva sintagmática do receptor, desde o mesmo limiar que distingue Fonologia de Morfologia, para depois disso formarem-se significados lexicais, sintagmáticos de vários níveis e, por fim, globais e frasais, para não falarmos dos pressupostos e subentendidos estudados pela Pragmática”. (2018, p. 13)

Em suma, em uma dada etapa sincrônica de uma língua, é possível analisar morfológicamente os *morfemas* que compõem uma unidade: cada *morfema* está associado a um dado significado, ou a mais de um. A análise, porém, não pode se abster da *significação* lexical, ainda que a descrição de seus constituintes não dê conta de todas as *referências* que um signo linguístico possa representar.

9.2.1. As raízes, os radicais e os afixos como signos

As unidades lexicais são símbolos. Contudo, no limiar entre a Fonologia e a Morfologia, estão os *morfemas*, conjuntos paradigmáticos de sons que se associam a um significado, ou mesmo a vários significados. Quando há uma relação entre significante e significado, unidades mínimas morfológicas são signos, mas não o são da mesma ordem de palavras ou das unidades lexicais.

Os processos de formação de palavras são categorizados, consciente ou inconscientemente, com base no conceito de *morfema*. É preciso que unidades significativas menores sejam consideradas para tratar dos diversos meios de *derivação*; assim como é necessário partir do pressuposto de que certos *morfemas* não são reconhecíveis em determinadas formações, como ocorre, por exemplo, com as palavras-valise¹⁶⁰, mas também com a chamada derivação regressiva (ou processo de conversão), na qual se interpreta que morfemas foram suprimidos. Embora o conceito de *morfema*

¹⁵⁹ Essa mesma noção subjaz ao conceito de *bloqueio*, elaborado nos modelos morfológicos de base gerativa. Uma vez que algo foi nomeado, não é preciso atribuir-lhe outro nome. Do ponto de vista da análise e da descrição linguísticas, a teoria, por meio do conceito de *bloqueio*, fundamenta-se em um *princípio de identificação linguístico-ontológico*.

¹⁶⁰ O termo foi adotado de Alves (1990), mas o tipo de formação recebe outros nomes: *cruzamentos vocabulares* (SANDMANN, 1992), *blends* ou *mesclagens lexicais* (GONÇALVES, 2006) e *fuves* ou *formação vocabular expressiva* (BASILIO, 2010).

tenha sido semanticamente esvaziado em certos modelos morfológicos, a morfologia das unidades lexicais face a unidades menores continua sendo a ótica pela qual os processos de formação de palavras são categorizados. Por essa razão, adota-se a seguinte definição:

Morfema é uma unidade sgnica mínima da morfologia, delimitada em perspectiva histórica, em cujo percurso pode ter sofrido alterações formais e semânticas em dada etapa de uma língua.

A adoção da perspectiva histórica, em que dados diacrônicos e estatísticos são buscados como meio de explicar certas conservações, mas também alternâncias formais e semânticas, é fundamental para estabelecer a filiação entre as unidades lexicais. Essa filiação é o que justifica o reconhecimento da significação, que aponta uma referência, e das demais referências. Além disso, uma propriedade intensiva é preponderante em uma concepção de linguagem verbal como representação: *unidade sgnica mínima da morfologia*.

Como *unidade sgnica mínima da morfologia*, os morfemas são *índices*, uma vez que apresentam um traço da significação, conectando-se a outros traços na composição do item lexical. A *significação* só será absoluta no signo composto de *morfemas* ou na unidade lexical, convertida em *símbolo* da referência. Dessa forma, a unidade lexical é um símbolo; o *morfema* é um *índice*.

A Terra é esférica; dessa concepção, muito recentemente, criou-se um neologismo para designar os indivíduos que concebem a esfericidade da Terra: os *terrabolistas*, em oposição aos *terraplanistas*, que creem ser plana a Terra. O neologismo traz à tona uma noção básica, sobretudo ilusória - porque não capta o objeto em si, mas apenas sua imagem óptica -, de que a Terra é semelhante a uma bola (cf. § 9.1). De acordo com a primeira *tricotomia* peirciana, a qualidade ‘semelhante a uma bola’ é um elemento de *Primeiridade*; pela segunda tricotomia, é um *qualissigno*, em que o objeto *bola* passa a ser um *ícone* da esfericidade; pela terceira tricotomia, é um *índice*, em que a esfericidade representada pelo índice *-bol-* se conecta ao objeto Terra, representando uma de suas qualidades. Dessa forma, um índice “esfericidade”, em relação ao objeto, passa a índice *-bol-*, em relação ao símbolo do objeto Terra, ou seja, *terrabolista*.

Entretanto, com a Terra não se pode brincar, portanto, não é, de fato, uma bola. Ainda assim, na formação do neologismo, *terra-* é um índice de planeta; *-bol-* é um índice da imagem mental de sua forma icônica; *-ista* indica um adepto da ideia lançada, logo, também é *índice*. A palavra *terrabolista* conjuga, por meio de seus *morfemas*, uma série de significações, por isso é um símbolo

dessas significações, que se converte a “adepto à concepção de que a terra é esférica¹⁶¹”, sua referência.

Dito de outro modo, o *símbolo*, como representação convencional, está no nível lexical; o *morfema* é outra espécie de signo, um *índice*, pois apresenta a possibilidade de se reproduzir em larga escala e se conecta a outros signos linguísticos, do mesmo modo, a outros morfemas, até a formação do símbolo. O *morfema* atua, na cognição humana, como atua, por exemplo, o traço esférico presente em diversos signos não verbais. Uma bola, o Sol ou a Terra apresentam a esfericidade como um dos traços que compõem a sua representação, mas esse traço, por si só, não é suficiente para estabelecer sua referência. Um traço apenas adquire a propriedade de indicar quando associado a outros elementos sîgnicos: outros traços, em signos não verbais, ou, em signos verbais, outros *morfemas*, que constituem uma dada unidade.

Mesmo a lógica fregiana distinguia os conceitos de *indicar* e de *referir*. Frege (2009 [1891], p. 83) diz que alguns *sinais*¹⁶² “designam” ou “referem-se” (*bezeichnen* ou *bedeuten*), enquanto outros “indicam” (*andenten*) ou “indicam indefinidamente” (*unbestimmt andenten*). O sinal funcional “ x^2 ” não *indica* nem *refere*, ou seja, a letra x *indica indefinidamente* os possíveis argumentos da função x^2 , mas é preciso notar que Frege não diz que x *indica* um número indefinido ou qualquer outro objeto indefinido, pois, segundo ele, nenhum objeto pode ser indefinido. De acordo com o autor, existe uma tendência de se reconhecer como objeto somente o que possa ser percebido pelos sentidos. Contudo, em uma *função*, um *sinal* traz sempre uma *referência* porque tem a propriedade de, fora da *função*, *indicar*.

Essas noções aplicam-se às chamadas *palavras gramaticais*. *Quem*, *todos*, *todas*, *que*, *de*, entre outros, são *sinais* que *indicam indefinidamente*. O mesmo pode ser dito de *-ança*, *-dade*, *-or*, *am-*, *amor-*, *in-*, *pre-*, ou qualquer outro *sinal* que, na composição de um *símbolo*, passa a compor uma *função*, deixando de *indicar indefinidamente*, porém mantendo a propriedade de *indicar*, e não *referir*. A *referência* está no *símbolo*, apreensível em conexão com outros *signos* ou *sinais*.

Como signos, os *índices* têm a propriedade de representar por sua conexão com o objeto. Mas não se pode conceber que esse objeto seja sempre o referente¹⁶³, mas também a representação de uma dada *referência*, uma vez que o signo linguístico representa outro signo emergido das

¹⁶¹ A paráfrase semântica “adepto a X” para o sufixo *-ista* foi dada por Areán-Garcia (2007).

¹⁶² No texto fregiano, *sinal* é o que representa um conteúdo ou está em seu lugar em uma expressão. Assim, têm-se *sinais* diferentes para o mesmo conteúdo, tais como “ $2 \cdot 2^3 + 2$ ”, “ $3 \cdot 6$ ” ou “18”.

¹⁶³ Ver-se-á, mais adiante, que os *nomes próprios* representam o referente.

contingências. Assim como o traço esférico é uma ilusão óptica associada à imagem de dados objetos, os *morfemas* representam traços de significação associados às imagens ou referências veiculadas pelas unidades lexicais. As combinações de *morfemas* exprimem as propriedades presentes nas unidades lexicais e constituem o que os estudos empreendidos pela Morfologia Histórica chamam de paradigmas morfológicos. Assim, *morfemas* ou paradigmas morfológicos compõem as unidades lexicais, que servem de parâmetros para criação de outras unidades lexicais. A contiguidade reside na relação signo a signo, permeada pela significação de suas partes.

Tome-se por exemplo a palavra *cor*, que é um símbolo de uma dada imagem mental, ou um signo de *Primeiridade*, um *qualissigno*, nesse sentido, concebido como algo associado a *apresentar cor* e *não apresentar cor*. Esse signo atua em outros signos: *corado*, *coradouro*, *coramento*, *corante*, *corar*, *descor*, *descorar*, *descorado*, *recorar*, *multicor*. Todas essas palavras são registradas pelo Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009). Algumas, segundo informações do dicionário, caíram em desuso, como *coradouro* ‘lugar onde se cora roupas’, associada a *corar*¹⁶⁴ ‘clarear roupas pela exposição à luz do sol’¹⁶⁵. Muito provavelmente *coradouro* seria de difícil compreensão para um falante atual do português, porque talvez ele não reconhecesse o signo *cor*, mesmo reconhecendo *-douro* como um *índice* de *lugar*. Esse mesmo falante, contudo, pode entender *corar* com um outro sentido que lhe é atribuído, quando significa o roseamento da pele do rosto pela ação do frio ou do calor, ou mesmo no sentido de ruborizar: em ambas as referências, *cor* é um *índice* em relação à referência de *corar*. Assim os significantes, como *símbolos* ou como *índices*, são representações de signos semióticos, que são compartilhados em consonância a uma *referência*, por essa razão, podem deixar de fazer sentido em dados contextos ou em certas etapas sincrônicas. Assim as noções de *símbolo* e de *índice* quanto a categorias de significantes estão associadas a processos socioculturais e históricos de significação.

Para Bloomfield (1933) e para aqueles que compartilham da noção de *classe de morfes* ou de *alomorfes*, as derivações obtidas a partir da palavra *cor* seriam constituídas pelo alomorfe *-color-*, presente na maior parte das formações registradas pelo dicionário (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009):

¹⁶⁴ Na variante popular, diz-se *quarar* e *quarador*, segundo informações constantes no Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009).

¹⁶⁵ A acepção atribuída a *corar*, associada a *coradouro*, considera que o radical *cor* apresente o significado de *perder cor*. Diante das variantes populares, *quarar* e *quarador*, é possível questionar se teria havido hipercorreção de formas populares, ou se, realmente, se trata de variantes linguísticas relacionadas a *corar* e *coradouro*, embora também seja possível que as palavras mudem de sentido. Apenas dados etimológicos podem resolver a questão.

colorabilidade, coloração, colorado, colorante, colorar, coloratura, colorau, colorável, coloreado, coloreante, colorear, coloreável, colorento, coloribilidade, colorido, colorífico, colorigrado, colorimetria, colorimétrico, colorimetrista, colorímetro, colorina, colorir, coloriscópio, colorismo, colorista, colorística, colorístico, colorização, colorizado, colorizante, colorizar, colorizável, descoloração, descolorado, descolorador, descoloramento, descolorante, descolorar, descolorável, descolorido, descoloridor, descolorimetria, descolorimétrico, descolorímetro, descolorir, descolorível, descolorização, descolorizado, descolorizador, descolorizante, descolorizar, descolorizável, incolor, auricolor, bicolor, concolor, discolor, socolor, subcolor, tricolor, unicolor, versicolor.

Para a Morfologia Histórica, as palavras são derivadas, *a priori*, a partir da raiz *-color-*. Pode-se dizer que, nas formações acima, um traço semântico comum participa da significação da unidade lexical, associado ao significante *-color-*, que, nas palavras derivadas, são *índices*. Sufixos e prefixos são, do mesmo modo, *índices*.

A partir das acepções registradas pelo Dic. Houaiss (2009) para *corado*, é possível propor uma análise do *representamen*, em relação às três *tricotomias* peircianas:

- **adjetivo**
1 que tem cor; colorido
2 Derivação: por extensão de sentido.
que apresenta as faces rosadas ou avermelhadas pela ação do sol ou do frio
2.1 cujas faces se mostram afogueadas por reação emocional de cólera, vergonha etc.; rubro, vermelho
3 Derivação: por extensão de sentido, sentido figurado.
tomado de pudor; vexado
4 Rubrica: culinária.
ligeiramente tostado pela ação do fogo ou do calor
Ex.: amêndoas c.
5 clareado ou tornado branco pela exposição à luz do sol; branqueado
Ex.: lençol c.

Uma unidade lexical como *corado* apresenta, na descrição acima, cinco referências. Uma delas, a (1) provém da *significação*, isto é, do significado morfológico composicional. Como tal, *corado* é um *símbolo remático*, ou seja, é um signo que ainda não compõe uma proposição. Essa mesma unidade lexical pode compor sentenças, que são expressões das contingências. Assim, as sentenças exprimem as conexões havidas entre os signos, nas quais *corado* pode assumir uma das outras referências, de (2) a (5), que estão além de sua *significação*. Nesses casos, *corado* passa a ser um *símbolo dicente*, ou seja, um signo cuja referência se conecta a outros signos contingenciais.

Além disso, uma unidade lexical como *corado* apresenta o radical *cor-*, um *legissigno indicial dicente*, que fornece uma informação sobre o objeto, seja o objeto dado na significação, seja o das demais referências. A outra unidade mínima, *-(a)do*, é um *sinsigno indicial remático*, isto é, indica o objeto pela sua própria presença.

De um lado, o significante que representa *cor*, em *corar*, *corante*, *multicor*, ou em *coloração*, *descolorir*, *incolor*, ou em todas as demais formações, é um *índice* em relação ao objeto e um *legissigno*

indicial dicente em relação ao *representamen*, porque atua como um traço comum de *significação*, mas uma *referência* só é alcançada na composicionalidade. Por outro lado, os *morfemas* - prefixos ou sufixos - cujo significado é parafraseável e atuam na composição - são também *índices* em relação ao objeto e *sinsignos indiciais remáticos* em relação ao *representamen*.

As formações acima são derivações, porque são constituídas a partir de um mesmo traço semântico nuclear, representado paradigmaticamente por uma mesma raiz, *-color-*, ou um mesmo radical, *-cor-*. Os demais morfemas representam um significado, parafraseável e paradigmático em conexão com o signo que, na unidade lexical, é a raiz ou o radical. Esses morfemas podem assim ser exemplificados, conforme formações extraídas do dicionário (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009):

abundância, ajudância, alternância, ambulância, arrogância, assonância, beligerância, capacitância, claudicância, concordância, consonância, constância, culminância, discordância, discrepância, dissonância, distância, dominância, entrância, equidistância, estância, exorbitância, extravagância, exuberância, flagrância, fragrância, fulgurância, ignorância, iluminância, implicância, importância, insinuação, instância, intolerância, jactância, lactância, mandância, mendicância, militância, observância, obstância, ondulância, periclitação, permeância, portância, predominância, preponderância, protuberância, radiância, rascância, recalcitrância, redundância, relevância, relutância, repugnância, ressonância, resultância, retumbância, rutilância, sibilância, significância, sindicância, tolerância, vacância, variância, vigilância.

Esse *morfema*, no caso, o sufixo *-ância*, forma um paradigma morfológico que, na atualidade do português, assim como em outras etapas pretéritas, associa-se a raízes ou a radicais e, em certas formações, também há prefixos. Esse sufixo tem origem no latim *-ntia* que, naquela língua, por sua vez, se formou a partir do participio presente *-ns*, *-ntis* acrescido do sufixo *-ia* (LACOTIZ, 2007). Outras formas do sufixo, presentes no português, são também produtivas e trata-se de *-ência*, *-ança* e *-ença*. São formas de mesma origem, embora tenham chegado ao português por vias distintas: *-ança* e *-ença* são formas populares, herdadas por intermédio da sucessão de sincronias; *-ância* e *-ência* são formas eruditas, no geral transmitidas por textos escritos. Unidas pelo significado, são tratadas como alomorfes.

Quando se faz um inventário de palavras formadas por esses sufixos, especialmente em perspectiva diacrônica, constata-se que o sufixo em si é polissêmico, mas segue um padrão morfológico, ou seja, existem categorias semânticas a que se conectam. As pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do GMHP (Grupo de Morfologia Histórica do Português), atualmente vinculado ao NEHiLP (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História – USP), evidenciam o caráter polissêmico, porém paradigmático da relação entre significante e significado, por isso fala-se de

sinsignos indiciais remáticos, que são réplicas, de acordo com Peirce (cf. § 2.2.2). Os diferentes significados são apreendidos na composição entre raízes ou radicais e afixos.

Vale observar, no entanto, que a classificação de morfemas como *índices* em relação ao objeto não desfaz seu caráter de *símbolo*, pois todas as *significações* são convencionais. Um mesmo signo pode ser um *legissigno* ou um *sinsigno* de acordo com as conexões que estabelece com outros signos. Essa observação é válida tanto para a relação entre *morfemas*, nas unidades lexicais, como para as unidades lexicais nos sintagmas, quanto para os sintagmas na sintaxe e assim por diante. Para Peirce, a semiose é ilimitada, pois é resultado de “uma série de interpretantes sucessivos” (CP, 2.303; cf. § 2.2.2).

Nesse sentido, as relações indiciais, ou seja, feitas por *índices*, explicam a capacidade de representação de certos significantes quanto a sua significação. Vejam-se alguns exemplos: a partir da raiz *am-*, tem-se *amado*, *amante*, *amei*, *amoroso*, *amorzinho*. Nessas formações, o traço semântico ‘amor’ não é a referência em si, mas uma propriedade das diversas referências simbolizadas nas composições morfológicas, isto é, a maneira pela qual essas referências são mentalmente construídas. O fato de, em certas formações, haver apenas a raiz *am-* e, em outras, *amor-*, como em *amoroso*, parece ser indiferente, porque a significação se constitui na composição com outros *morfemas* e em paradigmas morfológicos mentalmente registrados.

Por fim, fazem-se necessários alguns esclarecimentos. Propõe-se que: a) para a semântica envolvida na análise e descrição de unidades morfológicas combinadas – os morfemas ou raízes, radicais e afixos, fale-se de *significação*, representada, na tríade do signo linguístico, pela combinação arbitrária entre *significante* e *significado*; essa *significação* é uma *referência*, que se distingue das demais porque provém do significado morfológico composicional; b) para a semântica envolvida na análise e descrição de itens lexicais, fale-se de *referência*. Desse modo, pretende-se que a Morfologia seja um estudo das unidades mínimas morfológicas e de sua *significação* composicional, da qual se extrai uma *referência*. Contudo, no exame morfológico da língua, outras *referências* da unidade lexical não devem ser descartadas, ainda que não possa ser alcançada pela *significação* obtida na composição de suas partes.

Uma análise linguística, que considera a *linguagem verbal* inserida em meio a um conjunto de diversas *linguagens não verbais* com as quais se conecta, parte do pressuposto de que a *linguagem verbal* está subsumida por um conceito superior *linguagem*, que possibilita “uma série de interpretantes sucessivos”, segundo Peirce (cf. § 2.2.2). Assim:

1. A *linguagem verbal* é sempre *símbolo* de outros processos de *semiose*, ou seja, as contingências históricas, culturais, sociais e próprias de um *sistema de signos semióticos*. Nessa perspectiva, considera-se a *linguagem verbal* face a outras linguagens, em uma relação *signos linguísticos* conectados a outros *signos semióticos*.

2. A *linguagem verbal* apresenta unidades que, sendo signos, podem ser categorizadas como *símbolos*, como *índices* e até como *ícones*, caso das onomatopeias, em relação ao objeto. Sua propriedade fundamental, *ser símbolo*, no entanto, não se desfaz, porque essa propriedade é o que conecta a *linguagem verbal* as demais *semioses*. Entendida como um conjunto de elementos inseridos em um *sistema de signos linguísticos inter-relacionados*, um *símbolo remático* ou *símbolo dicente* é uma representação de uma *referência*; um *símbolo indicial remático* é uma representação de um traço de *significação*; um *símbolo icônico* é uma imitação de um som. Nessa perspectiva, considera-se a *linguagem verbal* em uma relação *signos linguísticos* a *signos linguísticos*. Um conceito superior orienta um determinado quadro conceitual:

Conceitos relativos à Língua e à Morfologia
<i>Linguagem verbal</i> é uma cadeia sonora paradigmática significativa, ratificada, retificada, transformada e recriada nos processos de aquisição e de comunicação.
<i>Língua</i> é um código verbal simbólico inserido em um sistema abstrato de signos inter-relacionados.
<i>Código verbal</i> é um grupo de sons sistemático e paradigmático, unido a um significado (ou mais de um), que opera por igualdade ou por semelhança.
<i>Signo linguístico</i> é uma combinação arbitrária entre significante, significado e referência.
<i>Paradigma morfológico</i> é um conjunto de formas atrelado a um paradigma semântico (ou mais de um) em nível morfemático ou indicial.
<i>Morfema</i> é uma unidade signíca mínima da morfologia, delimitada em perspectiva histórica, em cujo percurso pode ter sofrido alterações formais e semânticas em dada etapa de uma língua.
<i>Unidade lexical</i> é um símbolo mínimo morfológico que expressa uma referência.
<i>Referência</i> é uma imagem mental representada por um código verbal e associada a um princípio lexical.
<i>Significação</i> é uma associação entre paradigmas morfológicos e paradigmas semânticos conectada a um princípio gramatical.

Quadro 9.1: Conceitos relativos à Língua e à Morfologia

Esclarecidos os conceitos, parte-se à interpretação do termo *derivação* face à *flexão*. Viu-se que o tratamento dado à *flexão* reúne aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos. A preferência por um aspecto em detrimento de outro segue os princípios teóricos norteados pelo modo de apresentação da língua. Uma síntese desses aspectos, isto é, sem que nenhum modelo teórico anterior seja privilegiado, mas em consonância com o quadro conceitual ora apresentado, permitiu a seguinte definição:

A flexão é uma combinação paradigmática de significantes inserida na raiz ou no radical para expressão de princípios de significação.

A definição proposta prevê que “uma combinação paradigmática de significantes”, oriunda da gramática da língua, parte do sistema fonológico, cujos fonemas se combinam, de maneira sistemática, formando os morfemas. Os *morfemas* são paradigmas morfológicos na medida em que são combinações que relacionam um significante a um significado, tornando-os signos. Na composição da unidade lexical, morfemas adquirem *significação*, isto é, tornam-se expressões de princípios gramaticais e semânticos.

Em perspectiva diacrônica, é possível estabelecer uma genealogia das *significações* das unidades morfológicas. Na formação de palavras, o significado dos *morfemas* (assim como o significante) pode sofrer alterações advindas do processo de transformação das línguas. O estudo dos *paradigmas morfológicos* permite depreender as *significações* relativas às unidades morfológicas. Contudo, como observou Viaro (2019), muitas vezes a *referência* atribuída à *unidade lexical* não é de alçada da Morfologia, que trata apenas da *significação* composicional.

A *referência* é o ponto de partida da *derivação*. Uma palavra é criada para a expressão de uma dada *referência* e, para isso, o indivíduo faz uso dos paradigmas mentais: itens linguísticos captados, registrados e armazenados, com os quais ele é capaz de reproduzir a linguagem, mas também de criar. Na formação de palavras, examina-se a *derivação* a partir da onipresença de um traço semântico representado pela raiz ou radical combinada a outros *morfemas*, ou de um dado prefixo ou sufixo combinados a raízes ou radicais. Como bem observou Paul (cf. § 5.2.4), a relação etimológica entre os itens é fundamental para se falar de *derivação*, estudada para se observar o léxico a partir da morfologia. O estudo da *derivação* de palavras prevê a análise da combinação entre *morfema*, *significação* e *referência*, assim definida:

A derivação é uma relação etimológica de significações, a partir da raiz ou do radical, para a expressão de princípios lexicais.

A *significação* é um *princípio gramatical*, é o que distingue os signos verbais de outros signos, formando as categorias da língua. A *referência* é um *princípio lexical*, é o que permite a atribuição de *significações* aos significantes, convertendo a *linguagem verbal* em *símbolo*. Diante de um *signo linguístico*, os dois modos de apresentação do objeto, *flexão* e *derivação*, são possíveis, portanto, não se está diante de conceitos dicotômicos, especialmente quando uma dada língua é observada em perspectiva histórica.

Considerados os *princípios gramaticais e lexicais* (ou princípios de gramaticalidade e de lexicalidade), unem-se aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos como meio de promover as alterações necessárias no significante para expressar os significados. As alterações são

paradigmáticas e, muitas vezes, dadas por semelhança de formas e não por igualdade. *Flexão* e *derivação* são, nesse processo, modos de apresentação distintos do mesmo objeto. A *analogia* é o conceito que subsume *flexão* e *derivação*, que passam a apresentar as propriedades intensivas e extensivas do conceito superior. Assim, é preciso abordar esse conceito superior.

Na segunda metade do século XIX, situados entre os estudos da mudança linguística, os neogramáticos formularam as *leis fonéticas*. Por terem proposto novos procedimentos metodológicos e novos postulados teóricos, seus estudos são considerados por muitos estudiosos um divisor de águas (FARACO, 1991). As transformações fonéticas, decorridas nas diversas etapas sincrônicas de uma dada língua, formavam paradigmas que, segundo seus postuladores, não admitiam exceções. Assim, as mudanças fonéticas paradigmáticas (nem toda mudança fonética é uma *lei fonética*) eram absolutamente regulares e as possíveis exceções seriam oriundas de um processo interventor, chamado de analogia. Desse modo, elementos da língua seriam regularizados por meio de paradigmas estruturais hegemônicos.

Nos casos de não atuação da mudança, tais exceções só eram reconhecidas quando as *leis fonéticas* eram anuladas por outras leis ou por princípios de atuação normatizadora do sistema. Assim, a aplicação da *analogia* criava a impressão de que a *lei fonética* não havia atuado. Criava-se, desse modo, um certo paradoxo: haveria uma mudança fônica (regular), que gerava irregularidades gramaticais, resolvidas pela *analogia* (irregular, pois não se aplica a todos os casos), restabelecendo a regularidade do sistema. As mudanças fônicas foram regularidades encontradas em diacronia, o que então seria algo excepcional.

Estudos etimológicos recentes servem-se da regularidade dos fenômenos fonéticos como princípio norteador da cientificidade de seus métodos. Tal escolha se justifica, segundo Viaro (2015, p.59), porque apenas “pela observação das sincronias pretéritas, muitas constantes podem ser extraídas, se pensarmos que são nessas constantes que se pauta (ou se deve pautar) a cientificidade da Linguística”. Acrescenta, ainda, o autor que “em estudos sincrônicos, pode haver não só descrição, mas também teorização com base nessas constantes”, em outras palavras, a teorização linguística ou a metalinguagem não podem prescindir da diacronia, caso se deseje analisar fenômenos presentes na atual etapa sincrônica que estiveram, do mesmo modo, presentes em etapas anteriores e, até, em outros chamados sistemas de língua.

A pesquisa etimológica tem por objeto de estudo uma dada forma presente no léxico e pretende reconstruir sua trajetória a partir de testemunhos ou de dados reconstruídos. Os testemunhos, fase indutiva do processo da pesquisa etimológica, são os itens obtidos em uma

documentação, constituídos ou das formas em sua grafia original ou da datação do documento utilizado. Os dados reconstruídos, fase dedutiva, são obtidos por meio da comparação de sistemas coexistentes numa certa etapa sincrônica, que deve também ser reconstruída – é imprescindível o conhecimento de formas, de significados, de regras e de relações morfológicas.

Desse modo, a regularidade da mudança fonética constitui importante instrumento de verificação da continuidade de formas. Assim, aplicada a *lei fonética*, podemos supor que $x > x'$, como em lat. *rosam* > port. *rosa* (apócope consonantal). No entanto, também é possível que os dados apresentem outra situação: em vez de $x > x'$, ocorra $x > y$ (mesmo que coexistam x' e y), em que y seja uma forma analogicamente influenciada por z . Então, teríamos $x > y \Leftarrow z$ (de x , originou-se y por influência de z).

De acordo com Viaro (2011), a influência analógica pode ser semântica ou formal, mas sempre será a influência de uma palavra ou de um conjunto de palavras sobre outra. Além disso, pode ocorrer em qualquer uma das etapas que constituem a trajetória diacrônica de uma palavra. O elemento $\approx$, que atua analogicamente, pode: a) ser um elemento semântico comum a y , um hiperônimo, um sinônimo, um antônimo ou pode haver entre ambos uma relação metafórica ou metonímica; b) ser um elemento formal comum a y e não precisa necessariamente de significados, pois uma semelhança sonora é suficiente para haver atuação analógica, especialmente se a frequência de uso de $\approx$ for mais alta que a de x .

Diante disso, se *flexão* e *derivação* são conceitos subsumidos pelo conceito de *analogia*, tornam-se *argumentos* intercambiáveis em uma *função*:

a) Dada a raiz X , pode-se dizer que:

Y flexiona-se a partir de X por analogia a Z .

Y deriva-se a partir de X por analogia a Z .

Ou $x > y \Leftarrow \approx$ (de x , originou-se y por influência de $\approx$)

Os *morfemas*, que compõem os paradigmas, são elementares para a estruturação da morfologia na *linguagem verbal*. Um *princípio gramatical* compõe a *significação*: a *flexão* orienta fonemas, sílabas, morfemas e possibilidades de combinações entre os itens linguísticos. Não se pode, porém, confundir paradigmas com formas idealizadas, visão que subjaz às afirmações de quem vê irregularidades e idiosincrasias em formas e significados alterados. *Morfema* e *unidade lexical* são signos morfológicos, mas não são de mesma natureza. Além disso, a lexicalização de itens

linguísticos depende de outros processos, que não se encerram em *princípios gramaticais*, mas em *princípios semióticos*.

Um *princípio semiótico* que conceba categorizar o *signo linguístico* como *símbolo* ou como *índice* deve rejeitar certas classificações, oriundas da tradição clássica, adotadas na descrição e análise morfológicas de línguas. Como se viu, a tradição gramatical criou certas categorias ontológicas para reunir o que era linguístico. Embora o foco desta análise seja a *flexão de gênero*, não se pode deixar de abordar as categorias que orbitam os nomes.

Em perspectiva histórica, fala-se de *derivação* a partir da raiz ou do radical, que são *índices* aos quais outros *índices* se unem para formar os *símbolos*. A continuidade de uso do termo é necessária, uma vez que um exame morfológico requer a decomposição dos *morfemas*, *legissignos* ou *sinsignos* formativos, que constituem as unidades lexicais, as quais são, de fato, *símbolos* mínimos para a morfologia.

Um *símbolo* pode ser acrescido de outro *índice*, ou até mais de um, para formar outro *símbolo* com o qual constituirá uma relação etimológica; essa relação, na decomposição, costuma ser referida por palavras derivadas de derivadas. Nesse sentido, uma palavra de origem latina, um empréstimo ou uma formação vernácula podem ser morfollogicamente analisados sob a mesma perspectiva. Assim, fala-se de palavra derivada, mas não de palavra primitiva, uma vez que toda e qualquer palavra apresenta ao menos uma raiz ou radical e uma *flexão*: uma forma como *garot-* é um *índice* que, ao receber uma das *flexões* paradigmáticas presentes no sistema, passa a ser *símbolo*, como *garotada*, *garotice*, *garotão*. Do mesmo modo, pode-se afirmar, em princípio, que essas formações são derivadas da raiz *garot-*, embora, por meio de uma pesquisa etimológica seja possível, em muitos casos, apontar o *símbolo*, vernáculo ou emprestado, que influenciou o derivado, bem como apontar as relações analógicas estabelecidas com uma palavra ou com um conjunto de palavras.

É possível, a partir da perspectiva de análise das formações por meio dos conceitos de *índice* e de *símbolo*, rever o que se diz sobre as composições por justaposição. Essas composições são, do ponto de vista semântico, junções de *símbolos* para formar um novo *símbolo*, que representa uma nova *referência*. Existem discussões a respeito da delimitação das unidades, por parte de quem defende uma Morfologia, incluindo o uso de hífen na grafia, cujas regras muitas vezes, envolvem a aposta de uma percepção do falante no reconhecimento ou no não reconhecimento dos elementos envolvidos na composição. Ocorre que a formação de um *símbolo* não se dá apenas em perspectiva morfológica, mas também sintagmática, o que não significa que não haja símbolos envolvidos nas formações, nem que a aposta no conhecimento do falante seja válida.

Assim, *beija-flor* não é somente um nome para o referente, mas revela o modo como essa ave foi apreendida pela cognição humana. Na composição, *beija* e *flor* são *índices* do símbolo, porque revelam os signos semióticos que estão em relação de contiguidade com o objeto nomeado. Em considerando as três *tricotomias* peircianas, em *beija-flor*, *beija* e *flor* são *legissignos indiciais dicentes*, porque trazem informações a respeito da referência, depreendidas por meio dos processos semióticos envolvidos na criação do símbolo (cf. § 2.2.2). Isso não acontece, porém, em formações sintagmáticas como *fim de semana*, em que cada uma das unidades lexicais mantém seu caráter de *símbolo remático*. Em *fim de semana*, tem-se um *símbolo dicente*, em que *símbolos remáticos*, *fim* e *semana*, são combinados pela preposição *de*, que é um *sinsigno indicial remático*. Outros *símbolos remáticos* podem formar igualmente outros *símbolos dicentes*: *fim de tarde*, *fim de noite*, *fim de curso*, *fim de carreira* etc. Os conceitos servem para estabelecer os limites da Morfologia e, ao mesmo tempo, reconhecer paradigmas sintagmáticos, que se formam por unidades lexicais, ou *símbolos dicentes*, combinadas por *sinsignos indiciais remáticos*.

9.2.2. Entre a morfofonologia, a morfologia e o sintagma

As unidades lexicais, como se viu, apresentam ao menos uma *referência*. Como signos linguísticos, são símbolos. Mas esses símbolos são compostos de unidades menores: raízes, radicais e afixos, ou morfemas que constituem o protótipo da composição e da derivação. A composição tem sido estudada por meio de análises que consideram haver *bases livres* e *bases presas* (CARDOSO, 2015), no âmbito da morfologia, além da visão mais tradicional, em que se subdivide em composição por justaposição e por aglutinação. Há também estudos voltados às chamadas composições sintagmáticas, nas quais se incluem acrônimos e siglas (ARAÚJO, 2015). A derivação prototípica permanece subdividida em derivação prefixal, derivação sufixal e derivação parassintética, mas há também as derivações regressivas e as reduções¹⁶⁶.

Na seção anterior, propôs-se que o conceito de *índice* subsuma o conceito de *morfema*. Se um conceito superior abarca toda uma classe de elementos morfológicos, significa que possam existir outros elementos que, mesmo não sendo *morfemas*, porque não apreensíveis em perspectiva histórica, são, do mesmo modo *índices*. Existem palavras das quais não se extraem morfemas, entendidos como um paradigma de fonemas com significado, delimitado em perspectiva histórica. Não se trata de considerar que as alterações fonéticas e semânticas sejam obstáculos para a descrição e análise, mas sim de constatar que, em muitas formações, seja por razões teóricas, seja

¹⁶⁶ O processo é referido por *truncção* em outros autores (ARONOFF e FUDEMAN, 2005; RIO-TORTO et al, 2013)

pela estrutura morfológica, seja pelo significado lexical, não é possível falar de morfemas. Afora os processos prototípicos da derivação, existem outros que, de algum modo, se relacionam a unidades lexicais: símbolos linguísticos formados por composição, acrônimos e palavras-valise. Tudo são símbolos; assim, além de questões mais gerais ligadas à Morfologia, há outras, mais específicas, diretamente relacionadas à *flexão de gênero*.

Examinam-se, a seguir, esses processos de formação de palavras cuja interpretação não se apoia no conceito de *morfema* – raiz, radical, afixo¹⁶⁷ –, mas sim no conceito de *unidade lexical* contrastado aos conceitos de *índice* e de *símbolo*, considerando a noção de *sílaba*, pertinente aos indivíduos. O caráter intuitivo dessa percepção já estava presente em autores da Antiguidade Clássica. Platão, em *Crátilo*, ao discutir sobre o caráter mimético da linguagem, analisa as sílabas das palavras. Nas obras de gramática, as palavras, de um lado, são concebidas como unidades mínimas na metalinguagem, por outro lado, são observadas e descritas quanto à estrutura silábica. Em cotejamento, as palavras eram percebidas quanto às sílabas semelhantes e diferentes que apresentavam, e o conceito de *flexão*, equivalente à *variação de voz*, representava essa estrutura silábica distinta entre as unidades. Objetiva-se investigar se certas formações possam se sustentar nas estruturas silábicas, ainda que algumas dessas estruturas não sejam, *a priori*, cobertas pelo conceito de morfema. Concomitantemente, discute-se a validade de fundamentação nos conceitos de *índice* e de *símbolo*.

As *composições por aglutinação* evidenciam um processo no qual as unidades lexicais participantes da formação de certas palavras perderam seu caráter de *símbolo*, ou seja, são, muitas vezes, reconhecíveis apenas por quem lida com a descrição da língua. A supressão ou a fusão de fonemas, seja em formações vernáculas, seja na passagem do latim ao português, marcam esse tipo de composição, promovendo, no *símbolo* criado, a junção de sílabas antes separadas e, conseqüentemente, a junção de unidades lexicais. Em formações como *fidalgo*, a partir de *filho de algo*, ou *vinagre*, *vinho acre*, os *símbolos* de formação ficaram no passado.

A aglutinação promoveu uma mudança de perspectiva na classificação dos signos linguísticos. De *símbolos remáticos*, a perda de fonemas transforma-os em *legissignos indiciais dicentes*, que passam a ser usados em outras formações, como, de fato, ocorreu em *fidalgunia*, *fidalgunce*, ou em *vinagreiro*, *vinagrete*. Em outras palavras, o que antes era *símbolo* de um objeto, na aglutinação, passou

¹⁶⁷ Não serão tratados os *interfixos*, embora fosse relevante, hipoteticamente, um estudo com o objetivo de investigar a viabilidade de interpretação dessas unidades morfofonológicas sob a égide dos conceitos de *índice* e de *símbolo*. Para isso, seria necessária a compilação de *corpus*.

a *índice* de outro objeto: essa mudança de atuação sónica permitiu que, de estruturas silábicas, que não são morfemas, fossem formados os radicais, como em *fidalg-* e *vinagr-*.

De fato, nessas composições, sem a perspectiva diacrônica, sem dados etimológicos, não é possível depreender como foram formadas. Nesse âmbito, as transformações formais e semânticas atuam em conjunto; as alterações fonéticas, quando ocorrem, são bem descritas pelos processos intitulados de *metaplasmos*; os conceitos de *índice* e de *símbolo*, aplicados em relação ao objeto, e de *legissigno* e *sinsigno*, aplicados em relação ao *representamen*, servem como parâmetros que, agregados às transformações fonéticas, auxiliam a descrição e a análise semânticas em consonância com a estrutura da unidade lexical. É preciso haver um estudo indutivo de análise dessas composições; as observações feitas aqui servem como ponto de partida.

Composições com as chamadas *bases presas*, em estudos sincrônicos, são elementos linguísticos que não atuam, no português, como unidades lexicais, ou seja, são assim denominadas porque se interpreta que não são *formas livres*. Contudo, em perspectiva histórica, eram unidades lexicais em outras línguas, nas quais apresentavam processos semelhantes aos acima mencionados, embora muitas vezes não houvesse, na língua de origem, perda de fonemas. Uma unidade morfológica como *lógos*, de origem grega, participa, juntamente com outros elementos, muitos de origem grega também, de uma série de formações. Unida ao sufixo *-ia*, forma *-logia*, que significa “tratado, ciência” (VIARO, 2003), e ocorre em uma série de compostos: *arqueologia*, *etimologia*, *filologia*, *oftalmologia* etc. Nesses compostos, tanto *-logia* quanto *arqueo-*, *etimo-*, *filo-*, *oftalmo-* são *legissignos indiciais dicentes*. Palavras compostas são, da mesma forma, paradigmas de novas formações, seja na língua vernácula, seja em outras línguas, e apenas por meio da investigação etimológica é possível apontar, no português, suas origens e étimos.

Um outro tipo de composição envolve o emprego de palavras repetidas. Há, contudo, certas diferenças. Em formações como *corre-corre* ou *pinga-pinga*, os *símbolos remáticos*, *corre* e *pinga*, quando repetidos, tornam-se, na unidade lexical, *legissignos indiciais remáticos*. Já em formações como *bangue-bangue* ou *teco-teco*, as onomatopeias, que são *sinsignos icônicos*, por meio da repetição, tornam-se *símbolos remáticos*, pois deixam de apenas imitar um som para se tornar representações de referências. Constroem-se as onomatopeias com base no padrão silábico da língua. Em relação ao objeto, são *ícones*, embora resguardem seu caráter de símbolo.

Esse processo de representar por sílabas ocorre nas *palavras-valise*. Nesse tipo de formação, muitas vezes não é possível depreender morfemas, nem os centrais, nem os periféricos. Em palavras como *chafé*, composição de *chá* + *fé*, ou *brasilguaio*, *brasileiro* + *uruguaio*/*paraguaio*, certas

estruturas silábicas atuam como *índices* para a formação do símbolo em relação ao objeto. Assim, *cha-* atua como *índice* do signo *chá*, e *-fé*, como *índice* do signo *café*; a referência é a imagem mental de um café muito fraco, semelhante ao chá (pela cor?). Em *brasilguaio*, *-guaio* não representa nem *uruguaio* nem *paraguaio* sem que essas referências estejam, de alguma forma, contingentes. Essas estruturas são deveras inusitadas, normalmente não estão presentes nos dicionários, embora sejam, por vezes, bastante frequentes. *Portunhol* é uma palavra-valise bastante frequente¹⁶⁸, embora não se conheça nenhuma outra palavra que dela possa ter surgido. Nesse sentido, seus elementos de composição não podem ser considerados réplicas: em relação ao *representamen*, os elementos da composição não apresentam a mesma natureza, pois *brasil-* é um *legissigno indicial dicente*, que aparece em outras formações; já *cha-*, *-fé* e *-guaio* não podem ser considerados *sinsignos indiciais remáticos*, uma vez que não há outras formações com esses elementos.

Uma vez que foram discutidas as maneiras pelas quais os indivíduos, intuitivamente, podem se basear nas estruturas silábicas, discutem-se formações nas quais o *gênero linguístico*¹⁶⁹ e, conseqüentemente, a *flexão de gênero* podem atuar.

Os *acrônimos*, que se distinguem das siglas pelo modo como são pronunciados, formam-se a partir das estruturas silábicas iniciais de símbolos que compõem um sintagma. Além disso, apresentam uma pronúncia sustentada nas sílabas, mesmo quando são criados em outras línguas. Por exemplo, *AIDS* é um acrônimo criado no inglês a partir de *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (*Síndrome da Imunodeficiência Adquirida*), nome da doença desenvolvida por quem contraiu *HIV*, sigla de *Human Immunodeficiency Virus* (*Vírus da Imunodeficiência Humana*). Em inglês, não há gênero linguístico, por isso é possível questionar o que norteia a categorização desses elementos quanto ao gênero. É preciso considerar que muitas pessoas talvez não saibam o significado das letras ou sílabas iniciais, isto é, não conheçam o sintagma. Em português, diz-se “a AIDS”, que tanto pode ser uma associação à palavra *síndrome*, que compõe o sintagma, quanto à *doença*, palavra do gênero feminino. Do mesmo modo, diz-se “o HIV”, por associação a *vírus*, palavra do gênero masculino, mas não necessariamente porque se conhece o sintagma.

A referência cotidiana a uma nova pandemia recente, causada pelo *Coronavírus*, tem mostrado que o uso do gênero linguístico, antes da norma, pode apresentar oscilações cujas causas

¹⁶⁸ Uma busca no *Google*, realizada em 18 de março de 2020, resultou em 259.000 ocorrências.

¹⁶⁹ Em 9.2.2, foram mencionadas as formações que, em diacronia, eram composições sintagmáticas nas quais um adjetivo feminino antecedia o substantivo *mente*, que originou os advérbios em *-mente*. Essas composições por justaposição são exemplos de formações nas quais atuou o gênero linguístico, ainda que essa noção de gênero não esteja mais presente nos advérbios.

são múltiplas. Talvez porque, para muitas pessoas, não esteja claro o que designa a doença e o que designa o vírus, em português falado no Brasil¹⁷⁰, o gênero associado ao acrônimo *COVID* oscila entre masculino e feminino¹⁷¹. *COVID* é acrônimo de *Coronavirus disease*, isto é, doença causada por *Coronavírus*. Uma normatização, em seguindo o mesmo padrão adotado para *AIDS* e para *HIV*, poderia fixar “a *COVID*”, por referência à doença.

Na *derivação regressiva* (ou processo de *conversão*), aponta-se, geralmente, que nomes foram formados a partir de verbos ou de outros nomes, mas muitas vezes não há, nesse apontamento, nenhuma verificação quanto a dados etimológicos, que envolvem a datação de unidades lexicais. Os nomes supostamente formados a partir dos verbos ou de outros nomes podem apresentar, por exemplo, *-a* ou *-o*, como em *dispensa*, supostamente derivado de *dispensar*, ou *apoio*, supostamente derivado de *apoiar*, ou ainda *boteco*, supostamente derivado de *botequim*. Essas formações seriam vernáculas, ou seja, distintas daquelas nas quais se aponta o latim ou outra língua como étimo, como ocorre com a palavra *processo*, em latim, *processus*.

Em considerando apenas os exemplos citados, em *dispensa*, é possível interpretar a supressão do morfema de infinitivo, mas, em *apoio*, essa interpretação é incongruente; em *boteco*, não haveria supressão de morfema, mas de fonemas. Intenta-se salientar o caráter paradigmático, em *-a* e em *-o*, dessas formações, seja em *processo* < *processus*, cuja origem remonta ao latim, seja em *dispensa*, em *apoio* ou em *boteco*, atuariam paradigmas morfológicos, em *-a* ou em *-o*. Nesse sentido, a estrutura silábica final seria norteadora do gênero linguístico a que pertence cada palavra, caso sejam confirmados os paradigmas morfológicos a ser investigados no *corpus* do português.

Esses elementos seriam *índices* de gênero, mas sua atuação estaria diretamente relacionada a processos semióticos distintos. Em *dispensa*, *apoio* e *boteco*, há, em cada unidade, um único gênero; no caso de se confirmar os paradigmas morfológicos, o gênero linguístico seria um elemento presente na *significação*, porque atuaria como elemento morfológico que permite uma categorização linguística.

Em cotejamento, *reduções* como *anarca*, em vez de *anarquista*, *comuna*, em vez de *comunista*, apresentam parte do signo como *índices* dos símbolos. Esse tipo de redução é paradigmático em relação a *portuga*, em vez de *português*. Em *anarca*, em *comuna* e em *portuga*, o gênero é variável, assim

¹⁷⁰ A investigação de paradigmas morfológicos associados ao gênero linguístico pode trazer outras possibilidades de interpretação, uma vez que a pronúncia do acrônimo se sustenta, muitas vezes, em algo próximo a [kovidɨ] ou [kovidʒ'i], enquanto, em inglês, seria [kohvid].

¹⁷¹ Buscas no *Google*, realizadas em 14 de abril de 2020, obtiveram 7.140.000 resultados para “o COVID” e 36.500.000 resultados para “a COVID”.

como o seria em *anarquista*, em *comunista* e em *português/portuguesa*; nesses casos, a semiose envolveria não apenas a conexão entre *-a/-ista* ou *-a/-ês, -esa*, mas desvincularia *-a* do paradigma morfológico tal como ocorre em *dispensa*, em que *-a* estaria conectado ao gênero feminino. Em *anarca*, *comuna*, *portuga*, *-a* assumiria uma propriedade lexical, assim como ocorre com o sufixo *-ista*, pois o que determina ser *o anarca* ou *a anarca*, *o comuna* ou *a comuna*¹⁷², *o portuga* ou *a portuga* são os signos contingenciais, em que o gênero linguístico atua na distinção da referência. Nesse âmbito, a *significação* não dá conta da referência assumida pelo símbolo.

Uma análise dos nomes próprios pode ser produtiva quanto ao gênero linguístico. Antes de tudo, a distinção entre nomes comuns e nomes próprios é necessária. Um nome próprio como *Guilherme* é um símbolo de um referente, mas não de uma *referência*. Palavras como *professor*, *assassino*, *filho*, *adúltero*, entre outras, contêm uma *referência*, que é um modo de designar, já que representam não de quem se fala, mas uma imagem mental associada ao objeto da fala. Essa interpretação é válida também para palavras como *mesa*, *cadeira*, *porta*, porque são *símbolos* de signos socialmente contingentes (cf. § 9.1).

Contudo, existem nomes comuns que são empregados como nomes próprios. De um lado, ainda que sejam analisáveis, por exemplo, *Socorro*, de que se extrai o radical e a chamada vogal temática, como nome próprio, as unidades de composição, em tese, não apresentariam *significação*, porque são empregados para designar um referente, mas não uma referência. Por outro lado, certas criações de nomes próprios, sendo contrastadas, evidenciam uma semântica aplicada, o que colocaria em xeque a inoperância da análise do significado morfológico composicional no exame de nomes próprios. Consequentemente, o contraste entre pares como *Luís/Luísa*, *Antônio/Antônia*, *Cristiano/Cristiane* são representativos de uma antroponímia que se vale pela distinção do sexo biológico marcada na terminação dos nomes. Do mesmo modo, palavras como *professora*, *assassina*, *filha*, *adúltera*, em contraste com seus pares masculinos, parecem trazer as mesmas marcas de representação do sexo biológico.

Os nomes próprios podem ter um vínculo com signos contingenciais, mas sua *significação* encontra-se profundamente arraigada a situações sócio-históricas e culturais resgatáveis apenas pela

¹⁷² *Comuna* pode conectar-se a outros signos contingenciais e ser uma referência à *Comuna de Paris*, governo operário instalado em Paris, no ano de 1871.

etimologia e confrontadas a outros signos existentes na mesma etapa sincrônica¹⁷³. Em outras palavras, a escolha ou mesmo a criação de um nome próprio podem ter significados ou associações específicas, mas o uso desses nomes conecta-os às pessoas nomeadas. Por essa razão, não se pode falar de significado morfológico composicional para nomes próprios, exceto em perspectiva diacrônica, fundamentada na etimologia. Essa mesma afirmação pode ser constatada na criatividade presente em certos nomes próprios atuais¹⁷⁴, cuja *significação*, embora possa ser percebida e, por vezes, lembrada, deixa de fazer sentido face ao nomeado.

Desse modo, se for possível apreender um significado morfológico em um nome próprio, existe uma tendência a considerá-lo impróprio a sua finalidade. As *nomeações* encontram-se conectadas ao *princípio de identificação linguístico-ontológico*, que se diferem das *derivações*, nas quais ficam estabelecidas as relações entre signos linguísticos, ainda que, do processo, participem outros signos semióticos. Uma *nomeação* conecta o nome a seu *referente*; se o nome for passível de representar uma imagem mental, própria da referência, deixa de cumprir sua finalidade.

A semiose dos signos prevê a influência de inúmeros processos. Ainda em relação aos nomes próprios, quando se tem reduções como *Ma*, em vez de *Marina*, *Si*, em vez de *Simone*, *Li*, em vez de *Eliana* ou *Eliane*, ou duplicações de sílabas, como *Dudu*, em vez de *Eduardo*, *Lili*, em vez de *Eliane*, *Cacá*, em vez de *Caco*, dentre outros exemplos, as reduções e duplicações silábicas são empregadas para se referir a pessoas. Essas formas atuam como representações porque são afetadas pelo próprio objeto que designam.

Duas questões são importantes. A primeira é a relevância da paradigmaticidade observada no uso de sílabas como forma de representação envolvidas nesses processos, especialmente, os ligados aos nomes próprios. A segunda é a perspectiva semiótica pela qual o fenômeno pode ser abordado, pois as sílabas iniciais ou duplicadas atuam como representantes dos nomes próprios, ou seja, são signos que indicam o objeto graças à presença do objeto.

A presença de qualquer um desses objetos ocorre em situações de comunicação nas quais o objeto é aquele de quem se fala: assim, *Ma*, ou qualquer outra forma reduzida ou duplicada, tem

¹⁷³ Existem modelos de construções morfolexicais observáveis nas estruturas de antropônimos neológicos, cf. RODRIGUES. Letícia Santos. Neologia Antroponímica: o que os nomes de origem germânica têm a nos dizer? Orientador: Mário Eduardo Viaro. 2019. 655 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade de São Paulo. São Paulo.

¹⁷⁴ Mudanças de prenomes e nomes civis são constantemente requeridos à justiça brasileira que, por meio de acórdão firmado sob registro REsp 538.187/RJ, pioneiro na jurisprudência brasileira, tem concedido a mudança caso haja o entendimento de que o nome registrado causa constrangimento à pessoa.

a propriedade de representar porque funcionam como *índices*, apesar de não serem morfemas. São *índices* dos *símbolos* e, como tal, representam o referente, porque existem outros processos de semiose envolvidos nesse uso: *Ma* conecta-se ao signo *Marina*, que poderia ser *Mariana*, *Maria*, *Marcela* etc., ou seja, um *índice* comum a diversos outros símbolos preenchidos pela ontologia. Esse mesmo processo é reconhecível em nomes próprios compostos pela junção de parte dos nomes dos genitores: *Elimar*, de *Eliane* e *Marcos*, *Cideli*, de *Cida* e *Eli*, *Joanelson*, de *Joana* e *Nelson*, mas nesses casos, os *índices* representam os referentes, isto é, os genitores.

Não se pode negar que exista, do mesmo modo, uma individualização ilusória, sustentada, de fato, apenas nas contingências humanas. Nem *Marina*, nem *Maria*, nem *Mariana*, nem quaisquer nomes próprios realmente individualizam, exceto nas situações em que os objetos representados por esses nomes são conhecidos entre os interlocutores, mas esses nomes são capazes de criar uma ilusão, ou uma imagem mental que os preenche. Isso ocorre também com os nomes próprios dados a seres fictícios, como *Ulisses*, seja o personagem da *Iliada* ou da *Odisseia*, seja o de James Joyce, seja qualquer outro *Ulisses*; assim como ocorre com os nomes comuns dados a seres fictícios seja *saci*, *sereia*, *unicórnio* ou qualquer outro ser inventado. As contingências são, em todos esses casos, necessárias para conceber uma imagem mental que preencha o conteúdo desses nomes.

Além dos paradigmas morfofonológicos, que passam a morfológicos na semiose dos signos, é preciso compreender que um sintagma ou uma sintaxe não seriam suficientes para preencher, de fato, o conteúdo desses signos, a não ser que, na análise, seja considerada suficiente uma ilusão de conteúdo, como a que foi acima comentada, ou seja, nos casos em que não se tem um objeto ontológico, mas apenas uma imagem construída por outros processos igualmente linguísticos.

O signo linguístico é símbolo e, nessa circunstância, está no lugar de algo: nos pares acima apresentados, *Luís/Luísa*, *Antônio/Antônia*, *Cristiano/Cristiane*, os nomes estão no lugar de pessoas e quando empregados evocam pessoas. Portanto, assim como ocorre com as sílabas iniciais ou duplicadas, as estruturas silábicas envolvidas nessas formações que opõe os sexos são *índices* que operam em nível lexical. Como um nome próprio tem a finalidade de individualizar, mesmo que de forma ilusória, pode assumir um *índice* de sexo biológico, que só tem efeito em nível lexical, uma vez que sua etimologia, ainda que explique sua criação, ficou no passado. Uma outra evidência que corrobora essa interpretação é o fato de existirem outros nomes próprios que, embora apresentem essas mesmas terminações, não marcam a distinção entre os sexos. Nesse sentido, nas unidades mínimas de composição, não há uma relação signo linguístico a signo linguístico. Nos nomes próprios, as reduções e as duplicações silábicas, bem como as terminações encontradas nos pares

acima, são *sinsignos indiciais remáticos*, uma vez que são signos que indicam um objeto determinado pela sua própria presença (cf. § 2.2.2).

Nesse sentido, aspectos morfológicos associam-se a aspectos morfofonológicos porque estes contribuem para a formação e para o significado de unidades lexicais. Destaca-se a função de representar, em que se sobressai a propriedade fundamental da linguagem verbal, que atua como símbolo. A arbitrariedade do signo linguístico mostra-se por meio da atribuição de significados a sílabas componentes de símbolos, o que revela, no ato de fala, como lida a cognição humana no uso da linguagem verbal: o que, para os linguistas, são morfemas, porque apreensíveis paradigmaticamente nos itens linguísticos, para os falantes pode haver tão-somente uma percepção silábica. A concepção de *morfema* é uma elaboração teórica, inserida em um tipo de conhecimento, em que o objeto de estudo é observado por meio de métodos. A percepção de uma estrutura silábica pertinente a uma língua revela um modo de apreensão do mesmo objeto, revestida de um caráter intuitivo, porém reforçada em âmbito institucional, presente nos processos de alfabetização e de letramento.

Capítulo 10

A Flexão de Gênero no português

Neste capítulo, a flexão de gênero, no português, será examinada a partir das discussões apresentadas nos capítulos anteriores, nos quais foram estabelecidos os seguintes pressupostos:

- a linguagem verbal, para cumprir sua função de representação, fundamenta-se em paradigmas formais e semânticos nos quais atua a analogia;
- as mudanças linguísticas ocorridas no eixo temporal e espacial afetam os aspectos materiais e semânticos das línguas;
- as unidades lexicais são signos linguísticos pertencentes a um sistema que reúne elementos herdados e criados em perspectiva sincrônica e diacrônica;
- a flexão, vista sob perspectiva histórica, é um conjunto de elementos herdados, constituído de um princípio gramatical.

O poder de evocação do signo linguístico conferiu-lhe estatuto ontológico. Contudo, essa interpretação permitiu que a flexão, embora atribuisse os princípios de significação às raízes e aos radicais, fosse vista como meras alterações formais de unidades que designavam ontologias: na verdade, quando se fala de **mesma palavra**, se pensa em **mesma coisa**. O gênero linguístico, categoria dos nomes, foi interpretado como um dos resquícios de um paradigma morfossintático, que revestia as unidades lexicais de elementos necessários à composição da sintaxe. Sua função, nessa concepção, restringe-se ao encaixe e à combinação de unidades na cadeia sintagmática. Visto como princípio gramatical vinculado exclusivamente à sintaxe, a flexão de gênero não é um fenômeno linguístico altamente aplicável, o que traz consequências à interpretação de certos itens.

As concepções a respeito dos principais problemas levantados quanto à descrição e análise da *flexão de gênero* no português são:

- 1) A observação quanto à necessidade da anteposição do artigo para determinação do gênero do substantivo em português (cf. § 1.2 e § 6.2.3).
- 2) O postulado referente à imanência do gênero linguístico no substantivo, em que *-o*, *-a* ou *-e* são vogais temáticas, e a real *flexão de gênero* no adjetivo (cf. § 1.2 e § 6.2.3).

Entre as concepções expostas, há uma notória contradição. Se o *gênero* do substantivo é imanente, a anteposição do artigo apenas expressa essa imanência, mas não a determina. Essa contradição conduz a outra problemática:

- 3) O masculino é a forma geral, não-marcada, e a forma feminina seria marcada, situação válida apenas para pares comutáveis (cf. § 1.2 e § 6.2.3).

A problemática exposta em (3) relaciona-se a (1) e a (2): não haveria relação entre a morfologia do substantivo e o *gênero linguístico*, que seria determinado pela anteposição do artigo. Haveria, contudo, uma exceção feita sobre as palavras femininas, como entre os pares *menino/menina*, *mestre/mestra*, *jarro/jarra*, *cesto/cesta*, em que teria ocorrido uma formação por *flexão de gênero* para expressar uma diferenciação semântica qualquer (cf. § 1.2 e § 6.2.3).

A análise gera outra problemática:

- 4) Se não há *flexão de gênero* nos substantivos, mas apenas nos adjetivos, não há como chamar de *flexão* o sufixo *-a*, responsável pela formação do substantivo feminino.

A polêmica, então, relaciona-se a outro problema de distinção: o que é flexional e o que é derivacional. O exame dos nomes, em português, revela inúmeras idiossincrasias:

- a) deve existir uma relação entre *gênero* e sexo, uma vez que, na comutação, certos pares expressam morfologicamente essa noção: *lobo/loba*; *garoto/garota*, *Luís/Luísa*, *Mário/Maria* etc.
- b) há palavras designativas de seres sexuados, os chamados *substantivos epícenos* e *substantivos comuns de dois gêneros*, que não apresentam variação morfológica para a expressão do sexo: *criança*, *cônjuge*, *cobra*, *águia* etc.
- c) certos substantivos expressam os dois sexos apenas por meio da sintaxe, pois artigos ou pronomes concordam com o suposto sexo do referente: *monarca*, *agiota*, *colega*, *estudante*, *artista*, *personagem* etc.
- d) existem palavras terminadas em *-o* que são femininas, como *tribo*, *Carmo* ou *Amparo*, palavras terminadas em *-a* que são masculinas, como *dia*, *Luca*, ou *Nicola*, palavras terminadas em *-e* que são ou masculinas, como *beliche* ou *Guilherme*, ou femininas, como *alface*, *Cleide* ou *Alice*.

Não há consenso, entre os linguistas, sobre a interpretação das chamadas vogais temáticas como morfemas. Os elementos vocálicos periféricos e finais das palavras, antes interpretados como *desinência de gênero*, sofreram dupla contestação: se morfemas, são vazios de significado, pois se prestam à categoria gramatical da língua; se vogais temáticas, não são morfemas, exceto em uma

interpretação em que se julga possível haver morfemas sem significado, portanto são parte de uma estrutura morfofonológica da raiz ou do radical. Essas discordâncias não podem ser abordadas sem uma reflexão geral a respeito de certas estruturas presentes nas unidades lexicais.

A discussão sobre o conceito de *morfema*, elaboração teórica, e a percepção das estruturas silábicas de uma língua, relativa às experiências dos indivíduos, servem como um dos parâmetros que norteiam a análise da composição geral da morfologia do português face ao *gênero linguístico*. Com essa perspectiva, pretende-se avaliar se a chamada vogal temática se constitui um morfema. Para isso, propõe-se inventariar e descrever os paradigmas morfológicos do português quanto ao *gênero linguístico*, em considerando a terminação das palavras, que se constitui, *a priori*, de uma análise de sua estrutura silábica periférica final.

A extração de dados do Dicionário Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001) permitiu conhecer a distribuição do léxico quanto ao gênero linguístico: existem palavras que seguem uma classificação sumária (cf. § 1.1), em masculino ou em feminino, mas também há aquelas que são de dois gêneros e outras que apresentam um conjunto de acepções cuja mudança de referência está vinculada à mudança de gênero, isto é, apresentam alguma combinação. Desse modo, foi possível dividir as palavras que compõem o *corpus* em categorias (cf. § 2.2.3):

CAT 1: palavras exclusivamente masculinas;

CAT 2: palavras exclusivamente femininas;

CAT 3: palavras exclusivamente de dois gêneros;

CAT 4: palavras que apresentam alguma combinação de gêneros com mudança de acepção.

É preciso considerar outros dois pontos que dizem respeito à organização da obra. O Dicionário Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001) não registra *entradas* separadas de palavras que apresentam alteração formal vinculada à mudança de gênero linguístico para designar sexo, assim como não registra *entradas* separadas de alteração formal dos adjetivos que designam gêneros distintos. Essa organização dada orientou a seleção de palavras registradas como *substantivos* na composição do *corpus*. No entanto, a obra informa a mudança de gênero, com ou sem alteração formal, quando vinculada a certas distinções semânticas; no caso de não haver alteração formal, registra o verbete como *substantivo de dois gêneros* ou informa o gênero assumido pela palavra quando esta apresenta uma certa referência. A distinção semântica sem alteração formal e vinculada ao registro *substantivo de dois gêneros* diz respeito, muitas vezes, à designação dos sexos, além de outras referências, como em *o árabe*, no sentido de “língua”, e *o árabe/a árabe*, no

sentido de “indivíduo dos povos semíticos”, em que *o/a* designam os sexos, bem como as referências distintas apresentadas em *o rádio/a rádio*, que, respectivamente, designam “o aparelho” e “a estação”. Desse modo, a mudança de gênero vinculada à designação dos sexos acaba sendo contemplada na obra, porque existe a necessidade de informar ao leitor aspectos gramaticais da língua atrelados à ausência de alteração formal na expressão do gênero linguístico. Por fim, essas questões são de extrema relevância para a discussão a respeito da *flexão de gênero*, pois conduzem à reflexão do papel atribuído ao gênero linguístico como propriedade morfológica.

Antes do estudo dos paradigmas morfológicos, faz-se necessária a apresentação do panorama da constituição das palavras constituintes do *corpus*, representado abaixo:

Gráfico 10.1: Panorama da constituição morfológica do português

No gráfico acima, apresenta-se a distribuição morfológica das palavras quanto ao grafema final. Os grupos das palavras terminadas em *-o* e o das palavras em *-a* são mais numerosos, pois, como se pode observar, representam respectivamente 37,05% (38.719) e 34,89 % (36.467) do total de 104.492 palavras. Há um grupo menor de palavras em *-e*, 14,99% (15.664), e outro ainda menor de palavras terminadas em consoante, 9,94 % (10.393). Há palavras em *-i*, 1,48 % (1.547), e em *-u*, 1,62 % (1.702). No Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001), informa-se que a obra é constituída de 228.500 verbetes. Logo, os critérios utilizados para extração do *corpus* de pesquisa possibilitaram estudar quase a metade do total de palavras presentes na obra. Assim, é possível afirmar que palavras em *-o* e em *-a* constituem grupos majoritários no atual léxico do português, e as palavras terminadas em *-e* formam um grupo representativo. Essa afirmação pode ser corroborada pelas palavras que, de acordo com a obra, atuam somente como adjetivos e, por isso, não constam do total estudado nesta pesquisa.

Em um segundo panorama, dividiu-se o *corpus* em palavras masculinas, palavras femininas e palavras pertencentes concomitantemente aos dois gêneros, isto é, masculinas e femininas:

Gráfico 10.2: Distribuição das Categorias de Gênero Linguístico no português

Primeiramente, para a elaboração desse panorama, utilizaram-se os *filtros* disponíveis no *software*, conforme demonstrado na seção 2.2.3. Do total de 104.492 palavras, 50,09% (52.346) pertencem à CAT 1, 40,27% pertencem a CAT 2, 8,69% compõem a CAT 3, 0,93% pertence à CAT 4.

O exame dos gráficos permite duas constatações. Do *corpus* constituído, os grupos das palavras terminadas em *-a* e em *-o* são majoritários em relação aos demais grupos. Além disso, a maioria das palavras pertence exclusivamente a um gênero, ou seja, a classificação sumária em gênero masculino e gênero feminino é preponderante.

O *corpus* compilado foi abordado a partir de diversas perspectivas, que serão apresentadas e comentadas nas próximas seções.

10.1. Os paradigmas morfológicos e o gênero linguístico

Na análise dos paradigmas morfológicos do português, considera-se a estrutura silábica final, representada pelo grafema final da unidade lexical, em relação ao gênero linguístico. Desse modo, é preciso compor outro panorama, que diz respeito à distribuição do léxico na relação sílaba final/gênero:

Gráfico 10.3: Paradigmas morfológicos do português

No gráfico acima, excluíram-se as palavras da CAT 3 e CAT 4. Dessa maneira, são ou masculinas ou femininas 32.250 palavras terminadas em *-a*, 10.800 palavras terminadas em *-e*, 1.343 palavras terminadas em *-i*, 38.513 palavras terminadas em *-o*, 1.606 palavras terminadas em *-u*, 9.922 palavras terminadas em consoante. Sobre essas palavras, que totalizam 94.434, é possível fazer afirmações quanto à conexão entre terminação e gênero linguístico.

Relacionam-se, no gráfico a seguir, esses paradigmas morfológicos à classificação sumária do gênero linguístico:

Gráfico 10.4: Paradigmas morfológicos conectados ao gênero linguístico no português

A análise dos dados acima permite constatar que: de 32.250 palavras terminadas em *-a*, 90,46% são do gênero feminino e 9,53% são do gênero masculino; de 10.800 palavras terminadas

em *-e*, 42,91% são do gênero masculino e 57,08% são do gênero feminino; das 1.343 palavras terminadas em *-i*, 90,39% são do gênero masculino e 9,60% são do gênero feminino; das 38.513 palavras terminadas em *-o*, 87,29% são do gênero masculino e 12,70% são do gênero feminino; das 1.606 palavras terminadas em *-u*, 95,57% são do gênero masculino e 4,42% são do gênero feminino; das 9.922 palavras terminadas em *consoante*, 83,32% são do gênero masculino e 16,67% são do gênero feminino.

O léxico do português foi constituído, historicamente, de inúmeros processos que envolvem heranças, empréstimos, formações vernáculas, ocorridos tanto na língua falada quanto na língua escrita. Palavras terminadas em *-i* e em *-u* são predominantemente masculinas. Em *-i*, de 1.343 palavras, 90,39% são masculinas, enquanto 9,60% são femininas. Em *-u*, de 1.606 palavras, 95,57% são masculinas e 4,42% são femininas. A predominância do gênero masculino é observada também nas palavras terminadas em consoante, pois de 9.922 palavras, 83,32% são masculinas e 16,67% são femininas. Em se tratando da língua falada, *-i* e *-u* podem associar-se a *-e* e *-o*, como *alface* [aw'fasi] ou *sapo* ['sapu], mas palavras terminadas em consoante requerem análises centradas nas sílabas finais: por exemplo, em uma palavra como *matagal* [mata'gaw], a pronúncia da sílaba final identifica-se com um som vocálico, mas isso não ocorre com *amor* ['amor].

Os grafemas *-a*, *-e*, *-o* representam sons diversos, muitos dos quais marcados por diacríticos:

É preciso avaliar aspectos da estrutura silábica, embora possa haver variação diastrática. Como a análise ocorre por meio de um *corpus* escrito, tratado como objeto morfológico, pretende-se, nas seções seguintes, verificar a tonicidade, marcada por diacríticos, e os sufixos, que são morfemas, do ponto de vista teórico, mas percebidos como sílabas finais, vistos sob uma perspectiva mais intuitiva, própria do falante. A análise da tonicidade e dos sufixos pode explicar certos desvios quanto ao gênero linguístico em relação aos paradigmas morfológicos.

Assim, conectado ao objeto *língua*, interpretado como signo semiótico, uma vez que se trata de um elemento histórico e cultural pertencente à contingência humana, o gênero linguístico pode ser classificado como *qualissigno*: é uma qualidade que é um signo (cf. § 2.2.2). A língua portuguesa apresenta essa qualidade, mas não outras línguas, como é o caso do inglês, em que os nomes não são classificados em gênero. Certos itens, no inglês, referem-se aos sexos, ou a identidades de

gênero socialmente construídas, como é o caso de pronomes *he, she, him, her* ou mesmo de sufixos, como em *actor/actress; prince/princess*, dentre outros¹⁷⁵. Pronomes e sufixos são *sinsignos indiciais remáticos*, pois são signos cuja função é indicar o objeto determinado pela presença desse objeto. Uma interpretação que classifique esses itens, no inglês, como expressões de gênero linguístico fundamenta-se no *princípio de identificação linguístico-ontológico* (cf. § 9.2). No português, o gênero linguístico é, *a priori*, uma classificação nominal, oriunda de princípios gramaticais. Contudo, essa mesma classificação nominal orienta princípios lexicais.

Das 104.492 palavras, 10.058 não são exclusivas de um gênero linguístico, quer sejam concomitantemente masculinas e femininas, quer apresentem mais de uma combinação, ou seja, pertencem à CAT 3 e à CAT 4. Assim, as palavras que não foram contempladas nos gráficos acima podem assim ser representadas:

Gráfico 10.5: Paradigmas lexicais do português

O gráfico acima contém 972 palavras que apresentam alguma das combinações previstas na CAT 4. Essas palavras somadas às 9.086 pertencentes à CAT 3 constituem um grupo de desvio em relação ao paradigma morfológico subdividido em masculino e feminino, ou seja, não se enquadram na classificação sumária. Em todas as terminações acima mencionadas, há casos em que a significação, obtida pela junção do significado de cada morfema que compõe o símbolo, não dá conta de certas acepções (cf. § 9.2.2).

¹⁷⁵ Existem certas construções, no inglês, por meio das quais objetos inanimados são referidos por pronomes, tais como *I love my ship. She (the ship) is my greatest passion* (Eu amo meu barco. Meu barco é minha grande paixão). Nessas construções, o modo de referir-se ao objeto evidencia o que, em figura de linguagem, se chama de *personificação*.

No *corpus* pesquisado, existem nove palavras que se apresentam, concomitantemente, como substantivos masculinos, substantivos femininos e substantivos de dois gêneros. Explicam-se abaixo, de modo sintético, as acepções vinculadas aos gêneros, dadas pelo Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001), como exemplo:

Bicanca

s. f.: “bico grande”.

s. m.: “nariz grande, narigudo”.

s. de dois gên.: “aquele ou aquela que possui nariz grande”.

s. f.: “bebedeira” (regionalismo de Portugal).

Na formação, *bic-* é *legissigno indicial remático* de ‘bico’ e *-anca* é *sinsigno indicial remático*, que significa aumentativo. A significação morfológica fica restrita à referência “bico grande”, mas as demais referências, nesse caso, “nariz grande”, “aquele ou aquela que possui nariz grande” e “bebedeira” são advindas de processos metafóricos e metonímicos, que atribuem aos símbolos novas referências. Contudo, o gênero feminino é resultante da formação pelo sufixo *-anca*, que constitui, como paradigma morfológico, substantivos femininos.

É preciso notar ainda que a flexão de gênero permanece como propriedade morfológica, que participa do processo de criação de novas referências, como em “aquele ou aquela que possui nariz grande”. Nesse sentido, vale observar também que a obra termina por registrar o gênero linguístico conectado a sexo biológico sem alteração do significante. Veja-se outro exemplo:

Perneta

s. f.: “perna pequena”.

s. de dois gên.: “aquele ou aquela que apresenta algum defeito físico em uma das pernas”.

s. m.: “mesmo que perna de pau”.

No exemplo acima, *pern-* é *legissigno indicial remático* de ‘perna’ e *-eta* é *sinsigno indicial remático*, que significa diminutivo. Ao sufixo, vincula-se o gênero feminino como paradigma morfológico. Entretanto, as outras referências do *símbolo remático* servem-se da mudança de gênero para estabelecer-se.

Tanto no caso de *bicanca* quanto no de *perneta*, a alternância de gênero para expressão de novas referências, ainda que não haja mudança formal, transforma o gênero linguístico em *sinsigno dicente*, ou seja, um signo que é afetado pelo objeto, como os *sinsignos indiciais remáticos*, mas também capaz de dar informações sobre esse objeto.

Em perspectiva histórica, a alternância de gênero linguístico para expressão de novas referências, sem alteração formal, já era observada no latim (cf. § 8.1.2). Naquela língua, as obras lexicográficas registram usos tais qual em *ācanthus*, - *ī*, (masc.) ‘planta’, (fem.) ‘árvore’, embora o fenômeno pareça atingir parte menor do léxico, conforme indica a análise do *corpus* pesquisado.

Conquanto, no português, existam situações em que não há variação de significante, mas há variação de gênero, deve-se ampliar a análise do *corpus*, incluindo a CAT 3, com o objetivo de verificar a relação entre terminação e gênero linguístico:

Gráfico 10.6: Panorama geral do gênero linguístico no português

Do total pesquisado, com destaque ao percentual majoritário, tem-se que, dentre as palavras terminadas em:

- 1) **-a** (36.007), 8,53% são masculinas (3.074), **81,02% são femininas (29.176)** e 10,43% são de dois gêneros (3.757);
- 2) **-e** (15.473), 29,95% são masculinas (4.635), **39,84% são femininas (6.165)** e 30,20% são de dois gêneros (4.673);
- 3) **-i** (1.450), **83,72% são masculinas (1.214)**, 8,89% são femininas (129) e 7,37% são de dois gêneros (107);
- 4) **-o** (38.635), **87,01% são masculinas (33.620)**, 12,66% são femininas (4.893) e 0,31% (122) são de dois gêneros;
- 5) **-u** (1.649), **93,08% são masculinas (1.535)**, 4,30% são femininas (71) e 2,60% são de dois gêneros (43);
- 6) **consoantes** (10.306), **80,22% são masculinas (8.268)**, 16,04% são femininas (1.654) e 3,72% são de dois gêneros (384).

Os percentuais constantes do gráfico foram dados sobre as CATs 1, 2 e 3, isto é, quando os substantivos se apresentam exclusivamente em uma categoria. Além disso, não houve distinção de vogais finais átonas ou tônicas. Uma visão panorâmica evidencia paradigmas morfológicos

majoritários, mesmo quando não são analisados outros aspectos, como tonicidade e lexicalidade (cf. gráfico 10.5). Caso as palavras pertencentes a uma dada terminação sejam interpretadas como um conjunto, pode-se afirmar que:

- a) o conjunto das palavras terminadas em *-a* é majoritariamente do gênero feminino (CAT 2);
- b) os conjuntos das palavras terminadas em *-i*, *-o*, *-u* e *consoante* são majoritariamente do gênero masculino (CAT 1);
- c) o conjunto das palavras terminadas em *-e* divide-se entre gênero masculino, gênero feminino e dois gêneros, ainda que haja uma predominância do gênero feminino.

Em cada conjunto, exponencia-se a propriedade de ser de uma categoria. São fatores que podem influenciar as criações de palavras, os empréstimos, quando adaptados ao português, e o uso do gênero, inclusive, quando há variação. A análise das palavras terminadas em *-e* e em *consoante* requer, ao menos, uma avaliação de um possível sufixo na formação da palavra, pelas razões anteriormente apontadas. O quadro permite elaborar uma relação entre terminação e gênero linguístico:

- 1. *-a* é *índice* de gênero feminino;
- 2. *-o* é *índice* de gênero masculino;
- 3. *-e* é *índice* latente de gênero;
- 4. *-i* e *-u* são *índices* de gênero masculino.

Palavras terminadas em *-a* e em *-o*, por meio de sua estrutura silábica periférica final, fornecem uma informação em relação à língua, cujo sistema de signos inter-relacionados prevê uma classificação sumária de gênero linguístico, subdividido em masculino e feminino. Esse sistema foi herdado do latim, em que as palavras eram categorizadas predominantemente nas 1ª e 2ª declinações, mas também na 4ª e na 5ª. Os números de itens pertencentes a esses grupos são majoritários no português e, em relação ao *representamen* (ou *significante*), classificam-se como *sinsignos indiciais remáticos*. Nesse sentido, a língua é o objeto, social- e historicamente construído a partir de um sistema herdado, parcialmente retificado, mas também transformado no processo dinâmico das interações comunicativas.

Afirma-se que *-e* é *índice latente* de gênero linguístico tão-somente devido à classificação sumária, presente no português: as palavras são ou masculinas ou femininas ou apresentam uma combinação classificatória face à referência. Como se viu na seção 8.1, muitas palavras herdadas

terminadas em *-e* provêm da 3ª declinação latina, em que o gênero linguístico oscilava entre masculino, feminino e neutro, ou seja, essa declinação, além de constituir-se de uma profusão de formas, em certos *casos*, também não apresentava palavras majoritariamente pertencentes a um gênero, como ocorria nas outras declinações.

A classificação sumária, no português, subdivide-se em dois *qualissignos*: masculino e feminino. Os dois *qualissignos* constituem quatro categorias: nomes de gênero masculino (CAT1), nomes de gênero feminino (CAT 2), nomes de dois gêneros (CAT 3), nomes de categorias combinadas (CAT 4). Os paradigmas morfológicos são constituídos pela relação entre os *qualissignos* e certa estrutura silábica final: *qualissigno* masculino para *-o, -i, -u* e *consoante*; *qualissigno* feminino para *-a*. É preciso buscar respostas para os desvios em relação a esses paradigmas.

10.1.1. A tonicidade e o gênero linguístico

Analisam-se, nesta seção, as oxítonas em geral, os monossílabos tônicos e, por fim, os substantivos com mais de uma sílaba que apresentam uma vogal tônica em *-á, -ã, -é, -ê, -ó, -ô*. Vale lembrar que, quando se fala de oxítonas, não há palavras terminadas somente por vogal. A manipulação dos dados permitiu entrever uma tendência, nessas categorias, de pertencimento ao gênero masculino. Desse modo, a análise das três situações tem por objetivo investigar a relação entre tonicidade e gênero linguístico.

Na tabela abaixo, inicia-se a análise pelas oxítonas em geral:

OXÍTONAS			
CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
somente masc	somente fem	somente 2 gên	20472
13995	5906	571	

Tabela 10.1: Oxítonas e suas categorias

Do *corpus* estudado, dentre as CATs 1, 2 e 3, são oxítonas 20.472 palavras: 68,36% são masculinas (13.995), 28,84% são femininas (5.906) e 2,78% são de dois gêneros (571). Portanto, na relação entre gênero e tonicidade, o gênero masculino é preponderante dentre os substantivos oxítonos.

Obviamente, todos os monossílabos tônicos são palavras oxítonas. A divisão permite observar se haveria a mesma tendência apresentada pelas palavras oxítonas em geral ou se haveria alguma característica peculiar. Na tabela abaixo, encontram-se os monossílabos:

MONOSSÍLABOS			
CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
somente masc	somente fem	somente 2 gên	158
126	22	7	

Tabela 10.2: Monossílabos tônicos e suas categorias

Do total de 158 substantivos monossilábicos, 79,74% são masculinos (126), 13,92% são femininos (22) e 4,43% são de dois gêneros (7).

Mesmo não havendo a intenção de analisar significados lexicais específicos de todos os itens que compõem o *corpus* de análise, o número reduzido desse grupo permite uma ilustração das relações entre gênero linguístico, paradigma morfológico e paradigma lexical.

Alguns itens que compõem a CAT 2 são *fê*, *lã*, *mãe* e *mão*. São monossílabos tônicos que contrariam a tendência constatada acima, isto é, são palavras do gênero feminino em contraste com uma maioria de gênero masculino. A busca de dados etimológicos desses itens possibilita o entendimento desse contraste: a) *fê* provém de *fīdēs*, no latim, palavra feminina da 3ª decl.; b) *lã* vem de *lāna* (lat.), palavra feminina da 1ª decl.; c) *mãe* vem de *mātēr* (lat.), palavra feminina da 3ª decl.; d) *mão* vem de *mānūs* (lat.), palavra feminina da 4ª decl.. Esses dados permitem observar que, em sua origem, as palavras não eram monossilábicas, mas tornaram-se devido às transformações fonéticas por que passaram. Além disso, mantiveram o gênero a que pertenciam em sua origem.

Certos itens da CAT 3 são *flá*, *flu*, respectivamente, redução de *flamenguista* e de *fluminense*, e *fã*, em que se observa o mesmo processo referido em 9.2.2, ou seja, o gênero assume uma propriedade lexical, atuando na diferenciação da referência, em consonância com o sexo apontado.

Por fim, analisam-se apenas as terminações genéricas em *-a*, *-e*, *-o*. Nesse grupo, observou-se, conforme apontado em § 10.1, uma propensão de palavras em *-a* serem femininas, em *-o*, masculinas e em *-e*, divididas em masculinas, femininas e de dois gêneros. Nessa seção, viu-se que, do total de 104.492 palavras, 90.850 apresentam essas terminações; dentre estas, 972 palavras pertencem à CAT 4, que não foi incluída na análise dos paradigmas morfológicos. A análise de palavras de última sílaba átona possibilita avaliar a relação entre tonicidade e gênero linguístico, isto é, se se mantém a propensão de um gênero relacionado a uma terminação, ou se outra peculiaridade pode ser observada. Antes de apresentá-las, divididas pela sílaba final, cabe mencionar que, das 90.850 palavras, 3.254 terminam em *á*, *ã*, *é*, *ê*, *ó*, *ô*, ou seja, 3,58% do total em *-a*, *-e*, *-o* genéricos. Nas tabelas abaixo, os dados mantêm-se divididos pelas CATs 1, 2 e 3.

Na seção 10.1, viu-se que, de 36.007 palavras em *-a* pertencentes a CATs 1, 2 e 3, 29.176 são femininas (81,02%), 3.074, masculinas (8,53%) e 3.757, de dois gêneros (10,43%). Na tabela abaixo, incluem-se apenas as palavras terminadas em *-á* e em *-ã*:

-á	CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
	somente masc	somente fem	somente 2 gên	
ox.	891	220	78	1189
-ã	CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
	somente masc	somente fem	somente 2 gên	
ox.	219	148	30	397
par.	7	0	0	7
prop.	1	0	0	1

Tabela 10.3: Terminações em *-á*, *-ã* e suas categorias

Nas CATs 1, 2 e 3, o conjunto de palavras em *-á*, totalizando 1.189 palavras (891 + 220 + 78), apresenta 74,93% dos substantivos de gênero masculino, o que explica grande parte do percentual de desvio do paradigma morfológico do português, em que 80% das palavras em *-a* genérico são femininas; são femininos 18,50% desses substantivos e 6,56% são de dois gêneros. Nas mesmas categorias, do total de 405 palavras em *-ã* (219 + 148 + 30 + 7 + 1), registram-se palavras paroxítonas e proparoxítonas em menor número em relação às oxítonas de mesma terminação; do conjunto em *-ã*, 54,05% são masculinas, o que também colabora para o desvio citado, 35,07% são femininas e 7,10% são de dois gêneros.

Das 3.074 palavras masculinas pertencentes ao conjunto genérico em *-a*, o desvio do paradigma explica-se pela tonicidade de 1.118 palavras em *-á* e em *-ã* (891 + 219 + 7 + 1), ou seja, 36,36%. Se, nesse grupo, a tonicidade é um fator de tendência ao gênero masculino, casos pertencentes ao gênero feminino requerem uma análise qualitativa, fundamentada em dados etimológicos para explicar o desvio. A afirmação também se aplica aos substantivos de dois gêneros, assim como aos demais elementos pertencentes à CAT 4.

De 15.473 palavras em *-e* que compõem as CATs 1, 2 e 3, 4.635 são masculinas (29,95%), 6.165 são femininas (39,84%) e 4.673 são de dois gêneros (30,20%) (cf. § 10.1).

-é	CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
	somente masc	somente fem	somente 2 gên	
ox.	456	51	52	595
-ê	CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
	somente masc	somente fem	somente 2 gên	
ox.	301	27	17	354

Tabela 10.4: Terminações em *-é*, *-ê* e suas categorias

Nas CATs 1, 2 e 3, 76,63% dos substantivos terminados em *-é* são masculinos, 8,57% são femininos e 8,73% são de dois gêneros; dos substantivos em *-ê*, 85,02% são masculinos; 7,62% são femininos e 4,80% são de dois gêneros.

Embora exista uma distribuição entre as categorias de gênero, com números bastante aproximados entre si, no grupo das palavras pertencentes ao conjunto genérico em *-e*, a tonicidade da sílaba final também eleva o número de itens de gênero masculino. Como se viu anteriormente, esse conjunto genérico em *-e* vincula-se ao *qualissigno gênero linguístico* como propriedade da língua, ou seja, pode-se falar de índice de gênero latente, já que qualquer palavra do português pertence, ao menos, a um gênero. Outros fatores, como a formação por sufixos, devem ser estudados, a fim de entender essa divisão, contudo a tonicidade, mesmo nesse grupo, apresenta-se como um fato relevante, pois acentua o número de itens pertencentes ao gênero masculino. Do mesmo modo, nesse grupo, os casos de desvio requerem uma análise qualitativa.

De 38.635 palavras em *-o* pertencentes a CATs 1, 2 e 3, 33.620 são masculinas (87,01%), 4.893 são femininas (12,66%) e 122 de dois gêneros (0,31%) (cf. § 10.1).

-ó	CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
	somente masc	somente fem	somente 2 gên	
ox.	357	20	35	445
-ô	CAT 1	CAT 2	CAT 3	TOTAL
	somente masc	somente fem	somente 2 gên	
ox.	167	4	10	184

Tabela 10.5: Terminações em *-ó*, *-ô* e suas categorias

Em se tratando das CATs 1, 2 e 3, dos substantivos em *-ó*, são masculinos 80,22%; são femininos 4,49% e são de dois gêneros 7,86%; em *-ô*, são masculinos 90,76%, são femininos 2,17% e são de dois gêneros 5,43%.

Em relação ao conjunto genérico em *-o*, a tonicidade apenas reforça uma tendência já observada. Casos não explicados pela tonicidade devem ser investigados quanto ao significado lexical e à etimologia.

Mesmo dentro dos limites de uma análise quali-quantitativa, amparada na estrutura silábica final, marcada por diacríticos, é possível concluir que a tonicidade da sílaba final é um fator de influência na categorização em gênero.

10.2. Os sufixos e o gênero linguístico

Nesta seção, investiga-se uma possível influência do sufixo no pertencimento a um gênero linguístico. Para atingir esse objetivo, propõe-se uma separação entre palavras cuja estrutura silábica se identifique com certos sufixos e as demais, que teoricamente apresentariam vogais temáticas. A seleção dos dados pode ser mais bem compreendida por meio do gráfico a seguir:

Gráfico 10.7: Distribuição da Análise Morfológica

Em § 10.1, viu-se que, de 104.492 palavras, 972 pertenciam à CAT 4, excluídas das análises que tinham por finalidade verificar a relação entre gênero linguístico e estrutura silábica final. Em § 10.1.1, analisaram-se palavras pertencentes aos conjuntos genéricos em *-a*, *-e* e *-o* cuja sílaba final é tônica, o que totalizou 3.172 itens. No *corpus* estudado, certas estruturas silábicas finais não são estruturas de nenhum sufixo, como *-ja*, *-pa*, *-fo*, *-xo*, *-ne*, *-ze*, dentre outras, que totalizam 23.937 palavras. Em § 10.1, também se viu que, no *corpus*, há palavras em *-i* e em *-u*, no total de 3.099 itens. Portanto, há uma redução em relação ao total examinado.

Quanto aos sufixos, elegeram-se aqueles apontados pela obra que serviu de *corpus* de análise, pois o Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001) registra, dentre seus verbetes, informações sobre esses elementos linguísticos. Seleccionados os sufixos cuja última vogal fosse *-a*, *-e*, *-o* ou *consoante*, realizou-se a *filtragem* de palavras para análise, conforme procedimento descrito em § 2.2.3. Ainda, é preciso considerar que a *filtragem* feita através de caracteres pode trazer palavras que não sejam efetivamente formadas por certo sufixo, mas cujo grafema seja apenas idêntico. Por meio desse procedimento, chegou-se ao total de 73.312 itens, ou seja, 70% do total estudado.

Para ilustrar as exceções, é possível comentar certos itens. Os dados mencionados nos comentários são extraídos do Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009), exceto quando citada a fonte.

Um exemplo são as formações com a estrutura silábica final *-ia*, produtivas, no português. No *corpus*, de 7.944 palavras terminadas em *-ia*, apenas 21 delas são do gênero masculino. O sufixo *-ia*, de origem grega, em latim, apresenta-se sob as formas *-īa* e *-īa* e, em português, [ia] e [ja], como em *energia* e *magnólia*, respectivamente. Assim, além de formações pelo sufixo, encontram-se também regionalismos de gênero masculino, como *abacutaia* “design. comum aos peixes teleósteos, perciformes, da fam. dos carangídeos”, do tupi *awakatuíia*, mas também outros substantivos de origem desconhecida, como *marambaia* “marujo que se sente melhor em terra do que embarcado, porque não tem amor à profissão e/ou porque é namorador”. A evidente superioridade das formações em gênero feminino permite dizer que o sufixo *-ia* está relacionado a esse gênero, uma vez que as poucas exceções de gênero masculino não são formadas pelo sufixo.

Outro exemplo, na estrutura silábica final *-aria* está presente o sufixo *-aria*, que significa, de acordo com Condé (2014, p.113-114) “local”, “atividade ou ofício”, “conjunto ou quantidade”, “propriedade de”, “ação de”, “instrumento com que” “doença associada a”. No *corpus*, de 522 palavras, apenas 1 palavra é masculina, *maria*, que designa “biscoito fabricado industrialmente, de formato redondo e espessura muito fina, feito de farinha, ovos e açúcar”. Apenas duas palavras são de dois gêneros, *taria*, “indígena pertencente ao grupo dos tarianas”, e *xaria*, “natural ou habitante da região de altitude mais elevada (cidade alta) de Natal RN”. As acepções de ambas as palavras de dois gêneros deixam claro não se tratar do sufixo *-aria*. Por essa razão, é válido afirmar que todas as palavras formadas pelo sufixo *-aria*, contidas no *corpus* estudado, são de gênero feminino.

Outras peculiaridades dos itens são dispostas nos gráficos abaixo:

Gráfico 10.8: Quantidade de sufixos

Gráfico 10.9: Quantidade palavras

No gráfico 10.8, de cada vogal final e consoante, vê-se a quantidade de sufixos pesquisados: em *-a*, são 51; em *-e*, 18; em *-o*, 74; em *consoante*, 17. No gráfico 10.9, tem-se a quantidade de palavras com cada terminação: em *-a*, são 25.486; em *-e*, 10.376; em *-o*, 29.855; em *consoante*, 7.595.

Dentre os sufixos pesquisados, existem aqueles que, comumente, formam adjetivos, mas, em seus registros, constam acepções de sua atuação como substantivos conectada a uma dada CAT. Ainda, em meio às palavras que compõem o *corpus*, existem aquelas formadas por alguns sufixos que, devido ao critério adotado pelo Dic. Houaiss, não passariam de flexões de gênero do masculino para o feminino, uma vez que se registra, por padrão, o masculino. No *corpus*, há palavras formadas pelas formas masculinas e pelas formas femininas dos seguintes sufixos:

-aco/-aca, -ico/-ica, -oco/-oca, -ado/-ada, -ido/-ida, -a(i)(u)cho/-a(i)(u)cha, -ilho/-ilha, -inbo/-inba, -zinbo/-zinba, -io/-ia, -ício/-ícia, -ário/-ária, -ório/-ória, -olo/-ola, -ulo/-ula, -ano/-ana, -eno/-ena, -ino/-ina, -eiro/-eira, -ato/-ata, -eto/-eta, -ito/-ita, -mento/-menta, -oto/-ota, -ez/-eza

Na terminação *-aca*, há o sufixo *-aca* (uma variação do sufixo *-aco*, do grego *-ακός* “da natureza” ou “natural de”), que compõe palavras como *amoníaca* “erva (*Dorema ammoniacum*) da fam. das umbelíferas, nativa do Irã à Índia, cujos ramos floríferos e frutíferos exsudam resina homônima”, e *dionisiaca* “canto e/ou dança que, na Grécia antiga, realizava-se em homenagem ao deus Dioniso (Baco, para os romanos)”. Ambas as palavras são registradas pelo dicionário porque apresentam acepções além do que significam como adjetivos; nesse âmbito, o gênero feminino serve para marcar formas cujo sentido segue paradigmas morfológicos e lexicais. No *corpus*, 8 palavras formadas por *-aca* são do gênero feminino, e apenas 1 é de dois gêneros, o substantivo *ariaca*, cuja acepção “relativo aos ariacas, povo da Cítia (antigo país do nordeste europeu), ou indivíduo desse povo” evidencia o emprego em consonância com a designação dos sexos.

A terminação *-ica* participa do sufixo *-ica*, uma alteração morfológica de *-ico*, do grego *-ικός*. Em sua forma feminina, o sufixo *-ica* compõe substantivos designativos de artes, técnicas, ciências e doutrinas, como *cinética, eletrônica, matemática*. Ainda, há palavras cuja formação apresenta *-ística*, associadas aos sufixos *-ista* e *-ismo* (ARÉAN-GARCIA, 2011), como *estatística, logística, linguística*. As formações de que fazem parte esses sufixos são de gênero feminino. A pequena quantidade de palavras do gênero masculino e de dois gêneros, no *corpus*, permite avaliar que essas palavras não são formações com os sufixos de origem grega. Dentre elas, há, por ex., o substantivo masculino *magnífica* “oração que o povo tem o costume de rezar quando troveja”, do latim *magnificat*, 3ª pessoa do presente do indicativo do verbo *magnificō, -āre*, e os substantivos de dois gêneros *beberrica*

“indivíduo beberrão; pessoa que gosta de beber com frequência” e *luzica* “luz de pequena intensidade, que ilumina pouco, fraca” ou “m.q. vagalume”.

Em duas estruturas silábicas finais, estariam sufixos que, teoricamente, significam aumentativo ou diminutivo.

Na terminação *-anca*, está presente o sufixo *-anca*, que acrescenta aos nomes a noção de aumentativo, compondo palavras como *pelanca*, *potranca*. No entanto, no *corpus*, há outras palavras cuja grafia se identifica com a do sufixo, como *alavanca* e *tranca*; nesses casos, não se conhece a etimologia de *alavanca* (nem de *alavancar*), e *tranca* tem provável origem celta, de acordo com dicionário da *Real Academia Española* (2019). Ainda, outros poucos desvios do padrão ressaltam ou palavras de origem estrangeira, como *tanca*, “gênero de poema curto japonês com 31 sílabas divididas em cinco versos: o primeiro e o terceiro de cinco sílabas e os outros de sete”, ou regionalismos, como *vilafranca* “m.q. camarão-rosa (*Penaeus brasiliensis*)”, de gênero masculino, e *babanca* “indivíduo sem vivacidade”, dois gêneros, em consonância com os sexos.

A terminação *-oca* compreende o sufixo *-oca*, que acrescenta a noção de diminutivo, como em *beijoca*. Entretanto, há também formações a partir do sufixo *-poca*, do tupi *poka* “barulhento, ruidoso, estridente”, como em *arapoca*, *jiripoca*, *pípoca*, mas também outras formações, como *muriçoca*, do tupi *murisóka*, em que *soka* significa “que bate, que quebra ou que fura”. Existe uma série de palavras cujo sentido é pejorativo ou jocoso, como *bicharoca*, *dorminhoca*, *engenhoca*. Nesses casos, Santana (2017, p. 191; p. 232) aponta que, do diminutivo *-oca*, surgido no latim vulgar, formam-se também palavras de noção depreciativa presentes, do mesmo modo, no italiano, no francês, no provençal e no espanhol.

Assim, é possível, devido à grandeza, supor que os sufixos *-anca* e *-oca* formariam palavras do gênero feminino. Porém, a extensão de sentido presente em palavras formadas por esses sufixos podem criar paradigmas que: ora se apoiam na forma, como é o caso de *beijoca* e de *engenhoca*, palavras do gênero feminino, não obstante *beijo* e *engenbo* serem do gênero masculino; ora se apoiam na lexicalidade, como é o caso de *bicharoca*, do gênero feminino em consonância com o significado “homem efeminado”; ora se apoiam em ambos, isto é, *dorminhoca* e *dorminhoco* estão concomitantemente em consonância com o paradigma morfológico e com o paradigma lexical.

A nova seleção permitiu constatar que, em grande medida, os sufixos são os responsáveis pelos paradigmas morfológicos, principalmente quando são comparados os percentuais relativos à totalidade de palavras, 104.492, e os relativos à filtragem por estruturas silábicas e/ou sufixos. Quanto à divisão entre as CATS 1, 2 e 3, tem-se a seguinte perspectiva:

Gráf. 10.10: Estruturas silábicas e/ou Sufixos em -a

Gráf. 10.11: Estruturas silábicas e/ou Sufixos em -o

Gráf. 10.12: Estruturas silábicas e/ou Sufixos em -e

Gráf. 10.13: Estruturas silábicas e/ou Sufixos em cons.

Quando considerada a totalidade de itens (104.492), de 36.007 palavras do conjunto genérico em -a, 81,02% das palavras são femininas (cf. § 10.1). Quando considerada a *filtragem* por estruturas silábicas e/ou sufixos, o percentual aumenta para 94% de palavras do gênero feminino, como se vê no gráfico 10.10. O percentual de desvio, relativo à totalidade, é, em parte, explicado pela tonicidade: de 3.074 palavras masculinas em -a, 1.118 palavras terminam em -á ou em -ã. (cf. § 10.1.1). Restam 1.956 palavras do gênero masculino e 3.757 de dois gêneros; por essa razão importa avaliar a formação por sufixos.

Na totalidade do *corpus*, de 38.635 palavras, 87,01% são masculinas (cf. § 10.1). Na *filtragem* por estruturas silábicas e/ou sufixos, o percentual aumenta para 96%, conforme gráfico 10.11. Resta averiguar a possível influência do sufixo em 4.893 femininas e 122 de dois gêneros terminadas em -o.

Considerada a totalidade do *corpus*, de 15.473 palavras em *-e*, 4.635 são masculinas (29,95%), 6.165 são femininas (39,84%) e 4.673 de dois gêneros (30,20%) (cf. § 10.1). A tonicidade eleva o percentual de palavras masculinas em *-e*, sendo responsável pelo gênero de 757 palavras nessa CAT (cf. § 10.1.1). Na *filtragem* por estruturas silábicas e/ou sufixos, de acordo com o gráfico 10.12, embora os percentuais sofram variação, permanece uma divisão de itens entre as CATs, que possivelmente, pode ser explicada por meio da análise da conexão entre gênero linguístico e sufixo.

Do total inicial de itens, dentre 10.306 palavras terminadas em *consoante*, 8.268 são masculinas, ou 80,22% (cf. § 10.1). O percentual relativo à *filtragem* por sufixos é próximo ao percentual total, como se vê no gráfico 10.13. Restam 1.654 femininas e 384 de dois gêneros, em que certos sufixos possam ter influência sobre o gênero linguístico.

Como princípio, dos 160 sufixos avaliados, há os que seguem em absoluto o paradigma morfológico constatado na seção 10.1; outros, porém, desviam-se desse paradigma, mas constituem, em si, um paradigma relacionado a uma CAT. Existem ainda aqueles que, embora estejam majoritariamente conectados a uma CAT, apresentam uma estreita relação entre alternância de gênero e lexicalidade. Por fim, incluíram-se certas raízes, como *-mante*, *-cida*, e certas combinações entre sufixos, como *-ista* + *-ico* > *-ístico*, dentre as estruturas examinadas, uma vez que, para o falante, essas categorizações quanto à formação das palavras são indiferentes (cf. § 9.2.1 e § 9.2.2). Ainda, a fim de mitigar os efeitos de uma *filtragem* feita por caracteres, previram-se certos grafemas comumente representantes de fonemas acompanhantes desses sufixos, como *-ção*, *-ssão*. Em todos esses casos, os grafemas que serviram às *filtragens* constam ou nas tabelas ou nos comentários. As análises permitiram classificações prévias, que serão apresentadas nas seções seguintes para, ao final, tecer comentários sobre as relações entre significação, lexicalidade e gênero linguístico.

10.2.1. Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos

Denominam-se *sufixos paradigmáticos* os sufixos que são absolutamente enquadrados nos paradigmas morfológicos expostos na seção 10.1. Apresentam-se em dois níveis: no nível 1, todas as palavras pertencem a uma única CAT; no nível 2, a grande maioria das palavras pertence a uma CAT, e um número pequeno de itens, relativo à totalidade da estrutura silábica, pertence a outras CATs.

As estruturas silábicas e/ou sufixos em *-o*, de nível 1, encontram-se na tabela abaixo, na qual se registram exemplos de palavras com esses sufixos:

Gênero Masculino			Gênero Masculino		
Sufixos	Cômputo	Nomes	Sufixos	Cômputo	Nomes
1 -arão	33	casarão, lamparão, quadrarão	32 -enbo	57	ferrenbo, portenbo, terrenbo
2 -eirão	50	grosseirão, mangueirão, ribeirão	33 -ilbo	193	cursilbo, moradilbo, pacotilbo
3 -gão	103	espadagão, portagão, selagão	34 -inbo	393	adeusinbo, andorinbo, foguetinbo
4 -jão	40	varejão, granjão, requeijão	35 -onbo	20	medonbo, risonbo, tristonbo
5 -rrão	72	beberão, macharrão, santarrão	36 -zinbo	75	bacurauzinbo, dragãozinbo, pezinbo
6 -aco	230	barraco, casaco, cavaco	37 -ágio	23	pedágio, sufrágio, apanágio
7 -asco	30	basco, damasco, penbasco	38 -ário	659	aniversário, lactário, sanguíário
8 -ático	72	acrobático, hepático, glossemático, matemático	39 -ázio	17	copázio, panázio, trompázio
9 -eco	94	jornaleco, livreco, padreco	40 -ício	87	adventício, propício, interstício
10 -esco	26	arabesco, cavalheiresco, gigantesco, parentesco	41 -ônio	150	diazônio, feromônio, matrimônio
11 -ico	1284	burrico, futrico, fuxico, namorico	42 -ório	239	ambulatorio, dormitorio, observatorio
12 -isco	69	arisco, lambisco, mourisco, pedrisco	43 -ejo	126	abadejo, lugarejo, vilarejo
13 -ístico	12	balístico, característico, estatístico	44 -olo	161	casinholo, manolo, passarolo
14 -oco	122	barroco, dorminhoco, pitoco	45 -ulo	322	círculo, maiúsculo, ventrículo
15 -usco	13	ferrusco, molusco, velbusco	46 -ésimo	12	centésimo, milésimo, tricentésimo
16 -aço	194	agraço, buzinaço, chicotaço	47 -ismo	2319	arabismo, egocentrismo, presidencialismo
17 -iço	92	encharcadiço, enjoadiço, movediço	48 -íssimo	8	altíssimo, fortíssimo, novíssimo
18 -uço	30	barruço, chapuço, dentuço	49 -dieno	3	butadieno, dieno, polibutadieno
19 -ado	1399	abrutalhado, professorado, califado, barbado	50 -eno	371	benzopireno, chileno, fosfeno
20 -bundo	10	errabundo, moribundo, pensabundo	51 -uno	44	oportuno, gatuno, gorduno
21 -cundo	2	fecundo, injucundo, secundo	52 -astro	62	apoastro, musicastro, poetaastro
22 -edo	95	brinquedo, lajedo, passaredo	53 -eiro	2005	açucareiro, amassadeiro, brasileiro, travesseiro
23 -ndo	117	diplomando, educando, magistrando	54 -(oi) ouro	345	bebedeiro, chovedeiro, corredouro, seladouro
24 -udo	101	languarudo, pançudo, rechonchudo	55 -orro	29	esporro, gatorro, sapatorro
25 -áceo	35	crustáceo, herbáceo, sebáceo	56 -ustro	8	velhustro
26 -âneo	14	espontâneo, instantâneo, simultâneo	57 -oso	160	ambicioso, desventuroso, malicioso, moderno
27 -eo	1229	argênteo, férreo, lácteo, pétreo	58 -ato	507	mecenato, sindicato, assassinato
28 -íneo	62	alvíneo, apolíneo, gramíneo	59 -eto	261	adjeto, brometo, cianureto
29 -engo	34	molengo, mulberengo, realengo	60 -ito	731	cabrito, palmito, granito
30 -a(i)(u)cho	112	borracho, rabicho, gorducho	61 -mento	2745	abatimento, despendimento, nascimento
31 -elbo	68	fedelbo, grupelbo, vermelbo	62 -ivo	214	conclusivo, abortivo, adotivo

Tabela 10.6: Estruturas silábicas e ou sufixos paradigmáticos em -o (nível 1)

As estruturas silábicas e/ou sufixos inseridos na tabela acima confirmam o paradigma morfológico do conjunto genérico em *-o*. De 74 sufixos em *-o*, 62 deles são absolutamente paradigmáticos em relação ao gênero masculino. No cômputo, tem-se o total de 18.190 palavras.

As estruturas silábicas e/ou sufixos em *consoante* final são dispostos na tabela abaixo, em que se registram exemplos de formação com os sufixos:

Gênero Masculino		
Sufixos	Cômputo	Nomes
1 - <i>anzil</i>	2	<i>canzil, corpanzil</i>
2 - <i>átil</i>	1	<i>volátil</i>
3 - <i>tron</i>	32	<i>elêtron, pósitron, magnêtron</i>
4 - <i>cer</i>	16	<i>alvorecer, amanhecer, nascer</i>
5 - <i>sor</i>	121	<i>concessor, obsessor, predecessor</i>

Tabela 10.7: Estruturas silábicas e ou sufixos paradigmáticos em *consoante* (nível 1)

De 17 sufixos em *consoante*, 5 deles são absolutamente paradigmáticos em relação ao gênero linguístico. No cômputo, há o total de 172 palavras. Vale observar a fonética dos sufixos inseridos nas linhas (1) e (2) da tabela, cuja sílaba é ditongada, o que aproxima esses sufixos de palavras terminadas em *-u*, também majoritariamente do gênero masculino (cf. § 10.1).

As estruturas silábicas e/ou sufixos em *-a*, de nível 1, foram dispostos na tabela abaixo, com menção a exemplos de palavras formadas por esses sufixos:

Gênero Feminino		
Sufixos	Cômputo	Nomes
1 - <i>ança</i>	174	<i>segurança, criança, mudança, dança, esperança, confiança, liderança, cobrança, aliança, semelhança</i>
2 - <i>ença</i>	44	<i>licença, presença, diferença, doença, sentença, crença, indiferença, renascença, pertença</i>
3 - <i>ância</i>	182	<i>importância, distância, infância, vigilância, relevância, instância, observância, substância</i>
4 - <i>eia</i>	290	<i>ideia, assembleia, plateia, epopeia, panaceia, traqueia, centopeia</i>
5 - <i>ência</i>	572	<i>agência, ciência, referência, experiência, conferência, assistência, dependência, existência, previdência</i>
6 - <i>eria</i>	101	<i>galeria, parceria, bateria, periferia, joalheria, lavanderia, loteria, bilheteria, correria, carroceria</i>
7 - <i>ícia</i>	54	<i>notícia, polícia, perícia, obstetrícia, delicia, malícia, milícia, carícia, imperícia</i>
8 - <i>ória</i>	68	<i>história, memória, vitória, glória, trajetória, compulsória, conservatória, eliminatória, moratória</i>
9 - <i>dela</i>	189	<i>cidadela, olbadela, espreitadela, escapadela, rodela, piscadela, cabidela, arandela, queimadela</i>
10 - <i>aina</i>	21	<i>bocaina, comezaina, doçaina</i>
11 - <i>eína</i>	45	<i>proteína, cafeína, cisteína</i>
12 - <i>essa</i>	14	<i>abadessa, condessa, revessa, travessa</i>
13 - <i>eza</i>	183	<i>natureza, beleza, certeza, limpeza, fortaleza, pobreza, riqueza, tristeza</i>
14 - <i>zinha</i>	21	<i>mãozinha, mulherzinha, belezinha, sinhazinha, manhazinha, vovozinha, fezinha</i>
15 - <i>ária</i>	213	<i>necessária, ordinária, culinária, agropecuária, secretária, diária, veterinária, pecuária, judiciária</i>
16 - <i>isa</i>	36	<i>poetisa, sacerdotisa, profetisa, diaconisa</i>
17 - <i>lha</i>	93	<i>ilha, cartilha, aselha, abelha</i>
18 - <i>menta</i>	14	<i>ferramenta, vestimenta, tormenta</i>

Tabela 10.8: Estruturas silábicas e ou sufixos paradigmáticos em *-a* (nível 1)

As estruturas silábicas incluídas na tabela acima incorporam sufixos que confirmam o paradigma morfológico quanto a palavras terminadas em *-a* serem do gênero feminino. Embora nem todas as 2.314 palavras incluídas no cômputo possam ser formadas pelos sufixos mencionados, é possível afirmar que, de 51 sufixos terminados em *-a*, 18 formam apenas palavras do gênero feminino.

Em seguida, apresentam-se as estruturas silábicas e/ou *sufixos paradigmáticos* de nível 2, isto é, aqueles que majoritariamente se conectam a um único gênero linguístico, ainda que abriguem itens de outros gêneros. Esses casos de gênero destoante devem receber uma análise pormenorizada, que será sugerida a respeito de unidades pertencentes ao conjunto genérico em *-o*. Quanto aos demais conjuntos genéricos ora estudados, far-se-á tão somente a menção das unidades linguísticas que não apresentam o mesmo gênero linguístico das demais unidades de seu grupo.

As estruturas silábicas e/ou sufixos em *-o*, mencionados na tabela abaixo, relacionam-se ao gênero masculino, CAT 1, e apresentam certos itens conectados às demais CATs, mencionados nos exemplos:

Gênero Masculino			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1 <i>-ido</i>	Masc.	341	<i>absorvido, iludido, oprimido</i>
	Fem.	1	<i>libido</i>
2 <i>-io</i>	Masc.	2373	<i>bravio, casario, mulherio, senborio</i>
	Dois Gên.	1	<i>tamoio</i>
3 <i>-elo</i>	Masc.	231	<i>farelo, libelo cerebelo</i>
	Dois Gên.	1	<i>supermodelo</i>
4 <i>-ano</i>	Masc.	1573	<i>cotidiano, canceriano, samaritano</i>
	Dois Gên.	1	<i>soprano</i>
5 <i>-ino</i>	Masc.	702	<i>bragantino, leonino, sulfurino</i>
	Dois Gên.	1	<i>otorrino</i>
6 <i>-ento</i>	Masc.	97	<i>avarento, fumarento, peçonbento</i>
	Dois Gên.	1	<i>sargento</i>
7 <i>-oto</i>	Masc.	143	<i>perdigoto, feirote</i>
	Fem.	7	<i>aerofoto, foto, microfoto, monofoto, radiofoto, rotofoto, telefoto</i>

Tabela 10.9: Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos em *-o* (nível 2)

No cômputo, apresentam-se 5.473 palavras, das quais 5.460 são do gênero masculino.

A abordagem proposta não abarca explicações de casos destoantes. É preciso investigar as unidades linguísticas a partir das seguintes perspectivas: examinar as acepções; pesquisar a etimologia; analisar as partes que constituem as unidades linguísticas, em contraste com sua significação.

Dentre os desvios, que contabilizam 13 itens, há palavras formadas pelos sufixos e outras que não o são. Palavras formadas pelo sufixo em questão são *supermodelo* (linha 3) e *sargento* (linha 6), cujo uso associado aos dois gêneros se relaciona à distinção dos sexos. A palavra *libido* provém do lat. *libido*, da 3ª decl., e *soprano*, do it. *soprano*; ambas as palavras mantiveram o gênero da língua de empréstimo. A etimologia de *tamoio* é desconhecida, mas se sabe, por sua significação (“denominação dada a indígena do grupo dos tupinambás que habitava a costa brasileira, do Norte de São Paulo a Cabo Frio, e o vale do Paraíba RJ”), que a alternância de gênero se dá pela designação dos sexos, além de a formação não incluir o sufixo *-io*,

Existem também palavras criadas por redução, como *otorrino* (linha 5) e *foto* (linha 7), a partir de, respectivamente, *otorrinolaringologista* e *fotografia*, com a manutenção do gênero linguístico. Ainda, na linha 7, as demais palavras são derivadas da forma reduzida *foto*. Nesses casos, é evidente não haver formação pelo sufixo.

As estruturas silábicas e/ou sufixos em *-a*, constantes da tabela abaixo, relacionam-se ao gênero feminino. Apresentam-se exemplos dos casos prototípicos, vinculados aos sufixos, e mencionam-se todos os casos de desvio do protótipo:

Gênero Feminino			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1 -aca	Fem.	8	amoniaca, dionisiaca, ninfomaniaca
	Dois Gên.	1	ariaca
2 -ada	Fem.	1582	agoniada, arrochada, cadeirada
	Masc.	5	anspeçada, bateada, enxada, jumada, nada
	Dois Gên.	3	almóada, camarada, nômade
3 -anca	Fem.	30	bicanca, pelanca, potranca
	Masc.	2	tanca, vilafranca
4 -ica	Fem.	715	aritmética, química, técnica
	Masc.	11	beijucica, beijuteica, beijuxica, curucucica, fubica, ingaxixica, magnífica, mumbica, sabiacica, tuitiririca, vaiesica
	Dois Gên.	3	beberrica, mobica, tremelica
5 -oca	Fem.	158	bicharoca, boboca, beijoca
	Masc.	11	araçaripoca, cala-boca, jaguapoca, jauapoca, jerupoca, muriçoca, sabiapoca, sapipoca, saripoca, taoca, ubiraçoca
	Dois Gên.	9	belezoca, cariboca, coroca, curiboca, sanzoca, jauapoca, judoca, pioca, taioca
6 -a(i)(u)cha	Fem.	61	barbicha, cornicha
	Masc.	1	cuacha
7 -alha	Fem.	91	cangalha, gentilha, migalha
	Masc.	1	espalha
	Dois Gên.	1	tartalha
8 -ilha	Fem.	228	barriguilha, cartilha, gazetilha
	Masc.	4	cajetilha, gorilha, potrilha, xinxilha
	Dois Gên.	5	cabecilha, espadilha, farronpilha, fervilha, figurilha

9	-inba	Fem.	484	<i>alagoinba, biquinba, calcinba</i>
		Masc.	14	<i>amintinha, carainba, coleirinha, croinha, faquinba, ferreirinha, flanelinha, fusquinba, lacerdinha, manduquinba, nadinba, risadinba, rosquinba, tiribinha</i>
		Dois Gên.	5	<i>capetinha, chochinba, dunguinba, linguinba, trombadinha</i>
10	-ocha	Fem.	17	<i>cocha, talocha</i>
		Masc.	1	<i>bambocha</i>
		Dois Gên.	1	<i>cabrocha</i>
11	-aria	Fem.	519	<i>infantaria, frutaria, relojoaria, sapataria</i>
		Masc.	1	<i>maria</i>
		Dois Gên.	2	<i>taria, xaria</i>
12	-ia	Fem.	7915	<i>apologia, fonologia, burguesia, regalia</i>
		Masc.	21	<i>abacutaia, acaraaia, acarapirambocaia, aratubaia, cipotaia, combóia, dia, guacucua, libéria, luzia, marambaia, microdia, niaia, paranabóia, pirarucubóia, piticaia, pitigaia, sanquia, sâquia, tigrínia, xenágia</i>
		Dois Gên.	8	<i>atalaia, bisbórria, capitânia, esfria, espítria, lambisgóia, sósia, xátia</i>
13	-ela	Fem.	323	<i>donzela, mazela, cantela, tabela</i>
		Masc.	5	<i>aconitela, batissela, briguela, caxarela, mustela</i>
		Dois Gên.	4	<i>banguela, benguela, magricela, magrizela, matusquela</i>
14	-ila	Fem.	174	<i>apostila, fosforila, propila</i>
		Masc.	4	<i>crila, gila, gorila, machila</i>
		Dois Gên.	2	<i>frila, pisquila</i>
15	-ula	Fem.	284	<i>célula, gotícula, clausúla, cópula</i>
		Masc.	4	<i>actínula, brótula, álbula, rábula</i>
		Dois Gên.	2	<i>gandula, especula</i>
16	-eima	Fem.	11	<i>boleima, guloseima, sobreteima</i>
		Dois Gên.	1	<i>guleima</i>
17	-ena	Fem.	124	<i>cinquentena, dezena, novena</i>
		Dois Gên.	9	<i>ádvena, alienígena, celígena, indígena, macotena, nilígena, rurígena, torena, naerequena</i>
18	-ina	Fem.	1232	<i>doutrina, oficina, cafeína, morfina</i>
		Masc.	9	<i>azina, carapina, carpina, dina, duzina, microlina, piina, quinina, ripina</i>
		Dois Gên.	8	<i>calina, campolina, china, curina, estroina, rezina, traquina, tupina</i>
19	-ona	Fem.	223	<i>brincalbona, bichona, acetona</i>
		Masc.	1	<i>quinidrona</i>
		Dois Gên.	1	<i>cafona</i>
20	-arra/-orra	Fem.	86	<i>bicarra, machorra</i>
		Masc.	2	<i>agarra, baitarra</i>
		Dois Gên.	1	<i>bandarra</i>
21	-eira	Fem.	1440	<i>adubadeira, baboseira, figueira</i>
		Masc.	2	<i>matintapereira, talaveira</i>
22	-ura	Fem.	950	<i>abreviatura, abotoadura, brancura, censura</i>
		Dois Gên.	3	<i>taura, ticura, zura</i>
23	-esa	Fem.	49	<i>baronesa, duquesa, polonesa</i>
		Dois Gên.	1	<i>mesa</i>

Tabela 10.10: Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos em -a (nível 2)

De 16.873 palavras formadas por essas estruturas silábicas e/ou sufixos, 16.704 são do gênero feminino e reafirmam o paradigma morfológico em *-a* vinculado à CAT 2. Os desvios totalizam 169 palavras, que requerem outras abordagens ¹⁷⁶.

As estruturas silábicas e/ou sufixos em *consoante* são dispostos na tabela abaixo. Mantém-se a menção a exemplos vinculados aos sufixos e a todos os desvios em relação à CAT predominante:

Gênero Masculino			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1	<i>-el</i>	Masc.	209 <i>cruel, fiel, invisível</i>
	Fem.	2	<i>babel, raquel</i>
	Dois Gên.	2	<i>infel, pinel</i>
2	<i>-il</i>	Masc.	173 <i>fabril, pernil, varonil</i>
	Fem.	1	<i>redondil</i>
	Dois Gên.	7	<i>débil, fútil, imbecil, inútil, osmanil, púgil, vil</i>
3	<i>-ol</i>	Masc.	253 <i>espanhol, lençol, farol</i>
	Fem.	2	<i>autopatrol, patrol</i>
	Dois Gên.	2	<i>mongol, reinol</i>
4	<i>-im</i>	Masc.	496 <i>bandolim, jardim, manequim, trampolim</i>
	Fem.	12	<i>abelhamirim, amorim, bacabamirim, cabamirim, cunbantaim, iraxim, mandurim, mirim, oçânhim, tanchim, tapicum, varandim</i>
	Dois Gên.	16	<i>abexim, afim, asquenazim, cbim, ebômim, fateusim, lemosim, marrim, moslim, muçurumim, muslim, mucurumim, oçânhim, picuim, sefardim, xarapim</i>
5	<i>-ar</i>	Masc.	295 <i>paladar, patamar, parlamentar</i>
	Fem.	11	<i>almanjar, alvaçar, circular, elementar, jugular, labiovelar, madagascar, perpendicular, preamar, termonuclear, tubinar</i>
	Dois Gên.	17	<i>auxiliar, binocular, escolar, insular, magiar, mudéjar, parlamentar, peninsular, potiguar, secular, subtítular, torcular</i>
6	<i>-or</i>	Masc.	3643 <i>amor, clamor, rumor</i>
	Fem.	6	<i>cor, descor, dolor, dor, flor, sóror</i>
	Dois Gên.	5	<i>color, escaramuçador, pretendedor, sensabor, timor</i>
7	<i>-az</i>	Masc.	70 <i>doidarraç, negralbaç</i>
	Fem.	2	<i>paç, tenaç</i>
	Dois Gên.	13	<i>beberraç, carnivoraç, contumaç, herbivoraç, incapaç, lambaraç, linguaraç, poltranaç, sequaç, tolaç, truanaç, vilanaç</i>

Tabela 10.11: Estruturas silábicas e/ou sufixos paradigmáticos em *consoante* (nível 2)

De 5.237 palavras, 5.139 pertencem à CAT 1. Vale observar que as seguintes estruturas silábicas e/ou sufixos *-el*, *-il*, *-ol* são foneticamente próximos das palavras terminadas em *-u*, devido ao som vocálico final. Pertencem ou ao gênero feminino ou se apresentam sob dois gêneros 98 palavras, sobre as quais é preciso desenvolver outro tipo de análise.

¹⁷⁶ Certas exceções quanto à predominância do gênero feminino, relacionadas às estruturas silábicas e/ou sufixos em *-ia*, *-aria*, *-aca*, *-ica*, *-anca*, *-oca*, foram comentadas na seção 10.2.

Diante do exposto, é possível apresentar o seguinte quadro:

A. Conjunto genérico em -a

Analisaram-se 19.187 palavras, das quais 19.018 formadas pelas estruturas silábicas e/ou sufixos ora mencionados pertencem à CAT 2, ou 65% das palavras de gênero feminino em -a (cf. § 10.1). Quanto aos sufixos, de 51, 18 são exclusivos de palavras do gênero feminino; outros 23 majoritariamente formam palavras femininas.

B. Conjunto genérico em -o

Analisaram-se 23.663 palavras, das quais 23.650 formadas pelas estruturas silábicas e/ou sufixos ora mencionados pertencem à CAT 1, ou 70 % das palavras de gênero masculino em -o (cf. § 10.1). Dentre os 74 sufixos em -o, 62 deles formam exclusivamente palavras do gênero masculino, e outros 7 majoritariamente formam palavras masculinas.

C. Conjunto genérico em *consoante*

Analisaram-se 5.409 palavras, das quais 5.311 formadas pelas estruturas silábicas e/ou sufixos ora mencionados pertencem à CAT 1, ou 64 % das palavras de gênero masculino em *consoante* (cf. § 10.1). Do total de 17 sufixos, 5 formam exclusivamente palavras masculinas, e outros 7 formam majoritariamente palavras de gênero masculino.

Embora, nesse cômputo, haja palavras que não sejam formadas pelos sufixos mencionados, aquelas que o são se vinculam apenas a uma CAT. Desse modo, o gênero linguístico é uma categoria morfológica, uma vez que cada gênero se vincula a uma dada forma, participando da significação da unidade linguística.

Quanto ao conjunto genérico em -o e as estruturas silábicas e/ou sufixos apresentados, a investigação das razões que estão por trás dos desvios em relação ao paradigma morfológico contribui para compreender a alternância do gênero linguístico na mudança da *referência*. Tanto *sargento* quanto *supermodelo*, ainda que possam, no aspecto formal, pertencerem ao gênero masculino, a alternância de gênero promove a mudança de *referência*.

10.2.2. Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados

Os *sufixos desagregados* não seguem o paradigma morfológico apresentado na seção 10.1, isto é, vogais ou consoantes finais destoam da tendência apresentada pela maioria dos itens de seu conjunto genérico. Por essa razão, por meio dessa categoria explicam-se, em certa medida, os percentuais de desvios encontrados nas análises de cada conjunto genérico.

Examinada a totalidade de itens, viu-se que o conjunto genérico em *-e* situava-se entre as CATs 1, 2 e 3. Em cotejamento, enquanto unidades linguísticas do conjunto genérico em *-a* e em *-o* se associam, respectivamente, ao gênero feminino e ao masculino, os itens em *-e* podem, inerentemente, associar-se a ambos os gêneros ou a uma combinação de ambos. Assim, as estruturas silábicas e/ou sufixos em *-e*, apresentados nesta seção, destoam-se-iam dessa qualidade inerente porque se conectam absolutamente ou majoritariamente a uma única CAT, mas essa peculiaridade precisa ser examinada.

As estruturas silábicas e/ou sufixos apresentados na tabela abaixo contêm itens exclusivos da CAT 2. Pertence a essas estruturas morfológicas o total de 2.587 unidades linguísticas. Mencionam-se exemplos de formações por esses sufixos:

Gênero Feminino			
Sufixos	Cômputo	Nomes	
1 -ície	13	<i>calvície, imundície, superfície</i>	
2 -(d)ade	2513	<i>felicidade, solidariedade, temporaneidade</i>	
3 -tude	61	<i>finitude, latitude, negritude</i>	

Tabela 10.12: Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em *-e* (CAT 2 - itens exclusivos)

As estruturas silábicas e/ou sufixos constantes da tabela abaixo formam predominantemente itens pertencentes à CAT 2, embora exista um número menor pertencente às demais categorias. Totalizam 857 itens, dos quais são mencionados exemplos de formação pelo sufixo e todos os itens das demais CATs:

Gênero Feminino			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1 -ade	Fem.	41	<i>amizade, metade, tempestade</i>
	Masc.	10	<i>abade, alvaiade, andrade, arquibade, cade, confrade, frade, jade, podestade, upanixade</i>
	Dois Gên.	5	<i>ácade, almôade, árcade, nômade, seminômade</i>
2 -ale	Fem.	170	<i>bromeliale, calicerale, eriocaulale</i>
	Masc.	16	<i>abedale, adobale, adubale, atabale, bale, cactale, diale, dobale, hemerocale, martingale, pervale, timbale, triticale, uale, vale, xale</i>
	Dois Gên.	1	<i>cale</i>
3 -ose	Fem.	613	<i>equimose, fitose, glucose</i>
	Dois Gên.	1	<i>virtuose</i>

Tabela 10.13: Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em *-e* (CAT 2 - itens majoritários)

Na seção 10.1, viu-se que, de 15.473 palavras do conjunto genérico em *-e*, 6.165 pertenciam à CAT 2. Considerado apenas o cômputo relativo ao gênero feminino, tem-se 3.411 palavras, isto é, as estruturas silábicas e/ou sufixos apresentados nas tabelas 10.12 e 10.13 são responsáveis por 55% das palavras de gênero feminino do conjunto genérico em *-e*.

As estruturas silábicas e/ou sufixos mencionados na tabela abaixo formam palavras majoritariamente pertencentes à CAT 1, isto é, de 510 palavras, 491 são do gênero masculino. Exemplos de formação pelos sufixos e todos os itens das demais categorias são citados:

Gênero Masculino			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1	-ode	Masc.	83 <i>branquiópode, escafópode, pseudópode</i>
		Fem.	2 <i>ode, tripode</i>
		Dois Gên.	1 <i>jipópode</i>
2	-ame	Masc.	109 <i>enxame, folhame, vasilhame</i>
		Fem.	1 <i>madame</i>
		Dois Gên.	1 <i>infame</i>
3	-ume	Masc.	51 <i>cardume, ciúme, curtume, pretume</i>
		Dois Gên.	1 <i>rume</i>
4	-estre	Masc.	16 <i>bimestre, campestre, semestre</i>
		Dois Gên.	2 <i>ancestre, extraterrestre</i>
5	-ote	Masc.	232 <i>filbote, cangote, papelote</i>
		Fem.	5 <i>charlote, epiglote, glote, mascote, proglote</i>
		Dois Gên.	6 <i>culote, girigote, huguenote, pexote, risote, zote</i>

Tabela 10.14: Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em -e (CAT 1 - itens majoritários)

No conjunto genérico em -e, há 4.635 palavras masculinas (cf. § 10.1), das quais 10% são formadas por essas estruturas silábicas e/ou sufixos.

As estruturas silábicas e/ou sufixos presentes na tabela abaixo formam majoritariamente palavras da CAT 3, ou seja, de 3.355 palavras, 3.341 são de dois gêneros. Citam-se exemplos de formação pelo sufixo e todos os demais casos pertencentes as outras CATs, além de incluir, nessa categoria, uma raiz de origem grega:

Dois Gêneros			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1	-ense	Dois Gên.	3244 <i>açoriense, apiacaense, pontalense</i>
		Masc.	4 <i>circense, maldivense, solutrense, suspense</i>
		Fem.	2 <i>santamarense, tense</i>
2	-mante	Dois Gên.	97 <i>aclamante, amante, reclamante</i>
		Masc.	8 <i>antiespumante, diamante, extremante, formante, maximante, minimante, pseudodiamante, queimante</i>

Tabela 10.15: Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em -e (CAT 3 - itens majoritários)

A inclusão de -mante (do gr. μάντις), raiz de origem, grega relacionada a nomes em -mancia (em latim, -mantia, do grego μαντεία), como *cartomancia*, justifica-se pela abordagem proposta, comentada no início deste capítulo.

Na seção 10.1, constatou-se que 4.673 palavras do conjunto genérico em *-e* pertencem à CAT 3. Desse total, 71% são formadas pelas estruturas silábicas e/ou sufixos constantes da tabela 10.15.

As estruturas silábicas e/ou sufixos em *consoante* constantes da tabela abaixo formam majoritariamente palavras pertencentes à CAT 2. Mencionam-se exemplos de formação pelos sufixos e todos os casos das demais categorias:

Gênero Feminino			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1	-gem	Fem.	815 <i>bobagem, viagem, ferrugem</i>
	Dois Gên.	2	<i>almargem, personagem</i>
2	-ez	Fem.	159 <i>escassez, liquidez, sensatez</i>
	Masc.	12	<i>almofrez, aximes, dez, endez, entremez, enxadrez, indez, jaez, lechetrez, pez, xadrez, xerez</i>
3	-triz	Fem.	51 <i>automotriz, imperatriz, separatriz</i>
	Masc.	1	<i>triz</i>
	Dois Gên.	1	<i>interpolatriz</i>

Tabela 10.16: Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em *consoante* (CAT 2 - itens majoritários)

De 1.041 palavras, 1.025 pertencem exclusivamente ao gênero feminino. Assim, de 1.654 palavras femininas em *consoante* (cf. § 10.1), as estruturas silábicas e/ou sufixos acima são responsáveis por 62% desse total.

O conjunto genérico em *-o*, ainda que em valores percentuais menores, também apresenta parte de seus itens de formação alheios ao paradigma morfológico visto na seção 10.1. Na tabela abaixo, apresentam-se as estruturas silábicas e/ou sufixos pertencentes à CAT 2; contudo, diferentemente do procedimento até então adotado, mencionam-se apenas exemplos das formações pelos sufixos e das formações pertencentes as outras categorias, quando se tratar de itens numerosos:

Gênero Feminino			
Sufixo	Gênero	Cômputo	Nomes
1	-(i)dão	Fem.	77 <i>devassidão, imensidão, lentidão, rouquidão, vaguidão, vermelhidão</i>
2	-são	Fem.	207 <i>versão, decisão, visão, divisão, extensão, conclusão, etc.</i>
	Masc.	40	<i>brasão, tesão, parmesão, sansão, cortesão, etc.</i>
3	-ção	Fem.	4315 <i>informação, educação, administração, legislação, publicação, etc.</i>
	Masc.	58	<i>coração, cabeção, carroção, criação, pescoção, autolotação, etc.</i>
4	-ssão	Fem.	94 <i>discussão, impressão, comissão, sessão, missão, etc.</i>
	Masc.	4	<i>arremessão, fenossão, robissão, travessão</i>

Tabela 10.17: Estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados em *-o* (CAT 2 - itens majoritários)

De 4.795 palavras formadas por essas estruturas silábicas e/ou sufixos, 4.693 são do gênero feminino. Na seção 10.1, viu-se que, no conjunto genérico em *-o*, 4.893 palavras pertenciam à CAT 2, logo, os sufixos mencionados na tabela x são responsáveis por 96% desse total de palavras femininas.

Existem certas peculiaridades inerentes a essas estruturas silábicas e/ou sufixos. De um lado, é necessário um estudo pormenorizado dos itens de desvio, que não são poucos, nos casos de *-são* e *-ção*. Procurou-se, na *filtragem*, mitigar efeitos de uma profusão morfológica por meio da inserção de grafemas comumente associados a *-ão*; no entanto, os exemplos citados evidenciam haver identidade de grafemas entre sufixos operantes em *nomina actionis*, em *nomina essendi*, em *gentílicos* e em *aumentativos*, dentre outras possíveis significações, que serão tratadas na próxima seção. Por outro lado, não se pode ignorar o percentual expressivo de itens exclusivos da CAT 2 e, ainda, o fato de esses itens constituírem quase a totalidade de palavras femininas do conjunto genérico em *-o*.

10.2.3. Estruturas silábicas e/ou sufixos complexos

Os *sufixos complexos* apresentam peculiaridades que envolvem o tipo de formação, a polissemia do sufixo, sua origem e a identidade formal entre sufixos cuja origem é distinta, isto é, um mesmo grafema representa dois ou mais sufixos distintos. Em certos casos, é possível apontar uma dada propriedade conectada a uma das CATs; em outros, é necessária uma análise qualitativa das unidades linguísticas. Por essa razão, as estruturas silábicas e/ou sufixos foram divididos em três grupos, formando categorias cujos itens têm em comum uma propriedade prototípica.

1) Sufixos multicategoriais

O primeiro grupo é formado pelos *sufixos multicategoriais*, assim denominados porque sua propriedade prototípica consiste na alternância de gênero, isto é, embora possam predominantemente se conectar a um gênero linguístico, essa conexão não é indelével. Além da prototipicidade, outras propriedades são observadas, porém não se aplicam a todos os casos:

- A. formam, muitas vezes, palavras classificadas como adjetivos;
- B. participam de unidades cuja significação expressa sobre o objeto da referência uma qualidade ou um atributo;
- C. compõem certas unidades que se conectam a uma CAT para expressar uma referência para além da significação;
- D. formam certas unidades cujo gênero linguístico é determinado pelo referente.

Na tabela abaixo, encontra-se o cômputo relativo a cada estrutura silábica e/ou sufixo, divididos nas CATs:

SIL/SUF	CAT 1	CAT 2	CAT 3
	somente masc	somente fem	somente 2 gên
<i>-al</i>	901	84	75
<i>-vel</i>	54	5	26
<i>-oide</i>	166	45	27
<i>-nte</i>	481	70	699
<i>-ista</i>	36	35	2228

Tabela 10.18: Sufixos multicategoriais

Destacam-se, acima, as categorias numericamente superiores de cada grafema. Como se vê, *-al*, *-vel* e *-oide* formam majoritariamente nomes masculinos, e *-nte* forma um número de itens de gênero masculino bastante próximo do número de itens de dois gêneros, ainda que este seja superior. A superioridade numérica, no entanto, não é um fator determinante para que esses sufixos constituam um paradigma morfológico conectado a uma CAT. As razões pelas quais isso ocorre serão expostas a seguir.

O sufixo *-al*, do latim, *-ālis*, *-āle*, apresenta-se bastante produtivo, no *corpus*, especialmente vinculado ao gênero masculino. Forma nomes que designam **tipicidade** – *normal*, *formal* –, **propriedade** – *cloral*, *vegetal* –, **localidade** – *hospital*, *tribunal* –, **quantidade** ou **coletividade** – *pombal*, *milharal*. Cada um desses significados prototípicos pode estar ligado a um gênero linguístico, e o exame de alguns itens traz indícios:

Gênero Feminino

1. capital: principal cidade de um país, estado, província etc., onde se concentra a alta administração
2. vertical: reta perpendicular a uma reta horizontal ou a um plano horizontal
3. pastoral: a) circular ('comunicação') de conteúdo religioso e/ou moral, emanada do papa ou de um bispo, e dirigida aos padres ou aos fiéis
b) nos sXV e XVIII, tipo de representação teatral com música e dança, baseada em temas campestres
c) composição poética com tema idílico ou pastoril; écloga
d) relativo à música de temática, idílica ou pastoril
e) tipo de composição vocal ou instrumental, ger. com bordão
4. bienal: evento cultural, artístico, que ocorre a cada dois anos
5. catedral: diz-se de ou igreja principal de uma diocese, onde se encontra o trono episcopal; sé, matriz

Dois Gêneros

6. profissional: que ou aquele que exerce por profissão determinada atividade
7. convencional: membro de uma convenção ('assembleia')

8. marginal: que ou quem vive à margem da sociedade, desconsiderando a lei e a moral; delinquente, fora da lei, criminoso
9. homossexual: que ou aquele que sente atração sexual e/ou mantém relação amorosa e/ou sexual com indivíduo do mesmo sexo
10. neoliberal: relativo ao neoliberalismo ou adepto dessa doutrina

Viu-se que palavras terminadas em consoante pertencem predominantemente à CAT 1, assim como ocorre com aquelas terminadas em *-u* (cf. § 10.1), a que podem ser fonologicamente associadas as palavras com o sufixo *-al*. No *corpus*, constam palavras de gênero feminino e de dois gêneros que, quando analisadas, têm acepções cuja referência pode estar, de alguma maneira, associada a outro signo, em relação de contiguidade: em “a capital”, tem-se “cidade”; em “a vertical”, tem-se “reta”; em “a pastoral”, tem-se “circular”, “música”, “dança”, “poesia”; em “a bienal”, tem-se “exposição”; em “a catedral”, tem-se “igreja”.

Ainda que não se possa afirmar que esses signos contingenciais foram determinantes do gênero de palavras femininas e de dois gêneros, é possível inferir que a elaboração mental da referência se fundamenta na conexão entre o signo linguístico e o gênero. Uma vez associados, o emprego de um signo em certo gênero passa a representar uma referência, ainda que a associação possa ter surgido por elipse, como, hipoteticamente, em “a cidade capital” ou em “a exposição bienal”, sintagmas nos quais se pode omitir, respectivamente, *cidade* e *exposição*. Isso ocorre porque, do ponto de vista formal, o sufixo não se associa a um único gênero, o que lhe garantiria pertencer a um paradigma morfológico, mas sim da conexão entre signos, ou de semioses, que são fenômenos cognitivos representados por signos linguísticos. O mesmo pode ser dito das palavras de dois gêneros, em que, por meio da alternância de gênero, se expressa o sexo do referente. Nesses casos, o sufixo *-al*, embora apresente uma tendência de formar palavras de gênero masculino, do mesmo modo, permite a distinção de referências por meio da alternância de gênero linguístico, seja quando se associa à CAT 2, seja quando se associa à CAT 3.

O sufixo *-vel*, do latim, *-bilis*, *-ilis*, forma nomes classificados como adjetivos, que denotam **qualidade** ou **propriedade** – *amável*, *razoável*, *variável*. Os itens constituintes do *corpus* atuam como substantivos, cuja referência se associa ao gênero:

Gênero Masculino

1. automóvel: qualquer veículo, movido a motor de explosão, ger. de quatro rodas, que se destina ao transporte de passageiros ou carga; carro, auto
2. comestível: gêneros alimentícios, víveres

Gênero Feminino

3. variável: a) elemento básico a que se podem atribuir diferentes valores e que entra na composição de um conjunto

- b) posição de armazenamento que contém um tipo de dados que podem ser modificados ao longo da execução do programa (Informática)
 - c) símbolo us. para um objeto particular de uma classe determinada de objetos (Lógica)
 - d) símbolo que representa qualquer um dos elementos de um conjunto (Matemática)
 - e) quantidade que pode assumir qualquer um dos valores de um conjunto de valores (Matemática)
4. locomóvel: máquina a vapor ou de motor a explosão montada sobre rodas, adaptável à necessidade de mudanças de localização utilizada nos trabalhos agrícolas, de construção civil etc.

Dois Gêneros

5. responsável: a) que ou aquele que responde pelos seus atos ou pelos de outrem; que têm condições morais e/ou materiais de assumir compromisso
 b) que ou aquele que deve prestar contas perante certas autoridades
 c) que ou aquele que tem culpa, que foi causador (de algo)
 d) que ou aquele que possui responsabilidade
6. presidenciável: a) que ou quem é passível de ser indicado ou de se apresentar para uma presidência, esp. a da República
 b) que ou quem tem possibilidade de se eleger presidente da República
 c) que ou quem está apto, sob o ponto de vista da lei, para concorrer a uma presidência ou a eleger-se presidente, esp. da República

Primeiramente, é possível que o gênero a que pertence o signo linguístico advenha de outro signo linguístico ou signo contingencial a que está associado. Dentre as palavras de gênero feminino, *locomóvel* pode ter seu gênero associado à *máquina*, pelos mesmos motivos apresentados nas palavras de gênero feminino formadas pelo sufixo *-al*. São hipóteses plausíveis, ainda que não determinantes. No caso de *automóvel*, esse signo linguístico contingencial pode ser *veículo*, *carro*. No caso de *comestível*, o signo associado pode ser *alimento*, embora a etimologia da palavra remonte ao português arcaico, de acordo com Viaro (2011, p. 250). O autor menciona o particípio *comesto*, que teria originado *comestível*.

Cabe uma comparação com outra formação cuja base é um particípio. A palavra *refeição*, no português, vem do latim, e o seu percurso, segundo Viaro (2011, p. 250), pode assim ser representado:

refeição < port arc *refeição* † < lat *refectionem* ← lat *refectio* ← lat *refectus* ← lat *refacere* > *refazer*

No percurso, o particípio latino *refectus* é o radical de *refectionem*. Em latim, palavras cujo nominativo era *-io*, acusativo *-ionem*, pertenciam ao gênero feminino, assim como ocorre com as palavras em *-ção*, no português, vernáculas ou herdadas do latim. Nesses casos, tanto em latim quanto em português, o sufixo determina o gênero linguístico, mas isso não ocorre com certos

sufixos, cuja associação ao gênero depende de relações para além do paradigma morfológico, muitas vezes, de difícil determinação, como se verá a seguir.

A ausência de determinação de um signo contingencial fica bastante evidente em *variável*, o que requer um conjunto de fatores a ser considerado. No Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2001; 5.4), informa-se que, quanto à ordem da sucessão das acepções, o critério para registro das rubricas é a alfabetação dos nomes das respectivas áreas. Em *variável*, as acepções (b)-(e) são rubricas; e, como se sabe, as áreas da Matemática e da Lógica são anteriores à Informática. Nas acepções registradas para a Lógica e para a Informática, o núcleo da informação é, respectivamente, *símbolo* e *quantidade*. Como a palavra pertence ao gênero feminino, a associação à *quantidade* parece óbvia, porém a antiguidade do termo, data do séc. XV, e sua relação com áreas de especialidade requerem investigações de outra natureza. Na obra, aponta-se que *variável*, no português, vem do latim *vāriābilis*; no entanto, o que conecta o termo ao gênero feminino é seu uso em um campo específico do conhecimento.

Com o mesmo sufixo, as palavras alternantes entre dois gêneros, *responsável* e *presidenciável* apresentam conexão com os sexos. De um lado, fica evidente a causa da alternância entre gêneros; por outro lado, esse uso alternante não afeta a referência em si, mas o objeto da referência.

O sufixo *-nte*, do lat. *-ns*, *-ntis*, forma nomes, em sua maioria, ora masculinos, ora de dois gêneros, mas também, em menor número, nomes femininos. Depreendem-se três significados prototípicos¹⁷⁷, a depender da raiz ou do radical a que se agrega: **agente** – *debutante*, *presidente*; **propriedade** – *adoçante*, *corante*; **local** – *restaurante*, *lançante*.

Quanto aos nomes de dois gêneros em *-nte*, há predominantemente os que designam agentes humanos, e o gênero masculino ou feminino designa sexo ou identidade de gênero: *cliente*, *docente*, *estudante*, *correspondente*, *assinante*, dentre outros.

Dentre os nomes femininos, existem aqueles que, claramente, são somente femininos porque representam referências vinculadas ao sexo e à natureza inerente a esse sexo, como *gestante*, *parturiente*. Também há nomes formados no latim, de gênero feminino exclusivo, como *fonte*, *nascente* e *corrente*, no sentido de, respectivamente, “local onde brota a água”, “ponto onde nasce um curso da água”, “movimento próprio das águas”, sugerindo um possível campo semântico, em que o

¹⁷⁷ Cf. estudos de Rio-Torto et al (2013). Essas pesquisas trazem categorias semânticas e paráfrases mais específicas do sufixo que, embora possam ser subcategorias dos significados prototípicos mencionados, afirmam sua polissemia, em grande parte, para além de sua origem latina, de base participial. O participio presente latino ora atuava como nome, ora como verbo, condição da qual provém a noção de propriedade vinculada à de agente, conforme se discute a seguir.

gênero forma um paradigma. Contudo, outras peculiaridades desses signos trazem outras dificuldades:

- a) *Fons*, *-ntis*, no latim, étimo de *fonte*, na acepção dada acima, era palavra masculina (GAFFIOT, 2016 [1923]). No latim tardio, a palavra torna-se feminina e, no latim eclesiástico, assume a acepção de “água de batismo” ou “local de batismo” e passa à maioria das línguas românicas (ERNOUT e MEILLET, 2001[1932]). *Fonte*, no português, também tem acepção de “conjunto das letras de uma caixa tipográfica, formado por um mesmo caractere e um mesmo corpo”, no domínio das Artes Gráficas, e de “conjunto completo de letras, números, sinais tipográficos e caracteres especiais com características tipográficas comuns”, no domínio da Informática. Em cotejamento com *fonte*, de étimo latino, *fonte*, termo das Artes Gráficas, é uma extensão de sentido advinda do francês *font*, e *fonte*, termo da Informática, vem do inglês *font*; nessas línguas, a origem é latina (ERNOUT e MEILLET, 2001 [1932]; MURRAY, 1933). Em todas as acepções, emprega-se o gênero feminino. Há, ainda, outras acepções.
- b) *Nascens*, *-ntis*, no latim, étimo de *nascente*, no português, era particípio presente e adjetivo (GAFFIOT, 2016 [1923]). No português, além da acepção acima, a palavra significa “nascer do Sol”, no gênero masculino.
- c) *Currens*, *-ntis*, no latim, étimo de *corrente*, era adjetivo e particípio presente (GAFFIOT, 2016 [1923]). No português, a palavra assume outras acepções, tais como “série ou cadeia de argolas metálicas”, “qualquer conjunto de argolas”, “cadeia delicada de argolas que compõe joias”, “série continuada de pessoas ou coisas”, “conjunto de ideias e práticas”, “grupo que compartilha certas ideias ou práticas”, empregada no gênero feminino; no gênero masculino, a palavra assume o sentido de “aquilo que é usual, comum, corriqueiro”.

A análise das palavras acima, ainda que não se sustente em dados exaustivos, evidencia não haver relação absoluta entre gênero linguístico e referência. Uma palavra como *fonte* assume outras referências, para além da que representava em sua origem, sem alternância de gênero; já outras, como *corrente* e *nascente*, podem sofrer alternância de gênero para expressão de referências distintas.

Ainda, em palavras formadas pelo mesmo sufixo, a categoria **propriedade** vincula-se, de certa forma, a de **agente**, uma vez que, por exemplo, um *adoçante* é uma substância “que torna doce” e *corante* é uma substância “que transmite cor”; nesses casos, a referência de cada um dos signos é uma substância cuja principal propriedade é “V X”. Rio-Torto et al (2013) observam que, na terminologia da Química, as substâncias designadas por termos em *-nte* apresentam propriedades

que lhe são inerentes. Dentre os nomes masculinos, são abundantes palavras com esses sentidos, mas há outros:

Gênero Masculino

1. permanente: a) arranjo ou penteado mais ou menos duradouro que deixa os cabelos ondulados
b) documento que assegura ao seu portador gratuidade no ingresso em casas de diversões e no uso de transportes coletivos
c) antigo soldado da Guarda Nacional
2. seguinte: a) que ou aquilo que (se) segue, que vem ou acontece logo depois; imediato, subsequente
b) que ou aquilo que se vai dizer, citar ou indicar depois
c) que ou aquele que se segue a outrem
3. referente: o elemento do mundo extralinguístico, real ou imaginário, ao qual remete o signo linguístico, num determinado contexto sociocultural e de discurso
4. oriente: a) o lado do horizonte onde nasce o sol; este, leste, nascente
b) a Ásia e, por vezes, alguns países da bacia mediterrânea ou da Europa central ocidente
c) m.q. leste ('direção')
d) o lado direito de um mapa ou de uma carta geográfica
e) templo ('local de reunião') ao qual se subordinam outras lojas maçônicas
f) parte oposta à porta de entrada desses templos ou lojas

Os nomes de gênero masculino em *-nte* apresentam as mesmas características dos nomes de gênero feminino: fixam-se a um gênero para expressar uma referência, muitas vezes, além de sua significação, embora isso não seja manifesto em todos os itens. Um exemplo é a palavra *seguinte*, cujas acepções ocorrem tanto em sua atuação como substantivo quanto em adjetivo.

O sufixo *-ista* provém do grego *-ιστής*, no latim, *-istēs*. Designa, dentre outros sentidos, **filiação** – *budista, bolchevista, dadaísta* -, **agente** – *malabarista, oftalmologista, pianista* -, mas também **paciente** – *antista, sonambulista* -, e **qualidade** – *egoísta, caturrista* (AREÁN-GARCIA, 2007; 2014). Em sua grande maioria, denotam humanos, por essa razão os nomes são majoritariamente de dois gêneros. No *corpus*, há ocorrências de nomes masculinos e femininos que não são formados pelo sufixo: *lista, conquista, balista, vista* e derivados, como *revista, entrevista*, são femininos; *prista, protista, sacrista* são masculinos. Outros nomes, porém, são formados pelo sufixo e se conectam apenas a um gênero:

Gênero Masculino

1. escravista: apoiante ou partidário do escravismo, da escravatura; escravocrata
2. cronometrista: a) fabricante ou vendedor de cronômetros; especialista nesses instrumentos
b) ofício de quem se dedica a fabricar ou a vender cronômetros etc.
c) pessoa incumbida de cronometrar

3. capista: profissional que projeta e/ou desenha capa de livro ou qualquer outra publicação
4. sopranista: a) homem que, devido à especial disposição dos órgãos fonadores ou em virtude de intervenção cirúrgica propositada, canta com voz de soprano
b) voz masculina que atinge, naturalmente, o registro de soprano

Gênero Feminino

5. concecionista: relativo à Ordem da Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria, à Congregação das Escravas do Divino Coração de Jesus e da Virgem Imaculada, à Congregação das Religiosas Missionárias do Ensino, ou religiosa integrante de uma dessas ordens

Nessas formações, fica bastante evidente que o fator determinante do gênero linguístico é o referente. Existem questões sócio-históricas vinculadas a essas formações, que se associam a um único gênero: é possível pensar que não havia mulheres por trás do sistema socioeconômico da escravidão, ou que era indiferente uma mulher ser favorável ou contrária ao regime escravocrata; talvez ofícios relativos a cronômetros fossem peculiares a homens; do mesmo modo, pertencer a uma certa ordem religiosa seria exclusividade da mulher; apenas homens poderiam passar a ter uma voz identificada com um timbre feminino. Em todos esses casos, o gênero linguístico não pertence aos morfemas, à significação, mas tão-somente à referência, que se constrói nas semioses. É preciso observar que essa mesma função é desempenhada por nomes de dois gêneros em *-ista*. Portanto, esse sufixo apresenta a propriedade fundamental de ser um *índice latente* de gênero, que só se define nas conexões com outros signos.

O sufixo *-oide* está presente em inúmeros qualificadores, que atuam como adjetivos, mas cujo emprego como substantivo parece superior, dado o expressivo número no *corpus*¹⁷⁸. Um exemplo é a palavra *asteroide*, cuja acepção como adjetivo é “parecido com estrela ou em forma de estrela”, mas que assume o significado de “qualquer dos pequenos corpos celestes que gravitam em torno do Sol, na maioria em órbitas situadas entre as de Marte e de Júpiter”. Formações com o sufixo vinculam-se ao gênero feminino para designar termos da anatomia, como *aracnoide*, *coroide*, *tireoide*. Sob dois gêneros, encontram-se nomes cujos referentes são humanos, como *mongoloide*, *caucasóide*, se parecem com humanos, como *humanoide*, ou, sendo humanos, são depreciados, como *debiloide*, *facistoide* e *intelectualoide*. Nessas formações, as paráfrases relativas ao sufixo são “semelhante

¹⁷⁸ O Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2001) registra 439 verbetes com essa terminação, dos quais 238 apresentam acepções distintas daquelas que têm como adjetivos.

a” ou “aspecto ou forma de” e, nas referências pejorativas, a depreciação encontra-se na significação.

2. Sufixos homógrafos

O segundo grupo é composto por sufixos cuja prototipicidade é apresentar o mesmo grafema em comum com outros sufixos, ou seja, uma mesma estrutura silábica final, além de coincidir com outras formações, é a representação gráfica de sufixos de origem distinta. Evidentemente, sendo sufixos diferentes, representam paráfrases diversas presentes nesses elementos linguísticos desde sua língua de origem. As propriedades apresentadas nos itens de (A) a (C) relativas aos *sufixos multicategoriais* também são encontradas em alguns desses itens, como se verá.

Na tabela abaixo, mencionam-se os sufixos e os cálculos pertinentes a cada CAT:

SIL/SUF	CAT 1	CAT 2	CAT 3
	somente masc	somente fem	somente 2 gêns
-ão	1302	92	3
-ama	198	93	7
-ema	167	97	5
-ice	50	418	18
-ida	70	183	86
-ota	10	125	46
-ata	23	149	135

Tabela 10.19: Sufixos homógrafos

Acima, destacam-se os valores superiores relativos às CATs. É preciso compreender, entretanto, que a existência de unidades lexicais pertencentes as demais categorias, afora a numericamente superior, pode estar relacionada a outro sufixo ou, no mínimo, a outra significação do sufixo.

O sufixo -ão, no português, está presente em formações vernáculas e de origem latina, a partir de três sufixos, -anu (fem. -ana) e -ane (masc. e fem.), formadores de adjetivos, e -iō, -iōnis, que formava nomes da 3ª declinação. Esses sufixos, seja por analogia, seja por transformação fonética, convergiram foneticamente para -ão. Na seção anterior, viu-se que parte das formações com esse sufixo é majoritariamente do gênero feminino, e isso foi possível graças à *filtragem*, na qual foram incluídos os grafemas -ç-, -(i)d-, -s- e -ss-. Há, no entanto, um número expressivo de unidades lexicais, majoritariamente do gênero masculino, mas também feminino. Santos (2010, p. 33-123) realizou uma investigação a respeito de formações em -ão, em perspectiva diacrônica, analisando a

semântica, a etimologia dos nomes e a genealogia do sufixo, desde o latim ao português atual. Selecionou, a partir de *corpus* do Dic. Houaiss (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2001), as formações em que se considera -ão um sufixo aumentativo.

Os valores semânticos estabelecidos são os seguintes, conforme exemplos da própria autora: 1) **ação ou resultado de ação** – *empurrão*; 2) **agentivo** – *leitão*; 3) **dimensional** – *cebolão*, *pontilhão*; 4) **avaliativo** – *rapagão*, *santarrão*; 5) **coletivo** – *plumão*; 6) **gentílico** – *aldeão*; 7) **intensidade** – *fundão*; 8) **instrumento** – *picão*; 9) **nomina essendi** – *vermelhão*; 10) **relacional** – *pulgão*, *colchão*; 11) **posse** – *quarentão*; 12) **semelhança** – *machão*; 13) **matéria** – *pedrão* (SANTOS, 2010, p. 107). Como, nesta pesquisa, os dados foram coletados no mesmo *corpus*, é possível constatar que todos os exemplos mencionados pela autora são do gênero masculino.

Existem também os nomes de gênero feminino:

<i>combustão</i>	lat. <i>combustio, ōnis</i>	<i>legião</i>	lat. <i>lēgō, ōnis</i>
<i>compaixão</i>	lat. <i>compassio, ōnis</i>	<i>ocasião</i>	lat. <i>occasio, ōnis</i>
<i>comunhão</i>	lat. <i>communio, ōnis</i>	<i>opinião</i>	lat. <i>opinio, ōnis</i>
<i>congestão</i>	lat. <i>congestio, ōnis</i>	<i>razão</i>	lat. <i>ratio, ōnis</i>
<i>convexão</i>	lat. <i>convectio, ōnis</i>	<i>região</i>	lat. <i>regio, ōnis</i>
<i>exaustão</i>	lat. <i>exhaustio, ōnis</i>	<i>religião</i>	lat. <i>religio, ōnis</i>
<i>flexão</i>	lat. <i>flexio, ōnis</i>	<i>união</i>	lat. <i>unio, ōnis</i>

Embora não se tenha feito uma análise exaustiva, sabe-se que as palavras de gênero feminino têm em comum a origem nas palavras da 3ª declinação latina, -*io*, -*ionis*, também presente nas palavras grafadas -*ção*, -*são* e -*ssão*, mencionadas na tabela 10.17 da seção anterior. Nessa mesma tabela, encontram-se as palavras de gênero feminino terminadas em -(i)*dão*, oriundas do latim -*tudo*, -*dñis*, cuja forma, assim como ocorreu com as palavras em -*io*, -*ionis*, convergiu para -*ão*. Há, portanto, quatro origens distintas para -*ão*, no português: parte delas foi apresentada na seção 10.2.2 por se tratar de palavras de gênero feminino pertencentes ao conjunto genérico em -*o*, o que torna -*ão* um *sufixo desagregado*; outra parte foi apresentada nesta seção porque, concomitantemente, no português, o grafema representa quatro sufixos convergentes, o que faz de -*ão* um *sufixo complexo*.

O sufixo -*ice*, uma forma popular de -*ície*, do lat. -*icies*, -*ei*, forma nomes que indicam **propriedade** – *velhice*, *burrice*, *chatice* – pertencentes ao gênero feminino (cf. § 10.2.2). No *corpus*, essas formações são superiores em número. Há, contudo, em mesmo grafema, um outro sufixo -*ice*, do lat. -*ix*, -*icis*, presente em nomes herdados do latim, classificados na 3ª declinação ou em adjetivos de 2ª classe. Esses nomes, no *corpus*, são ou masculinos ou de dois gêneros:

Gênero Masculino

1. apêndice: parte pertencente a outra maior e que a completa; acessório do lat. *appendicem*
2. ápice: extremo superior, topo ou ponta; cume, vértice, cimo do lat. *apicem*
3. cálice: pequena taça com pé us. para certos tipos de vinho, licores etc. do lat. *calicem*
4. vórtice movimento forte e giratório; remoinho, turbilhão, voragem do lat. *vorticem*

Dois Gêneros

5. artífice: trabalhador, operário, artesão que produz algum artefato ou que professa alguma das artes do lat. *artificem*
6. carníface: algoz, verdugo, carrasco do lat. *carnificem*
7. cúmplice: a) que ou o que contribui de forma secundária para a realização de crime de outrem do lat. *complicem*
b) que ou aquele que colabora com outrem na realização de alguma coisa; sócio, parceiro

Uma outra relevante distinção, além do gênero, entre esses sufixos é o fato de os itens de gênero masculino e de dois gêneros serem, em sua maioria, proparoxítonos. Quanto aos itens em *-ex*, *-icis*, como se observa acima, o emprego como nomes de dois gêneros, no português, ocorre para designar o referente. Contudo, *artífex*, *-icis* e *carnífex*, *-icis*, respectivos étimos de *artífice* e *carníface*, eram, em latim, nomes masculinos, e *complex*, *-icis*, nessa língua, é registrado como adjetivo (GAFFIOT, 2016 [1923]).

O sufixo *-ida* forma adjetivos – *válida*, *fétida*, que não são registrados pela obra exceto quando apresentam uma acepção distinta, e forma participípios – *corrida*, *mordida*, *torcida*. As formações de gênero feminino mostram, nesses casos, como a lexicalidade ocorre por meio da associação entre uma referência e um gênero linguístico.

No *corpus*, há palavras terminadas em *-ida* que não são formadas pelo sufixo, embora sejam do gênero feminino, como *vida*, *avenida*, além de composições com a raiz *-cida*, do latim *-cida*:

Gênero Masculino

1. inseticida: que ou o que serve para matar insetos
2. bactericida: que ou aquilo que elimina bactérias

Gênero Feminino

3. maritícida: mulher que assassina o marido

Dois Gêneros

4. genocida: que ou quem perpetra ou ordena um genocídio (extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso)

5. *matricida* pessoa que comete matricídio (crime cometido pelo indivíduo que mata a própria mãe)

Ainda que não sejam formações por sufixo, essas composições evidenciam a alternância de gênero conectada à lexicalidade. O significado de *-cida*, em todas as composições, é “que mata”, e a raiz ou o radical a que se agrega é o paciente dessa ação. Nesse sentido, a significação diz respeito apenas à designação de um agente e de um paciente, mas aquele “que mata” está fora da significação. O agente “que mata” está nas contingências, pois sua conexão depende de outros signos: essa relação está bastante evidente quando se observam os itens (4) e (5), nos quais se interpreta que um *genocídio* só pode ser perpetrado por um humano e um *matricídio* por um filho ou filha. Essa mesma interpretação, embora inverossímil, encontra-se em *maritcida*, em que se interpreta que apenas a mulher pode matar seu marido, como se um homem não pudesse ter marido e assassiná-lo. No caso de substâncias químicas, como em (1) e (2), o gênero linguístico não parece relevante para a designação do agente, mas pode haver interpretações subjetivas, caso falantes sejam inquiridos. Nos itens de (3) a (5), da perspectiva do falante, para quem não interessa se é ou não um sufixo, ou uma raiz, ou um radical, essa estrutura silábica final, associada a outras estruturas silábicas, representa um paradigma morfológico conectado ao gênero linguístico, que auxilia o estabelecimento das referências dessas composições.

A origem grega tem relação com inúmeros casos de unidades lexicais desagregadas do paradigma morfológico do português. Assim como ocorre com os sufixos e raízes comentadas acima, o grafema *-ama* compõe o sufixo *-ama*, e duas raízes de origem grega, *-grama* (γράμμα) e *-orama* (όραμα). Comumente, o sufixo *-ama* apresenta formações de gênero feminino, nas quais tem noções de **coletividade** ou de **quantidade**, como em *boiama*, *dinheirama*. A raiz *-grama*, cujo sentido é “escrita, inscrição, registro” forma, em geral, nomes masculinos, como *hemograma*, *taquigrama*. A raiz *-orama*, que significa “o que se vê, espetáculo” compõe palavras masculinas, como *cosmorama*, *panorama*. No *corpus*, contudo, há também palavras de outra ordem, como *chama*, *cama*.

O grafema *-ema* está presente no sufixo *-ema*, do grego *-ημα*, língua de origem de diversas palavras de gênero masculino, no português, como *emblema*, *fonema*, *poema*, mas também em palavras femininas, como *guararema*, *piracema*, *jurupema*, e de dois gêneros, como *guaricema*, *panema*, de origem tupi ou outras línguas indígenas. O gênero linguístico, além das questões semânticas, parece ser uma forma de distinção entre os dois tipos de formação, mas apenas a análise dos itens pode confirmar essa tendência.

O grafema *-ota* representa dois sufixos distintos: um de origem grega, *-ώτης*, que significa “natural de” ou “habitante de”, e *-ota*, forma feminina de *-ote*, que forma diminutivos. No *corpus*, ocorrem palavras formadas por esses sufixos, mas também outras que, evidentemente, apresentam outra formação, como *nota*, *derrota*, *frota*.

Quanto às palavras em *-ota*, de *-ώτης*, tem-se:

- a) no masculino, *estradiota*, “soldado albanês de cavalaria que servia nos exércitos de outras nações”, de étimo italiano, *stratiote*, e de origem grega, *στρατιώτης* (ZINGARELLI, 2010), em que o gênero se estabelece pelo sexo do referente, e *amniota*, “vertebrado cujo embrião é envolvido pelo âmnio”, termo da Biologia emprestado do francês, *amniote*, em que a palavra é masculina, mas originado no latim científico, *Amniota*, em que a palavra era um nome próprio (ILFi: Trésor de la langue Française informatisé);
- b) no feminino, *assimplota*, “para uma curva plana, linha em que a distância entre um ponto P sobre a curva e a linha aproxima-se de zero, quando a distância do ponto P à origem aumenta indefinidamente”, em que o gênero pode estar associado ao campo semântico, e *craspedota* “diz-se de medusa dos hidrozoários”, empregada também como adjetivo, cuja aceção “que ou o que é provido de véu”;
- c) em dois gêneros, *cipriota*, “relativo à ilha de Chipre (Mediterrâneo oriental) ou o que é seu natural ou habitante”, e *patriota*, “que ou aquele que ama a pátria e a ela presta serviços”, referindo-se a humanos.

Quanto à *-ota* com valor diminutivo:

- d) no feminino, *galeota*, “pequena galé de até 20 remos”, e *garrota* “novilha até dois anos de idade”, dentre outros.

Qualquer associação entre gênero linguístico e esses sufixos requer prévia investigação dos itens registrados. Embora, predominantemente, as palavras sejam do gênero feminino, é preciso saber se, de fato, são formadas por esses sufixos, pois *-ota* relativo a *-ώτης* apresenta itens pertencentes às três CATs, e *-ota*, por ser uma forma feminina de *-ote*, teria seus itens registrados em caso de apresentar significados não expressos na forma masculina.

O grafema *-ata* está presente no sufixo *-ata*, do latim *-āta*, que compõe palavras como *colunata*, *concordata*, *musicata*, de gênero feminino, porque formadas no participio latino, mas também em diversas palavras de origem grega ou formadas por raízes de origem grega, comumente de dois gêneros, porque denotam humanos, como *aristocrata*, *democrata*, formada de – *κράτος*, *psicopata*,

sociopata, em que *-pata* remonta à origem grega – *πάθος*, mas também, por exemplo, *acrobata*, cuja origem é o grego *ἀκροβάτης*. É preciso analisar os itens para estabelecer qualquer relação entre o gênero e o tipo de formação, mas há elementos que, como os comentados, sugerem o feminino atrelado à origem latina e o uso em dois gêneros ao grego.

3) Sufixos extrapolissêmicos

Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Morfologia Histórica do Português, assim como estudos de outros grupos de pesquisa, no Brasil e no exterior, têm evidenciado a polissemia dos sufixos. No entanto, os sufixos extrapolissêmicos apresentam uma multiplicidade de significados associada ao gênero linguístico, o que constitui sua prototipicidade. Sua polissemia está ligada à etimologia das unidades linguísticas, isto é, embora seja possível determinar a origem desses sufixos, as unidades lexicais que lhe pertencem, muitas vezes, têm referências atribuídas em outras línguas, que não a de origem do sufixo, mas incluindo o português.

As análises anteriores trouxeram itens com essas características, como *fonte*, *nascente*, assim como as palavras formadas por *-ota*, com valor de diminutivo, cujos sentidos vão além de “tamanho pequeno”. Nos denominados *sufixos extrapolissêmicos*, porém, não se pode exclusivamente associar o gênero linguístico nem ao paradigma morfológico, nem à significação da unidade, nem à significação do sufixo, nem à etimologia. Desse modo, supõe-se que apenas uma investigação etimológica, muitas vezes, somada à semântica, à terminologia e à morfofonologia, explicaria a associação de uma dada unidade, ou de um conjunto de unidades, a uma CAT.

Na tabela abaixo, apresentam-se as estruturas silábicas e/ou sufixos e o cômputo relacionado a cada item:

SIL/SUF	CAT 1	CAT 2	CAT 3
	somente masc	somente fem	somente 2 gên
<i>-ete</i>	371	26	26
<i>-ola</i>	19	230	66
<i>-eta</i>	53	353	71
<i>-ita</i>	36	967	208
<i>-ite</i>	74	588	8
<i>-ana</i>	46	514	43

Tabela 10.20: Sufixos extrapolissêmicos

Reúnem-se, acima, sufixos diminutivos, mas o número total de itens, em que se destaca o superior, não apresenta palavras exclusivamente formadas por esses morfemas; além disso, há *sufixos homógrafos*, o que demandaria, antes de tudo, a separação desses itens.

Em se tratando dos sufixos, sabe-se que a noção de diminutivo, na verdade, abarca uma série de outros sentidos. Santana (2017) desenvolveu uma pesquisa diacrônica, no português, entre os séculos XIII e XX, com o objetivo de identificar, descrever e analisar formações com sufixos diminutivos por meio de *corpora* diversos do *corpus* usado nesta pesquisa¹⁷⁹.

De acordo com o autor (2017, p. 394), a maioria das formações com esses sufixos são empréstimos, que entraram no português ao longo dos séculos. Quanto à semântica, afirma que: das formações em *-ola*, há palavras em que o sufixo significa “tamanho pequeno”, “depreciação”, “intensidade” e “duração” (2017, p. 505-506); das formações em *-ete*, *-eta* (e em *-ota*, cuja prototipicidade é ser homógrafo a outro sufixo de origem grega), existem palavras em que os sufixos significam “tamanho pequeno”, “aproximação afetiva positiva”, “depreciação”, “intensidade”, “duração” e “quantidade” (2017, p. 493). A profusão semântica, a origem diversa e a produtividade desses sufixos requerem investigações que envolvam, especialmente, a etimologia, além de outras particularidades, que serão comentadas a seguir.

Uma análise preliminar de palavras mais comuns com o sufixo *-ola* permite dizer que, quando atrelado a raízes ou radicais designativos de humanos, forma nomes de dois gêneros (*criançola*, *beijola*), exceto quando a significação da raiz ou do radical não permitir a alternância de gênero, como em *rapazola*. Se as raízes ou radicais não designam seres humanos, os nomes são femininos, como em *bandeirola*, *carriola*, *fazendola*, *portinhola*.

Há também latinismos, de gênero masculino, como *dulcícola*, *rupícola*, termos respectivos da Biologia e da Zoologia, mas também *avícola*, embora registrado, no Dic. Houaiss (2001), como masculino, no Dic. Houaiss (2009), registra-se sob dois gêneros. Além disso, existem palavras que apenas apresentam a mesma estrutura silábica final, mas não são formadas pelo sufixo, como *quilombola* e *mariola*.

Sem o auxílio da etimologia, não é possível investigar uma relação entre o gênero linguístico e formações em *-ete*, *-eta* (e em *-ota*, como se viu anteriormente). A pesquisa etimológica é necessária para discernir empréstimos e formações vernáculas das mais diversas, em geral, envolvendo o diminutivo.

¹⁷⁹ O autor serviu-se dos seguintes *corpora*: *Corpus* Informatizado do Português Medieval (CIPM), disponível em <http://cipm.fcsh.unl.pt>; *Corpus* de Extractos de Textos Eletrónicos MCT/Público, disponível em <http://linguateca.pt/CETEMPUBLICO>; *Corpus* Brasileiro, disponível em <http://corpusbrasileiro.pucsp.br/Inicial>; *Corpus* do Português, disponível em <http://www.corpusdoportugues.org> (SANTANA, 2017, p. 55)

No caso de *-ete*, a abordagem morfofonológica é necessária porque esse grafema representa fonemas distintos na penúltima sílaba, [-eti] ou [-eti], como em, respectivamente, *chiclete* e *balancete*. De acordo com as informações contidas no Dic. Houaiss (2001), são preponderantes palavras de origem inglesa, como *caminhonete*, *raquete*, *soquete*, *tablete*, mas também há os nomes de origem francesa, como *enquete*, *manchete*, *maquete*, *trompete*, *bilhete*, além de outras línguas de origem. É bastante usual que, na língua adotante de empréstimos, se mantenha o gênero linguístico da língua de origem. Isso seria válido para o francês como língua de empréstimo, mas não o seria para o inglês, que não tem a categoria gênero (cf. § 10.1), por isso anglicismos, quando adotados, devem receber um gênero no português; assim, a investigação desses itens deveria incluir, necessariamente, como se deu a associação entre uma unidade lexical e o gênero a que pertence. Ainda, informações de datação, no português e nas supostas línguas de empréstimo, são necessárias para indicar precisamente a etimologia das unidades lexicais.

A abordagem morfofonológica também é necessária para analisar formações com o grafema *-eta*, ora [-eta] ora [-eta]. O sufixo *-eta* forma usualmente palavras femininas, *ampulbeta*, *baioneta*, *caderneta*, *gazeta*, mas há palavras de dois gêneros que, conforme registro da obra, são formadas pelo sufixo, como *lisboeta*, *cegueta*. No *corpus*, há diversas outras palavras não formadas pelo sufixo, como *planeta*, *cometa*, *completa*, *meta*, que são masculinas ou femininas, mas há também palavras de dois gêneros, como *atleta*, *xereta*. O sufixo também se atrela a raízes ou radicais de maneira não usual, como *ambreta*, de *âmbar* + *-eta*, que se trata de “certa variedade de pera, com suave aroma de âmbar”, ou *cacheta* “jogo cartado com oito cartas e um curinga imaginário, parecido com o pife-pafe”, de *cacha*, que significa “ato de ocultar ou ação praticada às ocultas, esp. com intenção de enganar ou ludibriar”; ambas as palavras são do gênero feminino.

Dois sufixos, *-ita* e *-ite*, apresentam formas variáveis, mas têm a mesma origem grega: *-ῖτης* (no latim, *-ita*) e *-ῖτις*. O sufixo *-ita*, cuja forma é mais produtiva que sua variação *-ite*, participa de formações que designam: a) filiação, como (o/a) *israelita*, (o) *levita*, (o/a) *moabita*; b) fósseis, como (a) *amonita*, (a) *calamita*; c) minerais, como (a) *grafita*, (a) *melanita*; d) substâncias químicas, como (a) *cerita*, (a) *manita*. O sufixo *-ite* aparece em formações: a) que designam fósseis, como (o) *calamite*, (a) *filicite*, mas muitas dessas formações aparecem com variações ortográficas em *-ita*, o que talvez explique o gênero feminino; b) que denotam substâncias, como (a) *grafite* (que se distingue de “o grafite” como “desenho, inscrição ou assinatura”) e (a) *vulcanite*; c) em que o sufixo significa “inflamação”, como (a) *amidalite*, (a) *bronquite*, (a) *faringite*, com maior estabilidade do gênero feminino; d) que são neologismos, como (a) *paixonite*, em que o gênero feminino está em consonância com as demais formações que designam nomes da área médica.

O grafema *-ana* compõe o sufixo *-ana*, que comumente designa algo relacionado a nomes próprios, como *balzaquiana*, *saussuriana*, ou antroponímicos, como *americana*, *baiana*, também apresenta formações no gênero masculino, como *bavana*, “charuto feito de tabaco cubano”, mas estes compõem o *corpus* porque apresentam um sentido para além do que designam como adjetivos. Há um número expressivo de palavras, como *iguana*, no gênero masculino, mas também no feminino, como *cana*, *grana*, *gincana*, ou de dois gêneros, como *bacana*, *sacana*, *doidivana*, que não parecem ter relação com o sufixo. Além disso, constam no *corpus* termos da química, como *dioxana*, *indicana*, *octana*, *uretana*. Outras palavras semelhantes aos exemplos precisam ser descritas e analisadas, pois o que se veem, apesar da superioridade numérica em gênero feminino, são formações diversas.

Esses sufixos apresentam ainda outra particularidade, pois, em certas significações, encontram correspondência com sufixos paradigmáticos em *-o*. Na seção 10.2.1, viu-se que palavras em *-olo*, *-eto*, *-ito* e *-ano* são todas do gênero masculino (cf. tabela 10.6). É possível, portanto, deduzir que há certa produtividade envolvendo esses sufixos quanto à correspondência entre significante, gênero linguístico e significação:

<i>-olo</i>	<i>-ola</i>	
<i>-eto</i>	<i>-eta</i>	<i>-ete</i>
<i>-ito</i>	<i>-ita</i>	<i>-ite</i>
<i>-ano</i>	<i>-ana</i>	

Dentre os itens, em se tratando dos sufixos diminutivos, em parte há correspondência entre significante, gênero e significação, mas a polissemia desses sufixos permite outras criações, em que a referência ultrapassa a significação. Além disso, outras questões já levantadas, bastante evidentes em *-ete*, como origem e etimologia, parecem determinar outras causas dessa relação.

Em se tratando dos sufixos *-ano/-ana*, a categorização de parte dessas formações na classe dos adjetivos oculta relações entre gênero e significação, pois certos nomes se fixam em um determinado gênero linguístico para representar certas referências, como ocorre com as formações em *-vel* e em *-al*. A diferença entre formações em *-ano*, *-ana* e *-vel*, *-al* reside na alteração do significante.

Por fim, a peculiaridade das estruturas silábicas e/ou sufixos estudados nesta seção indica que apenas uma análise qualitativa dos itens pertencentes a cada grupo pode fornecer informações mais precisas quanto à relação entre gênero e sufixo. As descrições e análises realizadas, embora se sustentem em dados estatísticos, não são conclusivas. Por essa razão, é preciso empreender uma investigação que conjugue etimologia, morfologia, lexicologia e terminologia, ou seja, a conjugação

de contribuições teóricas de cada uma dessas áreas permitiria analisar as unidades lexicais sob diversas perspectivas. Vale observar que, numericamente, contribuem com itens para o paradigma morfológico e para os desvios desse paradigma constatados na seção 10.1:

Conj.	SIL/SUF	somente masc	somente fem	somente 2 gên	Conj.	SIL/SUF	somente masc	somente fem	somente 2 gên
-a	<i>-ola</i>	19	230	66	-o	<i>-ão</i>	1302	92	3
	<i>-eta</i>	53	353	71		Total	1302	92	3
	<i>-ita</i>	36	967	208	-e	<i>-ete</i>	371	26	26
	<i>-ana</i>	46	514	43		<i>-ite</i>	74	588	8
	<i>-ama</i>	198	93	7		<i>-oide</i>	166	45	27
	<i>-ema</i>	167	97	5		<i>-nte</i>	481	70	699
	<i>-ida</i>	70	183	86		<i>-ice</i>	50	418	18
	<i>-ota</i>	10	125	46		Total	1142	1147	778
	<i>-ata</i>	23	149	135	cons.	<i>-al</i>	901	84	75
	<i>-ista</i>	36	35	2228		<i>-vel</i>	54	5	26
	Total	658	2746	2895		Total	955	89	101

Tabela 10.21: Cômputo de cada estrutura silábica e/ou sufixo complexo relativo ao conjunto genérico

Quanto ao conjunto genérico em *-a*, que apresenta 3.074 palavras de gênero masculino, as estruturas silábicas e/ou sufixos contidos na tabela acima formam 658 itens. De 3.757 palavras de dois gêneros, formam 2.895, com destaque para o sufixo *-ista*. Dentre esses itens, 2.746 pertencem ao gênero feminino e por isso reforçam o paradigma morfológico constatado.

Do conjunto genérico em *-o*, 1.302 são formadas pela estruturas silábica e/ou sufixo *-ão*, que reforçam o paradigma morfológico. Porém, outros 92 itens formados são de gênero feminino e 3 são de dois gêneros.

Sobre o conjunto genérico em *-e*, mesmo em se tratando de estruturas silábicas que contêm sufixos, permanece a latência, ou seja, existem itens numericamente expressivos de cada gênero. Formam-se 1.142 palavras de gênero masculino, 1.147 palavras de gênero feminino e, ainda, 778 de dois gêneros. Essas informações permitem dizer que a semântica envolvida nessas formações se constitui como fato preponderante na relação entre gênero e significação e entre gênero e lexicalidade.

Por fim, no conjunto genérico em *consoante*, o paradigma morfológico é reforçado por 955 itens de gênero masculino. Entretanto, os sufixos constantes dentre esses itens sugerem que, apesar de numericamente superiores, isso não significa haver uma relação indelével entre esses sufixos e um único gênero. Uma visão estritamente centrada em classes de palavras, que categoriza esses sufixos como sendo formadores de adjetivos, ofusca sua produtividade como itens representantes de referências que vão além da significação.

10.3. A significação, a lexicalidade e o gênero linguístico

Os paradigmas morfológicos do português, quanto ao gênero linguístico, apresentam-se por meio de uma associação do gênero masculino a nomes em *-o* e do gênero feminino a nomes em *-a*. Existem, no entanto, nomes formados por outras estruturas silábicas finais e/ou sufixos, ou mesmo outros elementos, de igual maneira, categorizados em gênero. Além das questões que envolvem o significante, o gênero linguístico atua nas extensões de sentido dos nomes.

Antes das discussões pretendidas, é preciso retomar e sintetizar os resultados obtidos por meio da aplicação do modelo de análise desenvolvido nesta pesquisa:

Sufixos paradigmático-morfológicos		Cômputo
Gênero Masculino	<i>-o</i>	9.957 nomes
	<i>-áceo, -a(i)(u)cho, -aco, -aço, -ado, -ágio, -âneo, -ano, -arão, -ário, -asco, -astro, -ático, -ato, -ázio, -bundo, -cundo, -dieno, -eco, -edo, -eirão, -eiro, -ejo, -elbo, -elo, -engo, -enbo, -eno, -ento, -eo, -esco, -ésimo, -eto, -gão, -ício, -ico, -iço, -ido, -ilbo, -íneo, -inbo, -ino, -io, -isco, -ismo, -íssimo, -ístico, -ito, -ivo, -jão, -mento, -ndo, -oco, -olo, -onbo, -ônio, -ório, -orro, -oso, -oto, -(oi)ouro, -rrão, -uço, -udo, -ulo, -uno, -usco, -ustro, -zinho</i>	23.663 nomes
Gênero Feminino	<i>-a</i>	9.989 nomes
	<i>-aca, -a(i)(u)cha, -ada, -aina, -alba, -anca, -ança, -ância, -aria, -ária, -arra/ -orra, -dela, -eia, -eima, -eina, -eira, -ela, -ena, -ença, -ência, -eria, -esa, -essa, -eza, -ia, -ica, -ícia, -ila, -ilba, -ina, -inha, -isa, -lha, -menta, -oca, -ocha, -ona, -ória, -ula, -ura, -zinha</i>	19.187 nomes

Tabela 10.22: Sufixos paradigmático-morfológicos do português

Os sufixos presentes na tabela acima são paradigmático-morfológicos, pois apresentam uma conexão entre significante, significação e gênero linguístico. O cômputo relativo ao gênero masculino e ao gênero feminino, em relação a 104.492 itens, totaliza 62.796 unidades lexicais, ou seja, 60% dos nomes investigados. Além disso, na tabela, verifica-se a presença de sufixos cuja forma se altera em *-o*, para nomes masculinos, e em *-a*, para nomes femininos:

-aco/ -aca; -a(i)(u)cho/ -a(i)(u)cha; -ado/ -ada; -ário/ -ária; -orro/ -arra/ -orra; -elo/ -ela/ -dela; -eiro/ -eira; -eno/ -ena; -ício/ -ícia; -ico/ -ático/ -ica; -ilbo/ -ilba/ -lba; -inbo/ -inha; -ino/ -ina; -io/ -ia; -mento/ -menta, -oco/ -oca; -ulo/ -ula; -zinho/ -zinha.

Não se trata de meras alterações de gênero, que o dicionário sequer registraria, mas de itens cuja lexicalidade se produz por meio de um vínculo estável – em certos casos, em perspectiva diacrônica, pode-se falar de um vínculo permanente – entre significante, significação e um dos gêneros linguísticos, ou masculino ou feminino.

Entretanto, o sistema da língua fornece outras informações que podem ser cotejadas. Na mesma tabela, há sufixos que apresentam essa mesma alternância de gênero vinculada à alteração do significante, como:

-ácea/-ácea; -aço/-ázio/-aça; -âneo/-ânea; -ano/-ana; -asco/-asca; -ato/-ata; -bundo/-bunda; -cundo/-cunda; -eco/-eca; -edo/-eda; -ejo/-eja; -elbo/-elba; -engo/-enga; -enbo/-enba; -ento/-enta; -eo/-ea; -esco/-esca; -ésimo/-ésima; -eto/-eta; -iço/-iça; -ido/-ida; -íneo/-ínea; -isco/-isca; -ismo/-isma; -íssimo/-íssima; -ístico/-ística; -ito/-ita; -ivo/-iva; -ndo/-nda; -olo/-ola; -onbo/-onba; -ônio/-ônia; -ório/-ória; -oso/-osa; -oto/-ota; -(oi)ouro/-(oi)oura; -uço/-uça; -udo/-uda; -uno/-una; -usco/-usca.

De um lado, muitos itens de gênero feminino relativos a esses sufixos compõem o *corpus* de pesquisa, mas não foram identificados na análise exposta nas seções anteriores, como os nomes em -ácea, que forma inúmeros termos da botânica. Por outro lado, não se incluíram, acima, -ã, -oa, -ona, formas relacionadas ao aumentativo em -ão. Além disso, há, nesse montante, sufixos homógrafos e extrapolissêmicos (cf. § 10.2.3), cujos itens carecem de identificação por meio de uma análise qualitativa. Contudo, outro fato se mostra relevante, caso se abdique da categorização dos nomes em substantivos e adjetivos: o léxico do português apresenta inúmeras unidades lexicais cuja propriedade é apresentar uma conexão entre significante, significação e um dos gêneros linguísticos. Desse modo, o percentual de nomes com essas características, constatado nesta pesquisa e indicado acima, é representativo, mas não absoluto, pois, considerado o léxico, esse percentual é possivelmente superior a 60%.

Quanto ao gênero linguístico, o paradigma morfológico fundamental do português, na atual sincronia, constitui-se de nomes nos quais operam dois *sinsignos indiciais remáticos*: -o para o gênero masculino e -a para o gênero feminino. A classificação diz respeito à presença do próprio objeto, no caso, os qualissignos. A semiose que envolve essas categorias relaciona os dois qualissignos, masculino e feminino, e os signos linguísticos, ou melhor, as unidades lexicais e outros *sinsignos* que, na língua, se conectam aos signos que representam as referências. Palavras gramaticais como *todos*, *todas*, *o qual*, *a qual*, *sua*, *minha*, *o*, *a*, *um*, *uma*, dentre outras, são, do mesmo modo, *sinsignos indiciais remáticos*, cuja referência se estabelece pela presença de outros signos linguísticos, no caso, as unidades lexicais, as quais, por sua vez, determinam a presença de *sinsignos indiciais remáticos* de gênero linguístico em sua morfologia.

Os qualissignos de gênero linguístico, em sua atuação paradigmático-morfológica, materializam-se em unidades lexicais como *processo*, *apoio*, *dispensa*, em que -o e -a são *sinsignos indiciais remáticos*, uma vez que, de acordo com Peirce (cf. § 2.2.2), por meio de uma lei geral, impõe uma condição a cada uma de suas réplicas, isto é, ser um nome de gênero masculino ou de gênero feminino. Há, contudo, certos itens que não são afetados por essa lei. Palavras como *mapa*, *dia*, *careca*, *clima*, *tribo*, *soprano*, *libido* não apresentam, em sua constituição material, um *sinsigno indicial remático*, embora estejam marcadas pela presença dos qualissignos de gênero linguístico. Nesses

casos, o gênero linguístico não atua na significação, mas pode auxiliar a lexicalidade na representação de uma referência: *careca* ou *soprano* podem, associados a artigos ou outros determinantes, expressar os sexos ou identidades de gênero. Em todos esses casos, a materialização dos qualissignos pode ocorrer por meio de outros signos linguísticos conectados a essas palavras nos discursos. Os qualissignos são qualidades que se aplicam a todas as unidades lexicais, por essa razão, tornam-se réplicas.

A herança latina morfossintática contribui para a constituição do sistema morfológico português, ainda que muitos sufixos paradigmático-morfológicos não tenham origem no latim. No sistema latino, unidades lexicais de gênero masculino e de gênero feminino eram numericamente superiores às do gênero neutro, e a relação entre gênero linguístico e forma morfológica era preponderante (cf. § 8.1.2). Desse modo, permaneceu a conexão entre significante, significação e gênero linguístico, em detrimento do sistema de casos. Sobre essas relações, é preciso resgatar algumas reflexões feitas anteriormente.

O estudo historiográfico a respeito da genealogia do conceito de gênero linguístico, na Antiguidade Clássica, possibilitou constatar que os ideais de legitimação cultural daquela civilização encontraram respaldo na concepção de linguagem vinculada a um *princípio de identificação linguístico-ontológico* (cf. § 3.3). Esse princípio estabelecia que os nomes são ou deveriam ser o que significam, embora Aristóteles tenha concebido a linguagem como “símbolo da voz”. A razão ou a lógica, esferas do pensamento, e a Arte, em sua perfeição, poderiam conectar a realidade à linguagem, sendo esta a sua expressão, que poderia ser corrigida de modo a garantir a representação lógica ou artística do mundo. Especialmente por meio da *Retórica* e da *Poética*, Aristóteles criou condições de uma análise linguística pautada na concepção de uma linguagem idealizada. Essa concepção configurava-se harmônica aos ideais de superioridade cultural, que vieram a perdurar por séculos e dos quais ainda se encontram vestígios. Assim, os nomes dados às categorias de gênero linguístico, ainda que não se possa alcançar sua autoria, revelam uma interpretação da linguagem como um dos fenômenos aos quais se pode aplicar os conceitos aristotélicos de *Gênero* e de *Espécie*.

No latim, a descrição, a análise e a elaboração de categorias linguísticas foram pautadas nessa tradição. As diferenças entre nomes neutros e nomes masculinos e femininos ocorriam, principalmente, no caso nominativo e no acusativo. O caso nominativo – visto como *nomeação* (cf. § 4.4) – deveria significar a essência ou a substância dos seres que designava, e os demais casos seriam derivados do caso genitivo, que teoricamente emprestava suas formas para as demais flexões. Assim, aspectos conceituais, o conceito de gênero linguístico e o conceito de flexão, que fundamentavam a análise semântica e formal das unidades, sobrepuseram-se à realidade linguística

(cf. § 8.1). Em outras palavras, a identificação de nomes neutros só era possível devido, especialmente, ao caso nominativo.

Intenta-se, com essas explicações, questionar se o gênero neutro existia como *qualissigno*, na realidade linguística falada, no período referido como latim clássico. Sua principal distinção centrada no caso nominativo, as posteriores migrações do neutro para outros gêneros relativas a grupos inteiros de palavras (cf. § 8.1.2) e sua baixa representatividade registrada em obras lexicográficas, isto é, mesmo em *corpora* escritos, permitem reavaliar o conceito de *neuter*, “nem um nem outro”, que, na passagem às línguas românicas, teria cedido seu lugar a “um ou outro” e a “um e outro”.

O questionamento ampara-se fundamentalmente nas descobertas a respeito do gênero linguístico, no português. Os *qualissignos* referidos como masculino e feminino revelam-se alternâncias morfológicas, com ou sem mudança formal, para expressão de referências distintas. Assim, como *qualissigno*, de maneira análoga ao português, a existência do neutro deveria representar, no latim, uma referência muito além das interpretações oriundas dos conceitos de *Gênero* e de *Espécie* concebidos naquela tradição. “Nem um nem outro” significaria, ao menos, uma terceira referência distinta daquelas representadas por “um” e por “outro”, a qual se apagaria juntamente com o desaparecimento da forma que a representava. O que se viu, no entanto, foram alterações de paradigmas formais, em meio à redução, já em curso, do sistema de casos latino (cf. § 8.1.1).

Ainda, embora não se deseje afirmar sua inexistência, no período clássico, o gênero neutro latino teria sofrido uma drástica transformação em sua atuação como *qualissigno*. Essa transformação teria seguido uma direção bem definida, como a descrita por meio do conceito de *deriva* (SAPIR, 1921), uma vez que culminou em diversos sistemas, as línguas românicas, talvez com exceção do romeno, cuja história é bastante peculiar¹⁸⁰, nos quais dois *qualissignos* e suas combinações atuavam no léxico: o gênero linguístico é uma qualidade, que é um signo, conectada aos signos linguísticos, mais especificamente aos nomes.

¹⁸⁰ É preciso elaborar uma reavaliação da língua romena sob nova perspectiva. Atualmente, interpreta-se que o romeno conservou o gênero neutro, embora, do ponto de vista formal, o neutro singular esteja associado ao gênero masculino e o neutro plural, ao gênero feminino. Dessa maneira, o que se considera neutro, no romeno, seriam formas morfológicas ambivalentes, associadas a dois *qualissignos*, o masculino e o feminino, isto é, do mesmo modo, o neutro não significaria mais “nem um nem outro”, mas sim “um e outro”, como nas demais línguas românicas. No romeno, nomes em *-o* conectam-se ao gênero masculino e nomes em *-a*, ao feminino; nomes em *-e* são, assim como em português, ou masculinos ou femininos.

No português, o inventário de palavras analisadas evidenciou que, no uso da língua, os nomes dividem-se em quatro categorias, constituídas por dois qualissignos: ou masculinos, “um” (ou “outro”), ou femininos, “outro” (ou “um”), ou masculinos e femininos, “um e outro”, ou masculinos e dois gêneros “um” e “um e outro”, ou femininos e dois gêneros, “um” e “um e outro”. As alternâncias vinculam-se às significações e às referências assumidas pelos signos linguísticos e não dependem de alterações formais da unidade, embora isso possa ocorrer.

Na seção 10.2.2, investigaram-se certas estruturas silábicas e/ou sufixos desagregados do sistema paradigmático-morfológico visto acima; além disso, há certas estruturas silábicas e/ou sufixos complexos. Nomes em *-a* e em *-o*, generalizações de outros sufixos, são expressões materiais dos qualissignos; porém, esses qualissignos atuam na significação, quando compõem nomes paradigmático-morfológicos, e na lexicalidade, termo ora empregado para designar referências que estão além da significação (cf. § 9.2).

Parte dos sufixos provisoriamente chamados de desagregados constituem-se de *-e*. Embora não apresentem a materialização dos qualissignos, são paradigmáticos em relação ao gênero linguístico:

Paradigmático-morfolexicais		Cômputo
Gênero Masculino	<i>-e</i>	510 nomes
	<i>-ode; -ame; -ume; -estre; -ote</i>	
Gênero Feminino	<i>-e</i>	3.411 nomes
	<i>-ade; -(d)ade; -ale; -ície; -ose; -tude</i>	
	<i>consoante</i>	1.025 nomes
	<i>-ez; -gem; -triz</i>	
Dois Gêneros	<i>-e</i>	3.341 nomes
	<i>-ense; -mante</i>	

Tabela 10.23: Sufixos paradigmático-morfolexicais do português (*-e* e *consoantes*)

Grande parte dos sufixos acima tem em comum a terminação em *-e*. No cômputo, têm-se 7.262 itens, isto é, 47% de um total de 15.473 das unidades em *-e* que compõem o *corpus*. De um lado, esse quadro esclarece o percentual muito próximo de itens distribuídos entre as CAT's 1, 2 e 3¹⁸¹, como se viu na seção 10.1; por outro lado, é relevante o fato de que cada um desses sufixos constitua itens paradigmáticos em relação ao gênero: ou formam nomes masculinos, ou nomes femininos ou de dois gêneros. A relação entre os gêneros e os sufixos é estável, por essa razão, são

¹⁸¹ Mais adiante, serão apresentados os sufixos *-ete; -ite; -nte; -oide*, que formam 3.067 nomes, no *corpus*. Assim, de fato, são 10.329 nomes em *-e* formados por sufixos.

considerados *paradigmáticos-morfolexicais*, ou seja, são *sinsignos indiciais remáticos* que apresentam uma conexão com um dos qualissignos ou com ambos.

No início da pesquisa, havia a hipótese de que *-e* seria índice latente de gênero. Como as formações por sufixo são numericamente superiores e, ainda, existem sufixos terminados em *-e* que se vinculam ao masculino, ao feminino e a ambos os gêneros, essa terminação, na percepção do falante, torna-se ambígua, exceto quando compõe um desses sufixos. Talvez, por essa razão, para alguns falantes, palavras terminadas em *-e* causem dúvida quanto ao gênero, pois no universo lexical, o *-e* significa “um ou outro”.

Outra parte dos sufixos apresentados no quadro termina em *consoante*. Do mesmo modo, *-ez*, *-gem* e *-triz* são conectados exclusivamente a um gênero linguístico, mesmo não apresentando o *sinsigno indicial remático* de gênero. Do total de 1.654 itens de gênero feminino terminados em *consoante* (cf. § 10.1), esses sufixos são responsáveis por 1.025. Podem ser agrupados com outros sufixos paradigmático-morfolexicais:

Paradigmático-morfolexicais		Cômputo
Gênero Masculino	<i>-anzil</i> ; <i>-ar</i> ; <i>-átil</i> ; <i>-az</i> ; <i>-cer</i> ; <i>-im</i> ; <i>-tron</i>	51 nomes
Masc + Fem com alteração formal	<i>-ol</i> ; <i>-or</i> ; <i>-sor</i>	4017 nomes
Masc + Fem sem alteração formal	<i>-el</i> ; <i>-il</i>	382 nomes

Tabela 10.24: Sufixos paradigmático-morfolexicais do português (consoantes)

Os sufixos apresentados na tabela acima terminam em *consoante* e foram, inicialmente, categorizados como sufixos paradigmáticos. Contribuem com 4.450 itens de gênero masculino para o total de 8.268, ou seja, 53,8%¹⁸². De fato, apresentam conexão com o gênero masculino, embora não sejam marcados pelo *sinsigno indicial remático* de gênero em sua atuação como substantivos, segundo a clássica divisão, como é o caso de *-anzil*, *-ar*, *-átil*, *-az*, *-cer*, *-im* e *-tron*.

No entanto, na mesma tabela, há sufixos que, em certas formações, agregam o *sinsigno indicial remático* de gênero feminino, com *-ol*, *-or* e *-sor*, respectivamente, por ex., em *espanhola*, *professora*, *obsessora*. Há também os sufixos *-el* e *-il*, que podem se conectar a outros nomes femininos,

¹⁸² Os sufixos *-al* e *-vel*, em conjunto, formam outros 1.145 nomes, ainda que não pertençam a um único gênero. Esses sufixos serão apresentados a seguir.

embora não se modifiquem formalmente, como em “mulher cruel” ou “mulher febril”. As obras lexicográficas registram esses nomes apenas no gênero masculino por critérios de economia, mas esse registro não deveria se abster dessa informação a respeito do gênero, mesmo havendo uma única entrada para a unidade lexical.

É preciso ainda dizer que, por meio da análise proposta, não se alcançaram resultados conclusivos a respeito das palavras em *consoante*. Embora sejam, em sua maioria, vinculadas ao gênero masculino, seria relevante um tratamento morfofonológico com o objetivo de averiguar a presença de sons vocálicos e uma possível relação com o gênero linguístico.

Por fim, apresentam-se os sufixos e/ou outros elementos de formação que não se associam exclusivamente a nenhum gênero:

Paradigmático-lexicais		Cômputo
Qualissignos masculino e feminino	-o	6.192 nomes
	-ão; -(i)dão; -ção; -são; -ssão	
	-a	6.299 nomes
	-ama; -ana; -ata; -ema; -eta; -ida; -ista; -ita; -ola; -ota	
	-e	3.067 nomes
	-ete; -ite; -nte; -oide	
	consoante	1.145 nomes
	-al; -vel	

Tabela 10.25: Sufixos paradigmático-lexicais do português

Os elementos que compõem a tabela acima foram previamente classificados como sufixos complexos e representam 16.703 itens do *corpus* investigado. Incluem-se, na tabela, os sufixos em -ão¹⁸³, resultado histórico de diversas flexões latinas que convergiram para essa forma. A divisão em sufixos multicategoriais, homógrafos e extrapolissêmicos, proposta em 10.2.3, é importante porque demonstra a relação entre gênero linguístico e lexicalidade, para além da significação. Em outras palavras, as formações com esses sufixos são distintas das formações com os sufixos paradigmático-morfolexicais porque:

1. a conexão com o gênero linguístico não se estabelece com a estrutura silábica final de modo paradigmático;

¹⁸³ Anteriormente, as formações em -ão foram discutidas como representantes de sufixos desagregados, uma vez que, naquela etapa de análise, foi relevante mostrar que muitas das palavras pertencentes ao conjunto genérico em -o eram femininas por serem formadas pelos sufixos -(i)dão, -ção, -são e -ssão.

2. essa estrutura representa sufixos e/ou elementos de formação diversos o que, por si, a torna polissêmica;
3. o vínculo com o gênero linguístico depende do *legissigno indicial dicente*.

O gênero linguístico atua como elemento diferenciador de referências. Como qualidade de um signo, está suscetível a estabelecer uma relação com um objeto, de modo a contribuir para a sua representação. A análise dos paradigmas morfológicos, em que são cotejados gênero e forma linguística, e dos paradigmas lexicais, em que são contrastados gênero e significado lexical, pode fornecer parâmetros que se apliquem a essas formações, embora não substitua a busca etimológica para falar de derivação.

Quando um signo linguístico, pertencente a um gênero, expressa uma referência, a representação de uma nova referência pode se valer, em tese, da alteração do gênero linguístico, com ou sem marcação formal. Nesse âmbito, tem-se que a flexão de gênero é um dispositivo gramatical, presente no sistema. Como dispositivo, dentre as inúmeras possibilidades de modos de criação de palavras, a alteração de gênero, com alteração do significante, seria acionada para atender a necessidades extralinguísticas, assim como ocorre com os demais sufixos reconhecidamente derivativos. Mas outro tipo de flexão de gênero é detectável: a mudança de categoria de gênero sem que haja alteração formal, o que constituiria um processo de criação no qual, como paradigma morfológico, atuaria a flexão, mas a referência seria obtida apenas em nível lexical, isto é, não haveria significação composicional (cf. § 9.2.2). Assim, não haveria contradição entre processos flexionais e processos derivacionais, uma vez que se classificam todos os morfemas herdados como itens de flexão advindos do sistema paradigmático-morfológico, no qual se interpreta o gênero como categoria de signo. Como morfemas, seriam *índices* de gênero, em relação ao objeto, e *sinsignos indiciais remáticos*, em relação ao signo linguístico, que é símbolo.

O gênero linguístico é, portanto, um atributo morfológico: atua na significação, por meio de sufixos paradigmático-morfológicos, e atua na lexicalidade, por meio de sufixos paradigmático-morfolexicais e paradigmático-lexicais. Quanto à semântica, são *sinsignos indiciais remáticos*, quando atuantes na significação, uma vez que são afetados pelo objeto *qualissigno* – ou masculino, ou feminino; são *sinsignos dicentes*, quando, além de serem afetados pelo objeto, são capazes de dar informações sobre ele. A relação entre gênero linguístico e unidades lexicais também se estabelece por meio da composição morfológica, pois, a depender do *legissigno* a que se conectam, podem atuar na significação ou na lexicalidade.

Por fim, no início (cf. § 1), perguntou-se que significaria *gênero linguístico*:

DEF.: *Gênero linguístico é uma categoria morfolexical que se aplica a nomes, símbolos, e a outros signos linguísticos, sinsignos indiciais remáticos.*

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “uma categoria morfolexical” procura sintetizar as propriedades intensivas do gênero linguísticos: todos os nomes são categorizados em gênero - “um”, “outro”, “um e outro”, “um” e “um e outro” – a partir dos *qualissignos* masculino e feminino, atuantes na *significação* e na *referência*. Na *significação*, materializa-se no significante, segundo um princípio gramatical, ou seja, em considerando a definição de *significação* proposta “Significação é uma associação entre paradigmas morfológicos e paradigmas semânticos conectada a um princípio gramatical” (cf. § 9.2.1, quadro 9.1). Na *referência*, auxilia a conexão com outros signos semióticos, nas *semioses*, conforme a definição “Referência é uma imagem mental representada por um código verbal e associada a um princípio lexical” (cf. § 9.2.1, quadro 9.1).

As *definições condicionais* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) procuram salientar as extensões do conceito: “que se aplica a nomes, símbolos”, diz respeito às *unidades lexicais* em que atuam os *qualissignos*, nesse caso, apenas nos nomes, de acordo com a definição “Unidade lexical é um símbolo mínimo morfológico que expressa uma referência” (cf. § 9.2.1, quadro 9.1); “[que se aplica] a outros signos linguísticos, sinsignos indiciais remáticos” refere-se a artigos e pronomes que, na “cadeia sonora paradigmática significativa” (cf. def. de *Linguagem verbal*, quadro 9.1, § 9.2.1) conectam-se às *referências* representadas pelas *unidades lexicais*, possibilitando sua réplica e deixando de *indicar indefinidamente* (cf. § 9.2.1).

Examinada a *função*, o conceito de *gênero linguístico* cai sob um conceito superior (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3), o de *categoria morfolexical*, cujas propriedades intensivas e extensivas passam a ser as propriedades do *gênero linguístico*. O conceito de *categoria morfolexical* restitui o caráter de *signo linguístico* às *unidades lexicais* a que se aplica, conforme a definição “Signo linguístico é uma combinação arbitrária entre significante, significado e referência” (cf. § 9.2.1, quadro 9.1). Trata-se de um importante avanço na descrição e análise linguísticas, pois possibilita o afastamento do *gênero linguístico* de uma interpretação atrelada a um *princípio de identificação linguístico-ontológico* (cf. § 3.3), cuja concepção, em um passado remoto, tem influenciado, por séculos, uma associação exclusiva entre *gênero linguístico* e sexo biológico. Os termos *masculino* e *feminino* denotam essa associação, assim como a doutrina de Aristóteles (cf. § 3.1.2.5 e § 3.1.3), cujo conceito de *Gênero* subsumiu o conceito de *Linguagem*, permitindo que itens linguísticos fossem categorizados como o são as espécies.

No início (cf. § 1), também se perguntou que significaria *flexão de gênero*.

DEF.: *Flexão de gênero é uma alternância da categoria morfolexical que pode ou não alterar o significante dos símbolos e dos sinsignos indiciais remáticos componentes dos signos linguísticos para representação de referências.*

A *definição explícita* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) “uma alternância da categoria morfolexical” denota a propriedade dos nomes de alternar as categorias abstratas da linguagem, marcadas, no português, pelos *qualissignos* masculino e feminino. Desde o latim, essas categorias eram preponderantes e vinculavam-se às flexões, permitindo criações lexicais ou expressões de *referências* distintas, ainda que contíguas (cf. § 8.1.2). No português, a descrição e a análise linguísticas dos nomes possibilitaram observar a hegemonia do vínculo entre essas categorias abstratas, a *significação* e a *lexicalidade*.

As *definições condicionais* (HEGENBERG, 1974; cf. § 2.1.2) apresentam as propriedades extensivas do conceito: “que pode ou não alterar o significante dos símbolos e dos sinsignos indiciais remáticos componentes dos signos linguísticos” refere-se aos meios de materialização dos *qualissignos* masculino e feminino; e “para representação de referências” denota a atuação semântica dessas categorias abstratas.

Quanto à *função*, a *flexão de gênero* cai sob um conceito de *alternância de categorias morfolexicais* (FREGE, 1892a; cf. § 2.1.3). As propriedades das *categorias morfolexicais* passam a ser as propriedades da *flexão de gênero*, permitindo a alternância entre “um”, “outro”, “um e outro”, “um” e “um e outro”. Essa alternância ocorre sem que, necessariamente, haja alteração formal das unidades linguísticas.

Em perspectiva histórica, considerado o conceito “A flexão é uma combinação paradigmática de significantes inserida na raiz ou no radical para expressão de princípios de significação” (cf. § 9.2.1), é possível admitir que, desde o latim clássico, havia uma propriedade parcialmente presente nos nomes, que se somou a uma transformação já em curso na língua. Nesse sentido, a *flexão* abrangia apenas os casos em que o *gênero linguístico* estava associado a paradigmas morfológicos. Naquela teoria linguística em que surgiu, paradigmas morfológicos equivaliam a declinações, mas o *gênero linguístico* não foi elaborado como categoria abstrata, que permitia às unidades lexicais alterarem-se em gênero sem que houvesse alteração do significante, como ocorria com alguns nomes (cf. § 8.1.2) ou com os chamados adjetivos de 2ª classe. Assim, uma parte importante do léxico latino, embora se sustentasse na *flexão* – “combinação de significantes inserida na raiz ou no radical” – não apresentava conexão estável entre um significante e um gênero linguístico. Havia, contudo, uma conexão entre *gênero linguístico* e *referência*, expressa nas combinações

sintagmáticas, preponderante a ponto de viabilizar uma sistematização das declinações (cf. § 8.1.1 e § 8.1.2) e tratar os casos destoantes como anomalias. Eram, contudo, expressões dessas categorias abstratas do tipo paradigmático-morfolexicais e paradigmático-lexicais, como visto acima em relação ao português.

Por fim, viu-se que Frege (1895; cf. § 2.1.3) distingue *nome próprio* e *conceito*, porque o *sentido* e a *referência* de cada um são distintos. Quanto ao *nome próprio*, sua *referência* é o próprio objeto e seu *sentido*, o modo de apresentação desse objeto. Já o *conceito* apresenta, como *referência*, um conceito e, como *sentido*, o modo de apresentação desse conceito. Dessa maneira, naquela teoria, *flexão de gênero*, conforme Frege, é um *nome próprio*: um termo cuja *referência* é o próprio objeto, ou seja, o que estava ao alcance daquela teoria linguística, que concebeu “variações de voz” para falar de paradigmas morfológicos de significação; um termo cujo *sentido* é o modo de apresentação desse objeto.

Considerações finais

A interpretação da flexão de gênero no português, proposta nesta tese, foi desenvolvida em considerando duas lacunas de pesquisa, em torno do mesmo fenômeno linguístico. Essa elaboração foi fundamental para interpretar a gênese e a aplicação do gênero linguístico, que até então havia sido lançado a meros processos de concordância, em teorias caudatárias da tradição canônica, ou havia ficado restrito à designação dos sexos e de outras distinções semânticas. A flexão de gênero, por sua vez, especialmente devido à indefinição sobre a classificação de itens flexionais e derivacionais, ora era categorizada como um processo gramatical garantidor da concordância, ora como um processo lexical auxiliador da distinção semântica entre pares lexicalmente opostos, afora as idiossincrasias e irregularidades encontráveis no sistema. Por essa razão, os parâmetros estabelecidos fundamentaram-se em duas perspectivas de investigação:

a) o nível conceitual, em perspectiva longitudinal, em que se deu o resgate da concepção de gênero linguístico, desde sua primeira conhecida menção, na Antiguidade Clássica, e a reconstrução da trajetória de uso do termo flexão, por meio de *corpora* textuais, analisados em perspectiva interna;

b) o nível morfológico, em que se propôs uma abordagem semiótica da morfologia, cujos fundamentos serviram à rediscussão dos conceitos de signo linguístico e de morfema, procurando estabelecer um modelo de descrição e análise do gênero linguístico no português, por meio de um *corpus* linguístico constituído.

O resgate da concepção de gênero linguístico, na Antiguidade Clássica, permitiu vinculá-la às discussões oriundas das relações entre linguagem, pensamento e ontologia, ocorridas em outra área disciplinar, a Filosofia da Linguagem. Nesse escopo de pensamento, a linguagem foi concebida ou como expressão *verossímil*, ou como *mimese*, ou como *representação*, mas, entre as conversões de perspectiva, permaneceu um princípio de identificação linguístico-ontológico. Essa concepção, assentada na ontologia, deixou traços evidentes no exame das línguas: as discussões a respeito do gênero linguístico, seja na Filosofia, seja na Gramática clássicas, evidenciam uma incessante busca por uma correspondência entre a categorização das palavras, se masculinas, se femininas, se neutras, e a natureza das coisas que designam.

A investigação possibilitou, então, a descoberta de algo que foi, na verdade, o ponto de partida desta pesquisa: não havia um conceito de gênero linguístico, *a priori*, isto é, o conceito de

Gênero aplicado à análise linguística era o mesmo aplicado aos demais elementos do mundo. O que ocorria, na verdade, era uma visão de que as línguas eram fenômenos a serem explicados, mas não se sabia, assim como ocorria com outros fenômenos, se eram atributos da natureza ou se construções culturais. Os debates filosóficos e, mais tarde, as descrições e análises linguísticas revelam a hesitação ou entre natureza e convenção, ou entre analogia e anomalia; procuram-se correspondências entre gênero linguístico e a natureza, e a ausência de correspondência recai sobre os usos da língua – ou não se tem lógica, ou não se sabe representar artisticamente o mundo, ou se faz um uso irregular. Em todos os casos, parte-se do princípio de que a linguagem apresenta uma conexão indelével com as coisas e, mais, de que são as coisas que determinam como a linguagem deve ser moldada, estruturada, realizada, corrigida e conservada. Assim, o gênero linguístico não foi analisado como uma propriedade das línguas, mas como expressão semântica das ontologias, ou melhor, uma expressão cujo mau uso provoca as mais variadas idiossincrasias face à realidade circundante. Propuseram então, a correção da linguagem, seja para garantir a viabilidade dos discursos, seja para imitar com perfeição todas as coisas, seja para representar, na Arte ou na Lógica, a essência das coisas. De qualquer modo, a correção da linguagem estava em consonância com a nomativização do uso das línguas, mas também se tornava elementar para fixar uma teoria linguística que perdura por mais de vinte séculos.

Ainda que Aristóteles tenha concebido a linguagem como símbolo, que poderia ou não representar as propriedades dos seres, quanto ao gênero linguístico, uma análise cujo olhar partia das coisas representadas para a expressão linguística é preponderante, ou seja, não se analisava a linguagem em si, mas sim sua capacidade de expressar a realidade ou o que se supunha ser a realidade. Dessa forma, existia uma relação entre esse princípio de identificação linguístico-ontológico e o desejo de conceber os princípios de uma língua idealizada, legitimadora de uma cultura superior.

Nesse sentido, a ausência de quadros explicativos sobre o gênero linguístico, nas gramáticas estudadas, constitui-se uma lacuna a ser investigada. Se essas discussões sobre o gênero linguístico se iniciam na Filosofia da Linguagem, encontrando contornos mais definidos na teoria aristotélica, existe um lapso até a elaboração das primeiras gramáticas, embora permaneça a univocidade quanto à concepção de gênero linguístico vinculada a noções atribuíveis às espécies e às coisas. A perspectiva longitudinal, adotada nesta pesquisa, não permite encontrar respostas a essas questões, por isso é desejável a elaboração de outras perspectivas de abordagem.

Se assim pode ser chamado, o mesmo modelo de análise linguística, concebido na Antiguidade Clássica, o qual identificava a linguagem e a ontologia, tornou-se o fundamento para

a concepção, paulatina, de um conceito de flexão. A teoria varroniana, embora não se construa com o uso dos termos flexão e derivação, evidencia uma noção de que novas palavras, a *declinatio voluntaria*, surgiriam em um ato de nomeação. O termo *nominativo*, dado a um dos casos latinos, é uma evidência, senão uma consequência, dessa concepção, reforçada por contextos explicativos encontrados tanto na teoria varroniana quanto em gramáticos posteriores. O caso nominativo seria o resultado desse ato de nomear, e os demais casos seriam as *variações de voz*, a que a vontade humana não teria acesso, ou seja, se um indivíduo poderia escolher um nome para designar um elemento da realidade circundante, essa mesma voluntariedade não existiria no uso das demais formas, a *declinatio naturalis*, associadas a essa nomeação. Tem-se aqui, como pano de fundo, os conceitos de natureza e de convenção, de analogia e de anomalia, estes deliberadamente discutidos por Varrão.

Concebida, inicialmente, como *variação de voz*, a flexão atrelava-se à natureza. Embora essa percepção não tenha sido assumida, constitui-se como elemento fundador de uma associação entre a faculdade humana de proferir sons e a modalização desses sons para a expressão de significados. O termo, advindo de outra área disciplinar, a Retórica, passou a ser usado para se referir aos casos oblíquos, mais tarde designados também por *declinação*, uma vez que a regularidade dessas variações de voz foi destacada. Assim, ao mesmo tempo em que se construiu uma visão idealizada de língua, passou-se a identificar em sua materialidade os elementos que a tornariam peculiar.

A flexão, naturalmente concebida, era a declinação, uma regularidade indelével, que deveria ser conservada e, para isso, ensinada. As flexões de uma mesma declinação não se deveriam confundir com as flexões de outra declinação; empregava-se, portanto, um outro termo para designar palavras que, embora cognatas, pertenciam a outra declinação: a derivação. A perspectiva semântico-formal, observada no emprego do termo derivação, contrapõe-se à perspectiva formal-semântica expressa pelo termo flexão. Ainda, não se pode deixar de notar que, como ato de nomeação, a derivação significava uma palavra que designaria outra *coisa* em relação a uma primeira; e a flexão significava uma palavra que designaria uma mesma *coisa* expressa sob variadas perspectivas.

As noções de palavra primitiva e de palavra derivada, quando desprovidas da ciência etimológica, denunciam essa visão a respeito de derivação, em que as palavras e as coisas se confundem. Nessa visão, caso se substitua a ideia de coisa pela ideia de palavra, por meio da flexão, fala-se da mesma coisa sob variadas perspectivas, tem-se, então, a mesma palavra; por meio da derivação, fala-se de uma coisa em contiguidade com outra, logo, tem-se outra palavra. Quando as palavras são confundidas com as coisas, deixa-se de fazer análise linguística, ou melhor, cria-se uma

metaontologia em vez de elaborar modelos de análise linguística que, de fato, permitam descrever as línguas naturais.

Nesse ponto, vale destacar a importância de uma pesquisa a ser desenvolvida, pautada na investigação de como se deu a associação do conceito de flexão às formas verbais e de como isso chegou às obras de metalinguagem aplicada às línguas derivadas ou não do latim. As obras lexicográficas consultadas, por meio da datação do termo e de sua etimologia, são indícios dessa passagem. Contudo, se, de um lado, permitiram saber que o termo flexão não surgiu na gramática comparada, como se pensava, de outro, não são suficientes para conhecer, de fato, o sentido do conceito, em determinado período histórico, em que o termo pode apresentar camadas de significados, sobrepostas umas às outras, como se tinha por hipótese e como ficou demonstrado nesta pesquisa quanto ao período pesquisado, a seguir, sintetizado.

O conceito de flexão, desenvolvido nas teorias elaboradas no séc. XIX e estudadas nesta pesquisa, revestiu-se, primeiramente, de um caráter de superioridade. Em um cenário no qual se desejava construir uma ciência da linguagem, pautada no conceito de língua orgânica, essencialmente natural e, portanto, dissociada de qualquer interferência humana, uma língua flexiva seria aquela que dispunha de elementos autoevolutivos. As línguas então examinadas apresentavam raízes, mas nem todas tinham esse suposto aparato natural, que promoveriam sua evolução ao longo de sua própria história. A noção de evolução, naquele momento, não se atinha à transformação pura e simples, mas sim à superioridade de certas línguas em relação a outras, justamente as que não apresentavam flexões. Contudo, as flexões não se restringiam aos resquícios morfossintáticos de línguas como o grego e o latim, incluídas nas comparações, mas se aplicavam, com certa diferença entre os autores, aos elementos linguísticos tomados a partir da raiz.

É importante notar como, naquele momento, essa concepção serve, de fato, para explicar as diferenças entre certos grupos de línguas, uma vez que as semelhanças foram descobertas e serviram para estabelecer o parentesco entre as línguas. A associação entre gramática e flexão foi estabelecida pelos comparatistas: línguas superiores apresentavam um princípio gramatical, ou sua capacidade autoevolutiva marcada na morfologia de flexão; línguas desprovidas de gramática não apresentavam flexões, por isso não teriam capacidade autoevolutiva.

Se, de um lado, não reconhecer apenas os resquícios das línguas clássicas como elementos de flexão poderia ter sido um avanço, de outro, o posterior rechaço à concepção de língua orgânica promoveu a restauração da antiga perspectiva em relação à flexão. Ao lado de uma teoria, desenvolvida pelos neogramáticos, a qual explicava uma série de transformações ocorridas nas

línguas, em perspectiva histórica, o conceito de flexão voltou às origens, aplicado às extensões: a declinação e a conjugação, ou os resquícios morfossintáticos, isto é, o gênero e o número, nos nomes, o modo, o tempo, a pessoa e o número, nos verbos. As transformações fonéticas resguardavam o caráter cultural das línguas, em detrimento de uma língua orgânica autoevolutiva, e evidenciavam a atuação da analogia, não mais entendida como regularidade natural, mas sim como uma força reguladora advinda da atuação humana. As diferenças entre as línguas, ao longo da história, eram, então, explicadas por meio de processos de transformação, as leis fonéticas, que descreviam tanto as mudanças quanto a atuação das forças reguladoras do sistema.

Ao contrário do que havia sido estabelecido, as flexões não mais eram elementos de diferenças entre as línguas, mas, nesse escopo, serviam para mostrar as semelhanças entre elementos linguísticos pertencentes a um grupo, no cerne de cada língua, não mais em perspectiva comparativa. A flexão era altamente aplicável e, na relação etimológica, tornou-se um elemento definidor da palavra: a mesma palavra, pertencente a uma classe de palavras, apresentava formas distintas advindas da gramática das línguas. Formas de flexão eram formas das mesmas palavras, modificadas gramaticalmente para expressão de significados, do mesmo modo, regulares. A associação entre flexão e gramática permaneceu. Nesse ínterim, surgiu a polêmica, pois não se sabia quando se estava diante de novas palavras e quando se estava diante de mesmas palavras; não ficava claro como classificar certos elementos linguísticos. Línguas estruturadas em casos não deixavam dúvidas, mas o mesmo não ocorria com outras línguas.

O século XX descortina-se. Importa perceber que nem mesmo o conceito de signo linguístico, que procurou subsumir a velha noção de palavra, provocou muitos efeitos contra a hegemonia de certas ideias linguísticas desenvolvidas há séculos. O *Cours*, obra não escrita por Saussure, mas que o promoveu à alçada de instaurador de uma nova linguística, trouxe deliberadas discussões a respeito de certos termos, provindos da tradição canônica. Essas discussões, especialmente as voltadas às ideias preestabelecidas sobre classes de palavras e sobre flexão, aplicável tão somente à declinação e à conjugação, procuravam mostrar como essa visão deveria ser substituída por signos presentes e inter-relacionados em um sistema abstrato, que permitiria explicar a manutenção de itens herdados combinados a elementos criados, na sucessão de estados de língua. Ora, em muitas línguas derivadas do latim, o sistema de declinação dos nomes desapareceu, mas restaram itens linguísticos formadores de unidades lexicais, os itens herdados, combinados a itens criados e a uma nova configuração.

Deliberadamente sincrônicos, os estudos voltados à morfologia das línguas, lugar onde se encontra a maior parte dos itens herdados de etapas anteriores, procurou descrever os processos

de formação de palavras, por meio do conceito de morfema. A descrição e análise dos morfemas, justamente por desconsiderar etapas anteriores, esbarrou nas transformações fonéticas e semânticas atuantes nas trajetórias das línguas. A saída encontrada para explicar idiossincrasias, marcadas pelo abandono da perspectiva histórica, foi o esvaziamento semântico do morfema, que passou a ser uma unidade mínima formal, cujo significado ficava atrelado às unidades lexicais. Contudo, mesmo em considerando o significado assumido pelos morfemas nas unidades lexicais, muitas unidades mínimas apresentavam formas ou significados distintos, embora estivessem, de alguma maneira, associadas.

Sobre isso, é importante resgatar as propriedades extensivas do conceito de flexão, ainda presentes nos manuais de gramática e no discurso da linguística, em diversas correntes teóricas. A pesquisa desenvolvida nos modelos morfológicos do séc. XX selecionados possibilitou depreender as reiteradas menções feitas a certos itens linguísticos, conquanto o modo de apresentação do conceito de flexão, nos modelos teóricos investigados, sofresse variações ao longo da história da linguística e, nesses modelos desenvolvidos no séc. XX, estivesse associado à sintaxe. Um retorno à antiga concepção de flexão carregou consigo os resquícios da morfossintaxe e, nas línguas em que não há declinação, itens de flexão passaram a ser regidos pela sintaxe e a constituírem o princípio de gramaticalidade das línguas.

A Linguística do século XX, embora tenha assumido o conceito de signo linguístico e o conceito de sistema, talvez não como, de fato, concebidos por Saussure, manteve, nas descrições e análises, certas noções advindas da tradição canônica. A sincronia e a diacronia foram vistos como recortes temporais absolutos, e a escolha pelo método sincrônico não permitia a busca de dados em etapas anteriores à estudada para explicar certos fenômenos linguísticos. Além disso, uma prestigiada área da Linguística, o Gerativismo chomskyano, e suas correntes derivadas, aplicadas à morfologia das línguas, separou brutalmente léxico e gramática, dispostos em dois módulos mentais. A separação brutal tornou obsessiva a classificação de itens flexionais e derivacionais, culminando em uma falsa dicotomia que, aplicada às línguas, fez emergir uma falsa polêmica. Ainda, fez surgir duas áreas, a Morfologia Flexional e a Morfologia Derivacional que, mesmo em seus distintos desdobramentos, realizados por meio de modelos morfológicos diversos, assumiu princípios gerativistas. Nesse cenário, descrever e explicar o gênero linguístico e a flexão de gênero não se realiza sem contradições.

Sobre a questão terminológica, a constância do peso da tradição canônica talvez se dê pela metalinguagem compartilhada entre linguistas das mais diversas linhas teóricas, que se servem de termos advindos dessa tradição, os quais, em perspectiva intrateórica, se tornam semiformalizados.

Falar de flexão e de derivação é algo banal, nos discursos da Ciência Linguística, mas esses termos carecem de definições prévias. Por essa razão, considera-se uma contribuição o conjunto das definições elaboradas nesta pesquisa pertencentes a diversas esferas teóricas e a diversos períodos da história da metalinguagem. Outras investigações, concentradas nesses e em outros termos, seriam de grande valia para aprofundar os estudos da história da Ciência Linguística.

Cabe observar ainda como, nessa retrospectiva, faz-se notar um eterno retorno às noções clássicas de φύσις (natureza) ou de νόμος (convenção) aplicadas à linguagem: por um lado, se as línguas são vistas como atributos da natureza, não cabem observações quanto às contingências sócio-históricas; de outro lado, caso se considerem essas contingências, subjuga-se a natureza das línguas. Na Linguística, uma proposta que sintetize esses aspectos, certamente ambos presentes na linguagem humana, é um desafio.

Nesta pesquisa, propôs-se que a Morfologia, ao estudar os processos envolvidos na formação de palavras, considere a subsunção do conceito de língua pelo conceito de linguagem verbal, faculdade exclusiva da espécie humana. A linguagem verbal é um sistema de representação, propriedade fundamental que passa a ser de toda e qualquer língua. Uma língua constitui-se de um sistema que envolve cadeias paradigmáticas sonoras. A estrutura silábica é o paradigma primeiro de uma língua, mas está restrito à composição fonológica. Uma vez que essas estruturas materiais são associadas a significados, passam à alçada da Morfologia, que lida com paradigmas morfológicos, processo pelo qual se inicia o fenômeno linguístico como sistema de representação. Esses princípios possibilitaram rediscutir o conceito de signo e de morfema com o objetivo de restituir o lugar da Morfologia nos estudos linguísticos.

O sistema cognitivo da espécie humana possibilita o uso dessas cadeias sonoras para representação, ou melhor, a materialização dessas cadeias sonoras, para que possam ser compartilhadas, carecem de paradigmas. Na representação, os paradigmas sonoros – os significantes – são associados aos significados, e o limite de abordagem da Morfologia compreende a referência oriunda da significação, isto é, aquela composta pela soma do significado das unidades mínimas – os morfemas. Os morfemas são constructos teóricos, resultantes da verificação de paradigmas de significantes associados a significados em perspectiva histórica. São objeto da Morfologia, área científica que não se deve confundir com a perspectiva dos usuários de uma língua: para o falante, morfemas não passam de estruturas silábicas conectadas a significados de modo intuitivo, espontâneo, porque originários de processos de aquisição de linguagem associados a múltiplas experiências, na dimensão sócio-histórica. As línguas revelam certas estruturas silábicas

que não constituem morfemas, mas que, onipresentes nos signos linguísticos, podem ser estudados a partir da perspectiva proposta nesta tese, como é o caso, por exemplo, dos interfixos, mas também, dentre outros, dos acrônimos, das siglas ou das repetições silábicas em signos icônicos ou em nomes próprios.

Além disso, procurou-se demonstrar que não se pode confundir referência e referente, pois este diz respeito às ontologias e aquela pertence à representação. A referência é uma imagem mental conectada ao signo linguístico em uma série de experiências associadas e contingenciais. Essas experiências associadas permitem que outros significados sejam agregados aos signos linguísticos para além da significação. Desse modo, de um lado, existe a perspectiva do falante, que percebe as estruturas silábicas conectadas às representações, o que lhe permite assumir e criar unidades lexicais, mas também atribuir outros significados a unidades lexicais existentes; de outro, elaborase uma interpretação semiótica desse processo, que percebe as réplicas dessas estruturas silábicas e expressa essa percepção por meio do conceito de morfema, unidade mínima significativa, e do conceito de unidade lexical, símbolo mínimo, no âmbito da Morfologia.

Nesse sentido, a lexicalidade de um signo ocorre em processos de semiose, os quais, quando verificados, revelam a apreensão de unidades mínimas significativas e unidades mínimas referenciais. A abordagem semiótica prevê que certas estruturas silábicas, sendo ou não morfemas, sejam índices dos objetos, cuja referência é dada por um símbolo. Considerada a linguagem, as unidades mínimas significativas são ou legissignos ou sinsignos, indiciais remáticos ou dicentes, que respectivamente têm sido referidos por raiz ou radical e afixos, mas é possível classificar como legissignos ou sinsignos outros elementos constitutivos das unidades lexicais.

Por fim, essa classificação, somada a um método indutivo de análise do português, permitiu inventariar e explicar a categorização dos nomes quanto ao gênero linguístico, bem como compreender o que vem a ser flexão de gênero. Nesse âmbito, não existe separação entre princípios gramaticais e princípios lexicais, mas sim uma confluência de forças que configuram a expressão linguística. A hegemonia da associação entre o morfema *-o* e o gênero masculino e entre o morfema *-a* e o gênero feminino revela não apenas a manutenção de processos herdados, mas também como essa hegemonia é parte estruturante da gramática do português e da lexicalidade de itens herdados, criados e tomados por empréstimo. Faz parte também desse processo a latência de unidades lexicais terminadas em *-e*, ora masculinas ora femininas, exceto quando existe outro sufixo que, terminado em *-e*, conduz a associação a um dos gêneros. Sobre as unidades lexicais terminadas em consoante, a respeito das quais não houve resultados decisivos, é preciso aliar estudos morfológicos e fonológicos como meio de verificar a relação entre terminação e gênero linguístico. Entretanto, foi

possível estabelecer a conexão entre as categorias de gênero linguístico e outros sufixos, bem como compreender a alternância das categorias de gênero vinculada à significação e à lexicalidade dos signos linguísticos.

Desse modo, espera-se que a descrição e a análise do gênero linguístico e da flexão de gênero, no português, no âmbito da Morfologia, tal como propostas nesta tese, contribuam para a discussão, bastante recente, em prol da defesa de uma *linguagem neutra*, sem expressão dos gêneros, por parte de uns, e de uma *linguagem marcada*, expressiva dos gêneros, por parte de outros, como forma de inclusão de grupos socialmente marginalizados, discriminados ou desprestigiados. O gênero linguístico não se trata apenas de resquícios de morfossintaxe, mas é parte estruturante da gramática de várias línguas, a partir da concepção dos qualissignos masculino e feminino, subjacentes das representações de imagens mentais, as quais não se restringem à distinção dos sexos ou das identidades de gênero.

De todo o exposto, espera-se que a linguagem verbal – e as línguas – seja vista como um fenômeno pertencente à φύσις e à νόμος e como representação, que configura um mapeamento cognitivo paralelo à ontologia, por isso nem sempre há correspondência entre discurso e realidade. Alterar certas realidades, por mais lícito que possa ser, exige muito mais do que corrigir a linguagem, ainda que os discursos possam transformar o pensamento e, por isso, sejam formas válidas de atuação no mundo.

Referências bibliográficas

1. Fontes primárias (em ordem alfabética)

a) *Corpora* lexical

GAFFIOT, Félix. **Dictionnaire Latin Français**: Gaffiot 2016. V. M. Komarov, 2016. (Nouvelle édition revue et augmentée). [1923] Dir. Gérard Gréco. Disponível em: [ark:/13960/t2w42qn93](https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:hbz:5:1-63868-p0011-9).

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS (ed.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Objetiva Ltda, 2001.

b) *Corpora* textual

APOLÔNIO DÍSCOLO. Περί συντάξεως (Syntaxe). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Apollonii Alexandrini**: De constructione: orationis. Berlim: Impensis GE. Reimeri, 1817, v.4.

_____. **Sintaxis**. Madrid: Editorial Gredos, 1987. (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Vicente Becares Botas. Rev. Rosa Pedrero Sacho e Carlos García Gual.

_____. **De la construction (syntaxe)**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997, 2 v. Trad. Jean Lalot.

ARISTÓTELES. Κατηγορίαι (Categorias). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 1.

_____. Categorías. In: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica: Órganon I**. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 29, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. José Montoya.

_____. Categories. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle: the revised oxford translation**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 25, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. J. L. Ackrill.

_____. Περί Ἑρμηνείας (Da Interpretação). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 16.

_____. Sobre la Interpretación. In: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica: Órganon II**. Madrid: Editorial Gredos, 1995. p. 35, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. Quintín Racionero.

_____. De Interpretatione. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle: the revised oxford translation**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 72, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. J. L. Ackrill.

_____. Τὰ Μετὰ τὰ Φυσικά (Metafísica). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.2. p. 980.

_____. **Metafísica**. Madrid: Editorial Gredos, 1994. (Biblioteca Clásica Gredos). Trad. Tomás Calvo Martínez, Rev. Paloma Ortiz.

_____. **Metaphysics**. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle: the revised oxford translation**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 3343, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. D. Ross.

_____. Περί Ποιητικῆς (Poética). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.2. p. 1447.

_____. Poetics. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 4618, 2 vol. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. I. Bywater.

_____. **Poética de Aristóteles**: Edición Trilingüe. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca Románica Hispánica). Trad. Vicente García Yebra, Rev. Carlos García Gual.

_____. Πηγορικῆ (Retórica). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.2. p. 1420.

_____. Rhetoric. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 4618, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. Rhys Roberts.

_____. **Retórica**. Madrid: Editorial Gredos, 1999. (Biblioteca Clásica Gredos). Trad. Quintín Racionero, Rev. Carlos García Gual.

_____. Σοφιστικοὶ Ἐλεγχοί (Elencos Sofísticos). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 164.

_____. Sobre las Refutaciones Sofísticas. In: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica**: Órganon I. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 309, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. José Montoya.

_____. Sophistical Refutations. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 619, 2 v. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. A. Pickard.

_____. Τοπικά (Tópicos). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Aristoteles graece**. Berlim: Academia Regia Borussica, 1831, v.1. p. 100.

_____. Tópicos. In: SANMARTÍN, Miguel Candel (ed.). **Tratados de Lógica**: Órganon I. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 89, (Biblioteca Clásica Gredos, 51). Trad. Miguel Candel Sanmartín, Rev. José Montoya.

_____. Topics. In: BARNES, Jonathan (ed.). **The Complete Works of Aristotle**: the revised oxford translation. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 381, 2 vol. (One-Volume Digital Edition) (Bollingen series LXXI). Trad. W. A. Pickard.

ARONOFF, Mark. **Word Formation in Generative Grammar**. Massachussets: The Mit Press, 1976. (Linguistic Inquiry Monographs).

BASILIO, Margarida. **Estruturas Lexicais do português**. Petrópolis. Vozes, 1980.

_____. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

BLOOMFIELD, Leonard. A set of postulates for the science of language. Language 2, 153-164. In: M. Joos, (org). **Readings in linguistics** I. Chicago: University of Chicago Press, 1957 [1926].

_____. **Language**. Londres: Cox & Wyman, 1973 [1933].

BOPP, Franz . Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages, shewing the original identity of their grammatical, 1820. In: Koerner, Konrad (org.) **Series I – Amsterdam Classics in Linguistics**, 1800-1925, v. 3. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989.

_____. **Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Gothischen und Deutschen.** Berlin: Königl. Akademie der Wissenschaften, 1833.

_____. **Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand.** Paris: Imprimerie Impériale, 1866, Tomo I. Trad. Michel Bréal. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86090v/f3.image>. Acesso em: 21 setembro 2017.

_____. **Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand.** Paris: Imprimerie Impériale, 1868, Tomo II. Trad. Michel Bréal. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k860947?rk=21459;2>. Acesso em: 21 setembro 2017.

_____. **Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand.** Paris: Imprimerie Impériale, 1869, Tomo III. Trad. Michel Bréal. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k860916?rk=85837;2>. Acesso em: 21 setembro 2017.

_____. **Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand.** Paris: Imprimerie Impériale, 1872, Tomo IV. Trad. Michel Bréal. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86092j?rk=64378;0>. Acesso em: 21 setembro 2017.

_____. **Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand.** Paris: Imprimerie Impériale, 1874, Tomo V. Trad. Michel Bréal. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86093w?rk=42918;4>. Acesso em: 21 setembro 2017.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas de Lingüística Descritiva.** 6ª ed. Editora Vozes Ltda, 1973 [1969].

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa.** 35ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2002 [1970].

CICERO. *De Oratore.* In: WARMINGTON, E. H (ed.). **Cicero: De oratore in Two Volumes, I, Books I, II.** New York: Cambridge University Press, 1967. Trad. E. W. Sutton.

DIONÍSIO TRÁCIO. Τέχνη γραμματική (Tékhne grammatikē). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Anecdota Graeca.** Berlin: Impensis GE. Reimeri, 1817, v.2.

_____. Tékhne grammatikē. In: CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da Tékhne grammatikē, de Dionísio Trácio, para o português.** Orientador: José Borges Neto. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/24818>. Acesso em: 12 maio 2017.

DONATO. *Ars minors.* In: KEIL, Heinrich (ed.) **Grammatici Latini: ex recensione.** Leipzig: Teubner, 1855. v. IV.

HALLE, Morris. **Prolegomena to a Theory of Word Formation.** Linguistic Inquiry, vol. 4, no. 1, 1973, pp. 3–16. JSTOR, Disponível em: www.jstor.org/stable/4177749. Acesso em: 28 julho 2018.

JACKENDOFF, Ray. **Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon.** Language, vol. 51, no. 3, 1975, pp. 639–671. JSTOR, Disponível em: www.jstor.org/stable/412891. Acesso em 28 julho 2018.

PAUL, Hermann. **Prinzipien der Sprachgeschichte**. Halle: Verlag vom Max Niemeyer, 1920 [1880].

_____. **Princípios Fundamentais da História da Língua**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966. Trad. Maria Luisa Schemann.

PLATÃO. Cratylus. In: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 12. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg005.perseus-eng1:383a>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Cratyle. In: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome V - 2e partie). Trad. Louis Méridier. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Crátilo. In: PLATÓN. **Diálogos I**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1985. v.1. Trad. J. L. Calvo.

_____. Euthydemus. In: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 3. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg021.perseus-eng1:271a>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Euthydème. In: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome V - 1e partie). Trad. Louis Méridier. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Eutidemo. In: PLATÓN. **Diálogos II**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1983. v.2. Trad. F. L. Olivieri.

_____. Laches. In: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 8. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg019.perseus-eng1:178a>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Lachès. In: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome II). Trad. Alfred Croiset. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Laques. In: PLATÓN. **Diálogos I**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1985. v.1. Trad. G. Garcia Gual.

_____. Protagoras. In: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. v. 8. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg022.perseus-eng1:309a>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Protagoras. In: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Tome III - 1e partie). Trad. Alfred Croiset e Louis Bodin. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Protágoras. In: PLATÓN. **Diálogos I**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1985. v.1. Trad. G. Garcia Gual.

_____. Theætetus. In: PLATO. **Plato in Twelve Volumes**. London: Cambridge, Ma, Harvard University Press, 1921. p. 383-440. v. 12. Trad. Harold N. Fowler. Disponível em: <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg006.perseus-eng1:142a>. Acesso em: 06 ago. 2015.

_____. Théétète. In: PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Les Belles Lettres, 1924. (Tome VI - 2e partie). Trad. Auguste Diès. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10111/UIUCOCA:Serial/uvrescompltes>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Teeteto. In: PLATÓN. **Diálogos V**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1988. v.5. Trad. Fernando García Romero.

PRISCIANO. *Institutiones grammaticae*. In: KEIL, Heinrich; HERTZ, Martin (ed.). **Grammatici latini**: Prisciani Institutionum Grammaticarum Libri I-XII. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2009 [1855]. v. 2. Disponível em: www.cambridge.org/9781108006378. Acesso em: 21 fevereiro 2018.

QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Instituição oratória**. Campinas: Editora Unicamp, 2015. 4 v. Trad. Bruno Fregni Bassetto.

RUFINIANO. *De Schematis Lexeos*. In: RUHNKENIUS, David. **P. Rutilii Lupi de Figuris Setentiarum et Elocutionis**. Lugduni Batavorum : Apud Samuelem et Joannem Luchtmans, Academiae Typographos, 1768. Disponível em: <http://archive.org/details/defigurissentent00rufi>. Acesso em 03 março 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot & Rivages, 1995 [1916]. Charles Bailly, Albert Séchehaye e Albert Riedlinger (org.).

_____. **Corso di linguistica generale**. 19ª ed. Roma: Editori Laterza, 2005 [1967]. Trad. Tullio de Mauro.

SCHLEGEL, Friedrich. **Über die Sprache und Weisheit der Indier**. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1808. Disponível em: http://www.deutschestextarchiv.de/schlegel_indier_1808/4. Acesso em: 04 janeiro 2016.

_____. **Essai sur la langue et la philosophie des indiens**. Paris, Parent-Desbarres, 1837 [1808]. Trad. M. A. Mazure. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63074g.r=fRIEDRICH%20SCHLEGEL?rk=42918;4>. Acesso em 02 fevereiro 2016.

SCHLEICHER, August. **Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht**. Amsterdam/philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1983 [1850]. (Series I - AMSTERDAM CLASSICS IN LINGUISTICS, 1800-1925). Konrad Koerner (ed.).

_____. **Les Langues de L'Europe Moderne**. Paris : Ladrangé/Garnier, 1852 [1850]. Trad. Hermann Ewerbeck.

_____. **Zur Morphologie der Sprache**. St. Petersburg: Eggers Und Comp. in St. Petersburg, 1859. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Zur_Morphologie_der_Sprache_von_August_S.htm?id=kfh3QwAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. **Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen**. Weimar: Hermann Böhlau, 1861.

_____. **A Compendium of the Comparative Grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin Languages**. London: Trübner & Co., 1874 [1861], Part I. Trad. Herbert Bendall.

_____. **A Compendium of the Comparative Grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin Languages**. London: Trübner & Co., 1877 [1861], Part II. Trad. Herbert Bendall.

_____. **Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft.** Weimar: Hermann Böhlau, 1863.

_____. Darwinism Tested by the Science of Language. In: KOERNER, Konrad (ed.). **Linguistics and Evolutionary Theory:** three essays by August Schleicher, Ernst Haeckel and Wilhelm Bleek. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983 [1863]. p. 1. Trad. Alex V. W. Bikkers.

_____. **Über die Bedeutung der Sprache für die Naturgeschichte des Menschen.** Weimar: Hermann Böhlau, 1865.

_____. On the significance of language for the natural history of man. In: KOERNER, Konrad (ed.). **Linguistics and Evolutionary Theory:** three essays by August Schleicher, Ernst Haeckel And Wilhelm Bleek. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983 [1865]. p. 73. Trad. Peter Maher.

SEXTO EMPÍRICO. Προς γραμματικούς (Contra os gramáticos). In: BEKKER, Immanuel (ed.) **Sextus Empiricus.** Berlin: Impensis GE. Reimeri, 1842.

_____. **Against the Grammarians** (Adversus Mathematicos I). New York: Clarendon Press, 1998, Trad. David L. Blank.

_____. Contra os gramáticos. In: PREZOTTO, Joseane. **Sexto Empírico:** Contra os gramáticos: introdução, tradução e notas. Orientador: José Borges Neto. 2015. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/43360>. Acesso em: 28 junho 2017.

VARRÃO. *De Lingua Latina* – Livros VIII, IX e X. In: KENT, Roland. G. **Varro** : on the Latin Language. London/ Massachusetts : William Heinemann LTD/ Harvard university Press, 1951. 2. vol.

_____. *De Lingua Latina.* In: VALENZA, Giovanna Mazzaro. **DE LINGVA LATINA, de Marco Terêncio Varrão:** Tradução dos livros VIII, IX e X. Orientador: José Borges Neto. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/26349>. Acesso em: 13 setembro 2016.

2. Fontes secundárias

ALTMAN, Cristina. Sobre mitos e história: a visão retrospectiva de Saussure nos três cursos de linguística geral. In: FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. **Saussure:** a invenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2013. p. 21-32.

ADELUNG, Johann Christoph. **Mithridates oder allgemeine Sprachkunde mit dem Vater Unser als Sprachprobe in bey nahe fünf hundert Sprachen und Mundarten.** Berlin: Vossische Buchhandlung, 1806.

ALVES, I. M. **Neologismo:** Criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.

ANDERSON, Stephen R. Inflectional morphology. In: TIMOTHY SHOPEN (ed.). **Language, typology and syntactic description.** vol. III. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 150-201.

- ARAÚJO, Mariângela. Composição sintagmática, por siglas e acrônimos. In: RODRIGUES, A.; ALVES, I. M. (org.) **A construção morfológica da palavra**. São Paulo: Contexto/FAPESP, 2015. v. VI, p. 123-144. (Gramática do Português Culto Falado no Brasil)
- ARÉAN-GARCIA, Nilsa. Algumas características do sufixo -ista. In: VIARO, M.E. **Morfologia Histórica**. São Paulo: Cortez, 2014.
- ARÉAN-GARCIA, Nilsa. **Aspectos sincrônicos e diacrônicos do sufixo -ístico(a) no português e no galego**. Orientador: Mário Eduardo Viaro. 2011. 521 f. 2 v. Tese (Doutorado em Letras) Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ARÉAN-GARCIA, Nilsa. **Estudo comparativo de aspectos semânticos do sufixo -ista no português e no galego**. Orientador: Mário Eduardo Viaro. 2007. 463 f. 2 v. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ARISTÓFANES. **Uma comédia grega**: As nuvens. Rio de Janeiro: Expresso Zahar, 1995. Trad. Mário da Gama Kury.
- ARONOFF, Mark; FUDEMAN, Kirsten. **What is Morphology?** Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- BAILLY, Anatole. **Dictionnaire grecque-français**. Paris: Hachette, 1935 [1895].
- BASILIO, M. **Fusão vocabular expressiva: um estudo da produtividade e da criatividade em construções lexicais**: textos selecionados. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA. Porto: APL, 2010. p. 201-210.
- BASILIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BASILIO, Margarida. O estudo da morfologia no português falado: condições de produtividade e condições de produção. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). **Gramática do português falado**. III: abordagens. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 364-372.
- BASILIO, Margarida. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
- BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica**. São Paulo: Edusp, 2001.
- BELLIDO, Antonio Melero. **Sofistas**: testimonios y fragmentos. Introducción, traducción y notas. Madrid: Editorial Gredos, 1996.
- BLANK, David L. **Against the grammarians**: (Adversus mathematicos I; Sexto Empírico). Tradução, introdução e comentários. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- BLANK, David; ATHERTON, Catherine. Contribuição estoica à gramática tradicional. In: INWOOD, Brad (org.). **Os estoicos**. São Paulo: Odysseus Editora Ltda, 2006. p. 343-362. Trad. Paulo Fernando Tadeu Ferreira e Raul Fiker.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. Londres: Cox & Wyman, 1973 [1933].
- BOBZIEN, Susanne. Lógica. In: INWOOD, Brad (org.). **Os estoicos**. São Paulo: Odysseus Editora Ltda, 2006. p. 95-138. Trad. Paulo Fernando Tadeu Ferreira e Raul Fiker.
- BOPP, F. **Vocalismus oder Sprachvergleichende Kritiken: über J. Grimm's Deutsche Grammatik und Graff's althochdeutschen Sprachschatz mit Begründung einer neuen Theorie des Ablauts**. Berlin: Nikolaische Buchhandlung, 1827.
- BORGES NETO, J. **Flexão e derivação**: será que os tratamentos dos a esta distinção não adotam uma perspectiva 'enviesada'? Cadernos de Estudos Lingüísticos, v. 54, n. 2, p. 307-317, 6 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nomenclatura Gramatical Brasileira** (NGB). Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

BRÉAL, Michel. Introduction. In: BOPP, Franz. **Grammaire Comparée des Langues Indo-européennes**: le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand. Paris: Imprimerie Impériale, 1866. p. I-LVII. (Tomo I). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86090v/f3.image>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRUGMANN, Karl; DELBRÜCK, Berthold. **Grundriß der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen**. Strassburg: K.J. Trübner, 1897.

BYBEE, Joan. **Morphology**: a study of the relation between meaning and form. Amsterdam: Johns Benjamins, 1985.

BYNON, Theodora. The synthesis of comparative and historical Indo-European studies: August Schleicher. In: BURKHARDT, A.; STEGER, H.; WIEGAND H. E. (ed.). **History of the Language Sciences**. Berlim/New York: Walter de Gruyter, 2001. (HSK 18.2) p. 1223-1239

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Petrópolis: Vozes, 2011 [1975]. Trad. Maria do Amparo Barbosa de Azevedo.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1976.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 35ª ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2002 [1970].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas de Lingüística Descritiva**. 6ª ed. Editora Vozes Ltda, 1973 [1969].

CARDOSO, Elis de Almeida. Composição. In: RODRIGUES, A.; ALVES, I. M. (org.) **A construção morfológica da palavra**. São Paulo: Contexto/FAPESP, 2015. v. VI, p. 111-122. (Gramática do Português Culto Falado no Brasil)

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. 20. ed. São Paulo: Vozes, 2013 [1976].

CASSIN, Barbara. **O efeito sofisticado**. São Paulo: Editora 34, 2005. (Coleção Trans). Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro.

CERRI, Cristina; MONTEIRO, Martha S.. **História dos Números Complexos**. 2001. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~martha/caem/complexos.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque**: histoires des mots. Paris: Klincksieck, 1999. [1968] Rev. AlainBlainc, Charles de Lamberterie, Jean-Louis Perpillou.

CHOMSKY, Noam. **Derivation by phase**. Massachusetts: Mit Press, 1999 (MIT occasional papers)

CHOMSKY, Noam. **The minimalist program**. Cambridge/Mass: Mit Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. Remarks on Nominalization. In Jacobs, Roderick A. and Rosenbaum, Peter S. (ed.). **Readings in English Transformational Grammar**, Boston: Ginn. 1970. p.184-221.

- CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax**. Massachusetts: Mit Press, 1965.
- CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.
- CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. **The Sound Pattern of English**. New York: Harper & Row, 1968.
- CICERO. ***De natura deorum***. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Andrew R. Dyck (ed.) (Cambridge Greek and Latin Classics)
- CICERO. ***Orator***. Leipzig: BSB Teubner Verlagsgesellschaft, 1980. (Rolf Westman ed.)
- CIZESCKI, Fernanda. **No Limiar entre a Sintaxe e Semântica**: indagações sobre a construção e a (in)definição da noção de gramaticalidade em Chomsky. Orientador: Fábio Luiz Lopes da Silva. 2013. 118 f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.
- CONDÉ, Valéria G. Estudo comparativo do sufixo -aria/-eria nas línguas ibero-românicas do Noroeste Peninsular. In: VIARO, M.E. **Morfologia Histórica**. São Paulo: Cortez, 2014.
- COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. **Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico**. Madrid: Editorial Gredos, 1984 [1980]. 6 v.
- CORRADI, Michele. Aristote et la réflexion de Protagoras sur les noms. In: HOURCADE, Annie; LEFEBVRE, René. **Aristote: rationalités**. Rouen/havre: Publications Des Universités de Rouen Et Du Havre, 2011. p. 109-134.
- COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**. Rio de Janeiro: Presença, 1979. Tradução de C. A. Fonseca e M.Ferreira.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- CRYSTAL, David. **A dictionary of Linguistics and Phonetics**. 6. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DE MAURO, Tulio. Introduzione. In: SAUSSURE, Ferdinand de. **Corso di linguistica generale**. 19ª ed. Roma: Editori Laterza, 2005 [1967]. Trad. Tullio de Mauro.
- DEUTSCHES WÖRTERBUCH (DWB). GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm (Leipzig, 1854-1961). In: **WÖRTERBUCHNETZ**. Trier. Universität Trier. Disponível em: <http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/startGlobalSearch.tcl?stichwort=>. Acesso em: 01 set. 2017.
- DIELS, Hermann; KRANZ, Walther. **Die Fragmente der Vorsokratiker**. 7ª ed. Berlin: Weidmann, 1954 [1903], vol.1-3.
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. **Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine: histoire des mots**. 4. ed. Paris: Klincksieck, 2011. [1932] Rev. Jacques André.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**. São Paulo: Ática, 1991.
- FORCELLINI, Egidii. ***Totius Latinitatis Lexicon***. Londini: Sumptibus Et Cradock, Paternoster-Row; Et Gulielmi Pickering, Chancery-Lane, 1828. Disponível em: <https://archive.org/details/totiuslatinitati01forc>. Acesso em: 08 set. 2016.

FRASER, P. M.; MATTHEWS, E. (ed.). **A Lexicon of Greek Personal Names**. Oxford: Oxford University Press, 2000. V. IIIB.

FREGE, Gottlob. Digressões sobre o Sentido e a Referência. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1895]. p. 159-170. Trad. Paulo Alcoforado.

FREGE, Gottlob. Sobre o Conceito e o Objeto. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1892a]. p. 111-128. Trad. Paulo Alcoforado.

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1892b]. p. 129-158. Trad. Paulo Alcoforado.

FREGE, Gottlob. Função e Conceito. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1891]. p. 81-110. Trad. Paulo Alcoforado.

FREGE, Gottlob. Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1882]. p. 59-66. Trad. Paulo Alcoforado.

FRÜHNEUHOCHDEUTSCHEN WÖRTERBUCH (FWB). REICHMANN, Oskar (1986). In: **WÖRTERBUCHNETZ**. Trier. Universität Trier. Disponível em: <http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/startGlobalSearch.tcl?stichwort=>. Acesso em: 01 set. 2017.

GAFFIOT, Félix. **Dictionnaire Latin Français**: Gaffiot 2016. V. M. Komarov, 2016. (Nouvelle édition revue et augmentée). [1923] Dir. Gérard Gréco. Disponível em: ark:/13960/t2w42qn93. Acesso em: 16 maio 2017.

GEERT BOOIJ. Inflection and derivation. In: GEERT BOOIJ, CHRISTIAN LEHMANN, JOACHIM MUGDAN (org.). **Morphology**. An international handbook on inflection and wordformation. vol. 1. Berlin, New York, (Walter de Gruyter), 2000. p. 360-369

GOETHE-WÖRTERBUCH (GWB). Berlin-Brandenburgischen Akademie der Wissenschaften; Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin; Akademie der Wissenschaften; Akademie der Wissenschaften in Göttingen und der Heidelberger Akademie der Wissenschaften. (Stuttgart, 1978). In: **WÖRTERBUCHNETZ**. Trier. Universität Trier. Disponível em: <http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/startGlobalSearch.tcl?stichwort=>. Acesso em: 01 set. 2017.

GOMPERZ, Théodore. **Les penseurs de la Grèce: histoire de la philosophie antique**. 2^a ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1928, vol. 1.

GONÇALVES, C. A. **Usos morfológicos**: os processos marginais de formação de palavras em português. Gragoatá, Niterói, n. 21, p. 219-241, 2. sem. 2006.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

GRIMM, Jacob. **Deutsche Grammatik Göttingen**: In der Dieterichschen Buchhandlung, 1822. Disponível em: http://www.deutschestextarchiv.de/book/show/grimm_grammatik01_1822. Acesso em: 03 fev. 2018.

GUTHRIE, W.K.C. **Os Sofistas**. São Paulo, Paulus, 1995. Trad. João Rezende da Costa.

GUTIÉRREZ, José Barrio (ed.). **Protágoras y Gorgias**. Fragmentos y testimonios. Argentina: Ediciones Orbis, 1980.

HEGENBERG, Leonidas. **Definições: Termos Teóricos e Significado**. São Paulo: Edusp/Cultrix, 1974.

HOCKETT, Charles F. **Two Models of Grammatical Description**. Word, [S.L.], v. 10, n. 2-3, p. 210-234, ago. 1954. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/00437956.1954.11659524>.

HOVEN, René. **Lexique de la prose latine de la Renaissance**: Dictionary of Renaissance Latin from prose sources. 10. ed. Leiden/Boston: Brill, 2006.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ILDEFONSE, Frédérique. **La naissance de la grammaire dans l'Antiquité grecque**. Paris: J. Vrin, 1997.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS (ed.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Objetiva Ltda, 2001.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS (ed.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Objetiva Ltda, 2009.

INTERNET ARCHIVE. São Francisco. Brewster Kahle (ed.). Disponível em:
<https://archive.org/>. Acesso em: 01 mar. 2016.

KENT, Roland. G. **Varro: on the Latin Language**. London/Massachusetts: William Heinemann LTD/ Harvard university Press, 1951. 2. vol.

KERFERD, G. B. **O movimento sofista**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. Trad. Margarida Oliva.

KOERNER, Konrad. **Hermann Paul and general linguistic theory**. Language Sciences, Amsterdam, v. 8, n. 1, p. 102-132, jan. 2008. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.langsci.2006.10.001>. Acesso em: 24 jul. 2018.

KOERNER, E.F.K. **Linguistic Historiography: Projects & prospects**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999 (Studies in the History of the Language Sciences; 92).

KOERNER, Konrad. **Practicing Linguistic Historiography**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1989.

LACOTIZ, Andréa. **Estudo diacrônico da função e dos valores semânticos dos sufixos -ança/-ença, -ância/-ência no português**. Orientador: Mário Eduardo Viaro. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade de São Paulo. São Paulo.

LAÉRCIO, Diogenes. **Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres**. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 2008. Trad. Mário Gama Kury.

LALLOT, Jean. Introduction, traduction, notes exégétiques. In: **De la construction** (syntaxe). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997, 2 volumes.

LAW, Vivien. **The History of Linguistics in Europe from Plato to 1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

LEHMANN, Winfred Philip. **A Reader in nineteenth century historical Indo-European linguistics**. Bloomington: Indiana University Press; 1967. (Edição digital da Universidade do Texas) Disponível em: <https://liberalarts.utexas.edu/lrc/resources/books/reader/index.php>. Acesso em: 21 set. 2017.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. **A Greek-English Lexicon**. Revised and augmented throughout by Sir Henry Stuart Jones with the assistance of Roderick McKenzie. Oxford, Clarendon Press, 1940.

LIGHTFOOT, David. Syntactic change. In: NEWMAYER, Frederick J (ed.). **Linguistics: The Cambridge Survey**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. v. 1, p. 303-323.

LIGHTFOOT, D. W. **Principles of diachronic syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LOUGOVAYA, Julia; AST, Rodney. **Menis and Pelex: protagoras on solecism**. The Classical Quarterly: New Series, Cambridge, v. 54, n. 1, p. 274-277, maio 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3556300>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MATTHAIOS, Stephanos. **Untersuchungen zur Grammatik Aristarchs: Texte und Interpretation zur Wortartenlehre**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999.

MAURER JR., Theodoro Henrique. **Gramática do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959. (Biblioteca Brasileira de Filologia, n. 16)

MEYERS GROßES KONVERSATIONSLERIKON. Leipzig und Wien 1905-1909. In: **WÖRTERBUCHNETZ**. Trier. Universität Trier. Disponível em: http://woerterbuchnetz.de/cgi-bin/WBNetz/wbgui_py?sigle=Meyers. Acesso em: 01 mar. 2018.

MORPURGO-DAVIES, Anna. **History of Linguistics: nineteenth-century**. London/new York: Longman, 1998. v. IV. Giulio Lepschy (ed.).

MURRAY, James A. H. **A New English Dictionary on Historical Principles**. Oxford: Clarendon Press, 1933. 12 v.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre um discurso de 'perda'**. Estudos da Língua (Gem), [S.L.], v. 8, n. 1, p. 83-121, 30 jun. 2010. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. (<http://dx.doi.org/10.22481/el.v8i1.1116>).

PEIRCE, Charles Sanders. The categories in detail. In: PEIRCE, Charles Sanders. **Collected of Charles Sanders Peirce**: Vol. I, Book I. General Historical Orientation. Charlottesville: Intalex Corporation, 1994. CP. 1. § 300- § 353.

_____. A guess at the riddle. In: PEIRCE, Charles Sanders. **Collected of Charles Sanders Peirce**: Vol. I, Book I. General Historical Orientation. Charlottesville: Intalex Corporation, 1994. CP. 1. § 354- § 365.

_____. Degenerate cases. In: PEIRCE, Charles Sanders. **Collected of Charles Sanders Peirce**: Vol. I, Book I. General Historical Orientation. Charlottesville: Intalex Corporation, 1994. CP. 1. § 521- § 544.

_____. Division of signs. In: PEIRCE, Charles Sanders. **Collected of Charles Sanders Peirce**: Vol. II, Book II - Speculative Grammar. Charlottesville: Intalex Corporation, 1994. CP. 2. p. § 227- § 273

_____. The icon, index and symbol. In: PEIRCE, Charles Sanders. **Collected of Charles Sanders Peirce**: Vol. II, Book II - Speculative Grammar. Charlottesville: Intelix Corporation, 1994. CP. 2. § 274- § 308.

_____. A survey of pragmatism. In: PEIRCE, Charles Sanders. **Collected of Charles Sanders Peirce**: Vol. V, Book III – Unpublished papers. Charlottesville: Intelix Corporation, 1994. CP. 5. § 470- § 493.

_____. To Lady Welby. In: PEIRCE, Charles Sanders. **Collected of Charles Sanders Peirce**: Vol. VIII, Book II - Correspondence. Charlottesville: Intelix Corporation, 1994. CP. 8. § 327- § 345.

PERSEUS DIGITAL LIBRARY. Berlim/Chicago. Gregory R. Crane (ed.). Disponível em: <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/>. Acesso em: 01 mar. 2016.

PHILODEMUS. **Philodemus on Piety**: part 1. Oxford: Clarendon Press, 1996. (Critical Text with Commentary by Dirk Obbink)

PINTO JR., Ulício. **A História dos números complexos**: "das quantidades sofisticadas de Cardano às linhas orientadas de Argand". Orientadora: Tatiana Roque. 2009. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

PLATÃO. Apologia. In: **PLATÓN**. Diálogos I. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1985. v.1. Trad. J. L. Calvo.

PREZOTTO, Joseane. **Sexto Empírico**: Contra os gramáticos: introdução, tradução e notas. Orientador: José Borges Neto. 2015. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/43360>. Acesso em: 28 junho 2017.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da Gramática**: A faculdade da linguagem. Lisboa: Ed. Caminho, 1992.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: **Diccionario de la lengua española**. 23.^a ed., [versión 23.3 en línea], 2019. Disponível em: <https://dle.rae.es>. Acesso em: 15 mar. 2020.

REY, Alain. **Dictionnaire Historique de la langue française**. Paris: Le Robert, 2010.

RIO-TORTO, Graça et al. **Gramática Derivacional do Português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ROBINS, R.H. **The Technē grammatikē of Dionysius Thrax in its historical perspective**: the evolution of the traditional European word class systems. In: SWIGGERS, P. e VAN HOECKE, W. (orgs.). *Mot et parties du discours*. Paris: Leuven University Press, 1986, v. 1, p. 9-37. (La pensée linguistique)

ROBINS, R.H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1983. Trad. Prof. Luiz Martins Monteiro de Barros. (Coleção Linguística e filologia)

ROCHA, Luis Carlos de Assis. **O Gênero do Substantivo em Português**: por que Flexão e por que Morfologia? Caligrama Revista de Estudos Românicos. Belo Horizonte: UFMG, v. 2, 1983. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/123>. Acesso em: 26 fevereiro 2014.

RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria. Apresentação. In: RODRIGUES, A.; ALVES, I. M. (org.) **A construção morfológica da palavra**. São Paulo: Contexto/FAPESP, 2015. v. VI, p. 7-14. (Gramática do Português Culto Falado no Brasil)

RÓNAI, Paulo. **Curso Básico de Latim**: gradus primus. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2013 [1943].

- ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SAID-ALI, M. **Grammatica Historica da Lingua Portugueza**. 2ª ed. São Paulo: Editora-proprietária, 1923 (ed. melhorada e augmentada de Lexeologia e Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico).
- SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.
- SANTANA, Messias dos Santos. **O sufixo diminutivo em português: forma, funcionamento e significação - do século XIII ao XX**. Orientador: Mário Eduardo Viaro. 2017. 912 f. Tese (Doutorado em Letras) Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SANTOS, Alice Pereira. **Polissemia dos sufixos aumentativo -ão, -arro, -orro, -aço e -uço e seus traços avaliativos sob a perspectiva diacrônica**. Orientador: Mário Eduardo Viaro. 2010. 329 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SAPIR, Edward. **A Linguagem: introdução ao estudo da fala**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1921]. Trad. Joaquim Mattoso Câmara Jr.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes**. Leipsick: G. Teubner, 1879.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot & Rivages, 1995 [1916]. Charles Bailly, Albert Séchehaye e Albert Riedlinger (org.).
- SCALISE, Sergio. **Generative Morphology**. Dordrecht: Foris, 1984.
- SCALISE, Sergio. **Inflection and Derivation**. *Linguistics* 26 (1): 561-81, 1988.
- SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976 [1950].
- STELTEN, Leo F. **Dictionary of Ecclesiastical Latin: with an appendix of Latin expressions defined and clarified**. Massachusetts: Hendrickson, 1995.
- SWIGGERS, Pierre. **Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques**. *Revista do GEL*. v. 7, n.2, 2010. p. 9-29.
- SWIGGERS, Pierre. **Modelos, Métodos y Problemas en la Historiografía de la Lingüística**. Nuevas Apostaciones a la Historiografía Lingüística. *Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*, 2004. p. 113-146.
- SWIGGERS, Pierre; HAL, Toon Van. Morphologie du langage et typologie linguistique: La connexion 'Schleicher - Saint-Petersbourg'. In: KASEVICH, V.; KLEINER, Y. SÉRIOT, P. (ed.). **History of Linguistics 2011**. Amsterdam/Philadelphia, 2011. p. 87-102.
- TARALLO, Fernando. **Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.
- Taylor, Daniel J. **Declinatio: A study of the linguistic theory of Marcus Terentius Varro**. Amsterdam: John Benjamins, 1974. (Studies in the History of Linguistics, 2.)
- TEJERA, Alberto Díaz. **El género en griego clásico: descripción sincrónica y explicación diacrónica**. *Revista Española de Lingüística*, [Si], n. 1, p. 13-32, 1981. Anual. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=41094>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- TLFi: **Trésor de la langue Française informatisé**. Nancy: ATILF - CNRS & Université de Lorraine. Jacques Dendien (ed.) Disponível em: <http://www.atilf.fr/tlfi>. Acesso em 20 mai. 2015.

TRASK, R. L. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. 3ª ed. Trad. de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2015.

TRUBETZKOY, Nikolai S. **Grundzüge der Phonologie**. New York: Kraus Reprint, 1968 [1939].

UNTERSTEINER, Mario. **Sofisti**: Testimonianze e Frammenti. Firenze: La Nuova Italia, 1949.

VALENZA, Giovanna Mazzaro. **DE LINGVA LATINA, de Marco Terêncio Varrão**: Tradução dos livros VIII, IX e X. Orientador: José Borges Neto. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/26349>. Acesso em: 13 setembro 2016.

VIARO, Mário Eduardo. **Onde se encontra a Morfologia no signo linguístico?** | Where is Morphology in linguistic sign? Estudos Linguísticos e Literários, [S.L.], n. 61, p. 11-29, 15 jun. 2019. Universidade Federal da Bahia (<http://dx.doi.org/10.9771/ell.v0i61.28109>). Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28109>. Acesso em: 10 ago. 2019.

VIARO, Mário Eduardo. **Reconstrução fonético-fonológica de seis sincronias do latim ao português**. Estudos Linguísticos e Literários, Salvador, v. 52, p. 94-145, ago-dez. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/viewFile/15465/10612>. Acesso em: 22 dez. 2016.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIARO, M. E. **Por trás das palavras**: manual de etimologia do português. São Paulo: Ed. Globo, 2003.

WACKERNAGEL, Jacob. **Lectures on Syntax**: with a especial reference to greek, latin and germanic. Oxford: Oxford University Press, 2009 [1922]. (Introduction, translation, notes and bibliography by D. R. Langslow).

WHITNEY, William. **The study of language**: twelve lectures on the principles of linguistic science. London: N. Trübner & CO, 1884.

ZINGANO, Marco. **As Categorias de Aristóteles e a doutrina dos traços do ser**. DoisPontos, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 225-254, 31 out. 2013. Universidade Federal do Paraná (<http://dx.doi.org/10.5380/dp.v10i2.32185>). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/32185>. Acesso em: 09 mar. 2018.

ZINGARELLI, Nicola. **loZingarelli**: vocabolario della lingua italiana. Bologna: Zanichelli, 2010

Apêndice A - Mapeamento das combinações virtuais da morfossintaxe latina

	FLEX	DES	EX	CAS	NÚM	DECL
1	-a	Ø	rosa	nom	sing	1
2	-a	Ø	rosa	voc	sing	1
3	-am	-m	rosam	ac	sing	1
4	-ae	-e	rosae	gen	sing	1
5	-ae	-e	rosae	dat	sing	1
6	-ā	-ā	rosā	abl	sing	1
7	-ae	-e	rosae	nom	pl	1
8	-ae	-e	rosae	voc	pl	1
9	-as	-s	rosas	ac	pl	1
10	-arum	-rum	rosarum	gen	pl	1
11	-is	-is	rosis	dat	pl	1
12	-is	-is	rosis	abl	pl	1
13	-us	-us	dominus	nom	sing	2
14	-er	Ø	puer	nom	sing	2
15	-um	-um	verbum	nom	sing	2
16	-e	-e	domine	voc	sing	2
17	-er	Ø	puer	voc	sing	2
18	-um	-um	verbum	voc	sing	2
19	-um	-um	dominum/ puerum/ verbum	ac	sing	2
20	-i	-i	domini/ pueri/ verbi	gen	sing	2
21	-o	Ø	domino/ puero/ verbo	dat	sing	2
22	-o	Ø	domino/ puero/ verbo	abl	sing	2
23	-i	-i	domini/ pueri	nom	pl	2
24	-a	-a	verba	nom	pl	2
25	-i	-i	domini/ pueri	voc	pl	2
26	-a	-a	verba	voc	pl	2
27	-os	-s	dominos/ pueros	ac	pl	2
28	-a	-a	verba	ac	pl	2
29	-orum	-rum	dominorum/ puerorum/ verborum	gen	pl	2
30	-is	-is	dominis/ pueris/ verbis	dat	pl	2
31	-is	-is	dominis/ pueris/ verbis	abl	pl	2
32	-or	Ø	dolor	nom	sing	3A
33	-as	Ø	veritas	nom	sing	3A
34	-us	Ø	corpus	nom	sing	3A
35	-or	Ø	dolor	voc	sing	3A
36	-as	Ø	veritas	voc	sing	3A
37	-us	Ø	corpus	voc	sing	3A
38	-em	-m	dolorem/ veritatem	ac	sing	3A
39	-us	Ø	corpus	ac	sing	3A
40	-is	-is	doloris/ veritatis/ corpōis	gen	sing	3A
41	-i	-i	dolori/ veritati/ corpōri	dat	sing	3A
42	-e	Ø	dolore/ veritate/ corpōre	abl	sing	3A
43	-es	-s	dolores/ veritates	nom	pl	3A
44	-a	-a	corpōra	nom	pl	3A
45	-es	-s	dolores/ veritates	voc	pl	3A
46	-a	-a	corpōra	voc	pl	3A
47	-es	-s	dolores/ veritates	ac	pl	3A
48	-a	-a	corpōra	ac	pl	3A
49	-um	-um	dolorum/ veritatum/ corpōrum	gen	pl	3A
50	-ibus	-ibus	doloribus/ veritatibus/ corpōribus	dat	pl	3A
51	-ibus	-ibus	doloribus/ veritatibus/ corpōribus	abl	pl	3A
52	-is	-is	civis	nom	sing	3B
53	-s	Ø	ars	nom	sing	3B
54	-e	Ø	mare	nom	sing	3B

55	-is	-is	<i>civis</i>	voc	sing	3B
56	-s	Ø	<i>ars</i>	voc	sing	3B
57	-e	Ø	<i>mare</i>	voc	sing	3B
58	-em	-m	<i>civem/ artem</i>	ac	sing	3B
59	-e	Ø	<i>mare</i>	ac	sing	3B
60	-is	-is	<i>civis/ artis/ maris</i>	gen	sing	3B
61	-i	-i	<i>civi/ arti/ mari</i>	dat	sing	3B
62	-e	Ø	<i>cive/ arte</i>	abl	sing	3B
63	-i	-i	<i>mari</i>	abl	sing	3B
64	-es	-s	<i>cives/ artes</i>	nom	pl	3B
65	-ia	-ia	<i>maria</i>	nom	pl	3B
66	-es	-s	<i>cives/ artes</i>	voc	pl	3B
67	-ia	-ia	<i>maria</i>	voc	pl	3B
68	-es	-s	<i>cives/ artes</i>	ac	pl	3B
69	-ia	-ia	<i>maria</i>	ac	pl	3B
70	-ium	-ium	<i>civium/ artium/ marium</i>	gen	pl	3B
71	-ibus	-ibus	<i>civibus/ artibus/ maribus</i>	dat	pl	3B
72	-ibus	-ibus	<i>civibus/ artibus/ maribus</i>	abl	pl	3B
73	-us	-s	<i>cantus</i>	nom	sing	4
74	-u	Ø	<i>genu</i>	nom	sing	4
75	-us	-s	<i>cantus</i>	voc	sing	4
76	-u	Ø	<i>genu</i>	voc	sing	4
77	-um	-m	<i>cantum</i>	ac	sing	4
78	-u	Ø	<i>genu</i>	ac	sing	4
79	-us	-s	<i>cantus/ genus</i>	gen	sing	4
80	-ui	-ui	<i>cantui/ genui</i>	dat	sing	4
81	-u	Ø	<i>cantu/ genu</i>	abl	sing	4
82	-us	-s	<i>cantus</i>	nom	pl	4
83	-ua	-ua	<i>genua</i>	nom	pl	4
84	-us	-s	<i>cantus</i>	voc	pl	4
85	-ua	-ua	<i>genua</i>	voc	pl	4
86	-us	-s	<i>cantus</i>	ac	pl	4
87	-ua	-ua	<i>genua</i>	ac	pl	4
88	-uum	-uum	<i>cantuum/ genuum</i>	gen	pl	4
89	-ibus	-ibus	<i>cantibus/ genibus</i>	dat	pl	4
90	-ibus	-ibus	<i>cantibus/ genibus</i>	abl	pl	4
91	-es	-s	<i>res</i>	nom	sing	5
92	-es	-s	<i>res</i>	voc	sing	5
93	-em	-m	<i>rem</i>	ac	sing	5
94	-ei	-i	<i>rei</i>	gen	sing	5
95	-ei	-i	<i>rei</i>	dat	sing	5
96	-e	Ø	<i>re</i>	abl	sing	5
97	-es	-s	<i>res</i>	nom	pl	5
98	-es	-s	<i>res</i>	voc	pl	5
99	-es	-s	<i>res</i>	ac	pl	5
100	-erum	-rum	<i>rerum</i>	gen	pl	5
101	-ebus	-bus	<i>rebus</i>	dat	pl	5
102	-ebus	-bus	<i>rebus</i>	abl	pl	5

Apêndice B - Mapeamento das combinações reais da morfossintaxe latina

	FLEX	DES	EX	CAS	NÚM	DECL
1	-a	Ø	<i>rosa</i>	nom	sing	1
2	-a	Ø	<i>rosa</i>	voc	sing	1
3	-a	-a	<i>verba</i>	nom	pl	2
4	-a	-a	<i>verba</i>	voc	pl	2
5	-a	-a	<i>verba</i>	ac	pl	2
6	-a	-a	<i>corpōra</i>	nom	pl	3A
7	-a	-a	<i>corpōra</i>	voc	pl	3A
8	-a	-a	<i>corpōra</i>	ac	pl	3A
9	-ā	-ā	<i>rosā</i>	abl	sing	1
10	-ae	-e	<i>rosae</i>	gen	sing	1
11	-ae	-e	<i>rosae</i>	dat	sing	1
12	-ae	-e	<i>rosae</i>	nom	pl	1
13	-ae	-e	<i>rosae</i>	voc	pl	1
14	-am	-m	<i>rosam</i>	ac	sing	1
15	-arum	-rum	<i>rosarum</i>	gen	pl	1
16	-as	-s	<i>rosas</i>	ac	pl	1
17	-as	Ø	<i>veritas</i>	nom	sing	3A
18	-as	Ø	<i>veritas</i>	voc	sing	3A
19	-e	-e	<i>domīne</i>	voc	sing	2
20	-e	Ø	<i>dolore/ veritate/ corpōre</i>	abl	sing	3A
21	-e	Ø	<i>mare</i>	nom	sing	3B
22	-e	Ø	<i>mare</i>	voc	sing	3B
23	-e	Ø	<i>mare</i>	ac	sing	3B
24	-e	Ø	<i>cive/ arte</i>	abl	sing	3B
25	-e	Ø	<i>re</i>	abl	sing	5
26	-ebus	-bus	<i>rebus</i>	dat	pl	5
27	-ebus	-bus	<i>rebus</i>	abl	pl	5
28	-ei	-i	<i>rei</i>	gen	sing	5
29	-ei	-i	<i>rei</i>	dat	sing	5
30	-em	-m	<i>dolorem/ veritatem</i>	ac	sing	3A
31	-em	-m	<i>civem/ artem</i>	ac	sing	3B
32	-em	-m	<i>rem</i>	ac	sing	5
33	-er	Ø	<i>puer</i>	nom	sing	2
34	-er	Ø	<i>puer</i>	voc	sing	2
35	-erum	-rum	<i>rerum</i>	gen	pl	5
36	-es	-s	<i>dolores/ veritates</i>	nom	pl	3A
37	-es	-s	<i>dolores/ veritates</i>	voc	pl	3A
38	-es	-s	<i>dolores/ veritates</i>	ac	pl	3A
39	-es	-s	<i>cives/ artes</i>	nom	pl	3B
40	-es	-s	<i>cives/ artes</i>	voc	pl	3B
41	-es	-s	<i>cives/ artes</i>	ac	pl	3B
42	-es	-s	<i>res</i>	nom	sing	5
43	-es	-s	<i>res</i>	voc	sing	5
44	-es	-s	<i>res</i>	nom	pl	5
45	-es	-s	<i>res</i>	voc	pl	5
46	-es	-s	<i>res</i>	ac	pl	5
47	-i	-i	<i>domīni/ puēri/ verbi</i>	gen	sing	2
48	-i	-i	<i>domīni/ puēri</i>	nom	pl	2
49	-i	-i	<i>domīni/ puēri</i>	voc	pl	2
50	-i	-i	<i>dolori/ veritati/ corpōri</i>	dat	sing	3A
51	-i	-i	<i>civi/ arti/ mari</i>	dat	sing	3B
52	-i	-i	<i>mari</i>	abl	sing	3B
53	-īa	-īa	<i>marīa</i>	nom	pl	3B
54	-īa	-īa	<i>marīa</i>	voc	pl	3B

55	-īa	-īa	<i>marīa</i>	ac	pl	3B
56	-ībus	-ībus	<i>dolorībus/veritatībus/corpōrībus</i>	dat	pl	3A
57	-ībus	-ībus	<i>dolorībus/veritatībus/corpōrībus</i>	abl	pl	3A
58	-ībus	-ībus	<i>civībus/artībus/marībus</i>	dat	pl	3B
59	-ībus	-ībus	<i>civībus/artībus/marībus</i>	abl	pl	3B
60	-ībus	-ībus	<i>cantībus/genībus</i>	dat	pl	4
61	-ībus	-ībus	<i>cantībus/genībus</i>	abl	pl	4
62	-īs	-īs	<i>rosīs</i>	dat	pl	1
63	-īs	-īs	<i>rosīs</i>	abl	pl	1
64	-īs	-īs	<i>domīnis/puērīs/verbīs</i>	dat	pl	2
65	-īs	-īs	<i>domīnis/puērīs/verbīs</i>	abl	pl	2
66	-īs	-īs	<i>dolorīs/veritatīs/corpōrīs</i>	gen	sing	3A
67	-īs	-īs	<i>civīs</i>	nom	sing	3B
68	-īs	-īs	<i>civīs</i>	voc	sing	3B
69	-īs	-īs	<i>civīs/artīs/marīs</i>	gen	sing	3B
70	-īum	-īum	<i>civīum/artīum/marīum</i>	gen	pl	3B
71	-o	Ø	<i>domino/puēro/verbo</i>	dat	sing	2
72	-o	Ø	<i>domino/puēro/verbo</i>	abl	sing	2
73	-or	Ø	<i>dolor</i>	nom	sing	3A
74	-or	Ø	<i>dolor</i>	voc	sing	3A
75	-orum	-rum	<i>dominorum/puerorum/verborum</i>	gen	pl	2
76	-os	-s	<i>domīnos/puēros</i>	ac	pl	2
77	-s	Ø	<i>ars</i>	nom	sing	3B
78	-s	Ø	<i>ars</i>	voc	sing	3B
79	-u	Ø	<i>genu</i>	nom	sing	4
80	-u	Ø	<i>genu</i>	voc	sing	4
81	-u	Ø	<i>genu</i>	ac	sing	4
82	-u	Ø	<i>cantu/genu</i>	abl	sing	4
83	-ūa	-ūa	<i>genūa</i>	nom	pl	4
84	-ūa	-ūa	<i>genūa</i>	voc	pl	4
85	-ūa	-ūa	<i>genūa</i>	ac	pl	4
86	-ūi	-ūi	<i>cantūi/genūi</i>	dat	sing	4
87	-um	-um	<i>verbum</i>	nom	sing	2
88	-um	-um	<i>verbum</i>	voc	sing	2
89	-um	-um	<i>domīnum/puērūm/verbum</i>	ac	sing	2
90	-um	-um	<i>dolorūm/veritatūm/corpōrūm</i>	gen	pl	3A
91	-um	-m	<i>cantum</i>	ac	sing	4
92	-us	-us	<i>domīnus</i>	nom	sing	2
93	-us	Ø	<i>corpus</i>	nom	sing	3A
94	-us	Ø	<i>corpus</i>	voc	sing	3A
95	-us	Ø	<i>corpus</i>	ac	sing	3A
96	-us	-s	<i>cantus</i>	nom	sing	4
97	-us	-s	<i>cantus</i>	voc	sing	4
98	-us	-s	<i>cantus/genus</i>	gen	sing	4
99	-us	-s	<i>cantus</i>	nom	pl	4
100	-us	-s	<i>cantus</i>	voc	pl	4
101	-us	-s	<i>cantus</i>	ac	pl	4
102	-ūum	-ūum	<i>cantūum/genūum</i>	gen	pl	4

Índice remissivo das definições

Cap./Def.	Termo	Autor	Seção
DEF. 5.26	A	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.27	‘A	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.28	aA	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.29	Aa	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.30	<u>A</u>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.31	A ^a	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.40	<i>ação recíproca dos indivíduos</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.23	<i>alternância automática</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.20	<i>alternância fonética</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.21	<i>alternância formal</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.22	<i>alternância por elemento zero</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.24	<i>alternância supletiva</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 3.20	<i>analogia</i>	Compartilhado	3.2.1; 3.3
DEF. 3.29	<i>analogia</i>	Quintiliano	3.2.2.5
DEF. 5.48	<i>analogia</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.15	<i>analogia</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 5.50	<i>analogia formal</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.49	<i>analogia material</i>	Paul	5.2.4
DEF. 3.21	<i>anomalia</i>	Compartilhado	3.2.1; 3.3
DEF. 3.23	<i>apresentação</i>	Estoicos	3.2.1.2
DEF. 3.24	<i>apresentação</i>	Estoicos	3.2.1.2
DEF. 5.39	<i>arbitrariedade</i>	Paul	5.2.4
DEF. 3.27	<i>asseríveis</i>	Estoicos	3.2.1.2
DEF. 6.48	<i>base</i>	Jackendoff	6.2.5
DEF. 5.20	<i>Bedeutung</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.21	<i>Beziehung</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.3	<i>Biegung</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 6.59	<i>bloqueio</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 6.33	<i>concordância</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 6.50	<i>concordância</i>	Jackendoff	6.2.5
DEF. 3.5	<i>correção da linguagem</i>	Sofistas	3.1.2.3; 3.3
DEF. 3.7	<i>correção da linguagem</i>	Platão	3.1.2.4; 3.3
DEF. 3.19	<i>correção da linguagem</i>	Aristóteles	3.1.3; 3.3
DEF. 4.8	<i>declinação</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.23	<i>declinatio naturalis</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.24	<i>declinatio voluntaria</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 3.10	<i>definição</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 4.3	<i>derivação</i>	Quintiliano	4.2.2
DEF. 4.4	<i>derivação</i>	Rufiniano	4.2.3
DEF. 4.6	<i>derivação</i>	Prisciano	4.2.4

DEF. 5.37	<i>derivação</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.53	<i>derivação</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.54	<i>derivação</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.17	<i>derivação</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.30	<i>derivação</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 6.67	<i>derivação</i>	Basilio	6.2.7
DEF. 6.2	<i>diacronia</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 3.22	<i>dialética</i>	Estoicos	3.2.1.2
DEF. 6.39	<i>dicionário</i>	Halle	6.2.4
DEF. 5.44	<i>distanciamento</i>	Paul	5.2.4
DEF. 3.26	<i>dizíveis</i>	Estoicos	3.2.1.2
DEF. 3.25	<i>elementos constituintes</i>	Estoicos	3.2.1.2
DEF. 6.9	<i>entidade linguística</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 5.43	<i>etimologia</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.4	<i>fala</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 5.17	<i>Filologia</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 6.40	<i>filtro</i>	Halle	6.2.4
DEF. 4.1	<i>flexão</i>	Cicero	4.2.1
DEF. 4.2	<i>flexão</i>	Quintiliano	4.2.2
DEF. 4.5	<i>flexão</i>	Prisciano	4.2.4
DEF. 5.1	<i>flexão</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 5.7	<i>flexão</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 5.15	<i>flexão</i>	Bopp	5.2.2
DEF. 5.34	<i>flexão</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.46	<i>flexão</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.47	<i>flexão</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.52	<i>flexão</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.56	<i>flexão</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.57	<i>flexão</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.16	<i>flexão</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.26	<i>flexão</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.32	<i>flexão</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 6.60	<i>flexão</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 6.62	<i>flexão</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 6.66	<i>flexão</i>	Basilio	6.2.7
DEF. 6.56	<i>formas livres</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 5.19	<i>Formenlehre</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 3.11	<i>Gênero</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 3.13	<i>Gênero</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 3.14	<i>Gênero</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 3.15	<i>Gênero</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 3.16	<i>Gênero</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 3.28	<i>gênero</i>	Apolônio Díscolo	3.2.2.2

DEF. 6.36	<i>gênero feminino</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 6.35	<i>gênero redundante</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 6.29	<i>gramática descritiva ou sincrônica</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 4.7	<i>imposição</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.9	<i>imposição / declinação</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 5.45	<i>isolamento</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.53	<i>léxico</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 5.8	<i>língua</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 5.38	<i>língua</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.41	<i>língua</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.42	<i>língua</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.3	<i>língua</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.5	<i>língua</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.18	<i>língua</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 5.6	<i>língua flexiva</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 5.4	<i>língua monossilábica</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 5.5	<i>língua por afixos</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 3.17	<i>linguagem</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 5.16	<i>línguas</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.25	<i>Línguas combinantes</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.14	<i>línguas de duas sílabas e três consoantes</i>	Bopp	5.2.2
DEF. 5.24	<i>Línguas flexivas</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.35	<i>Línguas flexivas</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.23	<i>Línguas fusionantes</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.22	<i>Línguas isolantes</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.13	<i>línguas monossilábicas com organismo e com gramática</i>	Bopp	5.2.2
DEF. 5.12	<i>línguas monossilábicas sem organismo e sem gramática</i>	Bopp	5.2.2
DEF. 5.18	<i>Linguística</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 6.46	<i>lista de entradas</i>	Jackendoff	6.2.5
DEF. 6.38	<i>lista de morfemas</i>	Halle	6.2.4
DEF. 3.1	λόγος	Compartilhado	3.1.2.1; 3.3
DEF. 3.2	λόγος	Compartilhado	3.1.2.1; 3.3
DEF. 3.3	λόγος	Compartilhado	3.1.2.1; 3.3
DEF. 6.27	<i>morfe</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.19	<i>morfema</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.25	<i>morfema</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.28	<i>morfema</i>	Bloomfield	6.2.2
DEF. 6.52	<i>morfema</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 6.31	<i>morfemas flexionais</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 5.32	<i>Morfologia</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 6.45	<i>morfologia flexional</i>	Halle	6.2.4
DEF. 6.61	<i>NODE</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 4.11	<i>nomes declinados</i>	Varrão	4.3.1

DEF. 4.13	<i>nomes declinados</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.15	<i>nomes declinados</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.10	<i>nomes impostos</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.12	<i>nomes impostos</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.14	<i>nomes impostos</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.20	<i>palavra</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.21	<i>palavra</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 5.51	<i>palavra</i>	Paul	5.2.4
DEF. 6.11	<i>palavra</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.49	<i>palavra complexa</i>	Jackendoff	6.2.5
DEF. 6.37	<i>palavra potencial</i>	Halle	6.2.4
DEF. 4.22	<i>palavras</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.17	<i>palavras declinadas</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.19	<i>palavras declinadas</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 6.55	<i>palavras existentes</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 4.16	<i>palavras impostas</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 4.18	<i>palavras impostas</i>	Varrão	4.3.1
DEF. 6.54	<i>palavras potenciais</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 3.9	<i>predicação</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 6.57	<i>produtividade parcial</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 6.58	<i>produtividade total</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 5.2	<i>raiz</i>	Schlegel	5.2.1
DEF. 5.9	<i>raiz</i>	Bopp	5.2.2
DEF. 5.33	<i>raiz</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 5.55	<i>raiz</i>	Paul	5.2.4
DEF. 5.11	<i>raízes pronominais</i>	Bopp	5.2.2
DEF. 5.10	<i>raízes verbais</i>	Bopp	5.2.2
DEF. 6.65	<i>regra de análise estrutural opaca</i>	Basilio	6.2.7
DEF. 6.64	<i>regra de análise estrutural plena</i>	Basilio	6.2.7
DEF. 6.43	<i>regra de formação de palavras</i>	Halle	6.2.4
DEF. 6.47	<i>regra de redundância</i>	Jackendoff	6.2.5
DEF. 6.51	<i>regra de redundância</i>	Jackendoff	6.2.5
DEF. 6.63	<i>regra de redundância</i>	Aronoff	6.2.6
DEF. 6.41	<i>regras de inserção lexical</i>	Halle	6.2.4
DEF. 6.12	<i>relação associativa</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.13	<i>relação sintagmática</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 3.6	<i>retórica</i>	Platão	3.1.2.4; 3.3
DEF. 3.18	<i>retórica</i>	Aristóteles	3.1.3; 3.3
DEF. 3.4	<i>retórica sofística</i>	Sofistas	3.1.2.2; 3.3
DEF. 3.12	<i>ser per si</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3
DEF. 6.7	<i>significação</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.6	<i>signo</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.1	<i>sincronia</i>	Saussure	6.2.1

DEF. 6.44	<i>sintaxe</i>	Halle	6.2.4
DEF. 6.14	<i>solidariedade sintagmática</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 5.36	<i>sufixo</i>	Schleicher	5.2.3
DEF. 6.42	<i>traço [- inserção lexical]</i>	Halle	6.2.4
DEF. 6.8	<i>unidade concreta</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.10	<i>valor linguístico</i>	Saussure	6.2.1
DEF. 6.34	<i>vogal temática</i>	Câmara Jr.	6.2.3
DEF. 3.8	<i>vozes</i>	Aristóteles	3.1.2.5; 3.3